Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



Ricardo Prata Filho

Rastros performativos no acolhimento humanitário: migração e refúgio de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Roberto Vilchez Yamato

Rio de Janeiro
Abril de 2023

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Ricardo Prata Filho

Rastros performativos no acolhimento humanitário: migração e refúgio de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora:

Prof. Roberto Vilchez Yamato
Orientador
Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Prof. Liliana Lyra Jubilut
Universidade Católica de Santos - UNISANTOS

Profa. Patricia Gorisch
Universidade Santa Cecília - UNISANTA

Profa. Márcia Nina Bernardes
Departamento de Direito - PUC-Rio

Profa. Paula Drumond
Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2023

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ricardo Prata Filho

Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2015). Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2018). Pesquisadora de direitos humanos, migração, gênero e sexualidade. Docente de Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da UFRJ e integrante da direção da LGBT+Movimento, organização que trabalha com escuta e acolhimento de migrantes e refugiadas LGBTTQIA+ no Rio de Janeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Ficha Catalográfica

Prata Filho, Ricardo

Rastros performativos no acolhimento humanitário : migração e refúgio de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida / Ricardo Prata Filho ; orientadora: Roberto Vilchez Yamato. – 2023.

362 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2023.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Migração. 3. Refúgio. 4. LGBTI+. 5. Operação Acolhida. 6. Humanitarismo. I. Yamato, Roberto Vilchez. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

Este texto não estaria aqui sem a companhia, o apoio e a dedicação de muitas pessoas que me acompanharam ao longo desses cinco anos de jornada no doutorado.

Agradeço imensamente aos meus pais, Ricardo e Cristina, que sempre me deram o suporte necessário para continuar na pós-graduação longe de casa até quando a bolsa não era suficiente, ou quando os nervos estavam à flor da pele. Agradeço à minha irmã, Ana Paula, pela parceria e por ser fonte de inspiração como mulher forte, dedicada e profissional.

Agradeço demais ao meu marido, Everton, por acompanhar muito de perto quatro anos desse tempo, me oferecendo amor para seguir construindo esta tese. Desde a escuta nas revisões lidas em voz alta até as transcrições das entrevistas, serei eternamente grata. Te amo <3

Às amigas da graduação em Brasília, onde meu coração sempre residirá, obrigade por serem acolhimento nos momentos mais estranhos. Jess, Mai, Sarah Maria, Mariana, Júlia Romana, Raíssa, Victour, Jota, Pedra, Beth, Najme, Jana, Luiz, Zurekiz e Babu. Às amigas da pós-graduação, meu muito obrigade por estarem juntas comigo em cada passo, cada conquista e cada momento de ansiedade. Thais, Lais, Suzana, Maria Alice, Bruna, Daniel, Fátima, Flávia, Lu Giannini e Gustavo.

Às amigas do Programa de Educação Tutorial (PET) da PUC-Rio, Bel, Carol Salgado, Lucas e Fê, obrigade por fazerem o trabalho ser uma delícia e por me ajudarem a fechar um ciclo que começou lá na Iniciação Científica em 2012. Às amigas da LGBT+Movimento, Marina e Nat, obrigade pela confiança e por me ensinarem tanto. A pessoas queridas, Rickson Rios, Claudia Fuentes, Rê Summa e Carla Rodrigues, que com gentileza e abertura contribuíram para esta tese de modos diferentes e fundamentais, obrigade.

Agradeço demais ao meu orientador, Beto, que desde o mestrado está ao meu lado ajudando a aparar as arestas e investindo em mim como pesquisadora e professora.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Agradeço à Cátedra Sérgio Vieira de Mello da PUC-Rio por todo aprendizado e fomento da visita de campo narrada no capítulo 3. Agradeço ao IRI, em especial, à Martinha por colocar de pé o sonho do primeiro livro publicado e à Lia pela paciência e doçura. Por fim, agradeço à Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa (CCPG) da PUC-Rio e à FAPERJ pelos anos de bolsa sem as quais não seria possível a escrita deste texto. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Esta tese é dedicada a cada migrante e refugiada LGBTI+ que conheci durante todos esses anos. Em especial, Charlin Blanco, Julieth Palomo e Cristhian Daniel.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Resumo

Prata Filho, Ricardo; Yamato, Roberto Vilchez (orientador). **Rastros performativos no acolhimento humanitário: migração e refúgio de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida.** Rio de Janeiro, 2023. 362p. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese de doutorado investiga o acolhimento humanitário de pessoas LGBTI+ pela Operação Acolhida (2018-2022) como resposta do Brasil para o fluxo de migrantes e refugiadas venezuelanas no país, pensando um panorama dos serviços oferecidos e das questões que surgem no acolhimento e na integração dessa população no território brasileiro. Uma abordagem da performatividade de Judith Butler amparada por Jacques Derrida será usada como estratégia analítica para entender as práticas, os discursos, os protocolos e as regras empreendidas nesse caso pensando a reiteração de normas de gênero, sexo e sexualidade, do humanitarismo e de Estado. Nesse sentido, o texto é um enquadramento parcial de reiterações performativas da Operação Acolhida que podem (re)criar (im)possibilidades não-intencionais para migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+. A realidade social LGBTI+fóbica traz consigo atravessamentos culturais locais e transfronteiriços em que imperam lacunas, silêncios, segregação e violências. Enquanto a lógica humanitária traz consigo as narrativas e protocolos da crise, da emergência estabelecendo pressa e reforçando ausências constitutivas; e o Estado traz consigo a demanda da contenção, da gestão e governo das populações e espaços, criando narrativas de (des)acolhida. Nessa sobreposição normativa e regulatória do contexto de acolhimento da Operação Acolhida, a população migrante e refugiada LGBTI+ necessita de integração a médio e longo prazo e de políticas que garantam seus direitos no país. Demandas de empregabilidade, saúde e assistência social se multiplicam em um universo em que o pensamento de curto prazo é reproduzido de forma central. Os limites, problemas e avanços da estrutura logística humanitária são foco do trabalho e delinearão os achados da pesquisa apontando para uma reflexão em torno da adaptação de protocolos e de uma crítica dialógica.

Palavras-Chave

Migração; refúgio; LGBTI+; Operação Acolhida; humanitarismo; performatividade; normas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Abstract

Prata Filho, Ricardo; Yamato, Roberto Vilchez (advisor). **Performative traces in humanitarian reception: migration and asylum of Venezuelan LGBTI+ people in Operação Acolhida**. Rio de Janeiro, 2023. 362p. PhD Thesis – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This PhD thesis investigates the humanitarian reception of LGBTI+ people from Operação Acolhida (2018-2022) as a response from Brazil to the flow of Venezuelan migrants and refugees in the country, thinking about an overview of the services offered and the issues that arise in the encounter and integration of this population in the Brazilian territory. An approach to Judith Butler's performativity supported by Jacques Derrida will be used as an analytical strategy to understand the practices, discourses, protocols and rules undertaken in this case thinking about the reiteration of norms of gender, sex and sexuality, humanitarianism and the State. In this sense, the text is a partial framing of performative reiterations of the Operação Acolhida that can (re)create unintentional (im)possibilities for Venezuelan LGBTI+ migrants and refugees. The LGBTI+phobic social reality brings with it local and international cultural crossings in which gaps, silences, segregation and violence prevail. While the humanitarian logic brings with it the narratives and protocols of crisis, of emergency, establishing haste and reinforcing constitutive absences; and the State brings with it the demand for containment, management and government of populations and spaces, creating (un)welcoming narratives. In this normative and regulatory overlap of the reception context of Operação Acolhida, the LGBTI+ migrant and refugee population needs medium and long-term integration and policies that guarantee their rights in the country. Employability, health and social assistance demands multiply in a universe in which short-term thinking is centrally reproduced. The limits, problems and advances of the humanitarian logistical structure are the focus of this work and will outline the research findings, pointing to a reflection around the adaptation of protocols and a dialogic critique.

Keywords

Migration; asylum; LGBTI+; Operação Acolhida; humanitarianism; performativity; norms.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Sumário

INTRODUÇÃO (pág. 14)
1. Abertura (pág. 14)
2. Sobre a Pesquisa (pág. 18)
   2.1. Conceitos (pág. 22)
   2.2. Justificativa (pág. 27)
   2.3. Desenho de Pesquisa (pág. 30)
3. Pontos de Diferença: uma Epistemologia Feminista Pós-Estrutural (pág. 32)
   3.1. A Performatividade de Judith Butler (pág. 32)
   3.2. Metodologia como Estratégia Analítica e seus Veículos (pág. 38)
   3.3. Operacionalização da Pesquisa (pág. 42)

CAPÍTULO 1 – Mobilidade inercial: o refúgio LGBTI+ como intersecção normativa e social (pág. 52)
1. Abertura (pág. 52)
2. A Proteção Internacional do Refúgio (pág. 55)
   2.1. Uma Breve Introdução: Conceitos Básicos (pág. 56)
   2.2. Estudos Críticos (pág. 61)
   2.3. Lógica Humanitária (pág. 68)
3. Um Apanhado Histórico do Refúgio LGBTI+ (pág. 75)
4. A Intersecção do Refúgio LGBTI+ (pág. 80)
   4.1. Localizando a Bibliografia (pág. 80)
   4.2. Perseguição (pág. 83)
   4.3. Paraísos Imaginados (pág. 87)
   4.4. Estereótipos, Credibilidade e Elegibilidade (pág. 91)
   4.5. Grupo Social (pág. 99)
   4.6. Acolhimento e Tecnologias de Controle (pág. 101)
   4.7. Desafios Específicos para Identificações Específicas (pág. 103)

CAPÍTULO 2 – Dos atos de fala à performatividade: gênero, sexo e sexualidade, normatividade e repetição (pág. 108)
1. Abertura (pág. 108)
2. O Performativo: Austin Lido por Derrida (pág. 109)
3. A Performatividade: as Leituras de Butler (pág. 117)
   3.1. Do Performativo à Performatividade (pág. 117)
   3.2. Lendo Foucault (pág. 120)
   3.3. A Identidade-Corpo dos Sujeitos (pág. 128)
   3.4. O Gênero, o Sexo e o Desejo para Butler (pág. 132)
4. Normatividades e Repetição (pág. 139)

CAPÍTULO 3 – A logística humanitária da Operação Acolhida e as suas reconstruções performativas (pág. 147)
1. Abertura (pág. 147)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

2. 21 de setembro de 2019 (pág. 149)
3. 23 de setembro de 2019 (pág. 153)
4. 24 de setembro de 2019 (pág. 169)
5. 25 de setembro de 2019 (pág. 182)

CAPÍTULO 4 – Operação Acolhida e população LGBTI+: operadores humanitários e rastros performativos (pág. 188)
1. Abertura (pág. 188)
2. Estrutura Geral e Contexto (pág. 192)
   2.1. Estrutura Geral e Fluxos de Trabalho (pág. 192)
   2.2. Documentos e Diretrizes (pág. 201)
   2.3. Contexto Venezuela-Brasil na Operação Acolhida (pág. 205)
3. Acolhimento (pág. 211)
   3.1. Acolhimento na Fronteira e em Roraima (pág. 211)
   3.2. Critérios de Vulnerabilidade e Acolhimento nos Abrigos (pág. 215)
4. Abrigamento e Estrutura Interna (pág. 220)
   4.1. Estrutura e Organização dos Abrigos (pág. 220)
   4.2. Atividades de Base Comunitária e Treinamento dos Atores Envolvidos (pág. 227)
   4.3. "Banheiro LGBTIQ+" (pág. 233)
5. Interiorização (pág. 238)
   5.1. A Estratégia de Interiorização (pág. 238)
   5.2. Interiorização de Pessoas LGBTI+: Desafios e Questões (pág. 242)
   5.3. Trabalho e Formação Profissional (pág. 249)
6. Projetos Paralelos e Eixo Desenvolvimento (pág. 252)
   6.1. Mudanças Estruturais (pág. 252)
   6.2. Projetos Paralelos (pág. 255)
   6.3. Interfaces Entre Projetos de Desenvolvimento e Operação Acolhida (pág. 261)

CAPÍTULO 5 – Operação Acolhida e população LGBTI+: sociedade civil especializada e rastros performativos (pág. 266)
1. Abertura (pág. 266)
2. Atuação das Instituições da Sociedade Civil (pág. 268)
   2.1. Perfis das Instituições (pág. 268)
   2.2. Acolhimento da Sociedade Civil e Serviços Disponíveis (pág. 273)
   2.3. Perfis da População Venezuelana LGBTI+ Atendida (pág. 280)
3. Articulação com Operação Acolhida (pág. 285)
   3.1. Percepções sobre a Operação Acolhida (pág. 285)
   3.2. Articulações Locais com a Sociedade Civil (pág. 292)
   3.3. Contribuições em Formações, Atividades e Projetos (pág. 298)
4. Acolhimento e Abrigamento da Operação Acolhida (pág. 301)
   4.1. Percepções sobre Acolhimento (pág. 301)
   4.2. Percepções sobre Abrigamento (pág. 307)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

5. Interiorização na Operação Acolhida, Empregabilidade e Renda (pág. 315)
   5.1. Percepções sobre Interiorização (pág. 315)
   5.2. Empregabilidade e Renda de Refugiadas e Migrantes LGBTI+ (pág. 324)
6. Condições de (Im)Possibilidade (pág. 328)

APONTAMENTOS FINAIS (pág. 333)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (pág. 348)

APÊNDICE I (pág. 359)
Questionário Semiestruturado GRUPO 1 (pág. 359)
Questionário Semiestruturado GRUPO 2 (pág. 360)

APÊNDICE II (pág. 361)
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (GRUPOS 1 e 2) (pág. 361)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Lista de figuras

Figura 1 – Boa Vista, 21 de setembro de 2019 (pág. 151)
Figura 2 – lona do ACNUR no Ka'ubanoko (pág. 153)
Figura 3 – casinhas IKEA, Rondon 3 (pág. 157)
Figura 4 – casinhas IKEA, Rondon 3 (pág. 157)
Figura 5 – "*baño LGBTIQ+*", Rondon 3 (pág. 158)
Figura 6 – instalações Pintolândia (pág. 162)
Figura 7 – instalações Pintolândia (pág. 162)
Figura 8 – abrigo Jardim Floresta (pág. 165)
Figura 9 – abrigo Jardim Floresta (pág. 165)
Figura 10 – beliches e barracas no Santa (pág. 167)
Figura 11 – quadro de interiorização por data no Rondon 2 (pág. 169)
Figura 12 – alojamento das organizações internacionais e parceiros em Pacaraima (pág. 170)
Figura 13 – filas para residência temporária ou refúgio em Pacaraima (pág. 174)
Figura 14 – PTRIG em Pacaraima (pág. 176)
Figura 15 – PTRIG em Pacaraima (pág. 176)
Figura 16 – PTRIG em Pacaraima (pág. 176)
Figura 17 – acomodações do BV8 em expansão (pág. 179)
Figura 18 – à esquerda, pintura na parede do Janokoida (pág. 180)
Figura 19 – à direita, carro estacionado na frente do restaurante em que comemos em Pacaraima (pág. 180)
Figura 20 – à esquerda, pequenos montes marcam a fronteira entre Brasil e Venezuela avistada da comunidade (pág. 182)
Figura 21 – à direita, plantio tradicional de alimentos e região de floresta ao fundo (pág. 182)
Figura 22 – vagas de trabalho mapeadas no PTRIG de Boa Vista (pág. 186)
Figura 23 – cabines para entrevistas de emprego no PTRIG de Boa Vista (pág. 186)
Figura 24 – informações sobre abrigamento acessadas em setembro de 2022 (pág. 191)
Figura 25 – informações sobre abrigamento acessadas em setembro de 2022 (pág. 192)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

SOMOS FEITOS DE NÓS - PARA RICA (e sua banca de doutorado)
Patricia Gorisch e de tantos outros nós

Sou feita de vários – Liliana, Gilberto (meus orientadores),
Mas também de Carlos e Maria (meus pais)
E de tantos outros que sequer conheço...

Migrar, refugiar, lutar
Pela vida, pelos direitos, pelo amor
O coração bate forte, o medo aperta
Mas a esperança é mais forte, a resistência é certa

Brasil, terra de tantas cores
De tanta beleza, de tanta dor
Terra que acolhe e que exclui
Terra de muitas histórias, de muitos matizes

Mas nem todas as histórias são contadas
Nem todos os amores são aceitos
As refugiadas e imigrantes LGBTI+
São invisíveis aos olhos daqueles que não querem ver

Sofrem violências, preconceitos, discriminação
Mas resistem, lutam, constroem sua própria nação
A nação das refugiadas e imigrantes LGBTI+
Que exigem seus direitos, sua dignidade, sua igualdade

A tese que Rica apresenta faz jus ao seu nome: rica
Rica, já que dá voz à essas imigrantes e refugiadas LGBTI+
Que enfrentam barreiras, que superam as fronteiras
Nos ensinam a lutar, a resistir, a vencer, a pesquisar
E que mostram que a diversidade é nossa maior riqueza a ter

A autora dessa tese é Rica, uma pesquisadora
Que se dedicou a estudar, a pesquisar, a trazer a luz
As histórias das refugiadas e imigrantes LGBTI+
(Ainda que indiretamente)
E a denunciar as injustiças, os preconceitos, as exclusões

Seu orientador, Beto, também foi seu Norte
Ou na visão da riqueza latino-americana, foi seu SUL
Que de Professor Roberto, virou Beto,
Como devem ser os grandes orientadores: diminutivo do superlativo.
Como é a minha orientadora, hoje presente nesta banca: Lili
Beto, que o guiou nessa jornada, que o apoiou em cada passo
Que o inspirou a seguir em frente, a nunca desistir
Que o ajudou a transformar sua tese em um ato de resistir

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

E ao lado da Rica, sempre esteve Everton
Seu marido, seu companheiro, seu amor
Que o apoiou em todas as horas, que o incentivou a lutar
Que o mostrou que somos feitos de muitos,
Assim como seus pais Ricardo e Cristina e sua irmã Ana Paula, que como poucos
(Que poucos) O apoiam como filho, como filha, com muito amor

Que essa tese ecoe pelos quatro cantos do país
Que inspire mudanças, que crie políticas
Que faça valer os direitos das refugiadas e imigrantes LGBTI+
Que traga esperança, que construa um mundo mais justo e igualitário

Porque a luta não é só de Ricardo, de Rica, é de todos nós
Porque a liberdade, a igualdade, a fraternidade
São valores que devem ser universais
E que dependem de cada um de nós, de nossas ações, de nossa capacidade de amar.

E hoje, como que a Espiritualidade nos desse um "oi"
(porque somos feitos de muitos nós) e não há acasos, pois era para a Rica
(Era para esta banca – era para hoje) Fez tocar essa música há muito esquecida do 5 a Seco:

"Somos feito nós
Se a ponta achar a foz
Os dois ficam sem voz
Embaraçados feito nós

Nós temos nós
Duros como dominós
Ninguém entende os nós de nós"

Que você desate seus nós, nossos nós.

Santos, 26 de abril de 2023.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

INTRODUÇÃO

1. Abertura

Perseguição, violência e discriminação são vivências comuns quando pensamos na vida de pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+[1] pelo mundo. Até porque, não diferente, algumas dessas experiências também são vividas por pessoas LGBTI+ não-migrantes. O caminho da empatia e de entendimento do outro parece correto e imprescindível nesse sentido. Mas por que migrantes e refugiadas LGBTI+ continuam (re)vivendo violências, discriminação e perseguição em muitos contextos? Por que o caminho da empatia e do entendimento do outro parece tão tortuoso e difícil? Derrida (2003) diz que o estrangeiro é aquele que bagunça as regras paternas. Ele é aquele que, ao mostrar diferença, contesta e põe à prova o poder da hospitalidade na figura do chefe de família, do proprietário, do Estado. O estrangeiro, antecipadamente, ameaça o jogo disposto na casa, no território, trazendo suas vivências, sua língua e sua cultura para o espaço que o recebe. O estrangeiro o é porque não sabe falar a língua daquele que o acolhe e/ou não está familiarizado com o Direito e os direitos que regem sua nova estadia (DERRIDA, 2003).

A migrante e a refugiada[2] são aquelas, que antes de qualquer coisa, estão estranhas às normas que as circundam tanto na hospitalidade, quanto na expulsão, na hostilidade. Essa imposição do dono da casa, do Estado-nação, é marca de uma série de violências que o estrangeiro viverá no exílio. Nesse contexto, a migrante é obrigada a se reconhecer como hóspede e, enquanto tal, deve continuar como estrangeira a partir do Direito local que a nomeia de uma certa maneira a partir de elos como cidadania e regularização migratória. Vemos aí uma hospitalidade que

[1] A sigla se refere, respectivamente, a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexos e o símbolo "+" chama atenção para outras identidades de gênero e sexualidade não citadas, mas que deveriam fazer parte do acrônimo. Esta não é única forma de grafar essa sigla, estando ela aberta a contestações e debates.

[2] Todas as menções a migrantes, refugiadas e solicitantes de refúgio estarão no feminino nesta pesquisa (exceção para aparições dessas palavras em nomes próprios, geralmente, de instituições e documentos). A concordância estará ligada, explícita ou implicitamente, à ideia de "pessoa", incluindo mulheres, homens ou pessoas com outros gêneros. Nesse caso, a "pessoa refugiada" ou a "pessoa migrante", por exemplo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

começa a partir da separação entre Eu e Outro, entre nosso grupo e um outro grupo (DERRIDA, 2003). Essa operação reforça e constrói vivências de medo e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

discriminação que vão na contramão da empatia e de um entendimento do outro. Mas quais são as dinâmicas e forças correndo nesses casos? Estamos falando de uma hospitalidade totalmente equivocada, parcial e eminentemente agressiva?

Derrida (2003) faz uma diferenciação interessante ao pensar a hospitalidade. Para o filósofo, a hospitalidade absoluta, exige que o estrangeiro seja recebido com toda graça, cedendo-lhe lugar sem mesmo exigir seus motivos e seu nome. A hospitalidade do Direito e da lei, por sua vez, discorda da hospitalidade absoluta porque oferece um pacto condicionado. Ela oferece acolhida segundo um conjunto de regras previamente dispostas por guardiões legitimados para conduzir esse trabalho e por uma burocracia específica que circunda esse processo. Mas a hospitalidade absoluta tensiona a hospitalidade do Direito ao colocar em movimento a lei, ao fazer repensar as técnicas, discursos e atos que assentam uma acolhida condicionada ao nome da migrante, aos seus documentos e antecedentes como um "fora-da-lei"[3]. Hospitalidade condicionada e hospitalidade incondicionada são suplementares e não binários opostos. São dois movimentos que se constituem na diferença, se diferindo (DERRIDA, 2003).

Essa reflexão nos faz questionar as delimitações rigorosas e arbitrárias que criam fronteiras entre o familiar e o não-familiar, o cidadão e o não-cidadão, as questões públicas e as questões privadas, nessa reiteração constante do Estado e da sua lógica de soberania, segurança e defesa nacionais. Por mais paradoxal que pareça, são essas mesmas fronteiras que deixam evidente toda a turbulência jurídica, social e política que estabelece separação. Quanto mais códigos são (re)produzidos, mais evidentes se tornam os significados a serem operados dentro da lógica da hospitalidade pelas leis, direitos e deveres. A linguagem do Direito é condição primeira porque rege a lógica do Estado, da sociedade e da família e define exatamente quem é nacional e quem é estrangeiro, quem é de dentro e quem é de fora, selvagem e atrasado (DERRIDA, 2003).

Derrida (2003), entretanto, considera as perversões da regra sempre possíveis e, por isso, elas podem tensionar a lógica da própria hospitalidade como puro instrumento do Direito. Até porque a hospitalidade absoluta, por outro lado, é uma tarefa do campo da impossibilidade, já que é hiperbólica, sem imperativo e

[3] O uso de aspas ao longo deste texto tem objetivo de chamar a atenção para termos e denotar a arbitrariedade de algumas ideias. Quando se tratar de uma citação direta, será seguido por paginação em todos os casos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

pressupõe uma acolhida sem condições. Nesse sentido, as Lei da hospitalidade absoluta é o dever-ser que mantem aberta a reflexão das leis da hospitalidade condicionadas ao Estado. Leis essas que se distribuem de formas diferentes a partir de seu tempo histórico e seu local de origem com distintos protocolos, categorias e permissões. Ainda assim, a Lei da hospitalidade absoluta só o é enquanto dever-ser por conta das várias leis que contemplam esse universo, inclusive, as próprias leis, normativas e conceitos de migração e refúgio tratadas nesta tese. Lei e leis da hospitalidade estão paradoxalmente implicadas (DERRIDA, 2003).

Em geral, o estar "em-casa" é passível de ser violado quando não se segue os jogos da lei do Estado-nação. O estrangeiro indesejável, o potencial inimigo, então, ameaça a soberania do lar, da pátria, podendo ameaçar a própria condição de possibilidade de estar "em casa" (DERRIDA, 2003). A chegada de venezuelanas no Brasil desde 2017, por exemplo, ameaça as condições tradicionais da hospitalidade requerendo medidas de controle e de reafirmação das regras do pai, da nação, do Estado. Para distinguir bom e mal estrangeiro – ou migrante – é preciso fazer valer a lei da hospitalidade condicionada às especificidades de cada caso, submetendo as pessoas a uma jurisdição de boas-vindas e de acolhimento. A soberania, segundo Derrida (2003, p. 49), só pode ser exercida "filtrando-se, escolhendo-se, excluindo e praticando-se violência". A Operação Acolhida – operação do governo federal e de caráter interagências – é efeito direto dessa necessidade de ordenamento e triagem do Estado brasileiro. Estruturada no estado de Roraima e na cidade de Manaus, a operação acontece em resposta ao fluxo migratório intenso de venezuelanas para o país nos últimos anos.

Derrida (2003), ao trabalhar questões da hospitalidade em seu pensamento, está trabalhando as questões que pertencem à "ordem do dia", ao plano visível da realidade social e seus processos. É se dar conta dos cruzamentos pretensamente contraditórios das coisas, que, de alguma forma, resistem aos enquadramentos únicos e definitivos. Como o hospedeiro que se dá conta que é também hóspede do hóspede e precisa esperar, sair da rotina, habitar a casa de outra forma. A hospitalidade não pertence nem ao hospedeiro, nem ao hóspede; ela é própria de um gesto que oferece acolhida (DUFOURMANTELLE, 2003). Esse gesto faz algo no mundo tal como um ato de fala, que também é visto e trabalhado por Derrida (1988) em sua leitura do trabalho de Austin (1990) como veremos nos próximos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

capítulos. O pensamento de Derrida (1988; 2003), que acompanhará esta pesquisa a partir da performatividade de Butler (1997; 2003), traz à tona problemas cotidianos e que não nos damos conta com clareza apontando diferença, contradições, excessos e concomitâncias.

A hospitalidade hiperbólica – aquela que aceita a diferença em sua expansão infinita – é de fato um agente que tensiona e questiona as leis da hospitalidade jurídico-política. Esse espaço do político nasce em contato com a diferença do Outro, sua língua e suas dúvidas. É daí que são acionadas as nossas significações em nossa língua. Língua essa que como gramática, lei de Estado, abriga um trauma, um conforto também desconfortável. A língua é uma metáfora pensada a partir de si para com um outro, uma vez não é própria. É um gesto que pode se abrir para a hospitalidade, mas também para a hostilidade: da "língua materna ao exílio", da abertura ao medo, ao ódio. Derrida (2003), ao endereçar essas questões, nos incita a repensar a hospitalidade e a acolhida fora dos limites da soberania (DUFOURMANTELLE, 2003). Até porque, Derrida (2003) endereça um problema prático e contemporâneo. A língua que acolhe e serve para construir um espaço de memória e cultura, também pode ser aquela que inviabiliza e dificulta a vida de migrantes e refugiadas pelo mundo, por exemplo. Essa mesma língua materna acaba virando um marcador de diferença, de incompreensão, de separação. Ali, a migrante vê a si própria como um Outro de alguém e se dá conta das violências impostas pela linguagem e por uma política, por vezes, árida e procedimental.

Entre os dois regimes da hospitalidade – a incondicional e a condicional – se encontra a ética fundamentando a troca e a mensuração de cada intenção normativa, ou política. O refúgio e a migração são operados nessa equação de hospitalidades mediadas por éticas estabelecidas a depender de cada organização institucional. Há sempre um jogo de renúncias, tradução e subjetividades que precisa ser pensado a partir das situações e eventos que estão acontecendo para que as intervenções tenham como horizonte uma hospitalidade hiperbólica, a qual sempre estará inacessível, por vir, a ser construída e melhorada (DERRIDA, 2003). Por isso, pensando o caso da migração venezuelana no Brasil, há de se notar especificidades e desafios dessa acolhida por vir. Assim como, no caso de venezuelanas LGBTI+ no Brasil, há de se notar questões sobrepostas que criam um mundo em si de problemas, medidas necessárias e adequações. Compreendendo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

que quem faz as leis dessa hospitalidade é, em primeiro lugar, o Estado, precisamos pensar uma hospitalidade que talvez esteja fora da moral e da ética estatal. E muitas páginas deverão ser escritas, lidas e reescritas. Esta tese tenta engajar a acolhida humanitária de migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+ partindo da Operação Acolhida, do Brasil, e contribuir com um esforço que não tem fim.

2. Sobre a Pesquisa

A Operação Acolhida[4] é a primeira operação humanitária feita em território brasileiro. Ela foi iniciada em março de 2018 como resposta de Estado ao fluxo migratório da Venezuela para o país, que tem se dado com muita intensidade em Roraima, estado mais ao norte do Brasil e fronteira com a Guiana e com a Venezuela. Primeiro, o então presidente Michel Temer reconheceu, em 15 de fevereiro de 2018 pelo Decreto Presidencial Nº 9.265[5], a situação de vulnerabilidade no estado de Roraima por conta da migração venezuelana. Em consequência disso, na mesma data, o governo federal marcou a necessidade de medidas emergenciais a serem tomadas pela Medida Provisória Nº 820, a qual foi transformada na Lei 13.684/2018[6]. Nela, é estabelecido o Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE) e suas competências. Finalmente, o Decreto Presidencial Nº 9.286[7] de 2018, substituído pelo Decreto Presidencial Nº 10.917[8] de 2021 e já com a liderança de Jair Bolsonaro, estabelece os subcomitês[9] e o caráter interagências da operação, situando a empreitada nos moldes de uma operação humanitária internacional ao contar com organizações da sociedade civil, organizações internacionais, entes federativos, setor privado e especialistas.

Ia ficando clara uma atuação interagências composta por diversos atores diferentes. Primeiramente, a Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log) organizada pelo Exército Brasileiro coordena a Operação Acolhida e institui o seu

[4] Ver mais em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida ou https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2. Acesso em 12 de dezembro de 2022.
[5] Ver mais em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9285.htm. Acesso em 13 de dezembro de 2022.
[6] Ver mais em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Leis%20e%20decretos%20-%20legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI%20N%C2%BA%2013.684,%20DE%2021%20DE%20JUNHO%20DE%202018.pdf. Acesso em 13 de dezembro de 2022.
[7] Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9286.htm. Acesso em 13 de dezembro de 2022.
[8] Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10917.htm#art9. Acesso em 13 de dezembro de 2022.
[9] Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade e Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

caráter militar em sinergia com órgãos do governo federal. Nesse sentido, as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) foram convidadas para dividir espaço com a FT Log a partir de sua expertise em operações humanitárias e com migrantes e refugiadas. As instituições que serão mais citadas na pesquisa são o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)[10], o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)[11] e a Organização Internacional para as Migrações (OIM)[12], mas outras também aparecerão conforme assuntos específicos forem se apresentando. A maioria dessas agências da ONU tem parceiros implementadores de suas políticas e protocolos dentro da operação. Esses parceiros são formados por organizações brasileiras e internacionais, que não têm envolvimento governamental e atuam diretamente com as migrantes venezuelanas em campo no Brasil. Eles serão sinalizados enquanto tais nos momentos em que forem citados. Ademais, organizações da sociedade civil especializadas em diversas populações e temáticas também estão envolvidas como veremos, bem como instituições do setor privado parceiro, que vem apoiando nos processos da política de interiorização, a qual será explorada ao longo desta pesquisa.

Além de sua natureza interagências, a Operação Acolhida é pensada a partir de três diferentes frentes: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização. No ordenamento de fronteira, são feitos os trabalhos de recepção, identificação, fiscalização sanitária, imunização, regularização migratória e triagem conforme consta no sítio eletrônico da própria operação. O foco desse exercício logístico humanitário é a cidade de Pacaraima ao norte do estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela. Aqui, entenderemos que esse é um trabalho de acolhimento e o chamaremos assim mesmo sabendo que ordenamento, abrigamento e interiorização também podem ser vistos como vertentes de um trabalho de acolhimento humanitário mais amplo. Em abrigamento, é oferecida alimentação, alojamento, proteção, cuidados de saúde e atividades sociais e educativas. Esse trabalho acontece com uma parte das migrantes e refugiadas que chegam seguindo as vagas disponíveis nos abrigos da operação. Por fim, com a interiorização se imagina uma estratégia para diminuir a pressão populacional sobre Roraima com o envio de pessoas para outros estados do Brasil por meio de modalidades diferentes de viagem

[10] Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/. Acesso em 13 de dezembro de 2022.
[11] Ver mais em: https://brazil.unfpa.org/. Acesso em 13 de dezembro de 2022.
[12] Ver mais em: https://brazil.iom.int/pt-br. Acesso em 13 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

e integração. Essas serão discutidas com detalhes nos próximos capítulos. Assim como abrigamento, nem todas as migrantes que chegam da Venezuela são contempladas por essa política necessariamente.

O trabalho da Operação Acolhida, ainda pensando um acolhimento condicionado pelas regras de um aparato logístico humanitário, é amplo e acaba lidando com diferentes desafios no encontro com grupos com necessidades, vivências e questões igualmente distintas. O enfoque dado nesta pesquisa é entender como esse acolhimento é operacionalizado para com população LGBTI+ venezuelana ao considerarmos todas as particularidades da vida no Brasil como migrantes ou refugiadas que têm gêneros[13], corpos[14] e sexualidades[15] desviantes da norma que organiza a sociedade e a cultura brasileira (ocidental). Sobre isso, falaremos melhor a seguir. Aqui, é importante frisar que este texto vai se debruçar sobre o acolhimento humanitário da Operação Acolhida em relação a pessoas LGBTI+ compreendendo um olhar panorâmico e aberto sobre todas as identificações e expressões contempladas pela sigla mesmo sabendo que os desafios e as experiências de vida podem ser bastante variadas dentro da própria comunidade como veremos.

E a ideia do surgimento de novas figuras de direito acaba incidindo sobre pessoas LGBTI+ quando pensamos em direitos sexuais como direitos humanos internacionalmente fundamentados por um Ocidente pretensamente progressista. Nesse sentido, a homossexualidade figura como expressão que é abordada sob uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

[13] O termo "gênero", quando relacionado a pessoas, fará referência à ideia de identidade de gênero. A identidade de gênero está relacionada a ser um homem, uma mulher, ter um terceiro gênero, uma combinação de gêneros e/ou nenhum gênero. Transgênero (trans) é um termo guarda-chuva que descreve pessoas que não se identificam com o gênero imposto ao nascer. Pessoas que se identificam com o gênero imposto são chamadas cisgênero (cis) (ASIA PACIFIC FORUM; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016).

[14] Ao mencionar o termo "corpo", ou ainda os termos "corpo sexual" e "sexo biológico" a pesquisa tenta visibilizar a vivência de pessoas intersexo. Pessoas intersexo têm corpos que não se enquadram no binário "macho" e "fêmea", podendo apresentar aparelho sexual e reprodutor, cromossomos, hormônios e/ou gônadas diferentes. Existe um espectro diverso de pessoas intersexo, as quais possuem gêneros e sexualidades que não seguem uma conexão óbvia com os seus corpos (ASIA PACIFIC FORUM; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016).

[15] O termo "sexualidade" faz referência à ideia de orientação sexual. A orientação sexual se relaciona à capacidade sexual, afetiva e emocional de uma pessoa para com outra pessoa. A orientação sexual possui três componentes: atração sexual (por quem a pessoa se sente atraída); comportamento sexual (com quem a pessoa tem vínculo sexual); e identidade sexual (como a pessoa se identifica: heterossexual, homossexual bissexual...) (ASIA PACIFIC FORUM; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2016). Assexual é o termo que designa pessoas que não têm interesse sexual em outras pessoas. O interesse romântico, porém, pode existir e varia de acordo com cada experiência (BEZERRA, 2015).

perspectiva positiva por uma parte do mundo, a qual se diferencia de alguns Outros por sua vez. O mulçumano, o árabe, o africano, o asiático e o latino preconceituosos em contraposição a uma Europa e uma América do Norte garantidora de direitos (FRANÇA, 2017; WEBER, 2016). Com a migração venezuelana para o Brasil, essas fronteiras entre "Estados acolhedores" para a população LGBTI+ e "Estados violadores de direitos" são redesenhadas pela resposta do Estado brasileiro e pelo fluxo migratório em si dentro de um contexto regional, em que as realidades são parecidas e, ao mesmo tempo, contraditórias. Parecidas porque, bem como veremos ao logo desta tese, Brasil e Venezuela se estruturam por uma LGBTI+fobia fundante que traduz os problemas e ausências relacionadas a questões de gênero, sexo e sexualidade. Contraditórias porque, como veremos nas próximas páginas, apesar de venezuelanas LGBTI+ procurarem uma vida melhor nas cidades brasileiras, o Brasil continua sendo campeão em assassinatos e violências LGBTI+fóbicas no mundo (GASTALDI et al., 2021).

Essa homossexualidade virtuosa vista pela régua temporal de um Ocidente "avançado" também acaba trazendo consigo o debate ligado ao gênero e ao corpo sexual quando pensamos na existência de pessoas transgênero, não-binárias[16] e intersexo e assenta a figura das pessoas LGBTI+ como um grupo social específico como será apresentado no capítulo 1. Mesmo vivendo realidades diferentes a partir de cada identificação e carecendo de mais fontes mais bem estruturadas na legislação internacional, pessoas LGBTI+ têm sido vistas por meio de uma óptica aglutinadora de direitos e, por isso, são inseridas em discursos, práticas e protocolos particulares se consideramos uma lógica humanitária mundialmente aplicada, por exemplo. Empreitadas logísticas como a Operação Acolhida precisam, se querem seguir os parâmetros de um acolhimento humanitário referenciável, estar atentas às vulnerabilidades de pessoas LGBTI+ enquanto população que possui determinadas demandas e singularidades. Mas essa recitação das lacunas e benesses dessa logística também interfere na vida de pessoas LGBTI+ de formas distintas e bastante particulares se entendemos o movimento migratório entre Venezuela e

[16] Pessoas não-binárias têm gêneros que estão além do binário "homem" e "mulher" e podem expressar esses gêneros de uma forma mais masculina, mais feminina, fluida ou sem qualquer relação com masculino e feminino. Ver mais em: https://transequality.org/issues/resources/understanding-non-binary-people-how-to-be-respectful-and-supportive. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Brasil, a lógica de Estado manejada pelo governo federal de Bolsonaro e um humanitário repetidor de seu *modus operandi*.

Esta pesquisa pretende, como o seu título tenta expressar, trazer alguns rastros[17] – nunca definitivos – sobre o acolhimento humanitário da Operação Acolhida de 2018 até o ano de 2022 como resposta do Estado brasileiro e de um humanitarismo internacionalmente fundamentado para com população LGBTI+ venezuelana no Brasil. Comentando "Da Gramatologia" de Derrida, Butler (2016) chama atenção para a palavra "*trace*" no pensamento do filósofo e que aqui será reproduzida como "rastro". O rastro é a marca do apagamento da presença racional e constituidora daquilo que é. É aquilo que resta. É a marca de que não há origem fundadora das coisas, mas sim repetições amparadas por normas sociais, que constituem significados interpretáveis contingentemente (BUTLER, 2016). Esse contexto será melhor trabalhado no capítulo 2 deste texto. Aqui, contudo, rastro é, em primeiro lugar, um substantivo que denota "coisa", "ato" ou "discurso" em operação no acolhimento humanitário brasileiro de refugiadas e migrantes venezuelanas apresentado na pesquisa de forma localizada e parcial.

Este texto se propõe a entender como migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas têm sido acolhidas no Brasil e como esse acolhimento (re)cria condições de (im)possibilidade específicas para essa população no país ao reconstruir, de maneira não intencional, certas normas sociais a partir de atos, práticas e discursos próprios do universo aqui investigado. Para isso, essa seção delineará alguns conceitos importantes, fornecerá algumas justificativas para o recorte engajado e traçará o desenho da pesquisa como forma de apresentar alguns limites, pressupostos e urgências de debate, os quais serão fundamentais para compreender os objetivos do trabalho e o caminho organizado com os capítulos subsequentes a este.

2.1. Conceitos

Antes de adentrar mais especificamente os objetivos e recortes desta pesquisa, é fundamental esclarecer alguns conceitos que perpassarão este texto. Primeiro, precisamos entender as diferenças entre "refugiada" e "migrante" e o porquê dessas duas categorias da migração aparecerem juntas aqui. É importante dizer que o meu interesse no tema da migração surge com leituras críticas que

17

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

contextualizam a proteção internacional do refúgio como uma questão de mobilidade, direitos humanos e hospitalidade. Assim, o capítulo 1, como esforço de revisão de literatura, cobre vastamente o tema do refúgio e suas intersecções com gênero, sexo biológico e sexualidade. O fluxo migratório venezuelano, contudo, borra as fronteiras entre refugiadas e migrantes, uma vez que a residência temporária tem sido oferecida no Brasil, inclusive pela Operação Acolhida, para essa população como forma de regularizar as pessoas que têm chegado ao país. Falaremos melhor sobre as formas de regularização migratória brasileiras que têm contemplado venezuelanas no capítulo 3, pelo qual fica ainda mais clara a escolha de manter "refugiada" e "migrante" como dois nomes que dizem sobre o mesmo contexto a ser analisado.

Toda refugiada é também uma migrante internacional se considerarmos que são pessoas que estão fora de seus países de origem. O refúgio, porém, é uma proteção internacional a pessoas que foram forçadas a deixar os seus países de origem por risco de vida e perseguição e não podem retornar até esses lugares porque não contam com a proteção de seus respectivos Estados. O refúgio[18] foi criado pela Convenção das Nações Unidas relativa ao Status de Refugiado[19] de 1951 e faz parte do mandato do ACNUR. Esse documento é assinado por 146 países e, no Brasil, é implementado por meio da Lei Nº 9.474[20] de 1997. Por sua vez, a migrante internacional é aquela que está fora do seu país de origem e reside no Brasil temporária ou definitivamente. Aqui, diremos apenas "migrantes" para citá-las. Essas pessoas podem voltar aos seus países de origem sem correr riscos e se estabelecem em território brasileiro a partir de modalidades de regularização migratória – como a residência temporária – que serão melhor exploradas depois. A Lei Nº 13.445[21] de 2017 é que regulamenta direitos e deveres de migrantes no país.

A diferença que parte da literatura sobre o assunto e também que os próprios Estados costumam operacionalizar é de que há distinções consideráveis entre o

[18] O capítulo 1 aprofundará a história sobre a proteção internacional do refúgio.

[19] Ver mais em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

[20] Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

[21] Ver mais em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

"refugiado legítimo" e o "migrante econômico", as quais são estabelecidas legalmente e devem ser respeitadas domesticamente e internacionalmente. A questão é que há um estresse das categorias que fundamentam o mundo da migração quando aplicadas no mundo real e prático das coisas. Os grandes fluxos migratórios não costumam ser homogêneos e os rótulos são representações sociais e políticas que não dão conta de todo um universo de experiências e problemáticas e nem se esgotam na administração da vida e dos corpos que se deslocam (SANTOS, 2020). Esse é um ponto de inflexão com um debate sem fim. A diferença marcada aqui com o caso da migração venezuelana, entretanto, acaba sendo mais burocrática, já que a vulnerabilidade social das pessoas que chegam ao Brasil é quase a mesma entre aquelas que se tornam residentes temporárias ou se tornam solicitantes de refúgio e refugiadas. O Brasil, inclusive, reconhece a "grave e generalizada violação de direitos humanos" na Venezuela seguindo definições estendidas sobre o refúgio da Declaração de Cartagena[22] desde 2019 como veremos no capítulo 1 e a gravidade da situação em Roraima como supracitamos com os decretos presidenciais de 2018, marcando um fluxo internacional de pessoas, em geral, vastamente empobrecidas e necessitadas por serviços básicos.

Outras diferenciações conceituais mais tangenciais também devem ser feitas. Um desentendimento comum é confundir os termos "refúgio" e "asilo". Talvez porque o termo em inglês para refúgio seja "*asylum*", essa tradução direta para o português brasileiro tenha desencontros. O conceito de asilo difere da proteção internacional do refúgio, uma vez que o primeiro acontece desde a antiguidade e, hoje, é praticado costumeiramente na América Latina. O asilo se restringe apenas à perseguição política e não possui políticas públicas ou órgãos específicos que cuidem da sua implementação e da integração da pessoa asilada, bem como não possui cláusulas de exclusão e restrições comuns ao refúgio como entenderemos. A Convenção sobre Asilo Diplomático[23] de 1954 escrita em Caracas é um importante balizador jurídico do asilo regionalmente (RODRIGUES, 2021). Outro conceito não tão próximo, é o de apatridia, o qual se refere a pessoas que não possuem nacionalidade reconhecida por nenhum Estado. O ACNUR tem mandato

[22] Ver mais em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

[23] Ver mais em: http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-46.htm. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

específico para essa população também e o Brasil possui protocolos que facilitam a naturalização e o reconhecimento da apatridia em território nacional, pelos quais se permite a residência no país em situação diferente a do refúgio[24].

Utilizaremos aqui os termos "refúgio LGBTI+" ou "migração LGBTI+" para endereçar o tema central desta pesquisa de modo a engajar com uma questão que deve ter nomeadas suas fronteiras para fins analíticos. Mas toda fronteira vive esgotamentos no encontro com as diferenças, assim como os conceitos, as categorias, os protocolos e os discursos. Por isso, é necessário pontuar algumas lacunas que o termo "refúgio/migração LGBTI+" constitui quando é repetido por esta tese. Primeiro, vemos os entraves de uma abordagem mais panorâmica pensando o amplo espectro de corpos, necessidades e identificações que o termo LGBTI+ oferece. São perdidas aí experiências singulares mais profundas de cada grupo dentro desse guarda-chuva conceitual, principalmente, quando consideramos a urgência em entender os desafios vividos por pessoas trans e travestis[25] no Brasil e de propor caminhos para a mitigação das violações de direitos. Além disso, as intersecções de gênero, raça, classe, sexualidade, nacionalidade (...) da população LGBTI+ e, por conseguinte, desses grupos dentro dessa comunidade acabam ficando em segundo plano, uma vez que há um enfoque mais geral sobre o trabalho da Operação Acolhida para com todas as pessoas que se compreendem como LGBTI+.

Ainda assim, levando em conta o que Andrade (2016) pontua, há poucos trabalhos com relação à identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico envolvendo migração e refúgio. A maioria deles é muito recente como veremos no capítulo 1. Faltam também entidades públicas e privadas que tenham expertise em gênero, sexo e sexualidade e também em migração e refúgio como também entenderemos (ANDRADE, 2016). Nessa dinâmica, percebendo que há uma invisibilidade desse tema dentro dos meios especializados, tecer uma análise panorâmica faz sentido como esforço de desbravamento de uma área ainda pouco estudada e trabalhada no Brasil. Ademais, considerando que são rastros

[24] Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

[25] A travestilidade é um gênero latino-americano de pessoas se identificam com uma identidade feminina (a travesti), mas não reivindicam a identidade "mulher" por motivos pessoais, sociais, raciais, políticos e/ou econômicos. Ver mais em: https://antrabrasil.org/sobre/. Acesso em 17 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

performativos, ou seja, que constroem uma visão parcial, temporal e local sobre um tópico, não há pretensões aqui de tentar realmente dar conta de todo o universo da migração e do refúgio LGBTI+, nem ao menos, do acolhimento humanitário da Operação Acolhida para com essas pessoas. Apesar do trabalho analítico deste texto ser panorâmico, ele não pode ser totalizante e nunca estará completo.

Guardadas as minúcias do universo da migração, um conceito que se faz fundamental para entender a realidade de pessoas LGBTI+ é o da LGBTI+fobia. A LGBTI+fobia, já citada em páginas anteriores, é a expressão de ódio por pessoas LGBTI+, explícita ou velada, e que pode se dar de várias formas e por diferentes agentes a partir de agressões físicas e psicológicas, assassinatos, discurso preconceituoso e outros meios. A LGBTI+fobia aqui é lida como um problema estrutural do Brasil e tem sido trazida como uma questão também muito presente na Venezuela como veremos com os relatos das participantes entrevistadas para a tese apesar de não ser foco da pesquisa investigar a situação venezuelana internamente. E é estrutural porque ela perpassa toda a vida, as burocracias e as instituições no Brasil, o que torna difícil estabelecer uma causa ou soluções únicas, pois a LGBTI+fobia habita até os mínimos interstícios da sociedade e da cultura (GASTALDI et al., 2021). Mesmo que, hoje em dia, esse tipo de violência seja criminalizado no país como será colocado no capítulo 3, combater a LGBTI+fobia em sua diversidade de contextos requer um esforço cotidiano e nunca final.

Compreenderemos a LGBTI+fobia estrutural como efeito da norma do gênero-sexo-desejo pensada por Butler (2003), a qual alinha gênero, sexo biológico e sexualidade por meio da reprodução heterossexual e que será tratada com propriedade no capítulo 2. Nesta introdução, contudo, é importante marcar que a norma que fundamenta os nossos parâmetros sobre gênero, corpo sexual e sexualidade se desdobra em infindáveis efeitos e a LGBTI+fobia é um desses desdobramentos normativos, o qual cria exclusão e gera violências. Dizer que esse ódio estrutura a sociedade e a cultura brasileiras, porém, não significa dizer que a LGBTI+fobia não pode ser contornada ou gerar novos elementos. Muito pelo contrário, a própria recitação performativa desses discursos, práticas e atos pode abrir espaço para novas reiterações, leituras e efeitos como veremos com Butler (1997; 2003). De toda maneira, é imprescindível considerar as duras consequências que essa norma e seus efeitos criam no mundo como ficará claro com os dados

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

quantitativos apresentados na próxima subseção como justificativa do recorte da pesquisa.

2.2. Justificativa

Por que a escolha do fluxo LGBTI+ venezuelano para o Brasil como tema central da tese? Primeiro, porque esses deslocamentos inspiraram a organização e execução da primeira operação internacional humanitária no Brasil em 2018 como já mencionamos. A Operação Acolhida foi pensada como esforço humanitário e logístico para o acolhimento das migrantes e refugiadas vindas da Venezuela, inclusive, porque já são mais de sete milhões de pessoas pelo planeta[26], o que coloca esse fluxo migratório como um dos maiores do mundo atualmente. A empreitada brasileira, nessas circunstâncias, chama a atenção por mobilizar vários atores distintos e por trabalhar esse acolhimento a partir de frentes específicas de atuação, implicando em reiterações e questões igualmente particulares pensando o contexto do Brasil, não só com as pautas LGBTI+, de migração e do refúgio, mas também com os serviços públicos, as burocracias e o acesso a direitos. Outrossim, a situação e o perfil das atendidas também estabelecem um encontro único de fatores, os quais tornam a Operação Acolhida e a hospitalidade brasileira um relevante tema de análise.

Segundo, porque o Brasil é o quinto destino de migrantes e refugiadas da Venezuela no mundo: temos Brasil com 388 mil venezuelanas, Chile com 444 mil, Equador com 502 mil, Peru com 1.49 milhões de pessoas e Colômbia com 2.48 milhões até dezembro de 2022 segundo dados da plataforma R4V[27]. No país, temos um total de mais de 63 mil refugiadas reconhecidas. Desse montante, 80.93% corresponde a refugiadas venezuelanas segundo o Painel Interativo de Decisões sobre Refúgio no Brasil[28]. Somente em 2021, houve 22.856 solicitações de refúgio de pessoas da Venezuela, somando 78,5% do total segundo a sétima edição do relatório Refúgio em Números (JUNGER et al., 2022). No sítio eletrônico da Operação Acolhida, consta que já foram 2,6 milhões de atendimentos na fronteira[29] até dezembro de 2022. Não há dados desagregados disponíveis, no entanto, sobre

[26] Ver mais em: https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes. Acesso em 17 de dezembro de 2022.
[27] Ver mais em: https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes. Acesso em 17 de dezembro de 2022.
[28] Ver mais em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNlN2ZkNjZmMWVlIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9&pageName=ReportSection. Acesso em 17 de dezembro de 2022.
[29] Ver mais em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida. Acesso em 17 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

população LGBTI+ especificamente. De todo modo, fica claro o protagonismo que o fluxo migratório venezuelano tem ao pressionar os sistemas brasileiros de solicitação de refúgio ou residência, tornando o tema um importante tópico dentro da agenda e do debate sobre deslocamentos internacionais no Brasil.

Evidencia-se, então, um fluxo que é também regional e reforça a relação entre dois países latino-americanos nesse caso: Venezuela e Brasil. Por esse encontro entre culturas e pessoas, são acionadas ideias preestabelecidas que assentam uma certa imagem do Brasil como um vizinho acolhedor, respeitador de direitos e economicamente próspero em contrapartida com uma Venezuela em situação econômica e social vulnerável, pela qual as pessoas acabam vendo a emigração como única saída. Nesse sentido, hierarquias e imaginários são mobilizados não só politicamente, como veremos com o governo Bolsonaro, mas também socialmente. A Operação Acolhida é símbolo de reafirmação dessas dinâmicas ao jogar com a possibilidade de uma acolhida universal e com o imaginário de uma vida melhor no Brasil. Esses elementos aparecerão com mais força nos relatos das participantes entrevistadas na pesquisa. Por ora, é importante marcar que existem aproximações e diferenças entre os dois países, as quais configuram certas ideias que, por vezes, dizem sobre a realidade que migrantes e refugiadas, principalmente LGBTI+, podem gozar.

Terceiro, porque o Brasil possui um histórico violento para com população LGBTI+ seja ela migrante ou brasileira. Segundo dados do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, em 2020, foram 237 mortes causadas por LGBTI+fobia no país. Em 2021, segundo dados da mesma entidade, foram 316 mortes em um total, marcando um aumento de 33,33% nesses números, os quais consideram homicídios, latrocínios, suicídios e outras mortes. Isso quer dizer que, em 2021, a cada 27 horas, uma LGBTI+ morria no Brasil por conta do preconceito e da discriminação que incidem sobre esses corpos. Isso coloca o país como número um em mortes quando comparado a outros países do mundo, inclusive, aqueles que têm pena de morte relacionadas à gênero, sexo e sexualidade[30]. Os dossiês aqui

[30] Atualmente, 13 países têm pena de morte relacionadas a pessoas LGBTI+: Arábia Saudita, Afeganistão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Mauritânia, Paquistão, Sudão, partes da Nigéria, partes da Síria e partes da Somália. Ver mais em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/#dossi%C3%AA-completo-de-mortes-e-viol%C3%AAncias-contra-lgbti+-no-Brasil-em-2021. Acesso em 17 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

citados reforçam ainda que há uma grande subnotificação sobre violências contra pessoas LGBTI+ no território brasileiro, uma vez que faltam dados governamentais disponíveis acerca do assunto (GASTALDI et al., 2021; ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+ et al., 2022).

Além disso, o Brasil também é o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo. Segundo dados do Transrespect Versus Transphobia Worldwide (TVT), em 2020, foram notificadas 350 mortes de pessoas trans no mundo e o Brasil ocupa a primeira posição com 152 mortes (40.53% do total). Em 2021, segundo dados do mesmo projeto, foram totalizadas 375 mortes pelo mundo, sendo 125 somente no Brasil (33.33% do total) (TVT, 2020; TVT, 2021). O cenário apresentado reforça uma baixíssima expectativa de vida de pessoas trans e travestis no Brasil, que tem sido estimado como sendo de apenas 35 anos (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021). Todos esses dados apresentados mostram a importância de visibilizar narrativas, experiências de vida e demandas da população LGBTI+ no Brasil, ainda mais quando o fato de ser migrante e refugiada se soma a um contexto de exclusão e violências já previamente estabelecido. Ademais, há poucos dados em termos nacionais que se debrucem sobre a intersecção entre migração, refúgio, gênero, sexo e sexualidade. A única iniciativa do ACNUR em parceria como o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)[31], apresentada no capítulo 1, data de 2018 e segue desatualizada por conta da intensificação do fluxo venezuelano para o país.

Quarto e último ponto, porque o trabalho de acolhimento humanitário não tem fim como esforço de hospitalidade tal qual como vimos com Derrida (2003). Por isso, a pretensão desta pesquisa é a de tecer uma crítica responsável sobre o acolhimento humanitário de venezuelanas LGBTI+ no Brasil pela Operação Acolhida por meio de seu caráter interagências. Essa crítica parte não só da minha experiência enquanto pesquisadora, mas também enquanto ativista dos direitos humanos e da causa da migração e do refúgio LGBTI+ como será elaborado nas próximas páginas. Nesse sentindo, há de se reconhecer o trabalho pioneiro que tem sido feito no Brasil com a operação em debate, principalmente, no que diz respeito às agências da ONU e sua atenção para com a população LGBTI+. De toda forma, como trabalho que é sempre provisório e passível de discussão, o engajamento

[31] Ver mais em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional. Acesso em 17 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

analítico aqui estabelecido com a questão visa trazer novos pontos de vista sobre esse acolhimento humanitário ao engajar a realidade brasileira, as experiências da sociedade civil e de operadores humanitários e um olhar performativo sobre gênero, sexo, sexualidade, migração e refúgio ao rastrear alguns discursos, atos, protocolos e práticas que os constituem.

2.3. Desenho de Pesquisa

A presente pesquisa se guiará pelo problema estabelecido abaixo e será amparada por objetivos gerais e específicos. Pensando no que foi apresentado anteriormente, e entendendo alguns recortes analíticos e teóricos que serão apresentados a seguir, o intuito deste texto não é o de esgotar as (im)possibilidades (re)criadas pelo acolhimento humanitário de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida, mas o de apresentá-las a partir de como elas foram se dando por entre os caminhos percorridos até aqui. Por isso, e como já indica o título do trabalho, apresentaremos rastros desse universo sem necessariamente delimitar origens e fins conclusivos, mas apontamentos que organizam os achados da pesquisa ponderados pelo dinamismo dos processos do contexto em questão.

Nesse sentido, o problema desta tese *é compreender como a Operação Acolhida – operação humanitária montada em Roraima e Manaus – acolhe as migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas e como ela (re)cria condições de (im)possibilidade específicas para essa população performativamente*. Seguindo um recorte temporal de 2018, seu ano de criação, até 2022, esta tese se propõe a investigar gênero, corpo sexual e sexualidade no contexto da migração e do refúgio na Operação Acolhida ao coadunar Estado e humanitarismo. É nessa intersecção normativa e social, que a tese visa contribuir para o debate ainda insipiente sobre população LGBTI+ nas Relações Internacionais e nos estudos de migração humana, bem como inserir o debate da migração e do refúgio nos estudos de gênero e sexualidade.

A tese é um enquadramento panorâmico da intersecção entre Estado, humanitarismo e migração LGBTI+ entendendo que a reiteração performativa de protocolos, leis, aparatos jurídicos, políticas, diretrizes que constituem a Operação Acolhida pode (re)criar situações não-intencionais em que a LGBTI+fobia estrutural reincide na realidade de migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+. A lógica humanitária traz consigo as narrativas e protocolos da crise, da emergência

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

estabelecendo pressa e reforçando ausências constitutivas. O Estado traz consigo a demanda da contenção, da gestão e governo das populações e espaços, criando narrativas de (des)acolhimento. A realidade social LGBTI+fóbica traz consigo atravessamentos culturais locais e transfronteiriços em que imperam lacunas, silêncios, segregação e violências.

Nessa sobreposição normativa e regulatória do contexto de acolhimento da Operação Acolhida, a população migrante e refugiada LGBTI+ necessita de integração a médio e longo prazo e de políticas que garantam seus direitos no país. Demandas de empregabilidade, saúde e assistência social se multiplicam em um universo em que o pensamento de curto prazo é reproduzido de forma central. A vulnerabilidade social das pessoas LGBTI+ venezuelanas que acessam o acolhimento brasileiro acaba encontrando os contornos dos protocolos e diretrizes, que apartam ao criar um banheiro específico para a população LGBTI+ nos abrigos e que não têm integração forte com a sociedade civil LGBTI+. Além disso, protocolos e diretrizes que também têm problemas ao manejar estratégias de interiorização pelo território brasileiro desse contingente baseado em Roraima em grande parte. Mas essas mesmas políticas e diretrizes estabelecem boas práticas com grupos de debate em gênero e sexualidade, a criação de espaços seguros para pessoas LGBTI+ e a atuação de poucos atores engajados. Esses achados da pesquisa serão apresentados ao longo dos capítulos 4 e 5 e estabelecerão apontamentos para uma reflexão em torno da adaptação de protocolos e de uma crítica dialógica.

Por isso, os objetivos gerais da pesquisa são dois. Primeiro, discutir sobre os discursos, práticas, protocolos e regras humanitárias e de Estado – entendendo as instituições e normativas brasileiras – que envolvem a migração, o refúgio e a população LGBTI+. Segundo, pensar sobre os direitos, as demandas e os desafios para uma vida plena de migrantes e refugiadas LGBTI+ no Brasil a partir de um acolhimento dessa população que mitigue a LGBTI+fobia. Suplementando essa perspectiva, os objetivos específicos da pesquisa são quatro. Primeiro, entender como a figura da migrante e da refugiada LGBTI+ venezuelana é construída pela Operação Acolhida performativamente. Segundo, entender como condições de (im)possibilidade específicas são (re)criadas para migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas pela Operação Acolhida performativamente. Terceiro, entender como essas reiterações podem incidir no cotidiano da própria Operação Acolhida. Quarto,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

entender como essas reiterações podem incidir na vida das migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas.

Para isso, a tese, além desta introdução, contará com cinco capítulos mais um breve texto de apontamentos finais. O primeiro capítulo trará uma revisão de literatura sobre humanitarismo, a proteção internacional do refúgio e suas intersecções com população LGBTI+ como primeiros interesses que baseiam a pesquisa. O segundo capítulo trará uma revisão de literatura sobre a ideia de performatividade de Butler (1997; 2003) percorrendo seus interlocutores e referências ao traçar entendimentos sobre gênero, corpo sexual, sexualidade e normatividades. O terceiro capítulo se trata da primeira parte da investigação sobre o acolhimento humanitário da Operação Acolhida para com população LGBTI+. Ele traz perspectivas de uma visita de campo feita em 2019 a Roraima e já pensa o tema por meio do ponto de vista analítico da performatividade, além de apresentar outras formas de regularização migratória presentes na regularização de venezuelanas no Brasil que não o refúgio. Mais sobre o contexto e a realização da visita de campo citada será apresentado nas próximas páginas.

O quarto capítulo investiga o acolhimento humanitário da Operação Acolhida para com população LGBTI+ por meio de entrevistas realizadas com operadores humanitários da estrutura logística aqui tratada. O quinto capítulo, por sua vez, investiga o acolhimento humanitário da Operação Acolhida para com população LGBTI+ por meio de entrevistas realizadas com a sociedade civil especializada que atende população migrante e refugiada LGBTI+ venezuelana no Brasil. Mais sobre o contexto e a operacionalização das entrevistas utilizadas nos capítulos 4 e 5 será apresentado nas próximas páginas. Por fim, os apontamentos finais reunirão algumas das críticas construídas ao longo da pesquisa de modo a identificar desafios e indicar caminhos de atenção. Ainda assim, para organizar alguns pontos de partida e diferenciação da pesquisa, a próxima seção discorrerá sobre algumas compreensões conceituais importantes, bem como sobre as estratégias analíticas delineadas na pesquisa e seus veículos.

3. Pontos de Diferença: uma Epistemologia Feminista Pós-Estrutural

3.1. A Performatividade de Judith Butler

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Por que o nó entre gênero, sexualidade, sexo biológico, migração e refúgio é complicado de se desatar? O que exatamente na figura da refugiada e da migrante LGBTI+ reverbera quando pensamos uma atuação humanitária específica? E quais práticas, atos, discursos e narrativas podem ser apreendidos ao se (re)criar certas condições de (im)possibilidade para essa população? Temos aí que começar pelo gênero, pelo sexo e pela sexualidade para compreender uma certa epistemologia feminista pós-estrutural que, não só será importante para se pensar as questões próprias das experiências e corpos LGBTI+, mas também do próprio contorno do humanitário sobre essas expressões de vida no caso específico da Operação Acolhida. Para isso, começamos aqui uma introdução ao pensamento da performatividade da filósofa norte-americana Judith Butler. Pensamento esse que será amparado por dois livros em particular: Problemas de Gênero (2003) – em inglês *Gender Trouble* publicado em 1990 – e *Excitable Speech* (1997). Mesmo que apareçam referências outras, sigo com e contra essas duas obras para pensar uma performatividade que constrói gênero, sexualidade e corpo sexual, mas também incide nas construções normativas, práticas e discursivas que a acolhida humanitária em um certo espaço, tempo, localidade e para com uma certa população pode gerar.

Essa ressalva se deve porque Butler é uma filósofa viva que continua criando e pensando a performatividade por outras formas e aspectos. A professora Carla Rodrigues (2019) marca, por exemplo, uma performatividade em três tempos: linguística, do gênero e dos corpos em assembleia. Pensar a performatividade em três tempos pode ser interessante para futuras pesquisas, mas o que de fato me chama a atenção nessa Butler (1997; 2003) específica em que eu mobilizo é a sua leitura de gênero (e, consequentemente de sexo e sexualidade como veremos) e sua leitura sobre o discursivo, o normativo na construção de sentidos que se expressam pelo reforço repetitivo, citacional e ritualizado de ideias pretensamente universais, necessárias ou verdadeiras. Nesse sentido, uma leitura mais próxima de um primeiro e de um segundo tempos será melhor endereçada no capítulo 2 desta pesquisa sem necessariamente marcar de forma precisa esse processo em tempos do pensamento da filósofa apresentado por Rodrigues (2019).

Para começar a rastrear o pensamento dessa Butler (1997; 2003) que mobilizo aqui, é importante explorar alguns rastros da construção das categorias e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

normas de gênero, sexualidade e sexo biológico. A medicina tem um papel fundamental no reforço da ilusão de um gênero natural e dado no mundo pelas diferenças entre homens e mulheres. Os saberes médicos canônicos estão intimamente ligados a um essencialismo de gênero alentado por genitália, por hormônios, por material genético e o que se espera dessas variáveis na construção de comportamentos, preferências e certos modos de ser/viver. Como se o corpo realmente precisasse estar e sentir-se de certa forma para ter um determinado gênero (sexualidade) (BUTLER, 2004). Um corpo sexual, ou um gênero (e uma sexualidade) são muito mais complexos do que a lógica "ou isso ou aquilo" pressupõe. Os intervalos e espectros variados não são capturáveis pelo conhecimento científico (embriológico, endocrinológico, cirúrgico, psicológico, bioquímico, neurológico e antropológico, por exemplo) que utilizamos para decidir se alguém é homem ou mulher (heterossexual ou homossexual; cisgênero ou transgênero) (FAUSTO-STERLING, 2000).

Nesse contexto, e de forma a tensionar o entendimento de gênero e a discussão feminista sobre a categoria mulher, Butler (2003) elabora sobre a performatividade dos gêneros instituída por atos, comportamentos, práticas e discursos que consolidam por repetição a impressão de uma realidade anterior, óbvia e estável em seu livro Problemas de Gênero (2003). O que ocorre, segundo a filósofa, é um fenômeno que está sendo (re)produzido incessantemente e que não está lá desde o início, podendo ser reorganizado e reinterpretado (BUTLER, 2003). A performatividade não é estável e nem coerente, e está ligada a sujeitos (e, no caso desta tese, normativas, atos e práticas do acolhimento humanitário também) contingentes, dados no intercâmbio social, nos intervalos e sem um destino final. Ela desmascara a explicação biológica do gênero e vai além na explicação do gênero como construção social ao trazer as operações da linguagem no mundo social para discussão.

Butler (2003; 2004) propõe que as noções de inteligibilidade, verdade e poder estão intrinsecamente ligadas seguindo uma linha de pensamento foucaultiana como veremos nos próximos capítulos. Nesse sentido, o que faz reconhecer gêneros é um dispositivo tal qual aquele que reconhece um ente como sujeito. A partir de práticas e narrativas que são repetidas constantemente, o corpo sexual, a sexualidade e o gênero são emulados. O status de normalidade, de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

construção possível navega por entre discursos, saberes e atos que organizam a ideia de uma história, identificação ou narrativa que corresponda a uma "verdade", à norma (BUTLER, 2003; 2004). Lendo Derrida (2010), Butler (2004) diz que quando se fala, ou seja, quando se joga o jogo do gênero (sexo e sexualidade), está se falando uma língua já falada, mesmo que alguém fale algo novo. Indo além, a filósofa vê a possibilidade do novo aflorada mesmo que do acaso (BUTLER, 2003; 2004).

A própria leitura de Derrida (1988) sobre a teoria dos atos de fala de Austin (1990) é fundamental para entender a performatividade de Butler (1997; 2003). A procura pela verdade e sucesso das afirmações performativas – ou seja, aquelas que fazem algo no mundo – em Austin (1990) é desafiada por Derrida (1988) quando o filósofo chama atenção para as infelicidades como parte estrutural daquilo que é o performativo. Derrida (1988) foca na possibilidade de a afirmação performativa citar a sua norma, mas através da diferença. Diferindo daquilo que é esperado, o performativo cita a norma e adia os efeitos, as consequências disso. O que Butler (1997; 2003) faz é partir da crítica de Derrida (1988) para colocar o corpo presente e a realidade das coisas a partir dos sujeitos. A possibilidade de emular algo novo, que se difere, gera efeitos que criam condições de possibilidade no mundo. Focando em gênero, Butler (1997; 2003), ao pensar uma teoria da performatividade, entende que a cultura e o acúmulo histórico são importantes para determinar normas de gênero que se entremeiam com sexualidade e sexo biológico pelo alinhamento gênero-sexo-desejo. De todo modo, essas normas não são perfeitas porque ao se repetirem mostram a fantasia de seus discursos, práticas e atos como um artifício político, local e temporal. Nesse jogo, diferentes formas de vida e corpos passam a ser possíveis a partir de reinterpretações da norma (LOIZIDOU, 2007).

Então, o corpo é veículo das inscrições normativas do presente e está fundamentado pelo passado a partir da cultura, da história e do local. Essa perspectiva genealógica do poder da norma ou das normas do poder é herança de sua leitura de Foucault (1995; 1996; 1999) que se apresentará no capítulo 2 desta tese. A história é vista, por sua vez, como um estudo das (des)continuidades e rupturas dos discursos, atos e práticas que criam cenários discursivos que coadunam condições de possibilidade reais. A performatividade de Butler (1997; 2003) é discursiva, mas não é descolada da realidade material e figurativa, uma vez que o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

corpo pode resistir à norma que o inscreve, mostrando as limitações da própria norma e alguns de seus efeitos políticos. Aqui, porém, não encontramos verdades orientadas pela transferência semântica de significados originais. Os significados são sempre provisórios, portanto, estão acontecendo em gerúndio e, por isso, podem ser reorganizados e reapropriados na transgressão de uma realidade conformada (LOIZIDOU, 2007).

Em suma, ter um gênero, uma sexualidade, um corpo sexual (ou conferir direitos e criar políticas, protocolos e encaminhamentos, por exemplo) aciona uma série de atos de fala que incluem ações e elocuções que todos nós trazemos à existência como ideias que são facilmente presumidas ou referências universais. Essas construções performativas, contudo, são dadas sobre uma linguagem que não tem ligação óbvia, coerente e certeira com os fatos e o mundo aí. Sua inteligibilidade se dá a partir de uma repetição de atos, palavras, gestos, modos de ser e pensamentos que fazem referências a normas, convenções e tradições que não são naturais, estáveis e nem evidentes. Atos performativos criam o mundo (identidades, direitos, relações, estruturas) por meio de citações, que não são necessariamente propositais. Como vimos, Butler (2003) também afirma que a inteligibilidade de um ato performativo aceita citações fora de convenções hegemônicas, sendo entendidas como subversivas. O agir de modo familiar em um novo contexto pode criar mal-entendidos que, por sua vez, podem se abrir para algo novo: novas normas, novos modos de ser, novas realidades. Esse novo pode, inclusive, ser constituído nesse processo de repetição sem ter uma referência anterior explícita (BUTLER, 2003). Mesmo assim, fica claro que a performatividade confere gênero, sexo, sexualidade e atuação humanitária normativas acima de tudo, que continuam ressoando uma visão específica e pretensamente verdadeira como se fosse reflexo do mundo material e exterior.

Em geral, os movimentos performativos que Butler (1997; 2003) traz como o próprio ato de alguém nomear a partir de uma certidão de nascimento e/ou de um documento com valor jurídico devem ser rastros importantes desse intercâmbio de relações, poderes e discursos que criam uma realidade pretensamente necessária e verdadeira. A possibilidade de encarar a performatividade como prática discursiva que é produzida de forma situada é própria da filosofia de Butler (1997; 2003), que vai além da abstração e assume seus efeitos na criação de sujeitos e contextos reais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Ainda assim, a filosofia de Butler é capaz de entender operações performativas implícitas que constroem tanto gênero, sexualidade e sexo biológico como um alinhamento óbvio (LOIZIDOU, 2007), quanto o acolhimento humanitário expresso por uma política operacional específica como a que é analisada nesta pesquisa. Neste texto, estou atenta às categorias, protocolos e encaminhamentos que fundamentam e criam condições de (im)possibilidade para migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas no Brasil nomeando um *modus operandi* que tem lastros conceituais, históricos e políticos diversos e complexos e que, também, reproduz uma estrutura que não é premeditadamente pensada como tal.

Mas o que tem de importante na teoria da performatividade de Butler (1997; 2003) para se pensar a Operação Acolhida e a população venezuelana migrante e refugiada LGBTI+? A performatividade aqui é justamente uma estratégia que se apresenta pela linguagem e pelo corpo. A performatividade é uma prática de citação, de repetição da norma – no nosso caso de uma cultura operacional e do alinhamento gênero-sexo-desejo – diretamente ligada ao passado, ao acúmulo de poder e a uma história (LOIZIDOU, 2007). A Operação Acolhida como política de Estado, operação humanitária e estrutura logística é conformada pela repetição de discursos, atos e práticas que geram condições de possibilidade locais e nacionais para migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas. Segundo Loizidou (2007), ao descrevermos esse caminho, esse padrão, estamos executando a performatividade como metodologia que embasa o pensamento. Há de se notar, porém, que esse caminho descrito não se mostra como verdade falseável, uma vez que não pode ser completo e nem definitivo. É uma interpretação que tem como pano de fundo uma epistemologia não-essencialista. Nesse contexto, a ideia de origem única e primordial e de uma causalidade rastreável é posta em xeque por uma filosofia que também é estratégia para se pensar o mundo e a produção dos sujeitos que habitam esse mundo (LOIZIDOU, 2007).

Nessa dinâmica, se entendermos metodologia como o discurso que embasa uma fundação incontestável, de fato, a performatividade de Butler (1997; 2003), a partir de suas heranças político-filosóficas, não pode ser enquadrada como metodologia tradicional. Rodrigues (2018) afirma, inclusive, que o pensamento da desconstrução de Derrida (1988) é um operador não-metodológico da sua filosofia. Apesar de não poder ser considerado um método, a desconstrução pela diferença é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

ainda referência para questões políticas contemporâneas, já que se aplica não na delimitação de um objeto de pesquisa hermético, mas no engajamento analítico para com conceitos e ideias que fornecem uma interpretação sobre o mundo. É com essa leitura, também, que Butler (1997; 2003) se engaja na discussão feminista questionando a universalidade e centralidade da categoria mulher como ponto de partida: pensando o gênero a partir da desnaturalização das identidades. É fazer funcionar o pensamento sem necessariamente aplicar conceitos de forma estanque e generalista. A diferença enquanto marca dos sujeitos e das coisas no mundo está em movimento e não permite uma categorização plena de significado (RODRIGUES, 2018).

A contribuição deste trabalho ao usar a performatividade de Butler (1997; 2003) a partir e contra seus interlocutores como Derrida (1988) e Foucault (1995; 1996; 1999) é investigar como o acolhimento humanitário de migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas no Brasil contribui para a (re)criação de certas condições da realidade social. Nesse sentido, o tema não é esgotado porque se entrelaça com outros atores, questões, discursos e práticas que não são contemplados por um recorte específico. Nesse recorte, também não é analisada uma plenitude de questões por mais panorâmico que tenha sido o engajamento aqui. Por isso, a pesquisa apresenta rastros que nos contam algumas coisas sobre esse questionamento constante que Rodrigues (2018) marca em seu texto com a pergunta "O que é?". As informações e a análise por meio da performatividade de Butler (1997; 2003) não encerram o universo que investigo neste texto muito porque são singulares, um estilo, um modo de operar, que aponta problemas e tensiona a realidade prática das coisas. Ademais, como problema político e social contemporâneo, o acolhimento humanitário de venezuelanas no Brasil continua em aberto, se transformando como veremos nos próximos capítulos.

3.2. Metodologia como Estratégia Analítica e seus Veículos

Malmvig (2006), em um livro sobre a situação do Kosovo, faz uma incursão interessante para se pensar metodologia e métodos para além da "tirania positivista", que prescreve discursos normalizadores ao selecionarem a boa e, verdadeiramente, científica pesquisa. A autora entende por "estratégias analíticas" o conjunto de escolhas teóricas que viabilizam uma leitura analítica sobre um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

determinado assunto. Não é necessariamente o tema de pesquisa que mostra um caminho específico, mas também o analista que seleciona uma estratégia (MALMVIG, 2006). Apesar desta tese ser permeada por momentos diversos e que serão apresentados a seguir, é necessário entender que os discursos científicos não existem *a priori* como verdades a serem instrumentalizadas, mas como construções históricas, locais e, portanto, performativas e recitáveis. Nesse sentido, não deve haver um dado número de normas metodológicas prescritas, nem uma sequência obrigatória de quais métodos devem ser aplicados, mas estratégias analíticas e veículos de operacionalização da pesquisa variados que devem se adequar ao tema e aos objetivos de cada proposta a partir de interesses e formações múltiplas.

O trabalho de Butler (1997; 2003) pela ideia de performatividade é, portanto, inspiração metodológica que se dá em uma abertura plural e nunca plena. Os rastros citados no título desta tese contemplam a impossibilidade de se fazer completo nesta e em qualquer outra pesquisa por mais meticulosa e hermética. Isso não significa dizer que não há preocupação para com as estratégias analíticas, ou que os veículos de coleta de dados aqui aplicados foram usados de forma leviana, mas que o esforço de compreensão aqui construído é discurso que se põe de pé a partir de certas experiências, encontros e históricos. Esses, por sua vez, nunca seriam capazes de esgotar um assunto ou dar conta de tudo que está relacionado a ele. Malmvig (2006), inclusive, chama atenção para as suas estratégias analíticas como recurso empregado justamente para se manter desperta para a crítica. Como no duplo movimento da desconstrução de Derrida (1988) que vai com e contra seus interlocutores.

O processo de pesquisa deste texto é marcado por diferentes movimentos de vida e atuação, que acabam contribuindo para que os apontamentos aqui propostos se desenvolvam e se marquem, sempre provisoriamente, enquanto tais. O primeiro deles é a visita de campo feita à Roraima em companhia dos professores Rickson Rios (UFRR) e Thomas Gammeltoft-Hansen[32] (Universidade de Copenhagen) e da colega de doutorado Luísa Giannini para conhecer as instalações da Operação Acolhida entre os dias 21 e 25 de setembro de 2019. A visita foi guiada pelo ACNUR e financiada pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da PUC-Rio pelas

[32] Fez parte do projeto CAPES PRINT "Cátedra em Estudos de Refugiados / Cátedra Sergio Vieira de Mello - PUC-Rio". O projeto é coordenado pelo professor Florian Hoffmann (Direito – PUC-Rio) pelo número do processo "AUXPE 310650/2018-01".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

cidades de Boa Vista e Pacaraima (cidade de fronteira com a Venezuela). O capítulo 3 narra toda a visita e engaja analiticamente os rastros da viagem com a performatividade para entender como repetições de discurso, protocolos e práticas guiam o acolhimento de humanitário das migrantes LGBTI+ venezuelanas no Brasil a partir daquela estrutura em especifico.

Há também de se mencionar que o interesse em utilizar a performatividade como arena analítica muito se deu a partir dessa visita de campo à Operação Acolhida em Roraima. O "banheiro LGBTIQ+" de um dos abrigos visitados e, que será discutido nos capítulos 3, 4 e 5, trouxe recordações das análises de Butler em *Excitable Speech* (1997) ao se mostrar como uma abertura disruptiva, uma vez que é espaço de segregação e proteção ao mesmo tempo em um gesto próprio daquilo que é performativamente repetido. O acolhimento humanitário de migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas no Brasil, assim, parecia marcar também uma série de reiterações importantes que advinham de lugares de poder localizáveis, mas também de lugares em que não se pode identificar referente claro. O próprio discurso do humanitário faz parte de uma lógica assentada há muito em uma série de discursos, práticas e normas específicas, como será visto no capítulo 1, que produz seus significados e geram efeitos no mundo e, mais especificamente, geram efeitos para vidas migrantes e refugiadas LGBTI+.

O segundo momento é marcado pela minha atuação na organização não-governamental LGBT+Movimento[33] sediada no Rio de Janeiro desde o início de 2021. A organização trabalha no apoio direto, na integração e na criação de redes de afeto para pessoas migrantes e refugiadas que se identificam com alguma das identidades que compõem a sigla LGBTI+. A LGBT+Movimento, até o presente momento, é a única instituição da sociedade civil[34] que presta atendimento exclusivo e especializado para população migrante e refugiada LGBTI+ no país. Ingressei como voluntária da área do Sociojurídico, que estava sendo montada na instituição para pensar demandas sociais e jurídicas das mais diversas naturezas. A regularização migratória dessas pessoas no Brasil, documentação brasileira, acesso

[33] Ver mais em: https://campsite.bio/lgbtmaismovimento. Acesso em 17 de dezembro de 2022.
[34] A Rede de Mulheres Imigrantes Lésbicas, Bissexuais e Pansexuais (MILBi+) é outra instituição que atua, especificamente, com migrantes LGBTI+ no Brasil. Está sediada em São Paulo, mas não tem atendimentos ao público como foco. Ver mais em: http://redemilbi.com/. Acesso em 18 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

a direitos básicos, encaminhamentos gerais, abrigamento, a escuta cuidadosa e o trabalho de pesquisa são algumas das atribuições do Sociojurídico.

Ao longo dessa jornada de organização, pude ter contato com várias dessas demandas, ouvindo e prestando serviços para migrantes e refugidas LGBTI+ não só da Venezuela, mas de outros países de origem. Primeiramente, me envolvi no trabalho de pesquisa da LGBT+Movimento pensando a produção de dados da instituição a partir de relatórios mensais, anuais e sobre projetos específicos. Posteriormente, como coordenadora do Sociojurídico, comecei a ter mais contato direto com as atendidas de modo a prestar um acolhimento direto e local. O estreitamento de laços e a escuta sempre aberta me fizeram sentir e entender algumas questões que os textos acadêmicos não são capazes de fazer. E não são capazes não porque não o querem, mas porque não podem substituir o calor do afeto humano entre pessoas diferentes e a interação por meio de histórias de vida tão ricas e cheias de desafios.

Sobre essas histórias em específico me reservo em não as compartilhar aqui por questões éticas que envolvem minha atuação na LGBT+Movimento e, sobretudo, por um certo cuidado com as ansiedades da pesquisa acadêmica com pessoas em situação de vulnerabilidade social. Spivak (2010) chama atenção para a construção de um Outro subalterno que nunca é equiparável ao "Eu" do saber moderno. É como se as categorias e os conceitos que baseiam o conhecimento de um mundo ocidentalizado reforçassem uma posição de "objeto" a certos corpos, que nunca são suficientes como "sujeitos". Essa "violência epistêmica", inclusive, é bastante comum nas pesquisas com migrantes e refugiadas, as quais não necessariamente são ouvidas a partir de suas demandas e experiências próprias, mas sempre a partir de categorias e estabilizações que anseiam falar mais sobre si mesmas do que sobre a vivência dessas pessoas por seus próprios termos. De forma a evitar esse tipo de construção e reforçar uma forma de dominação não-intencional, não mobilizo aqui entrevistas com refugiadas e migrantes LGBTI+ venezuelanas. Ainda assim, outras pesquisas no futuro podem vir a engajar com a escuta e a fala de migrantes e refugiadas LGBTI+ com objetivo de compreender suas histórias por meio de suas visões de mundo em particular.

De toda forma, seria impossível dizer que esta tese corre em paralelo com o meu trabalho na organização. Esses dois universos se entrecruzam e se sobrepõem,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

inclusive, moldando leituras e interpretações daquilo que precisa ser investigado, pensado e repensado sobre o acolhimento de pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas. E, também, sobre as questões que envolvem o aparato da Operação Acolhida em específico. Um terceiro e último momento, bastante influenciado pela visita de campo de 2019 e pela minha atuação na organização, é o de entrevistas online com as interlocutoras da pesquisa. O online aqui foi pensado como forma de contornar os atrasos que a pandemia de COVID-19 causou no andamento de várias pesquisas que tinham como foco trocas humanas. Manejando limitações sanitárias, temporais e financeiras, a tecnologia apareceu como via mais acessível para continuar esta investigação. Essas várias conversas guiadas por algumas perguntas foram, definitivamente, centrais para aprofundar as questões sobre a Operação Acolhida e sobre as condições de (im)possibilidade (re)criadas para pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas no Brasil (capítulos 4 e 5). Os detalhes desse processo serão apresentados nas próximas páginas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

3.3. Operacionalização da Pesquisa

Como veículos de coleta de dados – e não métodos – empregados nesta pesquisa a partir dos meus pontos de partida analíticos, mobilizo a observação de campo e as entrevistas. A pesquisa não é uma etnografia porque não segue protocolos teóricos e nem se insere nos debates políticos e epistêmicos da Antropologia. Além disso, o trabalho se concentrou mais nas entrevistas online do que na visita de campo, que teve curta duração. Ainda assim, a investigação se inspira na observação de campo sociológica e antropológica como horizonte de primeira referência, sem filiação restritiva a um veículo ou enfoque apenas, já que tem a hibridização e a combinação de algumas formas de se fazer pesquisa como pano de fundo. Na observação de campo, por exemplo, conduzi algumas várias entrevistas sem a formalidade dos horários, termos e perguntas pré-formuladas, já que estávamos sendo apresentados e acompanhados pelos abrigos e instalações da Operação Acolhida. O que tento dizer aqui é que a observação de campo e o interesse em rotinas diárias de produção de realidade social foram suplementados por entrevistas, assim como as entrevistas online foram suplementadas pela visão de campo e pelo interesse na construção performativa desses roteiros e rotinas (FRASER; GONDIM, 2004; BUTLER, 1997).

Pensando a observação de campo, Ingold (2016) chama atenção para os encontros como momentos contingentes de aprendizados que se dão na troca. O autor enxerga a ideia de observação como modo de trabalho, um veículo, mais do que como método em si. A observação não é um absoluto, uma presença inquestionável, mas um desenvolvimento, um "fazer em formação" que transborda e se (re)atualiza sempre. É um processo de educação que se abre no político, desloca e transforma, sem precisar de objetivos finais e trajetórias obrigatórias. A observação nunca está lá. Só acontece quando você a deixa e passa a interpretar os rastros contemplados durante a tarefa. Pesando essa observação como uma maneira de trabalhar (INGOLD, 2016) e o campo como esse vazio produtivo que não tem começo e nem fim (PEIRANO, 2014), vou guiando a pesquisa de forma aberta, sem forma rígida, mas ainda de modo responsivo e reflexivo sobre seus cuidados e debates.

É importante diferenciar que a observação de campo empregada aqui não se deu nos moldes de uma "observação participante" como entende Ingold (2016), já que não imergi no campo como membro daquele universo. A visita de campo empreendida, apesar de se valer da observação de inspiração sociológica e antropológica como supracitado, teve curta duração e estava sendo conduzida pelo ACNUR. Desse modo, entendo que foi feito um trabalho de observação de campo, mas não um trabalho de observação participante nos sentidos que esse conceito carrega. Talvez, a minha atuação como voluntária na LGBT+Movimento se aproxime mais desse entendimento de "participação" na observação, uma vez que construí junto à instituição e às pessoas atendidas uma rotina de trocas pessoais e de trabalho. Mas essa atuação em particular nunca foi pauta direta desta pesquisa e, por isso, não será utilizada como dado ou campo. Como já mencionado, contudo, é impossível dizer que os rastros desse trabalho de participação ativa junto à comunidade migrante e refugiada LGBTI+ no Rio de Janeiro não faça parte também deste texto mesmo que de forma espectral.

O principal condutor da observação de campo – e também das entrevistas como veremos a seguir – é a troca intersubjetiva por entre diferentes narrativas, experiências e encontros. Essa troca aberta e cuidadosa como exercício contínuo implica em um descentramento do papel da pesquisadora de maneira a fomentar uma reflexividade que sustenta este texto e seus apontamentos como uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

interpretação possível e localizada. Ademais, essa negociação de significados é o que torna possível a repetição e/ou a fratura dos discursos, atos e práticas que encerram o campo, desvelando algumas fundações que devem ser pensadas a partir de meandros de poder e autoridade que espelham noções por vezes capitalistas, colonialistas e ocidentais (CARVALHO, 2013). No caso específico da Operação Acolhida e do fazer humanitário, objetos da observação de campo aqui proposta, o capítulo 1 traz algumas questões teóricas sobre o humanitarismo e suas lógicas para que o capítulo 3 discorra especificamente sobre o complexo interagências montado no estado de Roraima e em Manaus.

Sobre as entrevistas também é necessária uma preocupação com a condução da coleta e interpretação dos dados. Alguns momentos da aplicação de entrevistas se distinguem em objetivos e demandas. O entendimento claro e amplo da bibliografia sobre o assunto, assim como da curiosidade em observar os discursos ao redor do tema de pesquisa são primeiras abordagens importantes (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011). Destaco aqui a revisão bibliográfica sobre o refúgio LGBTI+ no capítulo 1 e a visita de campo apresentada no capítulo 3, ambas em estágios mais iniciais do doutorado, pelas quais se observa esse primeiro momento marcado. Na própria visita de campo realizada em 2019, porém, já se esboçava a necessidade de entrevistas mais direcionadas e focadas para coleta de dados específicos sobre o tema em questão aqui. Em um segundo momento, portanto, a entrevista se coloca como técnica pertinente para obter informações que envolvem sentimentos, atos, discursos e valores sobre um determinado assunto (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011; ZAMORA, 2021). Os capítulos 4 e 5 são reflexo de entrevistas conduzidas com diversos atores envolvidos na Operação Acolhida à luz de interpretações suplementadas por meus entendimentos analítico-metodológicos.

Entrevistas são usadas para se obter riqueza informativa a partir da escuta e conversação para além daquela obtida com questionários mais fechados. Por isso, proporcionam ao entrevistador maiores oportunidades de uma compreensão mais aprofundada sobre determinados pontos dentro de um universo específico ou parte de uma cultura – crenças, ideologias, justificações, motivações, aspirações conscientes e/ou inconscientes. A entrevista é um veículo versátil e direto quando se leva em consideração outras técnicas mais duradouras como a própria observação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

participante (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011; BOELLSTORFF et al., 2012). Ademais, entrevistas valorizam a dimensão intersubjetiva entre duas ou mais pessoas, estabelecendo interação no intuito de compreender melhor os significados que cercam uma determinada realidade. A pesquisadora sustenta sua análise não somente em si, mas, também, ao encontrar seus interlocutores como em uma negociação. Assim, busca-se conhecer parte dos motivos que dão sentido aos atos, práticas e discursos e que dão corpo a um organismo, estrutura, instituição ou conceito social culturalmente (FRASER; GONDIM, 2004).

As estratégias analíticas são fundamentais para determinar a plausibilidade e a qualidade das pesquisas, mostrando consistência interpretativa e representatividade dos significados. Por isso, a entrevista pensada como veículo pode assumir muitas formas na pesquisa qualitativa. Roulston (2010) apresenta seis concepções diferentes sobre entrevistas: neopositivista, romântica, construcionista, pós-moderna, transformativa e decolonizadora (ROULSTON, 2010). Apesar da ideia aqui não ser esmiuçar essas categorias previamente fixadas, me sinto inspirada por alguns rastros das distintas abordagens descritas por Roulston (2010) pensando que a performatividade de Butler (1997; 2003) é meu horizonte analítico nesta pesquisa. Do ponto de vista "romântico", guardo certa proximidade subjetiva do assunto tratado nesta pesquisa por também me identificar como LGBTI+ e ter um envolvimento pessoal com a causa da migração e do refúgio LGBTI+ por conta da minha atuação na LGBT+Movimento. Em contraposição a percepções neopositivistas e românticas, contudo, as entrevistas não expressam verdades científicas *a priori*, ou pelo menos, não são usadas aqui com essa pretensão, uma vez que verdades, inclusive as científicas, são recitações de discursos performativamente constituídos (ROULSTON, 2010).

Do ponto de vista pós-moderno, entendo a entrevista como um veículo de produção de textos a partir de informações, discursos e práticas que ajudarão a (re)construir uma narrativa analítica situada. A ideia aqui, então, é dialogar para com as interlocutoras de modo a se desenvolver reflexão crítica sobre o acolhimento brasileiro de venezuelanas migrantes e refugiadas LGBTI+. Ainda assim, essa perspectiva deve ser entendida como parcial, fragmentada, assim como aparece no título deste trabalho "rastros performativos" marcando vestígios radicalmente abertos. Do ponto de vista decolonizador, finalmente, levo a preocupação ética, a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

qual me fez ponderar sobre a participação de refugiadas e migrantes LGBTI+ diretamente. As preocupações e intenções da pesquisa científica, na maior parte das vezes, não são as mesmas necessidades de suas interlocutoras (ROULSTON, 2010). Entendendo a situação de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil como de muita vulnerabilidade social e econômica, principalmente a partir da minha atuação na ONG atendendo essa população, pareceu descabida a insistência em uma troca que, apesar de guardar um interesse genuíno e empático, não traria benefícios imediatos a pessoas tão carentes de redes de afeto, apoio social e estabilidade econômica.

Em geral, entrevistas também podem ser estruturadas, semiestruturadas e não-estruturadas. A entrevista estruturada acontece a partir de um conjunto fixo de perguntas que devem ser conduzidas na mesma ordem e com o mesmo enunciado para todas as pessoas entrevistadas. A estruturação em demasia, contudo, prejudica a expressão de livre opinião que é importante para o entendimento de sistemas de valores, discursos e significados. A entrevista semiestruturada é aquela que opta por mesclar perguntas previamente formuladas e perguntas livres que ocorrem no momento de sua realização por entre preparação e flexibilidade. As questões centrais ainda funcionam como guia da conversa, mas o caminho percorrido para as respostas pode mudar conforme cada encontro. A entrevistadora emprega uma "atenção flutuante", ou seja, ela é focada, porém, aberta às especificidades de cada fluxo de conversação. Por fim, a entrevista não-estruturada é livre e usa o fluxo de conversação como própria técnica de coleta de dados (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011; FRASER; GONDIM, 2004; ZAMORA, 2021; BOELLSTORFF et al., 2012). Nesta pesquisa, as entrevistas foram pensadas e feitas de forma semiestruturada, já que possibilitariam uma maior proximidade com as entrevistadas e o devido direcionamento e abrangência de tópicos não mapeados que pudessem surgir sobre o acolhimento humanitário de venezuelanas LGBTI+ no Brasil. Os roteiros semiestruturados das entrevistas feitas para este trabalho de tese se encontram no Apêndice I, mas não esgotam as perguntas feitas nas entrevistas desta pesquisa.

Entrevistas, por fim, podem ser mediadas ou não-mediadas. As não-mediadas são as entrevistas face a face que ocorrem quando entrevistado e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

entrevistador estão em um mesmo ambiente e influências verbais e não-verbais[35] estão condicionando o encontro. Já as entrevistas mediadas são aquelas em que ocorrem por celular, computador ou questionários, que são igualmente influenciadas por aspectos verbais e não-verbais, mas de formas diferentes, já que a troca é condicionada por uma realidade fragmentada, parcial (FRASER; GONDIM, 2004). Sobre isso, nesta pesquisa, a Internet será utilizada como local – nesse caso, virtual – para a realização das conversas e deve ser levada em conta no estabelecimento da troca entre as interlocutoras e a minha pessoa. Segundo Boellstorff et al. (2012), entrevistas podem ser proveitosas no modo online e offline e podem estar sujeitas a problemas semelhantes de veracidade das informações, por exemplo. Ainda assim, a pesquisa que é *na* Internet – e não *sobre* a Internet e seus espaços virtuais – possui algumas especificidades a serem consideradas. Na Internet, a entrevistadora assume também o papel de ouvinte textual, uma vez que o espaço virtual é composto por palavras, textos e trocas via chat basicamente. Há diferenças de interação e estímulo ambiental entre entrevistada e entrevistadora, que podem influenciar a conversa, da qual se tem apenas um quadro limitado de expressões e gestos. As entrevistas online também estão sujeitas a problemas de conexão como lentidão e/ou interrupções bruscas (BOELLSTORFF et al., 2012).

Outrossim, alguns problemas devem ser pensados e contornados quando se utiliza a entrevista como veículo. Os entrevistados podem se sentir pouco motivados para responder às perguntas, fornecerem respostas falsas e evasivas, não entenderem o significado dos questionamentos, ou serem influenciados pela presença e opiniões pessoais do entrevistador (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011; ROULSTON, 2010). A pesquisadora deve evitar uma visão da questão a ser estudada que dê privilégio ao seu mundo, suas experiências de vida e suas opiniões como superiores àquelas que estão sendo apresentadas pelo encontro com suas interlocutoras. Descentrar-se do encastelamento do discurso científico e formal deve fazer parte, inclusive, do processo analítico em curso de maneira a manter em aberto espaço para crítica, surpresa e aprendizagem para além das categorias e pressupostos disciplinares. O rigor aqui não passa pela busca da neutralidade e da verdade, mas pela posição da pesquisadora de "dar passagem para

[35] Expressões não-verbais como choro, alteração de tom de voz, silêncios, gestos, risos e interrupções podem ser indicadores importantes a serem considerados ao se utilizar a técnica de entrevista (ZAMORA, 2021).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

o outro", seus saberes, códigos, discursos e práticas entre o social e o psíquico (ZAMORA, 2021).

Pensando os problemas supracitados, a pesquisadora-entrevistadora precisa estar atenta aos contextos culturais e históricos que circundam seu tema de pesquisa e que incidem nos atores de uma determinada estrutura ou instituição como é o caso da Operação Acolhida. A preocupação com a qualidade das perguntas também se faz necessária, uma vez que devem ser pensadas a partir de referentes suficientemente claros de modo que não sejam formuladas de maneira agressiva e hermética. Deve-se desprivilegiar perguntas tipo sim/não para alcançar maior abrangência e favorecer o engajamento entrevistada/entrevistadora para garantir maior representatividade dos significados sem uma extensa lista de questionamentos. A entrevistada deve se sentir à vontade em uma dinâmica que se reafirme a cordialidade, a escuta interessada, a disponibilidade e a confiança. Para isso, ser claro quanto à natureza e objetivos da pesquisa, pedir permissão para qualquer gravação e deixar a entrevistada livre para não responder alguma pergunta se assim for de sua vontade são abordagens que ajudam a criar uma relação de segurança e empatia (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011; FRASER; GONDIM, 2004; ZAMORA, 2021; BOELLSTORFF et al., 2012).

Nesta pesquisa, foram realizadas dezesseis entrevistas com dezoito participantes. Nove com o Grupo 1 (dez participantes) e sete com o Grupo 2 (oito participantes). O Grupo 1 corresponde aos operadores humanitários da Operação Acolhida a partir de organizações internacionais e parceiros implementadores. O Grupo 2 corresponde à sociedade civil que, de alguma maneira especializada, acolhe população migrante e refugiada LGBTI+ venezuelana. Esses dois grupos foram escolhidos porque são importantes para se pensar como Operação Acolhida atua e como a reiteração performativa dessa mesma atuação reverbera no acolhimento local feito pelas organizações civis. Sem foco em uma organização específica, a pesquisa segue discursos e posições diversas. As entrevistas ocorreram pela plataforma de vídeo *Zoom* por meio de link enviado por mim para todas as pessoas que aceitaram participar da pesquisa. Em geral, as conversas duravam em torno de 1h (uma hora) com câmera e áudio ligados. Os rastros apreendidos a partir dos encontros com cada grupo estarão presentes nos capítulos 4 (conversas com Grupo 1) e 5 (conversas com Grupo 2).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Alguns cuidados éticos devem ser tomados quando pensamos esses dois grupos entrevistados. O primeiro deles foi a submissão do projeto de pesquisa à Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. Seguindo as diretrizes das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (CNS, 2012; CNS, 2016), o projeto foi aprovado em junho 2021 em conjunto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi aplicado para todas as pessoas entrevistadas aqui e que se encontra disponível no Apêndice II. O TCLE é um importante instrumento para salvaguardar direitos e cuidados necessários quando se envolve pessoas em alguma investigação científica. Dessa forma, a pesquisadora deve marcar abertura para que a pessoa convidada possa participar ou não conforme sua vontade, além de garantir que tudo seja explicado claramente e que haja disponibilidade de solucionar dúvidas e adequar demandas (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011; ZAMORA 2021). As duas versões do TCLE aplicadas por mim versam sobre a pesquisa, suas motivações e objetivos, além de informações de realização, armazenamento de dados, garantia de sigilo e anonimato e contatos meus, do meu orientador e das instâncias da PUC-Rio que aprovaram a realização de entrevistas. O TCLE não foi utilizado na visita de campo de 2019 porque se tratava de uma visita em que os encontros são mais rápidos e casuais e porque havia sido guiada e organizada pelo próprio ACNUR.

No caso específico do Grupo 1, como são funcionários e representantes de organizações (inter)nacionais, todas as informações compartilhadas são sensíveis, já que podem gerar questões no ambiente de trabalho. Essas informações foram manejadas com os devidos cuidados de confidencialidade e anonimato a depender da demanda de cada entrevistada omitindo nomes, cargos e instituições. Ademais, todo cuidado em tornar nossa conversa clara e cordial foi considerado, uma vez que certos desconfortos com relação às perguntas podiam ser gerados pensando que funcionários das entidades mobilizadas por esta investigação são frequentemente proibidos de compartilhar quaisquer dados. Já no caso do Grupo 2, como representantes de organizações da sociedade civil, também foram salvaguardados sigilo, pois informações eventualmente compartilhadas poderiam comprometer ou constranger o trabalho dessas instituições, as quais frequentemente interagem com atores do Grupo 1 (principalmente quando pensamos o acolhimento de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil). Nesse sentido e reconhecendo as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

vulnerabilidades específicas de todos os grupos aqui envolvidos, garanto como pesquisadora que os princípios éticos foram seguidos de modo a dar suporte para as participantes que eventualmente se sentissem inseguras ou desconfortáveis respeitando a dignidade e os direitos dessas pessoas (CNS, 2012; CNS, 2016).

Em um último momento, depois da coleta de dados, volta-se ao registro de respostas para transcrição. No processo de transcrição, a pesquisadora deve preocupar-se com os dados, mas também com emoções e sentimentos que possam se tornar evidentes com mudanças no tom de voz ou reações faciais, por exemplo. Posteriormente, o processo de análise perpassa a comparação e organização dos dados para a tecitura de um discurso analítico específico, localizado e historicizado. Algumas pesquisadoras acreditam, inclusive, que a transcrição feita palavra por palavra pela própria entrevistadora ajuda a ir (re)conhecendo o material colhido de modo a mapear ganchos analíticos, dados que chamem atenção e momentos importantes sem perder de vista as particularidades do universo ou da cultura em questão na pesquisa (BRITTO JÚNIOR; FERES JÚNIOR, 2011; BOELLSTORFF et al., 2012).

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas de forma rigorosa, literal e manual por mim para que fosse possível compor a análise presente nos capítulos 4 e 5 com fidelidade aos discursos e práticas narrados e cuidado analítico. Notas também foram tomadas, mesmo que as entrevistas estivessem sendo gravadas, para guiar o arranjo das transcrições. Mesmo com certos protocolos à mão, a tarefa de análise, entretanto, por mais rigorosamente delineada que possa ser, é sempre subjetiva. É preciso assumir a autoria de nossas pesquisas, como colocaria Duarte (2004), não de forma a desqualificar os encontros que realizamos no caminho, mas de modo a reconhecer que o discurso final construído por meio de escolhas analíticas é da pesquisadora. Sua visão de mundo, suas crenças, seus valores, suas experiências e sua formação acadêmica, nesse caso, também estão marcadas ali (DUARTE, 2004). Este texto final tem muitas vozes ressoadas a partir de uma autoria própria. Autoria que se encerra nos próximos capítulos como produto específico de anos de doutorado e ativismo, mas que se movimenta diferindo daquilo que era antes. A pesquisa finalizada é, assim, artefato de um tempo, de um local e de uma experiência que está ali, mas já é outra coisa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Há de se notar ainda que tudo é rastro dentro de uma realidade multifacetada até mesmo para a mais positivista das pesquisas, para a mais estruturada entrevista, ou para o mais rigoroso trabalho de campo. Essa visão, entretanto, não sustenta um relativismo absoluto, mas um ponto de vista em que tudo é produto específico de um momento social e temporal estabelecido. Mesmo que fundamentados empiricamente, a pesquisa qualitativa é uma articulação de uma teia complexa de significados. O caráter intersubjetivo do pensamento analítico para com outras pessoas, por isso, abre possibilidade de repensar algumas construções sobre o mundo por meio de autorreflexão, retomada, adiamento. Se pensarmos o acolhimento de migrantes e refugiadas LGBTI+ como algo nunca pronto, talvez possamos remodelar os sistemas e estruturas que cercam esse universo pelas beiradas.

***

Retomando a estrutura da tese, teremos cinco capítulos mais apontamentos finais a seguir. Os capítulos 1 e 2 são importantes porque, como revisões bibliográficas, exploram conceitos e práticas tanto do refúgio, do gênero, do sexo e da sexualidade, quanto de reiterações performativas, as quais baseiam as estratégias analíticas empregadas aqui. Já os capítulos 3, 4 e 5, munidos dos recortes e compreensões dos capítulos anteriores, se debruçam sobre a Operação Acolhida como estrutura humanitária que acolhe população venezuelana LGBTI+ a partir de uma visita de campo realizada a Roraima e de uma série de entrevistas realizadas com dois grupos de atores fundamentais nessa rede de atuação. A migração que não se restringe ao refúgio aparece com mais força no capítulo 3 como emblema deste fluxo de pessoas específico. Para terminar, os apontamentos finais vislumbram algumas ideias por vir pensando o trabalho da Operação Acolhida e a situação de migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas no Brasil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

CAPÍTULO 1 - Mobilidade inercial: o refúgio LGBTI+ como intersecção normativa e social

1. Abertura

A área de estudos migratórios, considerando toda sua interdisciplinaridade, até a década de 2000, quase não contemplava o entendimento de sexualidade como fator migratório, bem como entendia a ideia de gênero implicada somente à identidade "mulher" (cisgênero) e aos abusos e violências advindos de contextos patriarcais, machistas e/ou misóginos sofridos por essas pessoas. As migrações por conta de sexualidade, sexo biológico e de identificações de gênero, contudo, são antigas. A migração da mão-de-obra europeia para as colônias também tinha como atrativo a permissividade sexual principalmente com relação ao envolvimento homossexual masculino em colônias como a Índia, conhecida pelos ingleses por sua "liberdade sexual". Ademais, a imaginação sobre grandes metrópoles mundiais como Paris, Nova Iorque ou Berlim levaram muitas pessoas à migração tanto interna, quanto internacional no século XIX (ANDRADE, 2015).

O caso famoso do escritor Oscar Wilde é um exemplo. Depois de ser condenado por crime de natureza sexual em Londres, o autor buscou exílio em Paris – à época, cidade que tinha ares menos conservadores e uma intensa vida cultural e boêmia. Sua morte ocorreria dois anos depois de sua mudança com o corpo exaurido dos trabalhos forçados a que fora condenado ainda na Inglaterra (LPM, s/d). A primeira geração de travestis do Brasil sob o cassetete da Ditadura Militar (1964-1985) também migrou para as grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos para trabalhar em casas de apresentação em busca de reconhecimento, dinheiro e, acima de tudo, maior respeito e possibilidades de adequar seus corpos conforme suas identificações de gênero. Nomes como Rogéria, Jane Di Castro, Divina Valéria e Marquesa são emblemáticos para essa geração (DIVINAS DIVAS, 2016).

A migração com base em gênero, sexualidade e sexo biológico se abre para um imaginário ancorado em possibilidades afetivo-amorosas e sexuais; se abre para a redefinição de subjetividades, para adequações corporais e para uma vida profissional produtiva. Nem sempre todas essas expectativas são confirmadas, mas o fato de pessoas LGBTI+ poderem viver conforme suas identificações e condições corporais justifica deslocamentos. Os deslocamentos costumam acontecer, nesses casos, de áreas rurais para áreas urbanas, de cidades pequenas para cidades maiores,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de grandes cidades para metrópoles nacionais/internacionais e também de um país (que desrespeita ativamente identificações não-cis-heterossexuais) para outro (que seja mais respeitador de identificações não-cis-heterossexuais). Grandes centros urbanos atraem esse tipo de migrante porque conservam um anonimato relativo entre seus habitantes, suas vidas e os meios sociais que costumam circular, bem como possuem "espaços morais" definidos pela concentração de pessoas que dissidem das normas e códigos do gênero, do sexo e da sexualidade estabelecidos em certos lugares (ANDRADE, 2015).

Desde 2002, o ACNUR vem debatendo os temas de gênero, sexualidade e sexo biológico aplicados à questão da pessoa refugiada utilizando categorias tais como orientação sexual, identidade de gênero e as identidades pré-fixadas na sigla LGBTI+. Nesse sentido, há uma intersecção de discursos, práticas e protocolos que relacionam questões de gênero, sexualidade e sexo biológico às questões de Direito Internacional, mais precisamente o Direito Internacional da Refugiada. O que parece acontecer é que direitos sexuais e relacionados a gênero estão sendo cada vez mais incluídos na agenda internacional juntamente com a ideia de que o progresso está relacionado à proliferação de normas que protejam sujeitos LGBTI+ no geral criando espaço para uma "democracia sexual". Por essa dinâmica, são construídos os Outros: aqueles que não respeitam a dignidade da pessoa humana a partir de suas múltiplas expressões de sexualidade, sexo biológico e gênero e que geralmente são figurados como os Estados árabes e/ou islâmicos, africanos, asiáticos e latinos no meio internacional (FRANÇA, 2017).

Apesar de ambos serem países latino-americanos, a relação entre Venezuela e Brasil imposta pela migração venezuelana ao território brasileiro parece estabelecer uma lógica que separa bem e mal. A Venezuela seria um mau Estado, um desrespeitador de direitos humanos (inclusive de direitos relacionados a gênero, sexualidade e sexo biológico) e o Brasil um bom Estado, que acolhe as migrantes e respeita direitos. A Operação Acolhida é exemplo dessa dinâmica dicotômica. Ela foi usada como plataforma política do governo Bolsonaro que diferencia Outro – o venezuelano que sofre as atrocidades do comunismo[36] – e Eu – a pátria acolhedora – de modo a reforçar uma ideologia de mercado pretensamente bem sucedida no

[36] Disponível em https://cultura.uol.com.br/noticias/46095_bolsonaro-afirma-que-o-brasil-abriga-venezuelanos-fugindo-do-socialismo.html. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Brasil e a solidariedade brasileira. O ex-presidente jogava com as imagens dos abrigos em Roraima e com esse imaginário humanitário para "prevenir"[37] o país de eleger um governo de esquerda em prol da seu próprio bem, ao passo que assenta uma retórica de salvamento daquelas que ainda conseguem migrar até a fronteira entre Venezuela e Brasil[38]. Falaremos mais sobre a lógica humanitária nas próximas seções e sobre a lógica de Estado no capítulo 3.

Como será que as venezuelanas que chegam ao Brasil por conta de gênero, sexualidade e sexo biológico são vistas? Como detentoras de direitos ou como migrantes indesejáveis? Na esteira de uma abordagem de sexualidade nas Relações Internacionais, Weber (2016) discorre sobre as figurações da (pessoa) homossexual na política internacional identificando algumas estabilizações específicas. Duas dessas figuras chamam atenção para a investigação deste trabalho: a figura da homossexual detentora de direitos e a figura da homossexual migrante indesejável. A homossexual detentora de direitos reforça a distinção entre bons e maus Estados, aqueles que a respeitam e aqueles que não a respeitam, já que se abandona, por ela, a ideia de que o desejo por pessoas do mesmo sexo (gênero) seria uma perversão. Conecta-se aí o desejo homossexual à domesticidade da família nuclear e ao consumo a partir de um discurso neoliberal. Mas só os sujeitos homossexuais brancos, fisicamente hábeis e reprodutores do capitalismo de mercado são normalizados e passam a ter "direitos iguais" em contraposição àquelas que não se encaixam nesses padrões (WEBER, 2016).

Nessa dinâmica, a migrante indesejável se contrapõe à migrante desejável – aquela que constrói a nação de boa-fé – porque ela é a estrangeira máxima, racializada e pobre, um perigo para a cultura e para a manutenção do Estado. A migrante indesejável migra para conseguir se desenvolver no Ocidente, mas está fora da linha temporal de progresso, fora do espaço da nação enquanto comunidade política, e fora do desejo "normal" (heterossexual ou homossexual detentor de direitos). Aquela que não é o homem homossexual branco qualificado traz consigo

[37] Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/09/4952462-bolsonaro-quer-conseguir-imagens-para-que-brasil-nao-siga-venezuela.html. Acesso em 24 de janeiro de 2022.
[38] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=DQ4jt43opYM. Acesso em 24 de janeiro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

o atraso do Sul[39], suas doenças e seus fundamentalismos e, por isso, não pode reproduzir o Estado-nação (WEBER, 2016). Os enquadramentos que localizam migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+ como detentoras de direitos e/ou como migrantes indesejáveis são variados, complexos e não se esgotam nessa dicotomia. Essa indagação pode ser respondida de formas diferentes a depender do caso, do tempo histórico, da agenda política e, também, da identificação de gênero, sexo e sexualidade de cada pessoa. Exploraremos mais sobre isso nos capítulos 3, 4 e 5.

Mesmo entendendo que as modalidades de migração e regularização migratória são múltiplas, como adicionaremos no capítulo 3, este capítulo fará uma revisão bibliográfica sobre a questão do refúgio e suas intersecções com gênero, sexo biológico e sexualidade especificamente. Considerando a diferença entre refugiada (ou solicitante de refúgio) e migrante estabelecida na introdução, o intuito aqui é discorrer sobre o primeiro status em particular como temática que me leva a entender o acolhimento humanitário da Operação Acolhida em um segundo momento. Apesar dessa marcação de diferença, não deixaremos de lado as semelhanças e as divergências daquelas que são refugiadas e daquelas que são migrantes, uma vez que no caso de venezuelanas no Brasil ambas as categorizações são importantes. Ademais, toda refugiada ou solicitante de refúgio é também uma migrante internacional em termos mais amplos como já vimos.

O presente capítulo fará uma revisão bibliográfica sobre o refúgio LGBTI+ pautando a estrutura da norma e a sua dimensão internacional. Desse modo, o enfoque dado será mais geral, oferecendo um panorama sobre o Direito internacional e regional sobre o assunto. O texto está dividido em três partes: uma primeira sobre proteção internacional do refúgio e lógica humanitária, seus conceitos e críticas; uma segunda sobre o histórico e discursos acerca do refúgio LGBTI+; e uma última parte sobre o refúgio LGBTI+ em si e seus problemas acerca de perseguição, imaginários, credibilidade e elegibilidade, grupo social, acolhimento e alguns desafios específicos.

2. A Proteção Internacional do Refúgio

[39] O termo Sul é usado aqui para se referir a países e alguns outros atores (organizações e redes) que não fazem parte do eixo euro-americano, ou que não são considerados como países desenvolvidos pela métricas ocidentais colonialistas (JARDIM, 2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

2.1. Uma Breve Introdução: Conceitos Básicos

Já no final do século XIX e começo do século XX, governos europeus já legislavam sobre a questão da migração. A mobilidade humana trouxe novos desafios com os fluxos de pessoas vindas da Rússia e da Turquia entre 1917 e 1922. Entre a década de 1920 e a década de 1950, a Liga das Nações foi responsável por manter órgãos intergovernamentais para administrar a proteção do refúgio que evoluiu de uma proteção exclusiva para apátridas para um dispositivo que abarcava pessoas fugindo do regime nazista na Alemanha e da devastação do pós-guerras. A proteção do refúgio mudou de uma perspectiva jurídica para uma social, até se estabelecer como um direito individual a partir da legislação internacional que definiu seus moldes mais atuais. Não obstante, princípios importantes como o de *non-refoulement* têm uma longa história, sendo este último citado pela primeira vez ainda em 1933. O *non-refoulement* proíbe que uma solicitante seja expulsa ou retorne a um território em que será ameaçada. Ele garante que refugiadas não serão "devolvidas", mas não obriga um Estado a recebê-las (HATHAWAY, 2012).

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Status de Refugiado (1951)[40], também conhecida como Convenção de 1951, é o documento mais importante sobre o refúgio contemporâneo. O texto da convenção estabelece uma proteção individual a partir do entendimento de "fundado temor de perseguição" continuando com todas as proteções a partir da categoria "refúgio" definidas até então. Nesse contexto, o refúgio se limitava aos europeus fugindo das guerras na Europa pré-1951. A convenção garante a não devolução, a não expulsão e a não-penalização contra a entrada ilegal em um dos arranjos com garantias de direitos nunca vistas no Direito Internacional. Em 1967, o Protocolo relativo ao Status de Refugiado retirou as restrições locais e temporais da Convenção de 1951 e universalizou o direito ao refúgio, mesmo ainda excluindo migrantes de desastres naturais, fugidos de guerras e de turbulências econômicas (HATHAWAY, 2012) como temos visto com as distinções entre refugiadas e outras migrantes.

Alguns desenvolvimentos regionais da questão do refúgio foram observados com a Convenção da União Africana de 1969, que ampliou a proteção para desastres causados pelo homem, e com a Declaração de Cartagena de 1984

[40] Considerando a proteção do refúgio como um "status" instituído pelo Direito Internacional (JUBILUT, 2007), a tradução do nome da Convenção de 1951 fará referência a "status" e não a "estatuto" como aparece frequentemente na literatura brasileira.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

aprovada na Assembleia da Organização dos Estados Americanos, que também ampliou a definição de refugiada regionalmente e será discutida a seguir por ser utilizada pelo Brasil para receber venezuelanas em seu território. A Europa também tem endossado uma interpretação regional mais robusta a partir da publicação de diretivas que dão suporte à interpretação e aplicação do refúgio na Corte Europeia de Justiça. Além disso, o ACNUR possui um mandato de proteção que extrapola a Convenção de 1951 e é financiado por contribuições voluntárias. Nesse sentido, as populações de interesse do ACNUR, para além de refugiadas e solicitantes de refúgio, incluem também apátridas e deslocadas internas em um regime de atuação operacional e de proteção legal. Além dos documentos supracitados, o artigo 3 da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes de 1984 e o artigo 7 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966 reforçam que pessoas subjugadas à tortura e outros tratamentos cruéis devem estar protegidas segundo o princípio de *non-refoulement* (HATHAWAY, 2012).

De acordo com os termos tradicionais da Convenção de 1951, a refugiada seria aquela que:

> Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de *raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas*, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (NAÇÕES UNIDAS, 1951, p. 2, grifo nosso).

Por correr risco de vida ou ter suas liberdades cerceadas, a refugiada precisa ser protegida fora de seu país de origem. A partir de um fundado temor de perseguição e da incapacidade do Estado de protegê-la, a refugiada tem medo de ser perseguida por questões específicas de "raça, religião, nacionalidade, membro de um grupo social específico e opinião política". A noção de "grupo social" é a mais controversa dos motivos contidos na Convenção de 1951 e foi uma decisão de última hora para a adição de um termo genérico que contemplasse pessoas que não tivessem vínculos com os demais motivos. Hoje em dia, é utilizado por pessoas de determinados grupos linguísticos e por solicitantes de refúgio por questões de gênero, sexualidade e sexo biológico como veremos nas próximas páginas (HATHAWAY, 2012).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

No Direito Internacional, tradicionalmente, o refúgio é reconhecido por uma decisão declaratória e não-constitutiva de modo que sejam salvaguardados o princípio de não-intervenção com relação ao Estado de nacionalidade e/ou residência da refugiada e o entendimento de que certas circunstâncias criam uma refugiada e não a decisão de um terceiro Estado (JUBILUT, 2007). Nesse universo, são seis os critérios para estabelecer se uma pessoa é elegível ao refúgio. Primeiro essa pessoa tem que estar fora do país de origem; deve estar correndo um risco genuíno; de sofrer um grave mal; resultante da desproteção do Estado; com causas estabelecidas a partir de um vínculo civil ou político; e necessita de proteção. Por isso, as solicitantes de refúgio devem estar fora do país de origem para contemplar a definição do que vem a ser uma refugiada e estarem vivendo um "fundado temor de perseguição", ou seja, um temor que seja de alguma forma objetivo e que possa vir a acontecer. Mesmo que não haja perseguição passada, a ideia de uma perseguição no futuro já é suficiente para se adequar à proteção do refúgio (HATHAWAY, 2012).

A análise da credibilidade desse fundado temor é feita a partir da narrativa contada pela solicitante e pelas informações sobre o país de origem. Essa perseguição deve estar ligada a direitos humanos básicos e deve ser causada (ou coadunada) pela inação ou indisponibilidade do Estado, uma vez que o que caracteriza o refúgio é a proteção internacional. Ela pode ser perpetrada por agentes oficiais (polícia, serviço secreto ou agentes de tortura), como por agentes não-estatais ou privados (família, gangues e milícias) (JANSEN; SPIJKERBOER, 2011). A solicitante também deve estabelecer uma relação com algum dos motivos supracitados e definidos pela Convenção de 1951 e precisar de ajuda. Uma refugiada não pode estar fugindo de crimes cometidos no país de origem e nem ser suspeita de crimes contra a humanidade (HATHAWAY, 2012).

No Brasil, tudo começa com a entrada da migrante em território nacional. Com a redemocratização do país, há um processo de reinserção brasileira na agenda internacional de direitos humanos e, consequentemente, do refúgio. Nesse contexto, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso foi responsável por sancionar a Lei Nº 9.474 em 1997 citada na introdução e que ficou conhecida como Lei do Refúgio. Essa lei define mecanismos para a implementação da Convenção de 1951, inclusive com a criação do também citado Comitê Nacional para os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Refugiados (CONARE) ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, além de determinar outras providências relacionadas (MOREIRA, 2010). A solicitação formal de refúgio se inicia no Departamento da Polícia Federal[41] com o Questionário e Termo de Declarações. A ajuda da Cáritas[42] – organização católica ligada à migração no país desde 1976 – e de outras instituições da sociedade civil que oferecem apoio para responder o questionário e passar pela entrevista no CONARE é comum. Na prática, o papel da Cáritas acaba sendo muito maior dentro do processo de solicitação como um todo no país. A instituição, às vezes, é procurada antes mesmo da Polícia Federal e acaba fornecendo informações e dinheiro para as solicitantes de refúgio. Esse serviço é oferecido tendo por base um "cálculo de contenção", ou melhor, a ideia de que apenas algumas serão protegidas como refugiadas: as "verdadeiras" refugiadas (FACUNDO, 2017).

O limbo da espera é crítico para as solicitantes em terras brasileiras, às vezes pela distância até uma Cáritas, às vezes pelos poucos serviços de assistência oferecidos ou pela impossibilidade de se encontrar trabalho. O restante do processo se inicia no CONARE com a entrega de documentos, com a subsequente comunicação ao ACNUR e com a realização da entrevista. A tríade Estado brasileiro, ACNUR e sociedade civil é acionada. O momento da entrevista é muito importante e muito aguardado pelas solicitantes. A espera é de vários meses e têm uma duração frustrante a depender de cada oficial de elegibilidade – a figura de uma espécie de juiz sobre o assunto. Após essa etapa, acontece o Grupo de Estudos Prévios (o GEP), uma reunião que não aparece na lei brasileira e nem nos sites do ACNUR ou do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Esse encontro envolve Ministérios da Justiça e Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores, ACNUR, Polícia Federal e sociedade civil na figura da Cáritas e é quando acontece, informalmente, a maioria das decisões de refúgio. No GEP, chegam os processos analisados pelos oficiais de elegibilidade e pela Cáritas. Em caso de parecer positivo de ambas as entidades, o processo segue para a plenária apenas para oficialização. Se não, o caso é discutido e se continuar em desacordo segue para discussão na plenária. A reunião do GEP é a parte do processo que de fato afirma o caráter tripartite do refúgio no Brasil (FACUNDO, 2017).

[41] Ver mais em: https://www.gov.br/pf/pt-br. Acesso em 18 de dezembro de 2022.
[42] Ver mais em: https://caritas.org.br/. Acesso em 18 de dezembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Na plenária oficial do CONARE se reúnem Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Economia pela Secretaria do Trabalho, Polícia Federal e sociedade civil cada um com um voto. O ACNUR é observador e não tem poder de voto. São cinco votos do Estado contra um da sociedade civil. Na plenária são decididos os casos pendentes e oficializados aqueles que já foram discutidos no GEP. Posteriormente, a decisão é comunicada à solicitante e se for positiva a pessoa é automaticamente reconhecida como refugiada. Se for negativa, a solicitante pode pedir o recurso que será avaliado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com decisão definitiva. A comunicação sobre a necessidade de retirada do país deve ser feita pela Polícia Federal respeitando o *non-refoulement*, mas acaba acontecendo pela Cáritas muitas vezes. Em muitos dos casos, são procuradas formas de a solicitante continuar no país por outras vias. Aquelas que se tornam refugiadas precisam renovar periodicamente seu prazo de estadia e esperar anos pela residência permanente (FACUNDO, 2017).

Refugiadas costumam gozar de menos direitos civis e políticos nos países de acolhida, mas essa diferença deve ser razoável e objetiva. O fim da proteção do refúgio pode se dar de vários modos. Pela repatriação ou pelo reestabelecimento voluntário no país de origem, pelo reassentamento – transferência de um país de acolhida para outro – e pela naturalização no país de acolhida. Além disso, um Estado não é obrigado a permitir que uma refugiada continue em seu território caso seu risco de perseguição acabe (HATHAWAY, 2012).

No caso de venezuelanas que chegam ao Brasil, tem sido utilizado no país a definição de refúgio presente na já citada e incorporada na legislação doméstica (Lei Nº 9.474) Declaração de Cartagena de 1984. O texto da declaração foi adotado pelo "Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários" em Cartagena, Colômbia. Esse documento reflete o esforço regional de modo a pautar os desafios e problemáticas da América Latina e do Caribe no que diz respeito ao refúgio. Complementando a Convenção de Genebra de 1951 e o Protocolo de 1967, a Declaração de Cartagena amplia o regime, reforçando sua relação com os direitos humanos e trabalhando o conceito de refugiada nessa perspectiva mesmo não sendo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

uma declaração de caráter vinculante (ALMEIDA; MINCHOLA, 2015). A declaração reitera que:

> Face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se toma necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida**,** segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1984, p. 3).

O entendimento de "grave e generalizada violação de direitos humanos" (GGVDH) presente na Declaração de Cartagena tem embasado a concessão de refúgio de venezuelanas no Brasil e tem possibilitado que os processos sejam simplificados, não sendo necessário todo o percurso usual de entrevistas, discussão e análise caso a caso anteriormente narrado. A primeira vez em que o CONARE tomou a decisão do processo simplificado para venezuelanas foi em junho de 2019 com prazo até agosto de 2021. Em agosto de 2021 na 156ª Reunião Ordinária Plenária do CONARE, o órgão voltou a prorrogar o processo simplificado até dezembro de 2022[43]. Essa foi uma das medidas do governo para viabilizar "o acolhimento humanitário dos nossos vizinhos, diante da grave crise que vem ocorrendo na Venezuela nos últimos anos" como afirmou Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública[44].

2.2. Estudos Críticos

A questão do refúgio é essencialmente internacional. É um dos poucos regimes que une tão diretamente a política doméstica e suas leis à política internacional e suas regras. É uma questão que advém da organização dos Estados como unidades nacionais em interação no meio internacional. Para Haddad (2008), a (re)produção de refugiadas nos últimos anos só é possível porque o refúgio se torna uma questão intrínseca dessa organização moderna das comunidades políticas

[43] Disponível em https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/prorrogada-ate-2022-analise-simplificada-dos-processos-de-reconhecimento-da-condicao-de-refugiados-venezuelanos. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

[44] Disponível em https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/processo-simplificado-de-analise-para-pedido-de-refugio-de-venezuelanos-e-prorrogado. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

em Estados. Nesse sentido, o conceito de refugiada se dá nessa intersecção específica – a refugiada é aquela que, por não poder ser protegida no seu Estado, tem que ser protegida internacionalmente. A moral internacional baseada na ajuda humanitária no caso do refúgio evidencia que é difícil dissociar o ético do político nesse caso apesar de aplicações estéreis não serem raridade como será visto a seguir (HADDAD, 2008).

Os fluxos cada vez maiores de refugiadas dão a impressão de que algo tem dado errado, mas, na verdade, expressam uma fissura criada pela soberania positiva do Estado como guardião dos seus cidadãos. Nem sempre esse papel é desempenhado como deveria ser e as refugiadas começam a surgir no espaço do internacional como um colapso excepcional, mascarando as contradições de uma organização política específica. As refugiadas são parte constitutiva do sistema internacional perfomativamente marcado e repetido. O refúgio é, dessa maneira, uma das fronteiras entre internacional e doméstico, uma identidade fraturada entre aquilo que se passou no país de origem e aquilo que se vive no país estrangeiro. A refugiada é aquela estrangeira que deve ser incluída, mesmo marcada como diferente nos documentos pessoais. Ela é de dentro e fora ao mesmo tempo (HADDAD, 2008).

Em seu livro *Rethinking Refugees: Beyond States of Emergency*, Peter Nyers (2006) trabalha a ideia de que, para além do status legal, o refúgio necessita de qualidades apropriadas daquilo que é considerado verdadeiro nesse contexto. O conceito de "um fundado temor de perseguição" da Convenção de 1951 divide a refugiada em duas: em um ente racional pelo "fundado" em tensão com o "temor" como emoção motivadora da migração. A refugiada é a figura do internacional, do entrelugar que é estar dentro e fora da política moderna de Estados ao mesmo tempo – entre a abjeção e a integração. A definição de refugiada é bastante geral e reproduz consigo a tônica ocidental liberal do pós-guerra de um universalismo a partir do entendimento de "humanidade". O autor aponta que a intenção sempre foi salvaguardar os interesses do Ocidente e seus valores liberais de mercado, promovendo direitos políticos e civis sem mencionar direitos socioeconômicos. Nesse sentido, o conceito de uma "refugiada econômica" se torna uma falácia em termos, já que a migrante econômica não poderia, por definição, ser uma refugiada (NYERS, 2006). O caso da Venezuela, como citamos na introdução, borra esses

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

limites conceituais, já que muitas chegam ao país em busca de trabalho e uma vida econômica estável em primeiro lugar. Veremos mais disso nos próximos capítulos.

No universo da política moderna, a experiência do medo é fundamental para a constituição das subjetividades. Na perspectiva hobbesiana, o medo é aquilo que move os seres humanos a se organizarem em torno do contrato social. O medo está, então, espacialmente fora e é temporalmente anterior à organização política. O medo aparece somente quando as leis e as instituições não dão conta de conter o perigo, onde o Estado moderno não consegue atuar ou funcionar adequadamente. Há uma diferença entre aquela que sente medo e está no espaço de fora – a refugiada – e aquela que está dentro – a cidadã. O medo é útil porque, apesar de marcar essa diferença, faz com que a pessoa se subjugue às regulações do Estado para buscar proteção – solicitar o refúgio, nesse caso, e esperar que seja aceita como tal por um terceiro país. O medo estabiliza a subjetividade e confere coerência política àquela que o sente nessa lógica. Segundo Nyers (2006), o próprio Hobbes identificava, porém, que esse medo deveria vir acompanhado de uma apreciação racional do mundo para que se identificasse os reais perigos do futuro e que se almejasse a segurança na soberania (NYERS, 2006).

Se o medo existe no espaço do internacional – quando o Estado não existe ou não funciona – a migrante que solicita o refúgio busca, a partir de um fundado temor de perseguição, alcançar proteção em outro lugar, outro Estado. O refúgio, entretanto, tem sido aplicado pelos Estados de maneiras variadas e instruções sobre como identificar esse risco de perseguição são produzidas aos montes (mesmo com o Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado do ACNUR). A narrativa da solicitante é sempre posta em questão, já que seu medo precisa estar fundamentado racionalmente de modo a comprovar uma probabilidade razoável de perseguição. Uma avaliação objetiva é necessária para determinar o "fundado" de "fundado temor de perseguição" e, assim, identificar a autêntica refugiada – aquela que viaja sem passaporte, sem o aval do Estado, em busca de proteção por medo de perseguição. A solicitante de refúgio precisa ser coerente em sua narrativa, ecoando a fundação contratualista que é marca do Ocidente mesmo que não consiga ser tudo que a cidadã o é (NYERS, 2006).

Em sua pesquisa com refugiadas colombianas no Brasil, a antropóloga Angela Facundo (2017) apresenta um trabalho essencial para se entender sobre o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

aparato do refúgio pela sua instrumentalização brasileira, suas estruturas, instituições, normas e encontros. Para ela, a repetição da narrativa que comprova o "fundado temor de perseguição" da solicitante de refúgio é levada à exaustão para se extrair daí uma suposta verdade do sujeito. A produção dessa verdade é um processo que se dá entre as instituições brasileiras e a renúncia de si em prol de uma narrativa estruturada que seja suficientemente legítima e qualificada. As contradições são determinadas em um contexto em que a desconfiança é guia de modo a proteger somente àquela que "realmente" precisa. Uma emoção racionalizada precisa ser desenvolvida pela solicitante de refúgio tanto para embasar o seu relato, quanto para tocar o entrevistador com uma "compaixão profissional". As antíteses levantadas aqui mostram como a solicitação do refúgio afirma um essencialismo que implica migrantes econômicas, por exemplo, que são constantemente excluídas dessa máquina humanitária (FACUNDO, 2017).

Ademais, com a criminalização intensa de migrantes ao redor do mundo, é difícil que essas pessoas consigam ter os direitos humanos respeitados. Direitos humanos como o do refúgio, apesar de seu aparato internacional, ainda estão ligados à aplicação interna dos Estados. Nessa estrutura, a aplicação desses direitos fica condicionada a pertencimentos de cidadania e a interesses estatais que nem sempre têm refugiadas como prioridade. Estados tendem a criar fronteiras baseadas em sentimentos nacionalistas que, na maioria das vezes, não deixam espaço aberto para a aplicação de direitos universais e/ou internacionais como os direitos humanos. Se a própria cidadania não é garantia de acesso a direitos, a refugiada como não-nacional se apresenta ainda mais à margem dessa lógica constitutiva que joga entre o cidadão e o estrangeiro. Além disso, o acesso a direitos humanos parece sempre encontrar barreiras em uma realidade social estruturada pelo individualismo e pelo capitalismo (DEMBOUR; KELLY, 2011).

Essa desconfiança em torno das narrativas de solicitantes de refúgio, porém, precisa ser historicizada. Nas décadas de 1980 e 1990 o perfil das refugiadas pelo mundo sofreu uma mudança. O refugiado homem, europeu, branco, anticomunista fugindo de conflitos internacionais da Europa do século XX – considerado a verdadeira figura do refúgio até então – passou a ser substituído pela refugiada do Sul. Os refugiados fugindo dos regimes opressores da Europa do século XX eram consideradas heróis, símbolos da resistência à opressão. A Convenção de 1951,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

desse modo, expressava essa solidariedade "universal" de forma a reconhecer o horror da violência da primeira metade do século. Para além do aumento de migrantes do Sul, as mudanças políticas na Europa do Leste, e o fim da Guerra Fria e da União Soviética no final da década de 1980 e no começo de 1990 mudaram o perfil das refugiadas na Europa, gerando uma desconfiança das autoridades públicas. O processo de desqualificação das "novas" refugiadas se deu a partir de sua criminalização, tornando possível campos de refugiadas em países que já haviam vivido esse tipo de experiência com os fascismos (CHIMNI, 1998; FASSIN, 2005).

Reforça-se a partir daí o que Chimni (1998) chama de "mito da diferença": os novos fluxos de refugiadas do Sul eram um problema diferente dos fluxos europeus de refugiados. As migrantes do Sul eram aquelas que abusavam da hospitalidade dos países de acolhida e se moviam por causa de problemas econômicos e guerras civis em seus países de origem. O que é retirado dessa construção narrativa é a criação de vários novos Estados a partir do processo de descolonização no século XX e o acirramento de tensões internas patrocinadas pelos países envolvidos na Guerra Fria. As melhorias nas tecnologias de comunicação e transporte também facilitaram a mobilidade e a informação sobre outros lugares. Desse modo, há diferenças entre fluxos diferentes de refugiadas porque cada refugiada é por si só uma pessoa diferente com uma história diferente. Nada, contudo, justifica esse "mito da diferença" se pensarmos as articulações históricas que conectam os problemas do Sul à Europa, por exemplo (CHIMNI, 1998).

A linguagem de direitos humanos foi, entretanto, rearticulada para que essas pessoas pudessem ser protegidas sob a lógica humanitária nos anos 1990. Com o fim da Guerra Fria, uma abordagem que reviu algumas medidas restritivas criou força de modo a adaptar a legislação e suas práticas a um novo mundo que vinha se constituindo. Ainda assim, Chimni (1998) aponta um problema que parece persistir no campo do refúgio. A separação do aspecto legal e do aspecto político na aplicação da legislação internacional despolitiza a questão por meio de uma abordagem dura e positivista da norma. Essa abordagem enxerga a norma como algo que pode ser capturado, objetivamente interpretado e aplicado, enquanto a política seria o espaço do poder e da moral. Nesse sentido, a proteção internacional

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

do refúgio se mantem afastada da vida real das solicitantes de refúgio e refugiadas, de seus contextos históricos e cotidianos políticos. É necessário ir além dessa perspectiva formalista para que a legislação internacional e as próprias instituições que lidam com o assunto trabalhem por meio de uma lógica condizente com as especificidades de cada solicitação de refúgio e de cada fluxo migratório (CHIMNI, 1998).

Já Fassin (2005), por um viés crítico e analisando as políticas francesas de migração, trabalha o que chama de "repressão compassiva" – algo entre a ajuda humanitária e a criminalização das migrantes. Segundo o autor, há uma economia moral ligada ao controle da vida que rege os Estados contemporâneos em áreas como o refúgio. As refugiadas, sem a proteção do país de origem e dos lastros da cidadania, só (sub)existem. A separação entre o humanitário e o político cria um isolamento entre aqueles que estão sob o desígnio da soberania e aquelas que vivem a exceção no campo de refugiadas e representa valores morais diferentes. A categoria internacional do refúgio acaba desaparecendo com o imperialismo de um humanitário atrelado a uma segurança racializada (sexualizada e gendrificada também). A tensão entre esses mundos define a economia moral dos nossos tempos, em que uns podem viver a vida plenamente e outros só estão vivos (FASSIN, 2005).

Se até a década de 1980, as refugiadas na França, como exemplo das mudanças históricas apresentadas, recebiam assistência completa do Estado francês em saúde, educação e moradia e estavam na mais alta "hierarquia" de estrangeiros no país, hoje, a realidade é outra. O apelo humanitário passou a basilar a elegibilidade e a assistência às refugiadas: pessoas com doenças crônicas, com AIDS ou câncer têm preferência. Levantado com o ativismo da década de 1990, esse tipo de abordagem do refúgio acabou por reforçar uma lógica humanitária vazia de sentido político. O problema do refúgio em si acabou se tornando uma "questão subsidiária" frente à prioridade quase que exclusiva daqueles que padecem de algum mal físico grave. Esse tipo de aplicação da norma mascara a necessidade de pensar o refúgio de uma maneira verdadeiramente política e o localiza "entre a repressão e a compaixão". As refugiadas acabam tendo que apelar para a biologia e para seus corpos em experiências humilhantes para conseguirem o direito à proteção. Seus corpos são negados no mercado de trabalho formal e relegados à precariedade das atividades informais. Seus corpos doentes, porém, se tornam

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

ingresso para o reconhecimento e a proteção. Nesse sentido, a doença do corpo, ao invés de provocar suspeitas, se mostra útil levando legitimidade a partir da carne – uma "biolegitimidade" nas palavras de Fassin (2005).

Para entendermos um pouco melhor a lógica por detrás de estruturas humanitárias como a Operação Acolhida, é importante que nos aprofundemos na ideia do humanitarismo contemporâneo. Para Douzinas (2007), o humanitário aparece em tempos em que o Estado não consegue proteger os seus. De guerras a desastres naturais, o humanitário tem como mote a imparcialidade e a neutralidade e como objetivos centrais a proteção e a assistência. O humanitarismo, contudo, está atrelado a uma "boa vontade" que pode ser manipulada para atingir interesses particulares seja com intervenções, com a afirmação de políticas específicas, ou com a união entre mercado e a mídia na produção de oportunidades de negócio. Algo que se reduz às representações dos que salvam, dos que são salvos e dos que provocam dor. Essa pedagogia da pena se baseia em uma estrutura egocêntrica e etnocêntrica que coloca os valores e ideais de um Ocidente democrático acima dos regimes violentos que produzem as desafortunadas, as vítimas, as refugiadas (DOUZINAS, 2007).

A ação humanitária em torno do refúgio se dá a partir da neutralidade, do entendimento de que o humanitário é uma conduta separada da vida política. O que fica claro, na verdade, é que o processo de solicitação de refúgio se torna mais uma engrenagem do exercício de governo no gerenciamento de populações. O refúgio se torna também, nesse sentido, uma ferramenta de política externa e uma técnica de gestão administrativa e geográfica de pessoas. A figura do humanitário, dessa forma, está dividida entre segurança e proteção, compaixão e repressão, e precisa identificar uma vítima muito particular para que seu reconhecimento e implementação aconteçam. O refúgio nesses termos acaba sendo uma proteção despolitizada em busca da "verdadeira refugiada" (FACUNDO, 2017; FASSIN, 2005) e/ou, no caso da migração venezuelana no Brasil sob a batuta de Bolsonaro, se torna uma propaganda personalista pela proteção das "vítimas do comunismo"[45].

[45] Em seus anos de mandato, foi comum Bolsonaro usar os casos de migrantes da Venezuela e de Cuba para marcar os "perigos do comunismo" e o bom governo do Brasil ao acolher essas pessoas internamente. Trazendo esse debate, o ex-presidente esvaziava a temática da migração em si para fazer propaganda de seu próprio governo e ideologia. Ver exemplo em: https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/governo-usa-pagina-oficial-para-atacar-as-ditaduras-socialistas. Acesso em 25 de julho de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

2.3. Lógica Humanitária

Segundo Chouliaraki (2013), os "espetáculos de sofrimento" no mundo nos levam para a ação. Ou, pelo menos, deveriam. Eles mobilizam um sentimento de solidariedade universal que faz referência à vulnerabilidade dos seres humanos como uma só espécie. A ideia do humanitarismo como conceito dessa equação é, portanto, uma articulação histórica que navega por legislações, por organizações internacionais e por organizações não governamentais (CHOULIARAKI, 2013). A criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é emblemática para o assentamento da ideia de ajuda humanitária. O jovem suíço Henry Dunant, horrorizado com o conflito de Solferino no norte da Itália, traz consigo a preocupação com os efeitos da guerra para com a população civil. O surgimento de uma organização internacional neutra, imparcial e independente com fins de ajuda humanitária em 1863 dá impulso também para o estabelecimento de um direito internacional sobre a questão (SWINARSKI, 1996).

Logo em 1864, é escrita a primeira convenção que compõe hoje o que é conhecido como Direito Internacional Humanitário: a primeira Convenção de Genebra sobre feridos de guerra e a prestação de cuidados a essas pessoas. Em 1906, a segunda Convenção de Genebra tratará sobre os feridos de guerra relacionados a batalhas navais e náufragos, estendendo as provisões da primeira Convenção. Por sua vez, em 1929, a terceira Convenção de Genebra tratará sobre prisioneiros de guerra, respeitando tratamento livre de tortura e respeito a religiões, cuidados sanitários e alimentação adequada. Por fim, em 1949, a quarta Convenção de Genebra revisou os textos de suas predecessoras e tratou da situação de civis e sua proteção, unificando todas as Convenções como corpo de normas específico. Posteriormente, foram escritos três Protocolos adicionais: o I em 1977, o II em 1977, e o III em 2005 sobre proteção de vítimas de conflito armado internacional, conflitos sem caráter internacional e definição de símbolos usados em ocorrências humanitárias[46] respectivamente. Ficam marcadas as ideias de solidariedade, assistência e não discriminação como espírito geral desse corpo de normas (CICV, 2017; SWINARSKI, 1996).

[46] São utilizados os símbolos da "cruz vermelha", do "crescente vermelho" e do "cristal vermelho" nesses casos (CICV, 2017).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

A criação das Nações Unidas pós-Segunda Guerra Mundial como sucessora da antiga Liga das Nações também ajuda a assentar a ideia de humanitarismo a partir do discurso dos direitos humanos, que responde aos horrores do Holocausto. A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 é um marco dessa linguagem de direitos, que se solidifica ainda mais com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ambos de 1966 e de caráter vinculante. Esses três instrumentos fazem parte daquilo que ficou conhecido como *Bill of Human Rights*, funcionando como pedra fundamental dos direitos humanos. Durante as décadas subsequentes do século XX, convenções e tratados surgem daí como a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966), a Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção contra a Tortura (1984) e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) (DONNELLY; WHELAN, 2017).

O direto dos refugiados, é claro, com a já citada Convenção de 1951 também integra essa teia de normas, costumes e práticas carregando consigo uma lógica moral delimitada que já era pensada na Europa desde o século XIX como explorado na seção passada (HATHAWAY, 2012). O direito ao refúgio, desse modo, engaja tanto o discurso dos direitos humanos como a ideia de humanitarismo, uma vez que trata de pessoas deslocadas fora de seus países de origem por perseguições que se dão, muitas vezes, em contextos de guerra civil, desastres naturais, ou grave e generalizada violação de direitos fundamentais como no caso da Venezuela. Esse ponto de inflexão entre direitos humanos e humanitarismo é uma interessante chave para se pensar as articulações históricas das quais Chouliaraki (2013) se refere. Tanto do ponto de vista do sofrimento humanitário, quanto do ponto de vista do bem viver dos direitos universais, podem ser (e são) mobilizados Outros quase-humanos, meio humanos ou infra-humanos invisíveis aos olhos de um Eu que é, quase sempre, mais branco, mais ocidentalizado, mais rico e mais bem educado (DOUZINAS, 2011; PRATA FILHO, 2018).

O humanitarismo se une ao discurso de direitos humanos apoiado pelo conceito universalista de "ser humano" ou de "humanidade" em uma lógica dividida entre aquelas que sofrem e aquelas que causam dor. Nesse entendimento, o suplício alheio é força motora que cria uma nova moeda na economia global

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

encabeçada por estruturas humanitárias logísticas e organizacionais (DOUZINAS, 2007; PRATA FILHO, 2018). Os fluxos financeiros, a lógica de mercado e a tecnologia que marcam a contemporaneidade também dão novos contornos ao humanitarismo (CHOULIARAKI, 2013). Os eventos históricos e políticos são encarados a partir da quantidade de dor gerada e pela necessidade de gerir e governar as massas desprotegidas no espetáculo das grandes operações a partir do cálculo que separa aquelas que merecem ser salvas e aquelas que excedem os custos da agenda (DOUZINAS, 2007; PRATA FILHO, 2018).

O humanitarismo como "espetáculo" do sofrimento humano e da compaixão reproduz a linguagem de poder do mundo ocidental implementando como lógica moral um engajamento à distância, mediado pelas notícias e pelas telas e que reforça a necessidade das estruturas operacionais e logísticas que lidam com esses mais diversos problemas. O humanitarismo com foco nos direitos humanos se torna base para a reconstituição de uma racionalidade militar e política que tem a ideia de solidariedade como vocabulário. Nessa medida, é essa mesma solidariedade que levaria à compaixão, que controla, regula e perpetua hierarquias. Desse modo, o mesmo humanitarismo que ofereceria assistência pode congelar a sensibilidade moral em direção à mudança e/ou reforçar assimetrias e distâncias entre Norte e Sul, Ocidente e não-Ocidente (CHOULIARAKI, 2013), Brasil e Venezuela.

O expectador como Outro daquele que sofre se vê fora da realidade exposta pelo humanitarismo. Mediado pelo mercado neoliberal e pela tecnologia que reproduz milhões de histórias e imagens, essa moral humanitária cria uma separação entre real e ficção, remove a urgência dos problemas do mundo e falha ao não conseguir criar uma ação em torno da mudança. A cultura do clique transforma o sofrimento em um objeto de contemplação apática. Ademais, as tendências de proteger, de disciplinar e de controlar estão imbricadas na ideia cosmopolita do humanitário e reconstituem a biopolítica moderna que, nos termos de Foucault e como será visto mais à frente, é aparato de regulações em torno da vida (CHOULIARAKI, 2013). Essas regulações reconhecem, classificam e gerenciam criando subjetividades que delimitam aqueles que devem viver como refugiadas, serem abrigadas, ou interiorizadas pelo país tal como acontece também na Operação Acolhida. E ao mesmo tempo em que se acolhe, não necessariamente se debate a questão da migração como fenômeno a ser verdadeiramente pensado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Fassin (2012) reconhece que há uma lógica do senso-comum que identifica o sofrimento e a dor como produtos de um mundo social repleto de complexidades e problemas. Essa visão do mundo coadunada pelas próprias ciências sociais ao longo das décadas foi se assentando sobre os conceitos de "exclusão" e "insegurança" e criando, via pesquisa científica, a necessidade de uma escuta empática como forma de engajamento com sujeitos e objetos do fenômeno social do "sofrimento". Aliado aos saberes psicológicos e psiquiátricos que davam contornos médico-científicos a esse sofrer, cria-se um entendimento moral de que uma escuta nesses termos também seria importante no acolhimento dos desprotegidos. Essa visão da realidade que descreve o mundo como um lugar de dor cria, performativamente, as dores da economia moral das sociedades contemporâneas que se debruça sobre a ação pública e os governos (FASSIN, 2012).

Em termos mais micro, Fassin (2012) discorre, a partir da análise desse universo dos abrigos, dos centros sociais e dos campos de refugiados, sobre as controvérsias que envolvem o que é esperado de agentes socias – ou seja, a expectativa de um trabalho em prol da mitigação de problemas da população que sofre. Vem à tona, assim, o sofrimento desses mesmos agentes compostos por assistentes sociais, psicólogos e enfermeiras que não conseguem ajudar seus assistidos. Muitos deles decepcionados com seus trabalhos se encontram entre o gerenciamento de populações, a organização de critérios, a seleção de corpos e uma escuta condicionada. A compaixão e a empatia acabam sendo atravessadas por uma força regulatória que incorpora, molda e evoca subjetividades específicas, mas que também são múltiplas e estratégicas (FASSIN, 2012).

Em um jogo que é tensionado ora pela escuta, ora pela repressão, essa ação pública se sustenta a partir de alguns critérios psicossociais e de tradições e contextos políticos determinantes (FASSIN, 2012). O caso da Operação Acolhida não está distante dessa leitura. As nuances políticas, de governança tática e de acolhimento humanitário estão conectadas em teia e dispõem de práticas, discursos, protocolos e atos que criam a necessidade de uma operação de tal porte para gerir o fluxo de migrantes no extremo norte do país. O cálculo é favorável não apenas pelos enormes números de refugiados nunca antes vistos no Brasil ou pelo discurso salvacionista sobre as "vítimas do comunismo", mas também pela necessidade do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Estado de fazer a triagem instaurada no próprio nome dos postos que inauguram a atuação humanitária como primeiro lugar de passagem daquelas que chegam – os Postos de Triagem (PTRIG) nas cidades de Boa Vista e Pacaraima.

A ambiguidade que coloca compaixão e repressão, humanitarismo e segurança frente a frente é central na lógica do Estado-nação que precisa delimitar seu dentro e seu fora pelos contornos da soberania. A dialética entre hostilidade e hospitalidade, nesse sentido, faz parte da política contemporânea que define o estrangeiro, a migrante ilegal e a refugiada ilegítima. É essa estrutura composta por forças opostas que leva populações para zonas de indeterminação em campos e abrigos, fazendo valer discursos humanitários e de segurança conforme contextos específicos e necessidades políticas (FASSIN, 2012). Essas tensões produzem formas de governo e gerenciamento de populações migrantes que usam da lógica humanitária para garantir segurança e conter situações que possam borrar os limites do Estado e a força da autoridade política.

A estrutura dos campos e abrigos de refugiadas são emblemáticas das ambiguidades que circulam em torno desse tipo de economia humanitária. Entre as organizações internacionais de caráter operacional marcam presença também as forças de segurança do Estado, as polícias e os militares. Cuidado e segurança andam de mãos dadas e se sobrepõem no dia-a-dia desses lugares. As funções daquela que deveria cuidar, às vezes se transformam também em controlar e punir. E aquela que deveria prover a ordem às vezes é aquela que demonstra indiferença e até benevolência. A exaustão de agentes humanitários é notória quando se veem envoltos em uma atmosfera de sofrimento em que a figura da migrante dócil e agradecida é uma imagem distante e as soluções definitivas quase impossíveis. Esse equilíbrio institucional frágil e ambivalente é, assim, posto à prova por problemas, paradoxos e histórias que aparecem em um nível cotidiano (FASSIN, 2012). Veremos mais disso no capítulo 4 a partir das entrevistas com os operadores humanitários da Operação Acolhida.

Fassin (2012), analisando as políticas de concessão de visto e residência a imigrantes na França, percebe que o refúgio e a mobilidade internacional se tornam secundários em função de concessões condicionadas a uma grave condição de saúde como apresentado anteriormente. Dessa maneira, critérios de vulnerabilidade extras são acionados como estratégia de governança dessa população excedente a partir

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de decisões políticas específicas. Nesse sentido, o direito do refúgio e o dever de proteger do Estado são desgastados pela razão humanitária e pela lógica da compaixão como se essa fosse a saída que ecoasse a responsabilidade legal do país como signatário das legislações internacionais de migração (FASSIN, 2012). O abrigamento e o cuidado segundo condições e critérios de vulnerabilidade também é repetido no Brasil que segue um roteiro parecido de ação política, esvaziando a universalidade do discurso dos direitos humanos, mas ainda jogando com a compaixão notória na imagem "da mãe solo com filhos menores de idade" que deve receber os cuidados do Estado, enquanto, ao mesmo tempo, "a travesti solteira" deve aguardar uma vaga para poder ser abrigada na rua.

Essas figuras, é claro, também se alteram conforme a situação política, econômica e – pensando na pandemia de COVID-19 – sanitária da realidade social em que complexos humanitários como a Operação Acolhida estão inseridos. Falarei mais disso nos capítulos 4 e 5. O que deve ser notado dessa imagem, porém, é aquilo que Fassin (2012) chama atenção em seu texto: repressão (com aquela que é deixada de fora por sua conta e risco) e compaixão (com aquela que é acolhida porque é reconhecida pelos critérios de vulnerabilidade da ordem do dia). E aquela que entra ainda estará sob o escrutínio de uma operação que presta assistência ao passo que controla, criando uma relação complexa de dependência biopolítica. Essa integração selecionada pelos processos de interiorização ou mediada pelos intramuros de um abrigo continuará entre a norma de Estado e as leis, entre humanitário e securitário.

Esse humanitário performativamente constituído é efeito das práticas, discursos e atos que repetidamente conformam o mundo contemporâneo do pós-Segunda Guerra Mundial, do pós-11 de setembro e da era das redes e do virtual. Esse humanitarismo atual já era apontado como marca profunda e paradoxal por pensamentos como os de Derrida (1994), Rancière (1996) e Bulter (2006). Derrida (1994) em *Espectros de Marx* denuncia os desgastes da sociedade contemporânea condicionada pela lei do mercado, pelas desigualdades estruturais e pela retórica formal dos direitos humanos. O discurso de direitos humanos sob a alcunha do "humanitário" deve ser pensado a partir de seus limites, uma vez que são utilizados como instrumento que pressupõe uma cultura histórica e cotidiana predominantemente europeia e estatal. O Direito Internacional e os direitos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

humanos precisam se diversificar e estender seus conceitos para englobarem aí questões econômicas e sociais para além da lógica da soberania (DERRIDA, 1994) e, por que não, da regulação e do controle. O problema é que o humanismo e o acolhimento da hospitalidade em suas pretensões universais, geralmente, vêm acompanhados da cultura unilateral e da língua do Outro (DERRIDA, 1998).

Rancière (1996) em *O Desentendimento* chama de "regime do humanitário" aquele em que a política procedimental e cotidiana é sobreposta ao caráter político de questões de justiça global, fazendo colapsar o dever moral de responder aos sofrimentos do corpo de forma urgente e engajada. O processo de desumanização desencadeado aí torna certas vozes inaudíveis nas arenas públicas. O regime do humanitário é a era da administração dos direitos do homem que tem por detrás a *realpolitik* dos Estados. O agir político em prol dos problemas do mundo se vê, hoje, engessado pela gestão estatal e pela lógica do humanitário ligado à figura da vítima. A compaixão e a boa vontade não bastam para pensar as mazelas sociais e econômicas que se multiplicam. É necessário pensar na dimensão do dano vinculado não somente às comunidades afetadas, mas vinculado ao comum a partir da politização de suas questões (RANCIÈRE, 1996).

Butler (2006) em *Vidas Precárias*, por fim, também oferece rastros de uma leitura sobre o humanitário que está ligada àquilo que o Estado e suas instituições entendem como devido, mesmo que esse devido despreze as normas internacionais. Os ataques de 11 de setembro de 2001 são cruciais para entender esse comportamento. Desde o tratamento dos presos da Baia de Guantánamo até as violações de direitos do Estado de Israel, se constitui o entendimento maniqueísta de que existem bons e maus Estados e que a existência desses últimos deve ser suficiente para declarar "guerra humanitárias" contra um Outro. Esse Outro incessantemente desumanizado, por sua vez, tem o rosto dos milhares de árabes e/ou muçulmanos que ameaçam o Ocidente com sua religião e cultura e precisam ser contidos. Em nome da soberania e de vidas específicas, tortura-se e mata-se reafirmando os contornos de um imperialismo que carrega consigo lastros na violência colonial e racista (BUTLER, 2006).

O humanitarismo é, de fato, um entendimento que tem fundamento no imaginário político moderno e, hoje, também acompanha o mercado neoliberal e a mídia. Vários problemas surgem daí como supracitado. Mas o humanitarismo visto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

como efeito de práticas, discursos e atos também deve ser encarado como espaço de disputas. Em busca de rastros que constituam migrantes venezuelanas LGBTI+ no Brasil e suas realidades, o humanitarismo será analisado em microcontextos, em momentos e em narrativas colhidas nas entrevistas. A migração de venezuelanas ao Brasil trazendo questões de gênero, sexualidade e sexo biológico será, portanto, vista a partir da Operação Acolhida como economia humanitária específica, mas que também é envolvida pelo ideal de Estado e pela lógica humanitária aqui apresentada guardadas proporções, situações, períodos e nuances. Nessa reconstrução de disputas, os traços performativos que recobrem a migração e o refúgio LGBTI+ nesse caso serão encarados de modo a entendermos seus efeitos em torno de constâncias, tensões e mudanças.

3. Um Apanhado Histórico do Refúgio LGBTI+

No universo do refúgio localizado entre direitos humanos e lógica humanitária, o que é pensado sobre pessoas LGBTI+ e questões de gênero, sexualidade e sexo biológico? Como anteriormente trabalhado, a categoria da refugiada emerge no pós-Segunda Guerra Mundial sob uma visão de que seria um problema temporário e localizado. A figura histórica daquela que seria a verdadeira refugiada seria a do homem branco fugindo dos perigos de regimes totalitários europeus da primeira metade do século XX. A Convenção de Genebra de 1951 é um marco central para o tema e um balizador importante do entendimento do que seria uma pessoa refugiada. Ratificada por 147 Estados, ela inclui o direto de *non-refoulement* aplicável quando a pessoa é perseguida por pelo menos um dos motivos estabelecidos no documento e não recebe proteção no país de origem. Deve-se tratar de um "fundado temor" que confere risco e que não será reparado ou evitado pelo Estado. Nesse contexto, a natureza da perseguição, bem como a resposta do Estado da solicitante devem ser levadas em consideração. A proteção internacional do refúgio se baseia na avaliação da situação que a solicitante enfrentaria caso voltasse ao seu país de origem e, portanto, é uma proteção *ad futurum*, ou seja, não é necessária a comprovação de uma perseguição passada, mas a comprovação de uma possível perseguição no futuro caso regresse ao país de origem (FRANÇA, 2017; LAFUENTE, 2014).

O também já apresentado Protocolo de 1967 sobre o Status dos Refugiados eliminou as restrições temporais e geográficas do documento de 1951, ampliando a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

proteção do refúgio internacionalmente e recomendando a interação entre governos nacionais e o ACNUR (FERNANDES, 2016; FRANÇA, 2017). Nessa dinâmica, as pessoas LGBTI+ são encaixadas na questão do refúgio via "grupo social", bem como em documentos de direitos humanos aparecem a partir do entendimento de "outros status" (no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, a disposição do artigo 26 sobre não-discriminação inclui as categorias de "raça, cor, sexo" e "outros status") (FRANÇA, 2017). Apesar de algumas diretrizes do ACNUR no sentido de compreender questões de orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico como "grupo social", há uma ampla discussão sobre o pertencimento a determinado grupo social e não é unanimidade que gênero, sexualidade e sexo figurem nessa leitura (FERNANDES, 2016) como será visto mais à frente.

Desde a década de 1990, as temáticas de gênero, sexualidade e sexo biológico começaram a se proliferar no meio internacional no tocante aos direitos humanos principalmente. Em 1996, o ACNUR, pela primeira vez, aborda o direito à proteção por conta de orientação sexual, identidade de gênero e/ou sexo biológico em um simpósio sobre perseguições de gênero (LAFUENTE, 2014). Somente em 2008, porém, o ACNUR produziu um documento específico sobre orientação sexual e identidade de gênero (*Guidance Note on Refugee Claims Relating to Sexual Orientation and Gender Identity*, um documento mais simples que não passa por todo o processo de discussão característico de resoluções internacionais). Apesar disso e como já mencionado, desde 2002, os temas de gênero, sexualidade e sexo biológico estão presentes na agenda do ACNUR (FRANÇA, 2017; LAVIOLETTE, 2010). Ainda que a Convenção de 1951 não tenha definido interpretações delimitadas para cada caso envolvendo refúgio, diretrizes são produzidas pelo próprio ACNUR de forma a orientar os governos nacionais a interpretar questões variadas, bem como questões relacionadas a gênero, sexualidade e sexo biológico (FERNANDES, 2016).

Nesse sentido, destacam-se: *Guidelines on Gender-Related Persecution* (2002), *Guidelines on Membership of a Particular Social Group* (2002), *Guidelines on Religion-based Claims* (2004); *Guidance Note on Sexual Orientation and Gender Identity* (2008) e, claro, *Guidelines on Sexual Orientation and/or Gender Identity* de 2012 (ACNUR, 2012). Todos os documentos supracitados, de modo mais ou menos específico, abordam temas de gênero, sexualidade e sexo biológico

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

e são guias que baseiam a atuação dos órgãos nacionais para refugiadas. As diretrizes de gênero de 2002, por exemplo, incluíam o combate à discriminação de homossexuais pela ligação com questões de gênero que esses sujeitos possuem a partir da subversão sexual daquilo que é esperado para um homem ou para uma mulher. A existência de pessoas trans também é uma questão de gênero, sendo o tipo de agressão bastante semelhante em praticamente todos os casos: estupros e tortura (LAVIOLETTE, 2010).

É interessante mencionar também a Declaração de Montreal de 2006, por exemplo, que tratou da eliminação de quaisquer formas de discriminação baseadas em orientação sexual e identidade de gênero, propondo a criação de uma convenção no âmbito da ONU sobre o assunto (CAMMINGA, 2019). As próprias resoluções e relatórios do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, do Conselho de Direitos Humanos e da Assembleia Geral sobre orientação sexual e identidade de gênero são importantes no reconhecimento do refúgio LGBTI+ como um direito humano (LAFUENTE, 2014). Destacam-se as resoluções A/HRC/RES/17/19 de 2011 e a A/HRC/RES/32/2 de 2016 (PRATA FILHO, 2018). De todo modo, como os documentos aqui citados não têm caráter vinculante ou não são tratados ou compêndios normativos estabelecidos, pessoas LGBTI+ continuam carecendo de uma posição enquanto figura jurídica delimitada pelo Direito Internacional. Essa lacuna pode influenciar em contextos de serviços e ajuda humanitária internacional como veremos no capítulo 4.

Os Princípios de Yogyakarta (2007), produzidos fora do escopo da ONU, também são muito importantes para o processo de afirmação de direitos sexuais e de gênero como direitos humanos por meio da incidência política e epistêmica. Eles foram redigidos por um painel de especialistas em Direito Internacional de várias partes do mundo e conectam orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico com a linguagem de direitos humanos propriamente dita (GROSS, 2013). É previsto em seu vigésimo terceiro princípio o direito ao refúgio:

> Toda pessoa tem o direito de buscar e de desfrutar de asilo em outros países para escapar de perseguição, inclusive de perseguição relacionada à orientação sexual ou identidade de gênero. Um Estado não pode transferir, expulsar ou extraditar uma pessoa para outro Estado onde esta pessoa experimente temor fundamentado de enfrentar tortura, perseguição ou qualquer outra forma de tratamento ou punição cruel, desumana ou degradante, em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 29).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

O documento *Guidelines n.9 on Sexual Orientation and/or Gender Identity* de 2012 do ACNUR, de modo mais específico, aborda os temas de gênero, sexualidade e sexo biológico e parece ser o guia com uma abordagem mais adequada ao trabalhar a atuação dos órgãos domésticos que lidam com refugiadas. As Diretrizes n.9 substituem a Nota de 2008 e devem ser compreendidas a partir da leitura de outros documentos: o Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado reeditado em 2011 e as Diretrizes n.1, n.2 e n.6 sobre perseguições de gênero, grupo social e religião respectivamente (LAFUENTE, 2014). Apesar de um texto "desajeitado" como colocado por França e Oliveira (2016), as diretrizes de 2012 apresentam uma série de questões importantes para uma aplicação jurídica do direito de refúgio que seja respeitosa dos descaminhos de gênero, sexualidade e sexo biológico. Itens como autoidentificação, infância, autopercepção, identidade de gênero, não conformidade (em relação às normas sociais), relações familiares e amorosas, religião, relação com a comunidade local, credibilidade, determinação da orientação sexual e/ou identidade de gênero da solicitante e questões de prova são exploradas pelo documento, reforçando que não há modelos para formulação de perguntas às solicitantes de refúgio e nem respostas corretas por parte delas (ACNUR, 2012).

O primeiro país a conceder o refúgio com base em orientação sexual foram os Países Baixos em 1981, seguida de outras decisões dispersas no Canadá, na Austrália e no Reino Unido nas décadas de 1980 e 1990 (GORISCH, 2017). O Brasil, de vinte anos para cá, passou de país "produtor"[47] para país receptor de pessoas refugiadas por questões de gênero, sexualidade e sexo biológico. Muito porque há, por exemplo, um sistema jurídico que permite a união entre pessoas do mesmo gênero (FRANÇA, 2017), a adoção e a criminalização da LGBTI+fobia como veremos no capítulo 3. O CONARE também tem sinalizado nos últimos anos posicionamento positivo em relação às solicitações relacionadas a orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico mais especificamente (OLIVA, 2012). O Brasil tem concedido refúgio com base em orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico desde 2002, sendo o primeiro caso o de um casal de dois

[47] Continua, entretanto, havendo ocorrências de solicitação de refúgio por parte de brasileiras por questões de gênero, sexualidade e sexo biológico. Ver, por exemplo: https://www.metrojornal.com.br/foco/2019/05/15/italiarefugiotranslgbt.html?fbclid=IwAR20kAoVjxnMkInbz4CKoZd3VVAqGH3lJecjidfMndsCnB4uViZYv0Z9pzE. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

homens colombianos gays que era perseguido pelos grupos armados que executavam assassinatos de motivação homofóbica (ANDRADE, 2015).

Segundo dados do ACNUR e do CONARE de 2018, entre os anos de 2010 e 2018, houve um número aproximado de 369 solicitações de refúgio com base em orientação sexual e identidade de gênero. O número é aproximado já que as solicitantes podem não se identificar com as categorias mobilizadas pelos termos orientação sexual, identidade de gênero ou pelas identificações da sigla LGBTI+ ocasionando dificuldades metodológicas para que haja exatidão desse número final. Além disso, solicitantes de refúgio por questões de gênero e sexualidade entendidas por OSIG[48] podem ser heterossexuais e cisgênero e percebidas enquanto LGBTI+ por trabalharem positivamente em torno desses temas em seus países de origem. O perfil das solicitações de refúgio relacionadas a OSIG mostra que havia 130 refugiadas no Brasil por questões de gênero e sexualidade, havendo também 195 casos pendentes e vários outros entre reassentados, indeferidos e arquivados (ACNUR, 2018).

Desses casos, a maioria está enquadrada na ideia de grupo social, seguido de opinião política, religião e grave e generalizada violação de direitos humanos a partir da Declaração de Cartagena. A grande maioria das solicitantes/refugiadas são homens cisgênero gays, seguidas pelas mulheres cisgênero lésbicas e mulheres transgênero heterossexuais todos de origem africana. As solicitações ocorrem em maior parte no estado de São Paulo, seguido do Distrito Federal e do Rio de Janeiro e as faixas etárias principais estão entre 18 e 29 anos, seguido por solicitantes entre 30 e 39 anos. Os países de origem mais comuns entre essas solicitações de refúgio são: Nigéria (121 casos), Gana (45 casos), Camarões (43 casos), Serra Leoa (25 casos), Togo (21 casos), Angola (18 casos), República Democrática do Congo (18 casos), Senegal (11 casos), Venezuela (8 casos), Colômbia (7 casos) e 52 casos de outros países (ACNUR, 2018).

O fluxo venezuelano de 2018 até os dias atuais, entretanto, modificou exponencialmente o número de refugiadas e solicitantes de refúgio por conta de gênero, sexualidade e sexo biológico. As milhares de pessoas LGBTI+ venezuelanas não-indígenas e indígenas que procuram acolhimento no Brasil

[48] Abreviação para "orientação sexual e identidade de gênero" utilizada no documento do ACNUR de 2018 referenciado nesse parágrafo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

tornam o levantamento da parceria ACNUR/CONARE bastante defasado mesmo com poucos anos passados desde seu lançamento. Por conta dessa realidade, a necessidade de produção de dados é eminente, ainda que pouco factível por parte do Estado e das grandes organizações internacionais que se equilibram por entre as dificuldades em lidar com a temática. Nesse sentido, projetos da sociedade civil como a organização não-governamental LGBT+Movimento, sediada na cidade do Rio de Janeiro, têm tentado preencher essa lacuna na produção de dados, mesmo que com um alcance regional, por meio da publicação de relatórios mensais e anuais internos.

4. A Intersecção do Refúgio LGBTI+

O que é posto com a intersecção entre gênero, sexualidade, sexo biológico e refúgio é que sexualidades, sexos e gêneros são compostos por identificações, condições e categorias que envolvem histórias específicas que se dão a partir das relações de poder, da produção de conhecimento e, também, da própria migração (LUIBHÉID, 2008). Nesta seção, serão apresentados alguns nomes importantes da pesquisa sobre refúgio LGBTI+, pautando os principais problemas e desafios que esse encontro de questões acaba oferecendo. Partindo de alguns entendimentos já mencionadas até aqui sobre gênero, sexualidade, sexo e refúgio separadamente, o objetivo é mostrar como esses universos interagem e se transformam a partir de uma intersecção específica.

4.1. Localizando a Bibliografia

Lionel Cantú é um nome importante dos estudos que intersectam gênero, sexualidade e migrações. Em seu livro póstumo *The Sexuality of Migration: Border Crossing and Mexican Immigrant Men* de 2009, Cantú trabalha gênero, sexualidade e raça no caso de migrantes mexicanos gays nos Estados Unidos tratando do nacionalismo que é (re)produzido no encontro com essas figuras sexualizadas e racializadas. Cantú serviu como perito especializado no caso de cinco solicitações de refúgio por homens gays cis do México nos Estados Unidos. Para o autor, colocar à prova uma sexualidade "imutável" nesse processo chamava a atenção por reinscrever noções essencialistas da identificação gay. Cantú destaca o movimento colonialista que é necessário operar para que seja possível solicitar refúgio em um país do Norte como os Estados Unidos de um país do Sul como México. De alguma forma, se (re)inscreve aí um roteiro racial e colonial que coloca o Norte branco

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

como progressista e salvador e o Sul latino (negro, árabe, asiático...) como a vítima atrasada (CANTÚ JR. et al., 2005).

Outro nome importante na literatura que trata de refúgio LGBTI+ é Nicole LaViolette (2010; 2015) professora da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa no Canadá. Ela foi responsável por escrever o material do programa de treinamento de pessoal da agência canadense de refúgio de modo a garantir que os entrevistadores e funcionários obtivessem conhecimento sobre as questões que envolvem gênero, sexualidade e sexo biológico nesse caso, provendo segurança e respeito às solicitantes (LAVIOLETTE, 2015). Aliado a ela, pode-se citar também o trabalho do antropólogo David A. B. Murray da Universidade de York com o livro *Real Queer?: Sexual Orientation and Gender Identity in the Canadian Refugee Apparatus* de 2015.

Nesse universo, o relatório *Fleeing Homophobia: asylum claims related to sexual orientation and gender identity in Europe* de 2011 é um documento que traz apontamentos relevantes de serem considerados em relação ao refúgio LGBTI+ antes mesmo da Diretriz n.9 de 2012 do ACNUR. O estudo comparativo analisa as práticas e políticas dos países da Europa em relação ao refúgio com base em gênero, sexualidade e sexo biológico, mostrando problemas, dilemas, soluções e recomendações. O foco é a adequação dos Estados aos padrões normativos europeus. O texto se atém a oito questões específicas: criminalização, proteção estatal contra perseguição não-estatal, alternativa de discrição, realocação interna, credibilidade, identificação tardia, informação do país de origem e recepção. Por fim, o relatório apresenta, ainda, nove recomendações aos Estados europeus com base nos tópicos específicos do refúgio LGBTI+. Em estimativa, já que nem todos os países europeus possuem dados sobre o tema, a Europa havia recebido até então mais de dez mil solicitações de refúgio por conta de gênero, sexualidade e sexo biológico de pelo menos 104 países (JANSEN; SPIJKERBOER, 2011).

Outro pesquisador importante do refúgio LGBTI+ é o espanhol José Diaz Lafuente professor de direito da Universidade Jaume I. Há um grande diálogo de Lafuente (2014) com o Brasil inclusive com a orientação de jovens pesquisadores como o próprio Daniel Braga Nascimento (2018) também citado aqui. Em sua tese de doutorado de 2014, Lafuente conduz uma ampla investigação sobre a aplicação do direito ao refúgio por questões de orientação sexual e identidade de gênero em

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

várias partes do mundo. O autor vincula o refúgio LGBTI+ a direitos humanos em um nível internacional como os da vida, da integridade e da liberdade. Nesse sentido, o refúgio com base em gênero, sexualidade e sexo é visto como um direito em si e não deve ser encarado como uma questão de política externa (LAFUENTE, 2014).

Há poucas publicações brasileiras sobre a intersecção do refúgio (e migração) LGBTI+, sendo elas ainda mais recentes. Destacam-se, dessa forma, o trabalho da antropóloga da Unicamp professora Isadora Lins França (2017) sobre vivências do refúgio LGBTI+ no Brasil e na Espanha, tocando normatividades, categorias, aplicação do direito e violências. Considerando dissertações de mestrado publicadas sobre o assunto, citamos o trabalho de Daniel Braga Nascimento (2018) de nome "Refúgio LGBTI: panorama nacional e internacional", o trabalho de Vítor Lopes Andrade (2019) intitulado "Refúgio por motivos de orientação sexual: um estudo antropológico na cidade de São Paulo" e o trabalho de Nathália Antonucci (2020) de nome "Entrecruzamentos entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cis-heterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio". Alguns outros textos de Andrade (2015; 2016) também serão utilizados aqui e uma entrevista com Antonucci foi utilizada no capítulo 5. Com relação a teses de doutorado, podemos citar o trabalho de Luiza Cassemiro (2022) intitulado "O acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em situação de refúgio na cidade de São Paulo: desafios para os profissionais do Centro de Atendimento" e a pesquisa de Patrícia Gorisch (2018) de nome "Refugiados LGBTI". Outro texto de Gorisch (2017) também será utilizado aqui.

Vale citar também as iniciativas de dossiês de revistas especializadas em gênero, sexo e sexualidade ou migrações e refúgio: revista Travessia do Centro de Estudos Migratórios com o número "Migração: Sexualidade e Identidade de Gênero" (2015), revista Periódicus da Universidade Federal da Bahia com o número "Migrações territoriais, sexuais e de gênero: dissidências interseccionais" (2019), revista Equatorial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o número "Gênero, deslocamentos e fronteiras no/do mundo contemporâneo" (2020), revista REMHU do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios com o número "Pessoas migrantes e refugiadas LGBTI" (2020) e revista Ambivalências da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Universidade Federal de Sergipe com a edição “Dossiê Migrações: Corpo, Gênero e Sexualidade” (2022).

Por fim, é necessário mencionar que são poucos os trabalhos que focam especificamente no refúgio relacionado a pessoas transgênero. As pesquisas da área costumam dar um enfoque muito amplo afirmando problemáticas “LGBTI+” num geral ou estão mais diretamente relacionadas com orientação sexual, principalmente homens gays (CAMMINGA, 2019). Nesse sentido, destacam-se os trabalhos de Camminga (2019) com refugiadas transgênero na África do Sul e de Sima Shakhsari (2014) trabalhando com refugiadas transgênero e *queer* na Turquia. O presente trabalho, mesmo sabendo que pode criar limitações, se atentará, contudo, ao espectro de identificações de gênero, sexualidade e sexo biológico representado aqui pela sigla LGBTI+ como colocado na introdução.

4.2. Perseguição

A perseguição a partir do entendimento de grupo social é externada durante o processo de refúgio por meio do relato, o qual deve deixar claro eventos, traumas, opiniões e informações que estabelecem violações de direitos humanos e conferir credibilidade ao “fundado temor de perseguição” da solicitante (FRANÇA, 2017). O termo “fundado temor” alia aí uma categoria objetiva (“fundado”) e uma categoria subjetiva (“temor”) que devem estar bem relacionadas nas declarações da solicitante de refúgio em uma narrativa que pode envolver motivos cumulativos e contextos geográficos, históricos e culturais particulares (FERNANDES, 2016). A pessoa perseguida, ainda assim, não pode deixar que o medo a tome por completo porque precisa guardar as capacidades racionais para solicitar o refúgio. A perseguição que gera medo e leva à fuga precisa ser narrada de forma a considerar uma probabilidade real de perigo, uma verdade. A narrativa daquela que pede o refúgio precisa ser avaliada de maneira objetiva para que o caráter fundado do temor seja confirmado (NYERS, 2006).

Estupros corretivos, violência física e psicológica, a tortura e o cárcere privado são violações de direitos humanos comuns nos casos de gênero, sexualidade e sexo biológico, servindo para fundamentar o temor em questão (FERNANDES, 2016). A mutilação genital, a exploração sexual e o feminicídio são violências de gênero recorrentes. Medidas que visam mudar uma orientação sexual e/ou uma identidade de gênero e/ou o sexo biológico, a institucionalização,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

cirurgias e terapias forçadas, a privação de liberdade e a detenção com base em gênero, sexualidade e sexo biológico, os crimes de honra, ameaças físicas, pressão psicológica e discriminações que firam direitos civis, políticos, econômicos e sociais também caracterizam perseguição. Sobre a falta de proteção oferecida pelo Estado de origem, deve-se examinar o sistema legal de cada país, sua interpretação, sua aplicação e seu impacto na vida de cada solicitante para determinar o "fundado temor de perseguição". A perseguição estatal se dá também por meio de danos cometidos por oficiais de Estado, além da polícia e dos militares, por exemplo. Essa mesma perseguição, entretanto, pode ser cometida por agentes não estatais como membros da família, da comunidade em geral e vizinhos. Grupos armados paramilitares e gangues também podem se constituir como agentes privados intimidando e violentando física, psicológica e/ou sexualmente a solicitante (LAFUENTE, 2014).

Ainda assim, por não haver procedimento padrão no processo de determinação do status de refugiada, muitos casos se tornam exemplos de intepretações restritivas da norma, incorrendo em problemas de credibilidade e discordâncias sobre perseguição. Nem sempre legislações LGBTI+fóbicas são satisfatórias para que seja admitida perseguição. Muitos países ainda consideram insuficiente o fato de que determinados Estados legislam contra pessoas LGBTI+ em diferentes níveis (GÜLLER, 2019). Apesar dos avanços das legislações sobre refúgio, muitos países também não reconhecem a perseguição socioeconômica como um tipo de perseguição legítima para a solicitação do refúgio por motivos de gênero, sexualidade e sexo biológico (LAFUENTE, 2014). A migração venezuelana no Brasil tensiona essas categorias fixas sobre perseguição porque tem sido visto sob a óptica da "grave e generalizada violação de direitos" e, por isso, acaba englobando as violências LGBTI+fóbicas e a dificuldade socioeconômica.

Ainda assim, em termos de vivências, é comum o sentimento de solidão desde a infância causado pela ideia da "diferença" entre pessoas LGBTI+, o que contribui para o isolamento social. O medo constante de serem descobertas por familiares, amigos, colegas de trabalho ou vizinhos leva essas pessoas a desenvolverem um tipo de reserva protetiva, uma barreira para que seus gêneros, sexos e sexualidades não venham à tona. Quando a violência contra essas pessoas vem da própria família, a necessidade de escapar se torna eminente, já que o risco

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de agressão é grande. Muitas solicitantes de refúgio cortam laços com a família depois que migram, às vezes sem esperanças de melhoras da situação e com algum nível de sensibilidade sobre o assunto (GIAMETTA, 2017). Elas costumam manter em segredo suas orientações sexuais e identidades de gênero por conta da patologização, da criminalização, da pressão social, do estigma e da discriminação dentro e fora da família. Nessa dinâmica, muitas solicitantes preferem não compartilhar informações sobre gênero, sexualidade e sexo biológico nos centros de acolhida e com outros companheiros também migrantes (LAFUENTE, 2014).

Pessoas LGBTI+ se recusam a receber proteção da polícia por não confiarem que seus gêneros, corpos e sexualidades sejam respeitados. Solicitantes de refúgio também costumam viver gatilhos de sentimentos de medo e ansiedade quando precisam lidar com a polícia, militares ou oficiais de governo nos países de acolhida. A sensação de impotência e frustração é bastante comum nesses contextos em que a violência sistêmica impossibilita a proteção. Pessoas LGBTI+ frequentemente são presas por causa de seus gêneros, corpos e sexualidades e têm que subornar agentes do governo em troca de liberdade. Chantagens via Internet também são comuns apesar da rede se tornar um dos poucos lugares em que o anonimato cria um ambiente mais seguro. Um constante autopoliciamento é necessário para que pessoas LGBTI+ possam fugir de episódios de violência física e/ou psíquica. Nesse sentido, a desconfiança e o isolamento levam a uma exaustão que deixa marcas na vida de solicitantes de refúgio e refugiadas. Estratégias de sobrevivência como ter filhos e se engajar em casamentos heterossexuais têm que ser acionadas para não levantar dúvidas daqueles que cercam suas vidas (GIAMETTA, 2017).

Há uma ausência de registro e de documentação com relação a perseguições de gênero, sexualidade e sexo biológico por falta de vontade política dos Estados, o que dificulta a solicitação de refúgio nesses termos. Muitas tentam o refúgio a partir de outras questões, já que não há informações suficientes sobre pessoas LGBTI+ nos países de origem. Além disso, um número grande de pessoas não sabe que é possível solicitar o refúgio por conta de gênero, sexualidade e sexo biológico (LAFUENTE, 2014) algo que tem acontecido no Brasil com migrantes venezuelanas. Ademais, publicações sobre refúgio LGBTI+ ainda tendem a ter um foco quase que exclusivo nas experiências de homens gays somente, esquecendo-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

se de lésbicas, bissexuais, pessoas transgênero e intersexo. Pessoas LBTI+ são menos propensas a solicitarem o refúgio talvez porque são menos abertas com relação a seus gêneros, sexos e sexualidades, sofrem mais opressões e/ou têm menos acesso às autoridades de refúgio e à informação (JANSEN; SPIJKERBOER, 2011).

Há de ser notar a elevada vulnerabilidade de pessoas transgênero por falta de apoio familiar, pouco ou nenhum trabalho e forte discriminação. Pessoas transgênero femininas e/ou mulheres transgênero sofrem constante violência dentro dos sistemas de solicitação de refúgio. Homens transgênero ou pessoas transgênero masculinas costumam ser mais passáveis por conta de tratamentos hormonais (a testosterona produz efeitos mais rápidos e "convincentes"), mas são menos visíveis de um modo geral (CAMMINGA, 2019). Pessoas intersexo também são perseguidas devido à ambiguidade de seus corpos e sexos e podem ser consideradas figuras malignas pela comunidade, pela religião e pela família e sofrerem com cirurgias mutiladoras (LAFUENTE, 2014).

Mulheres podem ser perseguidas por meio de casamentos forçados, estupro corretivo e violência doméstica em que o agente persecutório é sua própria família. Ademais, a maioria dos países que criminaliza a homossexualidade em algum nível faz menção especificamente a homens gays. Poucos países condenam a homossexualidade feminina explicitamente. Nesse sentido, a pouca visibilidade pública e o menor número de informações sobre mulheres lésbicas e bissexuais prejudica a solicitação de refúgio de pessoas que precisam de proteção (DAWSON; GERBER, 2017). As experiências de homens e mulheres ao solicitarem o refúgio variam bastante. As barreiras econômicas, sociais e culturais se impõem com muito mais força sobre as mulheres do que sobre os homens. Nesse sentido, homens gays representam a maioria das solicitações com base em gênero e em sexualidade [por exemplo, 321 solicitações por orientação sexual e identidade de gênero foram feitas por homens cis e 46 por mulheres cis e trans no Brasil segundo o ACNUR (2018)], reforçando a invisibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais nesse cenário (LAFUENTE, 2014).

Pessoas bissexuais também são bastante vulneráveis na solicitação de refúgio, uma vez que a bissexualidade é uma identificação invisível no discurso e na prática de direitos humanos. A bissexualidade nunca parece suficiente para

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

satisfazer o sistema de refúgio que requer categorias rígidas e imóveis (DAWSON; GERBER, 2017). É uma das menos compreendidas identificações de gênero, sexualidade e sexo biológico e poucos estudos específicos são possíveis de serem encontrados sobre o assunto. O número de concessões de refúgio a pessoas bissexuais é menor que o de homens gays e mulheres lésbicas – por exemplo, segundo o ACNUR (2018), o número de solicitações de refúgio entre 2010 e 2018 no Brasil era de 241 para homens gays, 38 para mulheres lésbicas e 12 para bissexuais – talvez pelo desconhecimento, que acaba gerando pouca credibilidade (LAFUENTE, 2014). Desafios semelhantes estão postos às pessoas não-binárias, gênero-fluido e agênero ao passo que não se conformam com os conhecidos binários organizadores de gênero, sexo e sexualidade e, por isso, não conseguem obter reconhecimento de suas identificações de gênero.

4.3. Paraísos Imaginados

O trânsito de refugiadas até seus destinos é permeado por experiências difíceis como prisões, agressões, perseguições, deportações e mortes. Às vezes, o deslocamento para outros países se dá como porta de entrada para um terceiro país. Às vezes, esse deslocamento é inspirado pela mídia, estabelecendo imaginários sobre uma vida melhor a partir de influências culturais da música, filmes, televisão e Internet (CAMMINGA, 2019). A questão do refúgio LGBTI+, porém, está imbricada em um processo coletivo de categorização, representação e narração. O refúgio produz diferentes rótulos ao representar certos países do mundo como LGBTI+fóbicos frente a países considerados "paraísos LGBTI+". De certa forma, a representação da LGBTI+fobia pelo aparato do refúgio reforça certas compreensões coloniais e racistas, silencia outras possibilidades e apaga histórias. Nesse sentido, determinadas temporalidades, figuras e valores morais são acionados na solicitação de refúgio, criando imaginários entre "futuros impossíveis e passados devastados" que localizam países do Norte como paraísos LGBTI+ face ao Sul LGBTI+fóbico. Notícias na mídia e relatórios sem aprofundamento sobre diferentes lugares reafirmam uma narrativa enviesada e generalista (RABOIN, 2017).

Entre traumas passados e um futuro incerto, a solicitante de refúgio por questões de gênero, sexualidade e sexo biológico vive a dureza da espera de um processo que representa a possibilidade de uma vida digna sustentada pelo otimismo em torno do país de acolhida. Ao narrar a perseguição ou a eminência

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

dela em lugares como o Reino Unido, por exemplo, cada solicitante reforça a fundação de uma nação LGBTI-*friendly* – ou como Raboin (2017) chama "um paraíso *queer*" – um lugar desejado por sua hospitalidade e aceitação. As notícias que surgem daí se centram na impossibilidade de futuros LGBTI+ fora do registo do Ocidente branco. A morte e a violência servem para confirmar essa realidade e acionar um humanitarismo voltado para a emoção por meio de sofrimento e do sensacionalismo. O refúgio se torna, então, a única chance que pessoas LGBTI+ de países africanos, árabes, muçulmanos e latinos têm de sobreviver (RABOIN, 2017).

Mas a temporalidade de um futuro impossível para solicitantes de refúgio LGBTI+ se liga diretamente com narrativas sobre a morte, a perseguição, a execução e o suicídio de pessoas não agraciadas pela proteção. E a espera confirma uma burocracia invasiva que relega as pessoas a uma quase-vida: não se vive propriamente, se existe em suspensão, no aguardo de uma decisão, geralmente, em abrigos. Nesse universo, apenas algumas serão "recicladas" para uma nova vida no país de acolhida, onde poderão de fato gozar de segurança e direitos. Essa tecnologia de administração des-subjetiva para depois re-subjetivar aquela solicitante que parece mais verdadeira para o enquadramento de gênero, sexualidade e sexo biológico que está sendo trabalhado. Discursos normativos envolvidos pelo *modus operandi* neoliberal entram em jogo, nesse sentido, ao selecionarem aquelas que podem usufruir da universalidade dos direitos humanos LGBTI+ (RABOIN, 2017). Esses discursos são responsáveis por incluir um tipo específico de LGBTI+, que segue padrões, roteiros e narrativas cis-heteronormativas e, frequentemente, está ligado ao homem gay que consome e se normaliza pelo casamento, por exemplo (WEBER, 2016).

A institucionalização dos debates sobre gênero, sexualidade e sexo biológico reflete a repetição de um discurso dito "internacional" que se limita aos termos orientação sexual, identidade de gênero e às identificações do acrônimo LGBTI+. Dessa maneira, a credibilidade das solicitantes de refúgio está atrelada a essa série de categoriais, despolitizando direitos humanos e deslocando a realidade e a experiência de cada solicitante para um espetáculo de sofrimento. Esse humanitarismo universalista é cúmplice de representações "homonormativas", uma vez que fixa roteiros rígidos e essencialistas. Esse cenário todo de sofrimento, porém, só se finda quando a credibilidade da solicitante é posta à prova e a ela é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

concedida o refúgio como resultado da veracidade e da legitimidade de seu caso. Essa negociação é, portanto, determinante para a criação de paraísos LGBTI+ e da fixação de figuras como o salvador, o opressor, a vítima e a verdadeira refugiada das quais já vínhamos tratando. A emergência de narrativas de resgate cria um imaginário de hospitalidade e a ideia de um ímpeto moral pró identificações de gênero e sexualidade e condições de sexo biológico não-normativas em países do Norte (RABOIN, 2017).

Esse imaginário, contudo, nem sempre se mostra real se considerarmos a reinserção normativa de alguns corpos LGBTI+ nos processos de solicitação de refúgio como temos visto. Em suas observações, Cantú mostra como a identificação gay (e lésbica com menos ênfase) foi trabalhada de modo imutável, inerente e indesejável quando se pensa em políticas nacionais americanas em relação aos latinos e, principalmente, seu vizinho México. As cortes se mantiveram relutantes em aceitar a ideia de orientação sexual como "grupo social", mas o caso emblemático Toboso-Alfonso de 1990 abriu margem para que essa interpretação fosse possível aliada a uma posição progressista do presidente Clinton com relação a direitos gays. A ideia de grupo social deveria estar ligada, nesse contexto, a características comuns, imutáveis, inatas e com um passado em comum. Paradoxalmente, essa mesma identificação que reforçava a exclusão ainda maior de latinos no país agora era requerida como necessária para a solicitação de refúgio (CANTÚ JR. et al., 2005).

Além disso, posições racistas e colonialistas restringem a possibilidade de refúgio ao reforçarem um estereótipo daquilo que é considerado gay na cultura mexicana a partir da leitura americana: o homem gay afeminado. Nesse sentido, outras expressões da homossexualidade masculina são excluídas por um processo que tenta acessar a "verdadeira" identificação em perigo. Para ganhar o refúgio, a solicitante precisa apresentar seu país como incapaz de prover proteção, reforçando indiretamente a ideia de uma salvação baseada nos ideais de liberdade e progresso do Ocidente branco e rico. É necessário culpar uma cultura dita "atrasada" sem levar em consideração variáveis de raça, gênero, classe, globalização e relações neocoloniais que continuam presentes até os dias de hoje e coadunam com as opressões de gênero, sexualidade e sexo biológico locais. A popularização de relatórios sobre o assunto, nesse sentido, reforça explicações rápidas e fáceis e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

contribuem para a opressão e para a exclusão de pessoas em necessidade de proteção (CANTÚ JR. et al., 2005).

Dessa maneira, o trabalho de Cantú (2005) aponta para um grave problema do refúgio LGBTI+: a essencialização das identificações de gênero e sexualidade e condições de sexo biológico em uma lógica muitas vezes racista e colonialista que atribui culpa às culturas locais, principalmente, quando na equação está em jogo uma relação Norte e Sul como no caso de Estados Unidos e México. Para o autor, essa produção de imagens simbólicas contribui para a diferenciação através da soberania nacional em um exercício de alteridade (CANTÚ JR. et al., 2005). Esses imaginários sobre o país de acolhida, porém, quando se mostram irreais e vastamente condicionados acabam por reforçar com ainda mais força sentimentos comuns de frustração e exclusão.

No caso de venezuelanas LGBTI+ no Brasil, os contornos dessa lógica do Eu e do Outro são menos evidentes, já que Brasil e Venezuela são ambos países do Sul. Ainda assim, há uma retórica de governo que circula entendimentos salvacionistas em torno dos nossos "vizinhos menos afortunados" como temos afirmado. A miséria do comunismo que relegou venezuelanos a terem que comer seus cachorros como afirmou Bolsonaro[49] é emblema de uma diferenciação que coloca o Brasil como "primo rico e solidário". Além disso, algo desses "paraísos *queer*" são acionados quando pensamos nas novelas como produto de exportação cultural que, nas últimas décadas, têm tratado de questões de gênero, corpo sexual e sexualidade com certa frequência. O fato de que o Brasil é um país que reconhece o casamento homoafetivo, a adoção homoafetiva e criminaliza a LGBTI+fobia faz com que se assente um imaginário de que o país protege sua população LGBTI+ e pode ser um destino acolhedor mesmo que, ao mesmo tempo, tenha o primeiro lugar em assassinatos de pessoas trans e travestis no mundo como vimos na introdução.

Essa tecitura de discursos, atos e práticas colocam o Brasil como paraíso acolhedor quase como no jogo Norte/Sul – ou Sul/Sul – do qual Cantú (2005) e Raboin (2017) denunciam. No fim das contas, os Estados, sejam eles solidários ou não, podem conceder o refúgio, mas também indeferi-lo, criando um movimento contraditório que é mascarado pela credibilidade de casos emblemáticos em

[49] Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ercVnJVU5mE. Acesso em 29 de janeiro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

detrimento de recusas silenciadas. O refúgio LGBTI+ é o desafio que expõe as incongruências do reconhecimento de identificações de gênero e sexualidade e condições de sexo biológico por meio das categorias e títulos que recaem no ideal de Estado: a cidadania, a igualdade e a liberdade ocidentais (RABOIN, 2017) e neoliberais. Fora dessas métricas, há sempre um exercício de acolhida condicionado e que fará suas escolhas conforme as normas que circundam cada situação – a ver normas do gênero, do sexo e do desejo, normas do humanitarismo e normas do Estado-nação.

4.4. Estereótipos, Credibilidade e Elegibilidade

Uma das maiores dificuldades da solicitação do refúgio por questões de gênero, sexualidade e sexo biológico é a prova que se exige para fundamentar o "fundado temor de perseguição". O relato é, nesse sentido, a principal prova que a solicitante pode oferecer no processo. O importante aqui é que as práticas comprovatórias de cada Estado não sejam discriminatórias e/ou vexatórias como testes médicos ou a apresentação de material fotográfico e de vídeo, por exemplo. Muitos operadores jurídicos e entrevistadores dão importância demasiada aos atos sexuais das solicitantes ao invés de analisar seus gêneros e sexualidades, subestimando a perseguição ligada às identificações em si. A demanda excessiva de provas evidencia a LGBTI+fobia a partir da grande lacuna com relação à informação sobre pessoas LGBTI+ dos países de origem (LAFUENTE, 2014).

Mas se não há "verdades" com relação à identificação sexual/de gênero dessas pessoas, já que essas podem variar com relação ao local, ao tempo e às vivências – ou seja, são performativamente constituídas – como o refúgio com base em gênero, sexualidade e sexo biológico funciona? Se o que existe é um processo interminável, nunca pré-concebido e indeterminado de identificação, como enquadrar nos termos do Direito? No caso do refúgio, o incomensurável do gênero e da sexualidade se dá no incomensurável de um relato que passa pelo crivo de um grupo seleto de "aplicadores das regras". Continua não havendo, contudo, narrativas universais para a solicitação de refúgio, bem como também não há um comportamento definitivo com relação ao ser gay, ser lésbica e/ou ser transgênero. Na ansiedade do "pôr à prova", violências se tornam cotidianas e injustiças acabam acontecendo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Os corpos das solicitantes de refúgio se tornam objetos de experiências e de comprovações materiais afirmando uma "biolegitimidade" como vimos com Fassin (2005). Testes físicos como a falometria[50], já praticados na República Tcheca, além de serem absurdamente inconclusivos, violam a dignidade da pessoa humana ao serem invasivos e desconfortáveis. Ademais, pressupor que pessoas LGBTI+ se identifiquem necessariamente com a cultura pop ocidental nas figuras de cantoras como Madonna e Lady Gaga, como ocorreu em alguns casos na Inglaterra, beira o ridículo (ANDRADE, 2015; FRANÇA, 2017; GORISCH, 2017). Há de se notar também, que nem todas as pessoas transgênero optam por modificações corporais ou tratamentos hormonais, sendo uma questão totalmente pessoal (ACNUR, 2012). Supor que uma solicitante de refúgio LGBTI+ irá buscar lazer a partir do consumo em festas e bares gays em grandes centros como visto em alguns processos no Canadá também é limitante, presumindo trajetórias necessárias sem levar em consideração aspectos culturais e psicológicos (KEENAN, 2014).

O processo de elegibilidade, assim, não pode estar ancorado em estereótipos de comportamento e apresentação física e estética, pois não há universalidade nas características que possam vir a definir sujeitos LGBTI+. Não se pode falar em padrões ou parâmetros porque o gênero e a sexualidade para além de serem reiterados por atos performativos que admitem transgressões, são contingentes. O "rotular" limita e empobrece os processos de identificação, silenciando e tornando invisíveis dissidências que rebatem os binarismos que organizam a cultura acumulada sobre os temas discutidos. Nem todos os gays são afeminados, nem todas as lésbicas são masculinas, nem toda homossexual nunca foi casada ou não tem filhos, nem todos os sujeitos de gênero, sexualidade e sexo biológico que transgridem a norma são LGBTI+ ou sabem o que significa a sigla e suas identidades (ANDRADE, 2016; GORISCH, 2017).

Histórias pré-produzidas como "sair do armário"[51] e a "disforia de gênero"[52] são utilizadas para criar uma pretensa universalidade nas narrativas de pessoas

[50] No contexto do refúgio, a falometria está ligada a testes de excitação que medem as variações de corrente sanguínea na genitália da solicitante a partir do estímulo com vídeos e fotos pornográficas (NASCIMENTO, 2018; PRATA FILHO, 2020).

[51] O discurso de "sair do armário" evoca a ideia de uma sexualidade ou gênero que sempre esteve lá, presa/o, e que foi posta/o à mostra como se as identidades fossem unas, coerentes e fixas (PRATA FILHO, 2018).

[52] O discurso médico sobre disforia de gênero reforça a ideia de um gênero unitário e coerente, enfatizando algo que é preexistente e natural e não permitindo espaço para uma maior fluidez

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

LGBTI+. Questões de gênero, sexualidade e sexo biológico, entretanto, devem ser situadas, já que nem sempre fazem sentido a partir da lógica identitária ocidental, o que acaba por trazer discursos médicos de desvio e a enquadrar dissidências nos binários homem/mulher; masculino/feminino; heterossexual/homossexual; cisgênero/transgênero. Os processos de identificações são contínuos e nunca prontos, além de serem influenciados pelas novas possibilidades que a mobilidade traz. Pessoas LGBTI+ que são solicitantes de refúgio e refugiadas estão inseridas em uma dinâmica de estigma, apagamento, perseguição e vergonha e têm suas identificações permeadas por essas vivências, dificultando sempre que essa figura da refugiada genuína apareça juntamente com identidades coerentes e padronizadas (JORDAN, 2009).

Solicitantes de refúgio LGBTI+ gastam bastante tempo e recursos para juntar "provas" de suas sexualidades, sexos e gêneros, ou pelo menos para se adequar às identidades ocidentais, por meio de fotos de amigos, familiares, antigos relacionamentos, além de inquéritos policiais, documentos médicos e notícias de jornais. Ainda assim, participar de eventos e frequentar lugares que envolvem gênero, sexualidade e sexo biológico como paradas, festas e bares não deve ser parâmetro para provar algo, já que questões culturais, religiosas e pessoais podem estar envolvidas nessa dinâmica, impedindo que a solicitante se integre totalmente mesmo em um país receptor relativamente seguro e respeitador dos direitos sexuais e de gênero. Narrativas de trauma e vivências sob o pós-traumático são fragmentadas e estão permeadas por especificidades de cada sujeito e sua história. Isso deve ser levado em conta para que agentes governamentais não desqualifiquem uma solicitação de refúgio apenas porque ela não é coerente o bastante com o roteiro pré-determinado das identidades fixadas na sigla LGBTI+, por exemplo (JORDAN, 2009).

No processo de determinação do refúgio, performances e expressões inventivas também são empregadas para se passar maior credibilidade aos entrevistadores. Feminilidade e masculinidade podem ser importantes nessa dinâmica, uma vez que a autenticidade de identificações LGBTI+ é sempre colocada à prova a partir de estereótipos fixos e da rejeição de antagonismos e

relacionada à questão. A disforia é um termo médico para categorizar a transexualidade como desvio, pelo qual a pessoa não se sente confortável com seu corpo, principalmente, gônadas e aspectos típicos de gênero como seios ou barba, por exemplo (PRATA FILHO, 2018).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

nuances de gênero, sexualidade e sexo biológico. O Eu autêntico está, então, localizado entre múltiplas camadas de identificação, performance e fluidez que se constituem no contexto e nas experiências de cada uma. Nessa continuidade, o processo de solicitação de refúgio pode ser um processo doloroso, humilhante e trazer uma exposição que afasta as pessoas de uma proteção que esteja de fato alinhada com direitos humanos. Pessoas com maior poder aquisitivo, geralmente, conseguem lidar melhor com essa pressão porque têm conhecimentos de mundo que os ajudam nesse processo frente a pessoas com baixa escolaridade, por exemplo (GIAMETTA, 2017).

Outrossim, cada Estado é responsável por determinar a elegibilidade e a credibilidade de suas solicitantes de refúgio, enquanto o ACNUR tem o dever de garantir a aplicação dos documentos internacionais que balizam o refúgio como a Convenção de 1951. Ainda assim, o ACNUR não tem poder vinculante nas legislações internacionais e domésticas e fica restrito ao papel de orientador ao sugerir interpretações legais e aconselhar práticas e políticas de acordo com cada problema. Cada Estado pode manipular e aplicar o Direito Internacional conforme a interpretação de seus oficiais e interesses próprios. Para Güller (2019), a partir de sua pesquisa com quarenta casos de solicitação de refúgio LGBTI+ de diversos países, fica claro que o papel do ACNUR como supervisor precisa ser aprimorado para que as inconsistências entre a realidade de solicitantes de refúgio por conta de gênero, sexualidade e sexo biológico e as decisões nacionais sejam mitigadas (GÜLLER, 2019).

As solicitantes de refúgio sempre ficam à mercê dos juízes, oficiais e entrevistadores e seus julgamentos. As motivações dessas migrantes são, geralmente, cercadas por fortes opiniões pessoais dos profissionais que analisam a elegibilidade de cada solicitação. Casos semelhantes têm decisões que costumam variar e se contradizer frequentemente em um mesmo sistema doméstico de avaliação de refúgio. Nos Estados Unidos, por exemplo, O'Dwyer (2007) mostra que foi – e ainda é – comum a confusão entre aquilo que era considerado "prática homossexual", ou seja, algo pontual e passageiro, com "identificação homossexual", uma característica imutável e entendida como "grupo social" a partir da Convenção de 1951. Dessa forma, a situação de solicitantes de refúgio LGBTI+

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

é ainda mais precária quando se percebe as incongruências entre aqueles que operam o refúgio dentro dos países de acolhida (O'DWYER, 2007).

Nesse sentido, práticas restritivas são bastante comuns em casos de solicitação de refúgio por conta de orientação sexual, sexo biológico e identidade de gênero. A alternativa de realocação interna, conceito pelo qual é sugerido à solicitante realocar-se em outra área de seu país em que não corra riscos, é bastante comum e deve ser aplicada com cautela no caso de pessoas LGBTI+ justamente porque podem faltar informações sobre o país de origem, ou porque a LGBTI+fobia é, regularmente, grande em todo o país. Para que não exponha a solicitante à perseguição, a alternativa de realocação interna – geralmente, de uma cidade pequena para uma grande cidade, ou da zona rural para a zona urbana – deveria estar embasada por informações confiáveis sobre o país em questão. Essa alternativa de realocação interna deveria ser aplicada somente quando a proteção estatal está disponível de maneira genuína e significativa, já que organizações não-governamentais, as Nações Unidas e a sociedade civil não são um substituto para a proteção estatal. Essa alternativa deveria ser apresentada de maneira razoável considerando o impacto da mudança na vida das solicitantes, a sua segurança e o respeito aos direitos humanos (GÜLLER, 2019).

A alternativa de realocação interna deveria, então, ser acessível, funcionar como um antídoto eficaz para o risco de perseguição e não gerar um novo risco para a solicitante (HATHAWAY, 2012). De todo modo, esse critério pode ser problemático, já que, ao considerar as heterogeneidades dos diferentes territórios, acaba reafirmando uma compreensão discursiva e material de que o Estado tem lugar de primazia na proteção das pessoas ao sugerir que essa alternativa deveria vir antes do que o refúgio. Além disso, assume clichês não necessariamente corretos como os de que zonas urbanas são mais tolerantes do que zonas rurais, ou que em grandes cidades gênero, sexualidade e sexo biológico passam mais despercebidos do que em pequenos centros (KEENAN, 2014).

Analogamente, a discrição como alternativa é um problema que deve ser analisado com cuidado. Solicitantes de refúgio que não conseguem "provar" que viviam seus gêneros e sexualidades nos países de origem (a maioria), precisam "provar" que eram discretos por medo legítimo de serem perseguidos e não por escolha voluntária (DAWSON; GERBER, 2017). Além do medo, a vergonha de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

serem descobertas ou a proibição de afirmar certas identificações em público também estão envolvidas. Essa restrição fere liberdades de expressão e opinião e, portanto, não deveria ser uma estratégia por parte daqueles que analisam a solicitação de refúgio (GÜLLER, 2019). No fim, a alternativa de discrição demonstra o desconhecimento sobre a natureza da orientação sexual, do sexo biológico e da identidade de gênero, uma vez que a possibilidade de ser descoberta contra a própria vontade coloca em risco a vida da solicitante. Ademais, está em desacordo com o princípio da própria Convenção de 1951 sobre não discriminação e desconsidera os efeitos traumáticos dessa "solução" (LAFUENTE, 2014).

Alguns autores trabalham que, atualmente, o problema parece ter migrado do critério de discrição para um descrédito geral dos testemunhos de pessoas LGBTI+. Há, então, um constante duvidar das histórias e das identificações mobilizadas por aquelas que solicitam refúgio por conta de gênero, sexualidade e sexo biológico, uma vez que é mais difícil provar gêneros e sexualidades (DAWSON; GERBER, 2017). Como vimos, em grande parte dos casos, informações sobre a situação de pessoas LGBTI+ em regiões específicas não são encontradas. Apesar desse problema não poder ser considerado para colocar em xeque a credibilidade da solicitante, isso nem sempre acontece. Silêncios como esses evidenciam o descaso e as violências para com a população LGBTI+ e não invalidam narrativas. O benefício da dúvida deve ser aplicado nos casos em que há o estabelecimento de condições gerais de credibilidade segundo cada entrevistador que sejam suficientes para fazer crível uma narrativa mesmo que não haja informação para confirmar (GÜLLER, 2019).

Inconsistências nos testemunhos também causam problemas de credibilidade, mas no caso de pessoas LGBTI+ deve-se levar em consideração que essas lacunas podem estar relacionadas a sentimentos de vergonha, trauma e medo de revelar um gênero, um sexo e/ou uma sexualidade (GÜLLER, 2019). Nem sempre as solicitantes de refúgio conseguem falar sobre a perseguição de gênero e de sexualidade que viveram em seus países de origem, já que o assunto se torna tabu, fonte de discriminação e violências. O receio de retaliação por parte das próprias compatriotas migrantes também é real. É comum que pessoas LGBTI+ continuem sofrendo discriminação em abrigos, tornando o deslocamento em torno de gênero, sexualidade e sexo biológico uma experiência sem destino final

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

(ANDRADE, 2015) tal qual as próprias identificações de gênero, sexualidade e sexo biológico. Esse é o caso de muitas venezuelanas LGBTI+ nos abrigos de Roraima. Falaremos mais disso nos capítulos 3, 4 e 5.

Ademais, a identificação tardia (ou *sur place*) é uma questão interessante e que precisa de uma análise adequada para que não sejam geradas inconsistências que prejudiquem a solicitação de refúgio. Esses casos estão relacionados à descoberta de uma identificação de gênero e/ou sexualidade LGBTI+ apenas no país de acolhida ou em um lugar que inspire segurança a partir de experiências de vida contínuas. Casos *sur place* acontecem, geralmente, por vergonha, medo e/ou LGBTI+fobia internalizada, impedindo que a solicitante de refúgio consiga viver uma vida em que esse tipo de identificação seja possível e aceitável anteriormente (ACNUR, 2012; JANSEN; SPIJKERBOER, 2011).

De maneira a mitigar algumas das problemáticas apresentadas, o método mais conhecido pela sigla em inglês DSSH (*Difference, Stigma, Shame and Harm* ou Diferença, Estigma, Vergonha e Ofensa em português – tradução minha) desenvolvido em 2011 tem o intuito de ajudar juízes, avaliadores e oficiais no processo de solicitação de refúgio, focando na narrativa da diferença ao invés de se ater a práticas e perguntas inapropriadas sobre sexualidade e gênero. É uma ferramenta que pode oferecer suporte no estabelecimento da credibilidade das solicitantes LGBTI+ que costumam viver sentimentos comuns no que tange a autopercepção e experiências de vida. O modelo foi desenvolvido no Reino Unido a partir de jurisprudência interna e foi fortalecido por ativistas da causa LGBTI+ (DAWSON; GERBER, 2017).

A abordagem se foca nos quatro elementos da sigla DSSH (diferença, estigma, vergonha e ofensa), trabalhando-os como gatilhos para um diálogo entre entrevistador e a solicitante de refúgio. A primeira pergunta guia para o DSSH é “quando você soube que era diferente?”. Essa primeira indagação serve para reconhecer uma narrativa sobre a diferença que desemboca em questões relacionadas ao estigma, à vergonha e à ofensa. “O que aconteceria se descobrissem na sua comunidade que você é LGBTI+?”. “Como você se sentiu quando descobriam que você era LGBTI+?”. “O que você sofreu por ser LGBTI+?”. Todas essas perguntas têm por base ressignificar as questões que envolvem a credibilidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de solicitantes de refúgio LGBTI+, jogando com vivências bastante comuns pelo mundo (DAWSON; GERBER, 2017).

O método tem sido utilizado no Reino Unido, Alemanha, Finlândia, Chipre, Suécia e Nova Zelândia. Em 2015, o Hungarian Helsinki Committee em parceria com ACNUR lançou material para treinamento de pessoal com módulos específicos para refugiadas LGBTI+ (o *Credibility Assesment in Asylum Procedures: a multidisciplinary training manual*) em que o DSSH é utilizado como guia passando por questões como determinação de status, reassentamento, comunicação, legislação internacional e terminologias. Nesse contexto, o modelo tenta evitar que solicitantes tenham que provar seus gêneros e suas sexualidades de maneiras degradantes, explícitas e voltadas para práticas sexuais. Em muitos casos no próprio Reino Unido, as solicitantes apresentavam às cortes documentações pornográficas ou eram submetidas a perguntas extremamente pessoais e embaraçosas ou a testes invasivos como citamos (DAWSON; GERBER, 2017).

A dificuldade de acessar credibilidade em discursos que envolvem gênero, sexualidade e sexo biológico ainda é grande mesmo com métodos como o DSSH. O processo de refúgio de alguma forma acaba recriando normas e reforçando roteiros de identificação que nunca são universais. O refúgio – e as normas de direitos humanos de um modo geral – ainda é inscrito numa lógica ocidental que requer fixidez e linearidade quando estamos lidando com orientação sexual, sexo biológico e identidade de gênero. A cosmologia ocidental é apegada à ideia de que sexualidade e gênero são características inatas, reforçando identificações coerentes e alinhadas com um desejo pré-determinado. Cria-se um progresso de etapas que está atrelado a histórias pré-estabelecidas como o "sair do armário" até a busca por aceitação e orgulho de si (DAWSON; GERBER, 2017).

O modelo DSSH não está imune a críticas, correndo o risco de reproduzir não apenas narrativas ocidentais como narrativas próprias de homens gays cis exclusivamente. É necessário que esse homem gay cis, geralmente branco e de classe média, não seja tomado como referencial universal no processo de refúgio mesmo que homens gays constituam maioria nesses casos. Por mais que o método DSSH seja gênero neutro, ele ainda não considera as diferenças formadoras entre homens e mulheres, as dificuldades que mulheres têm de expressar e viver suas sexualidades e os papéis de gênero, por exemplo. Mulheres, geralmente, vivem suas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

sexualidades mais tardiamente, são mais maleáveis com relação às identificações que assumem para si, não necessariamente frequentam bares e clubes voltados para o público LGBTI+ e têm filhos e/ou são casadas previamente (DAWSON; GERBER, 2017).

O processo de refúgio, quando lida com o emaranhado de questões do gênero, do sexo e da sexualidade, acaba esbarrando em processos de entendimento de si, autoapresentação e sentimentos relacionados à vida no país de origem. O refúgio, ao manejar as categorias de gênero, sexualidade e sexo biológico, transforma as identificações das solicitantes, (re)criando formas de ser, sentir e viver que as próprias categorias de gênero, de sexo e de sexualidade não dão conta. A complexidade das experiências das solicitantes tende a ser resumida, nesse sentido, pelos rótulos que distinguem pessoas ditas LGBTI+. Narrativas que envolvem o viver gêneros, sexos e sexualidades não cis-heterossexuais são complexas e não necessariamente seguem uma lógica linear de progresso e nem "roteiros" de identificações conhecidas no Ocidente como as da sigla LGBTI+ (GIAMETTA, 2017).

As entrevistas devem levar em consideração os sentimentos de vergonha e LGBTI+fobia internalizada das solicitantes, que fazem com que tenham vivido ou vivam relacionamentos heterossexuais, tenham filhos e/ou não tenham uma aparência que "coincida" com sua identificação. A descoberta de um gênero e de uma sexualidade não está atrelada a uma fase da vida específica podendo dar pistas na infância, mas se desenvolver na adolescência, na vida adulta e na maturidade. O próprio ACNUR, pela Diretriz n.9, já enfatizou que gêneros e sexualidades podem variar conforme o tempo, incluindo a atração exclusiva ao mesmo gênero ou gênero oposto. As identificações de gênero também variam bastante, havendo pessoas que não se identificam nem como homens, nem como mulheres, ou como ambos. Nem todas as pessoas transgênero sentem a necessidade de adequar sua aparência exterior a sua identificação com tratamentos hormonais, cirurgias ou outras intervenções (LAFUENTE, 2014), assim como nenhuma pessoa deveria ser cobrada por essas "correções".

4.5. Grupo Social

Outro entendimento que precisa ser pensado é a ideia de grupo social. Inicialmente, ela foi pensada para conferir proteção a pessoas que não se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

encaixassem nas outras categorias da Convenção de 1951 (raça, religião, nacionalidade e opiniões políticas) e estava relacionada, na sua época, com a perseguição de proprietários de terra e comerciantes em países socialistas (ANDRADE, 2015). Na redação da convenção, a inclusão do termo grupo social foi de "última hora" e, segundo as diretrizes do ACNUR sobre o assunto, deve ser interpretada de maneira evolutiva e aberta com base nas normas internacionais de direitos humanos. O grupo social seria definido, assim, por uma característica inata e imutável ou fundamental para a identificação da solicitante. A percepção social desse grupo também é importante para o seu reconhecimento e determinação (LAFUENTE, 2014).

O entendimento de que pessoas LGBTI+ pertencem a um grupo social específico é fonte de diferenças em interpretação. Algumas posturas doutrinais enxergam a abertura do termo "grupo social" como uma forma de inclusão de outros motivos para a solicitação do refúgio para além de "religião, raça, nacionalidade e opiniões políticas". Outras abordagens acreditam que o pertencimento a um grupo social por si só não é suficiente para a solicitação do refúgio, mas que deve operar em conjunto com os motivos específicos supracitados. Esse entendimento levaria a um reconhecimento do refúgio segundo interesses e valores de cada Estado, minando a universalidade desse direito. Uma última perspectiva interpretativa, e a mais comum, seria a de que grupo social é um motivo suficiente para embasar o refúgio, mas não pode se converter em uma categoria em aberto para um sem número de motivos diferentes (LAFUENTE, 2014).

A percepção de pessoas LGBTI+ como grupo social vem dos avanços do ativismo internacional em torno de gênero, sexualidade e sexo biológico e da repetição da ideia em outros contextos. No caso do refúgio por perseguição de gênero, sexo e/ou sexualidade, é possível perceber sobreposições com outras categorias mobilizadas na definição de refugiada da Convenção de 1951. Ativistas da causa podem ser perseguidas tanto por grupo social, quanto por questões políticas, assim como a pessoa LGBTI+ pode ser perseguida por questões de religião quando é vista como "pecadora" e é punida por isso (ACNUR, 2012; OLIVA, 2012). Apesar disso, parece um tanto contraditório enxergar o gênero, o sexo e a sexualidade como características estruturantes de um grupo social. Lafuente (2014) afirma que, por isso, os casos de gênero, sexualidade e sexo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

biológico devem ser analisados a partir de um marco transnacional e multicultural, considerando circunstâncias particulares e experiências diversas de cada identificação e condição sexual e/ou de gênero (LAFUENTE, 2014).

Pensando ainda na questão de grupo social para gênero, sexualidade e sexo biológico, há lacunas e dúvidas com relação a pessoas não-binárias, gênero fluido ou agênero: é possível encaixar esses sujeitos em "grupos sociais" se a expressão de seus gêneros é tão única no sentido em que expressam uma singularidade plural? Se a sexualidade e o gênero são movimentos no gerúndio de identificações e podem ocorrer em atmosferas mutáveis, é difícil pensar em estratégias de refúgio que sejam realmente condizentes com esses sujeitos nos intervalos (GORISCH, 2017). Mesmo que difícil, é essa impossibilidade criativa que fomenta uma investigação performativa das questões de gênero, sexo, sexualidade, refúgio e migração que se cria e recria ao passo que encontra desafios e novas estratégias. Trabalharemos essa performatividade produtora de sentidos mais a fundo no capítulo 2.

Alguns parâmetros aplicados para identificar um grupo social podem passar por aparência, interesses e valores de maneira a se constatar coesão de grupo, a percepção da sociedade sobre o grupo e a postura que os agentes perseguidores têm frente a essas pessoas. Assim, as características desse grupo devem ser inatas ou inalteráveis, ter um passado ou presente comum ou ser uma opção fazer parte do grupo em virtude de processos de identificação (OLIVA, 2012). É necessário colocar, porém, que o conceito de grupo social é mutável e que não existe apenas uma única narrativa acerca de gênero, sexo, sexualidade e refúgio. Todavia, nos precedentes jurídicos, de forma geral, a sexualidade, o sexo e o gênero são percebidos como características inalteráveis mesmo com as diretrizes do ACNUR de 2012 apontando outras formas de ser, viver e sentir condizentes com a ideia de fluidez e subversão de normas (ACNUR, 2012; OLIVA, 2012). Solicitantes de refúgio LGBTI+ venezuelanas no Brasil, pelo menos, gozam do direito de buscar refúgio por motivos mais abrangentes como fica estabelecido com a grave e generalizada violação de direitos da Declaração de Cartagena como vimos e acabam não sofrendo muitos dos problemas de um processo de solicitação de refúgio mais detalhado.

4.6. Acolhimento e Tecnologias de Controle

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Com relação ao acolhimento de pessoas LGBTI+, geralmente, as refugiadas e solicitantes de refúgio continuam a sofrer discriminação nos países receptores por vezes por parte da própria comunidade de migrantes. Nos centros de acolhida e albergues, é comum que migrantes LGBTI+ sejam discriminadas devido ao gênero, ao corpo sexual e à sexualidade por parte de seus "vizinhos" e pelos próprios funcionários. Comumente, travestis e transgêneros não conseguem esconder sua condição como lésbicas, gays e bissexuais e sofrem com os maus tratos e desrespeitos no tocante ao uso de banheiros, dormitórios e afins. Rodas de conversa são produtivas nesse contexto, uma vez que tenham a preocupação de não expor ninguém e de, antes de tudo, garantir de que as pessoas LGBTI+ estejam no lugar que mais lhes convenha: seja junto a outros migrantes, seja junto a casas voltadas para a população LGBTI+ do próprio país receptor (ANDRADE, 2016). Essa também é a realidade de pessoas LGBTI+ venezuelanas nos abrigos em Roraima e pelo Brasil. Alguns desafios específicos dessa população devem ser levados em consideração e serão pontuados nos próximos capítulos.

Ainda é necessário marcar que nem sempre a abertura do país de acolhida a questões de gênero, sexualidade e sexo biológico é percebida pela solicitante de refúgio como algo positivo, ou nem sempre é fácil se integrar como parece ser quando a ideia de migrar é uma alternativa para sobrevivência. Em algumas ocasiões, a vida de uma LGBTI+ parece ser mais sobre a prática sexual do que sobre sexualidade, gênero e o corpo em si. Os códigos específicos de cada lugar podem criar rupturas, continuidades e possibilidades terceiras. Ademais, a relação entre símbolos, comportamentos e estilo de vida diretamente ligados com identificações LGBTI+ atestam a força que o neoliberalismo e o consumo têm sobre a aquilo que é considerado legítimo quando se fala de gêneros e sexualidades não cis-heterossexuais. Nesse processo, entretanto, as identificações das solicitantes de refúgio se transformam e se (re)criam a partir de fissuras e tensões do próprio cotidiano no país de acolhida (GIAMETTA, 2017).

Sentimentos de vergonha, baixa autoestima e reprovação de si são comuns entre solicitantes de refúgio LGBTI+. O silêncio pode ser uma forma de autopreservação comum para aquelas que acabam de chegar e vêm de um passado violento. Solicitantes podem ser discretas com relação à orientação sexual e à identidade de gênero no país de acolhida por medo de discriminação por parte de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

outras solicitantes de refúgio, trazendo de volta a inscrição de traumas do passado e memórias negativas do país de origem. Ainda assim, a dualidade vergonha/orgulho deve ser contestada, uma vez que problemas maiores surgem quando gêneros, corpos sexuais e sexualidades se voltam para aparatos jurídicos e administrativos como os do próprio refúgio (GIAMETTA, 2017). O dia-a-dia no país receptor é permeado por demandas de serviços, que, muitas vezes, geram dificuldades também bastante materiais. Falaremos disso nos capítulos 4 e 5.

Por fim, podemos refletir sobre como as tecnologias de controle empregadas em situações de gerenciamento de solicitantes de refúgio e refugiadas interferem na vida dessas pessoas, enquadrando identificações de gênero, sexualidade e sexo biológico diversas. Nesse universo de manutenção e regulação da vida, pensar o controle das populações em deslocamento é importante, uma vez que tecnologias biométricas como o escaneamento de retina e digitais têm se tornado comuns em campos de refugiadas, restringindo migrantes a seus corpos e suas experiências a um determinado regime de verdade ou a uma "biolegitimidade" (FASSIN, 2005). Essas tecnologias têm sido implementadas sob o discurso de segurança e proteção em ambientes de acolhimento e abrigamento nos quais a corrupção é comum (WEBWIRE, 2019). Questionar criticamente essa prática parece um caminho necessário de modo a enfatizar a vulnerabilidade dos sujeitos em questão e a complexidade das identificações de gênero, de sexo e de sexualidade em economias humanitárias como no caso da própria Operação Acolhida, que é exercício de uma hospitalidade, sobretudo, estatal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

4.7. Desafios Específicos para Identificações Específicas

Os critérios para se determinar a perseguição da Convenção de 1951 são amplamente criticados por suas limitações e paroquialismos. O texto é acusado de reforçar a divisão entre o público e o privado dando mais atenção para perseguições no âmbito público, que geralmente estão mais ligadas a solicitantes homens. A convenção falha em oferecer suporte para mulheres ao se pretender neutra. São necessários critérios mais amplos para a definição de perseguição e que considerem questões que envolvam agentes privados, gênero, sexualidade e sexo biológico, guerras e a pobreza, expandindo para além do medo a constituição da categoria do refúgio (NYERS, 2006).

Refugiadas LGBTI+ por conta de identificações de gênero apresentam problemas diferentes de refugiadas LGBTI+ por questões de sexualidade e sexo. Há uma incongruência estruturante entre o gênero que se vive e o gênero que lhes foi designado ao nascer que marca uma arena específica da prática social (CAMMINGA, 2019). Nesse sentido, é importante se atentar para como identidade de gênero, sexo biológico e orientação sexual são trabalhadas no contexto do refúgio, uma vez que oferecem desafios e especificidades que variam bastante mesmo interligadas por uma realidade social marcada pelas mesmas normas.

O termo "transgênero", assim como refugiada, migra encontrando contestação e assimilação em diferentes partes do mundo, atravessando culturas e instituições como afirma Camminga (2019). De história ligada aos países do Norte, a palavra "transgênero" é globalmente utilizada e abraça tanto uma perspectiva analítica, trazendo imaginários, pontos de partida e fronteiras, quanto uma perspectiva teórica, apresentando categorizações e identificações. Em suas "viagens", o termo se transforma e vai adquirindo sentidos e novas aberturas ao (re)acessar fronteiras normativas, binários reguladores e hierarquias sociais. Não é fixo ou singular, é um "termo guarda-chuva" que incorpora práticas e identificações de gênero diversas, binárias e/ou não-binárias, fluidas e/ou mais estáticas, que envolvem tratamento hormonal e cirurgias, só um dos dois ou nenhum (CAMMINGA, 2019).

No caso do trabalho de Camminga (2019) com pessoas transgênero, muitas das entrevistadas utilizavam termos diversos para se autodesignarem ou definirem suas identificações de gênero – *drag*, *queen*, *ladyboy*, *sis*, *butch*, *gay* – e não necessariamente se entendiam ou utilizavam o termo transgênero ou semelhantes. A palavra transgênero está ligada muitas vezes à visibilidade de figuras passáveis, a uma identificação de gênero que necessariamente envolve um processo de mudança, uma transição para um determinado tipo de beleza que exclui amplamente identificações não-binárias e/ou não-conformistas e que reforça estereótipos do Norte (CAMMINGA, 2019). A travestilidade como identificação de gênero da América Latina é potente, assim, porque desvia da lógica universalista branca e ocidental e instaura fissuras locais que são vividas e experienciadas por corpos de pessoas travestis. Essa identificação fora dos binários é ponte cultural

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

entre Brasil e Venezuela e marca interesses, demandas e desafios comuns de uma população que é marginalizada em Caracas, mas também o é no Rio de Janeiro.

As experiências de refugiadas transgênero nos informam sobre os sistemas e as categorias de gênero na interação com diferentes Estados e suas jurisdições, mostrando como esses mesmos sistemas e categorias costumam se (re)produzir mantendo binários e conferindo a noção de comunidade – de um dentro coerente face àquela que solicita refúgio, a estrangeira. O refúgio LGBTI+ com base em identificações de gênero estabelece fronteiras, movimentos e cruzamentos que expõem trajetórias deslocadas em um universo cis-heterossexual e, muitas vezes, (neo)colonial. As nuances entre o imaginário sobre o país de destino e a realidade do lugar, juntamente com as histórias pessoais e seus corpos estabelecem uma complexa rede de tensões que navegam entre os gêneros, a migração como direito humano e a vida cotidiana (CAMMINGA, 2019).

Migrantes lésbicas, por sua vez, ao solicitarem o refúgio têm esperança de que suas sexualidades sejam levadas em consideração para alcançarem proteção internacional. O aparato de refúgio, entretanto, acaba produzindo horizontes "homonormativos" que requerem de mulheres lésbicas uma performance que esteja de acordo com identificações passáveis dentro da ordem da cidadania ocidental de consumo e pertencimento. O Ocidente liberal se localiza como defensor de identificações LGBTI+ ao demandar, pela proteção do refúgio, sujeitos fixados em categorias coerentes e perseguidos em seus países de origem. Nessa atmosfera, a Convenção de 1951 quando aplicada a mulheres lésbicas continua requerendo uma identificação global reconhecível pela lei como parte de uma estrutura que baliza o que se entende por gênero, sexualidade e sexo biológico. O refúgio não só assume a categoria "lésbica" como dada, mas a (re)produz ao determinar o que pode ser lido ou não pelo Direito Internacional quando aplicado pela máquina estatal (KEENAN, 2014).

É necessário que a solicitante lésbica se mostre pertencente à categoria "lésbica" para que tribunais interessados em sua identificação consigam interpretar a lei a partir dela. Os mesmos comportamentos que parecem ser subversivos e não-normativos devem ser instrumentalizados para constituir uma identificação legível no contexto do refúgio aplicado no Ocidente. O fim do critério de discrição apenas torna mandatória a identificação da lesbianidade a partir dos mesmos roteiros

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

"homonormativos" aplicados para homens gays: participação pública na economia voltada para o público LGBTI+ como festas, paradas e bares. Por esse apego a uma lógica de consumo e relacionamento específica, pessoas LBTI+ são excluídas do refúgio ignorando a realidade de solicitantes em questões como família, religião, condição financeira e cultura e, no caso de solicitantes lésbicas, estruturas patriarcais limitantes (KEENAN, 2014).

O refúgio requer uma identificação que reafirme as estruturas de pertencimento do Estado ao demandar uma ordem racializada, gendrificada e sexualizada. Enquanto a lei do refúgio não reconhecer a contingência espacial e temporal da identificação "lésbica", as narrativas ocidentalizadas serão as únicas possíveis no universo em que refugiadas reclamam proteção por questões de gênero, sexualidade e sexo biológico. O reforço dessa lógica ocidental baseada na tolerância LGBTI+ e na superioridade de uma política permissiva deve ser levado em consideração na aplicação do refúgio. Entender as normatividades imbuídas na aplicação do refúgio dá margem para uma abertura mais harmônica com a realidade das solicitantes sem condicionar a credibilidade de suas narrativas a estereótipos localizados (KEENAN, 2014).

Marcamos aqui também a invisibilidade de pessoas bissexuais em processos como o de solicitação de refúgio, uma vez que a bissexualidade nunca parece suficiente para a proteção internacional como mencionado (DAWSON; GERBER, 2017). Constantemente, essas pessoas são categorizadas como gays, lésbicas ou heterossexuais na solicitação de refúgio (ACNUR, 2012). As pessoas em geral desconhecem a possibilidade de refúgio por conta da bissexualidade e podem acabar se conformando a roteiros cis-heterossexuais como forma de se preservarem ou serem induzidos a tal performance como se pudessem alcançar a discrição como alternativa de vida. Pessoas intersexo também são invisíveis e acabam sofrendo muito por conta da ambiguidade de seus caracteres físicos, cromossômicos e hormonais. Em muitas sociedades, essas pessoas são vistas como figuras intrinsicamente maléficas, fruto de feitiçaria, e são perseguidas às vezes pela própria família. Também é comum que sejam submetidas a cirurgias pretensamente corretoras, mas que escondem violências médicas e mutilações graves. É importante que os sistemas que concedem refúgio estejam cientes dessa realidade e compreendam suas particularidades (ACNUR, 2012).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

***

Há um conjunto polifônico de práticas, atos e discursos que não pode ser contido pela visão técnica e engessada da migração, ou mesmo do refúgio. Esses movimentos ressignificam e erodem a lógica moderna de Estados ao marcarem outros espaços possíveis que não sejam apenas o da cidadania, o da nacionalidade, ou o do sangue (CHIMNI, 1998; NYERS, 2006). O presente capítulo, ao trabalhar as intersecções de gênero, sexualidade e sexo biológico no universo específico do refúgio, oferece um panorama para se entender a questão e serve como ponto de partida desta pesquisa. Essa visão holística é importante para uma análise mais localizada como será realizada aqui com a Operação Acolhida e o fluxo de migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+. Ao revisar a literatura do refúgio LGBTI+ passando por abordagens críticas de gênero, de sexualidade e migrações, o capítulo tem como horizonte discorrer sobre uma intersecção específica, que é fonte de um primeiro interesse sobre o assunto. Mais sobre outros tipos de regularização migratória que não são o refúgio serão tratados no capítulo 3 como já mencionado. Antes disso, e para entender os movimentos performativos expressos nesses encontros, o capítulo 2 adensará as discussões com Butler (1997, 2003) que serão importantes para os capítulos 3, 4 e 5.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

CAPÍTULO 2 - Dos atos de fala à performatividade: gênero, sexo e sexualidade, normatividade e repetição

1. Abertura

Até algumas décadas atrás, o uso das palavras "performativo" ou "performatividade" não teria sentido, uma vez que os significantes "performativo" e "perfomatividade" não teriam nenhum significado. De certos modos, contudo, essas palavras constituíram um campo de estudos ou teorias que também abraçam algo da "performance". A performance aqui pode ser performativa no sentido em que todo gênero é um tipo de performance – a estilização do corpo segundo Butler (2003) – mas nem toda performance é exatamente performativa. Nem toda performance artística e teatral é necessariamente performativa, por exemplo. Há uma diferença aí que precisa ser delimitada no sentido de entender campos que se intersectam, mas não são intercambiáveis. Talvez porque os exemplos de Butler (2003) estejam ligados à performance, à paródia *drag*, essa confusão continue comum (MILLER, 2009).

Os termos "performatividade" e "performativo", ao longo dos anos, acabaram significando muitas coisas diferentes. Podemos citar perspectivas distintas com Austin (1990), Searle (2011), Derrida (1988), Felman (2003), Lyotard, Onuf (1989), Butler (1997; 2003) só para citar alguns nomes. A ideia de "performatividade" é ainda mais recente e surge com o pensamento de Butler (1997; 2003) de modo a dar corpo a uma teoria da performatividade que advém da ideia de performativo. Austin (1990), o ponto de partida desse caminho, nunca teria usado a palavra "performatividade" em seus trabalhos. Derrida (1988), por sua vez, algumas poucas vezes (MILLER, 2009).

O objetivo desse capítulo é percorrer uma certa história da ideia de performativo e/ou performatividade até Butler (1997; 2003) perpassando por Derrida (1988) e pela sua interpretação de Austin (1990). Estabelecer o fio condutor que percorre os três pensamentos e desemboca em Butler (1997; 2003) é importante para as extrapolações e apropriações que serão desenvolvidas a partir da pesquisa sobre a Operação Acolhida e sua atuação com refugiadas e migrantes LGBTI+ venezuelanas no Brasil. A inspiração que vem da leitura desse contexto não é "domesticada por essas teorias" – como diria Pinto (2009) – mas floresce como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

exercício de novas possibilidades e de uma práxis humanitária em direção ao desconhecido.

A performatividade de Butler (1997; 2003) é fundamental nesse caso e para este texto. Como conceito, ela é influenciada pelos trabalhos de Foucault (1995; 1996; 1999) e da psicanálise com Freud e Lacan (TUHKANEN, 2009). Aqui, o foco se dará na costura Austin (1990), Derrida (1988) e Butler (1997; 2003) informada também pelo trabalho de Foucault (1995; 1996; 1999) de modo a oferecer ferramentas condizentes com um enquadramento social e abrangente da questão das refugiadas e migrantes LGBTI+ para a Operação Acolhida. O lado psíquico da performatividade trabalhada a partir da psicanálise apesar de não estar diretamente presente, terá eco na tese, uma vez que ela é um dos espectros do pensamento de Butler (1997; 2003). Aqui também reconheço que ofereço uma fotografia da performatividade, uma vez que o conceito está presente em muitos livros da autora que ainda continua produzindo, repetindo e transformando sua obra em um constante movimento performativo.

Como os rastros dessa performatividade – tanto com relação a gênero, sexualidade, e sexo biológico, quanto no que diz respeito ao humanitarismo, à lógica de Estado e à migração venezuelana no Brasil – trabalhados pela tese precisarão de uma leitura teórica, o presente capítulo se estruturará da seguinte forma: em um primeiro momento, percorrerei a ideia de performativo a partir de Austin (1990) e da leitura de Derrida (1988) a ele. Em um segundo momento, serão expostas as torções teóricas de Butler (1997; 2003) a partir da performatividade. Essa segunda seção se debruçará sobre a performatividade da autora de modo a discutir as suas apropriações de Foucault (1995; 1996; 1999), o corpo e a identidade como caminhos para uma discussão sobre gênero, sexualidade e sexo. Por fim, em um terceiro momento, será apresentada uma discussão mais direcionada aos apontamentos sobre normatividade de Butler (1997; 2003) considerando algumas forças que operam no caso específico do acolhimento humanitário de venezuelanas LGBTI+ no Brasil.

2. O Performativo: Austin Lido por Derrida

A teoria dos atos de fala de J. L. Austin foi pensada a partir de uma série de conferências dadas pelo filósofo inglês em 1955 nos Estados Unidos, desenvolvidas entre 1939 e 1954 e publicadas em 1962 em conjunto com o título de *How to Do*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Things with Words (Quando Dizer é Fazer na tradução em português de 1990 usada aqui). Austin (1990) divide os enunciados em dois tipos: aqueles que descrevem o mundo e, por isso, podem ser falsos ou verdadeiros – os constativos – e aqueles que não levam consigo a ideia de representação e por isso não são nem falsos, nem verdadeiros – os performativos. Esses enunciados são caracterizados por fazer referência a ações e, por isso, por fazer coisas no mundo se forem ditos pelas pessoas certas, para a audiência certa em um momento propício – como em um ritual ou cerimônia. Alguns exemplos são: cumprimentar, prometer, desculpar-se, jurar, desejar (...) (AUSTIN, 1990; COSTA, 2009; HOLLYWOOD, 2002).

Para que os enunciados performativos façam algo no mundo, ou seja, tenham sucesso na ação, é preciso que as condições e circunstâncias supracitadas estejam presentes. Nesse sentido, devem ser consideradas as diferenças culturais, a complexidade de interpretação e a sinceridade de seus falantes, por exemplo. Austin (1990), em um primeiro momento, também estava muito preocupado com determinadas formas linguísticas e verbais como condição de possibilidade do sucesso performativo – a forma ativa do presente do indicativo que diz "Eu prometo!" tinha seu destaque. A origem do Eu que promete era seu ponto de partida (AUSTIN, 1990; COSTA, 2009; HOLLYWOOD, 2002; MILLER, 2009). Em um segundo momento da teoria dos atos de fala, Austin (1990) abandona a distinção entre enunciado constativo e performativo e afirma que todos os enunciados carregam consigo algum tipo de ação (assim como algum tipo de constatação) e, por isso, seriam algum tipo de ato de fala. Os atos de fala respeitam convenções ritualizadas e intenções determinadas e não necessariamente uma sintaxe exata (AUSTIN, 1990; PINTO, 2012).

O autor desenvolve então aqueles que seriam os três níveis ou três forças de sua teoria: o ato locucionário, o ato ilocucionário e o ato perlocucionário. O nível locucionário seria o do dizer, o da emissão de sons que produzem sentido em um contexto específico. É da ordem do idioma, da fonologia, da sintaxe e da semântica. O nível ilocucionário seria o do fazer, o das ações realizadas pelos enunciados. Eles precisam de certas condições de felicidade para que sejam bem-sucedidos. As falantes precisam ser fiéis àquilo que estão fazendo ao emitir um enunciado como agradecer alguém por um favor, ou aconselhar o melhor a alguém que está com problemas. Já o nível perlocucionário seria o dos efeitos gerados pela ação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

realizada. Ao agradecer alguém, esse alguém pode se sentir reconhecida. Ao aconselhar alguém, esse alguém pode ficar alarmada, inspirada ou acalmada (AUSTIN, 1990; COSTA, 2009). Esses três níveis estão imbricados a partir da ideia de ato de fala e não é possível de serem desembaralhados (AUSTIN, 1990; PINTO, 2009).

O deferimento ou indeferimento do refúgio – ou a concessão de residência a uma migrante – é um bom exemplo de um ato performativo. Ele faz com que alguém se torne uma refugiada, o que gera efeitos para a vida individual daquela que se tornou refugiada e para a vida coletiva daquele Estado que reconhece uma (ou mais uma) refugiada. Nos termos de Austin (1990), um performativo será bem-sucedido se a maioria dos critérios exigidos (contexto, intenção, verdade) forem atendidos. Segundo Pinto (2012), a oposição sucesso/fracasso de um ato de fala (ou enunciado performativo) está sustentada pela intenção do falante e por uma resposta às convenções ritualizadas previamente determináveis. Nada escapa. É o sujeito soberano plenamente ciente de suas escolhas (PINTO, 2012).

Mas há algo incontrolável no ato de fala. Algo que foge o controle intencional e plenamente fiel e que desloca a ação para o corpo que fala justamente porque esse ato precisa da presença do Outro e acaba descentralizando o falante por uma relação dialética que produz restos, traços, rastros característicos do performativo. Esse momento ritualizado, repetido a partir de certos encontros, mantêm em funcionamento certos atos. Essa característica que é chamada por Derrida (1988) de iterabilidade – a propriedade que torna todo rito repetível e citável – possibilita uma suspensão no tempo, uma vez que toda ação já é uma ação acontecida, uma "verdade" que está acontecendo e acontecerá. Uma afirmação pode ser repetida e é citável mesmo sem o seu referente ou significado presentes no contexto. Essa "polissemia irredutível", nas palavras de Derrida (1988, p, 14), que é gerada pelo performativo impossibilita a determinação como cenário fundante (PINTO, 2012).

A crítica de Derrida (1988) à intencionalidade de Austin (1990) na teoria dos atos de fala procede no sentido de criar tensão e de mobilizar a discussão em torno do poder da linguagem. Derrida (1988) inclusive admite certo fascínio para com o pensamento de Austin (1990) e, por isso, sua crítica não vai apenas contra a teoria dos atos de fala, mas a partir dela como em um duplo movimento, um duplo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

gesto próprio do pensamento da desconstrução. O texto de Austin (1990) é cheio de reviravoltas e inclui exemplos interessantes. Ainda assim, de fato, há uma complexidade no performativo que Austin (1990) não consegue encaixar em seu pensamento. O sujeito que fala nunca é o sujeito soberano das teorias liberais porque ele simplesmente não consegue total sucesso mesmo com intenções certeiras. O sujeito soberano intencional e consciente se aproxima do sujeito divino e eterno que tudo pode se o quiser. Essa ficção moderna, esconde que nada é controlável em sua plenitude. Há sempre algo que resta, que sobra, que escapa (DERRIDA, 1988). Essa eficiência incompleta está no cálculo até mesmo dos mais elaborados laboratórios científicos, das máquinas e motores.

Para começar do início, o livro de Derrida (1988) publicado como *Limited Inc* reúne vários textos importantes para a crítica do filósofo ao performativo de Austin (1990). O primeiro texto é intitulado *Signature Event Context* (1971) (transcrição de uma conferência dada em Montreal) e contém a crítica a Austin (1990) sobre o performativo condicionado a um contexto determinado e saturado. John Searle, discípulo de Austin, publica em 1977 o texto *Reiterating the Differences: a Reply to Derrida* em clara resposta ao filósofo que rebate no ensaio *Limited Inc a b c...* publicado na revista Glyph também em 1977 – o segundo texto do livro publicado em 1988. É este livro que estamos usando aqui.

Derrida (1988) começa *Signature Event Context* discutindo sobre os sentidos da comunicação. Se a comunicação é irredutível em seus sentidos – é polissêmica – então não parece certo dizer que ela é apenas um meio, uma forma de transmissão de sentidos anteriormente constituídos no contexto de uma língua. Os contextos da língua não são determinados e saturáveis. Isso marca o equívoco de uma ideia de comunicação presa a sua função de veículo de algo primário, fundamental e coerente. Nesse sentido, o conceito de escrita também deveria ser deslocado, já que ela não é um suplemento da fala, seu "anterior homogêneo". Esse fonocentrismo que privilegia a fala em detrimento da escrita marca a própria escrita como um médium da essência da comunicação pela fala – a autoridade – já que por trás existe um falante presente e racional: "(...) um meio que permanece fundamentalmente contínuo e autoidêntico, um elemento homogêneo através do qual a unidade e a totalidade do significado não seriam afetadas em sua essência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Qualquer alteração seria, portanto, acidental" (DERRIDA, 1988, p. 3, tradução nossa).

A intenção do falante sincero de Austin (1990) inclusive pode estar presente, mas não é a origem ou a causa do performativo, é um efeito, um derivativo que mascara a historicidade pela qual o sujeito é formado e a historicidade das normas e convenções que possibilitam a repetição de enunciados e a formação do próprio sujeito. O que confere sucesso à operação performativa é justamente a força de autoridade dessa repetição, é a citacionalidade das normas e convenções. Sem o acúmulo dessas forças, não há sucesso. Ainda assim, esse sucesso é sempre provisório e nunca universal, uma vez que a iterabilidade possibilita uma contingência de contextos, uma polissemia irredutível que é imprevisível, está em movimento (DERRIDA, 1988) e que pode abrir margem para o novo, para descontinuidades (BUTLER, 1997; 2003).

Para Derrida (1998), por trás de todo predicado essencial há uma certa ausência a ser determinada. Essa demora, adiamento em ser diferida por completo – a *différance* – faz com que a mensagem, o signo, o sujeito existam para se constituir e, por isso, adquirir sentido. A comunicação precisa ser iterável, ter a possibilidade de ser repetida sem a presença de um ouvinte, mas a partir de um Outro. A identidade é uma marca da iterabilidade:

> Tal iterabilidade - (*iter*, novamente, provavelmente vem de *itara*, outro em sânscrito, e tudo o que se segue pode ser lido como a elaboração da lógica que liga a repetição à alteridade) estrutura a própria marca da escrita, não importa qual seja o tipo particular de escrita que está envolvida (seja pictográfica, hieroglífica, ideográfica, fonética, alfabética, para citar as antigas categorias) (DERRIDA, 1988, p. 7, tradução nossa).

Derrida (1988) propõe uma quebra com a ideia de uma comunicação da presença e da intenção semântica. Seu texto bagunça os limites do real e do linguístico para limitar o entendimento do contexto como porto seguro. Um texto escrito, um trecho, uma palavra sempre podem ser tirados da cadeia de significados que lhes representam sem que perda a sua função de comunicar algo. É algo que acontece em um processo de espaçamento, de construção pelo negativo, a partir do Outro também iterável, e que é condição de possibilidade da linguagem. Isso é marca de que não há uma essência natural presente como origem verdadeira e de que a iterabilidade é uma marca geradora até mesmo em momentos de "crise", "acidente" ou "anomalia", já que todo signo pode ser citado, colocado entre aspas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

em uma infinidade de outros contextos. É a duplicação, a propagação daquilo que é iterável.

> Porque esta unidade da forma significante só se constitui em virtude de sua iterabilidade, pela possibilidade de se repetir na ausência não apenas de seu "referente", que é autoevidente, mas na ausência de um significado determinado ou da intenção de significação atual, bem como de toda intenção de comunicação presente (DERRIDA, 1988, p. 10, tradução nossa). Todo signo, linguístico ou não linguístico, falado ou escrito (no sentido atual desta oposição), em uma pequena ou grande unidade, pode ser citado" colocado entre aspas; ao fazê-lo pode romper com todo contexto dado, engendrando uma infinidade de novos contextos de forma absolutamente ilimitada (DERRIDA, 1988, p. 12, tradução nossa).

Derrida (1988) critica essa metafísica da presença imbuída na teoria de Austin (1990) que engloba um discurso da consciência, de uma ética teleológica, de origens fundamentadas. O adiamento dos predicados e a ausência de essência como marcas de *différance* em Derrida (1988) expõem o performativo como um espaço genérico de possibilidades. Esse espaço é a ruína da presença, do presente do indicativo na forma ativa, e funciona como uma assinatura. Aquele que assina não necessariamente está lá. E muitas assinaturas serão necessárias para que esse texto vire tese. As ausências são palco de criações performativamente constituídas. Elas adquirem sentido enquanto são repetidas e citadas mesmo sem sua fonte e podem ser lidas mesmo que não sejam exatamente iguais. São iteráveis e não têm sujeito presente. São pensadas a partir de uma leitura que pode se chamar "desconstrução", que reverte, subverte o pensamento do (fono)logocentrismo – o pensamento hegemônico que inclui uma consciência racional e uma verdade – intervindo e sobrando nas beiradas:

> A desconstrução não consiste em passar de um conceito a outro, mas em inverter e deslocar tanto uma ordem conceitual, quanto a ordem não conceitual com a qual ela se articula (DERRIDA, 1988, p. 21, tradução nossa). (…) sempre constituíram o resíduo irredutível à força dominante organizadora da hierarquia que podemos chamar, resumidamente, de logocêntrica (DERRIDA, 1988, p. 21, tradução nossa).

Com essa leitura, Derrida (1988), em um segundo momento do texto, passa a discutir o que chama de "problemática do performativo". O filósofo aponta o pensamento de Austin (1990) como registro fora da ideia da comunicação como mero veículo semântico, já que ela pode fazer. Mas Derrida (1988) vê em Austin (1990) um apego ao rigor do contexto como algo determinado, teleologicamente marcado pelas longas listas de performativos infelizes. Além disso, uma presença intencional é requisito para a totalidade do ato de fala. A polissemia irredutível da linguagem não está no horizonte de Austin (1990) segundo o autor:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> Nenhum resíduo, seja na definição das convenções necessárias, seja no contexto interno e linguístico, seja na forma gramatical, seja na determinação semântica das palavras empregadas; nenhuma polissemia irredutível, ou seja, nenhuma "difusão" escapando do horizonte da unidade de sentido (DERRIDA, 1988, p. 14, tradução nossa).

O contexto da iterabilidade não pode ser saturado para Derrida (1988) e, além disso, todos os exemplos defectivos de Austin (1990) como contar uma piada, atuar em um palco ou escrever um poema não podem ser excluídos. Não existe uma sinceridade do sujeito falante capaz de fazer com que os performativos tenham sucesso. O performativo, na verdade, seria uma resposta à demanda de um Outro que não depende de um Eu pré-existente, mas que cria esse Eu ao ser enunciado. Um futuro por vir de repetições iteráveis e semi-pavimentadas (MILLER, 2009). As crises de migrantes e refugiadas pelo mundo como anomalias da lógica de Estado que deveria proteger e conter seus nacionais dentro de fronteiras expõem a artificialidade desse mesmo Estado soberano como entidade natural. A migrante estrangeira como fora constitutivo, como fora da linguagem da cidadania e da nação, é (d)efeito de uma lógica de Estado performativamente repetida. É a própria constituição de nação, que cria estrangeiros e vê na migração um problema a ser sanado.

A falha não é um acidente ou uma infelicidade, mas a condição estrutural de sentidos performativamente adquiridos. A sustentação dualista sucesso/insucesso de Austin (1990) pressupõe uma sistematização constitutiva que não permite mudanças e encara novas possibilidades como algo anormal, parasítico, estiolado. Elas não devem ser consideradas no jogo ordinário da linguagem. Derrida (1988) afirma que negar essas variáveis da equação performativa é retirar o que de fato é ordinário na linguagem, a ausência produtiva que agrega “impureza”, incerteza. Derrida (1988) usa as palavras de Austin (1990) para criticar sua abordagem ao passo que a reinterpreta e reconstrói sua mensagem em um duplo movimento (DERRIDA, 1988).

A suspensão do tempo histórico e a ausência de referente ou significado do enunciado repetido e citável – iterável – é a *différance* de Derrida (1988), ou seja, o momento da alteridade em que esse enunciado, sujeito, coisa sempre difere do seu original, mas ainda assim é legível como tal. Homens são homens. Mas há muitos homens diferentes no mundo. Mesmo assim, eles continuam identificáveis como homens. É aquilo que permite que tudo exista em sua singularidade plural e que difere e adia esse diferir para com os seus outros. O performativo ao ser repetido

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

instaura diferença. As normas e convenções fundam os sujeitos, ocultando a marca dessa fundação para que consigam legitimar e atualizar a sua própria força de lei ao lançar um horizonte de futuras repetições. A repetição assenta verdades *a priori*, uma fundação a-histórica como na lógica do contrato social. Esse ocultamento cria a ilusão de que esse sujeito é o ponto de origem e tem controle sobre a situação (PINTO, 2009; RODRIGUES, 2012).

Isso faz com que não existam segredos ou códigos indecifráveis, uma vez que a propriedade de ser repetir fora de um contexto determinado é implícita a todo signo. Essa rede é o que torna a comunicação transmissível para terceiros, como um idioma. Dessa maneira, a ruptura da presença como protocolo da linguagem aponta para uma ausência formadora que tem como destino a iteração de normas finitas. Para Derrida (1988), a escrita é esse exercício que coloca para funcionar uma máquina produtiva para além daquele que escreve, o que abre margem para o reler e o reescrever:

> Para que um escrito seja um escrito ele deve continuar a "agir" e a ser legível mesmo quando aquele que se denomina autor do escrito não responde mais pelo que escreveu, pelo que parece ter assinado, seja por uma ausência temporária, porque está morto ou, mais geralmente, porque não empregou sua intenção ou atenção absolutamente atual e presente, a plenitude de seu desejo de dizer o que quer dizer, a fim de sustentar o que parece estar escrito "em seu nome" (DERRIDA, 1988, p. 8, tradução nossa).

Em resumo, o ritual não é uma eventualidade, mas algo iterável que está para um Outro e que se repete, citando verdades, discursos ou atos alinhados à norma. A diferenciação marca a força da norma mesmo sem o seu referente original. Essas repetições são o que possibilitam a significação porque conferem sentido ao serem constantemente refeitas. A apropriação de Derrida (1988) da ideia de ritual usada por Austin (1990) é, dessa maneira, forma de marcar a impossibilidade de um contexto determinado e de um sujeito sob controle mesmo que, em algum nível, essas coisas estejam presentes. Inclusive, são essas impossibilidades que marcam as condições estruturais de significação pela iterabilidade, construindo cadeias de significantes que interagem e conformam seus efeitos. Para Austin (1990) o performativo seria constituído em parte pelo contexto. Para Derrida (1988) o contexto só pode ser lido como iterável e inconstante, ele é dado performativamente sem uma origem nem um fim (DERRIDA, 1988; HOLLYWOOD, 2002).

É importante citar que Austin também reaparece no trabalho de 1980 de Shoshana Felman (2003) ao interpretar o personagem-tipo Don Juan de Moilére e de Mozart a partir de uma teoria dos atos de fala repensada por Derrida (1988) e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

pela psicanálise lacaniana. O livro *The Scandal of The Speaking Body: Don Juan with J. L. Austin. Or Seduction in Two Languages* (2002) é importante porque traz a ideia do corpo para a operação performativa da linguagem (FELMAN, 2003; PINTO, 2009). A própria Butler a cita em *Excitable Speech* (1997). Para a autora, a quebra do binário performativo/constativo e os apontamentos de Derrida (1988) levariam ao corpo como sujeito e objeto da ação (PINTO, 2009).

Além disso, a crítica de Derrida (1988) a Austin (1990) é produtiva, já que uma série de textos publicados servem de inspiração para o trabalho de importantes autoras feministas como Gayatri Spivak – brevemente citada na introdução – e, posteriormente, a própria Judith Butler. O pensamento da desconstrução e seu ímpeto anti-essencialista já assentavam o caminho para os problemas do feminismo identificados pela leitura pós-estrutural de Butler. A publicação de *Gender trouble: feminism and the subversion of identity* em 1989[53] também mostra, mais uma vez, a forte herança que Austin (1990) deixou na filosofia, sendo aprofundada por Butler no livro *Excitable speech: a politics of performative* de 1997 (PINTO, 2009). Veremos algo desses trabalhos a seguir.

3. A Performatividade: as Leituras de Butler

3.1. Do Performativo à Performatividade

O trabalho de Butler (1997; 2003), como diria Pinto (2009), é um trabalho de citação de Austin (1990) e Derrida (1988) que repete e transforma ambos os pensamentos. A perfomatividade de Butler (1997; 2003) oferece espaço para a politização dos atos, falas e discursos que nos fundam de forma a repensar possibilidades de vida. Se nada escapa ao poder porque ele nos constitui, temos que pensar em novas inscrições de possibilidade desse poder (PINTO, 2009) entendendo os problemas do enquadramento moderno e neoliberal da vida, que incide sobre o humanitarismo, sobre a lógica de Estado brasileira e sobre gênero, sexo e sexualidade em uma estrutura como a da Operação Acolhida.

Butler (1997; 2003) e Derrida (1988) não carregam apenas a mesma referência bibliográfica, mas uma leitura comum que reconhece um processo de constituição do mundo pela repetição de normas e convenções a partir de um adiamento de significações que sementam o caminho da diferença no tempo

[53] Está sendo utilizada aqui a edição de 2003 traduzida para o português de nome *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

gerúndio. Tudo se transforma ao se repetir. Butler (1997; 2003) como leitora de Derrida (1988) questiona o modelo binário sexo/gênero assim como Derrida (1988) questiona a divisão estruturalista significante/significado como nada, nenhuma. Se sexo biológico nada tem a ver com gênero, assim como o signo pode ser repetido na ausência de seu referente e seu significado, há algo criado como supostamente "natural" ou verdadeiro (RODRIGUES, 2012). A performatividade, nesse sentido, marca esse caminho de duplo gesto, entre o repetir e o diferir.

Derrida (1988) e Butler (1997; 2003) estão atentos à ideia de que formas significantes (os signos) são constituídas pela iterabilidade dos ritos, que por serem repetíveis e expostos à alteridade, podem ser repetidas na ausência de contexto, significado ou referente. Isso não necessariamente valida aquilo que é performatizado, mas institui um momento único, uma singularidade plural (DERRIDA, 1988). O sujeito não é intencional. Ele não apenas age através da linguagem, mas é o sujeito próprio da linguagem. Essa polissemia irredutível da linguagem por ser algo que fazemos e somos constituídos é capaz de produzir infindáveis efeitos que não são saturáveis causalmente. O trabalho de pesquisa proposto por essa tese estará por entre uma teia de signos, sujeito a surpresas e levando em consideração as construções provisórias e instáveis das refugiadas, solicitantes de refúgio, migrantes e das instituições humanitárias por meio de movimentos performativos.

Segundo Bulter (1997), Austin (1990) estava preocupado com uma "*total speech situation*" – as condições específicas que pavimentariam a ocorrência do performativo. O performativo não é apenas convencional, mas também ritualizado ou cerimonial. É repetido no tempo, mantendo efeitos de operação que vão além do momento performativo em si. Em *Excitable Speech* (1997), a autora está preocupada com o discurso de ódio que não só é violento linguisticamente, mas também interpela o corpo sustentado pela linguagem (BUTLER, 1997). Pelo ato arbitrário de nomear, de ofender, a linguagem não só constitui os sujeitos como pode também os ferir, reafirmando exclusões e vulnerabilidades na repetição de discursos. A ameaça ao corpo, nesse entendimento, se desenha pela linguagem gerando medo. O medo e a angústia como efeito da ofensa e do discurso de ódio marcam uma violência de antemão (OLIVEIRA, 2012), assim como a perseguição *ad futurum* utilizada para determinar o refúgio.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Se a linguagem constitui o corpo performativamente, ela também pode ameaçar sua existência. Mas a linguagem é o nome daquilo que fazemos. Então, fazemos coisas com ela, e os efeitos dessas coisas também são produzidos a partir dela. A linguagem é, de certa forma, a agência dos sujeitos. Comumente, porém, a agência dos sujeitos é atribuída à ideia de soberania como ponto de origem. Essa verdade anterior que pressupõe um sujeito no controle e intencional, agente da linguagem, esconde a historicidade pela qual os sujeitos são formados e do discurso de constituição propriamente dito. Além disso, a própria linguagem excede àquilo que o corpo diz, marcando ações nunca exatamente conscientes e diretas. O ato de fala sempre acaba dizendo mais do que ele realmente diz, já que pode ser repetido e citado em outros contextos, com outras condições, performatizando efeitos reversos. Esse movimento lembra que o corpo que fala nunca esteve no comando (BUTLER, 1997).

> A noção de que a fala fere parece assentar nessa relação indissociável e incongruente entre corpo e fala, mas também, consequentemente, entre fala e seus efeitos. Se o falante dirige seu corpo ao destinatário, não é apenas o corpo do falante que entra em jogo: é também o corpo do destinatário. É aquele que fala apenas falando, ou é aquele que fala comportando seu corpo em direção ao outro, expondo o corpo do outro como vulnerável ao endereçamento. Como um "instrumento" de uma retórica violenta, o corpo do locutor excede as palavras que são ditas, expondo o corpo endereçado como não mais (e nem nunca totalmente) sob seu próprio controle (BUTLER, 1997, p. 12-13, tradução nossa).

A performatividade sem fixação prévia e descabida de algum outro tipo de fixação é o fazer da iterabilidade. A repetição e possibilidade de citação fora de um contexto determinado. De um referente instável abre-se margem para uma possibilidade de agência que não é a mesma agência da autonomia soberana das teorias liberais. Os pressupostos da linguagem estão, desse modo, sempre fora de um limite alcançável. A tensão entre lei e cultura é mais abrangente e escapa a teorias como a de Austin (1990) ao implicar repetição e citação contínuas:

> Enquanto alguns críticos confundem a crítica da soberania com a demolição da agência, proponho que a agência comece onde a soberania esmorece. Aquele que age (que não é o mesmo que o sujeito soberano) age precisamente na medida em que se constitui como ator e, portanto, opera dentro de um campo linguístico de restrições capacitadoras desde o início (BUTLER, 1997, p. 16, tradução nossa).

No caso de discursos de ódio, a culpabilização tende a isolar a responsabilidade a uma única pessoa (ou grupo de pessoas) não considerando que a força desse discurso se dá pela citação dele em vários contextos distintos. Butler (1997) chama atenção de casos de discurso de ódio justamente para mostrar o exercício da performatividade na vida política por mais que ele seja fugidio,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

escapável – tal como a análise proposta aqui. A performatividade renova a ação sem uma origem clara em um contexto indeterminado, podendo romper inclusive com esse contexto ao ser repetida e citada em direção a apropriações que resistam ou ressignifiquem o ato de fala:

> Assim, a performatividade possui uma temporalidade social própria na qual permanece possibilitada justamente pelos contextos dos quais rompe. Essa estrutura ambivalente no cerne da performatividade implica que, dentro do discurso político, os próprios termos de resistência e insurgência são gerados em parte pelos poderes aos quais se opõem (BUTLER, 1997, p. 40, tradução nossa). A ressignificação do discurso requer a abertura de novos contextos, falando de maneiras que ainda não foram legitimadas e, portanto, produzindo legitimação em novas e futuras formas (BUTLER, 1997, p. 41, tradução nossa).

A performatividade de uma decisão jurídica também pode marcar violências pelo discurso, para além do discurso de ódio propriamente dito (BUTLER, 1997). O indeferimento do refúgio ou de uma autorização de residência, por exemplo, pode colocar migrantes em uma situação de mais vulnerabilidade social. O discurso de ódio, entretanto, suspende o Estado como se seus cidadãos pudessem agir como se o fossem – sujeitos soberanos que "possuem" o poder (BUTLER, 1997). Daí surgem os discursos locais que inferiorizam a venezuelana migrante e que a perseguem como problema a ser sanado, controlado. Segundo Butler (1997), contudo, o sujeito que profere esse tipo de discurso mobiliza uma série de afirmações que ao serem citadas e repetidas dão a ilusão de origem para ele. O sujeito se torna algo a partir dessa iterabilidade. Esse movimento apaga a genealogia e a historicidade do discurso proferido, já que há um sujeito-origem ali com uma intenção específica. O sujeito é, na verdade, o efeito, um derivativo e não a causa do performativo (BUTLER, 1997). "Com efeito, a iterabilidade ou a citacionalidade não é precisamente isso: a operação dessa metalepse pela qual o sujeito que "cita" o performativo é temporariamente produzido como a origem tardia e fictícia do próprio performativo" (BUTLER, 1997, p. 49, tradução nossa).

3.2. Lendo Foucault

Para além de Derrida (1988) e Austin (1990), e para entender mais a fundo a ideia de performatividade de Butler a partir de sua incidência no gênero, na sexualidade e no sexo biológico, é necessário que retomemos alguns apontamentos de Foucault (1995; 1996, 1999), uma vez que a sua filosofia é constituidora do pensamento de Butler (1997; 2003) sobre os sujeitos e o poder. Em um primeiro momento de sua recepção, inclusive, seu texto *Problemas de Gênero* (2003) foi

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

considerado herdeiro das investigações de Foucault sobre a sexualidade principalmente em *História da Sexualidade Vol 1* (1999) (FILOSOFIA POP, 2019). Mas quais as interseções entre o pensamento de Butler e Foucault? E o que Butler apropria de Foucault para pensar a performatividade, os gêneros, sexos e sexualidades?

Foucault não é um filósofo que discorre sobre poder e sujeito de maneira essencialista e metafísica. Em primeiro lugar, a sua filosofia não pretende identificar ou coisificar o poder, mas descrever dispositivos de poder que se entrecruzam e se relacionam a partir de uma microfísica (MARINHO, 2020). O poder se mantém como uma "instabilidade regulada" como diz Karsenti (2020), uma vez que a sua estabilidade é sempre adiada. O próprio uso da ideia de dispositivo confere um tom aberto, plural e complexo às categorias de poder em detrimento à ideia de um sistema que inspire coerência e completude. Os dispositivos são redes de elementos heterogêneos e históricos. O poder é sempre posto à prova de modo a atualizar seus dispositivos conforme a sua obrigação de governar e constituir os sujeitos (KARSENTI, 2020).

Para Foucault, o poder sob ponto de vista da letra jurídica, unilateral e coeso, não dá conta do caráter produtivo que se desprende dele mesmo. O trabalho localizado e histórico do filósofo expõe uma faceta do poder que vai além do mero regime de interdição. A lei é, dessa maneira, um registro da gestão específica de certas relações que se mantém enquanto tal em contraste às suas violações e subversões. O poder produz, ordena e distribui relações a partir de certos procedimentos (KARSENTI, 2020). Em segundo lugar, o sujeito é ponto de preocupação importante em sua obra. A perspectiva de concepção do sujeito para o autor é compreendida por uma cadeia relacional em que uns só podem ser em relação a outros. A constituição do sujeito em relação ao poder se dá em uma dinâmica de co-constituição entre sujeito e discurso. Sujeito e objeto não são entidades separadas, mas resultados mútuos de um jogo dialético diverso e disperso, como também interdependente (FURLAN; SOUZA, 2018).

O poder produz os sujeitos. Foucault entendia os sujeitos como substratos – sempre diversos – da predicação. Longe das teorias modernas que veem os sujeitos como fundação, o trabalho de sua filosofia estava em entender diferentes modos de subjetivação (*assujetissiment* em francês), ou seja, diferentes modos que tornam os

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

sujeitos aquilo que são. Mesmo se opondo à subordinação que o poder inspira, os sujeitos reforçam sua sujeição (FERREIRA NETO, 2017; MARINHO, 2020). Para Foucault, o próprio trabalho de pesquisa é um dispositivo de subjetivação ao requerer procedimentos metodológicos e modificar o pensamento. Talvez, por isso, o filósofo recusava o exercício de pesquisa em que a pesquisadora é fundação de toda a crítica (FERREIRA NETO, 2017).

As obras de Foucault parecem nos levar para momentos diferentes de sua filosofia entre arqueologia, genealogia e ética. Um primeiro momento do pensamento de Foucault é marcado pela "arqueologia de saberes". Saber aqui não significa ciência em si, mas uma estrutura discursiva que é constituída de enunciados jurídicos, filosóficos, religiosos, morais e, também, científicos. A arqueologia dos diversos discursos é encarada a partir de sua descontinuidade histórica, por meio da qual é possível identificar conceitos em movimento, objetos sendo constituídos, modalidades enunciativas surgindo e estratégias e métodos se desenvolvendo. Uma sucessão complexa e variada de históricos é mobilizada para entender saberes que participam de um tempo, de um espaço, de uma episteme e de uma cultura específicos. Nesse sentido, Foucault tensiona os fundamentos modernos que fizeram do homem esse ponto de partida universal, esse agente de conhecimento que é produzido pela experiência do vivido, já que evidencia a ideia desse mesmo homem como uma episteme inventada, um *a priori* histórico que tem datação e validade como qualquer outro discurso (FURLAN; SOUZA, 2018).

Em *A Ordem do Discurso* (1996), Foucault localiza a formação dos discursos em procedimentos que controlam, selecionam, organizam e redistribuem seus poderes e perigos. Procedimentos de exclusão e interdição, classificação e ordenação, de autoria e origem, funcionamento e regramento, rarefação e unificação atuam concomitantemente como nos protocolos da Operação Acolhida que ditam a ordem do dia e que serão trabalhados nos próximos capítulos. A verdade se constitui, assim, na semântica, na forma e nas referências que o discurso mobiliza, mas, acima de tudo, na vontade de verdade, na vontade de saber. Essa, por sua vez, se ramifica pelos campos da ciência, da letra jurídica, dos saberes religiosos, e das pedagogias completamente ritualizáveis em sua simples re-citação. A multiplicidade de contextos aos quais os discursos podem ser submetidos constituem a possibilidade de reatualização a partir daquilo que acontece a sua

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

volta, sua cultura, seu tempo histórico, seu cenário político. O autor está lá, mas é unidade fictícia no mundo do poder na sua ânsia em sistematizar e definir conceitos e objetos (FOUCAULT, 1996).

Para Foucault (1996), o ritual define a qualificação dos sujeitos que operam o discurso, define os gestos e comportamentos, as palavras e papéis determinados. O sujeito fundante incorpora o discurso que é visto como ponto de vista da verdade, já que organiza aquilo que pode ser dito sobre um objeto. Esse jogo e seus efeitos precisam ser analisados, segundo o filósofo, restituindo o discurso ao caráter de acontecimento, questionando nossa vontade de saber e suspendendo a soberania do significante. Quatro noções são fundamentais para a análise dos discursos: a noção de acontecimento, a de série, a de regularidade e a de condição de possibilidades. Discursos são práticas descontínuas que surgem, se cruzam e se repetem criando mundos que excluem, anulam e criam coisas. São mundos de regularidade, de dependência, de transformação por ora descontínuos, por ora causais. A contingência do acaso incide na materialidade constituindo diferentes domínios de saber e suas "economias políticas" (FOUCAULT, 1996) tal como a lógica humanitária entendida nesta pesquisa.

Aqui, vemos um Foucault que parece dialogar de maneira próxima a Derrida (1988) e com o que, posteriormente, Butler (1997) também chamaria atenção em sua leitura dos performativos. A propriedade que torna o rito repetível e citável expõe a provisoriedade dos sujeitos como fundação original, além de conferir espaço para a reatualização contingente dos discursos:

> (...) o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 1996, p. 39).

Um segundo momento do pensamento foucaultiano é marcado pela "genealogia de poderes". A genealogia de Foucault se caracteriza pela recusa de qualquer origem, fundação definitiva ou homogeneidade histórica, mas um jogo de forças, nuances e acasos. Diferente da arqueologia que buscava entender os saberes, a genealogia busca entender os jogos de poder que atravessam práticas, atos e discursos. O poder para Foucault não é uma força una, palpável ou localizável, ele

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

é uma força microfísica, capilar, uma rede múltipla que acessa diversos pontos da vida. O poder disseminado por todo tecido social é marca da modernidade, exercendo pressão ao contaminar as mais pequenas e distintas relações. Nessa sociedade disciplinar, os dispositivos de regulação e controle dos corpos se dão pelo poder. Mas o poder não é somente restritivo, proibitivo, castrador, ele é criativo. Ele cria realidades, tornando os sujeitos dóceis, realizáveis e inclinados a certos discursos e saberes que os normalizam (FURLAN; SOUZA, 2018).

Analisando o nascimento das prisões na sociedade europeia do século XIX, Foucault em *Vigiar e Punir* (1995) apresenta a face disciplinar do poder ao trabalhar a inserção da regulação nos menores detalhes da vida. O poder na sua funcionalidade capilar é mediado por hierarquias e mecanismos que parecem ser onipresentes e oniscientes, como se pudessem regular de forma ininterrupta exercendo controle a partir de certos regimes de verdade e punindo quando necessário. Essas práticas disciplinares são distribuídas de modo diferenciado, além de incidirem diretamente na constituição tática dos sujeitos. A divisão binária de normal e anormal é importante, nesse sentido, uma vez que o poder dedica esforços a supervisionar a anormalidade e corrigir seus problemas. Nessa perspectiva, a anormalidade é essencial para a constituição da normalidade a partir de operações de poder sempre constantes, furtivas e microfísicas. O objetivo principal é normalizar ao invés de necessariamente oprimir (FOUCAULT, 1995).

Para Foucault (1995), saberes, técnicas e discursos científicos formam as práticas de poder de "vigiar e punir". O poder como disciplina, dessa maneira, é exercido e não possuído. E não é necessariamente exercido pelo Estado, já que se infiltrou em todas as formas de saber por meio de uma dinâmica de co-constituição que sustenta a ideia de poder-saber. O poder disciplinar ao qual o filósofo se atém nesse livro busca produzir sujeitos possíveis e funcionais a partir de uma variedade e flexibilidade de métodos de controle que mensuram, supervisionam, examinam e corrigem. O famoso exemplo do panóptico de Bentham é interessante para compreender como uma disposição estrutural pode conduzir os corpos dos sujeitos a agirem de determinada maneira e funciona como uma boa analogia daquilo que Foucault descreve (FOUCAULT, 1995). Guardadas proporções, os abrigos das migrantes montados em Roraima repetem estruturas disciplinares ao instituírem

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

catracas, sistemas de informação e registro de entrada e saída como será visto no capítulo 3.

Butler, por sua vez, desloca a chave normal/anormal de Foucault para inteligível/ininteligível (DUARTE, 2017). A filósofa vê o poder não como algo externo ao corpo, mas como força inscrita sobre esses corpos através das normas. É esse poder da norma que confere inteligibilidade ao corpo-sujeito por meio de atos, falas e comportamentos que o constitui como natural e anterior. Esse movimento é a performatividade que, no caso de *Problemas de Gênero*, é vista sob o ponto de vista do gênero sem perder de vista o potencial político e social para além do gênero em si. Nesse sentido, o poder nos moldes foucaultianos, aderido às normas sociais, constitui gêneros, sexualidades e sexos biológicos por força dos atos, falas e comportamentos que repetem a própria norma (BUTLER, 2003). Por essa leitura, Butler aproveita o aspecto formador do poder de Foucault para chamar atenção para a sua vocação de reiterar a si mesmo, citando-se, repetindo-se e criando brechas para ruptura. Assim, a filósofa oferece possibilidades alternativas que dão horizontes de resistência que aparecem muito timidamente em Foucault para Butler. Butler (2003) conceitua a possibilidade de resistência a partir da própria lógica de poder de Foucault (SPITZNER, 2017), assim como dá um passo além quando compreende o que a polissemia irredutível de Derrida (1988) pode gerar. Falaremos mais disso nas próximas seções.

Em *História da Sexualidade Vol 1* (1999), ainda pensando a sociedade europeia do século XIX, Foucault apresenta outro dispositivo de poder com sua análise sobre a sexualidade. O interesse sobre o sexo se constitui justamente a partir da sexualidade como esse dispositivo de controle, o que desmente uma hipótese meramente repressiva. Existem, nessa lógica, duas formas de se conhecer sobre o sexo para o autor: *ars erotica* e *scientia sexualis*. A primeira modalidade, não existente nas sociedades cristãs ocidentais, enxerga o sexo pelo prazer em si, suas virtudes e consequências como um deleite artístico. O sexo é um segredo porque é sagrado, transcendental. A segunda modalidade se opõe à arte e é cativa das sociedades cristãs ocidentais. Nesse sentido, ao sexo é delegado uma série de interdições e perturbações que são reguladas por duas formas de produção de verdade: primeiro a confissão e segundo a ciência. Por entre a produção de saber religiosa e, posteriormente, científica sobre o sexo, Foucault (1999) discorre sobre

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

os jogos de verdade que estão por detrás da sexualidade com saberes que envolvem a pedagogia da família, a biologia da reprodução e a medicina do sexo com as ideias de devassidão moral e perversão médica (FOUCAULT, 1999).

Aqui ficam claras as práticas de controle e regulação a partir da ação em torno de um conjunto de corpos, ou população. As técnicas do poder estão presentes em todos os níveis do corpo social e nas diferentes instituições. Desde os saberes relacionados à intimidade sexual e funcionamento vital até o desenvolvimento das estatísticas e estimativas de natalidade, longevidade e mortalidade, são instauradas práticas, atos e discursos que coadunam as relações de poder em questão. Foucault chamou a investigação dos corpos individuais de *anátomo-política* e a investigação das populações de *biopolítica.* O sexo e a sexualidade como disputa política, como dispositivo, fazem com que o poder reincida sobre os sujeitos. A união complexa de diferentes dispositivos de poder que assentam as disciplinas do corpo e das populações foi o que possibilitou a organização do poder sobre a vida, ou *biopoder*, essencial para a formação do capitalismo e da sociedade burguesa (FOUCAULT, 1999).

> Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho da produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto do seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torna-las mais difíceis de sujeitar (...) (FOUCAULT, 1999, p. 132).

Butler (2003), assim como Foucault (1999), vê a sexualidade como conformação que também constitui os sujeitos dentro de limites legíveis. Essa, para Bulter, deve se alinhar ao sexo e ao gênero de forma coerente. O sexo biológico como marcador da diferença regula e controla a partir de uma ficção binária que define gêneros igualmente opostos. Esses gêneros devem se atrair mutuamente no enlace do desejo (sexualidade) criando sujeitos que se conformam à norma. Ao denotar a performatividade que sustenta o alinhamento sexo-gênero-desejo por meio da (cis)heteronorma (aqui, chamaremos de norma do gênero-sexo-desejo), Butler chama atenção para a ausência de uma essência verdadeira e de um sujeito no comando pleno de seu corpo. A repetição da norma confere um poder contínuo, que se reatualiza sem nunca se estabilizar na completude ou em uma só direção (BUTLER, 2003). Veremos mais disso nas próximas seções.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Na genealogia de poder o sujeito unitário e estável se vê rodeado por estratégias múltiplas de poder. Já dissolvido como criação histórica específica pela arqueologia de saber, o sujeito das genealogias de poder é constituído por uma rede infindável de práticas e saberes. O sujeito é resultado de várias pontuações de saber-poder e é sujeitado ao mundo ao invés de ser ponto de partida coerente e verdadeiro desse mundo. É exatamente nessa fricção entre poder e saber que surgem as noções de verdade e seus jogos constitutivos de horizontes possíveis. A verdade nada mais é que um exercício de saber-poder (FURLAN; SOUZA, 2018), ou melhor, uma instituição performativamente constituída. No caso da Operação Acolhida, a lógica humanitária e a lógica de Estado são algumas das peças que constituem as verdades em torno de refugiadas e migrantes LGBTI+ lidas socialmente pela norma do gênero-sexo-desejo.

Butler (1997; 2003), partindo dos apontamentos de Foucault (1995; 1996; 1999), vai além ao problematizar a ausência do corpo material na filosofia do autor mesmo entendendo sua constituição discursiva. Butler também vê lacunas no pensamento foucaultiano sobre questões de agência, de resistência e da psique, já que esses temas não tiveram grande atenção do filósofo em seus livros e palestras (SPITZNER, 2017). Nesse sentido, Butler (1997; 2003) vai com, mas também contra Foucault (1995; 1996; 1999) ao desenvolver o seu entendimento de performatividade, assim como bebe do pensamento de Derrida (1988) como já foi exposto. Nesse duplo movimento de Butler (1997; 2003), a autora se apropria das noções de poder e discurso dessa filosofia pós-estrutural para conceber horizontes de desnaturalização dos sujeitos e da possiblidade de subverter a ordem criando novas (e velhas) possibilidades.

As intersecções entre Butler e Foucault não se encerram aqui. Elas são muitas quando pensamos em conceitos como cuidado de si, governo e governamentalidade em Foucault e precariedade e assembleia em Butler. Para isso, destaco a tese de doutorado da professora Cristiane Marinho (2020) que explora não só as analíticas de poder entre Butler e Foucault, mas também vai à fundo para trabalhar mentalidade neoliberal e resistência nesses dois pensamentos (MARINHO, 2020). Por ora, e pensando na Butler (1997; 2003) que é mobilizada aqui neste trabalho, nos voltemos para questões que envolvem identificação e corpo antes de falarmos precisamente de gênero, sexo e sexualidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

3.3. A Identidade[54]-Corpo dos Sujeitos

Como vimos, não há agência fora das normas, ou fora do poder das tradições e convenções. O gênero, o sexo e a sexualidade não são produzidos, vividos ou sentidos por um fundamento universal, eles são o fruto da autoridade da norma que antecipa uma essência que é repetida através da sua naturalização, do contexto, da cultura e da estilização do corpo. Estão ligados a uma série de regulações disciplinares que obrigam os sujeitos a performarem um gênero e uma sexualidade pré-estabelecidos. Os sujeitos são o que são porque são forçados a repetir certos papéis por normas que não têm uma essência verdadeira (MILLER, 2009).

Esse lado da performatividade que é o do tornar-se, ser, constituir-se ainda precisa ser aprofundado. A herança hegeliana de Butler (1997; 2003) a permite uma dialética de constituição a partir do Outro e, por isso, em negação àquilo que não é do Eu. Nesse sentido, não existe um exterior que esteja de fato lá, mas algo de uma tensão do tornar-se em detrimento do Outro, do seu fora constitutivo. Para fugir das possibilidades de conclusão e estabilização dos processos em Hegel, Butler (1997; 2003) vai em direção ao pensamento de Foucault (1995; 1996; 1999) para falar do poder produtivo e da condição de subjetivação como vimos. O poder constrange e produz sujeitos, ou seja, só se pode ser sujeito de si quando se é sujeitado ao poder (TUHKANEN, 2009).

Esse poder que está diluído em todos os detalhes da vida, é acumulado pelas normas que, sob a forma dos discursos, das leis, das convenções, se repetem e se citam criando sujeitos pretensamente soberanos. Aqui, vemos que a ilusão de origem gerada pela performatividade que constitui os sujeitos mascara o fato de que não somos livres e, portanto, não podemos escolher nossos gêneros e sexualidades, por exemplo. Somos sujeitados pelo poder das normas que nos torna ponto de origem momentâneo de sua iterabilidade. Sozinho, o biopoder de Foucault (1999) pode semear desesperança em novos horizontes críticos, mas com Butler (1997; 2003), mesmo que não haja nada fora da norma, há sempre possibilidade de ressignificação por conta da própria condição polissêmica da linguagem a que Derrida (1988) se referia.

[54] Em algumas partes desta tese, a palavra "identificação" será usada de modo intercambiável com o termo "identidade" para marcar a ideia de uma identidade em movimento, nunca plena ou final.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Mas e o corpo afinal? Recapitulando, a repetição performativa depende do passado, ao passo em que elabora um futuro para a sua repetição. O corpo como algo marcado e regulado pelas normas impede que essa operação que suspende o tempo se dê só linguisticamente. O corpo fala e faz o enunciado e, portanto, a materialidade – sonora e corporal – faz parte da equação performativa. O poder instituído performativamente possibilita e obriga o sujeito a se constituir como tal (PINTO, 2007). Não à toa que o corpo é estilizado e regulado para performar o gênero, o sexo e a sexualidade (e ou outras marcações) como diz e faz aquilo que é iterável. Esses efeitos que nomeamos gênero, sexo e sexualidade são as normas traduzidas performativamente no corpo. Essas normas repetidas sem referente e significado são parte de um rito rígido e constante em torno do "ser alguém" inteligível e reconhecível (BUTLER, 2003) – natural e verdadeiro.

A convencionalidade e a repetição surgem como parte dos processos de marcação corporal dos atos de fala. A legitimidade dessas operações se dá no limite do possível, daquilo que é pensável e executável funcionando como rituais de significação que afirmam uma verdade passada em um momento presente, pavimentando a sua repetição no futuro. O corpo que age também é regulado pelos atos que constituem uma significação anterior, mas a polissemia irredutível produz os contornos do sujeito ao mesmo tempo que o obriga a ser de determinadas maneiras. Sujeitos estáveis não fazem parte dessa narrativa, já que a determinação de contextos não é possível de antemão. A iterabilidade dá consistência a essas identidades e produz uma determinada naturalidade na contingência de efeitos. Nesse contexto, a dicotomia corpo/linguagem é borrada, não havendo um início e um fim estabelecidos nessa relação (PINTO, 2007; 2012).

Os atos de fala descrevem o sujeito por meio de ações linguísticas e não-linguísticas repetidas do lugar que lhe cabe. A identidade é repetidamente constituída como processo, ou seja, ela é performatizada (ou performatizável) e pela sua história e pela sua prática – polissêmica, fragmentada e ritualizada (PINTO, 2012). O gênero, na análise de Butler (2003) é uma estilização do corpo a partir de convenções envolvidas nessa operação. Dessa maneira, não só o gênero, mas identidades em geral são informadas por normas que são repetidas em um movimento gerúndio. Identidades são efeitos do movimento performativo da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

linguagem que, no caso do Ocidente, está estruturado por uma lógica binária e hierárquica marcando as pessoas socialmente (PINTO, 2007).

A pressuposição de identidades se dá pela ideia de sujeitos modernos unitários e indivisíveis (soberanos de si) e da possibilidade de eles serem representados por sua essência (de classe, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade...) (PINTO, 2007). Nessa dinâmica, a performatividade se apresenta como crítica ao conceito tradicional de identidade ao compreender o apagamento da marca inaugural do sujeito quando é nomeada uma identidade. O sujeito é regulado pelas normas que o conduziram até lá, no nome, na sopa de letrinhas da sigla LGBTI+, que são repetidas para garantir que a norma funcione. A linguagem não descreve o sujeito, ela o constitui ao afirmar uma realidade *a priori*, sua existência como fundação (BUTLER, 2003). Grupos como "as mulheres", como critica Butler (2003), "as LGBTI+", "as migrantes e refugiadas" só existem pelos atos que as postulam como tais. A repetição citacional desses enunciados, desses nomes sustenta toda a dinâmica e atravessa os corpos.

O ato de nomear em direção a um sujeito unitário é uma convenção que guarda uma historicidade e uma generalidade únicas ao conferir singularidade. Mas quem nomeia já foi anteriormente nomeado por um Outro também nomeado. Esse ato performativo expõe os sujeitos às relações sociais, a uma alteridade necessária e própria da iterabilidade e se dá de modo a ser repetido e reconstituído sempre. O ato de nomear engana pela ilusão de uma soberania conferida. Uma soberania quase que divina daquele que tem poder para autorizar e desautorizar como os juízes a as autoridades migratórias. Mas esse poder é apenas derivativo e estratégico, os sujeitos não são origem da linguagem. A identidade é uma peça do circuito, mas não preexiste. Ela é inaugurativa e citacional, mas não descritiva. O nome fixa e congela ao criar sujeito e predicado e limitar complexidades (BUTLER, 1997).

> Claramente, nomes injuriosos têm uma história, que é invocada e reconsolidada no momento da enunciação, mas não explicitamente contada. Esta não é simplesmente uma história de como eles foram usados, em que contextos e para quais propósitos; é a forma como tais histórias são instaladas e detidas no e pelo nome. O nome tem, assim, uma historicidade, o que se pode entender como a história que se tornou interna a um nome, passou a constituir o sentido contemporâneo de um nome: a sedimentação de seus usos ao se tornarem parte do próprio nome, uma sedimentação, uma repetição que congela, que dá força ao nome (BUTLER, 1997, p. 36, tradução nossa).

O nomear para Derrida (1998) é sempre violento porque aprisiona a polissemia de significação do signo. Ele reconhece a autoridade da lei, ao mesmo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

tempo em que apaga a marca inaugurativa que o constituiu e o aprisionou como tal. A identidade não existe de fato. O que existe é um processo indeterminado e indefinido de identificação. Nada é dado, recebido ou atingido porque não é uma experiência redutível ao "Eu" que fala o que é. A ideia de uma origem física na presença da falante articulada em uma identidade ou soberania é uma ficção que mascara a dinâmica fantasmática, espectral de um processo de constituição que não finda. Ao problematizar essa metafísica da presença – esse logocentrismo como marca – o filósofo se direciona ao performativo radicalmente contingente (DERRIDA, 1998).

Nesse sentido, para Butler (1997; 2003), a materialidade do gênero no sexo é reiterada performativamente sendo repetida e diferida ao mesmo tempo. É por entre esse espaço do "repetir o mesmo diferindo" que a autora enxerga a possibilidade de resistências a partir dos próprios processos de significação. O corpo não é a saída para Butler (1997; 2003) porque o corpo não é natural. Ele é tão cultural quanto o gênero (RODRIGUES, 2012). A norma produz o que faz ser representado ou representável de forma a entender uma força dupla do poder que age tanto na letra da lei, quanto na produção de sujeitos de lei ou à lei. Há uma noção de sujeito antes da lei – a verdade fundamental – que é reproduzida para que a própria norma seja legitimada. Nesse sentido, o corpo opera a norma ao mesmo tempo em que é operado por ela (MILLER, 2009). Há algo do corpo que é aprofundado por autoras como a já citada Shoshana Felman (2003) e pela própria Butler em *Bodies That Matter* de 1993[55].

A representação identitária dos sujeitos/corpos guarda algo de performativo, mesmo que por vezes seja vista em uma relação de causa. O colapso da ideia de "discurso gera conduta" – ou mesmo da questão sucesso/insucesso do performativo – reforça o deslocamento de causa e efeito (o sexo como causa do gênero) como ilusão. Pelo que foi apresentado até aqui, não há caminhos correlatos entre sucesso e efeito do performativo porque os contextos sempre excedem os encontros com a norma, ressignificando os discursos. O cerimonial/ritual de Austin (1990) é relido por Butler (1997) a partir de Derrida (1988) e Foucault (1996) colocando em xeque a autonomia radical dos sujeitos a partir de uma dinâmica de formação reiterada

[55] Nas breves menções a esse livro por esta pesquisa, usamos a edição traduzida para o espanhol intitulada *Cuerpos Que Importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"* publicada em 2002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

pela norma, pela regulação dos discursos numa prática de subjugação. Além disso, a citacionalidade do performativo permite que ele seja repetido sem a sua intenção original, sem sua fonte, seu falante. E a historicidade da linguagem excede em todas as direções o corpo falante (BUTLER, 1997).

> Isso significa que o sujeito tem sua "existência" implicada em uma linguagem que o precede e o ultrapassa, uma linguagem cuja historicidade inclui um passado e um futuro que ultrapassam a do sujeito que fala. E, ainda, esse "excesso" é o que possibilita a fala do sujeito (BUTLER, 1997, p. 28, tradução nossa).

O sucesso do performativo é sempre provisional, frágil. Mas as normas, as convenções, as leis que regulam nosso mundo acumulam força de autoridade – poder – pela citação e repetição em conjunto de práticas. A performatividade se debruça e recobre esse processo de constituição que mobiliza. E ela não precisa do sujeito soberano no controle. O ato age, age de novo e de novo, e às vezes age contra o próprio ato – é esse "erro" de repetição, nesse espectro cambaleante, que a performatividade se abre para a possibilidade de ressignificação e de politização (BUTLER, 1997). O "tornar-se" dos sujeitos-corpos está às voltas com um futuro, um tempo por vir que é preocupado com o novo e com uma outra possível tradução de *becoming*: transformar-se. O imaginar uma política radical de ressignificação e contestação é um dos horizontes de pensamento a partir de Butler (1997; 2003), pois as repetições que constituem o mundo, mesmo reguladas, não são completas ou infalíveis (TUHKANEN, 2009).

3.4. O Gênero, o Sexo e o Desejo para Butler

Butler começa *Problemas de Gênero* (2003) criticando uma certa teoria e política feminista que pensa o sujeito em termos estáveis ou permanentes. A representação da categoria "mulher", assim como outras categorias, seria dada como resultado da possibilidade de os sujeitos serem reconhecíveis. Em uma clara menção a Foucault (1995; 1996; 1999), a autora diz que o poder produz os sujeitos para poderem ser representados. Sistemas jurídicos exercem poder ao limitar, proibir e controlar os contornos possíveis dos sujeitos reproduzindo aquilo que é normal, normativo. Eles chancelam a norma ao formarem sujeitos que precisarão ser representáveis, legíveis e coerentes pela própria norma. Fica oculta a operação que constrói "perante a lei" e que será melhor abordada na próxima seção. Essa formação discursiva e performativa dos sujeitos teria como efeito uma política de representação generalista. O feminismo que Butler (2003) critica parece não conseguir enxergar as exclusões práticas atreladas ao processo de constituição dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

sujeitos, já que o problema da identidade repousa, como temos visto, no ideal normativo que regula para reforçar identidades fixas e pouco abertas à diversidade plural dos corpos, sujeitos e experiências (BUTLER, 2003).

A crítica que Butler (2003) faz ao feminismo apegado à categoria mulher se dá nessa continuidade de seus apontamentos sobre uma ideia de identidade que assenta certas fronteiras e contornos sempre excluindo um Outro que não consegue se conformar à norma adequadamente. Por conta disso, uma prática política do feminismo a partir da alcunha do sujeito mulher apenas retoma um projeto de estabilidade e coerência que é base para o modelo cis-heterossexual de reprodução da vida. O corpo do sexo biológico, assim, é substrato para a sexualidade compulsória e para o gênero, pelos quais uma identidade inteligível é constituída por gestos, comportamentos, práticas, atos e apresentação estética. Isso não significa negar a materialidade dos corpos, uma vez que essas performances incidem no corpo, mas sim entender a constituição e subordinação desses corpos, já que as identidades prévias são, assim como como o sujeito, uma ficção regulada que pode ser repensada, revista e recaracterizada (BUTLER, 2003; OLIVEIRA, 2012).

A suposição de uma base universal para identidades discursivamente construídas é equivocada, uma vez que também não vê as intersecções culturais e políticas pelas quais raça, gênero, classe social, sexualidade, religião, nacionalidade (...) são construídas. Butler (2003) já começa minando uma ideia de causalidade como lógica saturável e determinável. Ela critica as categorias identitárias que as estruturas jurídicas de poder constituem pela sujeição, já que o apego à representação legitima um essencialismo que exclui as intersecções culturais e políticas com gestos totalizantes e binários (Eu v. Outro).

> As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder. Consequentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação. Assim, o ponto de partida crítico é o *presente histórico*, como definiu Marx. E a tarefa é justamente formular, no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam (BUTLER, 2003, p. 22).

O feminismo precisa de uma coalizão que deixe de lado um *telos* normativo definidor. É necessária uma abertura para além da unidade da identidade para que outras agendas possam surgir e ir além da sobreposição de categorias:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> Sem a pressuposição ou o objetivo da "unidade", sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade (BUTLER, 2003, p. 36). Certas práticas políticas instituem identidades em bases contingentes, de modo a atingir os objetivos em vista. A política de coalizões não exige uma categoria ampliada de "mulheres" nem um *eu* internamente múltiplo a desvelar de chofre sua complexidade (BUTLER, 2003, p. 37).

Nesse livro, Butler (2003) vai além da separação que vê o gênero como cultural e o sexo como biológico cunhada por Simone de Beauvoir, afirmando que os sujeitos não são naturais com o sexo e nem livres com o gênero. A separação que entendia o sexo como fixo e o gênero como construção social, apesar de compreender que um determinado sexo não significa se transformar em um determinado gênero, contribuía para reforçar uma visão que naturalizava o sexo como essência inevitável. O problema aí é que a divisão entre macho e fêmea só faz sentido a partir do ponto de vista da reprodução e da heterossexualidade e, portanto, já é culturalmente e politicamente apropriada. Ademais, a marca do sexo como fato pressupõe uma unidade ao corpo que parecem basear biologicamente alguns estereótipos de gênero e sexualidade, uma vez que se assenta como fundação primeira e óbvia (BUTLER, 2003; OLIVEIRA, 2012).

Butler (2003) afirma que o gênero, desse modo, seria constituído pela linguagem na repetição de atos que criam a ideia de realidade anterior e reforça corpos macho e fêmea e a heterossexualidade, ou seja, performativamente. Conforma-se assim a complementariedade compulsória do desejo heterossexual – (cis)heteronorma ou norma do gênero-sexo-desejo – como norma que constitui identidades possíveis (BUTLER, 2003; OLIVEIRA, 2012). Pensando que identificações de sexo e sexualidade também estão presentes como caracteres da vida e dos corpos – e também quando olhamos para as refugiadas e migrantes LGBTI+ venezuelanas – podemos extrapolar dizendo que esses também são performativos, formando um tripé poderoso que alinha sexo-gênero-sexualidade e sustenta nosso ideal de sociedade.

Ao legitimar seu poder, a norma sustenta a ficção sobre a existência de uma verdade *a priori*, não-histórica, uma fundação original como o contrato social das teorias liberais. Ao pensar sobre o alinhamento entre sexo e gênero, a autora aponta para a narrativa de distinção que sustenta o primeiro como natural e biológico e o segundo como culturalmente construído. Se gêneros são culturais e sexos biológicos, ambos são radicalmente descontínuos e o alinhamento binário do sexo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

com o gênero não teria razão para existir. Ambas categorias não deveriam ter um destino em comum. Mas o gênero não está para a cultura assim como o sexo não está para a natureza porque ambos são discursivamente constituídos – performativamente constituídos. Por esse alinhamento, o sexo acaba tornando a verdade *a priori*, a origem do gênero e estabilizando essa teia binária regulada e normalizada. O corpo do sexo não é instrumento passivo do gênero, ele só o é por causa também do gênero e da sexualidade (BUTLER, 2003).

A identidade de gênero não é conformadora de uma identidade individual, pois para ser sujeito antes é preciso haver um gênero inteligível, ou seja, um gênero que esteja de acordo com o condicionamento que alinha o sexo, o gênero e o desejo (sexualidade). A ideia de gêneros, sexos e sexualidades inteligíveis pressupõe a existência por negação daquelas que não as são. Esse controle estabelecido por "verdades" é produzido exatamente pelas práticas reguladoras que constituem os sujeitos e suas identidades. Mas a repetição das cadeias e modelos causais de inteligibilidade cultural possibilitam a exposição das críticas que visualizam os limites desse pensamento ao buscarem matrizes de subversão e desordem em torno de algo diferente. As normas não são indestrutíveis ou suficientes em sua plenitude, por isso, há sempre espaço para algo novo nos processos de diferenciação (BUTLER, 2003).

> Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, consequentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero (BUTLER, 2003, p. 39).

A gramática em torno do masculino e do feminino dos gêneros mascara a universalidade masculina e a coerência artificial e binária do alinhamento sexo-gênero-desejo, já que não é possível significar fora dessas regras. A heterossexualidade compulsória se torna uma prática reguladora, proibitiva e generativa de uniformização e normalização (FOUCAULT, 1999) e o sexo biológico se torna substância ao borrar o fato de que 'ser' uma identidade é impossível. A ideia de uma essência, contudo, supõe haver um encaixe perfeito entre sujeito e predicado, ser e substância, uma verdade anterior. Mas o ser não é substantivo, é uma ilusão gramatical materialmente condicionada que impõe não só haver masculino e feminino, como um Eu para um objeto, ou melhor, uma realidade como ponto de partida (BUTLER, 2003).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

A relação binária instituída pelos conceitos de masculino e feminino contribui para uma política de desenvolvimento psíquico dentro da matriz heterossexual de alinhamento sexo-gênero-desejo e condizente com o tabu do incesto. Essas regras transformam masculino e feminino em atributos (BUTLER, 2003) e são pensadas por Butler (2003) com a ajuda da psicanálise[56] de Freud e, posteriormente, Lacan.

> A posição linguística masculina passa pela individuação e heterossexualização exigidas pelas proibições fundadoras da lei Simbólica, a lei do Pai. O incesto, que separa o filho da mãe e, portanto, instala a relação de parentesco entre eles, é uma lei decretada "em nome do Pai". Semelhantemente, a lei que proíbe o desejo da menina tanto por sua mãe como por seu pai exige que ela assuma o emblema da maternidade e perpetue as regras de parentesco. Ambas as posições, masculina e feminina, são assim instituídas por meio de leis proibitivas que produzem gêneros culturalmente inteligíveis, mas somente mediante a produção de uma sexualidade inconsciente, que ressurge no domínio do imaginário (BUTLER, 2003, p. 52).

Os gêneros não são substantivos e nem adjetivos, eles são performativamente constituídos pelas expressões de gênero – práticas, gestos, comportamentos. Não existem sujeitos no comando e a ficção com rótulo de verdade se repete. Os resultados dessa operação – os gêneros (os sexos e as sexualidades) *per se* – constroem origem e causa sustentando a norma pelas leis, discursos e práticas:

> Nesse sentido, o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. (...) Numa aplicação que o próprio Nietzsche não teria antecipado ou aprovado, nós afirmaríamos como corolário: não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias "expressões" tidas como seus resultados (BUTLER, 2003, p. 48).

A regulação fragmentada entre proibição e produção constitui o "fora-da-lei" como impossibilidade, como algo impraticável e, por isso, adia a crítica e a necessidade de reimaginar o gênero, o sexo e a sexualidade nos termos do poder. Não há nada fora da lei ou do texto (FOUCAULT, 1999; DERRIDA, 1988). Ainda assim, essa tensão não se dissolve porque continua a produzir rastros, excessos, intervenções e ressignificações. É preciso ter cuidado para que posições feministas – assim como *queer* – não repliquem os mesmos alinhamentos binários das normas que atacam. A repetição da iterabilidade tem força de marca e reitera uma prática discursiva incessante que produz o normal e o seu fora, o anormal. A hegemonia da

[56] Os diálogos entre Butler e a psicanálise endereçando a performatividade, inclusive pelo alinhamento gênero-sexo-desejo, são interessantes, mas não estão no escopo desta pesquisa e, por isso, não serão aprofundados.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

narrativa bem-sucedida do gênero-sexo-desejo é uma ficção reguladora que naturaliza regimes de poder específicos, uma norma específica (BUTLER, 2003).

> O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (...) é uma significação *performativamente* ordenada (BUTLER, 2003, p. 59).

O corpo está imbricado em um movimento performativo e, por isso, não é propriamente dito, mas lido como tal. Se o sujeito só pode ser lido pelo gênero (pelo sexo e pela sexualidade), o corpo reforça uma aparência de substância a partir de uma série de atos, comportamentos e falas. Essa repetição estilizada em um sistema normativo ao mesmo tempo em que constitui uma origem, contesta ao confundir, mobilizar e expor as estruturas "fundantes" fora do registro de "utopia", de "ideal", como o estrangeiro o é para o cidadão:

> (...) como um esforço de refletir a possibilidade de subverter e deslocar as noções naturalizadas e reificadas do gênero que dão suporte à hegemonia masculina e ao poder heterossexista, para criar problemas de gênero não por meio de estratégias que representem um além utópico, mas da mobilização, da confusão subversiva e da proliferação precisamente daquelas categorias constitutivas que buscam manter o gênero em seu lugar, a posar como ilusões fundadoras da identidade (BUTLER, 2003, p. 60).

O corpo é um componente que carrega consigo a performatividade. Não é só em enunciados ou discursos que os sujeitos são constituídos, mas também por atos. A estilização do corpo nos rituais que envolvem a performatividade de gênero, por exemplo, é central para que a citação da norma sem referente claro opere. O sexo biológico se torna, então, uma verdade de ordem natural, uma miragem esclarecedora. Nesse caso, o corpo excede o discurso, ao passo que o discurso não se resume ao corpo. Eles não são reduzíveis ou contidos um pelo outro. O corpo é parte do que sustenta a força do performativo no imbricamento entre a linguagem e a sua materialidade. A linguagem faz e o corpo significa. Não há local onde começa contexto e termina o performativo (HOLLYWOOD, 2002) ou a performatividade.

As normas que sustentam a equação da performatividade não são nem falsas, nem verdadeiras, mas têm poder suficiente para serem repetidas e citadas continuamente (sem a necessidade de referente). Não há essência no masculino/macho e nem no feminino/fêmea. A estilização de atos regulados pela norma configura verdades legítimas. Como a repetição e citação contínuas produzem diferença, há espaço para a mímica e para a paródia como exercício metatéorico que mostra a artificialidade das categorias e identidades. Os sujeitos soberanos são, assim, uma fábula muito bem contada e orquestrada (RODRIGUES,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

2012). A questão aqui colocada é a de ressignificação da vida através da própria operação performativa na busca política por repensar as bases do poder que nos constituem. O corpo está justaposto nessa dinâmica, mas não é aspecto redutível ou isolável. A improvisação, assim, é própria de um universo contingente (HOLLYWOOD, 2002).

Em resumo, para Butler (2003) a matriz heterossexual da norma do sexo-gênero-desejo é sustentada por instituições, identidades e relações hegemônicas. Esse conglomerado normativo, por sua vez, é fabricado e sustentado performativamente, ao passo que não há nada anterior que consiga servir de âncora aos sujeitos. As identidades não são expressões de um Eu inato e autônomo, mas um artifício que permite ser e conhecer o outro pela sustentação reguladora de certos padrões e normas. As identidades de gênero e sexuais são efeitos dessa regulação que as maneja (SULLIVAN, 2003).

O gênero (o sexo e a sexualidade) é uma performance no sentido em que ele parodia um suposto original corporalmente (tanto no corpo como justificativa do gênero a partir do sexo, quanto aos gestos e atos que identificam um gênero). Nessa dinâmica, toda ação é contextual, exposta à alteridade, em processo e fragmentada. Um certo entendimento voluntarista das teorias humanistas ocidentais, contudo, vê o sujeito como capaz de determinar sua própria identidade consciente e livremente. Mas os sujeitos não conseguem mudar os significantes das categorias tão facilmente mesmo havendo espaço para tal. A norma constrange no sentido de impedir que as identidades estejam aí radicalmente abertas à mudança. O sujeito não preexiste à escolha, ele se constitui pela norma que o regula, já que não é soberano de si, e sim delimitado pelo poder (SULLIVAN, 2003).

Mesmo que a agência do sujeito para Butler (1997; 2003) seja vulnerável às nomeações da autoridade que a constitui, a própria operação que contorna e delimita também possibilita aberturas e novos horizontes (mesmo constantemente adiados) – é o que Butler chama “estrutura ambivalente da performatividade” com consequências políticas também ambivalentes e não-intencionais (PINTO, 2009) como veremos nos próximos capítulos. A possibilidade do novo em Butler (1997; 2003) assume uma multiplicidade de significados e, por isso, é descontínua, fragmentada e ambígua. Todo processo de resistência é limitado e continua condicionado às normas que o fazem Outro, ou seja, negativamente constituído.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Além disso, a paródia também pode ser veículo da reconsolidação das leis e de posições hegemônicas. Não existem efeitos controláveis na transformação, na subversão, ou na recriação, assim como não existe controle na constituição de sujeitos normativamente regulados (SULLIVAN, 2003).

4. Normatividades e Repetição

A lei/norma a que Butler (1997; 2002; 2003) se refere nem sempre significa "lei/norma jurídica". Por exemplo, ela pode ser lida como (cis)heteronorma, ou melhor, norma do gênero-sexo-desejo, a qual é constituída por formas de poder que assumem discursos regulatórios como o próprio Direito (YOUNG, 2016). Butler, principalmente nas edições traduzidas de seus livros, às vezes parece se referir a "leis" querendo dizer ou invocar o entendimento de "norma", daquilo que é "normativo" e "normal" não no sentido jurídico, mas no sentido da realidade social. Ainda assim, no Direito, normas, geralmente, são dadas por costumes, comandos e moral que se acumulam pelo tempo (DAVIES, 2017). Esse entendimento não vai muito longe da norma social iterável que se repete pelo acúmulo de forças, de dispositivos de poder e regulação, porém, deve ser marcado como conceito diferente daquilo que viemos chamando ao longo dessas páginas de norma de Estado, norma do humanitário e norma do gênero-sexo-desejo.

Butler, por vezes, tem sido lida como uma filósofa que busca pensar caminhos de reinvindicação política fora dos meandros da norma jurídica e dos caminhos formais do Direito. Sua leitura do encaminhamento de alguns casos envolvendo discursos de ódio por parte do judiciário americano em *Excitable Speech* (1997) fornecem uma visão pessimista e de frustração (BUTLER, 1997; OLIVEIRA, 2012; ZIVI, 2008). Mesmo assim, o Direito como discurso da linguagem, como dispositivo de poder, pode ser usado estrategicamente no intuito de ressignificar a realidade social. A repetição performativa dele é um meio que (re)atualiza seus contornos se quisermos usar o próprio pensamento da filósofa. Mas, antes de mais nada, precisamos compreender como normas da lógica de Estado, da lógica do humanitário e do alinhamento gênero-sexo-desejo incidem em casos como o da Operação Acolhida por meio do acolhimento de migrantes e refugiadas LGBTI+, inclusive, se valendo do Direito e das leis.

Primeiramente, em *Excitable Speech* (1997), apesar de encontrar na reiteração jurídica espaço para a afirmação de posições alinhadas com a norma do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

gênero-sexo-desejo, Butler explora a própria reprodução do Estado como norma, bem como a capacidade de se confrontar (ou não) essa norma a partir dos excessos da linguagem marcados nos corpos, nos atos, nos discursos e nas práticas (SCHUSTER, 1999). A lógica de Estado como norma de uma certa organização social é constituída performativamente por instrumentos como o Direito, que oferece categorias e conceitos (DAVIES, 2017). Loizidou (2007; 2008), lendo Butler, relaciona lei e norma de forma a entender que a lógica de Estado mantém sua reprodução até mesmo em momentos de exceção. A lei como manejo da soberania de Estado deixa clara o poder regulador e disciplinar que se sustenta a todo custo ao passo em que constitui os sujeitos, as populações (LOIZIDOU, 2007; 2008).

A lógica de Estado é, assim, iterável pela própria norma do Estado-nação como reguladora da soberania, da cidadania e da proteção de seus integrantes. Nessa dinâmica, a lógica de Estado como norma é um dispositivo de poder que (re)cria performativamente os sujeitos a partir do controle dos corpos e fluxos de pessoas, mas também se (re)cria performativamente no exercício de leis, decretos, portarias e outros instrumentos de validação de suas formas. Há um jogo relacional concomitante e contingente de regulações e reconstruções normativas múltiplas. No caso de venezuelanas migrantes e refugiadas no Brasil, há um mesmo ímpeto organizador – e performativo – que reforça a necessidade de estruturas de controle e regulação como uma operação humanitária militarizada amparada pelos instrumentos legais. As portarias, leis e decretos citados na introdução por meio dos discursos, dos atos e das práticas pavimentam uma acolhida institucional – ou condicionada ao Estado como diria Derrida (2003).

Nesse sentido, a lógica do Estado brasileiro é reforçada com a construção dessa deslocada venezuelana como estrangeira, que, nesse caso, é vítima da incompletude de seu próprio Estado. Aí, são acionados os agentes públicos que maquinam essa lógica na realidade material e social por meio de práticas, atos e protocolos juridicamente justificados com decisões que podem envolver serviços públicos, o acesso a direitos ou mesmo a regularização migratória. Para Butler (2002), dessa forma, a repetição da lei como citação da norma de Estado é produzida como prioridade e delega autoridade textual a tomadores de decisão e seus pares. O "juiz" é aquele que julga por conta de precedentes que são recitados nos espaços

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

mais diversos. O poder não está localizado no sujeito, mas está contido no poder citacional de leis que acionam uma cadeia de convenções e ritos. Essa operação precede a figura do "juiz" e a constitui linguisticamente, ao passo que o "juiz" ao citar e repetir essas leis também constitui a autoridade do Estado ao qual representa (BUTLER, 2002, SCHUSTER, 1999).

Há uma obsessão da norma em garantir a reprodução de seu futuro, já que ela só é verdadeira por meio da sua repetição (BUTLER, 2002, SCHUSTER, 1999). Esse movimento de autoafirmação do nomear, do julgar, fundamenta uma realidade no mundo ao definir algo: uma condenação cria um condenado, um deferimento cria uma refugiada ou uma residente temporária, ao mesmo tempo que uma absolvição cria um inocente e um indeferimento pode criar uma migrante ilegal. Cada decisão pode ser um retorno a um precedente, assim como um novo começo. Essa conjugação de fatores, inclusive, tensiona o refúgio como fruto de uma decisão declaratória se considerarmos que cada ato de nomeação cria condições de possibilidades distintas na realidade social ao se repetir como fazer no mundo. A dualidade declaratório/constitutivo é posta em xeque, assim, do mesmo modo que a dualidade constativo/performativo, uma vez que a busca pela refugiada já constituída anteriormente, pela "verdadeira" refugiada, mascara as próprias reiterações normativas e sociais que instituem, subjetivamente, o refúgio em cada caso.

Butler (1997), contudo, chama atenção para a força enrijecida da lógica de Estado por meio de uma aplicação procedimental do Direito e enxerga mais possibilidades de recitação criativa da realidade social por vias não-estatais, uma vez que a soberania reguladora como força da norma está assentada em um conjunto de outras pressuposições como a própria norma do gênero-sexo-desejo, que organiza nossos corpos e as nossas vidas (BUTLER, 1997). De fato, os performativos baseados em um modelo jurídico-policial e amparados pelo Estado podem agir, autoritariamente, da forma que foram pensados para agir (BUTLER, 1997). Mas, levando em consideração o entendimento de poder microfísico de Foucault (1995, 1996, 1999), a linguagem do Estado soberano também está diluída na reiteração de sua norma que acaba por se dispersar para um campo não-jurídico ao mesmo tempo. Outros tipos de discursos e sujeitos podem surgir dessa dinâmica, relegando os performativos à contingência dos encontros para além da força dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

aparelhos do Estado (SPITZNER, 2017). Essa visão performativa da lei desafia a leitura totalizante e universalizante do Estado e desestabiliza sua autoridade originária assentada como verdade inexorável, pois todo espaço normativo concebe substrato para transgressão em sua afirmação porque ocorre na vida social, em alteridade.

Até porque, no caso da Operação Acolhida, a lógica do humanitário opera em conjunto com o Estado pela sua expertise em questões de mobilidade e proteção. Agentes humanitários se fazem necessários na sequência da interferência federal em Roraima, assentando o caráter de emergência do fluxo venezuelano para o Brasil. Na Operação Acolhida, diferentes atores como as organizações internacionais, parceiros implementadores e Exército, ao citarem e repetirem normativas, diretrizes e protocolos que funcionam como base, (re)criam uma abordagem para com migrantes LGBTI+ que também está condicionada a uma lógica humanitária localizável e tem repercussão na vida cotidiana como veremos. A norma do humanitarismo, se pudermos chamar assim, também guarda uma capacidade polissêmica e iterável nas mais diversas situações em que é acionada, por entre os discursos de regulação, triagem, verificação, piedade, compaixão, cuidado, crise e repressão, que foram apresentados no capítulo anterior.

Protocolos humanitários são discursivos porque acionam a linguagem e também são materiais porque incidem na vida, nos corpos, nos espaços e nas coisas. São discursos performativos de múltiplas escalas, muitas vezes, sem referente claro e não artefatos estáticos aos sujeitos. Nesse entendimento, a lógica do Estado não é a única narrativa possível de performatividade. Uma série de diferentes perspectivas e diversos contextos locais e instituições devem ser levados em consideração quando analisamos a migração venezuelana para o Brasil. Os protocolos humanitários utilizados nesse caso são únicos, mesmo seguindo práticas, discursos e atos que reproduzem uma determinada interação entre hierarquias, atores, limites e relações estabelecidas (inter)nacionalmente. Essas construções dinâmicas e contingentes ficam claras quando olhamos para o caso da Operação Acolhida. Esse complexo humanitário mobiliza não só o Estado, mas uma diversidade de atores e interações não-estatais em um enlace normativo por entre leis, diretrizes, portarias, critérios e manuais.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

E o Direito Internacional como mecanismo dos direitos humanos e desse humanitarismo cria realidade ao nomear a condição de refugiada e a instituição do refúgio, por exemplo. Ou, ainda, cria figuras de proteção diversas seguidas por protocolos de ação específicos, que incidem em operações como a instituída em Roraima e Manaus. O acionamento performativo dessas construções do humanitário pelo Direito Internacional em diferentes contextos, tempos e lugares reconstrói seus limites como no caso das especificidades aplicadas ao fluxo venezuelano no Brasil a serem tratadas mais à frente. Mas a lógica do humanitário apresentada no capítulo 1 pode se reproduzir a partir das contradições ao acolher, em nome da ordem, controlando e gerindo corpos ou mesmo "escolhendo" a quem proteger. Os exemplos dos abrigos de refugiadas aprisionantes de Fassin (2012) são boas imagens que se entrecruzam com a realidade de Roraima guardadas as particularidades do contexto brasileiro e do fluxo venezuelano, as quais ainda serão trabalhadas.

Por fim, em *Problemas de Gênero* (2003), como vimos, sistemas jurídicos já criam sujeitos legíveis e representáveis a partir da identidade e de roteiros da norma do gênero-sexo-desejo, por exemplo. Não diferente, Estado-nação e humanitarismo estão imbricados nessa equação em que as variáveis são instáveis, mas que seguem um alinhamento da (cis)heteronorma, em que o sexo define gêneros opostos que devem se unir por meio do desejo heterossexual justificado pela reprodução. O Direito como instrumento da lógica de Estado, inclusive, pode ser encarado como esse aparato de poder que dá força para que certos sujeitos, representações, comportamentos e práticas tenham sucesso. Ademais, os protocolos, diretrizes e o próprio Direito Internacional como instrumentos da lógica humanitária podem ser responsáveis por critérios de vulnerabilidade e escolhas práticas que reforçam determinadas ideias, valores e pressuposições.

E os instrumentos da norma do gênero-sexo-desejo são infindáveis como estilizações corporais e discursos normalizantes. Eles apagam a inauguração dos sujeitos como conjunto de identificações históricas, locais e contextuais. No caso da Operação Acolhida, os encontros dos aparatos normativos do gênero-sexo-desejo com o humanitário e a lógica de Estado – principalmente se consideramos as especificidades brasileiras apontadas na introdução – são vastos, incessantes e impossíveis de serem capturados. Os rastros performativos apreendidos nesta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

pesquisa são inscrições pontuais de operações e relações cotidianas que se diferem ao repetir e se transformam a cada atravessamento, seja ele a pandemia de COVID-19, o aumento ou diminuição do fluxo de pessoas, a inação histórica do Estado brasileiro para com população LGBTI+, ou a indefinição da pessoa LGBTI+ como figura de proteção internacional clara. Todas as essas considerações apontam para lógicas normativas que se repetem e se recriam, em concomitância, pela performatividade dos atos, práticas, protocolos e discursos que vão se acumulando e ditando efeitos das mais incontroláveis ordens como a própria LGBTI+fobia o é.

E a LGBTI+fobia pode ser um dos efeitos indesejados a serem recriados na interação e repetição normativa entre Estado, humanitário e população LGBTI+ no caso do acolhimento de venezuelanas LGBTI+ no Brasil. Esses roteiros performativamente instituídos reforçam (im)possibilidades coletivas e individuais sobre questões de gênero, sexo e sexualidade, que, também, estão marcadas pela norma do sexo-gênero-desejo e pela ilusão de sujeitos essencialmente definidos que advém dela. A LGBTI+fobia como discurso de ódio não possui referente isolável, como diria Butler (1997), mas é capaz de ferir (ao constituir) o corpo para o qual se destina causando dor e sofrimento e, no caso de migrantes e refugiadas LGBTI+, adensar vulnerabilidades sociais, bem como dificultar o acesso a serviços e direitos essenciais para uma vida plena em uma dupla marcação social: migrante e LGBTI+.

Pelo que foi apresentado, a insistência na primazia e integralidade da lógica de Estado não parece fazer sentido com a dinâmica complexa de elementos que tornam essa acolhida humanitária um fazer interagências. A imagem do Estado, do humanitarismo e do gênero-sexo-desejo como estruturas bem delimitadas aprisiona um entendimento específico que acaba por não dar conta do dinamismo multidimensional do mundo contemporâneo onde estão rupturas, fragmentações, apropriações, crises e fissuras. Em paralelo, o sujeito verdadeiro e pleno de si sucumbe para dar lugar a um sujeito híbrido e relacional, efeito da linguagem, das relações sociais e dos contextos materiais que o constituem. Essa interdependência e pluralidade nos aponta para uma rede espessa de conexões que criam realidades específicas como no caso da Operação Acolhida para pessoas LGBTI+ em especial. As várias interações normativas – Estado, humanitarismo e gênero-sexo-desejo – agem (re)criando tal realidade específica na práxis ali instaurada, que trataremos nos capítulos 3, 4 e 5.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

***

Com a performatividade de Butler (2003; 1997), compreendemos que identidades são narrativas que se sustentam pela ideia de sujeitos no comando como centros de poder individuais de produção de si. Com Derrida (1988) e Foucault (1995, 1996; 1999), a própria Butler (2003; 1997) concebe sujeitos que são constituídos pelo poder e que não têm controle pleno do contexto e de suas intenções. No jogo da linguagem que nos representaria, há o apagamento dos movimentos que, na verdade, construíram os sujeitos para que fossem representáveis. A norma – de Estado, do humanitário, do gênero, do sexo e da sexualidade – garante a sua reprodução ao criar sujeitos que se referem a ela como verdade posterior, que descreve o mundo. Ela se reproduz porque é citável e repetível (iterável), criando semelhança na diferença. A polissemia irredutível da linguagem exposta à alteridade necessária que garante iterabilidade, porém, pode gerar espaço de quebra, de contravenção. Nesses espaços, talvez possamos vislumbrar a exposição da norma para repensarmos outros horizontes possíveis de significação (BUTLER, 2003; 1997).

Nada disso acontece no além, no mundo das ideias. A performatividade, como movimento linguisticamente organizado, incide na materialidade do mundo, nos corpos e na vida. Nesta pesquisa, a preocupação acerca dos elementos supracitados não está em busca necessariamente da novidade, mas sim de uma reconstrução sobre como operações performativas (re)criam uma realidade específica para as refugiadas e migrantes LGBTI+ venezuelanas no Brasil a partir da economia humanitária montada pela Operação Acolhida em Roraima e Manaus. Rastros desse mapa complexo de normas, instrumentos de regulação e práticas deverão ser captados pela pesquisa e reorganizados de forma a constituírem um ponto de vista específico, localizado, aberto ao debate e preocupado com uma melhoria da atuação humanitária, com o respeito pleno de migrantes e refugiadas LGBTI+ e com um acolhimento menos condicionado a essas pessoas.

Por isso, a politização do tema surge de um comprometimento aqui com o incalculável de gênero, sexualidade e sexo biológico e precisa ser pensada no âmbito cotidiano e procedimental das práticas, discursos e protocolos humanitários e de Estado. Nesse sentido, o refúgio e a migração, assim como as diretrizes aplicadas em contextos humanitários devem estar de acordo com uma acolhida que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

enxergue a complexidade infinitesimal das identificações, experiências, corpos e narrativas, assim como as violências estruturais que incidem sobre determinadas pessoas. O próximo capítulo, então, tratará sobre a Operação Acolhida com base em uma visita feita no ano de 2019 a Roraima de modo a explicar seu funcionamento geral e trazer algumas questões sobre como migrantes e refugiadas LGBTI+ têm vivido.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

CAPÍTULO 3 – A logística humanitária da Operação Acolhida e as suas reconstruções performativas

1. Abertura

Como vimos brevemente na introdução, a Operação Acolhida é uma operação interagências montada em Roraima e Manaus, que trabalha com o fluxo migratório venezuelano no Brasil. Foi montada em 2018 entre os governos Temer e Bolsonaro destacando três grupos de atores centrais: Exército Brasileiro, governo federal e organizações internacionais e seus parceiros implementadores. O Exército tem grande protagonismo, já que pensou a Operação Acolhida a partir de suas experiências com problemas civis como aconteceu nas operações de paz no Haiti e no Sudão, por exemplo. A Força Tarefa Logística Humanitária tem como missão o ordenamento de fronteira, o acolhimento e a interiorização (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022). As organizações do sistema ONU – principalmente ACNUR, UNFPA e OIM – vinham com sua expertise no tema de migração e refúgio e seu trabalho de campo. Apesar de toda essa logística organizacional, o caráter surpresa pelo aumento do fluxo é considerável, pois pegou despreparados os órgãos federais especializados na questão como o próprio CONARE como veremos neste capítulo.

As funções de cada instituição são diversas e se diluem entre os diferentes atores. Em resumo, o Exército estaria responsável pelo ordenamento da fronteira com recepção, orientação, identificação, controle sanitário, atenção médica, regularização migratória e segurança, além de estar fortemente ligado ao processo de interiorização junto à OIM. O acolhimento ficava mais a cargo das organizações internacionais como ACNUR, UNFPA e seus parceiros implementadores em campo, envolvendo abrigamento, proteção, alimentação, saúde, capacitação, atividades socioeducativas e outras demandas imediatas. O processo de interiorização das migrantes pelo país era motivo de orgulho para o Exército e o governo federal, sendo considerado o "carro chefe" da Operação Acolhida, já que inspiraria uma atuação política com a intenção de integrar as venezuelanas na sociedade brasileira. No discurso oficial, a Operação Acolhida tem como grandes desafios a comunicação estratégica e a coordenação interna na relação entre diferentes atores e parceiros. Questões envolvendo o aumento da criminalidade, a população indígena migrante, o combate ao tráfico humano, as pessoas em situação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de rua, a melhoria de sistemas e cruzamento de dados, a melhoria das bases logísticas e da rede de fibra óptica também são bastante presentes (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022).

Para compreender como esses desafios e as especificidades da Operação Acolhida incidem sobre a realidade da população LGBTI+ migrante e refugiada, era necessário um mergulho dentro dessa estrutura humanitária propriamente dita. Durante cinco dias em 2019, entre 21 e 25 de setembro, foi realizada uma viagem de campo a Roraima, para as cidades de Boa Vista e Pacaraima, da Cátedra Sérgio Vieira de Mello[57] da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (CSVM PUC-Rio). Essa era, até então, a quarta missão institucional feita pelo grupo, tendo como motivações principais entender a estrutura humanitária montada no estado para receber as venezuelanas que cruzam a fronteira em direção ao Brasil e entender as particularidades desse fluxo migratório que vinha se intensificando desde 2017 na região e no país. A Operação Acolhida, desse modo, é o foco de uma série de visitas que realizamos em oito abrigos, em dois Postos de Triagem – PTRIG (de Pacaraima e de Boa Vista), em uma comunidade indígena e em instalações do ACNUR e parceiros.

Como doutorande do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e pesquisadora da CSVM PUC-Rio, integrei a equipe dessa viagem acompanhando o professor da Universidade de Copenhagen, Thomas Gammeltoft-Hansen por meio da recepção local do professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Rickson Rios Figueira e da também doutoranda do IRI da PUC-Rio, Luisa Giannini. O professor Rickson, inclusive, foi o responsável por organizar todo o cronograma de visitas e atividades feitas nesse período junto ao ACNUR e parceiros. A viagem foi realizada com o apoio da CSVM da PUC-Rio e foi fundamental para esta pesquisa logo no início de sua concepção, possibilitando uma ampla compreensão sobre o funcionamento da Operação Acolhida e sobre o acolhimento de migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas.

Em suma, visitamos no dia 21 de setembro em Boa Vista o abrigo indígena autogovernado Ka'ubanoko (guiado por Rickson). Ainda em Boa Vista, no dia 23

[57] É uma parceria entre o ACNUR e, atualmente, 28 universidades brasileiras para difundir os temas da migração e do refúgio por meio da formação acadêmica, além de fomentar a integração e o apoio de pessoas migrantes e refugiadas no Brasil. Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/catedra-sergio-vieira-de-mello/. Acesso em 12 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de setembro, visitamos os abrigos Rondon 3, Pintolândia, Jardim Floresta, Santa Tereza e Rondon 2 (guiados por funcionário da operação) mais almoço com oficiais do Exército, vice-governador e ACNUR. No dia 24 de setembro, fomos a Pacaraima e visitamos o Posto de Triagem (PTRIG) da fronteira Brasil/Venezuela, o alojamento do ACNUR e parceiros, a base do Exército, os abrigos BV8 e Janokoida e a comunidade indígena de Tarauparu (guiados por funcionário da operação). No dia 25 de setembro, de volta a Boa Vista, visitamos o Instituto Insikiran da UFRR e conversamos com a liderança de uma das organizações internacionais envolvidas. Também visitamos o PTRIG de Boa Vista (guiado por funcionária da operação). Todos os detalhes apresentados nesse capítulo têm como fonte essa viagem de campo e todas as fotos inseridas aqui foram tiradas na ocasião, salvaguardando a identidade e a privacidade das migrantes e refugiadas que encontramos nas visitas. É importante citar também, que todas as informações aqui descritas e analisadas, não representam o discurso institucional de nenhuma organização aqui mencionada e são fruto apenas do engajamento analítico com o tema pela performatividade de Butler (1997; 2003).

Neste capítulo, serão descritas a analisadas algumas práticas, atos e discursos que envolvem o acolhimento humanitário de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil. Apesar de um enfoque em população LGBTI+, a Operação Acolhida também será apresentada de forma panorâmica neste capítulo e em conjunto com a leitura e interpretação dos conceitos e autoras mobilizadas até aqui – principalmente – a performatividade de Butler (1997; 2003). Esse sobrevoo sobre o complexo humanitário montado em Roraima mais especificamente é o que vai apoiar uma inserção mais aprofundada sobre questões LGBTI+ de migrantes e refugiadas venezuelanas por meio das entrevistas a serem apresentadas nos capítulos 4 e 5 com trabalhadores humanitários e agentes de interação local da sociedade civil. Por isso, as seções deste capítulo seguirão o tempo linear da visita de campo como espaço de primeiras impressões.

2. 21 de setembro de 2019

O trajeto do Rio de Janeiro a Roraima é longo. Os voos eram escassos e tinham que passar ou por Brasília, ou por Manaus obrigatoriamente. A nossa chegada em Boa Vista no dia 21 de setembro de 2019 foi tranquila, mas marcada por algumas horas de avião logo cedo. No aeroporto da capital, já era perceptível

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

uma certa presença militar com vários homens fardados no local. Elementos da cidade já se misturavam com pistas sobre a Venezuela. Placas de carro do país vizinho e placas na cidade apontando para a Venezuela e para a Guiana[58] eram avistadas com certa facilidade. Nos semáforos, é comum a presença de migrantes venezuelanas pedindo ajuda ou vendendo alguma coisa. Também é comum ouvir espanhol em lojas, em restaurantes e nas ruas. No hotel, o noticiário do canal local falava muito da Venezuela, mostrando alguns desafios compartilhados e publicizando a opinião preocupada da população roraimense. Desde o fornecimento de energia elétrica ao estado brasileiro[59] até o esporte, os assuntos mostravam um intercâmbio significativo entre países ou, pelo menos, entre as regiões mais próximas. Um contraponto com o Sudeste onde, até hoje, pouco se fala sobre população venezuelana no Brasil.

Na rodoviária da cidade, havia tendas em que migrantes e refugiadas venezuelanas que estão em situação de rua podiam pernoitar e tomar banho. O local é apenas para passagem, uma vez que as pessoas não podiam se fixar lá, funcionando como um abrigo momentâneo. Além disso, não incomum também eram as igrejas evangélicas com letreiros com as palavras “refúgio”, por exemplo. Se voltadas para a população migrante ou não, já não podemos afirmar com certeza. Ainda assim, ficava a impressão de que as forças militares eram algo em destaque na cidade. Alguns monumentos eram perceptíveis em Boa Vista e a presença de homens fardados era frequente pelas ruas. Em frente ao nosso hotel, inclusive, se avistava um avião militar transformado em monumento, criando como se fosse uma pequena praça pública:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

[58] A região em que Roraima está é de tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana.

[59] O estado de Roraima é o único do país que se encontra fora da malha de fornecimento elétrico nacional. A energia elétrica vinha da Venezuela até março de 2019, quando foi cortada. O estado depende hoje de usinas termelétricas que aumentaram em 70% o custo da produção e fornecimento. Ver mais em: https://amazoniareal.com.br/energia-nos-confins-amazonicos/. Acesso em 14 de maio de 2022.



Figura 1 - Boa Vista, 21 de setembro de 2019

No dia de chegada, realizamos nossa primeira visita a um abrigo. A partir da articulação do professor Rickson Rios, estivemos em um abrigo indígena autogerido, ou seja, que estava fora da estrutura humanitária da Operação Acolhida. No Ka'ubanoko, como era chamado esse abrigo, fomos recebidos por uma das lideranças – a professora Aline[60] – que contou um pouco sobre o funcionamento do lugar. De um número de 639 pessoas, a maioria das abrigadas era indígena de cinco povos diferentes (Warao, Eñepa, Kariña, Pemon, Taurepang), cada povo com seu cacique. Os crioulos, como eram chamadas as pessoas mestiças e não indígenas, também tinham seu número no lugar com uma liderança responsável. A liderança geral era composta por duas mulheres indígenas do povo Warao: a primeira liderança exercida pela médica Fernanda[61] e a segunda pela professora Aline. Grande parte da população é composta por crianças, da qual a imensa maioria não frequentava a escola. Um grupo delas logo nos cercaram tentando vender colares e pulseiras feitas com sementes. Segundo Fernanda e Aline, porém, havia uma disputa entre crioulos e indígenas. Na época, uma pauta da população crioula era se separar do Ka'ubanoko como uma comunidade autônoma.

[60] Nome fictício.
[61] Nome fictício.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Vários comitês específicos se dividiam entre as demandas mais importantes da comunidade: segurança, educação, saúde, cultura, alimentação, violência contra a mulher, religião, violência contra crianças. Migrantes e refugiadas LGBTI+ indígenas faziam parte dessa população, mas o tema parecia ser delicado segundo palavras da própria Fernanda, mesmo havendo respeito. De todo modo, a situação era bem precária. Muitos doentes com tuberculose, a água potável era um problema, animais silvestres dividiam espaço com as residentes e os alimentos eram insuficientes. Mesmo sendo autogerido, o abrigo recebia ajuda de organizações internacionais como ACNUR e OIM, do Exército – que na ocasião tentava religar a energia cortada pela companhia elétrica local – e de organizações religiosas – um padre congolês estava presente gravando uma espécie de documentário. Para além dessa ajuda, a subsistência vinha a partir da venda de latinhas e de plástico. Apesar da situação de vulnerabilidade daquela população e das disputas internas, havia uma organização social e política complexa notável. Parte considerável das pessoas, segundo as próprias lideranças, era dissidente de abrigos da Operação Acolhida e não se encaixavam na dinâmica instaurada pelo Estado e pelas organizações humanitárias.

Aline, a segunda liderança do abrigo, me contou um pouco de sua experiência pessoal na Venezuela. Como professora primária, ela ganhava 40 soberanos[62] por quinzena – o que só dava para comprar dois quilos de arroz segundo palavras da própria Aline. Como mãe de três filhos, era impossível prover uma vida digna a sua família. Em nossa conversa, Aline questionou retoricamente se o refúgio como direito era para todas as pessoas e completou dizendo que "o brasileiro é muito racista". Isso se devia ao fato de que, naquela época pelo menos, a população indígena ainda figurava vastamente como solicitante de refúgio e não era interiorizada para outras partes do país por ordens do governo federal. Essa primeira visita fora da estrutura montada pela Operação Acolhida nos lançou certa curiosidade com relação à dinâmica humanitária estabelecida em Roraima. Ficava mais aparente que a lógica de Estado e do humanitário não contemplava a todas igualmente tanto do ponto de vista das diretrizes colocadas ali, quanto do ponto de vista dos grupos de pessoas que não se encaixavam no cotidiano da operação, ou porque não podiam, ou porque não queriam.

[62] A atual moeda da Venezuela é o bolívar soberano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA



Figura 2 - lona do ACNUR no Ka'ubanoko

3. 23 de setembro de 2019

No dia 23 de setembro de 2019, nossa agenda estava cheia. Nossa programação contava com visitas a cinco abrigos da Operação Acolhida, que completava um ano meio de existência. Organizadas e guiadas por um funcionário da operação, as visitas foram feitas nos abrigos Rondon 3, Pintolândia, Jardim Floresta, Santa Tereza e Rondon 2. Entre a visita ao abrigo Pintolândia e ao abrigo Jardim Floresta, almoçamos a convite do ACNUR na base no Exército em Boa Vista junto à chefia militar da operação, na época, comandada pelo general Eduardo Pazuello[63] e seus subordinados. Todos os abrigos visitados nesse e em outros dias tinham forte presença dos atores centrais da estrutura humanitária montada ali: Exército Brasileiro e organizações internacionais como ACNUR, OIM, UNFPA e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)[64], por exemplo. Ainda assim, a maior parte dos abrigos também era gerida por parceiros implementadores dessas organizações internacionais. Esses parceiros, geralmente, eram organizações não-

[63] Até o fechamento desta pesquisa, o comando é do general Sérgio Schwingel. Ele é o terceiro militar neste cargo. Ver mais em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/09/01/general-do-exercito-assume-como-terceiro-comandante-da-operacao-acolhida.ghtml. Acesso em: 07 de fevereiro de 2023.
[64] Ver mais em: https://www.unicef.org/brazil/. Acesso em 27 de março de 2023.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

governamentais nacionais e internacionais que empregavam *staff* treinado para operacionalizar o dia-a-dia desses espaços.

O abrigo Rondon 3 foi o primeiro a ser visitado logo pela manhã. Era, até então, o maior abrigo da Operação Acolhida com 1065 pessoas, que tinham acesso ao lugar por meio de um cartão de identificação individual feito por uma empresa terceirizada. Ficamos sabendo um pouco melhor sobre o sistema de entrada e saída dos abrigos em outra visita realizada posteriormente, mas é importante pontuar já aqui que os militares tinham recuado do controle da portaria, dando espaço a essa empresa supracitada. O Exército criou o sistema que era considerado o "oficial" da Operação Acolhida. Antes nomeado de "O Guardião" e, depois, de "Acolhedor" por conta de direitos autorais, o *software* envolvia a leitura de um código de barras individual (diferente dos Postos de Triagem que utilizavam outro *software* envolvendo leitura biométrica da retina e das digitais como veremos mais à frente). Os abrigos ficavam abertos de 6h da manhã até 22h da noite. Fora desse horário, as migrantes e refugiadas precisavam pedir autorização para o Exército para entrar e/ou sair.

O Rondon 3 tinha nove meses de funcionamento e era gerido pelo Exército e pela organização não-governamental Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil (AVSI Brasil)[65], parceira implementadora da operação. O espaço físico fica próximo à base do Exército e do ACNUR na cidade. A lógica da operação naquele momento não era aumentar o número de abrigos, nem aumentar a capacidade dos abrigos existentes, mas interiorizar as migrantes e refugiadas pelo Brasil para que as que estivessem nas ruas pudessem ocupar o lugar daquelas que se mudaram. Não obstante, a dificuldade de interiorização da população LGBTI+ no Brasil era um problema para a Operação Acolhida. Se baseada em oportunidades de emprego, como acontecia em grande parte, os agentes esbarravam na LGBTI+fobia estrutural do país, que dificulta e/ou impede que pessoas LGBTI+ tenham um emprego formal digno. Veremos mais do processo de interiorização nas próximas páginas.

O abrigo por dentro é repleto de containers de plástico e o chão recoberto de brita para evitar a formação de poças d'água e a proliferação de mosquitos. A temperatura, assim, era bastante alta, já que a brita também absorvia o calor do chão

[65] Ver mais em: http://www.avsibrasil.org.br/. Acesso em 16 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

esquentando o local. Lá, tive meu primeiro contato com as premiadas "casinhas humanitárias" do Projeto *Better Shelter* da Fundação IKEA[66], uma rede especializada em produtos domésticos de baixo custo da Suécia. Cada casinha acolhia, neste abrigo, cerca de cinco pessoas ou duas famílias. Elas eram desenhadas para rápida montagem e desmontagem, contando com quatro pequenas janelas, quatro dutos de ventilação, uma porta de entrada, mais um painel solar que ajudava a fornecer a eletricidade necessária a ser utilizada por unidade em um total de 17,5 m². O calor equatorial de Boa Vista, porém, tornava as casinhas também muito quentes. Ouvimos relatos de que muitas pessoas colocavam seus colchões nos telhados para evitar o abafamento de dentro e até ocorrências de incêndios causados por combustão espontânea.

Já iam ficando mais evidentes algumas reiterações e repetições de uma lógica humanitária que fundamenta operações dessa natureza pelo mundo, mas também de uma lógica humanitária própria da Operação Acolhida a partir de seus marcos normativos, pontos de partida, atores envolvidos e da situação em particular. Ao passo que víamos uma estrutura que replica regulação, controle e triagem da população migrante, igualmente, percebíamos rastros importantes do contexto brasileiro quando pensamos no tema da migração e do refúgio. A forte presença de aparatos militares e policiais juntamente com a atuação instituições religiosas é marca do país quando o assunto são questões humanitárias e migratórias. Além da Cáritas, a qual tem o 1º Programa de Atendimento a Refugiados do Brasil de 1976 mencionado no capítulo 1, merecem destaque organizações como a Fraternidade – Federação Humanitária Internacional[67] (associada a instituições religiosas e guiada por religiosos), o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR)[68], Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)[69] (administrado por irmãs scalabrinianas) e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA)[70] só para citar alguns nomes de destaque. Apesar do trabalho sério de todas essas instituições, como vimos no capítulo 1, é necessário lembrar que pessoas LGBTI+ são costumeiramente

[66] Ver mais em: https://bettershelter.org/rhu/. Acesso em 16 de maio de 2022.
[67] Ver mais em: https://www.fraterinternacional.org/. Acesso em 16 de maio de 2022.
[68] Ver mais em: https://sjmrbrasil.org/. Acesso em 16 de maio de 2022.
[69] Ver mais em: https://www.migrante.org.br/sobre/. Acesso em 16 de maio de 2022.
[70] Ver mais em: https://adra.org.br/. Acesso em 16 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

perseguidas por conta de religião e o tema pode ser um gatilho para violências já vividas (ACNUR, 2012; LAFUENTE, 2014).

Outra questão a ser marcada aqui é que há o uso de um discurso de governo, coadunado pela norma do Estado, de "pátria acolhedora"[71], a qual salva as venezuelanas vítimas do comunismo com uma estrutura humanitária como a Operação Acolhida. O Estado brasileiro, nesse caso, une uma lógica de hospitalidade condicional ancorada na propaganda política com o gerenciamento da população migrante que chega em grandes números, ou, pelo menos, números maiores do que os já registrados em décadas anteriores. De fato, nesse duplo movimento, o Estado também tem preservada a sua soberania por meio dos territórios mais à fronteira em que o acolhimento humanitário tem sido desenvolvido de modo a regular a passagem e estabelecer a registro das venezuelanas no país. Por meio dessas repetições procedimentais, o Estado se garante enquanto tal e faz valer suas leis.

E nessa reiteração performativa do Estado brasileiro sabemos que não há apenas uma benevolência compadecida da grave violação de direitos na Venezuela. Até porque, para além do caráter de urgência no desafogamento das cidades e serviços públicos do estado de Roraima, ficava aparente uma sensação de algo inesperado a partir de práticas de "tentativa e erro" como as próprias casinhas da IKEA pareciam ser naquele momento. Essas (re)constituições performativas do Estado e do humanitário, ao serem repetidas por força dos discursos, práticas e atos que as conduzem, não só constroem um determinado *modus operandi*, mas geram efeitos diversos, dinâmicos e multiescalares. Ademais, a situação da pandemia de COVID-19 como variável transversal dessas normas concomitantemente acionadas também é emblemática no caso da Operação Acolhida se considerarmos o recorte temporal desta pesquisa, mas ela será tema do capítulo 4.

[71] Esse discurso foi muito utilizado pelo governo de Bolsonaro para pregar uma ideia de que o Brasil estava pensando em direitos humanos. Além da própria Operação Acolhida, um exemplo é o projeto Brasil Acolhedor voltado para voluntariados com foco na ajuda de pessoas menos favorecidas durante a pandemia. Ver mais em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/4/governo-federal-lanca-o-projeto-brasil-acolhedor. Acesso em 16 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA



Figuras 3 e 4 - casinhas IKEA, Rondon 3

Havia muitas crianças no Rondon 3. Essa é uma constante da Operação Acolhida: o grande número de migrantes menores de idade. Os menores desacompanhados ficam sobre proteção do Conselho Tutelar. As escolas da região não têm vagas para o contingente de crianças e adolescentes amparados pela operação. O UNICEF tentava criar um espaço climatizado para aulas de matemática, educação física e alfabetização em espanhol e português com professoras fixas e rotativas pelo Projeto Amor Compartilhado. Esse projeto também acontecia em outros abrigos por meio do apoio do parceiro implementador local do UNICEF, o Instituto Pirilampos. Naquela época, havia duas turmas para crianças e uma para adolescentes. O número migrantes e refugiadas LGBTI+ era expressivo no abrigo principalmente de homens cis gays e mulheres trans e travestis. Conversei rapidamente com algumas habitantes do Rondon 3 em uma casinha da IKEA. Moravam ali cinco pessoas: quatro travestis e uma mulher cis bissexual. As quatro estavam se maquiando para sair e juntando camisinhas e lubrificantes nos colchões. Muito provavelmente iriam trabalhar como prostitutas, já que a prostituição nas ruas é uma das únicas oportunidades de subsistência para mulheres trans e travestis não só migrantes, como também brasileiras, no país (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Um dos funcionários do abrigo compartilhou conosco que o UNFPA era responsável por rodas de conversa com foco em violência de gênero e população LGBTI+, pois tinha um mandato direcionado para essas questões. Ainda assim, a resistência entre as próprias venezuelanas com relação à população LGBTI+ era notável. Tanto que havia um "banheiro LGBTIQ+" no abrigo – e em alguns outros como veremos – destinado exclusivamente a essas pessoas, que conviviam com violências físicas e verbais quando precisavam fazer suas necessidades básicas.



Figura 5 - "*baño LGBTIQ+*", Rondon 3

Butler (1997), ao discorrer sobre a performatividade dos discursos, afirma, em leitura de um parecer sobre um caso específico da Suprema Corte americana, que um ato em específico – neste contexto a queima de uma cruz – seria uma mensagem de inferiorização ao mesmo tempo que um ato de discriminação. Aqui, o "banheiro LGBTIQ+" é uma informação igualmente dúbia. Ao passo que parece se assemelhar a uma mensagem de inferiorização e a um ato de discriminação que,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

portanto, geraria consequências constitutivas de uma certa realidade social, também é um ato de proteção que daria conta, mesmo que de uma forma paliativa e mecânica, de possíveis casos de violência e discriminação. O que vemos aqui é a reiteração performativa de uma mensagem amparada pelo humanitário, que gera consequências boas e más em uma medida que não tem necessariamente proporção exata, efeito certeiro ou referente claro. Ao mesmo tempo em que o "banheiro LGBTIQ+" pode ajudar pessoas LGBTI+ a terem dignidade ao fazerem suas necessidades básicas, ele também pode criar o entendimento de que pessoas LGBTI+, de fato, devem ser apartadas da população cis-heterossexual por motivos que podem perpassar o medo, o ódio e a medicalização dos corpos.

Esses efeitos, apesar de não serem isoláveis e não serem objetivo central deste texto, recaem não só sobre uma população cis-heterossexual preconceituosa, mas também sobre as pessoas LGBTI+ migrantes e refugiadas, que já vêm ao Brasil marcadas por uma série de violências e perdas. Além disso, os efeitos também incidem na LGBTI+fobia estrutural do Brasil enquanto sociedade e Estado, recriando uma realidade social de desconhecimento e discriminação. É claro também que o caminho de conscientização, formação e empoderamento é uma via mais complexa e demorada e medidas como a do "banheiro LGBTIQ+" entram em uma abordagem de curto prazo que deve dar conta do aqui-agora. O trabalho do humanitário amparado pela força do discurso de crise e de emergência, contudo, não pode se dar por satisfeito com uma medida que segrega para proteger ou protege segregando. Como Butler (1997) reitera, inclusive, mesmo as situações mais banais constituem os corpos e as subjetividades a partir da interpelação da linguagem, seja criando bem-estar físico ou psicológico, seja medo e dor.

A Operação Acolhida precisa estar ciente que, com seus protocolos, discursos, normativas e práticas, (re)produz uma realidade social, política e econômica para a população migrante e refugiada venezuelana LGBTI+. É fundamental perceber que a operação não tem objetivo de dar conta dos desafios de toda uma estrutura social, mas que deve estar atenta às especificidades de cada grupo ou população atendida, tentando agir em conjunto com outras políticas de Estado que possam dar conta de um acolhimento e de uma integração à longo prazo mitigando a LGBTI+fobia. Esse é um desafio gigante e que tensiona também a máquina estatal em níveis municipais, estaduais e federal que já é muito

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

despreparada para lidar a própria população LGBTI+ brasileira. Um exemplo muito claro disso é a judicialização das pautas de gênero e sexualidade no país. Direitos tidos como "garantias" em território nacional como casamento[72], adoção[73], nome social[74] (que no caso de migrantes, refere-se somente à inclusão do nome social, mas não à retificação[75]), processo transexualizador[76] e crime de discriminação[77] ou são portarias e resoluções do Executivo ou decisões e pareceres do Judiciário.

O segundo abrigo visitado no dia 23 de setembro foi o abrigo indígena Pintolândia, montado dentro da área de um antigo ginásio de esportes da cidade de Boa Vista. Na época tinha 575 pessoas, sendo a metade delas crianças. A preferência de entrada também é para crianças e suas mães. O povo Warao era maioria seguido pelo povo Eñepa em um total de nove grupos com nove caciques eleitos popularmente. Foi o primeiro abrigo para migrantes e refugiadas venezuelanas montando em Roraima, quando era gerido pelo governo do estado. Em 2019, faz parte da Operação Acolhida e era gerido principalmente pelo ACNUR e pela Fraternidade Internacional já mencionada. Monges carmelitas dessa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

---

[72] A partir de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na Resolução Nº 175 de 2013 obriga os cartórios de todo o Brasil a reconhecer o casamento homoafetivo. Ver mais em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754. Acesso em 20 de maio de 2022.

[73] A adoção por casais homoafetivos se tornou possível por conta da decisão do CNJ sobre o casamento homoafetivo.

[74] O Decreto Presidencial Nº 8.727 de 2016 reconheceu a identidade de gênero de pessoas trans e travestis na administração pública federal. O CNJ reconhece o uso do nome social e sua importância em toda a Justiça brasileira na Resolução Nº 270 de 2018. Ver mais em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2779#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20uso%20do,trabalhadores%20terceirizados%20dos%20tribunais%20brasileiros. e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em 20 de maio de 2022.

[75] O Decreto nº 9.199/2017, nos parágrafos 4º e 5º do artigo 69 e a Portaria da Polícia Federal nº 11.264/2020, em seu art. 2º regulam a de inclusão do nome social de migrantes nos documentos. A retificação fica impossibilitada porque os cartórios brasileiros não reconhecem certidões de nascimento de outros países. Ver mais em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/trabalho-estrangeiro/nova-legislacao/item/download/DECRETO_N%C2%BA_9.199_DE_20_DE_NOVEMBRO_DE_2017_3.pdf e https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-11.264-de-24-de-janeiro-de-2020-241103464. Acesso em 20 de maio de 2022.

[76] As Portarias Nº 457 de 2008 e Nº de 2803 de 2013 do Ministério da Saúde regulamentam e possibilitam o processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ver mais em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html e https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html#:~:text=Consiste%20na%20terapia%20medicamentosa%20hormonal,no%20Processo%20Transexualizador%20(ciproterona).&text=Servi%C3%A7o%2FClassifica%C3%A7%C3%A3o%3A,Aten%C3%A7%C3%A3o%20Especializada%20no%20Processo%20Transexualizador). Acesso em 20 de maio de 2022.

[77] O crime de LGBTI+fobia no Brasil é equiparado ao crime de racismo por decisão de 2019 do Supremo Tribunal Federal até o Congresso aprovar uma lei específica sobre o assunto. Ver mais em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010. Acesso em 20 de maio de 2022.

instituição faziam o trabalho de implementadores da operação. Foi inescapável rememorar as cenas narradas nos livros de história, que retrataram o Brasil colônia em seus primeiros anos com a catequização dos indígenas por parte da Igreja Católica e da coroa de Portugal. Uma cena (neo)colonial que se repete sem a parte da catequização, mas reforça lastros que unem atuação religiosa e população indígena.

A presença militar nesse abrigo, inclusive, era menor e se restringia à segurança e à portaria. Dentro desse universo logístico do humanitário, uma das funcionárias que nos recebeu no abrigo se referiu ao Ka'ubanoko como um abrigo clandestino, afirmando uma certa distância em relação ao funcionamento e às regras institucionalizadas pela Operação Acolhida na acomodação das migrantes e refugiadas e as regras e funcionamento de ocupações espontâneas fora da perspectiva institucional, governamental e interagências. Essa estrutura de reiterações (re)constitui, performativamente, as fronteiras do acolhimento humanitário a partir de uma organização, controle e protocolos específicos. A repetição – quase que ritualística – de certas práticas aqui descritas constrói uma atuação que se condiciona de uma determinada e forma e, por isso, gera efeitos tanto internamente como temos visto, quanto na sociedade à sua volta. E, no sentido do que foi mencionado anteriormente, a Operação Acolhida tenta fornecer condições logísticas ao estado de Roraima que já vivia uma situação precária em serviços públicos em geral antes mesmo da migração se intensificar.

Diferentemente do Rondon 3, o abrigo Pintolândia era composto por carpas e redários, que são muito comuns nas instalações com população indígena. Havia também um espaço para eventos culturais construído pelas próprias moradoras com palha local. Festas e atividades no geral aconteciam ali. A manutenção e a limpeza do abrigo eram feitas pelas moradoras e, até então, uma cozinha funcionava no lugar. A população do Pintolândia estava recebendo marmitas muito recentemente e relatavam problemas com a carne presente na comida. As diferenças culturais entre venezuelanas indígenas e não-indígenas geravam desencontros logísticos vividos no cotidiano da operação, que se davam também no fornecimento de alimento, por exemplo. Ainda assim, o grupo de artesãs do Pintolândia era bastante organizado, confeccionando adereços, cestas e artesanato para venda na região.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

A presença de população LGBTI+ era confirmada, mas, assim como no Ka'ubanoko, o assunto parecia ser delicado tanto para os indígenas, quanto para a parceira implementadora do abrigo que, nesse caso, era de natureza religiosa. Pontos de vista discrepantes serão apresentados no próximo capítulo e fornecerão uma visão mais próxima da realidade cultural e cotidiana da população indígena. É preciso frisar, contudo, que esta pesquisa não pretende fazer um mergulho denso na questão da migração indígena porque, para falar de gênero, sexo e sexualidade, seria necessária uma aproximação com as categorias e a cosmologia de cada povo indígena aqui mencionado. Por isso, e para preservar um cuidado de modo a evitar generalizações (neo)colonialistas, este texto reitera a sua abordagem panorâmica e incompleta sobre o assunto a partir de uma abertura que pode ser ponto de partida para futuras pesquisas. Ainda assim, parece também problemático contornar a existência de pessoas LGBTI+ indígenas para fins meramente analíticos e, por isso, estaremos falando sobre uma população migrante e refugiada LGBTI+ venezuelana que é indígena e não-indígena.



Figuras 6 e 7 - instalações Pintolândia

Logo após, seguimos para o almoço a convite do ACNUR junto às lideranças militares da Operação Acolhida. O encontro foi na base do Exército e do ACNUR próximo ao Rondon 3. Uma liderança do ACNUR em Boa Vista nos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

conduziu a uma tenda em que se encontravam o general Pazuello, o vice-governador de Roraima, Frutuoso Lins Cavalcante Neto, e mais outros militares de alta patente. Rickson ficou em uma mesa com a liderança do ACNUR, general Pazuello e o vice-governador, enquanto Thomas, Luiza e eu ficamos em uma mesa com outros militares, que eram de várias partes do Brasil. Apesar da nossa surpresa em estar naquele ambiente, as conversas do dia giraram em torno de amenidades, tendo alguns momentos permeados por uma certa curiosidade sobre o nosso trabalho e a nossa presença ali. Quando mencionei a presente pesquisa sobre migrantes e refugiados LGBTI+ o tema pareceu ser bem recebido, além de ser reconhecido que há poucas iniciativas e conhecimento sobre a questão.

Depois do almoço e já de tarde, fomos para o terceiro abrigo visitado no dia. O abrigo Jardim Floresta foi primeiro abrigo da Operação Acolhida, já que antes o Pintolândia era da administração estadual como mencionado. O espaço era alugado, diferente dos abrigos Rondon que são cedidos pelo Exército. Havia ali uma população de 629 pessoas: 315 adultos e 314 menores de idade, sendo a maior parte adolescentes. Mais de cem crianças frequentavam uma escola improvisada dentro do próprio espaço do Jardim Floresta a partir do já referido projeto encabeçado pelo UNICEF. O parceiro implementador era a organização humanitária Norwegian Refugee Council (NRC)[78]. A disposição dos comitês de limpeza e recepção de alimentos era similar à de outros abrigos e algumas pessoas confeccionavam bolsas reaproveitando lona das carpas inutilizadas pela operação. O abrigo era o que até então mais recebia população considerada vulnerável (idosos, mães com recém nascidos e crianças eram as pessoas consideradas vulneráveis citadas na ocasião) pela Operação Acolhida até porque tinha uma estrutura melhor e mais sombreada em comparação aos outros espaços que conhecemos.

Sobre os critérios que definem vulnerabilidade, eles são importantes ferramentas de (re)produção de condições de realidade social para populações atendidas em contextos humanitários. As normativas, discursos, protocolos e práticas são repetidos de forma a constituir uma atuação que parece responder à uma estrutura pré-determinada, mas que também é reconstituída a cada momento pelos processos que marcam uma acolhida em específico. No caso de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil, é necessária uma atenção para os critérios

[78] Ver mais em: https://www.nrc.no/. Acesso em 20 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

mobilizados porque são pontes fundamentais para a mitigação dos efeitos da diferença quando se leva em consideração populações como a LGBTI+, por exemplo. A determinação de vulnerabilidade é sempre arbitrária como o ato de nomear, que condiciona a subjetividade da experiência em vida em um resumo definitivo e essencialista. E, refletindo sobre uma hospitalidade (in)condicional como em Derrida (2003), a tarefa de identificar vulnerabilidades está sempre em aberto, já que deve considerar condições materiais e discursivas da diferença no mundo.

Em termos de pessoas LGBTI+, a população era bem pequena e a maior parte era adolescente. Problemas com o uso do banheiro não aconteciam como no Rondon 3 talvez por causa dessa população reduzida. Ademais, um dos funcionários nos relatou mais problemas com a interiorização de pessoas LGBTI+. Uma mulher trans que vivia no Jardim Floresta, ao ser interiorizada para o Rio de Janeiro via vaga de emprego, teve que voltar a se "portar como homem" para que não sofresse abusos no seu local de trabalho. Organizações internacionais e parceiros implementadores tentavam pensar em maneiras para mitigar o problema, uma vez que a integração via interiorização – objetivo central da Operação Acolhida – parecia falhar de forma mais acentuada com pessoas com gêneros, sexos e sexualidades não cis-heterossexuais. Para uma integração que devidamente abarque corpos e experiências LGBTI+, a LGBTI+fobia no Brasil deveria ser pensada junto a alternativas e estratégias direcionadas, uma vez que é um entrave bastante significativo e um marcador de diferença importante.

Se a LGBTI+fobia que estrutura nossa ideia de sociedade não for considerada nas políticas da Operação Acolhida, os critérios de vulnerabilidade e as políticas humanitárias nesse caso específico continuarão a reproduzir uma realidade que parece ser verdadeira ou dada, mas que mascara o poder das reiterações que continuam marcando a norma do gênero-sexo-desejo (BUTLER, 2003) como condicional de uma acolhida plena. Ademais, a repetição performativa que instaura as "verdades" sobre refugiadas e migrantes LGBTI+ não apenas constatam, mas agem criando condutas que constituem a figura dessas mesmas migrantes e refugiadas LGBTI+ e a sua realidade ao redor. Nesse contexto, se uma migrante LGBTI+ é encaminhada para o processo de interiorização, muito provavelmente, essa pessoa sofrerá LGBTI+fobia no local de destino porque isso é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

também a realidade da população brasileira local. Sem considerar a vulnerabilidade sobreposta da população migrante e refugiada LGBTI+ venezuelana no Brasil, será difícil que as políticas de interiorização por vaga de trabalho sinalizada deem certo para essas pessoas.

Se a população LGBTI+ não é vulnerável para a estrutura humanitária em questão, as condutas geradas são mais secas ao definir esses corpos no campo de uma certa "igualdade" pelo menos nos termos do que significa ser vulnerável ou não. Ao mesmo tempo, esses mesmos corpos vivem e viverão violências várias em seus cotidianos no país, que também os constroem de uma certa maneira e acionam a LGBTI+fobia estrutural como efeito da norma do gênero-sexo-desejo (BUTLER, 2003) no conjunto de repetições ritualizáveis que agem no mundo e no caso particular do Brasil. Parece contraditório pedir mais diferença no tratamento igualitário ou igualdade na busca ativa das diferenças, mas é necessário que os cálculos que medem a lógica humanitária também sejam condizentes com as construções normativas e discursivas que constituem a materialidade dos corpos, suas demandas e dores. Para dar conta dessa miscelânia performativa e concomitante de (re)criações, é preciso um olhar lúcido para as operações de poder e para o que essas geram como efeitos. E esse olhar lúcido deve encarar a "diferença para igualdade" de maneiras mais cuidadosas do que criar um novo banheiro como no caso do "banheiro LGBTIQ+" em que a separação era marcada com uma placa.



Figuras 8 e 9 - abrigo Jardim Floresta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Na sequência, o próximo abrigo visitado foi o Santa Tereza. O lugar era direcionado para homens solteiros e foi improvisado em um antigo espaço no qual funcionava uma galeria de lojas. Aí, ia ficando mais aparente que o improviso foi a abordagem mais acessível muitas vezes. O ginásio remodelado, o espaço alugado e a antiga galeria são características de espaços que traduzem uma certa pressa e poucos recursos na ânsia por regulação. A Operação Acolhida tentava mudar um pouco o perfil do abrigo, mas, na época, ele seguia sendo voltado para homens solteiros. Nesse grupo, havia também pessoas consideradas vulneráveis ou por serem idosas, ou por serem deficientes. O parceiro implementador também era a NRC e a ADRA fazia o serviço de fornecimento de água, saneamento e higiene marcando, mais uma vez, o espaço histórico de instituições religiosas no manejo de assuntos humanitários e migratórios no Brasil. A presença militar era um pouco mais visível, principalmente pelas barracas do abrigo que já tinham uma padronagem camuflada típica desse universo.

Um funcionário nos contou que o futuro da Operação Acolhida era incerto, mas que a ideia era que o Exército se retirasse lentamente até tudo ficar a cargo das organizações internacionais e seus parceiros. Um primeiro passo, era tonar o Exército apenas responsável pela segurança e proteção como já acontecia nos abrigos indígenas. O próprio Exército, em evento aberto ao público civil em 2022, afirmou a vontade de transição do perfil da Operação Acolhida de militar para totalmente civil a partir do trabalho das instituições e parceiros já envolvidos. Os desafios para que isso acontecesse passavam pelos contratos firmados, pela dependência de materiais de uso logístico e pela dedicação exclusiva dos militares, que facilitava lidar com maiores fluxos de pessoas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022). Há um certo apego, porém, ao uso de aparato militar nesse caso por conta de ser uma política de Estado que não é somente humanitária, mas também securitária e propagandística quando pensamos em questões como o ordenamento de fronteira e a prática política do governo Bolsonaro reiterada ao longo deste texto.

Um problema considerável que havia nesse abrigo era o abuso de álcool e drogas. Vários cartazes com mensagens de cuidado e perigo estavam espalhados de maneira a criar uma consciência sobre o assunto. Cada pessoa podia ser advertida até quatro vezes, depois disso, na quinta vez, era expulsa do abrigo. As doenças infecciosas também eram outro problema rotineiro. Sarampo, catapora, dengue e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

chicungunha eram doenças comuns e, às vezes, levavam a uma espécie de quarentena nos abrigos – ninguém podia sair ou entrar. Apesar desses assuntos terem sido abordadas nessa visita específica, o abuso de álcool e drogas e as doenças infecciosas eram questões recorrentes em todos os abrigos de forma geral, além de casos de violência doméstica, violência LGBTI+fóbica e o abuso de menores. Cartazes como aqueles estavam presentes em quase todos os abrigos que visitamos.

O Santa Tereza já teve mais de vinte pessoas LGBTI+, tendo grande parte delas sido interiorizada para a região de Brasília. Naquele momento, eram de onze a treze homens gays incluindo dois casais que haviam se casado recentemente. O número não é exato porque nem todas as pessoas se assumem, já que o risco de sofrer algum tipo de retaliação era eminente. Rastros que deixam mais claro que temas de gênero, sexo e sexualidade, muitas vezes, não podiam aparecer como os primeiros motivadores da migração venezuelana apesar de irem aparecendo ao decorrer dessa jornada inevitavelmente. O banheiro, inclusive, também era separado para a população LGBTI+ da mesma forma que vimos no Rondon 3. Apesar de mais limpo, bem cuidado e manter as pessoas seguras, essa separação marca a LGBTI+fobia que acompanha a vida de migrantes e refugiadas LGBTI+ antes, durante e depois de migrarem.



Figura 10 - beliches e barracas no Santa Tereza

O último abrigo visitado no dia 23 de setembro de 2019 foi o Rondon 2. Um abrigo importante, pois todas as pessoas passavam por ali para serem interiorizadas para outras cidades do país obrigatoriamente. Nem todas as pessoas em processo de interiorização precisariam estar abrigadas no Rondon 2, mas todas faziam o seu

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

processo no lugar salvo algumas exceções que serão apresentadas. Na ocasião, o abrigo tinha completado um ano de funcionamento e tinha como parceiro implementador a AVSI Brasil. Sua capacidade máxima era de 645 pessoas que, idealmente, estariam prontas para viajar. O clima no abrigo parecia mais otimista e a música ao fundo tocava um *reggaeton* animado. Havia oficinas de dança, karatê, crochê, além de cinema toda a noite para as crianças de modo que os adultos treinassem o português. Havia também um auditório no local onde aconteciam assembleias entre a população e os funcionários da operação e, também, as sessões de cinema.

Nessa visita, podemos entender melhor o processo de interiorização pensado pela Operação Acolhida como objetivo para máxima integração das migrantes e refugiadas. Naquele momento, eram cinco os tipos de interiorização pensados pela logística humanitária montada em Roraima: abrigo a abrigo, reunião familiar, reunião social, vaga de trabalho sinalizada e por sociedade civil. A interiorização por trabalho era a mais comum até então. As migrantes e refugiadas já saiam contratadas principalmente para as regiões Sul e Sudeste a partir da busca ativa feita pelo próprio Exército. Falaremos mais disso a seguir. A interiorização por reunião familiar acontecia apenas entre pai, mãe e filhos, ou seja, um parente em Roraima era enviado até seu pai, mãe ou filho em outro estado. Já a interiorização abrigo a abrigo era feita de um abrigo de Roraima até outro abrigo em outro estado. A interiorização por sociedade civil era feita por instituições religiosas geralmente e envolviam somente o deslocamento de Roraima até outro estado. Por fim, a interiorização por reunião social – envolvendo amigos e parentes que não pai, mãe e filhos – ainda estava em processo de maior regulamentação. A interiorização de abrigo a abrigo era a única que exigia a estadia no Rondon 2. Para as outras modalidades, apenas era preciso iniciar o processo no Rondon 2 mesmo estando em outro lugar como anteriormente mencionado.

A interiorização de migrantes e refugiadas LGBTI+, como já vínhamos escutando, era complicada, pois muitos dos critérios utilizados não contemplavam pessoas LGBTI+. Pensando na modalidade de reunião familiar e entendendo que por conta de gêneros, sexos e sexualidade não cis-heterossexuais muitas pessoas são expulsas e/ou violentadas do seio familiar tradicional, LGBTI+s precisam construir laços familiares que vão além do modelo nuclear de pai, mãe e filhos. No

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

capítulo 1, inclusive, foi apresentado que a família pode ser um agente privado de perseguição por conta de gênero, sexualidade e/ou sexo biológico, fundamentando a solicitação do refúgio (JANSEN; SPIJKERBOER, 2011; LAFUENTE, 2014). A interiorização com base na família, assim, usava moldes que excluíam modelos de família diferentes e, portanto, poderiam reforçar o isolamento e a invisibilização das demandas e problemas enfrentados por essas pessoas em lugares distantes de Roraima onde não poderiam contar com alguma rede de apoio e afeto.

Mesmo tendo esposa ou esposo, pessoas LGBTI+ às vezes pediam para serem registradas como sendo solteiras para que seus processos de interiorização fossem facilitados na busca por um trabalho ou por integração em outro estado segundo palavras de uma funcionária do Rondon 2 que nos recebeu. Em 2022, o Rondon 5 é o abrigo que oferece o serviço de interiorização, sendo que as modalidades de foram enxugadas para quatro tipos somente: reunião familiar, reunião social, vaga de trabalho sinalizada e institucional. As modalidades abrigo a abrigo e da sociedade civil foram acomodadas nessa nova categoria que continua sendo pensada e executada a partir dos esforços da própria Operação Acolhida e de entes não-governamentais (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022). Nos capítulos 4 e 5, abordaremos mais dessa arquitetura logística na prática quando pensamos em população LGBTI+ em específico, alguns desafios e encaminhamentos possíveis.

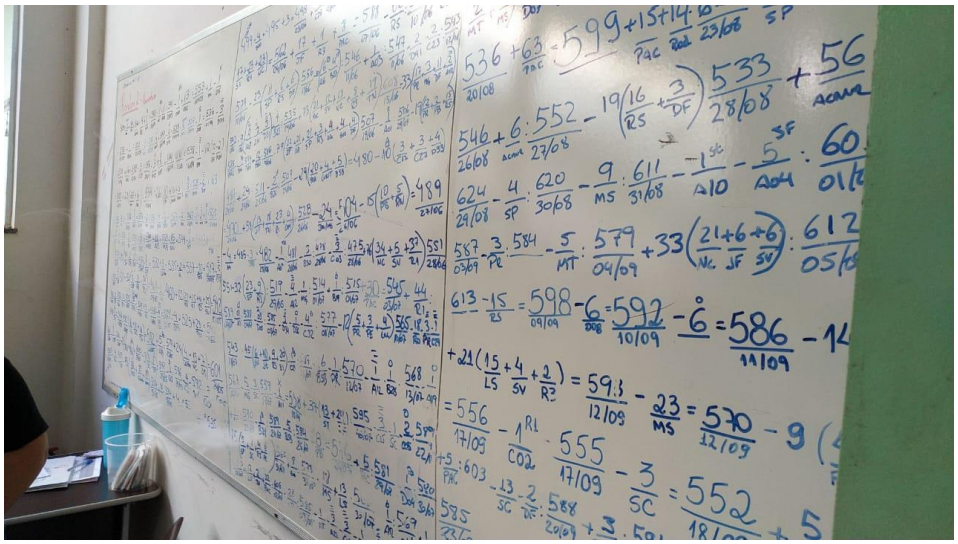


Figura 11 - quadro de interiorização por data no Rondon 2

4. 24 de setembro de 2019

No dia 24 de setembro acordamos cedo para nossa ida a Pacaraima. Fomos buscadas no hotel por um carro do ACNUR. A viagem levava em torno de três a quatro horas para completar os 214km partindo de Boa Vista. Avistamos com certa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

facilidade pessoas andando pela estrada com mochilas e roupas com a bandeira da Venezuela. Apesar da região de Pacaraima ser de floresta e um pouco mais fresca, no caminho a vegetação é de cerrado e o sol é forte. Quanto mais próximo de Pacaraima, mais pessoas avistamos peregrinando pela estrada, que ficava mais precária pela quantidade de buracos na pista. Já dentro da cidade, dava para notar que o município era bem pequeno e que as migrantes e refugiadas venezuelanas tinham um impacto ali, pois a cidade nunca esteve preparada para tamanho fluxo de pessoas mesmo sendo a quarta maior do estado. Fomos recebidos por uma liderança do ACNUR em Pacaraima, a qual nos acompanhou durante as visitas do dia. A nossa primeira passagem se deu na base da Operação Acolhida quase na fronteira. O local era um antigo campo de futebol, onde havia uma pequena base do Exército ao lado. O espaço foi ampliado para funcionar também como alojamento das organizações internacionais e comportar o Posto de Triagem (PTRIG) de Pacaraima e o abrigo de trânsito BV8.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA



Figura 12 - alojamento das organizações internacionais e parceiros em Pacaraima

A fronteira ali divide as cidades de Pacaraima no Brasil e Santa Elena de Uairén na Venezuela. O fluxo, mesmo antes da Operação Acolhida, era constante por conta de trabalho, compra e venda de produtos e turismo. As pessoas que cruzam diariamente esses limites só precisam preencher um documento e apresentar a identificação. Já para as migrantes e refugiadas, o Posto de Triagem (PTRIG) é o primeiro lugar de passagem depois da fronteira. O lugar é, geralmente, abafado e muito cheio e é estruturado com tapumes de madeira e divisórias de PVC marcando diferentes salas das diversas organizações e parceiros quem trabalham no local.

Primeiro, as pessoas passavam pela Polícia Federal para documentação. Apesar de não ser preciso, se tiverem passaporte o processo é mais rápido. Crianças desacompanhadas eram encaminhadas para a Defensoria Pública da União (DPU). A biometria é recolhida em uma sala e os dados eram armazenados por meio do sistema proGres (*Profile Global Registration System*) do ACNUR. A vacinação obrigatória é feita com tríplice viral, febre amarela e outras vacinas logo após. Os respectivos dados ficavam armazenados diretamente no sistema do Sistema Único de Saúde (SUS). Alguns outros procedimentos especiais eram implementados para migrantes e refugiados indígenas, ou pessoas com necessidades especiais, por exemplo, como nos foi informado.

De modo geral, após a documentação e a vacinação, as pessoas são separadas em duas filas diferentes: uma para residência temporária e outra para refúgio. Primeiramente, é necessário discorrer melhor sobre as categorias e burocracias que envolvem a migrante que não é refugiada, já que os procedimentos de refúgio foram tratados no capítulo 1. No Brasil, é o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que lida com as solicitações de migrantes que não são solicitantes de refúgio e refugiadas. Este órgão também faz parte do Ministério da Justiça e Segurança Pública assim como o CONARE. Como foi apresentado na introdução desta tese, a migrante é aquela pessoa nacional de outro país ou apátrida que se encontra no Brasil trabalhando ou residindo de forma temporária ou permanente. É a Lei Nº 13.445/2017 também citada na introdução, conhecida como Nova Lei de Migração, que provê os direitos e deveres da migrante em território nacional substituindo a Lei Nº 6.815/1980[79] da Ditadura Militar, que tinha um caráter mais securitário, por um olhar mais humanitário. Migrantes também podem retornar aos seus países de origem sem incorrerem risco de vida, o que difere da definição de refugiada (ACNUR, 2022; MOREIRA, 2010).

De modo geral, além de vistos de viagem que devem ser tirados nos consulados e embaixadas brasileiras pelo mundo, a migrante que decide morar no país e está em solo brasileiro pode obter uma "autorização de residência" expedida pela Polícia Federal com acompanhamento do CNIg. Nesse contexto e pela Nova Lei de Migração, os pedidos de residência devem ser fundamentados por questões

[79] Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm. Acesso em 20 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

acadêmicas, de trabalho, realização de investimento, realização de atividade econômica, social, cultural, científica ou tecnológica, atividade religiosa ou serviço voluntário. Os protocolos brasileiros de autorização de residência também provêm questões relacionadas à reunião familiar, tratamento de saúde, questões humanitárias como o refúgio[80] (BRASIL, 2017), ou casos específicos como o da Venezuela como veremos a seguir. Em resumo, migrantes ganham com a autorização de residência uma "residência temporária" que tem um prazo de validade de um ou dois anos, podendo ser renovada. O pedido de residência com prazo indeterminado, uma "residência permanente", pode ser solicitado quando se comprova meios de subsistência no país, ou seja, a migrante deve ter provas de que trabalha com remuneração conforme a Resolução Conjunta do CNIg, CONARE e Ministério da Justiça e Segurança Pública Nº 2 de 2020[81].

Para se naturalizar, a migrante precisa residir há pelo menos quatro anos no Brasil, comunicar-se bem em português e não ter antecedentes criminais; ou residir há pelo menos um ano no país quando tiver filho e/ou cônjuge brasileiros; ou ainda prestar serviço de relevância em território nacional (BRASIL, 2017). Cada requerimento apresentado aqui gera um processo que solicita vários documentos diferentes e agendamentos para atendimentos presenciais na Polícia Federal. É preciso notar ainda que há uma imensa desinformação sobre os protocolos a serem cumpridos por parte da população migrante, da sociedade civil e, até mesmo, dos próprios agentes públicos. As informações não são claras e nos redirecionam para diferentes links, portarias, resoluções e leis que às vezes não estão mais disponíveis, ou simplesmente não funcionam. Os sistemas de cadastro têm muitos problemas a depender do dia como lentidão e servidores bloqueados. O processo de regularização migratória, nesse sentido, é a expressão de um cotidiano de impossibilidades e desamparo de uma acolhida condicional do Estado. Sem um acompanhamento legal especializado, migrantes e refugiadas podem seguir em um limbo social e jurídico que aciona violências e dificuldades no país.

[80] A solicitante de refúgio já assegura o direito de residência temporária no país por solicitar a proteção internacional do refúgio e ter que esperar que seu processo seja decidido vide capítulo 1. Ver mais em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/autorizacao-de-residencia. Acesso em 21 de maio de 2022.

[81] Também garante residência permanente se a pessoa for reconhecida como refugiada. Ver mais em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-conjunta-cnig-conare-mjsp-n-2-de-2-de-dezembro-de-2020-307758226. Acesso em 21 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Casos específicos de autorização de residência precisam ser mencionados. No caso de migrantes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), mais especificamente de Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, há um acordo de residência temporária que simplifica o processo e não requer visto[82]. No caso de migrantes de países fronteiriços e que não estão no MERCOSUL, mais especificamente Guiana, Suriname e Venezuela, a Portaria Interministerial Nº9 de 2018 e suas subsequentes modificações regulamentam o pedido de residência temporária de dois anos com possibilidade de renovação, dispensando a apresentação de alguns documentos quando se entende a condição de vulnerabilidade da migrante[83]. Essa diretriz corre em paralelo com o reconhecimento da situação de "grave e generalizada violação de direitos humanos" na Venezuela mencionada no capítulo 1, que tem sido usada também para reconhecer o refúgio para essa população no país. Apesar do enxugamento da burocracia nesses e em alguns outros casos específicos, as dificuldades com informações pouco claras, complexas e links quebrados ainda persistem e condicionam o caminho de regularização no Brasil. A norma de Estado como dispositivo de poder continua forte pela repetição de suas leis, reiterando-se como tal, mas, também, diferenciando cidadão e estrangeiro.

Como nos foi informado, a Operação Acolhida não faz diferença entre as duas modalidades (refúgio e residência temporária), mas a maioria das pessoas gostaria de solicitar a residência temporária por conta das restrições do refúgio em voltar para a Venezuela[84] e/ou da vontade de seguir migrando para outros países no futuro. Muitas, contudo, acabavam tendo que solicitar refúgio porque não têm todos os documentos necessários. Como citado nos capítulos anteriores, desde 2019, o processo de refúgio de venezuelanas no país segue a partir da definição ampliada da Declaração de Cartagena, que também consta na legislação doméstica (Lei Nº

[82] Ver mais em: https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/autorizacao-residencia/acordo-de-residencia-para-nacionais-dos-estados-partes-do-mercosul-bolivia-e-chile. Acesso em 21 de maio de 2022.

[83] Ver mais em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%209,%20DE%2014%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202018.pdf. Acesso em 21 de maio de 2022.

[84] No Brasil, a solicitante de refúgio ou refugiada precisa pedir autorização para viajar para o país de origem e deve seguir o período de tempo e os motivos estipulados para tal de modo que seu processo de refúgio não seja extinto ou arquivado. Ver mais em: https://help.unhcr.org/brazil/asylum-claim/viagem-ao-exterior-2/. Acesso em 21 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

9.474). Naquela época, mais ou menos, um terço das pessoas solicitava o refúgio ou a residência temporária, um terço queria ir para outros países como Argentina e o Brasil era apenas uma passagem e o outro um terço não tinha um planejamento. Sem um plano do que fazer, essas pessoas acabavam entrando como turistas fazendo correr um prazo de até 60 dias de permanência regular em território nacional. A população que ficava em Pacaraima costumava ser a mais vulnerável porque geralmente é a mais pobre. Diferente de pessoas com condição financeira melhor que já chegavam com passagens de ônibus compradas para Boa Vista ou, até mesmo, iam direto para os grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro via transporte aéreo.



Figura 13 - filas para residência temporária ou refúgio em Pacaraima

Em resumo, o trabalho da Operação Acolhida ali passava, então, por documentação, vacinação, regularização migratória, abrigamento temporário e encaminhamento para Boa Vista (ou Manaus) das que chegavam pela fronteira. Daí podiam seguir os processos de abrigamento nas capitais e, posteriormente, interiorização como já explicado. Há de se notar um considerável movimento de migração circular de pessoas entre Brasil e Venezuela na área de Pacaraima. Em média, as 750 pessoas que entravam e saíam diariamente na época compravam alimentos no Brasil, levavam alimentos para a Venezuela, ou, voltavam para buscar objetos e familiares. Naquele período, não havia muito controle fronteiriço fora dos domínios da Operação Acolhida. Os caminhos não-oficiais até o Brasil – as chamadas *trochas* em espanhol – cresciam e impediam a contagem de um número exato de migrantes venezuelanas no Brasil. Além disso, o CONARE também não

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

tinha controle das pessoas que solicitavam refúgio e voltavam para a Venezuela, mesmo que a permanência por mais de 90 dias no país de origem pudesse acarretar na anulação do processo de refúgio. O aumento exponencial de 10 mil refugiados até 2017[85] para mais 170 mil naquele momento e o uso da definição ampliada de Cartagena impunham desafios multidimensionais, inclusive, para o próprio CONARE em termos de sistemas.

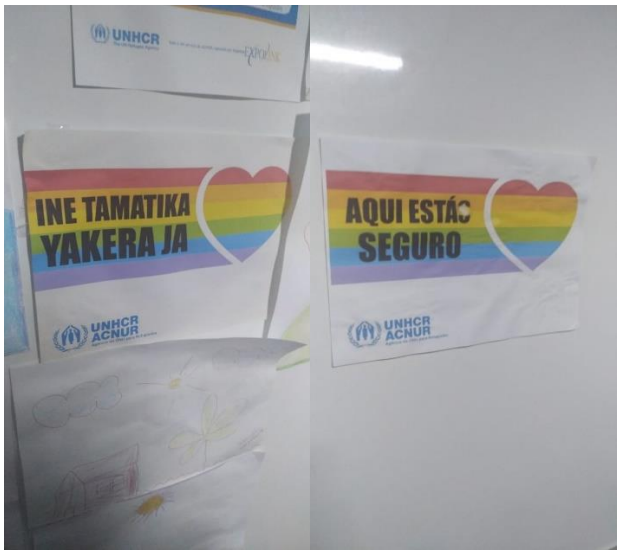
Alguns elementos no PTRIG chamavam a atenção para questões de gênero, sexualidade e sexo biológico. Bandeiras LGBTI+ e cartazes com os dizeres "Você está seguro aqui." em espanhol e em warao – língua indígena do povo Warao – estavam espalhados pelo local. A população LGBTI+, contudo, não era considerada vulnerável só por ser LGBTI+ naquela ocasião. Foi nos dito que a Operação Acolhida acreditava que pessoas LGBTI+ tinham todas as capacidades para ter uma vida normal e, por isso, as necessidades eram analisadas caso a caso. No quantitativo dos grandes fluxos, talvez, os cálculos de quem deve acessar os serviços primeiro do que os outros penetra os discursos, as práticas e os atos marcados pela norma de um fazer humanitário já praticado e de um fazer humanitário desenvolvido ali especificamente. Essa recitação performativa desses protocolos estipula uma visão para população LGBTI+ que costuma ser muito generalista e tangencial internacionalmente e que, ali em Roraima, também refletia as lacunas de uma figura de proteção complexa, mas também pouco assistida.

O número expressivo de mulheres trans e travestis, por exemplo, que começava a cruzar a fronteira, no entanto, tensionava o entendimento de vulnerabilidade empregado. O UNFPA tinha um mandato especial para a população LGBTI+ e reservava um espaço mais calmo para que fosse mais fácil falar sobre alguma questão delicada que envolvesse gênero, sexo e sexualidade. Ali eram explicados também os direitos básicos no Brasil de forma a criar um ambiente seguro. O acompanhamento da UNFPA no PTRIG de Pacaraima, no entanto, era pontual e não havia um atendimento individualizado para essas pessoas que fosse rotineiro. O trabalho da instituição cresceu e a própria Operação Acolhida refinou algumas abordagens como veremos no capítulo 4. Por enquanto, é necessário marcar que esse humanitário como norma assentado em seus protocolos de proteção

[85] Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/2018/04/11/de-101-mil-refugiados-apenas-51-mil-continuam-no-brasil/. Acesso em 21 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

e regulação recria, performativamente, condições de possibilidade para população LGBTI+ e, portanto, condições de possibilidade para migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas. Os efeitos dessas operações contingentes, intersticiais e interconectadas são múltiplos, constantes, nunca completos.





Figuras 14, 15 e 16 - PTRIG em Pacaraima

Algo que chamou atenção também era que as normativas que balizam o trabalho para com população LGBTI+ refugiada e migrante na operação não eram as conhecidas e já citadas diretrizes do ACNUR: *Guidelines n.9 on Sexual Orientation and/or Gender Identity* e as Diretrizes n.1, n.2 e n.6 sobre perseguições de gênero, grupo social e religião respectivamente. O documento *Age, Gender and Diversity* (2018) do ACNUR era a normativa interna mobilizada pela Operação Acolhida, que se guiava por uma abordagem menos detalhista e mais procedimental. O texto desses documentos é mais enxuto e generalista, uma vez que não tratam especificamente de questões LGBTI+, mas de um universo amplo de vulnerabilidades que também tocam faixa etária com crianças, jovens e idosos, deficiências físicas e psicossociais, minorias étnicas, linguísticas e religiosas, além da situação de mulheres cis-heterossexuais pelo viés de gênero. Talvez se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

perdessem aí especificidades que fossem importantes para um acolhimento mais direcionado e entendido dos desafios que gênero, sexo e sexualidade implicam em sociedades que, estruturalmente, são LGBTI+fóbicas. Se pensarmos que esses documentos fundamentam e dão força às repetições performativas que constituem um *modus operandi* humanitário e criam condições de possibilidade para migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+ no Brasil, as perdas de conteúdo também geram efeitos condizentes que podem sobrepassar alguns desafios enfrentados e que precisariam de uma maior atenção ou medidas de mitigação robustas.

A apropriação de normativas específicas e suas técnicas também deve ser considerada, principalmente quando pensamos na Operação Acolhida e em sua rede de atores e regras que informam sobre poderes – que nos termos de Foucault (1995; 1996; 1999) – são difusos e capilares. Ao acionar um texto com determinadas diretrizes em um contexto de ajuda humanitária, por exemplo, a Operação Acolhida se vale de seu poder institucionalizado para (re)criar categorias de vulnerabilidade que não contemplavam a população migrante LGBTI+ tão claramente. Nesse sentido, continua sendo reproduzida uma visão de mundo que não enxerga a LGBTI+fobia que atravessa a vida e as experiências dessas pessoas. Algo parecido acontece quando Butler (1997) vê que a Suprema Corte dos Estados Unidos reforça o *status quo* – que, no caso desta tese, diz sobre a norma do gênero-sexo-desejo – ao deixar de entender alguns discursos como ofensa e narrativas violentas, autorizando uma visão instrumental da realidade.

Mas as leis e os protocolos são performativos no sentido em que alteram uma condição ou configuram uma realidade instaurando uma orientação à ação que segue tendo implicações diversas. As práticas jurídicas e não-jurídicas configuradas aí têm efeitos indeterminados e plurais e configuram contextos contingentes. A estrutura humanitária montada para a gestão estatal do fluxo venezuelano é cenário institucional para que as diretrizes ditadas pelas Operação Acolhida sejam ecoadas performativamente gerando problemas para grupos específicos como o caso de migrantes LGBTI+. Essas diretrizes são citadas sem necessariamente um referente claro e geram ação que é interpretada à luz do contexto e dos desafios práticos daquele momento. Por isso, as possibilidades são múltiplas e as releituras são sempre possíveis, uma vez que esse humanitarismo amparado por seus protocolos e pelo Estado seguirá sendo repetido e encontrando novas formas que não são

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

previsíveis ou capturáveis. Veremos mais dessas implicações nos próximos capítulos.

Talvez, contudo, no caso da Operação Acolhida, as possibilidades de subversão das normas sejam mais engessadas por uma estrutura de poder assentada na dupla humanitarismo e Estado. De todo modo, o próprio "banheiro LGBTIQ+" é um ponto de múltiplos e diferentes efeitos sobre as reiterações performativas que decorrem dali. Ao segregar, o mesmo banheiro levava a população LGBTI+ a ser mais unida e organizada internamente. Essa coalização constituída a partir de um espaço de proteção/separação é efeito inesperado da performatividade daquela placa que repete "baño LGBTIQ+". Vemos aqui que um ato é referente para um outro ato, que não guarda uma ligação causal, mas uma ligação performativamente construída. O discurso de ódio serve como base para a união e a criação de uma comunidade, a qual subverte a frieza do cálculo do humanitário. Butler (1997; 2003), nessa dinâmica, reafirma a possibilidade de algo que escapa e que tem alguma força para tensionar os parâmetros normativos e ampliar as condições de possibilidade por meio de algo novo. E novo no sentido de uma recitação que não necessariamente escapa à norma, mas que a remodela plasticamente em um dado contexto, tempo e local.

De volta à visita, outro fato interessante era que, em relação ao tema do HIV e da AIDS, as pessoas já vinham ao Brasil sabendo que podiam receber tratamento aqui. Na maior parte das vezes, essas migrantes e refugiadas conseguem acompanhamento pelo SUS com a retirada dos antirretrovirais utilizados para o tratamento. Ainda assim, mesmo com um posto de saúde do Exército à disposição em Pacaraima, não havia remédios e equipamentos adequados na cidade e, em caso de maior gravidade e urgência, as pessoas eram enviadas até Boa Vista. De todo modo, Pacaraima era pensada como cidade de trânsito pela Operação Acolhida. Tanto que o próprio abrigo – o BV8 – que ficava logo à frente do PTRIG era também pensado como um abrigo de trânsito para que aquela região, já vastamente afetada pelo enorme fluxo de pessoas circulando, não ficasse sobrecarregada. O abrigo BV8 era destinado para homens solteiros e famílias. Contava com 36 quartos familiares com duas ou três famílias cada. Na ocasião, estavam expandindo o espaço visto a grande demanda causada pela alavancada do fluxo migratório venezuelano em 2019.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA



Figura 17 - acomodações do BV8 em expansão

Nos separamos da liderança do ACNUR para almoçarmos em um pequeno restaurante local. As opções na cidade eram poucas e simples. Isso destacava o fato de que o município aparentava ter sido pego de surpresa ao receber tantos forasteiros, que além das migrantes, refugiadas e militares, incluía também o numeroso *staff* das mais variadas organizações e parceiros em campo mais visitantes como nós. Em seguida, pela tarde, reencontramos a liderança do ACNUR e fomos ao abrigo indígena Janokoida, que quer dizer "casa grande" na língua warao. A Fraternidade Internacional é a parceira implementadora da operação no abrigo, assim como vimos no abrigo Pintolândia em Boa Vista. Moravam ali 447 pessoas ao total, sendo, deste número, 180 crianças e seis caciques (três no redário superior e três no redário inferior). A situação era parecida com a de Boa Vista: não havia educação formal disponível na cidade e o artesanato era a fonte de renda das migrantes e refugiadas indígenas. Uma iniciativa em uma igreja da região tentava oferecer um preparatório escolar para as crianças, mas grande parte do tempo elas passavam no abrigo sem atividades específicas. Um detalhe interessante é que os Warao, especificamente, são um povo indígena que se urbanizaram há algum tempo e, por isso, tinham costume de cozinhar com gás. Além disso, também se destacavam jogando vôlei.

A dificuldade da operação em lidar com as indígenas tomava contornos mais claros. Eram poucos os parceiros que trabalhavam com essa população e, frequentemente, organizações católicas e evangélicas tomavam a frente na questão. Isso contribuía para a repetição de um certo lastro colonial com cenas que misturavam a atuação religiosa e o tato com indígenas. Pensando em indígenas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

LGBTI+, essa relação pode ser complexa, uma vez que o discurso religioso pode ressoar uma visão de mundo que costuma apagar, proibir e culpabilizar vidas e corpos LGBTI+, além de operar dentro de uma lógica binária ao separar feminino e masculino, homem e mulher. A atuação religiosa, nesse contexto, pode contribuir para a invisibilização de categorias e identidades de gênero, sexo e sexualidade próprias de cada povo, já que essa gramática pode variar conforme o local, o tempo histórico e a cultura como vimos no capítulo 1 (LAFUENTE, 2014).

Fomos informadas, inclusive, de que a Fundação Nacional do Índio (Funai) nunca esteve muito presente para lidar com a migração indígena, uma vez que entendia que as questões relacionadas ao fluxo venezuelano não estavam dentro da alçada da instituição. Essas constantes omissões por parte do próprio Estado, ou até mesmo desse humanitário despreparado para trabalhar para com população indígena, contribuíam para a formação dessas zonas de indeterminação das quais Fassin (2012) investiga, em que segurança, regulação e proteção se encontram em um contexto de grandes espaços de administração da vida. A população indígena migrante e refugiada de Roraima quase não saía dos abrigos e ficava pouco claro se essa era uma diretriz da operação, vontade da população abrigada ou uma mistura dessas duas posições.



Figura 18 - à esquerda, pintura na parede do Janokoida

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Figura 19 - à direita, carro estacionado na frente do restaurante em que comemos em Pacaraima

A nossa última visita em Pacaraima se deu longe do centro urbano da cidade. Tivemos que passar por um posto militar na ida (e na volta) e adentramos rumo a um ponto de fronteira entre Brasil e Venezuela para acessar a comunidade indígena Tarauparu. Não souberam nos informar porque o Exército controlava a entrada e a saída daquela comunidade. Talvez, a região de fronteira tão eminente fosse um motivo suficiente, já que se avistava pequenos pilares brancos demarcando a exata linha limite entre os dois países. Os celulares começavam a captar sinal de uma operadora venezuelana. O acesso também não era fácil nem mesmo para um carro 4x4 como o que estávamos utilizando, já que a região era de floresta com árvores muito altas e bastante umidade. A comunidade indígena Tarauparu estava fixada no local desde o século XIX e antes da crise venezuelana tinha 250 pessoas. Com o fluxo migratório corrente, a comunidade acolheu aquelas que chegavam ali e passou a ter 850 pessoas entre migrantes, refugiadas e locais.

A situação era bastante única. Os indígenas locais são adventistas e falam espanhol. Talvez pela proximidade religiosa e linguística, essa união se tornou possível sem maiores contratempos. A comunidade contava com uma escola e fazia o plantio tradicional de alimentos. Como passou a funcionar como uma espécie de abrigo, a coordenação daquele arranjo era feita pelo ACNUR e pela parceira ADRA, organização da própria Igreja Adventista do Sétimo Dia como supracitado. Uma outra comunidade indígena em situação similar ficava a uns 5km dali. Antes com 20 pessoas, naquela época, já contava com 200 pessoas. Não a visitamos porque a travessia era praticamente a pé dentro de uma trilha pela floresta. Esses casos, em particular, guardam especificidades históricas, sociais e políticas que deveriam ser analisadas de forma mais direcionada. Neste texto, ficam como aberturas para possíveis e futuras pesquisas e servem como informação que dimensiona a Operação Acolhida e a realidade do fluxo venezuelano no Brasil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA



Figura 20 - à esquerda, pequenos montes marcam a fronteira entre Brasil e Venezuela avistada da comunidade

Figura 21 - à direita, plantio tradicional de alimentos e região de floresta ao fundo

5. 25 de setembro de 2019

No nosso último dia de viagem, pela manhã, fizemos uma visita ao Instituto Insikiran[86] de formação superior indígena da UFRR a convite do professor Rickson para conversar melhor com a liderança de uma organização internacional da operação. Ela nos contou que a Operação Acolhida e a questão da migração em Roraima foram imprevisíveis e, por isso, a logística humanitária ali foi se criando e se adaptando a partir dos eventos práticos. Um exemplo disso é o desenho institucional no qual os parceiros implementadores do ACNUR têm a responsabilidade de operar cada abrigo com trabalhos que envolvem acolhimento, proteção e gestão. Esse desenho se dava porque as outras organizações internacionais não conseguiam mobilizar os atores locais. Nesse sentido, a existência de abrigos em espaços improvisados fazia eco ao que estava sendo apresentado para nós. Sobre população LGBTI+, a liderança destacou o trabalho de

[86] Eram oferecidos cursos de gestão territorial, gestão de saúde coletiva e formação de professores até aquele momento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

proteção que envolve aconselhamento e gerenciamento de casos. Veremos mais sobre isso no próximo capítulo.

Logo em seguida, em nossa última visita da viagem, estivemos no Posto de Triagem (PTRIG) da cidade de Boa Vista. Lá, fomos guiadas por um militar e ficamos sabendo um pouco mais sobre o processo de interiorização[87]. Depois da rigorosa checagem de documentos e vacinação, as venezuelanas iam para o centro de interiorização, onde valiam, de novo, os cinco tipos: reunião familiar, reunião social, trabalho, sociedade civil e abrigo-abrigo. Esta última era cada vez menos acionada pela falta de abrigos em outros estados que não Roraima. ACNUR, OIM e Exército participam do processo (os dois últimos com mais ênfase) que também se dá pelo já citado sistema Acolhedor. Na modalidade por vaga de trabalho, a pessoa, em teoria, já saia pronta para trabalhar e o empregador não gastava com transporte, aluguel e cesta básica, os quais eram fornecidos pela Operação Acolhida durante pelo menos três meses. As vagas de emprego eram diversas e as chances, segundo o militar que nos acompanhou, eram de 40%~50% de sucesso de contratação.

Algo que nos chamou a atenção foi o trabalho de busca ativa de vagas de emprego pelo Brasil, que envolvia uma espécie de *call center* pelo qual os militares podiam pesquisar e contatar empresas e entes variados para a prospecção de vagas que pudessem ser destinadas às migrantes e refugiadas. O professor Thomas Gammeltoft-Hansen, inclusive, reconheceu a inovação da logística, já que iniciativas semelhantes não são muito comuns em outras partes do mundo. Segundo o militar, a Operação Acolhida divulgava a mão-de-obra venezuelana disponível no país em feiras, congressos e eventos. As instituições civis e religiosas davam apoio nessa empreitada. Naquela época, cerca de 2.400 pessoas eram interiorizadas por mês e a vontade era de aumentar esse número. Sobre a estrutura de acolhimento em outros estados, estavam tentando uma articulação com o Ministério da Cidadania para melhorar abrigos fora da Operação Acolhida, por exemplo. O militar que nos acompanhou citou o caráter político dessa questão, que por vezes implicaria em um

[87] O processo todo envolvia não apenas o envio das pessoas a outros estados, mas uma estrutura logística com fluxo que contava com o momento de preparação (cadastro, verificação de requisitos e plano de viagem), o momento de deslocamento (embarque e transporte) e o momento de chegada (recepção, abrigamento e atividades de integração durante três meses). (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

modelo de contrapartida com os outros estados da federação. Era sabido, porém, que não havia interesse do governo federal de investir nessa área.

Conforme vimos anteriormente, as migrantes e refugiadas saiam – ou pelo menos faziam o processo – no abrigo Rondon 2, sendo o PTRIG mais uma base para a estrutura logística que sustentava a interiorização com alguns serviços pontuais. O militar que nos acompanhou também disse que havia ordem para que indígenas não fossem interiorizados, mas que – extraoficialmente – alguns acabavam sendo levados para outras partes do Brasil se isso fosse de interesse da indígena. A questão indígena é encarada como sensível, já que as diferenças culturais impunham ações específicas. Em palestra em 2022, o Exército alegou o apego à terra local e o extenso arranjo familiar das indígenas como empecilhos diretos para que essa população fosse integrada via o processo de interiorização já praticado. Até abril de 2022, eram mais de dois mil indígenas abrigados pela Operação Acolhida (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022).

O processo todo de interiorização era o "carro chefe" da operação e motivo de muito orgulho do Exército principalmente. O PTRIG de Boa Vista foi o único local que visitamos que estavam acontecendo outras visitas guiadas como a nossa. O militar citou o então recente discurso de Bolsonaro na Assembleia Geral da Nações Unidas em 2019[88], em que o presidente destacou o recebimento das migrantes e refugiadas venezuelanas no país repetindo o discurso de que o Brasil estava fazendo a sua parte acolhendo vítimas do comunismo. Em 2022, o discurso mobilizado, sobretudo pelo Exército, sobre o acolhimento de venezuelanas no Brasil é parecido ao do governo federal quando vislumbramos a construção de uma imagem do país como um lugar de cordialidade. Por conta da miscigenação, é reforçada a ideia de que aqui aceitam-se as diferenças, criando esse perfil de "pátria acolhedora" (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022).

A Operação Acolhida, de fato, inovava com uma logística de interiorização que contava até com um *call center* para busca ativa de vagas de emprego. Ainda assim, algumas questões surgem da política de interiorização quando pensamos, inclusive, na população migrante e refugiada LGBTI+. Em resumo, é preciso se ter cuidado para evitar que a LGBTI+fobia brasileira como efeito da norma do gênero-

[88] Ver mais em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-09/presidente-jair-bolsonaro-discursa-na-assembleia-geral-da-onu. Acesso em 22 de maio de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

sexo-desejo seja reproduzida na ausência de políticas, protocolos e práticas que deem conta de mitigar as diferenças dessa população. Exemplos que se destacam em uma mirada geral são os arranjos familiares diferentes da norma "pai, mãe e filhos" e a dificuldade da população LGBTI+ em ser empregada a partir de uma vaga sinalizada. Essas questões deveriam, inclusive, estar acompanhadas de políticas integradas em nível local e regional para que as pessoas que fossem chegando em outros estados tivessem as mínimas condições para se reestabelecerem caso vivessem discriminação e, também, estivessem sem rede de apoio. O episódio da mulher trans que teve que se destransicionar para continuar empregada no Rio de Janeiro pode ser uma história importante aqui.

A Operação Acolhida, fora seu trabalho de acolhimento humanitário, não tem a função de Estado. Ela é uma política do Estado e segue suas leis. Nessa injunção, ela deveria estar conectada com outras políticas públicas para que a interiorização reconhecesse que não basta levar pessoas a outros estados, nem mesmo com um vaga de emprego sinalizada. Os desafios da integração de migrantes e refugiadas no Brasil são diários, múltiplos e distintos. Eles resvalam no desconhecimento da sociedade civil, na inação dos agentes públicos e em uma cultura LGBTI+fóbica e racista. Se os sistemas públicos de Roraima estão sobrecarregados, a solução não deveria ser diluir as questões pelo restante do país, onde, muito provavelmente, os sistemas públicos de serviços também já estão abarrotados de demandas, operando com limitações logística, humana e material. Um acompanhamento contínuo e local deveria ser conduzido para que o próprio Estado conseguisse responder adequadamente ao fluxo migratório que se estabelece no país em proporções inéditas na história recente do Brasil. Mais do que propaganda de governo, a Operação Acolhida é uma tentativa de hospitalidade condicional que deve estar sempre ativa para pensar um horizonte que possa ir além do intramuros do humanitário e da regulação estatal.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA



Figura 22 - vagas de trabalho mapeadas no PTRIG de Boa Vista



Figura 23 - cabines para entrevistas de emprego no PTRIG de Boa Vista

***

A visita de campo deixou claro que a migração de venezuelanas LGBTI+ para o Brasil era, em primeiro lugar e na maior parte das vezes, motivada pelas questões econômicas, sociais e políticas que colocavam a Venezuela como um lugar em que ocorrem "graves e generalizadas violações de direitos humanos". É impossível, entretanto, desvencilhar das questões de gênero, sexo e sexualidade, uma vez que são partes integrais das vivências dessa população que sofre abusos no seu país de origem, ao migrar e no país de acolhida. Ainda mais quando esse país de acolhida é o mesmo que mais mata população LGBTI+ no mundo e tem poucas políticas públicas que deem conta dessa estatística cruel. A situação de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil é delicada e deve inspirar um cuidado direcionado em torno das narrativas e corpos LGBTI+ para que se consiga

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

acolher com a garantia de uma mínima igualdade. Até porque, quando se pensa em migrantes e refugiadas cis-heterossexuais, vemos sofrimento por conta do racismo e da xenofobia brasileiros pelos quais se abraçam os migrantes brancos europeus, mas se rechaça os pobres, pretos e indígenas. Os capítulos 4 e 5 darão um mergulho mais denso nas questões LGBTI+ a partir das entrevistas com atores da Operação Acolhida e atores especializados da sociedade civil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

CAPÍTULO 4 – Operação Acolhida e população LGBTI+: operadores humanitários e rastros performativos

1. Abertura

De 2019 para 2022, muita coisa mudou na Operação Acolhida. O tempo das respostas de cunho humanitário corre muito rápido e segue um viés de emergência como temos trabalhado. Esse caráter de pressa, e até de improviso, é algo que tem sido muito bem marcado no caso de Roraima e do fluxo venezuelano para o Brasil como vimos no capítulo 3 pelo menos nos primeiros anos de operação. Mas não só a disposição e a logística dos abrigos se modificou como veremos mais a frente ainda neste capítulo, como alguns novos desafios se impuseram na esteira dos acontecimentos sociais, políticos, econômicos e sanitários dos últimos anos. A pandemia de COVID-19 é um ponto de inflexão importante que aparece nas falas das interlocutoras entrevistadas para esta pesquisa como será apresentado nas próximas páginas. Durante o período mais agudo do surto de COVID-19, as fronteiras do Brasil com a Venezuela ficaram fechadas por meio de portarias emitidas pela Casa Civil e outros ministérios por parte do governo federal. Nesse sentido, a Operação Acolhida se viu marcada por uma série de limitações de abrigamento e regularização migratória em 17 março de 2020 quando a fronteira terrestre foi fechada completamente[89] até a abertura parcial em 23 de junho de 2021[90] e posterior reabertura total em 24 de fevereiro de 2022[91] quase dois anos depois das primeiras restrições.

De fato, a narrativa de crise humanitária em Roraima se encontrava com a narrativa de crise sanitária e de saúde pública internacional gerando uma série de medidas que influenciaram no acolhimento humanitário local, tensionaram o perfil de pessoas que migravam até o país e suas rotas, bem como reforçaram uma lógica

[89] Portaria Interministerial Nº 120 de 17 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/prt120-20-ccv.htm. Acesso em 10 de setembro de 2022.

[90] Portaria Interministerial Nº 665 de 23 de junho de 2021. Nessa ocasião, o limite de pessoas atravessando a fronteira por dia deveria ser de 50 indivíduos no máximo entendendo a situação de vulnerabilidade provocada por crise humanitária. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-655-de-23-de-junho-de-2021-327674155. Acesso em 10 de setembro de 2022.

[91] A fronteira entre Brasil e Venezuela foi reaberta completamente a partir do aval do governo venezuelano, que ainda mantinha restrições até 24 de fevereiro de 2022. Ver mais em: https://exame.com/brasil/fronteira-entre-brasil-e-venezuela-e-reaberta-apos-dois-anos/. Acesso em 10 de setembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

estatal securitária de fortalecimento das fronteiras nacionais e dos contornos entre cidadãos e estrangeiros. Apesar dessas medidas de fechamento não serem exclusivas do caso brasileiro, são fatores relevantes que devem ser considerados quando analisamos o acolhimento humanitário de venezuelanas LGBTI+ (e pessoas cis-heterossexuais) pela Operação Acolhida. O texto dessas portarias interministeriais que regulamentaram o fechamento fronteiriço entre Brasil e Venezuela foram sendo repetidos e brevemente editados em republicações[92] à medida que a pandemia vinha se estendendo e se transformando em um problema que nos acompanharia durante um tempo considerável. Essas reiterações performativas coadunavam uma lógica estanque de contenção e controle a partir do poder do Estado, que, por sua vez, acabavam gerando efeitos imprevisíveis no cotidiano da operação ali estabelecida como veremos nos relatos de algumas entrevistas aqui utilizadas.

O manejo do discurso do governo federal em torno de uma "pátria acolhedora" é estratégico no sentido em que é sustentado até certo limite. Enquanto o Brasil pode utilizar o acolhimento e a interiorização de venezuelanos como contraponto às inúmeras violações de direitos humanos nos últimos anos e Bolsonaro consegue nutrir a narrativa de perigo comunista, o acolhimento humanitário da Operação Acolhida também serve como plataforma política de um governo que tem interesses bastante específicos ante ao seu eleitorado conservador, o qual tem sido movido por um sentimento contrário às ideais de uma esquerda centrista já estabelecida no país com governos anteriores. Ainda assim, a pandemia deixa claro, assim como Derrida (2003) afirma, que a lei do Estado como "dono da casa" sempre prevalece quando necessário. Desse modo, esse humanitarismo estratégico se torna o primeiro a ser sacrificado. A reiteração da fronteira como remarca paradoxal da turbulência social, política e sanitária deixa evidente como certas práticas e códigos são reproduzidos para salvaguardar o papel do Estado no monopólio do acolhimento e da triagem de venezuelanas no país ainda que muitas tenham se arriscado pelas *trochas* e entrado por conta própria sem a garantia

[92] Há um compilado de leis, decretos, medidas provisórias e portarias governamentais publicados no contexto da pandemia de COVID-19 pelo Brasil desde 2020 disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm. Acesso em 10 de setembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

mínima de direitos, uma vez que os processos e serviços de regularização migratória se encontravam paralisados e/ou reduzidos por conta da pandemia.

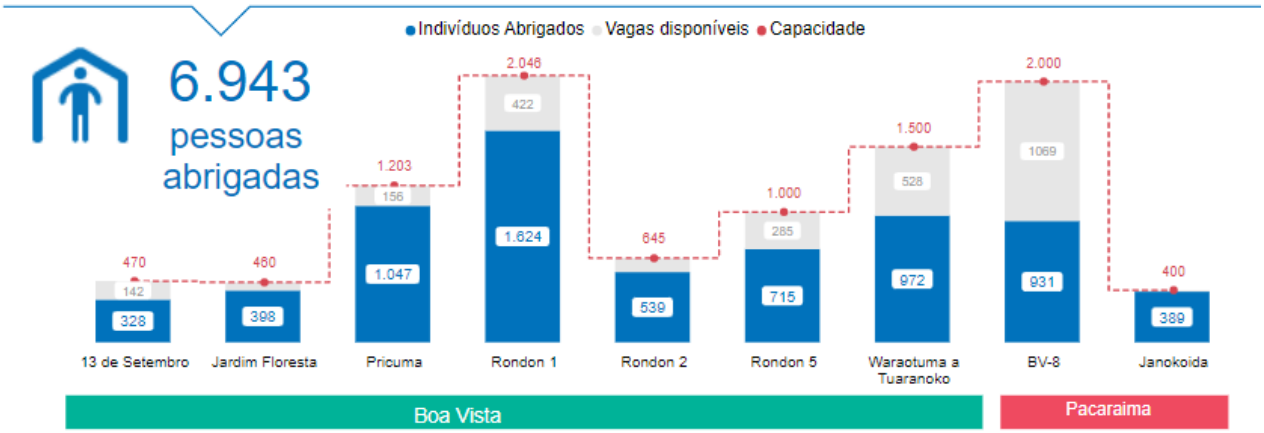
A COVID-19 também impôs um hiato nesta pesquisa de doutorado, o que justifica esse salto temporal marcado entre os capítulos 3 e 4. Ainda assim, muitas informações apresentadas nas próximas páginas dão conta de rastros desse recorte do tempo, bem como salientam as questões do ano de 2022 e de um futuro, até então, visível da Operação Acolhida. Neste capítulo, estão sendo usadas como fonte primeira as entrevistas realizadas com o Grupo 1 composto por operadores humanitários (e de Estado) da Operação Acolhida desde Exército, governo federal, organizações internacionais e parceiros implementadores. Foram feitas nove entrevistas com dez pessoas. A lista de contatos do Grupo 1 foi sendo montada ao longo dos anos de doutorado a partir da prospecção ativa de nomes de relevância para o acolhimento humanitário de população LGBTI+ venezuelana. Além disso, também tentei acessar cada instituição envolvida na Operação Acolhida por meio de contatos institucionais públicos, além de ouvidorias e canais de comunicação em geral. Apesar de manter um olhar panorâmico para as várias instituições que compõem a resposta logístico-humanitária em questão, não obtive êxito no contato com todos esses atores. Ficaram de fora deste texto entrevistas que envolvam algum tipo de posição/informações do Exército e do governo federal (nas figuras da Casa Civil e Ministério da Cidadania), já que não recebi nenhum retorno nesse sentido dessas instâncias.

Ademais, a grande maioria das entrevistas aqui apresentadas e engajadas para o exercício analítico sobre a Operação Acolhida e o acolhimento de população LGBTI+ foram feitas respeitando a confidencialidade e o sigilo com relação a nomes, cargos e instituições. Essa medida de precaução reforça o compromisso ético da pesquisa com todas as suas participantes de modo a valorizar a contribuição e o tempo dedicado por cada uma, mas também salvaguardar todos os seus direitos dando atenção às necessidades desses profissionais a partir de seus contextos de trabalho e sensibilidade das informações compartilhadas. Por isso, as participantes serão identificadas por números correspondentes à ordem de realização de sua entrevista como, por exemplo, “Participante 1”. Em adendo, essas mesmas informações apresentadas aqui não podem representar as posições institucionais das organizações internacionais e dos parceiros implementadores com os quais estive

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

em contato pelas participantes salvo em casos específicos que serão sinalizados com nome e instituição.

É importante, ainda, fornecer algumas informações sobre a estrutura logística de abrigamento vigente até o segundo semestre de 2022, uma vez que essas informações serão citadas nas conversas que fundamentam o engajamento analítico tecido a partir da ideia de performatividade sobre o acolhimento de venezuelanas LGBTI+ pela Operação Acolhida. De modo geral, os abrigos Rondon 3, Pintolândia e Santa Tereza visitados em 2019 não existem mais. O abrigo autogovernado Ka'ubanoko também foi desmontado, mas será tema do capítulo 5. Dos abrigos visitados em 2019, mantêm-se na operação os espaços do Jardim Floresta, Rondon 2 (sem o perfil de interiorização conforme já mencionado), BV8 e Janokoida, mais novas instalações com abrigos inaugurados depois da visita de campo registrada no capítulo 3: 13 de setembro, Pricumã, Rondon 1, Rondon 5 (focal para interiorização atualmente) e Waraotuma a Tuaranoko. O plano geral de abrigos fica assim a partir dos gráficos sobre abrigamento dispostos em um PowerBi[93] da operação online:



[93] Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTRhOWVlOTgtYTk2MS00YmY3LWEyY2YtMGM1Y2MzODFjMmVjIiwidCI6ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBjLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOjh9&pageName=ReportSection2f742043b456c18852a1. Acesso em 19 de setembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Abrigos	Perfil	Coordenação	Ocupação
13 de Setembro	Misto	FSF	70%
BV-8	Misto	AVSI	47%
Janokoida	Indigena	PADF	97%
Jardim Floresta	Indigena	FSF	87%
Pricuma	Misto	FSF	87%
Rondon 1	Misto	AVSI	79%
Rondon 2	Misto	AVSI	84%
Rondon 5	Misto	AVSI	72%
Waraotuma a Tuaranoko	Indigena	AVSI	65%

Figuras 24 e 25 - informações sobre abrigamento acessadas em setembro de 2022

Para aprofundar as questões sobre o acolhimento humanitário da população LGBTI+ a partir do olhar dos atores que compõem diretamente a Operação Acolhida, o capítulo 4 se dividirá em mais cinco seções além desta respectivamente: estrutura e contexto geral; acolhimento; abrigamento e estrutura interna; interiorização; projetos paralelos e eixo desenvolvimento. Apesar dessa separação temática por seções, os temas aqui propostos, apresentados e analisados a partir das perguntas feitas nas entrevistas se entrelaçam e se misturam de modo que tratar de acolhimento é tratar de estrutura interna e contexto geral, bem como tratar de abrigamento e interiorização é tratar de acolhimento também. Ademais, aqui se apresentam rastros desse acolhimento humanitário a partir da Operação Acolhida, os quais nunca estarão completos e serão suficientes para esgotar esse universo complexo de interações entre diferentes instituições, pessoas, dinâmicas e acontecimentos.

2. Estrutura Geral e Contexto

2.1. Estrutura Geral e Fluxos de Trabalho

A Operação Acolhida é a primeira iniciativa de operação humanitária no Brasil. Mesmo com a vulnerabilidade interna em questões de assistência social e acesso a direitos[94], o Brasil nunca havia tido um exemplo de emergência humanitária que trouxesse uma resposta tão presente quanto a que o fluxo venezuelano trouxe em Roraima e Manaus. Roraima, um dos estados mais apartados da federação, colocava em evidência a necessidade de medidas estruturadas em torno de uma população migrante e refugiada em vulnerabilidade.

[94] A pobreza aumentou no Brasil e chega 29.6% dos lares no país segundo dados do "Mapa da Nova Pobreza" desenvolvido pela FGV Social. Ver mais em: https://portal.fgv.br/noticias/mapa-nova-pobreza-estudo-revela-296-brasileiros-tem-renda-familiar-inferior-r-497-mensais. Acesso em 10 de setembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Mas a narrativa de emergência e de crise pressupõe rapidez e, nesse caso específico, improviso pelo menos em um primeiro momento como vimos no capítulo 3. Isso aparece nos relatos da Participante 1:

> **Participante 1** - Como é que eu vou falar para o policial federal que trabalha com administrativo há mais de trinta anos, que já vem de uma outra concepção, de uma outra estrutura, que agora ele vai ter que trabalhar em uma causa humanitária? Porque essa foi uma operação itinerante, foi a primeira operação humanitária de articulação internacional e nacional que foi implementada no Brasil. Ninguém tinha prática. (...) Estava todo mundo se descobrindo ainda. Claro, com muita bagagem (...).

Em termos de estruturas gerais de funcionamento desse acolhimento humanitário por parte da Operação Acolhida, há fluxos específicos de trabalho com população em geral e com população LGBTI+ mais especificamente que devem ser marcados. Primeiramente, e como é percebido pelas entrevistas, a temática LGBTI+ na sua diversidade de gênero, sexo biológico e sexualidade tem sido vista a partir do guarda-chuva da área de *gênero* pelas organizações internacionais do sistema ONU que compõem a Operação Acolhida e seus respectivos parceiros implementadores, organizações contratadas para replicar e operacionalizar o trabalho cotidiano como vimos no próprio capítulo anterior. Tratar de temáticas ligadas a pessoas LGBTI+, geralmente, é possível a partir de chaves como a de "Violência Baseada em Gênero" (VBG na sigla em português), por exemplo, que também é usada para lidar com questões relacionadas a mulheres cis-heterossexuais, crianças, adolescentes e outros grupos relacionados:

> **Participante 1** - Na parte de gênero, entra a população LGBTI+. Vão ter temas que vão ser mais específicos para mulheres e crianças, vão ter temas para mulheres e adolescentes meninas. Terão temas que vão ser mais específicos também para os meninos, garotos e jovens. Entra mais na parte do gênero. A diversidade entra na parte do que seria diversidade étnica, racial, outros direitos, pessoas com deficiência, entre outras coisas. Muitas vezes, as pessoas entendem diversidade com população LGBTI+. Não, a gente fala de gênero quando a gente fala de população LGBTI+. (...), é uma questão de gênero, para deixar isso bem marcado. Porque a gente tenta incluir a população LGBTI+ como algo diverso, que está aí, mas que faz parte das estruturas de gênero e, por isso, há essa LGBTI+fobia estrutural.

Esse vocabulário específico reproduz uma certa cultura institucional, uma normatividade, que é constantemente repetida e amparada por protocolos internacionalmente delineados. Aqui, pela norma de um humanitarismo já assentado pelas práticas, atos e discursos das organizações internacionais como as do sistema ONU, vemos a temática LGBTI+ como assunto tangencial no rol de questões que surgem do "guarda-chuva" de gênero. Essa construção performativa repetida no contexto da Operação Acolhida pode ter como efeito um distanciamento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de corpos LGBTI+ na sua diversidade gêneros, sexos e sexualidades, pois o enfoque da pauta de gênero está, previamente, associado à ideia de mulheres cis-heterossexuais como figuras de proteção internacionalmente afirmadas pelos textos que as estabelecem enquanto tais. Como vimos no capítulo 1, não há convenções ou tratados do Direito Internacional que assegurem a população LGBTI+ como sujeito a partir das suas especificidades.

E, dentro da Operação Acolhida, a temática LGBTI+ é muito influenciada pelos grandes organismos internacionais envolvidos nesse trabalho como ACNUR, UNFPA e OIM, já que Exército e governo federal parecem se distanciar das temáticas de gênero, sexo e sexualidade pensando as demandas e desafios dessa população. Nesses anos de pesquisa, a pauta de temáticas LGBTI+ sempre esteve próxima das organizações internacionais e seus parceiros, algo que se refletia quando pude encontrar ou contatar atores importantes do Exército e governo federal, que, por sua vez, indicavam o trabalho das agências como referência reiterando desconhecimento e afastamento. De modo geral, inclusive, foi muito difícil engajar participação dos grupos focais identificados na pesquisa em 2022. Apesar de ninguém ter esboçado algum motivo claro para tal, o acúmulo de problemas adensado pela pandemia, as dificuldades de interiorização de população LGBTI+ e a sensibilidade das informações por conta do ano eleitoral podem ser grandes fatores de impacto nessas trocas como veremos.

Nesse contexto, essas chaves amplas de trabalho como a de *gênero* também generalizam, em nível protocolar pelo menos, as questões enfrentadas pela população LGBTI+ venezuelana que é migrante. Até porque as questões envolvendo pessoas não-heterossexuais, não-cisgênero e que têm corpos que fogem do binário macho/fêmea são muito diferentes entre si. É difícil dizer que os desafios enfrentados por homens gays são os mesmos enfrentados por mulheres lésbicas, que, por conseguinte, se diferenciam muito das dificuldades de pessoas trans. Como vimos no capítulo 1, mulheres lésbicas encaram as pressões normativas relacionadas à passabilidade de suas expressões de gênero como efeitos de um Ocidente misógino (KEENAN, 2014) e, no caso da América Latina, machista. Pessoas trans, travestis e não-binárias, para além dos desafios de nome social e de empregabilidade formal, também vivem as angústias de um reconhecimento social baseado em uma binaridade compulsória (CAMMINGA, 2019); enquanto pessoas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

bissexuais são constantemente invisibilizadas e desacreditadas a partir de sua orientação sexual, que nunca parece suficiente (DAWSON; GERBER, 2017).

Se trabalhar questões LGBTI+ a partir da pluralidade em aberto da sigla já é uma generalização, quando aproximamos de outras questões que não necessariamente resvalam na diversidade de gêneros, sexualidades e corpos, corre-se um risco maior de se distanciar de aspectos importantes da vida dessas pessoas, suas angústias e traumas ainda que seja fundamental entender que a norma do gênero-sexo-desejo (BUTLER, 2003) que incide sobre os corpos de mulheres cis heterossexuais e pessoas LGBTI+ é a mesma – apenas gera efeitos diferentes. Até porque, nos atendimentos individuais, o universo de demandas e situações é também muito diverso e específico e pode estar ligado a assuntos que não necessariamente são contemplados em documentos guias operacionais. Esse tipo desencontro leva à necessidade de se contar com o bom senso e com a compreensão daquele operador que faz o atendimento dos casos que vão aparecendo.

> **Participante 3 -** Dentre os casos que a gente tem de encaminhamentos, desde casos de: "Ah, eu tenho que marcar um oftalmologista porque eu estou com catarata". Até casos de agressão dentro do abrigo, de bebida, pessoas que fazem uso abusivo de álcool. Isso é bem comum, principalmente, entre a comunidade indígena. Então, o manejo de conflito dentro do abrigo: às vezes, até conflitos familiares, acompanhamento de menores desacompanhados, menores separados... Tem um escopo bem... Como a gente tem um perfil bem distinto dentro dos abrigos, a gente lida com absolutamente todo tipo de conflito que você puder imaginar e até os que você não conseguir imaginar.

O que chamamos a atenção para é um efeito que advém de textos muito amplos e panorâmicos como o caso do guia *Age, Gender and Diversity* (2018) citado no capítulo 3, que inclui população LGBTI+ e que deverá ser tratado na próxima subseção com mais nitidez. Outra questão que surge desses documentos guias está relacionada ao fato de que, na maior parte das vezes, são documentos internacionais que não necessariamente refletem as situações e o contexto local do Brasil ou mesmo da América Latina em relação à migração ou à população LGBTI+. Algumas exceções como o trabalho do UNFPA de "espaços seguros" são interessantes e deverão ser apresentadas na seção sobre acolhimento ainda neste capítulo. De toda forma, é fundamental ter no radar da atuação humanitária em uma situação específica a adaptação local à realidade, que, nesse caso, se relaciona ao fluxo em específico e à realidade social, política e econômica assentada na fronteira e na região de Roraima como espaço de acolhida inicial pelo menos.

> **Participante 1** - Violência baseada em gênero (...), de novo, é uma visão completamente ONU do que seria resposta e prevenção. A gente não vai entrar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> em temas sociais específicos do que é a realidade no Brasil e essas disputas de poder em relações do Brasil. Tem esse olhar crítico também de que, sim, são guias internacionais, ou seja, instruções internacionais de como lidar e como prevenir, responder, através das experiências internacionais que não são experiências brasileiras. Eu entrava muito em conflito com esses guias muitas vezes.

Os fluxos de trabalho das organizações internacionais e seus parceiros estão muito relacionados ao acesso a direitos básicos e à resposta a violações desses direitos a partir dos encaminhamentos devidos nos casos que vão surgindo para os operadores humanitários ou agentes de proteção como são chamados. Há um arranjo estabelecido nesse trabalho que se dá em campo com os agentes de proteção e os supervisores dessas equipes como parceiros implementadores das agências da ONU. Por sua vez, essas últimas gerenciam os fluxos de modo geral, uma vez que são elas as parceiras diretas do governo federal na operacionalização desse acolhimento humanitário. Esse desenho pode variar a depender da situação, já que, às vezes, e, muito no começo da Operação Acolhida, as próprias agências da ONU faziam esse trabalho de campo mais próximo das migrantes e refugiadas. Em 2019, por exemplo, era perceptível e mais comum que esse trabalho de base fosse realizado por funcionários das próprias organizações internacionais do sistema ONU envolvidas ali. Entre as participantes que contribuíram para esta pesquisa, independentemente de cargo e instituição, os relatos sobre o trabalho de proteção se repetem:

> **Participante 2 -** E na proteção a ideia é que você seja um facilitador do acesso aos direitos dessas pessoas no Brasil. Eu fiz isso em lugares diferentes. Dependendo do lugar, o cenário vai ser diferente, mas a ideia é você ser um bom encaminhador de direitos que as pessoas gozam no Brasil e internacionalmente também.
>
> **Participante 3 -** Basicamente, o trabalho da proteção é a garantia de acessos a serviços e direitos. Garantia de que essas pessoas tenham os direitos humanos respeitados e o acesso aos serviços públicos. Isso em um panorama bem genérico. (...) Faz parte do meu trabalho identificar quais são os maiores problemas de proteção e, a partir disso, elaborar estratégias para preparar a comunidade para dar uma melhor resposta para isso. Genericamente falando, é isso.

Mesmo atuando de maneira tão próxima dos órgãos da máquina pública brasileira, tenta-se construir uma certa clareza dentro do trabalho de algumas organizações internacionais de que seu papel não é o do Estado. E aí, tenta-se diferenciar função do Estado e atuação humanitária mesmo que esses dois universos se misturem e se borrem como já vemos logo com o trabalho de proteção no caso do Brasil. O governo federal segue responsável pela Operação Acolhida se pensarmos essa estrutura montada no Norte do país como uma política pública de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

grande proporção, mas precisa da expertise das organizações internacionais para implementar medidas e manejar suas próprias estratégias de governo como abrigamento e interiorização, por exemplo. O trabalho humanitário, por sua vez, segue junto com a lógica de Estado ao ser responsável pelo funcionamento da Operação Acolhida, ao mesmo tempo em que precisa da máquina estatal para fechar os ciclos de proteção e acesso a direitos com encaminhamentos diversos. Nessa coordenação entremeada pela sobreposição de normas da realidade social, algumas questões com população LGBTI+ surgem como veremos ainda neste capítulo.

> **Participante 3 -** Eu acho que sim (influência do governo federal). Eu acho que das organizações todas envolvidas na Operação Acolhida, o ACNUR é a organização mais consciente no que tange o que é função do Estado e o que é função deles. O que é contexto humanitário e o que é problema do Estado. Depois do ACNUR, eu acho que a AVSI mudou muito a maneira de atuar e, hoje, fica muito mais claro que (...) não está aqui para tutelar pessoas e para substituir o Estado.
>
> **Participante 1 -** Eu posso falar para você que eu atendi mais de cem casos de violência baseada em gênero por ser LGBTI+, que eu tive que ir, acompanhar, pegar na mão como Nações Unidas... Eu parei de fazer isso porque isso não é o nosso papel. A gente estava fazendo isso porque a gente não tinha identificado esses atores. Depois, eu percebi que a assistente social deveria fazer isso e eu vou prestar assistência técnica. A gente não é o Estado aqui, né? A gente sabia que o Estado brasileiro tinha condições, mas foi um processo contínuo. É o que eu te digo, acho que hoje a gente tem uma rede de assistência, de atenção e de segurança pública com as polícias, as DPs (delegacias de polícia), muito mais sensibilizados para esses lados. Não vou dizer que melhorou, mas vou dizer que pelo menos eles sabem que a gente existe.

As organizações internacionais, desse modo, devem facilitar, mas não podem suprir os sistemas e serviços que o Estado deve prover enquanto estrutura político-jurídica de proteção e assistência. Tanto que o Exército atua de forma a fornecer uma certa logística necessária para que as agências da ONU possam fazer o seu papel dentro dessa estrutura humanitária. Inclusive, mesmo querendo se retirar, o Exército se matinha ali por conta dessa dependência material como citado em palestra e registrado no capítulo anterior (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022) até pela forma militarizada com a qual a operação foi pensada por meio da FT Log. Nessa toada, os organismos internacionais que compõem o sistema parceiro do governo federal se abstêm de pressionar o próprio Estado a repensar suas políticas em torno da população atendida entendendo que esse papel está fora de suas respectivas alçadas.

> **Participante 4** - Acho que em 2020 (...), a fronteira ainda estava fechada. (...) A gente passou por um momento de super adensamento de pessoas em Boa Vista a partir desse período longo de fechamento das fronteiras. Os quesitos e requisitos para abrigamento chegaram um pouco ao limite. E a gente começou a ter também uma dificuldade muito grande da implementação dos critérios de proteção para a comunidade LGBTI+. E, talvez, por uma inoperância dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> organismos que compõem o sistema parceiro do governo federal de também influenciar nessas outras perspectivas de abrigamento.

Voltando para os fluxos de trabalho, há uma preocupação em torno da criação de espaços seguros para que a proteção não só possa ser feita, mas também possa fluir naturalmente. Aqui, não necessariamente estamos falando da atuação específica do UNFPA que ainda será tratada, mas das condições que possibilitam o aparecimento, a discussão e os encaminhamentos dos casos envolvendo pessoas LGBTI+. Se as pessoas sabem ou identificam que ali podem se abrir e endereçar as suas questões, essas mesmas questões vão aparecendo de fato ao longo do tempo a partir de ocorrências e situações de cada momento, encontro ou grupo. No capítulo 1, vimos a ocorrência dos casos *sur place*, em que a migrante ou refugiada se identifica enquanto LGBTI+ somente no país receptor por medo ou vergonha (ACNUR, 2012; JANSEN; SPIJKERBOER, 2011); ou mesmo por não ter a informação de que aquela forma de viver e expressar seu gênero e/ou sua sexualidade é possível.

> **Participante 1** - Nosso grande esforço foi isso, como tornar esse acolhimento que é humanitário, é Op. Acolhida, deixar isso bem claro, mais acolhedor para essas pessoas principalmente. Que elas identifiquem ali o espaço seguro. Porque nenhum cara, nenhuma mulher, nenhuma pessoa vai chegar na sua entrevista de elegibilidade e vai falar "eu sou gay". A não ser que sua perseguição seja por conta disso. Mas, assim, a orientação sexual já é descartada. A gente não tinha como fazer esse filtro. A gente não ia falar "Você é gay e você é lésbica".

Mas as medidas nos espaços seguros precisam ir além dos cartazes porque as violências são diárias, estruturais e impõem desafios que só podem ser superados com os encaminhamentos devidos no acesso a direitos. Vimos isso em 2019 também. Havia uma política de visibilidade das questões LGBTI+ com panfletos, botons e mensagens que podem dar conta em um primeiro momento, mas devem ser suplementadas com um trabalho que esteja engajado com os atores locais e com o poder público para que as violências e questões vistas nos intramuros da operação não sejam reproduzidas fora deles. E esse ponto nos apresenta nuances bastante complexas. Se o trabalho das organizações do sistema ONU não deve ser o de Estado, como fazer com que o Estado compareça adequadamente nas tratativas que envolvem migrantes e refugiadas LGBTI+ se o Brasil tem graves problemas com a sua própria população LGBTI+? No fim das contas, as agências internacionais como ACNUR e UNFPA têm de fornecer instruções para os agentes de Estado para que o seu próprio ciclo de encaminhamentos dos problemas seja fechado. Esse desgaste cotidiano acaba evidenciando a falta de políticas públicas sociais no país

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

pela dificuldade em se prover um acolhimento adequado para migrantes e refugiadas.

> **Participante 1** - A gente foi conseguindo deixar, seja um pequeno cartaz com a bandeira do arco-íris atrás, para que a pessoa possa pensar "Por que tem uma bandeira do arco-íris na Polícia Federal?". Seja com o processo de capacitação contínuo com todos os colegas e as colegas que chegavam da Polícia Federal, do Exército, da Receita Federal, do Ministério, entre outros. Falando que eles deveriam respeitar a diversidade, respeitar o acolhimento, o pronome deve se usar o que a pessoa se identificar.

Mesmo tentando separar humanitarismo e Estado, os trabalhos de fortalecimento da capacidade local a partir dos agentes públicos e instituições de cada estado e cidade e de fortalecimento de base comunitária com as migrantes e refugiadas são braços fundamentais desse acolhimento humanitário, uma vez que vem ficando mais clara a necessidade de iniciativas de desenvolvimento para além das medidas emergenciais tão somente. O envolvimento de outras organizações civis nesse processo é tema do próximo capítulo. No que tange os organismos internacionais, o próprio UNFPA, a partir das suas duas vertentes focais de trabalho (saúde sexual e reprodutiva e violência baseada em gênero), tinha uma abrangência de atuação forte que ia além da gestão de casos como veremos ao longo deste capítulo. Esse trabalho que ultrapassa os abrigos também é essencial, já que a maior parte da população venezuelana em Roraima está fora desses complexos mesmo sendo uma população atendida pela Operação Acolhida de alguma forma.

> **Participante 4** – (...) equipes móveis de saúde sexual e reprodutiva do UNFPA, que fazia a atenção direta à comunidade em situação de refúgio e migração. Nos abrigos, nas ocupações e em outros espaços daqui de Boa Vista e Pacaraima.
> **Jaqueline Oliveira (UNFPA)** - O nosso trabalho no UNFPA é pautado tanto no trabalho de fortalecimento da capacidade local, que eu vou explicar mais para frente, mas também de resiliência comunitária, gestão de casos de proteção e também comunicação com a comunidade no sentido de passar informações tanto para a comunidade acolhida, quanto para a comunidade que é público de interesse. O nosso trabalho é justamente na defesa dos direitos humanos e uma defesa com enfoque na violência baseada em gênero, no acesso dessa população nesses casos. Normalmente, a gente costuma falar que trabalha com as pessoas que estão em uma situação de extrema vulnerabilidade. O nosso público alvo... É claro que trabalhamos com todo mundo na defesa dos direitos humanos, mas o trabalho do UNFPA no Brasil é um trabalho que tem um enfoque mais centrado principalmente na população LGBTI+, nas mulheres, nas meninas e nos jovens também.

O UNFPA tem esse mandato específico para população LGBTI+ como citamos no capítulo 3, fazendo da instituição um importante ator no acolhimento humanitário de migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+. A área de violência baseada em gênero, mais uma vez, é a que engloba mais diretamente a população LGBTI+ como podemos perceber. Apesar de várias iniciativas que envolvem

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

temáticas de gênero, sexualidade e sexo dentro e fora do contexto da Operação Acolhida, as informações disponíveis[95] sobre o escopo de atuação da instituição não abordam diretamente questões de gênero, sexo e sexualidade pensando pessoas LGBTI+, o que mostra a fragilidade que esse grupo também enfrenta internacionalmente quando observamos o trabalho de agências da ONU, por exemplo. Na própria Organização das Nações Unidas, são poucas as resoluções e declarações que abordam a situação de pessoas LGBTI+ especificamente. A primeira iniciativa só veio a acontecer em 2008 na Assembleia Geral[96], tendo iniciativas análogas muitas dificuldades em passarem pelo crivo dos Estados membros por conta de posicionamentos contrários de várias ordens (PRATA FILHO, 2018).

Em adição, apesar deste trabalho não ter como objetivo adentrar as questões indígenas mais a fundo, é inescapável tratar sobre alguns pontos relacionados, pois há parte da população LGBTI+ que também é indígena. Como vimos no capítulo 3, os povos Warao, Eñepa, Kariña, Pemon e Taurepang estão presentes como migrantes e refugiados venezuelanos em Roraima principalmente. A grande maioria dos indígenas está abrigada de alguma forma a partir das estruturas clássicas dos abrigos designados para população indígena ou das comunidades indígenas de acolhida como vimos em 2019. Essas comunidades brasileiras de mesma etnia ou de etnia irmã acolheram indígenas venezuelanos e funcionam como abrigos organicamente instalados. Nesse encontro de diferentes povos, demandas e costumes, as agências da ONU também fazem acompanhamento e gestão dessas populações de modo a acomodar especificidades históricas e culturais a partir do contexto local atual.

> **Participante 3** - Aí, juntaram essas três comunidades desses abrigos no Tuaranoko e ficou só o Jardim Floresta porque, dentre todas as etnias indígenas que a gente tem, tem os Eñepa que têm um conflito histórico com a comunidade Warao. Então, a ideia era que fosse feito um abrigo Warao e, no Jardim Floresta, ficasse, majoritariamente, os Eñepa. A gente tem, hoje, só para você ter uma noção de população... Vamos colocar que a gente está com 1150 pessoas no Tuaranoko. Dessas 1150 pessoas, a gente tem entre 30 e 40 Pemon, 10 Kariña e o resto é tudo Warao, mais alguns não-indígenas que são casados com indígenas.
> **Participante 5** - (...) garantindo que os padrões mínimos de resposta humanitária estejam sendo cumpridos em diversas frentes tanto da

[95] Ver mais em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/como-trabalhamos. Acesso em 13 de setembro de 2022.
[96] A "*UN Declaration on Sexual Orientation and Gender Identity*" aplica o princípio de não-discriminação e condena a tortura, a criminalização e a violência contra pessoas LGBTI+ pelo mundo (PRATA FILHO, 2018).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> infraestrutura até a proteção da comunidade abrigada. Beleza, essa é uma frente, abrigo. A outra frente são as comunidades indígenas de acolhida. No abrigo, a maioria da população é da etnia Warao. Nas comunidades indígenas de acolhida, a etnia predominante é a Pemon/Taurepang, que é um povo transfronteiriço. Então, na Venezuela, eles se envolveram em uma situação de conflito com o Estado e precisaram vir num modelo mais clássico de refugiados, né? Fugidos do dia para a noite, cruzaram a fronteira e encontraram aqui no Brasil as comunidades irmãs da mesma etnia que abriram as portas para receber essas pessoas.

Se estamos falando sobre estrutura geral e fluxos de trabalho, não podemos perder de vista, por fim, o normativo, a norma de um humanitário localizado por detrás de culturas institucionais muito rígidas. Essa triangulação bem estruturada pode ser, inclusive, um nó interessante para investigar os lastros que sustentam certas posições dentro de um complexo como a Operação Acolhida, por exemplo. Sobre essas relações que não estão sempre visíveis, estamos falando de um cotidiano que implica beneficiários, mas também os operadores humanitários que devem se adequar a certas categorias e entendimentos para fazer funcionar os atos, protocolos e práticas que ecoam, performativamente, a norma desse humanitário e constituem um fazer específico. Essa economia moral em torno do sofrimento, como diria Fassin (2012), flerta com o Estado a partir do controle e governo das populações vulneráveis, mas também gera efeitos naqueles que a constituem. Isso pode levar operadores humanitários à exaustão quando consideramos relações difíceis com as beneficiárias, a repetição de problemas sem soluções óbvias, mas, acima de tudo, culturas organizacionais herméticas.

> **Participante 8** – (...) um comportamento organizacional de trabalho que vai para quase todas as ações que é essa perspectiva, essa cultura organizacional (...). Tudo se transforma em uma grande hierarquia (...). O que gera um grande caos institucional e que afeta muito na resposta e afeta na vida das pessoas que trabalham ali também. Afetou a minha vida. E tem a questão de que várias pessoas da equipe continuaram ali (...) também sofreu muita perseguição e cobrança, já que era bem aberta a várias questões como eu. A gente estava achando que éramos legítimas para falar algumas coisas e acabou que fomos as mais boicotadas. Mas é isso. Eu (...) estava trabalhando e consegui ver que poderiam ser realizadas várias coisas que poderiam estar melhorando e protegendo mais essas pessoas LGBTI+ ali, principalmente, as que precisam da prostituição, mas eu logo fui descartada. E aí, eu sendo descartada e todas as pessoas ali vendo muito claramente o discurso que eu estava trazendo. Isso gera um efeito nas pessoas que continuam de que isso não poder ser tratado.

2.2. Documentos e Diretrizes

Há uma série de documentos que regulamentam procedimentos, protocolos, regras e padrões dentro do contexto operacional a partir da atuação das organizações internacionais. O já citado *Age, Gender and Diversity (AGD)* (2018) faz parte dessa coletânea de manuais e diretrizes gerais, mas com um encaminhamento mais relacionado às questões de idade, gênero e diversidade (étnica, linguística, religiosa,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

pessoas com deficiência, pessoas LGBTI+). As diretrizes que baseiam o trabalho em campo, costumeiramente, não são as mesmas diretrizes temáticas que essas instituições costumam lançar como vimos brevemente no capítulo 3. Documentos do ACNUR como as *Guidelines n.9 on Sexual Orientation and/or Gender Identity* e as Diretrizes n.1, n.2 e n.6 sobre perseguições de gênero, grupo social e religião respectivamente, apesar de mais completos em termos de tema, são documentos que estão mais ligados à proteção internacional do refúgio junto aos Estados por meio da Convenção de 1951 como marco internacional (ou marcos regionais e locais).

> **Participante 1** - Por que a gente cita muito esse documento de política interna? Porque ele normatiza (...) a sua ação. Por mais que a gente tenha os instrumentos internacionais de proteção que garantam que qualquer pessoa tenha acesso à instituição do asilo (refúgio) independente do seu gênero, idade, sexo, seja o que for, ainda assim, a gente precisa de uma normativa interna de como pensar um programa. (...) Essas normativas mais técnicas (*Guidelines* Nº9, por exemplo) ficam muito a cargo do jurídico. A gente preza muito por elas. Elas instrumentalizam nosso trabalho definitivamente. Mas a gente precisa de um documento prático de como (...) (se) vai performar esses instrumentos legais, de como (...) (se) vai performar essas normativas internacionais.

Documentos como o AGD são necessários porque eles dão um foco operacional respeitando esses marcos legais apesar da já mencionada perda em termos de conteúdo nesse caso específico de população LGBTI+. De novo, entra a questão de um humanitarismo, o qual repete o acúmulo de poder da norma que o baseia e que dita práticas, discursos, atos e repetições internas fazendo esse acolhimento humanitário funcionar, ser o que é – uma lógica operacional de primeira assistência na emergência, na crise, no sofrer humano. Os efeitos dessa lógica são diversos, multivetoriais e não esgotáveis. Para a população LGBTI+ atendida pela Operação Acolhida, resta na reiteração dos protocolos citados, porém, um lugar periférico que dificilmente consegue dar conta de seus problemas, ainda mais se consideramos a LGBTI+fobia no Brasil como efeito dado da norma do gênero-sexo-desejo, que acompanha a realidade brasileira.

É importante notar, contudo, que existem outros documentos mais gerais que englobam políticas transversais como a de AGD, a qual incide diretamente no acolhimento da população LGBTI+. Os Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), ou *Standart Operating Procedures* (SOPs) em inglês, são guias fundamentais no trabalho de campo das organizações internacionais do sistema ONU. Normalmente, esses textos são divididos por contextos humanitários

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

específicos ou por determinados assuntos. No caso da Operação Acolhida, os POPs têm sido desenhados em conjunto com o governo federal, mais especificamente, a partir do trabalho técnico do Ministério da Cidadania por meio do Subcomitê Federal de Acolhimento e Interiorização (SUFAI). A maior parte desses textos não estavam disponíveis para livre acesso no momento de escrita desta tese. Nos sites das organizações internacionais é possível encontrar alguns POPs sobre outros contextos humanitários, mas nada sobre a Operação Acolhida e a situação de migrantes e refugidas venezuelanas estava disponível nessas plataformas, nem nas plataformas do próprio governo federal. Desse modo, apesar de alguma adaptação local ali, esses documentos se mantêm confidenciais.

> **Participante 3** - A ideia é que o AGD (*Age, Gender and Diversity*) seja, tipo, a lei do nosso trabalho. Isso é transversal a todas as áreas e a todos os parceiros implementadores. Eles têm que atuar de acordo com isso. E aí, tem todo o manual de procedimentos operacionais padrões, os POPs, que são enviados e a gente tem que atuar de acordo com isso.
> **Participante 5** - Essas POPs são baseadas em uma série de documentos públicos no âmbito da atuação das agências. Então, a política de AGD (*Age, Gender and Diversity*) é uma que é considerada. Padrões mínimos de proteção do ACNUR, por exemplo, é outra que é considerada. Então, tem isso, tem as POPs que são baseadas em políticas internacionais de proteção e identificação de vulnerabilidade. E há documentos guia de atendimento à população refugiada e migrante com especificidades.
> **Participante 4** - Dentro da Op. Acolhida, esse fluxo referente a acolhimento para abrigamento nos quesitos de proteção e vulnerabilidade, tem um SOP que também não é público. Mas existe um SOP, em que vão estar colocadas todas as organizações que compõem esse universo de avaliação dos critérios para abrigamento, os critérios de priorização e vulnerabilidade e os fluxos que a gente desenvolve para que essas organizações sejam acionadas em tempo oportuno e os prazos também para que isso ocorra. Mas é um SOP que eu sei que é interno. Ele é desenhado dentro da Op. Acolhida pelo setor de abrigamento que é o setor com mandato pelo Ministério da Cidadania.

Outros documentos como o *UNHCR Emergency Handbook* (2022) do ACNUR são usados para listar categorias de vulnerabilidade expressas em diferentes populações atendidas: crianças, idosos, pessoas com deficiências, vítimas de violência sexual e de gênero, povos indígenas e minorias nacionais, linguísticas, étnicas e religiosas. A população LGBTI+ também é contemplada nesse texto, que informa alguns procedimentos de interesse (*Best Interests Procedures*) e também coloca pessoas LGBTI+ como pessoas que vivem riscos aumentados (*Persons at heightened risk*) a partir de suas necessidades específicas. Essas menções à temática LGBTI+ do ponto de vista da inclusão como grupo vulnerável, entretanto, não conferem essencialmente um aprofundamento das questões que surgem a partir das diferentes identificações de gênero, sexualidade e sexo biológico na seara da migração e do refúgio. Em campo, continua-se a contar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

com um certo bom senso dos operadores humanitários que podem ou não ter conhecimento na área, considerando que os treinamentos nesse sentido também são gerais como veremos na seção 4.

> **Participante 2** - O *Specific Needs* (*UNHCR Emergency Handbook*) é, basicamente, só uma categorização. O que é vulnerabilidade? Aí, vai se listando tudo. "Ah, essa pessoa se enquadra em cinco vulnerabilidades diferentes. Essa pessoa se enquadra em três vulnerabilidades diferentes". Isso serve não apenas para a gente abrigar, mas para a gente referenciar para os parceiros. É mais uma referência para você se guiar sobre o que é ou não uma vulnerabilidade. Agora, *background* teórico a gente não tem de nada. (...) Normalmente, as pessoas que são contratadas para essa função que eu faço, elas são pessoas que devem ter um certo nível de noção desse tipo de coisa já. Pressupõe-se que a pessoa já chegue sabendo o que é LGBTI+ e tal. E você tem que fazer esses encaminhamentos específicos, já que é uma vulnerabilidade. Você tem que entender isso. Os treinamentos (...) são muito mais práticos. O treinamento de SBGV (*Sexual and Gender-Based Violence*) se baseia em: o que é uma pessoa LGBTI+? O que é gênero? Qual a diferença entre sexo e gênero? (...) Eles fizeram um para todas as equipes. Mas é esse nível do básico.

Por fim, devemos considerar também o documento do UNFPA "*Estánderes Mínimos Interagenciales para la Programación sobre Violencia de Género em Emergencias*" (2019), já que a temática LGBTI+ também é lida dentro da chave de violência baseada em gênero. O documento, porém, continua refletindo o problema dos que foram supracitados. O termo "LGBT" aparece apenas duas vezes em um texto de 182 páginas e acaba se tornando um assunto marginal quando pensamos o amplo espectro de demandas, desafios e questões da população LGBTI+ a partir do enorme leque de identificações, corpos e formas de ser no mundo. Ainda assim, o próprio UNFPA tem um trabalho bastante interessante na produção de cartilhas sobre população LGBTI+ a partir do contexto da Operação Acolhida. São cartilhas em português, espanhol e warao muito ricas em informações e adequações locais, que acabam sendo mais diretas e adequadas ao contexto em questão que os próprios documentos-guia.

A primeira e mais diretamente relacionada à população LGBTI+ é a cartilha "Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo no contexto migratório" (2020), que trabalha conceitos básicos, direitos, violações de direitos como perseguição e discriminação e formas de denunciar essas violações. Temos ainda mais três cartilhas trilíngues lançadas em 2021: "A construção de uma sociedade não-violenta: uma questão de gênero" sobre tipos de violência baseada em gênero e formas de denunciá-los, que trabalha com pessoas LGBTI+ transversalmente; "Saúde sexual e infecções sexualmente transmissíveis" sobre saúde sexual e infecções, que não cita pessoas LGBTI+, mas também é de grande

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

importância para essa população; e "Para construir uma vida melhor: abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva e enfrentamento da violência baseada em gênero com o povo Warao" contemplando as outras três cartilhas citadas e ampliando o debate sobre o assunto a partir de um enfoque que também trabalha com pessoas LGBTI+ transversalmente.

> **Jaqueline Oliveira (UNFPA)** - Exatamente para a gente não só trabalhar que é crime, mas entender em uma sensibilização que todo mundo tem uma identidade gênero, uma orientação sexual e que o respeito deve existir acima de tudo. A gente tem essa cartilha aqui, que foi construída com a comunidade, com a população LGBTI+ dos abrigos. A gente perguntou o que uma pessoa quando chega no Brasil deveria entender... O que vocês gostariam de saber no primeiro momento? (...) A gente tem, por exemplo, pessoas indígenas que são LGBTI+. A gente tem essas cartilhas trilíngues (português, espanhol e warao), que é justamente para a população (indígena). (...) Inclusive, no momento de confecção dessa cartilha, a gente conversou com a comunidade perguntando como se falava LGBTI+ em warao. Aí, disseram que não existia isso de LGBTI+. Esse termo não existe. Eles têm um outro nome que define e que seria a tradução mais adequada. Então, essa cartilha foi construída justamente pensando essas características, essas especificidades da comunidade LGBTI+ dentro do público warao.

2.3. Contexto Venezuela-Brasil na Operação Acolhida

Os perfis de população LGBTI+ atendidos pela Operação Acolhida variam bastante. Existem perfis bem pontuais, os quais são diversos de acordo com as identificações de gênero, sexualidade e sexo biológico venezuelanas, e perfis mais significativos. De modo geral, homens gays e mulheres trans e travestis aparecem mais nos relatos das participantes desta pesquisa do que pessoas bissexuais e homens trans, por exemplo, apesar de existirem ali também mesmo que em número menor. Mulheres lésbicas estão presentes em número significativo, mas também enfrentam certa invisibilidade no contexto geral das questões sobre população LGBTI+. Sobre os motivos que tornam essas pessoas mais invisíveis, podemos dizer que a cultura normativa machista e patriarcal venezuelana – assim como a brasileira – pode incidir de modo a ocultar essas identificações, assim como impõe maiores riscos para essas pessoas ao se assumirem (KEENAN, 2014). Mesmo assim, é importante reforçar que os perfis se mantêm diversos e, por isso, continuam abrangendo um vasto leque de demandas e questões específicas, que devem ser endereçadas pensando uma isonomia de tratamento na diferença.

> **Participante 2** - Muitos gays e várias lésbicas. Boa parte delas tem família constituída com uma outra mulher e um filho. Então, tem de tudo basicamente.
> **Participante 5** - O que tem mais destaque nos abrigos são perfis de mulheres trans, também em alguns casos, homens gays.
> **Participantes 6 e 7** - Há perfis acolhidos bem pontuais e perfis significativos. Mulheres trans e travestis. Homens cis gays. Mulheres cis lésbicas. Esses são os perfis significativos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Jaqueline Oliveira (UNFPA)** - Quando a gente pensa na população LGBTI+, a gente vê que eles vêm de diversos contextos dentro da Venezuela. São pessoas com diversas faixas etárias distintas, são pessoas indígenas, pessoas não-indígenas, pessoas que estão migrando sozinhas, pessoas que estão migrando em grupos de amigos/família. Não tem um perfil especificamente. Dizer que "ah, são mais as mulheres trans que estão migrando". Seria errado eu falar isso no sentido de que a gente tem diversos grupos. As necessidades das pessoas e os objetivos delas conforme o grupo, também, são distintas também.

As diferenças culturais também devem ser consideradas quando falamos das formas de ser, viver e sentir gêneros, sexualidades e os corpos envolvidos na teia de identificações LGBTI+. Desse modo, os próprios conceitos e categorias que regulam ou tentam dar conta dessas vivências aqui no Brasil são diferentes das categorias e conceitos que dão contorno a essas questões na Venezuela. Com relação à criação de espaços seguros anteriormente citada, a veiculação de símbolos (como o arco-íris) que são reconhecidos no país como ligados ao público LGBTI+ pode não ter significado quando pensamos em população LGBTI+ venezuelana. Outros exemplos que apareceram nos relatos das entrevistas estão ligados à compreensão das categorias que estão postas na própria sigla LGBTI+ (ou até pelos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero). Ser lésbica, gay, bissexual ou transgênero não necessariamente tem o mesmo eco do que "ser da comunidade" nesse caso. A questão do nome social é outro ponto interessante. Apesar de ser um direito reconhecido aqui no país conforme colocado no capítulo 3, esse entendimento não parece óbvio para as migrantes e refugiadas trans, travestis e não-binárias da Venezuela, fazendo com que muitas não queiram incluir seus nomes corretos nos documentos oficiais.

> **Participante 2** - Ser LGBTI+ é meio que uma coisa que as pessoas vão aprendendo ao chegar aqui. As pessoas não se entendem. Elas se referem a si mesmas como "a comunidade". "Ela é da comunidade. Fulana e Ciclana são da comunidade". Mas eles não são extremamente apegados a rótulos. Eles têm um senso de pertencimento, mas não necessariamente a esses rótulos específicos. Então, os perfis são bem variados. A gente tem pessoas que se apresentam como mulheres, mas mantêm... "Ah, esse é meu nome de homem e esse é o meu nome de mulher". E a pessoa não necessariamente quer retificar o documento para ter o nome de mulher reconhecido. Às vezes, quer, às vezes, não quer. Tem gente que se apresenta como homem ou como mulher dependendo do dia, tem gente que se assume como mulher trans.
>
> **Participante 3** - E eles têm uma carpa para os LGBTI+, mas ainda têm uma concepção do que é ser trans, do que é identidade de gênero e sexualidade, que é, às vezes, diferente de como a gente que está trabalhando enxerga ou acha. Por exemplo, uma vez o ACNUR queria fazer algum questionário sobre população LGBTI+ e aí foi dizendo que era para identificar a orientação sexual e a identidade de gênero e tal. E eu olhei aquilo e disse: "Gente, o conceito de nome social é um conceito nosso. Não é um conceito que não está estruturado para eles". Acho que é uma questão histórica de como isso era na Venezuela.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Seria leviano, porém, dizer que há uma cultura venezuelana mais misógina e LGBTI+fóbica que a cultura brasileira. A Participante 4, inclusive, chama a atenção para um certo vício de percepção que circula, principalmente, entre os operadores humanitários da Operação Acolhida de que a há mais preconceito contra pessoas LGBTI+ entre venezuelanos do que entre brasileiros. Se esses operadores estão trabalhando com problemas dessa natureza cotidianamente nos abrigos, isso não significa dizer que fora deles a situação sobre questões de gênero, sexo e sexualidade sejam melhores. Até porque há um *status quo* bastante conservador no estado de Roraima que, muitas vezes, reforça a xenofobia para com migrantes e refugiadas venezuelanas como veremos neste texto, assim como reforça o desconhecimento e o ódio sobre corpos não-cis-heterossexuais até mesmo nas redes de assistência social e de saúde locais onde a busca e o acesso a direitos deveria prevalecer. Falaremos mais sobre isso ainda neste capítulo.

> **Participante 4 -** E aqui eu não quero dizer que a comunidade venezuelana seja mais LGBTI+fóbica que a nossa brasileira aqui no contexto de Roraima. Talvez, a gente consiga verbalizar e reverberar isso de uma forma um pouco mais acentuada dentro do contexto da resposta da Op. Acolhida porque é a forma de exposição que estamos sendo colocados. Se a gente lida diretamente no contexto profissional com abrigo e com as pessoas do abrigo, muito mais fácil a gente vai receber demandas de LGBTI+fobia dentro dessa comunidade do que de membros fora dessa comunidade em direção a membros dessa comunidade. Então, acho que tem um vício de percepção muito característico.

Adicionado a essas particularidades, podemos citar também questões culturais que se relacionam à população indígena migrante e refugiada. Diferentemente dos relatos ouvidos na visita de campo em 2019 apresentada no capítulo anterior, pessoas LGBTI+ pareciam mais passáveis no dia-a-dia da convivência e enfrentariam menos problemas com a comunidade indígena do que com a comunidade não-indígena mesmo que o assunto não esteja totalmente normalizado dentro de ambos os contextos. Ainda que para afirmar melhor esse contorno da realidade esta pesquisa precisasse de uma investigação mais profunda, essa informação abre margem para pensar como fatores culturais são importantes para reiterar certas normas que, por sua vez, (im)possibilitam que certos sujeitos possam ser viáveis, ou pelo menos, possam viver suas vidas sem estarem constantemente paralisados pelos efeitos da violência e do discurso de ódio.

> **Participante 5** – (...) eu já ouvi muitos comentários de atores externos que não conhecem muito bem a realidade dos abrigos, de que gênero e sexualidade é uma questão tabu, impossível, não aceita pelos indígenas. E o que a gente vê dentro dos abrigos é que não é bem assim. Existe uma aceitação e acolhimento da própria comunidade a essas pessoas, claro, às vezes, há conflito, às vezes, há situações de preconceito, mas nada estrutural ou fora do absurdo. Assim,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> claro, toda violência desse tipo é absurda em algum nível, mas você entende o que eu quero dizer. Então, tem lideranças que são LGBTI+, inclusive, com mulheres trans, homens gays como Aidamos dos abrigos, caciques. Acho que isso é interessante ter no campo de visão da temática, essa intersecção entre indígena e LGBTI+ e que tem acontecido de uma maneira fluida. O que é diferente da maneira de abordar essa temática nas comunidades indígenas de acolhida, que são comunidades adventistas que impuseram como regra para o acolhimento das pessoas que seguissem o dogma da religião adventista. Há algumas pessoas LGBTI+ que vieram e que não conseguem se adequar, algumas voltaram para a Venezuela por conta disso inclusive.

Em termos gerais, essas pessoas chegam a partir da fronteira seca entre Brasil e Venezuela acessando Roraima via Pacaraima. Essa fronteira, desde sempre muito desassistida pelo Estado brasileiro, passa a ter uma importância grande com o aumento exponencial do fluxo migratório venezuelano, que pressiona os sistemas de assistência social e serviços no estado de Roraima e, consequentemente, requer uma ação do Estado pela reiteração de sua soberania. A fronteira, mesmo com uma estrutura sendo montada na emergência, continua precária e insegura para as pessoas que a atravessam. Para a população LGBTI+, a situação pode ser ainda mais grave, uma vez que a região é dominada pelas rotas do tráfico de pessoas e da prostituição, não só por conta de dividir dois países diferentes, mas também por conta do intenso garimpo na região[97]. Os caminhos que migrantes e refugiadas LGBTI+ decidem percorrer para chegar a um país de acolhida já impõem riscos, que são bastante altos em nível individual. Além disso, essa situação cria uma demanda de acolhimento que precisa estar ciente das vulnerabilidades para que a acolhida humanitária não (re)crie situações discriminatórias e violentas, sendo catalisadora de uma estrutura já LGBTI+fóbica.

> **Participante 1** – (...) não ia me identificar como gay por segurança da minha viagem. O deslocamento que a pessoa faz, você deve ter ouvido muitas histórias dessas pessoas LGBTI+, é um processo muito violento para a pessoa. Quanto mais ela puder esconder qualquer coisa que expõe ela a um risco, ela vai esconder.

O fechamento das fronteiras durante a pandemia, inclusive, foi responsável por adensar dificuldades e mudar o perfil de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil. Se antes, como em 2019, as pessoas chegavam com alguma condição de recomeçar em um país totalmente novo na tentativa de melhorarem de vida, em 2022, as pessoas chegavam com um quadro de vulnerabilidade muito mais claro e agudo por conta de terem se deparado com impossibilidades das mais diferentes

[97] O território indígena demarcado Raposa Serra do Sol, que engloba a cidade de Pacaraima, é alvo constante da ação de garimpeiros. Mais informações em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3835.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

ordens. Na Venezuela, havia um esgotamento de recursos materiais e humanos que não podia ser superado com a possibilidade de migrar para outro país, já que a pandemia arrochou as medidas de segurança sanitária a partir de restrições de circulação de pessoas, principalmente, migrantes internacionais e estrangeiros de forma geral. Se considerarmos os pressupostos de crise dessa leitura humanitária da Operação Acolhida, a COVID-19 e a sequência de reiterações da lógica do Estado-nação com o fechamento da fronteira, expõem uma linguagem de governo que só pode se dar em nome de cidadãos. Mas essa lógica acaba padecendo de suas próprias políticas quando gera efeitos que criam um cenário de crise ainda pior para as migrantes e para a atuação em campo.

> **Participante 4** – As pessoas começavam a chegar para a gente com necessidades e quadro de vulnerabilidade muito maior pela fragilidade da Op. Acolhida de dar conta dos quesitos de proteção. Hoje, o que a gente encontra dentro da comunidade LGBTI+ em termos de acolhimento são pessoas que passaram muito tempo na Venezuela e, nesse período de fechamento da fronteira, decidiram não migrar por questões familiares ou porque de alguma forma conseguiam seguir sobrevivendo minimamente de uma maneira adequada. Então, essas pessoas chegam com um quadro de vulnerabilidade maior. (...) O que a gente entendia muito no contexto da fronteira fechada é que a comunidade LGBTI+ e as mulheres desacompanhadas eram sujeitos mais vulneráveis no trânsito na chegada por meio das *trochas*. (...) O que a gente via antes é que, quem tinha coragem de fazer essa travessia nesse contexto, tinha uma coragem absurda para realizá-la, mas as pessoas chegavam ainda um pouco mais fortalecidas inclusive na perspectiva de tentarem a formação de uma rede de apoio entre seus pares, de estarem aptas a construírem um plano de vida em outro estado com as equipes de proteção aqui. Agora, tem uma parcela que tem chegado em total situação de fragilidade, em que as demandas estão ali colocadas e a gente vê uma perda de autonomia muito grande das pessoas.

E o que migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas buscam ao entrar no país? Apesar de uma gama bastante grande de demandas, há uma ânsia em encontrar um trabalho que dê conta da subsistência no Brasil e dos sonhos, os quais podem vislumbrar a passagem pelo país como trampolim para outro percurso migratório. Essa vontade se dá em paralelo com um otimismo em torno do deslocamento, que cria um imaginário permeado pelo discurso de liberdade e igualdade de um Ocidente (Brasil) respeitador de direitos LGBTI+ (RABOIN, 2017). A frustação, no entanto, acompanha esse estabelecimento nesse terceiro país, já que a situação de migrantes e refugiadas LGBTI+ é cheia de percalços determinados por uma dupla circunstância de exclusão: ser migrante e ser LGBTI+. Em um Brasil em que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

a empregabilidade se encontra minada por dificuldades econômicas e políticas[98], migrantes e refugiadas LGBTI+ estão no final da fila como veremos mais à frente com o tema da interiorização.

> **Participante 2** - As pessoas são muito apegadas à questão do trabalho mesmo. Só conheci uma pessoa que quer fazer transição que foi uma demanda diferenciada porque a maioria das pessoas não faz essa demanda. Eu realmente acho que, de fato, emprego e sair daqui (Roraima) são as maiores demandas. As pessoas querem muito sair daqui. Ninguém aguenta essa cidade. Ninguém aguenta o abrigo. Então, ser interiorizado de preferência com uma vaga de trabalho, não só para a população LGBTI+, é a vontade da população de abrigo em geral. Eles mantêm isso.
> **Jaqueline Oliveira (UNFPA)** - A gente tem sempre pessoas que estão buscando apoio nas principais esferas que são de documentação, de abrigo, refúgio, um local, e de integração econômica. Eu acho que até as pessoas como um todo buscam essas frentes e, principalmente, a integração econômica. Então, a gente vê que a população LGBTI+ quer chegar e buscar emprego, quer entrar no processo de interiorização, que é um dos eixos da Operação Acolhida. Infelizmente, não é possível a gente dizer que existe um grupo com características fixas, mas que essas pessoas chegam no Brasil com necessidades distintas também.

Finalmente, outra questão que aparece nos relatos das participantes da pesquisa se refere à busca por tratamento de HIV/AIDS no Brasil, o qual possui um serviço que é referência mundial de saúde[99]. Como a Participante 1 afirma, é preciso combater o estigma da doença e do vírus relacionado à população LGBTI+, que acabou muito marcada como público focal desde os primeiros surtos. É igualmente necessário, contudo, reconhecer que a população LGBTI+ deve ser um grupo de atenção nesse caso, principalmente, quando o contexto da migração para outros países é pano de fundo para a procura por atendimento médico e tratamento contínuo. A Operação Acolhida, inclusive, segue seus protocolos com as instituições e parceiros responsáveis – ADRA para saúde – ou facilita encaminhamentos para que sejam garantidos o acesso a direitos e uma abordagem responsável.

> **Participante 1 -** Outra coisa que eu fiquei muito impactado e vale a pena mencionar é quantidade de pessoas que chegavam vivendo com HIV há mais de cinco anos sem receber seus tratamentos. É muito importante a gente dissociar esse estigma da população LGBTI+ com a saúde sexual e reprodutiva e o HIV, mas não tem como a gente separar isso. Seria uma forma de violência, de eugenia da própria população (LGBTI+). Há um processo de desinteresse total pela questão. (...) As pessoas chegavam já completamente vulnerabilizadas, com um quadro clínico muito alto, vivendo com AIDS há

[98] São mais de 10 milhões de desempregados no Brasil em 2022, configurando quase 10% da população. Ver mais em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em 14 de setembro de 2022.
[99] O programa brasileiro de combate ao HIV/AIDS completou 25 anos em 2020. Ver mais em: https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/programa-de-combate-ao-hiv-aids/. Acesso em 14 de setembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> muito tempo. E foi muito difícil porque foi um Estado (Venezuela) que chegou a deixar as pessoas sem medicamento por mais e dez anos, sabe?

3. Acolhimento

3.1. Acolhimento na Fronteira e em Roraima

A fronteira, mais particularmente a cidade de Pacaraima, é o primeiro lugar em que algum acolhimento é feito pela Operação Acolhida. A chegada das pessoas é marcada, mutas vezes, por situações de violência e vulnerabilidade social que inspiram um cuidado especializado e atento às necessidades particulares de cada pessoa. Todas as pessoas passam pelos PTRIG ou Postos de Recepção e Identificação (PRI) e ali, em uma conversa voltada para a proteção, são identificadas essas necessidades e demandas pelas quais são feitos os encaminhamentos possíveis. No caso de população LGBTI+, há de se notar que muitos preferem omitir sua identificação de gênero, sexualidade e sexo quando isso é possível por receio. No caso das questões de sexualidade, talvez, seja ainda mais corriqueiro, já que a orientação sexual de uma pessoa não obrigatoriamente está ligada a um comportamento ou apresentação aparentes.

> **Participante 1** - A porta de entrada é o lugar que você vai pensar como garantir que a pessoa entre, seja informada de seus direitos. Se ela for uma pessoa LGBTI+, ela vai chegar aqui: “Eu estou chegando e será que eu posso me identificar? Será que não? Como vai ser?". A gente pode pensar algum programa. Mas é impossível pensar que a gente vai tirar as pessoas do armário, mesmo porque a gente pode causar mais danos.
> **Jaqueline Oliveira (UNFPA)** - Todas essas pessoas devem passar pelo Posto de Triagem para documentação ou para abrigamento, se é o desejo delas, ou acesso a outros serviços de atendimento, ou acesso a serviços que são oferecidos pelas equipes de proteção. Claro que em alguns momentos, dependendo da necessidade da pessoa, a gente orienta buscar diversos serviços distintos se temos uma pessoa que, por exemplo, passou por um caso de violência doméstica, uma mulher trans. A gente busca encaminhá-la para a Casa da Mulher Brasileira, claro.

Mas Pacaraima é um município com uma rede de serviços muito limitada e com uma população que se vê bastante desgastada com a situação do fluxo migratório venezuelano. A fronteira ali nunca foi uma prioridade de Estado e, até uns anos atrás, pouco se falava sobre a região, que era conhecida por ser um território indígena constantemente violado pelo garimpo como supracitado. A Operação Acolhida traz um pouco de estrutura para esse local, mas chega por conta de um fluxo repentino, que pressiona o sistema de serviços e assistência deixando mais evidentes os problemas que a falta de Estado gera. E, a partir desses problemas, os manejos político-burocráticos provisórios são a ordem da vez. Nesse sentido, o acolhimento humanitário se vê muito atravessado por situações que o condicionam pela repetição performativa da norma do Estado e, nesse caso, também

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de um certo malabarismo político que era muito caro ao governo federal. É preciso acolher, mesmo que em um primeiro momento somente, para reforçar a narrativa do comunismo como chaga moral e econômica frente a um Brasil forte, assim como é preciso dar conta dos ânimos de uma população local frustrada, desassistida e indignada. Um episódio emblemático dessa tensão foi o assassinato de um brasileiro em um assalto em 2021[100], que a Participante 3 conta em entrevista.

> **Participante 3** - Tinha muita gente na rua, aconteceu um assalto a um mercadinho em Pacaraima e assassinaram o dono do mercadinho, que era brasileiro. A comunidade de Pacaraima queria linchar todos os venezuelanos. Foi um dia de inferno. Isso foi em uma terça-feira à noite e, na quarta-feira, estava a política do medo. Todo mundo com medo. Essa informação demorou umas três horas para chegar até Boa Vista. Estava rolando um monte de áudio: "Brasileiros, vamos nos unir e é hora de matar esses venezuelanos. É uma guerra e não importa se é homem ou se é mulher. A gente vai matar a paulada". Estava desse jeito. E aí, lá em Pacaraima o Exército fez uma super operação. Eles começaram a jogar todo mundo dentro do PTRIG. (...) E a fronteira é uma piada, né? É bom porque eu defendo esse tipo de fronteira, mas zero controle. (...) O que acontece? O anexo (anexo do abrigo BV8 em Pacaraima) fechou entre aspas, né? Ele ia fechar. Mas o que acontece? Parece que a FT Log, os militares fizeram um acordo com a prefeitura de Pacaraima que não teria nenhum venezuelano na rua. Você acha que eles querem em ano eleitoral que tenha problema, né?

O acolhimento da operação segue seus fluxos para além da fronteira e tem em Boa Vista um processo mais continuado de demandas cotidianas para uma vida comum: questões de saúde, documentação, empregabilidade, mas, também, questões envolvendo violências e discriminação. Ademais, migrantes e refugiadas LGBTI+ são pessoas que têm demandas específicas de suas identificações como nome social (para migrantes trans e travestis envolve apenas a já citada inclusão), que devem ser consideradas com o cuidado e entendimento do que expressam. Ser LGBTI+, assim como aparece no capítulo 3, parece ser importante, mas nunca é determinante até porque os critérios de vulnerabilidade acabam variando conforme a logística dos abrigos e o contexto de fluxo de pessoas como veremos. Se em 2022 os operadores humanitários com quem falei pareciam estar mais certos das vulnerabilidades da população LGBTI+ e da necessidade de ações especializadas do que em 2019, permanecia aí um certo olhar flutuante ditado pelo fato de que quase todo mundo ali é vulnerável. Analogamente, as limitações estruturais, logísticas, financeiras e as situações políticas também pressionam, às vezes muito rapidamente como temos visto, para mudanças dos protocolos.

[100] Ver mais em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/11/25/apos-morte-de-comerciante-em-assalto-pacaraima-registra-tensao-e-disparo-de-fogos-de-artificio-contra-venezuelanos.ghtml. Acesso em 14 de setembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

O trabalho do UNFPA, a partir de seu mandato em violência baseada em gênero, é importante para a população LGBTI+ ainda assim. Por ter um enfoque mais direcionado, essa atuação acaba dividida entre ações com as próprias migrantes e refugiadas e com os agentes do Estado de modo a garantir o acesso mínimo a direitos no Brasil dentro desse fluxo de acolhimento que começa em Pacaraima e continua em Boa Vista até culminar – ou não – na interiorização para outro estado do território brasileiro. Dessa maneira, o trabalho de proteção e encaminhamento para parceiros ou entes públicos é também acompanhado por rodas de conversa, pela produção de material didático como já vimos e por projetos em paralelo como ainda entenderemos nos próximos parágrafos através de metodologias pensadas para o contexto migratório venezuelano na América Latina.

> **Participantes 6 e 7** - Referenciamento de casos sempre acontece. Quando se tem um caso específico, a orientação sexual e a identidade de gênero estão como variáveis a mais. Ser LGBTI+ traz risco concreto, risco aumentado. Não é um fator determinante (ser LGBTI+), mas é um indicador importante. Indica o perfil de cada caso e encaminhamentos.
>
> **Participante 2** - A gente tem o UNFPA que, tanto aqui em Boa Vista, quanto em Pacaraima, é mais concentrado em um lugar só, faz muitas atividades específicas para pessoas LGBTI+ e mulheres também. Então, eles têm esse atendimento especializado também, se as pessoas quiserem óbvio. Muitas rodas de conversa, o que a gente chama de *charla*. Tem a possibilidade, lógico, de fazer uma escuta especializada de uma pessoa de proteção. Se a pessoa LGBTI+ tem questões de proteção especificamente relacionadas, ela pode passar por esse atendimento individualizado para tentar ter essa pessoa facilitando os acessos aos direitos. Tem essa possibilidade de atendimento direcionado.

O "espaço seguro" (ou *safe space* em inglês) do UNFPA é exemplo de metodologia criada para esse contexto em específico, possibilitando que pessoas LGBTI+, por exemplo, consigam endereçar suas questões por meio de uma confiança estabelecida com um trabalho que é referenciado pelas pessoas que já foram atendidas ali. Os espaços seguros estão presentes nos três PTRIGs da Operação Acolhida (Pacaraima, Boa Vista e Manaus) e também acontecem de forma itinerante por espaços que as equipes identificam como focais. Nessa dinâmica, podem surgir dúvidas e demandas diversas, uma vez que as migrantes e refugiadas LGBTI+ vão descobrindo possibilidades não conhecidas e entendendo como podem pleiteá-las em um universo de funcionamento das coisas totalmente diferente daquele vivenciado na Venezuela. Há um trabalho aí, que além de ser uma repetição constitutiva de protocolos, normativas e diretrizes, também pode ser uma experiência de acolhimento que vá além da triagem e dos fluxos de encaminhamento. O acolhimento em si pode abrir margem para uma escuta mais

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

próxima e do estabelecimento de laços que inspirem segurança, cuidado e amparo mesmo que essa relação ainda seja nuançada por esses mesmos protocolos, normativas e diretrizes que manejam o encontro entre beneficiárias e operadores.

> **Participante 4** – (...) tem toda essa metodologia dos espaços seguros, que, talvez, seja a estratégia de acolhimento, e é baseada em uma experiência regional do UNFPA no contexto aqui da experiência da migração venezuelana nos distintos países: na Venezuela, na Colômbia, no Peru, no Equador e no Brasil. Foi uma metodologia de espaço seguro desenvolvido nesse contexto. (...) tanto em Boa Vista, quanto em Pacaraima, a gente tem algo que talvez seja um *plus* para a comunidade LGBTI+, que é o espaço seguro no PTRIG. (...) as pessoas enxergam ali um espaço seguro para compartilhar. O UNFPA consegue fazer essa primeira escuta e dar seguimento junto às necessidades com as demais organizações que estão ali colocadas na Op. Acolhida. Eu acho que o UNFPA consegue, talvez, gerar essa confiança junto ao público. E a gente percebe pelos encaminhamentos que vão chegando que o boca a boca é a forma com que as pessoas vão se comunicando.

O que acontece aí, contudo, é que o trabalho das organizações internacionais e seus parceiros acaba esbarrando nas barreiras do sistema de assistência pública brasileiro assentado em uma LGBTI+fobia, que gera desconhecimento sobre as questões de gênero, sexo e sexualidade para os brasileiros, mas se acentua quando envolve corpos que já estão excluídos da lógica do Estado como o de migrantes e refugiadas, nesse caso, pobres, indígenas e pretas. Além da pouca estrutura de uma forma geral em cidades como Pacaraima e das limitações de Boa Vista, o trabalho para com população LGBTI+ dos agentes de segurança, saúde e assistência social deve ser pensado de forma situada, já que transparece a inoperância do Estado brasileiro em relação a gênero, sexo e sexualidade. Se compreendemos aí o desprezo do governo de Bolsonaro por essa agenda, temos uma dupla desconsideração que põe à prova os corpos e adensam as vivências de pessoas com orientações sexuais, identidades de gênero e sexos que desafiam os binários e a norma que alinha sexo-gênero-desejo como coloca Butler (2003).

> **Participante 4** - Os serviços públicos do município acho que continuam com as mesmas limitações. A gente tem uma limitação muito grande ainda do sistema CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) de conseguir oferecer um atendimento qualificado e diferenciado para a comunidade. (...) A gente vê o quanto a gente acompanhar faz a diferença. O profissional se sente um pouco assim: "Esse aqui eu atendo porque veio com o povo da ONU". Mas se a pessoa tivesse aparecido lá sozinha, ela ia passar por uma série de barreiras para ter acesso tanto aos benefícios sociais, ou por uma outra questão de assistência social. A mesma coisa com os serviços públicos na área de saúde. A gente tem um serviço especializado, que faz o acolhimento para o tratamento de HIV, testagem de IST (Infecção Sexualmente Transmissível), PEP (Profilaxia Pós-Exposição ao HIV), PrEP (Profilaxia Pré-Exposição ao HIV), em que a gente consegue observar uma boa acolhida para os sujeitos LGBTI+. Mas as Unidades Básicas de Saúde, de uma forma geral, não são um espaço acolhedor, não têm sido um espaço acolhedor. O recorte dos sujeitos LGBTI+

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> venezuelanos hoje é mais um recorte. Então, a gente já vê que é um processo mais estrutural mesmo de violência e discriminação por gênero e sexualidade nesses serviços.

Não devemos esquecer, porém, que o próprio funcionamento das instituições internacionais presentes da Operação Acolhida também segue uma burocracia determinada, que, quando casada com determinados cenários internos, pode recriar fronteiras que reverberam uma cultura institucional que é bastante fiel à triangulação e hierarquias muito específicas. Nesse caso em que nos debruçamos, até a própria relação entre ONU e governo federal se vê atravancada por narrativas, por vezes, em direções opostas[101] e que trazem cálculos político-burocráticos que podem influenciar no acolhimento humanitário proposto em conjunto. Não há como determinar onde humanitarismo começa e o Estado termina ou vice-versa. Como estrutura humanitária e/ou resposta estatal colocada em um território específico, a Operação Acolhida precisaria estar atenta ao alinhamento dos atores para que não se recrie ou reforce de antemão a LGBTI+fobia estrutural que já se encontra no seio das instituições públicas do país tanto em Roraima, quanto no Rio de Janeiro, por exemplo.

> **Participante 8** - E o que bloqueia é uma burocracia muito forte da ONU juntamente com uma burocracia que também pode afetar mais ainda por parte do governo brasileiro. Na época, teve muitos kits que foram barrados pela ANVISA durante muitos meses. (...) kits que viriam da sede do UNFPA em Copenhagen onde eles produzem produtos para atender as pessoas. Isso foi bloqueado pela ANVISA no porto ou aeroporto por meses e aquele grupo, por seis meses, não viu nada dos kits. Enfim, acho que essa burocracia interna da ONU e a burocracia política do governo Bolsonaro, na época, incidindo na ANVISA com o bloqueio dos kits sob justificativa de que poderiam ser utilizados para aborto e controle da saúde reprodutiva, trazem toda essa questão política. "Não deixaremos entrar remédio de aborto do UNFPA aqui".

3.2. Critérios de Vulnerabilidade e Acolhimento nos Abrigos

O tema dos critérios de vulnerabilidade envolve muitas questões de uma articulação interagências alinhada com normas de Estado e humanitárias vigentes no contexto da Operação Acolhida. A repetição dessas normas a partir de práticas, protocolos e discursos impacta no acolhimento humanitário de pessoas LGBTI+ por meio de efeitos múltiplos e não intencionais. É um caminho performativo que acessa uma estrutura LGBTI+fóbica assentada no ódio a corpos e identificações de

[101] As críticas mútuas entre a ONU e Bolsonaro são muitas. Destaco aqui duas: críticas da ONU aos ataques à democracia brasileira por parte do presidente e críticas da ONU à atuação do governo frente à pandemia. Ver mais em: https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/25/bachelet-eleicao-brasil.htm; https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/08/28/onu-critica-bolsonaro-e-alerta-lideres-tomem-cuidado-com-o-que-dizem.htm. Acesso em 17 de setembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

gênero e sexualidade que tensionam um mundo socialmente delineado. Primeiro, o conceito de "critérios de vulnerabilidade" é sempre posto à prova, já que se trabalha com uma população em extrema vulnerabilidade. Se o Estado brasileiro reconhece "a grave e generalizada violação de direitos humanos" na Venezuela como consta na Declaração de Cartagena (1984) e na lei brasileira sobre o refúgio, faz sentido que a operação não tenha critérios de vulnerabilidade rigidamente definidos, uma vez que o trabalho deve garantir a isonomia de tratamento, inclusive, como garantia dos direitos fundamentais dessas pessoas.

> **Jaqueline Oliveira (UNFPA)** - A Operação Acolhida em si ela não tem um critério de vulnerabilidade porque se entende que todo mundo está em uma situação de vulnerabilidade. Inclusive, a gente coloca sempre que não tem como a gente medir essa vulnerabilidade porque uma hora a pessoa pode, como já aconteceu em outros momentos, estar estável, pode ter um emprego, pode inclusive ter se interiorizado para outra cidade, mas, por alguma situação, ela pode retornar à operação. Ela pode precisar dos nossos serviços novamente. A gente não tem os critérios de vulnerabilidade em um sentido geral, mas tem alguns serviços. (...) É claro que alguns serviços têm uma demanda bem maior e, por ter essa procura bem maior, a gente precisa estabelecer alguns critérios.

A experiência no fluxo de trabalho, porém, requer encaminhamentos que tenham lógica minimamente estável para que se possa operar respeitando certos perfis de beneficiárias e, como coloca o Participante 1, "certas figuras jurídicas mais concretas". Esse é o caso de crianças com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), mulheres com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979) e pessoas com deficiência com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), por exemplo. No caso de pessoas LGBTI+, apesar de podermos citar documentos como os Princípios de Yogyakarta (2008) escritos por especialistas e citados no capítulo 1, não há um documento jurídico que seja assentido e incorporado pelos Estados. É claro que podemos assegurar direitos internacionais sem a necessidade de se passar pelo Estado, mas, no caso da Operação Acolhida, que é uma política de Estado, essa lacuna torna a figura da migrante e da refugiada LGBTI+ algo sem contornos claros deixando a cargo das organizações internacionais a responsabilidade de entender especificidades com base em referências anteriores e internacionais.

As organizações internacionais, por sua vez, entendem que a população LGBTI+ é um grupo de vulnerabilidade aumentada e, por isso, trazem o tema como possível critério para encaminhamento a determinados serviços. Mas, como vimos logo acima, os documentos não se debruçam sobre a questão de modo tão atento.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Poucas menções aparecem em documentos como o *Age, Gender and Diversity* (2018) e o *Estánderes Mínimos Interagenciales* (2019), reproduzindo de certa forma o vazio jurídico do Direito Internacional quando se pensa em orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico. O que se tem, de fato, é experiência internacional em outros contextos. Então, os critérios de vulnerabilidade acabam existindo informalmente sem uma diretriz tão certa e se mantêm ligados à estrutura logística de serviços disponível naquele momento. Desse modo, não há um documento que liste um *modus operandi* definido e isso pode explicar porque em 2019 a população LGBTI+ constava fora desses critérios informais como apresentado no capítulo 3. Os critérios são maleáveis e, têm no bom senso geral, espaço de manobra, tornando a figura do operador humanitário uma espécie de juiz.

Vimos no capítulo 2, que Butler (2002) chama a atenção para a figura do decisor não como ponto de poder essencialmente localizado, mas como ponto de reiteração de leis e, neste caso, protocolos, que constituem um certo dispositivo, ou mais propriamente, a acolhida humanitária da Operação Acolhida. Há a necessidade, a partir daí, de uma formação substantiva no contexto da compreensão das demandas e questões específicas da população LGBTI+ para que se possa responder da melhor forma possível. Veremos mais disso na próxima seção. Mas a melhor forma possível, quando condicionada à coordenação interagências das organizações envolvidas, à burocracia logística do Exército e à política e às finanças do Estado, é linguagem de um acolhimento com muitas condicionais, mais condicionais do que, talvez, essas pessoas LGBTI+ em vulnerabilidade possam suportar.

> **Participante 1** - Hoje, você não vai encontrar nenhum lugar que fala: "tem que priorizar x, y e z". Não. Há jurisprudências, há experiências que falam que esses perfis podem ser, podem estar em risco. E, claro, existem perfis que são mais evidentes como, por exemplo, crianças e adolescentes que estão desacompanhados. Já é um direito garantido tanto pelo Estado com Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto também pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989). Aí, já é uma outra jurisprudência. (...) Enfim, tirando essas figuras jurídicas mais concretas, a gente pegava essas experiências humanitárias de outros contextos e as aplicava. E funcionou muito bem.
>
> **Participante 3** - Mas, então, eu não sei te dizer se tem formalizado um critério com uma coisa bem quadrada. Tipo, entre pessoas com X vulnerabilidade e Y, você deve decidir X ou deve decidir Y. Conta-se, um pouco, com o bom senso da avaliação da pessoa que está fazendo a escuta e que está conduzindo as solicitações de abrigamento.

Os critérios de vulnerabilidade influenciam, basicamente, nas questões de abrigamento como serviço limitado disponível para as migrantes e refugiadas. A

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

triagem da população é um cálculo estratégico necessário quando se pensa quem deve acessar os abrigos, já que todo mundo é mais ou menos vulnerável. Essa biopolítica, se usarmos o termo de Foucault (1999), é expressão da regulação e do controle que também fazem parte do cotidiano humanitário. O que fica marcado no ano de 2022, contudo, é o enxugamento das finanças direcionadas à Operação Acolhida, tornando esse trabalho de triagem, de tomada de decisão, ainda mais complexo, pois não se consegue mais responder aos padrões anteriormente definidos porque a ordem do dia demonstra uma diminuição das possibilidades de como alocar diferentes necessidades de diferentes grupos de pessoas. E, ainda assim, persiste um engessamento das medidas criativas que poderiam suplementar tempos de escassez e mudanças drásticas como, principalmente, a troca de governo federal em 2023[102].

Falaremos da diminuição dos recursos na seção 6. Aqui, me limito a dizer, que no rol das figuras jurídicas de proteção, a população LGBTI+ tem desvantagem por não possuir estatutos tão claros, normativos e vinculantes que deem conta de seus desafios. Por meio disso, e na escolha dos beneficiários atendidos com abrigamento, momentos de contração fazem com que pessoas com gêneros, sexualidades e sexos dissidentes possam não ser a prioridade de atendimento de uma forma geral. Na esteira dessas repetições, são recriadas condições de possibilidades e impossibilidades, as quais podem acabar reforçando estruturas LGBTI+fóbicas já muito impregnadas no dia-a-dia dos brasileiros. A diferença nesse caso é que são refugiadas e migrantes venezuelanas, que já estão no final da fila por não falarem a língua, por não conhecerem o funcionamento da vida no país, por não terem redes de contato e afeto e, muitas vezes, não terem a autonomia suficiente para gerir suas próprias vidas em um terceiro país.

> **Participante 2** - Eles têm uma tabela de códigos de necessidades específicas. Todo mundo que está dentro de uma necessidade específica dessa, é considerado vulnerável de qualquer maneira, o que, sinceramente, é basicamente todo mundo aqui, todos os migrantes daqui. Praticamente todos. Aí, você tem que ir fazendo sua triagem de quem é o mais vulnerável.
> **Participante 4** - Então, é a pergunta que está na boca do dia porque os critérios de prioridade para abrigamento continuam os mesmos se eu olho. Um sujeito LGBTI+ é um sujeito prioritário para abrigamento. Uma mulher grávida é prioridade para abrigamento. Uma mulher sozinha com filhos é prioridade para abrigamento. E você vai na área da rodoviária e você encontra várias pessoas nesses contextos por lá. E o que acontece que eu não estou conseguindo mais

[102] Lula ganhou as eleições presidenciais em 2022 e volta ao poder para mandato de 2023 a 2026. Ver mais em: https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/lula-pt-eleito-presidente-terceiro-mandato.htm. Acesso em 31 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> fazer com que esses critérios de priorização deem conta das vulnerabilidades que estão colocadas ali? (...) Cada vez eu tenho menos carpas e eu não tenho uma estratégia de olhar e maximizar essas carpas para que eu encontre saídas para possibilitar e otimizar o abrigamento das pessoas LGBTI+ como encarar, de fato, algo que é muito natural na perspectiva de gênero e de sexualidade de encontrar formas de que famílias possam ser constituídas nessas relações. E que a gente consiga criar um espaço em que essas pessoas estejam abrigadas de forma conjunta. Esses são os desafios que estão sendo colocados nesse racionamento do espaço físico, racionamento de recursos. Como eu garanto o mesmo nível de proteção a partir de um novo olhar, de uma nova estrutura que valorize da mesma forma as vulnerabilidades e as necessidades de proteção dessas pessoas? Essa é a pergunta da ordem do dia que está colocada.

A falta de vagas nos abrigos impõe uma logística específica. É praticamente impossível construir qualquer estrutura que abrigue toda a população vulnerável que chega da Venezuela. Além disso, nem todas as pessoas gostariam de estar nos abrigos. O que se segue é que, em momentos difíceis, é provável que a população LGBTI+ vulnerável que deseja e precisa de abrigamento esteja de fora dos critérios usados na ordem do dia e, por isso, tenham seus desafios intensificados. E os abrigos já passaram por inúmeras mudanças e o mapa dessa estrutura já foi redesenhado muitas vezes. Isso fica muito evidente de 2019 para 2022, em que muitos abrigos não existem mais, mudaram de perfil ou se fundiram com outros espaços como foi colocado logo no início deste capítulo e será aprofundado na próxima seção. Abrigos que já foram especializados nas questões de identidade de gênero, orientação sexual e corpos dissidentes não existem mais ou não têm esse foco de acolhimento mais.

> **Participante 5** - Boa Vista tem seus abrigos para refugiados e migrantes e tem a quantidade X de vagas disponíveis nesses abrigos, certo? Então, nem toda a pessoa refugiada e migrante, que solicita abrigamento, é abrigada. Ela passa por esse processo que eu mencionei na pergunta anterior de avaliação por alguém da equipe de proteção, às vezes, do parceiro, às vezes, do próprio ACNUR. Existem critérios de vulnerabilidade. Mulher gestante desacompanhada, pessoas com mais de 65 anos, família monoparental com mais de tantas crianças... Eu não sei, se no momento, para os abrigamentos em geral em Boa Vista a pessoa se identificar como LGBTI+ está sendo um critério de vulnerabilidade para abrigamento. Já foi. A gente já teve abrigos em Boa Vista, mais ou menos, especializados em receber população LGBTI+. No momento, não temos mais. Mas trazendo para Pacaraima, a lógica é a mesma. (...) No abrigo indígena de Pacaraima (Janokoida), a gente abriga toda pessoa que se identifica enquanto indígena e seus familiares. Não tem muito a aplicação dos critérios de vulnerabilidade, mas a gente tem uma capacidade operacional de 400 vagas.

O acolhimento dentro dos abrigos é um trabalho à parte. Até porque o microcosmos daquele cotidiano é permeado por elementos muito específicos de uma lógica humanitária montada em um território cheio de especificidades. Desde as casinhas da IKEA, entrada e saída dos abrigos até a convivência entre pares, famílias, beneficiários e operadores humanitários, tudo envolve um trabalho que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

não tem começo, meio e fim, e demanda uma organização e uma atuação contínuas para que o funcionamento das coisas dentro dos espaços seja possível. Pensando em pessoas LGBTI+, o acolhimento tem se dado, em parte, pela organização de áreas que congreguem essa população em lugares visíveis e de forma unida para que, primeiro, se evitem casos de violência e discriminação LGBTI+fóbicas comuns entre a população venezuelana e para que, segundo, se possa construir espaços de convivência e trocas no fortalecimento de base comunitária mesmo que nesses intramuros.

> **Participante 3** - O que a gente tem de política nos abrigos não-indígenas é uma carpa só da comunidade LGBTI+ porque seria uma exposição, uma situação de risco a gente colocar quatro homens solteiros (cis heterossexuais) e um gay no meio. A chance dessa pessoa sofrer algum tipo de violência é muito grande. Essa política também existe no abrigo indígena. A gente tem uma carpa só para LGBTI+s, (...). Tem essa divisão para evitar mesmo situações de violências. E tem, também e por solicitação da comunidade, um banheiro LGBTI+. E, assim, são perfis que, na verdade, o que a gente tem de política, é que eles estão sempre no nosso radar.

O abrigamento da Operação Acolhida, nesse contexto, funciona como estratégia de acolhimento, mas não encerra aí esse trabalho porque também possui suas próprias questões de acolhida quando pensamos na estrutura interna e nos fluxos de tarefas e serviços ali colocados. E essa acolhida não se finda com a população LGBTI+ dentro desses espaços tão somente. Sobre o universo dos abrigos e iniciativas como o do próprio "banheiro LGBTIQ+", que já vimos um pouco sobre no capítulo 3, a próxima seção fará um mergulho mais certeiro, buscando se ater às atividades, treinamentos e serviços oferecidos a partir de uma estrutura interna determinada por certas repetições normativas de protocolos, encaminhamentos e práticas.

4. Abrigamento e Estrutura Interna

4.1. Estrutura e Organização dos Abrigos

A gestão dos abrigos da Operação Acolhida está a cargo do ACNUR e seus parceiros implementadores. Isso significa dizer que o abrigamento, seus fluxos de trabalho e decisões estão sob a responsabilidade desses atores a partir do que ficou estabelecido com o governo federal pelos acordos de cooperação técnica. O trabalho de proteção, nesse sentido, é estabelecido nos abrigos conforme as necessidades e demandas que vão surgindo em que, mais uma vez, diretrizes sobre gênero e sexualidade aparecem diluídas em temáticas chave como a de "violência baseada em gênero". Outros atores, como o UNFPA podem encaminhar casos de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

abrigamento a partir de seu trabalho com populações focais como a LGBTI+, mas continua a cargo do ACNUR e dos parceiros decidir sobre isso. De forma parecida, também fica aberto para que outros atores proponham e participem de atividades, treinamentos e formações específicas no cotidiano desses espaços como veremos com o próprio UNFPA e suas atividades voltadas para temáticas envolvendo gênero, sexo e sexualidade.

> **Participante 6 e 7 -** A gestão humanitária é feita pelo ACNUR por conta de instrução com o Ministério da Cidadania. É o governo que tem mandato para fazer o abrigamento. Tudo é feito conforme a legislação brasileira. A proteção é feita a partir das necessidades específicas. Dentro desse contexto, não há um abrigo específico hoje para acolhimento LGBTI+. Não seria interessante fazer essa distinção na comunidade. Tem-se trabalhado a ideia de coexistência e de aproximação com a população como um todo (pensando inclusive idade, gênero e diversidade ou *Age Gender and Diversity*). O trabalho nos abrigos é contínuo e há população LGBTI+ alocada em todos os abrigos da operação (indígenas e não-indígenas).

Mesmo os abrigos estando nas mãos do ACNUR e seus parceiros pelos acordos com o governo federal, a presença do Exército nos abrigos ainda é visível, principalmente, nos abrigos Rondon, que são montados em área militar como apresentamos no capítulo 3. Há uma vontade persistente do Exército Brasileiro de se retirar da Operação Acolhida marcada também no capítulo 3 a partir do que ouvi em campo e do que ouvi em um evento militar aberto ao público civil em 2022. A dependência logística da Operação Acolhida dos materiais e espaços da FT Log segue como empecilho para que essa transição de uma operação militar para totalmente civil aconteça (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2022). A forma com que a Operação Acolhida foi montada ali em Roraima e em Manaus, contudo, contribui para que essa dependência se mantenha, já que a própria estrutura e fluxos de trabalho foram pensados a partir desse enfoque humanitário com base no território fronteiriço, onde costuma haver certo controle e atenção militar. Além disso, há um movimento de militarização e securitização em torno da pauta de migração e refúgio histórico no Brasil e muito forte até a redemocratização como afirma Moreira (2010). O próprio governo de Bolsonaro parece reproduzir esse lastro ao utilizar o Exército como braço fundante para se pensar esse acolhimento humanitário.

Além dos abrigos Rondon serem espaços de área militar, costumam ser também os maiores abrigos da operação. Até o fechamento deste texto, conforme as imagens dispostas no começo deste capítulo, o abrigo Rondon 1 tinha 1.624 pessoas, por exemplo. Consequentemente, espaços com capacidade para um maior número de habitantes vão sofrer com mais problemas, já que os episódios de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

violências e cenários de vulnerabilidades múltiplas são igualmente maiores. A Participante 2 cita situações em que a existência do tráfico e de facções que vieram da Venezuela para cá faz com que a demanda por segurança seja maior. A presença militar, nesse contexto, traria estabilidade para que ocorrências de confronto fossem evitadas, mas como a atuação do Exército segue muito marginal no dia-a-dia dos abrigos, muitas vezes, esse trabalho não consegue alcançar soluções efetivas e duradouras pensando casos mais graves de proteção que possam surgir dali.

> **Participante 2** - Os Rondons têm presença do Exército ainda. Talvez, equivalente à presença das agências internacionais. O Exército quer se retirar, mas ainda tem presença sim. Possivelmente, a presença do Exército nos Rondons é porque são abrigos maiores, que tinham situações de risco mais alto. Os Rondons 3 e 1, principalmente o 3, que era o maior, tinha presença ostensiva do tráfico, de facções. Então, o Exército acabava, naturalmente, se fazendo mais presente. Mas a presença do Exército segue sendo muito marginal em relação a isso. Eles seguem não fazendo a segurança. Então, meio que é só uma presença. Volta e meia a gente pede e eles fazem uma ronda ou outra e tal, mas não tem... A gente tem mais noção de segurança do que eles na verdade.

Como vimos acima, não há abrigos que sejam voltados para venezuelanas LGBTI+ exclusivamente, já que se deve pensar a coexistência pacífica entre população cis-heterossexual e a população LGBTI+. O trabalho para com população LGBTI+ dentro dos abrigos, então, deve partir de alguns entendimentos de proteção básicos como, por exemplo, a geografia de distribuição das pessoas e carpas pelos espaços em questão. Em um geral, mesmo não havendo nada formalizado ou obrigatório sobre o assunto, há espaços nos abrigos em que a população LGBTI+ costuma ser alocada pensando formas de se evitar encontros violentos e fomentar uma troca entre as pessoas que compõem aquele grupo. Esse alocamento nichado também pode estar suplementado pela organização de espaços que estejam mais visíveis ou próximos da administração de cada abrigo quando pensamos em grupos vulneráveis. Isso serve para que se possa ter alguma vigilância sobre as movimentações e situações vivenciadas ali.

> **Participante 3** - Então, eu acho que o principal é o abrigamento e pensar, assim, com muito cuidado a alocação dessas pessoas pensando a geografia do abrigo.
>
> **Participante 5 -** Eu não vou saber entrar em muitos detalhes sobre isso porque vai de abrigo a abrigo. Não há uma regra para isso. De maneira geral, normalmente, os abrigos têm uma área onde é alocada a população LGBTI+ se quiser ser alocada ali. É explicado para a pessoa no momento de abrigamento que há uma área específica onde ficam as pessoas que se identificam como LGBTI+, mas se você não quiser, você pode ser alocado em qualquer outra área do abrigo.

Mesmo não havendo abrigos exclusivos, até algum tempo atrás, a Operação Acolhida contava com abrigos focais em que a população LGBTI+ costumava ser

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

direcionada. O abrigo Latife Salomão, inclusive, era conhecido por ser um abrigo com grande número de pessoas que se identificavam como LGBTI+. Não pude visitar o abrigo em 2019, que acabou fechando em 2020[103]. Posteriormente, o abrigo São Vicente 1 se tornou um abrigo focal para pessoas LGBTI+, mas também encerrou suas atividades. Atualmente, depois de deixar de ser um espaço pré-interiorização, o abrigo Rondon 2 vinha sendo pensado como abrigo para casos de proteção mais agudos, mas quase havia sido fechado também. O que acontece é que muitas mudanças têm ocorrido nessa disposição dos abrigos com um enxugamento financeiro e estrutural, que tem dificultado um trabalho de proteção continuado e especializado. A ideia é que a interiorização dê conta do fluxo de pessoas que está dentro (e fora) dos abrigos, fazendo com que cada vez menos espaços como esses sejam necessários. Sobre interiorização falaremos mais na próxima seção.

É possível pensar que a segmentação por vezes reproduzida na Operação Acolhida com o apartamento de certas populações dentro do universo de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil, em geral, pode ser prejudicial porque reforça uma separação pretensamente natural entre as pessoas e os diversos grupos presentes. No caso de pessoas LGBTI+, essa separação pode ser fonte de reprodução de certos preconceitos enraizados entre venezuelanos (e brasileiros) de que a população não-cis-heterossexual não deve compartilhar os mesmos espaços e oportunidades por se desviarem da normalidade (aqui, norma do gênero-sexo-desejo). Sobre essa contingência dos efeitos que certos discursos, práticas e protocolos geram falaremos com mais propriedade nas próximas páginas com o caso do "banheiro LGBTIQ+". A questão é que as mudanças encaminhadas entre uma atuação segmentada ou não-segmentada não seguem uma preocupação relacionada, diretamente, às necessidades da população refugiada e migrante venezuelana LGBTI+ no país, mas sim às diretrizes que informam escolhas políticas e/ou cálculos econômicos. Ainda exploraremos mais disso em breve.

> **Participante 3 -** Eu acho que vai voltar a ter porque, o que acontece? Tinha o Latife Salomão e aí fechou. Aí, tinha o abrigo São Vicente que também acabou abarcando esse perfil. E teve o Rondon 2, mas o Rondon 2 ia fechar. Faz 20 dias que o general bateu o martelo e disse que não ia fechar mais. E, talvez, seja esse o perfil do Rondon 2. A ideia é que, por ser um abrigo menor, ele vai abrigar esses perfis.
> **Participante 4** - Eu acho, que nesses dois anos, a gente enfrentou alguns momentos. Então, a gente tinha, de fato, dentro da Op. Acolhida uma

[103] Ver mais em https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Quase-20-mil-venezuelanos-foram-interiorizados-este-ano/71173. Acesso em 01 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> permanência muito maior das pessoas no contexto dos abrigos, na área da rodoviária que você deve ter conhecido. Então, a gente conseguia trabalhar por mais tempo com as pessoas, com os sujeitos LGBTI+ que estavam por aqui. A gente tinha alguns abrigos que concentravam, por exemplo, mulheres trans. (...) E a gente tinha alguns outros abrigos onde, especialmente os homens cis e gays, preferiam estar porque era mais próximo do centro e facilitava um pouco a interação deles com o contexto de vida de Boa Vista. (...) A gente reproduzia um pouco essa segmentação dentro da Op. Acolhida.

E o enxugamento das estruturas em que funcionam os abrigos, não necessariamente, vem acompanhado de medidas criativas para lidar com esse redesenho da Operação Acolhida e das bases desse acolhimento humanitário. A Participante 4 cita uma questão que sempre aparece quando estamos falando de população LGBTI+ que é a questão da família. Por terem, muitas vezes, as suas famílias consanguíneas como perpetradoras de violências (JANSEN; SPIJKERBOER, 2011; LAFUENTE, 2014), pessoas LGBTI+ acabam constituindo famílias de outras formas. Entender que a ideia de família pode ir além de pai, mãe e filhos nesse caso específico é garantir um acolhimento especializado que está alinhado com os desafios e as dificuldades de grupos de migrantes e refugiadas vulneráveis como inspira a população LGBTI+. É possível que acomodar mais pessoas nas "casinhas humanitárias" gere outros problemas, mas ter esse manejo de conceitos básicos a partir das particularidades de cada grupo é importante em momentos de crise ou arrocho das condições já postas. Se pessoas LGBTI+ ficam de fora dos abrigos por nem sempre poderem ser abrigadas como famílias, por que não buscar os rearranjos familiares que surgem no próprio contexto da migração?

> **Participante 4** - Acho que você visitou os abrigos e viu que era o sistema das carpas, né? Daquelas estruturas do ACNUR padronizadas e que estão pensadas ali para um núcleo familiar de 4 a 6 pessoas ou dois núcleos familiares. E há uma dificuldade de tensionar esse entendimento de núcleo familiar para compreender que, talvez, um grupo de 6 ou 8 pessoas LGBTI+ pudesse concordar em compor um núcleo familiar para o quesito de abrigamento. E, agora, com esse fechamento de abrigos pela FT Log, pela forma como a FT Log tem condensado os abrigos e piorado a situação de proteção, as pessoas encontram mais dificuldades de ser abrigadas. E, quando elas têm a situação de abrigamento garantida, elas se sentem pouco seguras nesses espaços. Os abrigos estão mais compactados na região dos Rondons, que você deve ter visitado os abrigos Rondons 1, 2 e 3. É uma área militar.

As mudanças que têm ocorrido podem impedir não só o acolhimento humanitário a partir do abrigo como serviço, mas podem interferir em questões de segurança e proteção internamente como vemos com o superpovoamento dos espaços. Como a Participante 2 afirma, os remanejos constantes de pessoas entre abrigos – e/ou a pressa para que as pessoas sejam interiorizadas pelo país – tornam mais difícil algum tipo de trabalho contínuo com intuito de pensar uma formação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

duradoura ou de modificar alguns preconceitos. As resoluções de conflito, dessa forma, acabam sendo mais rápidas e precisam agir de modo prático para contornar conflitos. O caso do "banheiro LGBTIQ+" como veremos ainda nesta seção é um ponto que traduz bem essa dinâmica. O banheiro separado acaba sendo necessário para estancar situações momentâneas, mas não cria debate ou informação sobre os direitos de pessoas LGBTI+ ou sobre questões de gênero, sexo e sexualidade. Os preconceitos continuam sendo reproduzidos e encontram, até mesmo em medidas como essa, fundamento para se reafirmarem.

Em segundo lugar, quando os abrigos são condensados todos juntos em um só espaço, ou quando abrigos acabam se fundindo, multiplicam-se as chances de que problemas acabem acontecendo sem que se tornem visíveis. Ao mesmo tempo em que a tutela do humanitário se dilui com uma governança menos direta nos microcosmos dos abrigos, é aí que pessoas LGBTI+ podem ter suas vulnerabilidades aumentadas, uma vez que podem acabar sofrendo com as milícias que já vêm estruturadas desde a Venezuela e que encontram nos abrigos da Operação Acolhida espaço para expandir suas redes e atividades. Ademais, perde-se espaço para que os realocamentos estratégicos na mitigação de conflitos sejam uma possibilidade. E, assim, os próprios critérios de proteção que já veem a população LGBTI+ de maneira muito pontual acabam não sendo cumpridos com total satisfação.

> **Participante 2** - A gente está transferindo cem pessoas por semana para lá e para cá. Não tem como você manter a sistematização de um trabalho se você não sabe quem vai estar lá semana que vem. Quem vai ser essa população. Então, meio que corta a possibilidade de você fazer um planejamento estratégico.
>
> **Participante 4** - Essa pergunta é bastante relevante e está, hoje, no olho do furacão. Porque acho que a gente tinha um padrão um pouco mais perene a partir da estrutura de abrigos que a gente tinha da Op. Acolhida, que geravam a possibilidade de a gente ter um protocolo operacional padrão de critérios muito claros em relação à vulnerabilidade para efeitos de abrigamento. Hoje, com essa mudança da estrutura dos abrigos em Boa Vista especialmente, em que a gente está tendo fusões dos abrigos... Bom, o abrigo Rondon 1 e o Rondon 4 estão fundidos. Tem mais de duas mil pessoas. A gente colocou todos os abrigos indígenas juntos também em um abrigo só. Você perde coisas que eram importantes em termos de vulnerabilidade e proteção. Por exemplo, se você tem um caso de proteção que surge dentro do abrigo, eu sempre tinha um outro abrigo para fazer o manejo dessas questões relacionadas a qualquer coisa, seja discriminação, violência, conflitos dentro do espaço do abrigo em que eu trabalhava. Hoje, cada vez menos, eu tenho essa possibilidade de olhar um outro espaço para minimizar essas fragilidades, essas vulnerabilidades e conflitos que aparecem. E eu estou tendo que encontrar formas de fazer o manejo dentro do espaço em que eu trabalho, mas esse espaço em que eu trabalho tem mais de duas mil pessoas. Imagina que loucura que é isso. Uma loucura.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Além das fragilidades de proteção dentro dos abrigos, é importante citar as fragilidades de proteção que acontecem fora dos abrigos também, já que a maior parte dessas migrantes e refugiadas estão fora das estruturas físicas da operação. E nessas mudanças dentro dos serviços de abrigamento, criou-se um abrigo de pernoite nos entornos da rodoviária citada no capítulo 3 com um funcionamento diferente dos outros espaços, uma vez que não é permitido se estabelecer durante o dia ali. Por esse próprio rearranjo, relatos de violência e discriminação LGBTI+fóbicas começaram a aparecer motivados pela lacuna temporal que deixa as pessoas expostas na rua sem necessariamente terem um afazer ou objetivo. A vulnerabilidade dos corpos LGBTI+ coadunada por uma proteção que é parcial acabam recriando pela repetição cotidiana dessas práticas e protocolos condições de (im)possibilidade que se assentam na LGBTI+fobia de brasileiros e venezuelanos. Quem é responsável pelas violências que acontecem nas redondezas fora do abrigo de pernoite? Se a Operação Acolhida não tem recursos e o Estado não consegue operar nesses contextos, a quem recorrer?

> **Participante 4 -** Com relação aos fluxos, eu acho que o principal, eu já comentei contigo, é a questão do abrigamento hoje em dia, que a gente está com essa dificuldade. A gente tem uma outra dificuldade junto à FT Log que é a proteção extramuro junto a essa comunidade que fica ali no espaço da rodoviária. Algo que você, talvez, não tenha tido a oportunidade de conhecer... Aquela área da rodoviária, que era uma área que tinha as barracas, as tendas do Exército, aquele espaço desapareceu. A OIM assumiu um espaço de alojamento ali nas imediações, que é um alojamento de pernoite. (...) E, muitas vezes, é nesse fluxo de passar o dia fora, que ela começa a ser reconhecida pela população local tanto brasileira, quanto venezuelana, como um sujeito que está naquela região e dorme dentro do PRA (Posto de Recepção e Apoio). Hoje, é uma área fechada. A gente começou a ter esses episódios de violência... A gente começou a ter procura tanto OIM, quanto UNFPA, de busca de proteção a partir de relatos de violência extramuro fora daquele espaço de alojamento. A gente hoje encontra essa situação. Quem dá conta, quem responde por esse aspecto de proteção desse sujeito quando ele não está dentro do PRA? É uma fragilidade muito grande de responsabilidade e responsabilização nesse contexto.

Não obstante termos um enxugamento da Operação Acolhida que prejudica migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas, a Participante 4 chama a atenção para algo que deve ser notado no esforço infinito de se pensar um acolhimento em aberto e que não tem um fim determinado. A própria ideia de abrigamento como tem sido feita em Roraima e em Manaus recai em um esforço de tutela muito característico da lógica humanitária que falávamos no capítulo 1, em que zonas de indeterminação e administração da vida são criadas. Há uma perda de autonomia e a construção de uma dependência que precisariam ser trabalhadas em conjunto com

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

a rede de assistência de base comunitária local, bem como com os agentes do Estado e com a população brasileira. Mas esse não é o objetivo da Operação Acolhida como política de Estado emergencial. Até porque, fora de Roraima, continuamos sem saber sobre o fluxo de venezuelanas para o Brasil como sociedade civil. A chave da questão aí é nos darmos conta quando as dificuldades já estiverem se instalado no país como mais uma complexidade – teoricamente – irresolvível.

> **Participante 4** - Acho que a questão do abrigamento, é uma coisa muito particular minha (...), eu tendo a enxergar como uma estrutura bem, no âmbito teórico, pombalino. As pessoas, pouco a pouco, vão perdendo esse senso de pertencimento daquele espaço enquanto casa, um senso de pertencimento enquanto rede. Isso, pouco a pouco, vai minando as possibilidades de autonomia dessa pessoa porque a todo momento ela está esperando alguma coisa chegar ali para ser oferecida a ela. Para a comunidade LGBTI+, ainda tem esse agravante de colocá-los em uma situação de maior vulnerabilidade, de fragilidade perante as pessoas que estão ali convivendo sejam os atores próprios da Op. Acolhida que trabalham no âmbito do abrigo, mas também junto a sua própria comunidade.

4.2. Atividades de Base Comunitária e Treinamento dos Atores Envolvidos

Em termos de trabalhos com a comunidade, a área de proteção não só atende aos casos específicos e demandas emergenciais como também atua com a criação de espaços e atividades em que se fortaleça e se fomente a troca entre as diferentes populações nos espaços da Operação Acolhida e, principalmente, nos abrigos. A "proteção de base comunitária" é um campo em que as possibilidades de atuação são bastante amplas em nível temático, podendo variar de abrigo para abrigo, equipe para equipe, e/ou situação para situação. Mais uma vez, como não há um ciclo programático definido, conta-se com o bom senso dos agentes de proteção na identificação de lacunas e realização de eventos, *charlas* e atividades. A partir dos relatos das entrevistadas, com esse trabalho de base comunitária, parecia vir casada a ideia de um envolvimento das organizações de sociedade civil locais como já viemos pincelando. Essa relação, porém, é complicada e cheia de nuances. No capítulo 3, ouvi em campo das organizações internacionais que era difícil engajar esses entes civis naquele contexto. O capítulo 5 desta tese trará rastros dessa dinâmica a partir das entrevistas com as organizações especializadas da sociedade civil tanto de Roraima, quanto de outros estados.

> **Participante 5 -** Existe a área de proteção e, não sei até que ponto você está familiarizado com isso, mas a maneira que a gente tem trabalhado proteção, hoje, nos abrigos se divide em dois ramos: o primeiro deles é gestão de casos. Então, toda a treta que acontece nos abrigos vai para os funcionários de proteção da gestão de casos. E existe um outro ramo, que é o foco de atuação no momento, que é a proteção de base comunitária (CBP). Ela consiste

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> justamente na formação de espaços continuados para tratar questões de acesso a direitos, identidade, cultura etc. Então, existe uma linha de atuação continuada em diversas áreas, em diversas caixinhas digamos assim. Questões de gênero e violência de gênero, questões de identidades LGBTI+, questões de masculinidades, questões de espaço de mulheres... Existe um planejamento de ação contínua nessas linhas. Então, rodas de conversa, treinamentos, capacitações, palestras, sessões de filmes, debates. E existe uma outra esfera da questão que é a organização da própria comunidade, que varia de abrigo para abrigo também. Então, tem abrigo onde a população LGBTI+ abrigada se reúne enquanto população LGBTI+ para discutir suas questões, apresentar suas demandas. Tem abrigos onde isso não acontece.

E é claro que os trabalhos de base comunitária seguem acontecendo nos espaços seguros do UNFPA citados na seção 3 por meio da ação das organizações ali inseridas para criar um ambiente em que as dúvidas, as informações e as vivências individuais pudessem circular e ajudar na criação de redes e autonomia. De novo, salvo alguns projetos que acontecem regularmente e que serão citados mais à frente, as atividades relacionadas ao fortalecimento comunitário são mais gerais e ocorrem conforme a identificação de problemas ou necessidades. Isso não quer dizer que as atividades não são frequentes. Ainda mais se pensarmos que os espaços seguros estão nos PTRIGs, que assim como o abrigo fronteiriço BV8 de Pacaraima, são responsáveis por um acolhimento mais inicial e têm uma demanda alta para serviços e informações.

> **Jaqueline Oliveira (UNFPA)** - É claro que nos três *safe spaces* (Pacaraima, Boa Vista e Manaus), a gente tem o objetivo de acolher o público alvo justamente para que possa se discutir essas temáticas. A gente tem atividades que falam de violência baseada em gênero. A gente tem atividades que falam sobre o acesso ao SUS, que falam sobre direitos da população LGBTI+. A gente fala o que? Nome social, direito à identidade de gênero, sobre uso do banheiro, que é algo que para eles e elas, muitas vezes, não é uma informação tão clara. E, assim, é uma informação que, às vezes, para a gente saber que o SUS é gratuito, passa ali no nosso cotidiano e está ali. Mas essa informação é muito válida principalmente para essa população que, muitas vezes e em diversos momentos, enfrenta mais obstáculos para o acesso a esses serviços. (...) A gente mostra o caminho das pedras para elas de como fazer porque é muito importante para a autonomia das pessoas.

Mas as mudanças que vêm acontecendo na Operação Acolhida em termos de financiamentos e estrutura dos abrigos, consequentemente, influenciam no andamento de projetos, e, acima de tudo, no andamento de todo e qualquer trabalho que se proponha mais regular. Ademais, como a população dos abrigos (e fora deles) é muito rotativa e há um engajamento para tirar as pessoas de Roraima, é muito difícil empreender alguma atividade que tenha como objetivo mudar algum valor ou ideia que está incrustrada na naquelas que passam pela operação. A Participante 3 chama atenção para algo interessante. Se todas as pessoas passam pelo acolhimento de fronteira com o PTRIG de Pacaraima e até pelo próprio abrigo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

BV8, é improvável que elas não tenham participado de alguma *charla* sobre assuntos relacionados a gênero, sexo e sexualidade. Por isso mesmo, para mitigar problemas dessa ordem, a abordagem deve ser previamente organizada, didática, continuada e ter foco em grupos menores de pessoas. Como não há protocolos e roteiros obrigatórios sobre a questão, entretanto, continua valendo muito o diagnóstico e a disposição dos operadores humanitários em organizar algo se volte para um trabalho de base que tente desestabilizar pensamentos normativos que reproduzem uma certa LGBTI+fobia como efeito, por exemplo.

> **Participante 3** - E, com a comunidade, a gente trabalha com diretrizes muito genéricas. Não tem uma obrigatoriedade. Dá para você escapar de muitos temas. (...) A galera vai lá e junta 40, 50, 100 pessoas e ninguém nem vai prestar atenção no que você está falando. Se é para ter efeito, é a perspectiva que eu trabalho, a gente vai pegar um grupo de no máximo 15 pessoas e a gente vai fazer um ciclo. Então, eu trabalho com a ideia de ciclo. A gente faz quatro encontros uma vez por semana e a gente prepara esses encontros. (...) Só falar não resolve. Então, é algo que dá um pouquinho mais de trabalho e não há nenhuma obrigatoriedade. No meu trabalho, a gente faz de acordo com o que a gente avalia que está tendo problema.

O Projeto Novas Masculinidades é exemplo de uma boa prática a partir de um trabalho que visa desestabilizar algumas compreensões de mundo que estão assentadas em posições violentas. Apesar de ter um formato relativamente novo que estava sendo testado e pensado, ações como essa partiam de uma metodologia que é participativa e consegue fomentar uma presença ativa das pessoas que estão inseridas ali, diferentemente, de uma conversa na qual um engajamento prático das beneficiárias tem menos espaço. As *charlas* têm a sua importância na Operação Acolhida, mas não podem dar conta de todos os problemas que surgem nesse contexto porque alimentam a lógica humanitária da emergência e da pressa. E nem tudo nesse universo, como temos visto, requer uma abordagem apenas de emergência, mas também uma abordagem que pense o desenvolvimento humano por intermédio de ações formativas. A Participante 4 narra algumas das consequências inesperadas do diálogo entre homens cis heterossexuais e homens cis homossexuais na discussão sobre masculinidades. Não só ficaram mais evidentes alguns comportamentos que reforçam machismo e LGBTI+fobia, como foi percebido uma maior confiança por parte dos homens gays abrigados perante as figuras que costumam perpetrar violência. Nesse sentido de construção de algo novo, a repetição performativa desses encontros desata efeitos políticos inesperados e satisfatórios.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Participante 4** - A gente tem alguns grupos que ocorrem por parte da nossa equipe de violência baseada em gênero na perspectiva de direitos. A gente faz alguns grupos junto com os membros da comunidade em cada um dos espaços dos abrigos até como uma estratégia de fortalecimento de pares. É interessante que eles se entendam como uma rede que pode se apoiar mutuamente dentro dos espaços. (...) tem o projeto de Novas Masculinidades. Aí, é uma ação voltada para a comunidade venezuelana de forma geral para a gente discutir essas questões relacionadas ao nosso *modus operandi* da nossa comunidade hoje em dia, influenciando os nossos próprios conceitos sobre gênero, sobre masculinidade, sobre reprodução do machismo, da LGBTI+fobia. A ideia é trabalhar com homens cis e fazer um pouco desse processo de reconhecimento e desconstrução dos parâmetros de masculinidade tóxica com essas pessoas. (...) Tiveram homens gays que decidiram participar e foi muito interessante o que acontecia. Porque os grupos que a gente tinha, majoritariamente, eram de homens cis (heterossexuais) discutindo novas masculinidade e tem aquele consenso entre machos, né? Um vai concordando com o outro e vai se gerando um consenso de que, de fato, não há problemática alguma, que a gente não tem nenhum contexto ali de preconceito, discriminação e fragilidade envolvidas. E esses homens gays que começaram a participar dos grupos começaram a apontar as fragilidades nesses consensos dos "machos". E foi muito bom para a gente forçar também um pouco formas de se reconhecer e conhecer esses parâmetros de discriminação. Até de fazer esses homens gays mais confortáveis dentro dos abrigos, se sentirem mais seguros. (...) Acho que a fragilidade maior aí tem se encontrado em termos das possibilidades de a gente envolver as pessoas trans e não-binárias nesses processos. Elas se sentem um pouco mais fragilizadas, um pouco mais amedrontadas, e com total razão para, talvez, poder se engajar de uma forma um pouco mais expositiva nesses processos onde estão, muitas vezes, os seus perpetradores de violência.

Além das mudanças correntes dentro da operação dificultando ações regulares, não podemos deixar de fora as discordâncias entre os próprios atores da Operação Acolhida. Se no Brasil estamos lidando com uma atuação histórica de atores religiosos e militares na causa da migração e do refúgio como vimos no capítulo 3, uma cultura discriminatória contra pessoas LGBTI+ pode ser comum nesses espaços por conta da rigidez de valores e códigos a serem seguidos, os quais, não dificilmente, vão na contramão da diversidade de gênero, corpos e sexualidades. Como diria Foucault (1999), o sexo e a sexualidade no Ocidente estão inscritos como “pecado” em uma primeira instância. Nessa dinâmica, trabalhar certos assuntos a partir do enfoque sobre certos corpos pode esbarrar nos LGBTI+fobia que estrutura esses atores enquanto tais. A Participante 5 traz como exemplo uma situação em que um filme sobre transexualidade gerou desconforto junto às lideranças do Exército, que acreditavam que esse tipo de debate era inadequado para as migrantes e refugiadas mesmo que houvesse clareza de que pessoas LGBTI+ existem naquele meio e que, costumeiramente, sofrem violências e discriminações generalizadas.

> **Participante 5** - As *charlas* são as rodas de conversa. Essa questão não é ponto pacificado considerando a série de atores envolvidos na operação. Vou te dar um exemplo. Ano passado (2021), a gente tinha um espaço, o anexo do BV8

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> que é um puxadinho que criamos porque a população de rua estava muito grande e a gente precisava acolher, e estava tendo alguma data. Talvez, o dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro) ou algo assim. A equipe de proteção do abrigo fez uma sessão de filme e o filme que escolheram para passar e tratar essa temática, era filme e debate depois, foi, para você ter uma noção, Garota Dinamarquesa. Que é um filme *soft* para tratar dessa questão. No dia seguinte, houve um escândalo na reunião interagências que acontece todos os dias do responsável militar por aquele espaço. Para ele, era um absurdo que tivesse passando aquele tipo de conteúdo dentro de um espaço de acolhimento da operação. Que era inadmissível. Enfim... Então, existem essas tensões institucionais na forma de tratar essa questão.

Com relação ao treinamento de funcionários e *staff* geral, a não obrigatoriedade de algumas discussões e formações se repete. Excetuando formações iniciais quando novos parceiros entram na operação e atividades relacionadas a dias comemorativos específicos como o dia 17 de maio – Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia (IDAHOT em inglês) – refletindo uma cultura corporativa padrão, de novo, as conversas sobre gênero, sexualidade e sexo biológico costumam encontrar lugar de modo mais corrente quando ficam perceptíveis atuações que não estão alinhadas com os direitos e especificidades de pessoas LGBTI+ por parte dos operadores humanitários. E aí, talvez, operadores LGBTI+ ou que tenham afinidade com a agenda se sintam mais desconfortáveis e impelidos a puxarem algum tipo de conversa mais livre ainda que preservando um tom profissional. Mesmo assim, nada que traga uma formação sobre o assunto de fato.

> **Participante 3 -** Formalizado e estruturado não. Eu já trabalhei com pessoas muito sem noção, que não respeitavam nome social. E eu falei para o coordenador: "Eu quero uma reunião de equipe para falar desse tema porque a galera está muito sem noção". Mas não tem nada formalizado. Nenhum treinamento formalizado. Nada. Nada entre os trabalhadores.
> **Participante 2** - A gente cogitou fazer uma vez, no âmbito do abrigo, porque eu ouvi umas coisas meio controversas. E foi até uma sugestão da minha supervisora. A gente pode chamar eles (*staff*), discretamente, para uma conversa e aí seria algo mais informal. E, por via de regra, a gente não faz.
> **Participante 6 e 7 -** Pessoas LGBTI+ também estão dentro da instituição como *staff*. No Mês do Orgulho e em comemoração ao IDAHOT, foi um feito trabalho dentro da instituição com devidas informações sobre a comunidade. Alinhamento interno e contínuo com os agentes LGBTI+.

Uma formação, porém, que parece ter um lugar bastante importante na Operação Acolhida para seus funcionários é a de Proteção contra Exploração, Abuso e Assédio Sexual em português (PSEAH na sigla em inglês). Ela se refere ao trabalho e ao comportamento dos atores inseridos em campo em relação às beneficiárias, no caso, as migrantes e refugiadas venezuelanas. Fica terminantemente vedado qualquer tipo de envolvimento amoroso e/ou sexual com as pessoas atendidas, sendo considerado um desvio de conduta grave. O histórico

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

da ONU, particularmente, com operações em que violências de cunho sexual eram muito presentes por conta de seus próprios funcionários[104] torna formações como essas fundamentais para qualquer ator envolvido em uma situação de emergência humanitária de modo a evitar casos que possam prejudicar o trabalho ali empreendido. Ainda que episódios que infrinjam essa regra continuem acontecendo, esse é a única formação de *staff* e funcionários que parece ter um destaque compulsório de participação conforme aparece no relato das participantes da pesquisa.

> **Participante 1** - Muitos desses processos de violência, inclusive existe uma sigla em inglês que é o PSEA (*Protection from Sexual Exploitation and Abuse*) que diz respeito à proteção ao abuso, proteção sexual e assédio sexual, que as pessoas passavam, puxando mais para a violência baseada em gênero, e eram protagonizados pela própria Operação Acolhida. Sejam por funcionários do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, funcionários da saúde, funcionários do ACNUR também. Ninguém está ali isento. Existe um monitoramento muito forte em relação a isso. A gente tem inúmeros casos de militares, de pessoas da própria Op. Acolhida, que foram investigadas e que foram devidamente autuadas ou punidas pelo seu comportamento de atentado, discriminação, ou o que seja. A gente teve esses processos e essa fiscalização muito fortes porque a própria ONU nas suas ações humanitárias já foi muito alvo e ela também já protagonizou operações desastrosas porque tinham um nível de assédio e exploração sexuais muito fortes.

Por fim, é necessário mencionar também o trabalho de formar e informar a rede local de saúde, assistência social e segurança pública sobre a realidade de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil (com documentação e particularidades diversas), assim como sobre as necessidades específicas da população LGBTI+ nesse contexto. Entendendo a pressão que o fluxo venezuelano gera no estado de Roraima, não é incomum que organizações internacionais e seus parceiros tenham que buscar meios de troca com a rede local sobre os problemas que vêm sendo identificados no dia-a-dia dos serviços oferecidos. Aqui, fica claro mais uma vez, que a inoperância do Estado enquanto garantidor de direitos influencia na acolhida de migrantes e refugiadas LGBTI+, fazendo com que as instituições acionadas para um trabalho de emergência humanitária tenham que, em alguma medida, dar conta das lacunas de uma lógica de Estado e governo que é LGBTI+fóbica com brasileiros e vai continuar sendo com as migrantes e refugiadas.

[104] Em 2022, o Secretário Geral da ONU prometeu reduzir o envolvimento da instituição em casos de abuso sexual atualizando protocolos internos relacionados. Ver mais em: https://brasil.un.org/pt-br/175239-guterres-promete-reduzir-envolvimento-da-onu-em-casos-de-abuso-sexual. Acesso em 02 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Esse desgaste que se repete chama a atenção para uma situação muito única de um país com proporções continentais. A depender do estado e da região do Brasil, pessoas LGBTI+ não costumam gozar dos mesmos direitos muitas vezes. Esse descompasso precisa ser pensado como ponto de partida para políticas públicas de um Estado que até acolhe e abriga, mas não consegue trabalhar integração, uma vez que se depara com uma rede de serviços desde muito ruim e, agora, ainda mais sucateada e superlotada. Se quisermos que a Operação Acolhida funcione em sinergia com o resto do país, é preciso um olhar atento para os serviços e políticas públicas em um geral. Talvez, seja por isso que os agentes que compõem a frente de interiorização da Operação Acolhida estejam procurando entender questões LGBTI+ como necessidade extraordinária, já que enfrentam os graves problemas que envolvem a não aceitação dessas pessoas no mercado de trabalho e/ou em abrigos por outros estados. Discorreremos sobre isso na próxima seção.

> **Participante 4 -** É uma boa pergunta. Em geral, esses processos formativos que envolvem as questões de gênero e sexualidade, especialmente com essa interface de gênero e sexualidade, são uma procura mais nossa do que dos próprios serviços, né? Acaba tendo uma intencionalidade muito maior da gente. Uma organização parte do processo de acolhimento e resposta à situação de refúgio e migração junto à rede. A rede em si tem uma série de limitações para acolher essa demanda. É muito mais fácil a gente encontrar acolhimento e demanda da rede para trabalhar essas questões, por exemplo, de violência baseada em gênero pensando mulheres cis do que a gente trabalhar na interface entre gênero e sexualidade sendo procurado para isso. Quem nos procura para esse tipo de formação, hoje em dia, tem sido alguns parceiros implementadores. Especialmente, parceiros implementadores que têm olhado um pouco a vertente da interiorização. A OIM e o Refúgio 343[105], que é uma ONG que trabalha com interiorização... É uma coisa nova para a gente a procura que tem acontecido para capacitar os profissionais nas temáticas de gênero e sexualidade para um acolhimento mais diferenciado para a comunidade que busca uma oportunidade de interiorização seja por abrigo a abrigo, ou seja por reunificação familiar, ou por uma oportunidade de trabalho. Mas, junto à rede, os processos têm sido uma busca mais da gente, né? E, hoje, tem sido priorizado, majoritariamente, a rede da assistência social com alguns CREAS e CRAS aqui do município e algumas Unidades Básicas de Saúde aqui do município em que a gente tem um acolhimento mais voltado para a população refugiada e migrante aqui na cidade também.

4.3. “Banheiro LGBTIQ+”

A prática do “banheiro LGBTIQ+” continua corrente na Operação Acolhida em 2022. Como apresentamos brevemente no capítulo 3, o banheiro separado é um símbolo de uma mensagem que reitera uma ordem específica ao se repetir pelo tempo e no cotidiano dos abrigos, mas também por se repetir em quase todos os abrigos. Essa ordem específica fruto da lógica de um humanitário assentado na

[105] Ver mais em: https://refugio343.org/. Acesso em 02 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

emergência, gera efeitos complexos, impossíveis de serem totalmente capturáveis e que (re)produzem uma realidade específica para migrantes e refugiadas ali atendidas. Primeiramente, o "banheiro LGBTIQ+" é uma medida de segregação. Ele separa os corpos LGBTI+ dos banheiros "feminino" e "masculino", que, de forma geral, já contemplariam a maior parte da população LGBTI+ abrigada. É como se os gêneros expressos na sigla utilizada "LGBTIQ+" não fossem equivalentes aos gêneros "homem" e "mulher" coadunados pelas expressões de gênero "masculino" e "feminino", que caracterizam de antemão o público desses banheiros. Mas o "banheiro LGBTIQ+" também é uma necessidade. E aí, uma necessidade instaurada pela violência generalizada contra pessoas LGBTI+ no acesso ao banheiro. Essa prática é, nesse sentido, uma demanda ativa da população à Operação Acolhida, que foi, prontamente, reproduzida na maior parte dos abrigos se tornando uma espécie de protocolo para com as pessoas com gêneros, sexualidades e sexos divergentes do alinhamento da norma do gênero-sexo-desejo.

E o "banheiro LGBTIQ+" também funciona como um espelho para a população LGBTI+, um refletor que colocava luz às suas identificações de gênero, sexualidade e/ou corpo sexual. Se para LGBTI+s que omitiam suas orientações sexuais, identidades de gênero e corpos, usar o banheiro separado era quase que uma confissão, uma saída do armário, para as LGBTI+ que tensionavam a norma do gênero-sexo-desejo, era quase que uma obrigação, uma necessidade, uma verdade construída performativamente. A verdade de que pessoas LGBTI+ devem ter um banheiro exclusivo amparada por um humanitário que tem pressa como norma, porém, gera muitos efeitos sobre a vida das pessoas migrantes e refugiadas. Em outra medida, os operadores humanitários na gestão dos casos também são impactados, uma vez que algumas dificuldades envolvem violências e discriminações graves e, muitas vezes, generalizadas por conta dessa mesma questão: o "banheiro LGBTIQ+".

> **Participante 1 -** É uma medida de segregação infelizmente. Mas é uma medida de segregação que foi a própria comunidade que pediu na época, né? E como eu comentei, as que acabavam saindo do armário em termos da sua orientação sexual e sua identidade de gênero se tornavam muito visíveis até pela própria comunidade venezuelana que as identificava dessa maneira também. Acabavam caindo nas mesmas estruturas de poder e violência que elas estavam submetidas lá na Venezuela. A própria comunidade tinha esse risco muito alto. (...) Uma das formas para que elas não se sentissem tão vulneráveis depois de uma série de violências e conflitos internos, foi começar esses banheiros específicos para as mulheres trans. Mas, depois, os homens gays começaram a reivindicar também. E as mulheres lésbicas, já, tipo assim... É como eu te falei,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> para a mulher lésbica e para o homem gay que não saiu do armário, não precisava ter aquele banheiro. Entrar naquele banheiro era ter uma carteirinha de LGBTI+. Então, isso também vulnerabilizava.

E, de fato, os casos de perseguição e/ou violência acontecem. A LGBTI+fobia que circula ali suplementada por uma mensagem constantemente repetida de que pessoas LGBTI+ devem usar um banheiro diferente, reforça não só a norma do gênero-sexo-desejo ao segregar um Outro, mas também instaura uma regra de funcionamento dos abrigos, a qual também é amparada por um humanitarismo e deve ser respeitada. Nessa dinâmica, a resposta violenta das beneficiárias cis-heterossexuais contra a população LGBTI+ é, mesmo que menor medida, uma resposta à transgressão de uma diretriz de estrutura interna daquele acolhimento humanitário. Quando não é possível se valer do "banheiro LGBTIQ+" por motivos materiais que sejam, os mal entendidos gerados são reproduzidos e a violência pode vir justificada pela ideia de que uma regra tem sido descumprida. Esse imbróglio estabelecido na operação dá conta da emergência, mas cria uma série de problemas para o próprio trabalho em questão. E faz eco a uma certa segmentação reproduzida de maneira mais forte no período que precede as mudanças estruturais que vemos em 2022 como dizia a Participante 4 anteriormente.

> **Participante 2 -** Aí, recentemente, o banheiro LGBTI+ ficou interditado. E eles têm essa questão com o banheiro tanto por parte da população LGBTI+ que tem essa crença instituída pela dor que não pode usar aquele banheiro, quanto das outras pessoas também. Eles, realmente, acreditam. Eles têm a crença de que um LGBTI+ é um outro gênero meio ameaçador, que precisa de outro banheiro. Então, o banheiro LGBTI+ quebrou. A gente deu a instrução para usar os banheiros masculino e feminino de acordo com a identificação deles enquanto estava consertando. Mas foi um tal de ameaça de morte, de meter a porrada... E foram, assim, muitos casos. A gente ia individualmente para as pessoas conversar e a gente via que elas, realmente, não têm um entendimento do que elas estão falando. A gente fala que eles (LGBTI+s) podem usar o banheiro e eles (cis heterossexuais) ficam assim: "Podem?". Eles não sabem que o gênero deles pode ser a mesma coisa para o LGBTI+, que também pode ser homem ou mulher.

Além da violência, ou tendo a violência como resposta última em uma subsequência de eventos contingentes e não-programados, os efeitos de uma mensagem perfomativamente repetida são muitos. E, nesse caso, são efeitos que geram interpretações diferentes do real motivo posto, porque aquela marcação é um discurso iterável sem a necessidade de um ponto de origem. O "banheiro LGBTIQ+" está lá. Ninguém, nenhuma autoridade precisa, necessariamente, repetir todo dia que aquele banheiro é um banheiro exclusivo para pessoas LGBTI+. A mensagem já é repetida todo dia porque tem como vetor uma prática, um símbolo,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

que já foi instaurado em um passado por uma autoridade, um autor. A questão aqui é que as práticas mobilizadas no contexto da Operação Acolhida são muito sensíveis porque influenciam na vida de migrantes e refugiadas cotidianamente. E, nesse contexto, podem recriar condições de (im)possibilidade que ressoam a LGBTI+fobia estrutural que forma o Brasil e que já pesa desde a Venezuela.

Um primeiro efeito citado em entrevistas realizadas com operadores humanitários é a de que a população cis-heterossexual acreditava, realmente, que pessoas LGBTI+ deveriam usar somente o "banheiro LGBTIQ+" por terem outro gênero, por serem uma categoria de ser humano à parte e que não era contemplada pelo "masculino" ou "feminino" grafado nos outros banheiros. A interpretação equivocada das práticas cotidianas como efeito, acionava outros discursos conhecidos em torno de pessoas LGBTI+ no Ocidente. E com Foucault (1999) vemos a reiteração de discursos que viam corpos não alinhados à norma do gênero-sexo-desejo como depravados sexuais, como doentes, ou, como a Participante 3 traz em relato, "pedófilos". A mensagem entendida pela necessidade de um "banheiro LGBTIQ+" é a de que essa população precisa manter uma determinada distância e não pode ocupar os mesmos espaços das famílias nucleares cis-heterossexuais ou das pessoas "normais".

> **Participante 3 -** E aí, quando eu estava no abrigo não-indígena no Rondon 1, começou a ter problemas porque tinha um rapaz que a comunidade achava que era gay e ele dizia que não era e que queria usar o banheiro masculino. Os monitores diziam: "Não, você tem o seu banheiro. Vai lá usar o banheiro LGBTI+". E ele falava: "Não, vou usar esse banheiro". E, também, tinha um casal de mulheres lésbicas que usavam o banheiro das mulheres sem ser o banheiro LGBTI+. E isso gerou toda uma coisa com os monitores de *baño* e eu tive que fazer uma roda de conversa com eles, uma *charla*. Primeiro, eu falei coisas gerais do banheiro e, depois, eu perguntei: "Todo mundo sabe que tem um banheiro LGBTI+ no abrigo? Por que vocês acham que tem um banheiro LGBTI+ no abrigo?". E aí, começou: "Ah, porque esses pedófilos não podem estar no banheiro". Era uma outra perspectiva ali. E eu fui dizendo: "Hm, resposta errada. Não é por isso. Alguém mais quer dizer?". Fui fazendo uma *charla* nesse modelo. Eu falei: "Olha, o banheiro foi pensado porque essas pessoas podem sofrer uma situação de violência". E a comunidade ficou assustada: "Então, não é para proteger a gente? É para proteger eles?". E foi um choque. Eu disse: "Olha, as pessoas não são obrigadas a usar o banheiro LGBTI+. Se elas se sentem seguras para usar qualquer outro banheiro, elas podem usar". E aí, começou a surgir dúvidas. Eu tive que fazer toda uma conversa sobre o que é identidade de gênero, o que é sexo biológico, o que é orientação sexual. E aí, eu deixei assim. Era para entender a temperatura e para entender o discurso que estava circulando. E surgiram um monte de coisas que a gente sabe que acontece.

E a pressa de um humanitarismo que precisa atender a crise e a emergência, juntamente com uma necessidade da Operação Acolhida como Estado de desafogar Roraima, diminuir gastos e interiorizar as migrantes e refugiadas venezuelanas,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

impede que ações e práticas mais aprofundadas sejam implementadas. As saídas, como o próprio "banheiro LGBTIQ" são pontuais e devem responder a uma perspectiva temporária, rotativa e rápida. Como a Participante 2 traz, não há muito tempo para um trabalho que transforme ou opere mudança na cultura e nos entendimentos ali instaurados sobre aquele acolhimento humanitário. Se os casos de violência são muitos e há muitos mal-entendidos circulando, uma abordagem da lei brasileira que seja baseada no "isso pode" e "isso não pode" é muito mais manejável e desempenha um cessar da violência imediato mesmo que ela não dê conta de alinhar os mal-entendidos pensando um discurso de compreensão sobre gênero, corpo sexual, sexualidade e suas diversidades.

> **Participante 2** - Aí, eu fiz, como medida emergencial, a gente fez mais uma *charla*. Entra a questão de pensar uma estratégia. O que a gente fez como medida emergencial foi essa conversa com uma abordagem *rights based*. Eu não ia lá ficar tentando quebrar preconceitos porque eu não ia conseguir. A gente falou, olha só: "No Brasil, existem direitos LGBTI+ e os direitos LGBTI+ não são privilégios". Eles ficam achando, tanto a população LGBTI+, quanto a população não-LGBTI+, que LGBTI+ têm privilégios no Brasil. (...) As pessoas, em geral, aderem muito esse discurso legalista. Tipo: "Ah, eu estou em um país estranho, aqui é diferente de lá e eu tenho que obedecer a legislação". Mas isso só funciona até a segunda página porque práticas arraigadas continuam.

Um outro efeito das práticas repetidas na operação pela norma do humanitário e marcado nos relatos das participantes da pesquisa foi a de que a própria população LGBTI+ via os direitos e, inclusive o próprio "banheiro LGBTIQ+", como privilégios. Como se os protocolos e legislações diferenciadas e voltadas para a proteção e assistência de pessoas não-cis-heterossexuais fossem um universo à parte de direitos, que lhes dava uma condição permanente de prioridade. E essa interpretação de mundo encontra respaldo frente a uma realidade muito diferente no país de origem, a qual conduz as experiências das migrantes e refugiadas recém chegadas ao país que estão sendo acolhidas pelo complexo humanitário montado em Roraima e Manaus. Nesse sentido, se há prioridade para fazer as necessidades básicas e para tomar banho, deve haver prioridade para qualquer outro serviço oferecido pela Operação Acolhida mesmo que a vida fora do abrigo não seja bem assim.

> **Participante 2 -** Isso é muito engraçado porque, às vezes, os gays chegam e falam assim: "Por que eu estou no final da fila? Eu sou LGBTI+, deveria estar na fila de prioridade". Isso é muito frequente. Eles tendem a achar o Brasil muito melhor nesse sentido apesar de ser ruim. É que eles estão acostumados com um ruim tão ruim, que eles tendem a achar melhor o Brasil. Eles acham muito doido existirem direitos LGBTI+ legalmente reconhecidos aqui. De existir a possibilidade de você, simplesmente, colocar seu nome de mulher no documento, de se vestir assim na rua. Em geral, eles acham que aqui é melhor.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> E eles tendem a minimizar muito a violência que eles sofrem. Eles minimizam muito muito. Eles acham totalmente normal por conta desse histórico de Venezuela. O fato da LGBTI+fobia ser crime é chocante para eles.

5. Interiorização

5.1. A Estratégia de Interiorização

A interiorização, como temos visto, é parte importante das políticas da Operação Acolhida, pelas quais fica claro ser central a retirada das migrantes e refugiadas do território de Roraima já tão sobrecarregado. Ainda assim, e a partir de como tem sido operacionalizada a interiorização, essa estratégia mantém fragilidades consideráveis principalmente quando pensamos em pessoas LGBTI+ como discorreremos aqui. Apesar de vários atores estarem envolvidos nos processos de interiorização e suas modalidades, o Exército e a OIM continuavam sendo as instituições diretamente ligadas a essa estratégia e têm o governo federal como mentor e criador dessa política. Assim como nas outras frentes da operação, organizações parceiras – os parceiros implementadores – também estão envolvidas na interiorização e, aqui, citamos o trabalho da Refúgio 343 que é parceira da ONU e outras organizações como a Visão Mundial[106] e a AVSI Brasil. Apesar das tentativas, não obtive resposta das responsáveis para entender os desafios de modo mais aprofundado por quem realmente tem operacionalizado toda a logística envolvida nas viagens, na seleção das pessoas, criação e replicação de oportunidades e possíveis acompanhamentos.

As modalidades de interiorização continuam mais ou menos as mesmas de 2019 como vimos no capítulo 3. Seguem as modalidades de vaga de emprego sinalizada, quando a migrante é interiorizada por conta de vaga de emprego em outro estado, de reunião familiar, reintegração de pai, mãe e filhos, de reunião social, reintegração com rede de apoio e afeto que possa acolher a migrante em outro estado, e a modalidade institucional, que congrega a interiorização abrigo a abrigo (de um abrigo de Roraima para um abrigo em outro estado) e pela sociedade civil (entes privados ou de base comunitária, geralmente, instituições religiosas). Nessa última modalidade, inclusive, o ator responsável pelo processo de identificação de parceiros, tratativas de acolhimento e envio das pessoas é o ACNUR. No segundo semestre de 2022, o Rondon 5 era o abrigo que concentrava as demandas de interiorização de maneira geral, onde as migrantes têm acesso aos

[106] Ver mais em: https://visaomundial.org.br/. Acesso em 02 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

processos e/ou estão abrigadas esperando para viajar como em uma "pré-interiorização".

> **Participantes 6 e 7 -** A interiorização é uma estratégia do governo federal. Cada instituição tem uma responsabilidade específica nesse sentido. O ACNUR é responsável pela modalidade institucional. O Rondon 5 (abrigo de interiorização) é gerido pelo ACNUR. O alojamento de trânsito de Manaus também é ACNUR.

Pela modalidade institucional, tem funcionado com maior frequência a interiorização abrigo a abrigo, já que o próprio ACNUR tem parceiros espalhados pelo país. A modalidade envolvendo sociedade civil parecia ser mais pontual pelo próprio relato das participantes da pesquisa. Nesse caso, as migrantes e refugiadas aguardavam o aparecimento de vaga em um abrigo que contemplasse o seu perfil específico e, assim que possível, eram enviadas para outros estados. O tempo de permanência acordado nesse processo é de três meses, pensando que a pessoa deve buscar meios e receber suporte para se estabelecer de forma autônoma naquele lugar. Nesse sentido, há um trabalho de acompanhamento maior, uma vez que se vê uma atuação continuada que sai da Operação Acolhida em si, mas mantem lastros desse acolhimento humanitário capilarizado em outro lugar. Algo que chama atenção aqui, como nas outras modalidades de interiorização também, é que a migração não cessa cruzando-se a fronteira entre Venezuela e Brasil e segue país afora impondo novos recomeços, aprendizados e desafios. É um processo de repetição de algo que constitui aquele corpo que migra como uma figura específica da sociedade, que, por sua vez, possui experiências muito particulares, ainda mais quando questões de gênero, sexo e sexualidade o atravessam.

> **Participante 2 -** E, nessa modalidade de interiorização, as pessoas vão primeiro para o Centro de Interiorização e lá elas ficam esperando vagas nesses abrigos. Quando abre uma vaga, elas são encaminhadas para lá e aí elas têm um prazo de permanência de três meses nesses abrigos para poderem se estabelecer nesse lugar. Então, elas têm a passagem e três meses no abrigo.

Uma mudança que chama atenção é a questão da interiorização indígena. No capítulo 3, vimos que indígenas não eram interiorizados para outras partes do país, mas exceções aconteciam quando o pertencimento étnico não era citado no processo junto ao Exército. Essa diretriz havia mudado recentemente, mas muitos problemas ficaram evidentes. De novo, a interiorização por vaga de emprego sinalizada está muito distante dessas pessoas, uma vez que os processos de contratação também reproduzem racismo e LGBTI+fobia, por exemplo. A língua e a cultura se transformam em barreiras no acesso não só ao emprego, como ao curso de capacitação que possibilitaria uma realidade socioeconômica diferente. Além

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

disso, como população em vulnerabilidade no Brasil, assim como a população LGBTI+ e suas interseções, a reintegração familiar e social indígena é dificultada, pois se faz presente uma prática que condiciona a vida dessas pessoas a modelos que não contemplam seus modos de viver. Se pensarmos o caso de uma migrante, que também é indígena e LGBTI+, as chances de uma contratação, ou apenas da possibilidade de deslocamento, são baixíssimas.

> **Participante 5 –** (...) falar mais propriamente é da interiorização indígena. Aquela restrição governamental para a interiorização caiu por terra. O discurso oficial agora é que indígenas, assim como não-indígenas, podem ser interiorizados sem nenhuma discriminação no acesso a esse serviço da operação. Na prática, não funciona muito bem porque as modalidades de interiorização não atendem, primeiro, a especificidade de algumas demandas da população indígena na maneira de se inserir em um novo contexto no Brasil. Segundo, mesmo para aqueles que topam entrar nessa lógica, não vou adjetivar, mas entrar na lógica da interiorização como ela está sendo proposta, é um desafio muito grande. Primeiro porque a vaga de emprego sinalizada é uma modalidade muito restrita e que não tem ainda abertura para vagas específicas para população indígena. Isso não existe. Então, já é uma modalidade muito restrita e a pessoa indígena que se aplica para tentar essa vaga vai estar concorrendo com vários não-indígenas que, na prática, são priorizados. Até porque, muitas vezes, estão melhor capacitados, não têm uma barreira linguística tão forte, entre outras questões de racismo estrutural mesmo. Reunificação familiar e reunificação social são as outras duas modalidades. Para poder fazer a interiorização tem que se verificar uma série de critérios daquele que vai receber a pessoa e, muitas vezes, as pessoas indígenas que se deslocaram para outras partes do Brasil fizeram isso por conta própria e vivem em condições precaríssimas. Então, não atendem aqueles critérios necessários para interiorização feita pela Operação Acolhida. Os números que a gente tem de interiorização indígena, até o momento, que é algo até que o Ministério da Cidadania gosta de se vangloriar, eles são da outra modalidade de interiorização que é a modalidade Abrigo a Abrigo que a gente chama. Modalidade institucional, ou seja, são pessoas que saíram dos abrigos daqui de Roraima e foram para abrigos em Manaus.

Essas diretrizes que mudam e criam práticas e protocolos repetidos performativamente não só estão amparados pela lógica do humanitário, como também pela lógica de Estado e suas formas de controlar. O Estado, no caso da interiorização de maneira ainda mais aguda, está por detrás de toda a atuação para com as migrantes e refugiadas venezuelanas. A interiorização, dentro deste contexto, é o "carro chefe" da Operação Acolhida e se destaca como medida de acolhimento final: a pessoa chega e recebe acolhimento imediato, é abrigada para, posteriormente, ser interiorizada. É como se a interiorização fosse uma solução em si, que encerrasse os percalços da migração no país e desse conta de integrar a população migrante sem garantir direitos a longo prazo. E, de novo, o governo federal de Bolsonaro insistia em fazer do fluxo venezuelano uma plataforma de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

propaganda política contra os males do comunismo que destruiu o vizinho sem adensar as políticas de integração de venezuelanas no restante do país.

É um controle expresso na disputa de narrativas e assentado em uma economia humanitária montada ali como emergência a partir do amparo da máquina estatal. E para que essa narrativa faça sentido e ganhe força, é necessário que uma outra crise não seja gerada no Norte do país com o número grande de migrantes e refugiadas pressionando os serviços e sistemas de saúde, segurança pública e assistência social de Roraima, o que exporia o descaso prévio do Estado com o território em questão. Mesmo que a Operação Acolhida tenha trazido alguma estrutura para um lugar negligenciado, é preciso que as pessoas saiam de lá e possam se inserir em outras unidades federativas sem pressionar esses outros sistemas e serviços também fragilizados. A interiorização como solução em si dissolve esse contingente em outras partes do país de modo que ele não seja tão visível e pesado para a região de fronteira, reafirmando uma ordem sustentada pela norma do Estado no manejo das populações sem, necessariamente, assegurar proteção.

> **Participante 3 -** E aí, o Ministério da Cidadania é quem empurra o ACNUR para o tema da interiorização e é quem faz a pressão para isso rodar. (...) Muita gente não sabe que existe Op. Acolhida, mas o Bolsonaro, quando dá tempo, menciona conforme essa polarização entre o Brasil e socialismo. "Olha aqui a Venezuela". Acho que é só por isso também. Não é que as pessoas estão ligando muito para operação e que as pessoas estão investindo rios e rios de dinheiro na interiorização. A gente empobreceu muito do ano passado (2021) para esse (2022). Muito mesmo. E, para as pessoas, por mais que isso seja importante para o governo federal, não é tão importante assim. Por que quem é Roraima no contexto de Brasil? É o estado mais apartado.
> **Participante 3** - Eu acho que é culpa dessa pressão que tem para tirar o mais rápido possível os venezuelanos daqui. Porque aí ninguém está interessado basicamente. É uma solução mais rápida você tentar dissolver o máximo possível dessa população para dentro porque você dilui com os outros problemas do interior do Brasil, nos outros estados e nas outras cidades. Ninguém está muito preocupado em resolver esse problema e pensar a longo prazo. Não tem um pensamento a longo prazo.

E a interiorização em si não funciona porque não existem políticas públicas disponíveis que assegurem o acesso a direitos e uma vida digna, bem como não temos uma sociedade (com entes públicos e privados) preparada para atender e dividir espaço com pessoas migrantes e refugiadas. Além disso, a situação de pessoas LGBTI+ no Brasil é condicionada por números que traduzem uma violência generalizada como foi apresentado na introdução, assim como por uma carência de legislações fortes como vimos no capítulo 3. Se a interiorização é a medida final desse acolhimento humanitário oferecido pelo Estado e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

operacionalizado pelas organizações internacionais e Exército, então vão haver problemas de inúmeras ordens com a população interiorizada porque falta um acompanhamento mais próximo no fortalecimento de redes e oportunidades entendendo que os desafios de pessoas migrantes em um terceiro país são multidimensionais por estarem fora da cultura local, da língua e dos caminhos que as levem ao encontro de seus direitos. Nesse sentido, casos como o que a Participante 2 traz em relato começam a aparecer com frequência[107] marcando uma lacuna que é de entendimento de quase todas as entrevistadas que falaram sobre interiorização.

> **Participante 4** - Sobre as questões relacionadas à interiorização, eu acho que aí a gente entra nas questões que são um pouco do macro para o micro. Como essas pessoas têm um curto período de seguimento aí pelos atores da Op. Acolhida, seja OIM, o Exército, ou o próprio Refúgio 343, há uma questão que é colocada e é pouco avaliada. O que é a vida dessas pessoas no pós-interiorização? O que tem sido? Quais as situações de oportunidade e de vulnerabilidade que a gente consegue enxergar? Com a gente em Roraima, isso chega muito pouco.
> **Participante 2 -** E aí, é cheio de escândalos. Você já deve ter lido os escândalos sobre isso. Saiu uma reportagem que várias pessoas tinham acabado em uma situação análoga à escravidão porque eles checam a empresa, mas não faziam um acompanhamento contínuo. Então, a pessoa chega lá e no começo segue todos os protocolos, mas, daqui a pouco, o venezuelano está trabalhando igual a um escravo e é frustrante. E aí, eles descobrem que o custo de vida é altíssimo, que o salário não dá para nada, que não vai ter rede de suporte nenhuma e vai estar muito mais longe da Venezuela. Então, é muito cheio de problema o processo.

5.2. Interiorização de Pessoas LGBTI+: Desafios e Questões

A necessidade de interiorização de migrantes e refugiadas LGBTI+ vai além da Operação Acolhida enquanto política de Estado. Venezuelanas LGBTI+ ao migrarem para o Brasil buscam oportunidades de emprego em primeiro lugar. Como a migração da Venezuela quase sempre está condicionada à situação socioeconômica do país de origem, a sustentação e estabilidade financeiras permeiam de alguma forma os imaginários sobre o país de acolhida. Além disso, demandas por serviços básicos específicos como hormonização para pessoas trans e travestis também encontram uma realidade muito árida em Roraima. Como a Participante 4 coloca, quando esses serviços estão disponíveis de alguma forma, funcionam de modo improvisado. Em Roraima, a empregabilidade e os serviços voltados para pessoas LGBTI+ são poucos e não atendem toda a demanda represada

[107] Notícias sobre venezuelanos em trabalhos análogos à escravidão têm sido comuns. Ver mais em: https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/06/5018233-doze-imigrantes-venezuelanos-fogem-de-trabalho-escravo-em-sao-paulo.html. Acesso em 02 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

ali, sendo a interiorização uma oportunidade, um vislumbre, mesmo que fictício, de uma vida melhor. A criação de "paraísos LGBTI+" como coloca Raboin (2017) vem, então, acompanhada de uma confiança grande nas práticas estabelecidas na operação como estratégias de integração.

> **Participante 4** - Há um interesse muito grande da comunidade LGBTI+ para interiorização por algumas questões. Primeiro, laboral pela dificuldade de encontrar emprego em Boa Vista. Acho que é importante (...) de a gente pensar, talvez, no "*live no one behind*" em termos da empregabilidade, das soluções duradouras, meios de vida. A população LGBTI+ sempre enfrentou uma dificuldade muito maior nesse contexto. Pela questão das oportunidades de trabalho, as pessoas queriam interiorizar. E a gente tinha um segmento também, especialmente, da comunidade trans pela questão da transição de gênero, da hormonização. As pessoas encontravam uma dificuldade no estado de Roraima para acessar esses serviços. (...) A gente não tem um cuidado multidisciplinar como tem o Ambulatório Trans em Brasília. Isso é um serviço que não é encontrado em Boa Vista, nem pensando em uma rede. Mesmo não tendo o serviço, talvez, a gente pudesse pensar em uma rede de profissionais que pudessem oferecer essa linha de cuidado. Mas a gente não tem. (...) Então, logo, logo, as pessoas queriam encontrar outros espaços para conseguirem acessar um serviço de qualidade. Essa é a interiorização por um lado.

Nessa dinâmica, devem haver cuidados básicos na interiorização de pessoas LGBTI+ pelo Brasil. As organizações e parceiros que atuam mais diretamente com gênero, sexo e sexualidade como o próprio UNFPA, mesmo fora do processo de interiorização, tentam dar suporte para que os direitos da população LGBTI+ sejam respeitados seguindo as demandas das pessoas e o trabalho que é desenvolvido com as beneficiárias até aquele momento. Se a migrante já iniciou algum tipo de tratamento ou acompanhamento de saúde, deve-se ter atenção ao local de interiorização como espaço de continuidade dos serviços acessados. Ademais, é necessário também levar em consideração a segurança de todas, que, muito provavelmente, estarão sem rede de apoio estabelecida nos locais de destino e estão mais vulneráveis por conta de seus corpos, orientações sexuais e identidades de gênero.

> **Participante 4** - O que a gente tenta sempre trazer nesses processos com eles é que, independentemente de qual seja a vertente que a pessoa está procurando, a gente precisa estar atento. Eu não posso interiorizar uma mulher trans em uma demanda de abrigo a abrigo se eu sei que aquele abrigo, lá em Dourados, recebe homens cis majoritariamente. Que contexto de segurança eu vou estar propiciando a essa mulher? Da mesma forma, se eu tenho um sujeito LGBTI+ que faz tratamento para HIV. Eu não vou colocar ele no interior de Goiás onde os serviços de assistência estão a mais de 300 quilômetros de distância. As pessoas precisam estar um pouco conectadas e entender as questões de vulnerabilidade associadas à comunidade. A gente faz um pouco essas questões de sensibilização junto aos profissionais para que eles se sintam um pouco mais situados frente às necessidades e vulnerabilidades da comunidade LGBTI+ e seus processos de interiorização.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Mas a modalidade de vaga de emprego sinalizada está distante da realidade de pessoas LGBTI+ porque essas pessoas costumam viver a LGBTI+fobia reproduzida no mercado privado, que incide na contratação de determinados corpos em detrimento de outros. Se a migrante e a refugiada cis-heterossexual já vivem as dificuldades de inserção econômica no Brasil, a população LGBTI+ migrante e refugiada vive uma insegurança muito comum na vida da população LGBTI+ brasileira[108]. Uma questão que apareceu no relato das participantes da pesquisa é a da (não)passabilidade de gênero – enquanto homens e mulheres – de pessoas trans e da expressão de gênero de homens gays afeminados. O que se vê é que as pessoas que conseguem ser interiorizadas costumam ser passáveis enquanto não-LGBTI+ em relação a sua condição de gênero, sexualidade e corpo sexual.

Nos relatos das participantes da pesquisa, aparecem desafios enfrentados por homens gays e mulheres trans e travestis. Primeiro, as pessoas trans costumam ter muito marcada a sua condição de pessoa LGBTI+ por conta de uma aparência que transgride os padrões de comportamento e apresentação da norma que alinha gênero-sexo-desejo. Por isso, estão no final da fila da empregabilidade antes mesmo das mães com filhos pequenos, por exemplo. É como se essas pessoas não pudessem ser contratadas porque vivem um mundo à parte. Como se sua (re)elaboração de gênero fosse inconcebível. Segundo, homens gays que performavam feminilidade também sofrem mais LGBTI+fobia e, igualmente, vivem mais desafios de empregabilidade, já que os empregadores têm total autonomia para contratarem quem quiserem. Nesse contínuo, aquelas que não conseguem se interiorizar pela vaga de emprego sinalizada, acabam se interiorizando pelas outras modalidades estruturadas na Operação Acolhida.

> **Participante 2** - A população, em geral, tem sido interiorizada. Eu diria, que no caso LGBTI+, proporcionalmente até mais porque os LGBTI+ tendem a vir sozinhos sem núcleo familiar e é muito mais fácil para uma pessoa sozinha ser interiorizada. Só que tem uma coisa, que é bastante problemática, que é o programa de interiorização em geral. (...) Eu acho que, quanto menos passável, mais dificuldade tem. Aí, vai mais pela institucional, pelo abrigo a abrigo. E aí, vai mesmo. Vai. Circula. O homem afeminado até consegue passar em uma fábrica qualquer, normal... Temos mais problema com pessoas trans. Não é que temos problemas. Eu vejo essas pessoas serem menos absorvidas pelo processo de interiorização por vaga de trabalho. Aí, eu não sei o que as outras pessoas acham, mas é o que eu vejo. As pessoas trans eu vejo sair mais pela institucional. (...) Quanto mais divergente ela (a pessoa) aparentar, menos ela

[108] Segundo dados do relatório Demitindo Preconceitos (2022), a maioria das pessoas não pode ser quem é no ambiente de trabalho. Apenas 55% declaram sua orientação sexual e 40% falam sobre sua identidade de gênero. Ver mais em: https://estudos.santocaos.com.br/demitindo-preconceitos-2-0. Acesso em 10 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> vai ser encaminhada para uma vaga que não seja de perfil LGBTI+. Mulher trans muito passável não existe aqui em geral. São muito discerníveis enquanto pessoas LGBTI+.
> **Participante 1** - Uma das coisas que mais chamou a atenção. (...) Os corpos masculinos que performavam masculinidade como a gente conhece, o padrão, se empregavam muito mais rápido do que os corpos masculinos que eram mais femininos, por exemplo. Isso foi óbvio.

Quando há possibilidade de contratação da população LGBTI+ que sobra, que se mantem nos abrigos, geralmente, as vagas de trabalho já vêm marcadas como "vagas LGBTI+". Uma lógica parecida com a do "banheiro LGBTIQ+", em que a marcação deve dar conta da expectativa daquele que contrata, assim como daquele que procura "ordem" na utilização do banheiro. Só que, nesse caso, a reprodução dessa segmentação advém do próprio mercado privado, que apenas reproduz uma estrutura LGBTI+fóbica de vida e dificulta a inserção de pessoas LGBTI+ na estratégia da interiorização. Como diz a Participante 2, em certa medida, esse "jogo de cartas marcadas" não é de todo mal, uma vez que a interiorização por vaga de trabalho não significa respeito a direitos como temos visto. Se o Brasil é o país que mais mata população trans e travesti do mundo, é provável que a segurança de pessoas trans e travestis, por exemplo, esteja mais ameaçada em uma vaga qualquer de emprego do que a de pessoas cisgênero. De novo, não há tempo, vontade política e dinheiro para se pensar alternativas que enfrentem de frente essa estrutura normativa discriminatória e abusiva no acolhimento proposto pela Operação Acolhida na lógica do humanitário e da lei do Estado.

> **Participante 2** - Tem várias vagas de trabalho no processo que já vêm assinaladas "perfil LGBTI+". E na interiorização institucional, abrigo a abrigo, também é "perfil LGBTI+". (...) Isso é uma questão do Exército. Porque a interiorização de vaga de trabalho é pelo Exército. Você chega lá no CCI (Centro de Coordenação de Interiorização) e vão te cadastrar e, provavelmente, vão olhar para você e vão te cadastrar como pessoa LGBTI+. Então, vão dar um *match* no seu perfil com a vaga de perfil LGBTI+. Eu nunca vi, por exemplo, uma mulher trans sendo interiorizada por vaga de trabalho para mulheres solo. E isso, às vezes, não é necessariamente ruim. Porque se você, talvez, desse esse *match* da mulher trans para a vaga de mulher solo e ela chega na empresa e as pessoas meio que levam um susto... Não que se for uma vaga específica para isso, ela não vai passar pela mesma coisa. Não que uma pessoa trans esteja livre de preconceito porque ela entrou para uma vaga assinalada para pessoas trans. Pelo menos, existe uma checagem suficiente para assegurar que as pessoas que forem chegar lá são LGBTI+ e, talvez, isso já poupe de alguma coisa. A gente sabe que nenhum processo de interiorização significa respeito de direitos a médio prazo. Nenhum deles. Ninguém está livre de violação de direitos, mas...

Assim, a vaga sinalizada não dá conta da interiorização LGBTI+ e das demandas da população migrante e refugiada venezuelana porque os problemas vão se multiplicando nos encontros com a sociedade brasileira contratante. O episódio que a Participante 4 narra sobre uma empresa que se questiona sobre a necessidade

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

de um banheiro separado para pessoas trans e travestis é, de novo, emblemático nesse sentido, pois se aproxima muito do que vemos no contexto humanitário em questão. Como Chouliaraki (2013) traz, humanitarismo e mercado têm faces em um mesmo universo. Em adição, há um certo descaso por parte dos atores que fazem a interiorização por motivos que tocam um desconhecimento intrínseco das políticas, protocolos e diretrizes que dão conta desse acolhimento em específico como temos visto. Outrossim, há também uma certa compreensão de que os problemas enfrentados nesse caso e com essa população vão muito além do humanitário e estão na base da sociedade brasileira a partir do seu ódio por pessoas LGBTI+ e da ausência de políticas públicas fortes e eficazes. Assim, as rotas do destino que desaguam na prostituição e nos trabalhos abusivos repetem, performativamente, uma normatividade que recria duros efeitos.

> **Participante 3** - É difícil de ir pela modalidade de vaga de emprego sinalizada por questões de que a gente não tem nenhum controle de quem vão ser as pessoas selecionadas. (...) Só que, como as pessoas não querem resolver os problemas a fundo, as pessoas pensam que: "Ah, eu preciso fazer esse abrigo rodar. Se esse emprego não escolhe LGBTI+, não me importa que os LGBTI+ fiquem aqui para sempre. Eu só preciso que saia um homem solteiro, se é gay ou não, se tem uma questão de discriminação ou não, não me importa". Eu acho que é o braço mais delicado da operação embora seja o carro chefe.
> **Participante 4** - A gente é muito pouco retroalimentado nesse sentido. Eu acho que, quando a gente olha a comunidade LGBTI+ nesse processo, a gente amplifica um pouco essas preocupações. Porque, bom, junto com as mulheres com filhos, são as pessoas (LGBTI+) que estão lá no último lugar da fila para encontrar emprego. Vira e mexe, a gente recebe notificação desses atores de empresas que colocam mesmo barreiras discriminatórias para negar a contratação de pessoas LGBTI+. A gente já teve, inclusive, um frigorífico que alegou que não poderia contratar mulheres trans porque eles não conseguiam fazer um banheiro específico para a comunidade trans. (...) A gente tem que ser bastante sério. Inclusive, verificar as possibilidades de onde se pode denunciar esse tipo de conduta por parte do setor privado.

A modalidade institucional tem sido vista como uma saída mais factível para os problemas da vaga de emprego sinalizada. Por esse modelo, a migrante e a refugiada LGBTI+ saem de um abrigo da Operação Acolhida em Roraima e vão para outro abrigo, que também aceite os seus perfis enquanto LGBTI+s, em outro estado. Quando interiorizada, teoricamente, a beneficiária tem um acesso facilitado a informações, bem como um acompanhamento mais próximo sobre sua situação. Aqui, porém, esbarramos no tempo de três meses de abrigamento de novo. O tempo desse humanitário, que precisa dar conta da crise, é um tempo, que muito comumente, não é o mesmo da pessoa LGBTI+ que precisa reconstruir autonomia para ter sustentabilidade financeira em um país que vive uma grande inflação de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

produtos essenciais[109]. Ademais, temos a questão dos abrigos, os quais, frequentemente, não contemplam população LGBTI+ como beneficiária. Se considerarmos ainda que grande parte desses parceiros são instituições religiosas, a garantia de um olhar direcionado para pessoas nas suas intersecções de gênero, sexo e sexualidade é posta de lado.

> **Participante 4** - O que a gente sente um pouco mais de segurança é quando a gente consegue uma oportunidade abrigo a abrigo para que, pelo menos, essas pessoas consigam na nova localidade um mínimo de segurança ali garantida para elas. Um lugar para dormir, um lugar em que ela possa se alimentar e que ela consiga receber as orientações necessárias para tentar um trabalho, para tentar encontrar uma outra forma de viver e habitar essa localidade. Mas quando o tema é oportunidade de trabalho, a gente já fica super frustrado porque a gente não encontra oportunidade para essas pessoas.
> **Participante 3** - O que daria para a gente interferir, com certeza, é no modelo abrigo a abrigo. Porque abrigo a abrigo você senta com uma instituição na ponta, você conversa, mas eles não estão dispostos nem a isso. É tudo instituição religiosa, evangélica, católica, sei lá. E eles, também, põem na balança: "Perder o parceiro ou garantir um acesso igualitário?". Garantir um acesso igualitário é a primeira coisa que eles abrem mão.

As modalidades de interiorização por reunião familiar e reunião social também guardam questões específicas do público LGBTI+. Como viemos afirmando, a família pode ser uma grande perpetradora de violências e perseguição no caso de migrantes e refugiadas LGBTI+ (JANSEN; SPIJKERBOER, 2011; LAFUENTE, 2014). Esses rompimentos tornam mais difíceis as chances de a reunificação de pai, mãe e filhos acontecer, uma vez que esses laços estritos podem não dialogar com a realidade de pessoas que têm gêneros, corpos e sexualidades que tensionam a norma do gênero-sexo-desejo. Já o caso da reunião social, as possibilidades de rede são maiores e diversas. As questões que surgem daí, contudo, estão quase sempre ligadas à fragilidade dessa rede de apoio, que, na ânsia de sair de Roraima, acaba sendo constituída por pessoas não tão próximas, que não querem ou não podem ser suporte por muito tempo. Apesar de uma checagem por parte da Operação Acolhida, não é incomum que LGBTI+s voltem a se inserir em ciclos de vulnerabilidades nas cidades pelo interior do Brasil, às vezes, incluindo o tráfico humano e o aliciamento na prostituição.

> **Participante 5** - Outra questão é que, é uma impressão não tem nada de concreto pra dizer, mas que a gente escuta muito das pessoas de interesse LGBTI+, é que muitas vezes chegam aqui no Brasil porque tiveram rompimentos familiares porque não tinham nenhuma possibilidade de acolhida na Venezuela. Elas estavam completamente desamparadas. Então, como que se vai pensar em uma reunificação social ou familiar pra esse tipo de situação?

[109] O país tem uma inflação que tem incidido mais nos setores de alimentos e combustíveis. Ver mais em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/05/brasil-tem-3a-maior-inflacao-entre-as-grandes-economias-mostra-ocde.ghtml. Acesso em 10 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Participante 4** - A gente enxerga, que pela perspectiva laboral, as portas estão muito fechadas para a comunidade LGBTI+. E o que resta para essas pessoas é, muitas vezes, transcender sua vulnerabilidade no estado de Roraima para criar, por exemplo, a oportunidade que uma pessoa, que supostamente seja uma rede social, consiga acolher esse sujeito em uma outra cidade. E, muitas vezes, hoje a gente consegue ver que é um pedido de socorro para as pessoas saírem daqui. Não é uma pessoa que vai garantir residência para essas pessoas em um período de seis meses, por exemplo. Às vezes, a garantia que a pessoa tem é que ela vai passar uma semana lá e, depois, ela precisa se virar porque, de fato, não é uma pessoa amiga, uma pessoa que faz parte da rede social. É um "quebra-galho" que essas pessoas conseguiram para ir. E, muitas vezes, elas têm apoio do governo federal e da OIM para isso. Então, é uma situação bastante frágil.

Fica claro que o modelo pelo qual a Operação Acolhida pensa a interiorização tem muitas questões. E muitas questões que incidem com força nos corpos e vidas de pessoas LGBTI+ migrantes e refugiadas. A mitigação desses problemas, porém, não tem recebido um grande foco. Pelo menos, não ouvi em nenhum relato medidas específicas que pudessem ser citadas como boas práticas. Talvez, por não ter tido contato direto com atores que trabalham o eixo da interiorização. O que aparecem são projetos paralelos que têm uma aderência maior a uma abordagem de desenvolvimento, a qual vai ser tema da última seção deste capítulo. No mais, as críticas ao modelo que tem sido operacionalizado sublinham uma lógica humanitária assentada na necessidade de se ter rotatividade nos abrigos e uma lógica de Estado que precisa gerir a população venezuelana com alguma iniciativa que pareça legítima. E, aqui, não estamos afirmando que a interiorização como política não é adequada, mas que a forma pela qual esse modelo tem sido pensado acaba (re)criando problemas para a população LGBTI+ no reforço de suas já extensas vulnerabilidades como migrantes e refugiadas.

> **Participante 2** - Olha, sendo bem sincera com você já que a entrevista é anônima, eu não acredito que a questão da identificação de perfis seja tanto para mitigar dificuldades, quanto para agradar as empresas, os parceiros institucionais. Eu acho que a intenção principal é agradar os parceiros porque nem todo mundo vai querer um LGBTI+ e eles estão, simplesmente e meramente, respeitando esses desejos. Isso não é voltado para a população de interesse. Isso não é pensado. Tanto que não existe nenhum tipo de acompanhamento especializado voltado para um LGBTI+ que vai ser interiorizado. Não existe isso. E não seria tão difícil de fazer no sentido de mobilizar um grupo que seja, sabe? Facilitar a criação de um grupo de apoio lá (local de interiorização). Não é tanto trabalho, mas não tem. Então, em geral, o jeito que a gente enxerga isso é muito mais para você agradar o parceiro institucional do que o migrante.

O que a Participante 2 traz no final do relato reproduzido acima pode ser um bom esboço de política garantidora de direitos básicos de migrantes e refugiadas LGBTI+ interiorizadas. O esforço de articulação com a sociedade civil deveria ser contínuo no sentido de trazer essa discussão para o debate público, o qual pouco

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

tem interesse em questões migratórias. E esse esforço faz eco a uma invisibilidade da pauta de gênero, corpos e sexualidade, que, por sua vez, não encontra a agenda das migrações. Como trouxemos no capítulo 1, a interseção entre migração, refúgio, gênero, corpo sexual e sexualidade é ainda muito inexplorada, inclusive, pensando a atuação de organizações de base civil no país que façam essa aproximação. O que torna o trabalho de organizações como a LGBT+Movimento fora de Roraima e as organizações LGBTI+ de Roraima que acolhem migrantes e refugiados também muito fundamental. Ainda assim, a articulação local nem sempre foi orgânica. No capítulo 3, ouvimos sobre as dificuldades de engajar a sociedade civil local em parcerias e projetos comuns. Em 2022, essa situação tinha se modificado de forma geral, mas há desencontros com as lideranças LGBTI+ que serão discutidos no capítulo 5.

> **Participante 4 -** E, em várias localidades, o trabalho que vocês desenvolvem (LGBT+Movimento) não é um trabalho existente, né? A gente não tem uma organização da sociedade civil que se proponha a fazer esse tipo de acolhimento também. Acho que a maioria das organizações de cunho ou com essa interface LGBTI+ Brasil afora tem enfrentado uma situação grave de dificuldades de financiamento e é mais uma tarefa. E mais uma tarefa que não estão dispostas, não porque não querem, mas porque não têm condição de assumir mesmo.

5.3. Trabalho e Formação Profissional

O trabalho é parte importante das demandas e da projeção de futuro das migrantes e refugiadas venezuelanas. Se a crise generalizada gerada pelo colapso da economia da Venezuela incidiu diretamente na empregabilidade das pessoas, as vagas de interiorização por vaga de trabalho são bastante ansiadas pela população em geral. Elas fazem parte de um imaginário sobre uma vida melhor. Apesar do trabalho da FT Log na busca por empresas que queiram contratar como vimos no capítulo anterior, as vagas de emprego, em sua grande maioria, estavam muito relacionadas ao agronegócio, principalmente, com a indústria bovina. Nos relatos das participantes da pesquisa, apareceram também o setor de transportes e a indústria de alimentos como se essa modalidade de interiorização servisse como plataforma para as indústrias de base no Brasil e, não necessariamente, como espaço de acomodação de carreiras ou profissionais já estabelecidos no país de origem. Algumas empresas em específico, nesse caso, disponibilizavam vagas direcionadas para a população LGBTI+ como a rede de lojas de roupas Renner citada pela Participante 2.

> **Participante 4 -** Há uma fragilidade muito grande que eu, pessoalmente, vejo nas questões de interiorização. Até porque o carro chefe que seria o interesse

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> da comunidade nas oportunidades de trabalho é o que a gente tem menos visto de saída. Pouca oportunidade de empregabilidade. E, muitas vezes quando essa empregabilidade acontece, são em setores que a gente fica bastante preocupado. São setores relacionados ao agronegócio, ou à indústria de carne, né? O setor de transporte também.
> **Participante 2 -** A maioria das vagas hoje em dia que eu vejo é em fábrica, frigorífico, coisas assim... São a maior parte. Eu sei também que a Renner tem (vaga).
> **Participante 6 e 7 -** Na interiorização em si varia muito a disponibilidade de vagas (setor de alimentos, setor bovino).
> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** – Tem (muita gente sendo interiorizada para Santa Catarina). Especialmente no Oeste. Tem muita empresa alimentícia que contrata pessoas refugiadas.

Mas um caminho fundamental para acessar a empregabilidade é o da educação por meio da formação profissional. Com relação a encaminhamentos para cursos e treinamentos, a população LGBTI+ costuma ser incluída com frequência nessa dinâmica de modo a oferecer algum parâmetro de medida que a coloque dentro de uma concorrência mais legítima. Mesmo assim e além das vagas de trabalho marcadas pela Operação Acolhida como vimos anteriormente, formação profissional e vagas de emprego para população LGBTI+ em geral também estão comumente relacionadas a nichos em particular. É como se pessoas LGBTI+ tivessem uma maior predisposição para certos tipos de trabalho, regularmente, ligados à área de estética e beleza, por exemplo. Desvencilhar-se dessa repetição normativa que constitui vivências LGBTI+ de determinada maneira é uma tarefa que não cabe na lógica do humanitário amparado por um Estado omisso nas pautas de gênero, sexo e sexualidade. Desse modo, as segmentações que isolam as migrantes e refugiadas que têm orientações sexuais, identidades de gênero e corpos sexuais não-cis-heterossexuais (“banheiro LGBTIQ+” e empregos marcados) são as mesmas que justificam sua proteção e reiteram sua constituição enquanto figuras sociais preconizáveis.

> **Participante 3** - O que a gente tem são muito cursos que são ofertados. O que a gente faz às vezes... Se a gente tem essa informação de que agora vai abrir vaga para um curso X e eu consigo sentar com a equipe de proteção baseada na comunidade, que é normalmente quem recebe as informações de cursos que vão ser ofertados, a gente pensa o que é possível fazer. Indicar as pessoas desses perfis mais vulneráveis, que também são os perfis que mais têm dificuldade de acesso de emprego, de curso por fora dos meios da operação. Você facilitar o acesso delas a esses cursos profissionalizantes. Isso é uma outra coisa.
> **Participante 5 -** O que sei é que, por muito tempo e até hoje de certa forma, foram pensadas capacitações especificas para a população LGBTI+, por exemplo. Eu até tenho alguns problemas com isso, mas, por exemplo, "*peluqueria* e maquiagem" eram os cursos oferecidos para os LGBTI+ porque é trabalho de LGBTI+. Mas esses não são trabalhos que estão lá na vaga de emprego sinalizada. Não é pra esse tipo de trabalho que é pensado essa modalidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Ademais, a empregabilidade local, além de nichada, está mais ligada a pequenos serviços temporários, que não costumam garantir sustentabilidade e segurança financeiras para as pessoas que os procuram, mas servem como paliativos pontualmente. As articulações entre estado e municípios pensando o território de Roraima (e os outros estados da federação) a partir da necessidade de gerar oportunidades que contemplem a população LGBTI+ são fundamentais para que a Operação Acolhida possa fornecer não só um acolhimento humanitário local, mas consiga fomentar um acompanhamento que esteja alinhado com a sociedade civil, com os entes privados e públicos em um geral. Assim, migrantes e refugiadas venezuelanas teriam mais chances de se integrar sem que estivessem sempre mediadas pela assistência direta da operação, mas guiadas pelos direitos e serviços que deveriam gozar a partir das diretrizes legais brasileiras que balizam a migração e o refúgio, questões de gênero, sexo e sexualidade e as intersecções entre essas agendas. Mesmo em um país em que o debate e as políticas públicas são ineficientes nos temas aqui tratados, essa articulação é um campo em que efeitos positivos podem ser alcançados, bem como acontece com a própria Operação Acolhida como ponto de inflexão que também traz debate, interesse e organização política dentro e fora de seus limites sobre a migração internacional. A Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES) de Roraima é exemplo de parceria possível e produtiva nesse sentido e deve ser melhor tratada no capítulo 5.

> **Participante 2** - Volta e meia, tem. Muitos encontram emprego por aqui mesmo, mas a maioria não. E quando há interiorização, eu acredito que sejam cargos mais genéricos. Para ser sincera com você, eu vejo muitos LGBTI+ saindo por vaga de trabalho, mas são sempre os mais passáveis assim, sabe?
> **Participante 5** – (...) as pessoas vivem praticamente de bicos: "ah, estão construindo uma casa ali e estão precisando de ajudante de pedreiro; ah, o mercado vai receber carregamento essa semana e precisa de alguém para levar as coisas para dentro do depósito" e por aí vai... Alguns trabalhos de barbearia e cabelereiro, mas os dois que eu conheço que têm esse trabalho são também homens cis que namoram mulheres.

E, muitas vezes, a prostituição parece ser o único caminho possível para subsistência. E, aqui, são muitas as nuances dessa questão que não conseguiremos tratar nesta pesquisa com profundidade. No Brasil, grande parte da população trans e travesti encontra na prostituição a única possibilidade de ter uma vida digna[110] com certa rentabilidade financeira, já que as possibilidades de emprego formal,

[110] A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) estima que cerca de 90% das pessoas trans e travestis no Brasil usam a prostituição como fonte de renda primária (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

quando acontecem, são limitadas e têm pouco retorno financeiro. No contexto da migração, inclusive, devemos diferenciar brevemente uma situação de aliciamento para dentro das redes de prostituição e o trabalho sexual voluntário. Mesmo sabendo que há uma estrutura que condiciona pessoas LGBTI+ e, principalmente, pessoas trans e travestis à prostituição como se ali fosse um destino óbvio, quando a migrante LGBTI+ é constrangida pelas milícias que atuam entre Brasil e Venezuela, a sua vulnerabilidade acaba aumentada, reforçando um ciclo de violências e privações que encontram na LGBTI+fobia estrutural do país espaço para se perpetuar.

> **Participante 1 -** Te confesso, sendo bem sincero para concluir essa parte, a maioria das mulheres trans acabavam na prostituição, no trabalho sexual, que para mim, de novo, é uma questão de sexo por sobrevivência. Muitas, claro com consciência, munidas de muita informação, empoderadas para tentar buscar uma outra coisa. Mas qual que é o espaço que a sociedade dá para elas no final das contas? Nenhum. A gente respeitava muito qualquer decisão e, claro, a gente não tem muito o que fazer. As pessoas são agentes do seu próprio caminho.
> **Participante 3** - A maioria deles se prostitui. Porque é isso, não tem o que fazer.

6. Projetos Paralelos e Eixo Desenvolvimento

6.1. Mudanças Estruturais

Como já viemos apresentando, a Operação Acolhida passou por muitas mudanças de 2019 para 2022 e segue um tempo que corre acelerado a partir da renovação constante dos contingentes de operadores humanitários e da população migrante e refugiada. Para além disso, há fatores que têm aparecido e apontado para mudanças ainda mais basilares pensando, não somente os abrigos como estrutura material, mas o próprio sentido da operação como única e mais adequada resposta para o contexto. O tema da articulação local percorreu, de modo geral, quase todos os relatos das participantes da pesquisa e segue sendo um primeiro fator importante nesse rearranjo das rotas possíveis para acolher e integrar migrantes e refugiadas LGBTI+ (ou cis-heterossexuais). Se em 2019 esses encontros com a sociedade civil e os entes públicos locais eram mais raros, pelos relatos das participantes do Grupo 1 em 2022, esse contato e o trabalho em conjunto pareciam estar crescendo ou, pelo menos, sendo encarados como uma resposta mais adequada ao considerar o conhecimento de quem já trabalha naquele território.

Apesar de haver, por conta da própria experiência das participantes do Grupo 1 se dar na Operação Acolhida, um destaque para o acolhimento humanitário

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

que está sendo desenvolvido por essa atuação interagências, o trabalho de base comunitária desempenhado pelas organizações da sociedade civil, pelas ativistas de Roraima e por alguns órgãos públicos do estado e do município foi bastante citado. A Participante 1 cita algumas pessoas que trabalham há anos com população LGBTI+ e população migrante em Roraima antes mesmo da Operação Acolhida se estabelecer ali. No próximo capítulo, iremos conversar com Silvia Reis, Sandra dos Santos e Rebecka Marinho para entender as percepções que surgem dessa interação no contexto do fluxo migratório venezuelano. Por enquanto, nos limitamos a chamar a atenção para o papel performativo da Operação Acolhida ao reiterar também uma atenção para com a população migrante e refugiada que pode engendrar efeitos positivos no encontro com instituições que já estavam naquele espaço.

> **Participantes 6 e 7** - A realidade de hoje em 2022 diverge muito de 2019. Em 2019, tínhamos uma outra perspectiva e uma outra demanda. Naquela época, tinham desafios, mas hoje estamos bem alinhados com algumas instituições locais da sociedade civil. A construção veio com o tempo e com boas práticas desenvolvidas. Em 2019, ainda era um contexto em que a população chegava sem entender o que encontrariam no Brasil. Hoje, as pessoas chegam com um planejamento mais concreto. O trabalho de fronteira também está mais estabelecido. A comunicação interna entre a população venezuelana está melhor pensando em uma troca de rede. Há melhores estruturas.
> **Participante 1 -** Eu confesso que era uma coisa que, quando a gente chegou, não se discutia. Quando a gente chegou, passou-se a levar o assunto para vários lugares. Não menosprezando. A Silvia (Reis) tem um trabalho de mais de vinte anos, a Sandra (dos Santos) também, a Rebecka (Marinho) também. Elas já tinham um trabalho gigante. Mas a proporção que isso ganhou pela visibilidade que as Nações Unidas têm e que a Op. Acolhida teve, isso que conseguiu, pelo menos, transformar isso em algo visível.

Outro ponto importante que já vínhamos sublinhando ao longo deste capítulo é o recente corte de gastos da operação. Há algumas variáveis que levam a esse enxugamento de recursos que aparecem nas entrevistas. A primeira seria a de que 2022, como ano de eleições presidenciais, coloca em suspenso a injeção de maior capital, pois não se sabe se o trabalho de acolhimento e integração das migrantes venezuelanas continuará o mesmo na mudança de governo federal. Esse fato aliado à vontade, já por vezes marcada aqui neste texto, de o Exército Brasileiro se ausentar da Operação Acolhida totalmente põem em xeque os contornos que foram estabelecidos até aqui. O que fica como questionamento é como possíveis transições serão feitas no futuro, uma vez que vem se apresentando a necessidade de uma transição dos eixos que balizam a resposta do Estado brasileiro como será visto logo a seguir. A Participante 4 traz em relato essas mudanças que já têm sido

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

operadas pela FT Log no manejo terceirizado de suas funções para com as migrantes venezuelanas.

Ademais, o agravamento da guerra na Ucrânia com a invasão russa em seu território[111] tem se mostrado como um outro fator relevante para se pensar o trabalho humanitário em Roraima. As agências da ONU são as maiores afetadas nesse contexto, pois têm concentrado recursos financeiros e esforços para o conflito europeu com uma força bastante grande. *Staff* treinado tem sido manejado para atender as vítimas deslocadas da crise ucraniana impactando nos recursos destinados ao fluxo migratório venezuelano nas Américas. Aqui, um jogo de pesos e medidas de uma balança internacional de poder aparece condicionado a regiões, conflitos e populações específicas como em um tabuleiro de escolhas políticas pelo qual se decide quais figuras devem ser objeto da lógica humanitária em questão. E mesmo com o fortalecimento da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes Venezuelanos (R4V)[112] como aporte regional para o fluxo venezuelano, a Operação Acolhida, como resposta do Brasil pelo menos, vinha sofrendo o impacto desses fatores internos e externos que tornam seu futuro incerto.

> **Participante 4** - Acho que, por outro lado, o que a gente tem tido mais recentemente é a crise na Ucrânia, que tem sido colocado com uma grande justificativa também para a diminuição de recursos aqui. E tem as questões que eu acho que são as questões de pano de fundo. É um grande elefante no meio da sala, que a gente sabe que influencia. (...) E há uma intencionalidade, talvez, de fazer essa transição dessa operação que é comandada pelo Exército, em uma grande medida, de uma forma que seja bastante nociva em termos de uma transição um pouco mais saudável para o contexto humanitário-desenvolvimento. A FT Log tem terceirizado vários serviços com organizações em que a gente não tem, enquanto parceiros do governo federal, a transparência de como essas empresas são escolhidas, de como esses profissionais são escolhidos para trabalhar nesses espaços. Isso tem o potencial de fazer com que seja uma transição muito difícil.
>
> **Participante 2** - E a tendência é que acabe mesmo (Operação Acolhida). O ACNUR cortou 25% do orçamento antes de começar a guerra na Ucrânia. O que tende a acontecer é isso. O ACNUR mandou 500 pessoas para Ucrânia. Nunca vi tanta gente do ACNUR em um lugar só. Eu não sei o que vai acontecer.

Um ponto fundamental das mudanças estruturais que têm sido apresentadas aqui é a transição da resposta brasileira à migração venezuelana do eixo humanitário para o eixo de desenvolvimento. O nexo humanitário-desenvolvimento tem ficado

[111] Mais de 7 milhões de pessoas deixaram a Ucrânia desde o início do conflito em fevereiro de 2022. Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/emergencias/ucrania/. Acesso em 10 de outubro de 2022.

[112] É uma plataforma interagencial liderada pelo ACNUR e pela OIM de coordenação das respostas ao fluxo venezuelano na região. Ver mais em: https://www.r4v.info/. Acesso em 10 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

mais claro com o agravamento da crise na Venezuela, pela qual as pessoas têm chegado aos diversos países de acolhida nas Américas em situação vulnerabilidade aguda. Algo que pontuávamos na seção 2 a partir dos efeitos da pandemia quando as fronteiras ficaram fechadas e pioraram a situação das migrantes e refugiadas represadas em território venezuelano sem serviços e condições financeiras mínimas. A necessidade de se pensar projetos de desenvolvimento com essa população vai dando outros contornos para a Operação Acolhida, inclusive, com os projetos paralelos que seguem a partir do acolhimento humanitário brasileiro em Roraima como veremos nas próximas páginas. Mas como as agências da ONU e a FT Log não costumam operar com projetos dessa natureza, tornam essa transição um processo desafiador, o qual necessita de tempo para identificação de parceiros, amadurecimento das ideias e execução de pilotos.

> **Participante 4** - Objetivamente, o que a gente consegue absorver, porque é um tema que é tratado durante uma reunião, às vezes, a partir do que alguém fala, então, de fato, é um fato... O contexto da cronificação da crise venezuelana tem redirecionado um pouco as organizações a entenderem que esse contexto precisa de um direcionamento para o nexo humanitário-desenvolvimento. Então, cada vez mais, a gente tem enxugado o recurso das organizações ou as organizações estão diminuindo seus recursos para assistência humanitária e criando espaço para que, cada vez mais projetos de desenvolvimento comecem a surgir. Então, isso é um processo desafiador porque aí a gente vai pensar em outras coisas. A gente não vai trabalhar mais com projetos exclusivamente focados com a comunidade refugiada e migrante, mas a gente vai ter que trabalhar com a comunidade de acolhida também. E, para muitas organizações, esse não era o trabalho. (...) O nexo humanitário-desenvolvimento a partir da cronificação da crise tem colocado essa redução de recursos.

6.2. Projetos Paralelos

E os projetos pensando desenvolvimento que correm em paralelo e com a Operação Acolhida são muitos. É claro que os projetos de apoio a migrantes e refugiadas que estão no Brasil sempre existiram inclusive como veremos, mas a realidade do fluxo venezuelano no país torna essa população muito mais visível e presente nos projetos já estabelecidos e nos que têm sido criados. Aí, fica claro um rearranjo natural em torno do eixo de desenvolvimento que caminha junto às lógicas humanitária e de Estado da operação. Para citar algumas iniciativas que não foram mencionadas nas entrevistas realizadas pela pesquisa, podemos falar da organização não-governamental Visão Mundial, que é parceira implementadora da Operação Acolhida, mas desenvolve em paralelo o projeto Vem, Tú Puedes![113] para atender venezuelanos nas cidades de São Paulo, Manaus e Boa Vista. Em Manaus,

[113] Ver mais em: https://visaomundial.org.br/iniciativas/ven-tu-puedes. Acesso em 10 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

o público atendido é o que está nos abrigos, em Boa Vista, são as pessoas que habitam ocupações espontâneas e, em São Paulo, as atendidas são aquelas em situação de rua. O projeto investe na capacitação e na geração de renda para famílias e faz *advocacy* nas empresas pensando a empregabilidade de migrantes e refugiadas.

A própria LGBT+Movimento, apesar de não ter uma articulação direta com a Operação Acolhida, faz parte da rede de resposta à crise venezuelana R4V e desenvolveu desde 2021 e até o momento de escrita desta tese dois projetos especificamente com pessoas LGBTI+. O projeto Trans Vivas y Migrantes[114] de 2021 contou com sete mulheres trans e travestis venezuelanas participando de nove encontros semanais durante três meses recebendo bolsa mensal. Foram realizadas oficinas e sensibilizações coletivas pensando o acesso a direitos, saúde e empregabilidade no Rio de Janeiro. Já o projeto Haciendo Futuros Ahora[115] de 2022 contou com quinze jovens LGBTI+ de maioria venezuelana para pensar seus sonhos e suas projeções de futuro durante 3 meses por meio de diversos encontros semanais, os quais envolveram regularização migratória, simulação de entrevistas de emprego, acesso a direitos, questões de raça, gênero, corpo e sexualidade, mentorias individuais, musicoterapia e aulas instrumentais de idiomas. O projeto também realizou transferência de renda com bolsas mensais que seguiram durante todos os meses de atividades.

A primeira iniciativa, porém, que aparece nos relatos das participantes da pesquisa é o projeto do SJMR, parceiro implementador do ACNUR, "Novo Caminhar"[116]. O projeto envolveu a promoção de estratégias para a saída de famílias de migrantes e refugiadas venezuelanas dos abrigos da Operação Acolhida. Atividades de capacitação dessas pessoas nas áreas de gestão financeira, rede de proteção, acesso a serviços e empregabilidade foram feitas em conjunto com uma ajuda de custo que promoveria sustentabilidade fora das estruturas de acolhimento humanitário de Roraima. Nessa dinâmica, a Participante 3 traz alguns problemas operacionais do projeto, já que os parâmetros utilizados eram muito restritivos

[114] Ver mais em: https://drive.google.com/file/d/1R3XhN-wlswe9c3sXEVWw0F7zOSCbqO2d/view. Acesso em 10 de outubro de 2022.
[115] Ver mais em: https://www.instagram.com/p/CeO9UdDpRle/. Acesso em 10 de outubro de 2022.
[116] Ver mais em: https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/UNHCR%20Brazil%20COVID19%20update%20PRT%20November%202020.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

porque consideravam o emprego de carteira assinada como critério de recebimento dos recursos. Sem espelhar a realidade que migrantes e refugiadas vivem no Brasil, ademais, o montante total, muitas vezes, também era insuficiente para garantir a habitabilidade de uma família inteira, já que o tamanho delas é variável, bem como são variáveis os gastos conforme a quantidade de filhos ou outros membros agregados.

> **Participante 3** - Tinha o projeto, não sei se você já ouviu falar, do Novo Caminhar do SJMR, que era um CBI (*Cash-Based Interventions*) e que é um projeto voltado para a integração local. Então, pessoas que querem ficar em Boa Vista e que não querem interiorizar e já têm uma renda X. Para a população não-indígena, o projeto tinha uns critérios bem duros e eu acho, assim, também a receita do fracasso. Porque a pessoa tinha que ter uma renda fixa e tinha que ter trabalho com carteira assinada. Se já não tem brasileiro com carteira assinada, quem dirá venezuelanos. Mas ok, era um dos critérios e beleza. Só que aí a pessoa recebia um CBI de três meses, que estava entre 700 e 900 reais. A ideia era para pagar o aluguel, mas você não tem que só pagar o aluguel. Você tem que comprar uma geladeira, um fogão, um botijão de gás, uma cama. Se é 700 ou 900 reais... E aí, a grande regra era assim: em tese, para receber o primeiro mês, precisava estar fora do abrigo. Então, já sair do abrigo e receber. Então, já mudaram os critérios. A pessoa recebia a primeira parcela e, para receber a segunda, ela tinha que estar fora do abrigo. Aí, teve gente que teve esse CBI congelado e que não foi dado. Acho que eles estenderam para quatro parcelas depois. A pessoa recebeu a primeira, recebeu a segunda e ainda não tinha saído do abrigo. Por que? Porque, às vezes, era uma família de quatro crianças e um casal, que precisariam, em tese, de mais dinheiro porque é mais gasto, é mais cama para comprar, é mais estrutura para uma casa e não conseguiam. E aí, tinha muita gente que saia, ficava um, dois meses, perdia o emprego e solicitava o abrigo de novo.

Uma versão parecida do Novo Caminhar foi adaptada para a população indígena abrigada com o nome de “Projeto Narunoko”[117], que quer dizer “caminho” em warao. Seguindo os mesmos objetivos do Novo Caminhar, o Narunoko, segundo relato da Participante 3, enfrentou problemas ainda mais agudos, uma vez que as especificidades da população indígena são significativas quando voltamos para o arranjo das famílias e as dificuldades da empregabilidade formal. As famílias indígenas costumam ser muito maiores do que as famílias não-indígenas, além de enfrentarem mais barreiras para se inserirem no mercado de trabalho por conta de questões culturais, linguísticas e raciais. Em adição e por conta de sua vulnerabilidade social, indígenas tendem a se sentir mais seguras nos abrigos. Fazendo um paralelo com a população LGBTI+, de novo, os beneficiários desse tipo oportunidade costumam ter perfis parecidos, que se repetem. Se para pessoas LGBTI+ uma apresentação de gênero normativa é importante para a sua

[117] Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/2022/09/08/acnur-e-parceiros-apoiam-familias-indigenas-da-venezuela-na-busca-por-autonomia-socioeconomica-no-brasil/. Acesso em 10 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

empregabilidade e consequentes chances de sucesso e autonomia fora dos abrigos, para a população indígena e não-indígena dos projetos citados, famílias nucleares (biparentais) pequenas são as que mais têm condições cumprirem os critérios e os objetivos dos projetos.

> **Participante 3** - Eles decidiram que era uma boa ideia fazer o projeto Novo Caminhar na versão indígena, que chama Narunoko. Comunidade indígena, praticamente, não sai do abrigo. Eles só saem do abrigo para levar as crianças na escola e acessar serviços pontualmente. Festa é dentro do abrigo, aniversário é dentro do abrigo. É tudo dentro do abrigo porque, entre outros N fatores, eles também têm muito medo de estar fora do abrigo. "Porque é tudo muito perigoso. Os venezuelanos vão matar a gente. Eles odeiam a gente. Se eles mataram a gente na Venezuela, eu não quero sair daqui". E eles não querem. Como é que eu vou fazer um CBI? Eles ampliaram um monte de critério. Então, o CBI é por seis meses, mas eu acho que o valor continua. Eu não sei o quanto eles adequaram o valor do CBI, mas imagina. As famílias são, em média, de dez pessoas. Como é que um CBI de 900 reais vai tirar uma família de dez pessoas de dentro do abrigo? Roraima é muito cara. Praticamente, ninguém entra nos critérios. Obviamente que, com esse critério, você vai ter um público muito específico. Você vai ter o que? Homem solteiro, porque aí consegue um trabalho. Ou um cara casado com família pequena porque famílias grandes, por exemplo, se tem mais de três filhos, o cara já não se locomove tanto para procurar emprego porque fica pendente com as crianças. Tem que ajudar a mulher. Agora, que gay, que lésbica, que mulher trans que tem um emprego com carteira formal aqui?

Fica claro que o caminho do desenvolvimento social também é repleto de complexidades e precisa ser readaptado a partir da prática constante nos ensaios de uma hospitalidade e de um acolhimento nunca definitivos. Um projeto que tem se reinventado nesse sentido é a iniciativa Empoderando Refugiadas[118], o qual tem caráter único por ser um projeto encabeçado, diretamente, pelas agências da ONU, que não têm como costume a implementação e a gestão de projetos dessa natureza. O Empoderando Refugiadas é um projeto interagências entre o ACNUR, a ONU Mulheres[119] e o Pacto Global[120] e iniciou suas atividades em 2015 antes mesmo do fluxo venezuelano se intensificar no Brasil. O projeto acontecia em São Paulo e, em 2019, começou seus trabalhos em Boa Vista. O público alvo do Empoderando Refugiadas são mulheres refugiadas em situação de vulnerabilidade que buscam se inserir no mercado de trabalho. Yana Lima, coordenadora do projeto, explicou um pouco desse histórico em entrevista. Mesmo não falando por nenhuma das instituições que fazem parte da iniciativa, o projeto em si tem uma interface bastante

[118] Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/empoderando-refugiadas/. Acesso em 15 de outubro de 2022.
[119] Ver mais em: https://www.onumulheres.org.br/. Acesso em 15 de outubro de 2022.
[120] Ver mais em: https://www.pactoglobal.org.br/. Acesso em 15 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

grande com a Operação Acolhida e é referência na empregabilidade de mulheres migrantes.

> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** - Em 2019, o projeto Empoderando Refugiadas ia dar um passo a mais na estrutura que era a ampliação territorial para Boa Vista (...) em 2019, a equipe decidiu dar um novo passo que é levar para Boa Vista por conta do aumento populacional de pessoas refugiadas chegando pela fronteira. (...) O Empoderando surgiu em um âmbito diferente como uma experimentação, um projeto piloto pequeno. Foi ganhando forma e, da maneira que ele foi criado, foi sendo executado pelas agências.

Como pontua Yana Lima, o Empoderando Refugiadas já lida com uma população de mulheres que está no final da fila dos empregos a partir das suas interseccionalidades de gênero, raça, sexualidade, condição física e etária. O projeto, inclusive, contempla a população LGBTI+, mas também não tem nenhum encaminhamento específico pensando as particularidades enfrentadas por mulheres trans ou travestis, por exemplo. A iniciativa segue desde 2019 em Roraima nos abrigos da Operação Acolhida, mas vivia hiato em São Paulo por conta da pandemia de COVID-19 até 2022. Em razão de as beneficiárias estarem abrigadas em um mesmo local, as atividades seguiram no período em que o isolamento era compulsório por meio dos devidos protocolos sanitários. Ainda assim, por mais que algumas boas práticas desenvolvidas ali criem experiências positivas, o projeto enfrenta limitações de vagas como tudo que é oferecido nesse contexto. Se o número de pessoas participantes é sempre limitado, então, as soluções e encaminhamentos construídos ali poderiam servir de base para mitigar as dificuldades semelhantes daquelas que não estão contempladas nesse trabalho. Mas isso não fica tão claro como veremos logo a seguir.

> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** - Assim, o Empoderando já é de sua natureza um projeto que lida com a população que está lá no final da fila, né? Isso que você disse é muito verdade. Então, a gente já está dentro da operação trabalhando com a população desafiadora. A gente já está puxando quem está lá no fim da fila para trazer aqui para a frente. E as empresas que estão conosco, não coincidentemente, estão desde a primeira edição. E quando entra uma empresa nova, ela fica porque são empresas que já estão engajadas. (...) Porque já é uma população com tantas camadas de vulnerabilidade, que as empresas não têm muito essa diferenciação. Eu te digo isso, que a Renner, a Iguatemi, a Sodexo, são empresas que fazem os processos seletivos e selecionam a população LGBTI+, assim como selecionam a população PCD, ou as outras mulheres líderes de família. Mas, não ao acaso, eu consigo me lembrar da primeira turma que a gente fez PCD. Tinha uma mulher refugiada com deficiências múltiplas, mas com graduação e trans. E penso que, não ao acaso, ela não conseguiu uma colocação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Outro projeto citado foi o Acolhidos Por Meio do Trabalho[121] da AVSI Brasil parceira implementadora do ACNUR. A iniciativa entra como suporte à política de interiorização da Operação Acolhida ao prestar apoio na capacitação e empregabilidade das pessoas, além oferecer mobiliário e aluguel pensando a habitabilidade como ponto importante na integração da população que se muda de estado por conta de uma vaga de emprego. Há um acompanhamento por parte de assistentes sociais objetivando a integração e a autonomia como um esforço extra para quem é atendido pelo projeto em particular. O próprio Empoderando Refugiadas esteve em parceria com o Acolhidos para que a população atendida pelo primeiro pudesse se beneficiar do trabalho do segundo. Quando entrei em contrato com o Acolhidos Por Meio do Trabalho obtive a resposta de que o projeto não tinha conhecimento sobre a realidade de migrantes e refugiadas LGBTI+.

> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** - O Acolhidos é uma inciativa da AVSI Brasil voltado para inclusão de pessoas refugiadas no mercado de trabalho é tipo o Empoderando, mas que não tem recorte de gênero. Eles atendem toda a população refugiada e é subsidiado pela AVSI com recurso estrangeiro. O Acolhidos, além de promover esse contato com as empresas para gerar contratação, também garante às famílias três meses de moradia custeando o aluguel ou pensão, enfim... Três meses de moradia dessas famílias com apoio de assistência social e mobiliário. (...) O Acolhidos contratou uma assistente social para atender esse grupo familiar e buscar casa para todas as famílias, mobiliar a casa dessas famílias. Claro, com mobília básica: cama, colchão, eletrodomésticos, geladeira e fogão para que essa família pudesse ter um ambiente acolhedor nessa chegada, nesses primeiros três meses. Essa moradia ela é selecionada pela assistente social considerando o salário daquela família a partir daquela contratação e se aquele contrato de moradia é sustentável depois do fim do apoio.

Algo que chama atenção no caso do Empoderando Refugiadas são os produtos que são produzidos conforme as edições vão se dando e as articulações vão sendo construídas. Citamos aqui o Fórum Empresas com Refugiados[122], o qual se tornou com o tempo uma inciativa a parte na troca de experiências entre empresas que contratam migrantes e refugiadas no Brasil. Nesse ambiente, há uma interlocução com uma outra iniciativa paralela que é o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+[123] pensando as intersecções de migração, refúgio, gênero, sexo e sexualidade com migrantes e refugiadas LGBTI+. Esse intercâmbio de ideias, valores e práticas pode ser um espaço bastante importante no combate à

[121] Ver mais em: https://www.avsibrasil.org.br/projeto/acolhidos-por-meio-do-trabalho/. Acesso em 15 de outubro de 2022.
[122] Ver mais em: https://www.empresascomrefugiados.com.br/forum. Acesso em 15 de outubro de 2022.
[123] Ver mais em: https://www.forumempresaslgbt.com/. Acesso em 16 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

LGBTI+fobia, na promoção de direitos e visibilização de histórias de uma população extremamente marginal e vulnerável. Um indicativo disso é a própria Nota sobre Empregabilidade de Pessoas Refugiadas LGBTIQ+[124] lançada em 2022, que é bastante didática ao apresentar a realidade de pessoas refugiadas LGBTI+ que estão no país para possíveis empregadores brasileiros.

De todo modo, ainda haja relatórios sobre cada edição do projeto e produtos a serem veiculados, há uma lacuna nos dados do Empoderando Refugiadas. São perdidos alguns rastros que dizem sobre as singularidades plurais das beneficiárias nas suas intersecções de gênero, raça, sexualidade, condição social, idade e deficiências. A inserção no mercado de trabalho é um processo deliciado e permeado por experiências diversas, as quais expõem uma repetição normativa de exclusões que não é considerada em uma abordagem generalista. E nesse olhar geral vão ficando para trás os mesmos corpos que carregam consigo múltiplas marcações, que extrapolam, muitas vezes, os ditames do gênero-sexo-desejo. Não é surpreendente que pessoas LGBTI+ estejam fora de uma perspectiva mais direcionada e tenham mais dificuldades para se integrar quando estão presentes em projetos que não têm como foco essa população. E trazer esse tópico não está alinhado com a defesa por uma segmentação corrente nesse universo, mas sim com a ideia de que uma participação que fomente o contato com o outro também deve estar atenta aos desafios de cada grupo nessa interação.

> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** - Eu não sei te dizer, por exemplo, quantas mulheres trans o projeto já acolheu. Mas tem muitas. Eu não sei te dizer quantas mulheres com deficiência o projeto já acolheu porque, antes de mim, já tinha essas mulheres dentro do projeto. Então, eu acho que o Empoderando tem uma carência de dados nesse sentido. Eu quero muito que, a partir desse ano, a gente monitore dados. A gente criou uma tabela imensa para que a gente tenha sim dados substanciais de como essa população está sendo atendida dentro do nosso projeto. E que desdobramentos elas estão tendo dentro dessas empresas. (...) A gente tem histórias muito diversas dentro desse grupo e dentro do projeto. E não temos os dados disso. Eu não sei onde elas estão e o que elas estão fazendo...

6.3. Interfaces Entre Projetos de Desenvolvimento e Operação Acolhida

Como vimos com os vários projetos paralelos supracitados, o eixo de desenvolvimento tem uma interface bastante grande com a Operação Acolhida se pensarmos que a interiorização é uma política, uma prática desse acolhimento

[124] Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/06/Nota-sobre-Empregabilidade-Pessoas-Refugiadas-LGBTIQ-1.pdf. Acesso em 16 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

humanitário em específico. O Empoderando Refugiadas nas suas edições em Boa Vista, não diferente, estava alinhado com os protocolos e os encaminhamentos da operação ao atuar já dentro dos espaços focais para interiorização como foi o abrigo Rondon 2. E aí, não só as mulheres participantes do projeto eram impactadas, mas suas famílias também viviam os treinamentos, as relocações internas e as mudanças de estado como forma de impulsionar uma população que estaria represada ali por viver mais dificuldades na inserção no mercado de trabalho ou depender financeiramente de seus pares. É uma maneira de inserir pessoas que acabariam não sendo contempladas pela interiorização como medida principal de integração de venezuelanas no Brasil.

> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** - Para a gente fazer o projeto, primeiro, a gente teve que definir um abrigo de atuação. Na época, a gente tinha o Rondon 2 que era o centro de interiorização como foco, porque a gente entendia que no centro de interiorização são pessoas que estão dispostas a sair dali por trabalho (...). Para participar do Empoderando, por mais que a gente tenha um olhar aberto em termos de limitação de público, a gente precisa saber se aquela mulher tem interesse em sair dali com um trabalho. Todas as participantes estão abrigadas por um abrigo da Op. Acolhida. Se a gente não conseguia fechar turma no Rondon 2, a gente buscava em outros abrigos e tínhamos que fazer uma realocação interna entre abrigos.

Mesmo que não haja um trabalho especialmente voltado para os desafios da população LGBTI+, mulheres LGBTI+ sempre estavam presentes nas edições do Empoderando Refugiadas e, por vezes, parceiros pontuais trabalhavam essa integração. Apesar de não haverem dados com informações sociais das participantes desagregadas por raça, classe, gênero e sexualidade, por exemplo, uma população de perfis de proteção significativa estava presente no projeto, principalmente, de mulheres com deficiência, que foi o grupo que mais apareceu nos relatos da entrevistada. De todo modo, o êxito do Empoderando Refugiadas em proporcionar empregabilidade e fortalecimento dessas mulheres enquanto pessoas diversas, e que, sobretudo, estão mais distantes de uma fácil inserção no mercado de trabalho, é importante enquanto boa prática. Se a interiorização por vaga de emprego sinalizada continua a ser o "carro chefe" da integração de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil por parte do humanitário e do Estado, acomodar as pessoas que, geralmente, estão no final da fila deve ser uma medida fundamental para não (re)criar, por meio de repetições de atos, práticas e protocolos, uma violência que é estrutural porque segue uma norma (do gênero-sexo-desejo) excludente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** – (...) e, aí, o ACNUR nos provocou a fazer uma turma dentro desse abrigo (Pricumã) considerando essa população. E a gente pensou em fazer uma turma só com mulheres com deficiência. (...) E é, claro, que dentro desse grupo a gente também tinha mulheres LGBTI+. (...) A gente só tinha perfis de proteção. E aí, dentro dessa turma, a gente teve que contratar uma ONG especializada para nos apoiar na inclusão de pessoas com deficiência e essa ONG também trabalha a inclusão de pessoas do grupo LGBTI+. Tivemos que contratar intérprete de libras, de língua venezuelana de sinais... Então, a gente foi fazendo uma série de ajustes e adaptações para poder fazer essa turma. E, desde então, a gente tem essa turma como uma prioridade.

E há uma articulação entre projetos, a qual fortalece os objetivos empregados nessas inciativas ao suplementarem mutuamente os apoios diretos, as capacitações e os acompanhamentos mais próximos de casos. São investimentos combinados que podem garantir sustentação financeira e integração social pensando o acesso a direitos básicos na construção de uma vida estável por meio de um emprego, de uma casa e de uma atenção especial. Em um país em que mais de trinta e três milhões de pessoas passam fome[125], é importante cultivar um olhar atento à realidade social que nos constitui, inclusive, pensando a LGBTI+fobia. O tempo apressado e curto do humanitário somado a uma lógica de Estado que não faz e costura políticas públicas adequadas nesse caso podem servir como impasses para que migrantes e refugiadas possam habitar com dignidade um país que também se vê marcado pelas violações de direitos.

> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** - Nós fizemos uma parceria com esse projeto (Acolhidos Por Meio do Trabalho) e as interiorizações do Empoderando que estão acima de oito a dez famílias conseguem contar com o apoio do Acolhidos. Por exemplo, em 2020, a gente teve mais de dez famílias contratadas para São Paulo para várias empresas. (...) A gente acionou o Acolhidos e fizemos a parceria. A família que é interiorizada pelo Empoderando, além de receber o apoio do Acolhidos, também recebe um apoio financeiro do ACNUR que é o chamado CBI. A gente ouve falar que o Empoderando é um projeto bastante completo dentro da Op. Acolhida porque tem todo esse acompanhamento no pós-contratação. A gente segue muito próximo as participantes e as empresas pelos três primeiros meses entendendo que são os três primeiros meses de apoio da AVSI, os três primeiros meses de experiência de trabalho com a empresa e, também, porque a gente tem que, em algum momento, cortar esse cordão. E nós incentivamos a autonomia, a independência das famílias e das mulheres.

Apesar das boas práticas que projetos como o Empoderando Refugiadas desenvolvem dentro da própria Operação Acolhida, fica incerto se esse trabalho gera aprendizados para se repensar a política de interiorização, que pela forma como tem sido feita, acaba falhando com a população LGBTI+ e não garantindo direitos básicos a nenhuma migrante e refugiada venezuelana a médio ou longo prazo. Se

[125] Segundo dados de pesquisa da Rede PENSSAN, 33,1 milhões de pessoas passam fome no Brasil. Ver mais em: https://olheparaafome.com.br/. Acesso em 16 de outubro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

projetos têm limitação de participantes e não podem abarcar toda a população em necessidade, seria importante casar boas práticas já desempenhadas ali, como forma de suplementar esse acolhimento humanitário que tem como objetivo interiorizar as pessoas pelo país. O que parece, a partir do que foi colocado anteriormente, é que os ecos das atividades e estratégias criativas de projetos como Empoderando Refugiadas não conseguem ser utilizados nas melhorias do processo comum de interiorização. Se inciativas como os fóruns de empresas com refugiadas e pessoas LGBTI+ estão acontecendo e se envolvendo em paralelo com essa questão, por que não criar pontes para dar conta das lacunas que temos visto até aqui? De novo, a pressa, as mudanças constantes e a necessidade de retirada das pessoas falam mais alto nesse contexto mesmo sabendo que a integração no Brasil não acaba com a saída do estado de Roraima.

> **Yana Lima (Empoderando Refugiadas)** - Eu desconfio que sim. Eu acho que também tem um desafio que o contingente da FT Log muda a cada quatro meses, né? Por exemplo, vou te falar do viés da turma PCD, a gente sempre oferece um workshop para a Op. Acolhida (Exército, ONGs, quem quiser) quando a gente tem essa turma. A turma costuma acontecer no final do ano e, aí, a ONG que nos apoia vai lá e dá um workshop. Então, a gente costuma costurar essas iniciativas e ofertar para a operação. E eu acho que sim, que o trabalho do Fórum tem um eco, mas eu não saberia te dizer como o ACNUR faz isso. (...) O desafio disso é conseguir reciclar essas pessoas a cada ciclo. Então, eu treino a pessoa para atuar com a população PCD aqui em outubro e em dezembro muda o contingente e, em janeiro, é todo mundo novo e ninguém sabe sobre aquilo. É um desafio, mas eu imagino que sim. (...) A gente sabe que, quando tem vaga para mulher, é a gente que é referência. Os projetos buscam a gente. O Exército busca a gente.

****

As conversas com os operadores humanitários nos deram um rico panorama de como tem sido feito esse acolhimento humanitário da Operação Acolhida para venezuelanas no Brasil, investigando, principalmente, a situação de migrantes e refugiadas LGBTI+, suas demandas e os desafios enfrentados em seu cotidiano. As repetições de atos, práticas e protocolos sustentados pela lógica do humanitário e pela máquina estatal como normas, constituem um acolhimento específico para venezuelanas no Brasil. A questão aqui é que essas repetições performativas amparadas pelas normas ali estabelecidas não só criam condições de possibilidade para as migrantes no país, como podem recriar ou reforçar uma realidade ainda mais capilarizada, que é a da LGBTI+fobia no caso de pessoas LGBTI+. Essa LGBTI+fobia como efeito da norma do gênero-sexo-desejo deveria ser objeto de preocupação contínua da Operação Acolhida para que todos os grupos pudessem gozar de direitos e de uma vida digna de modo, mais ou menos, igual. E, na

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

diferença, a igualdade precisa ser exercida com atenção às especificidades de cada vivente. Se até aqui apresentamos e engajamos camadas de um acolhimento humanitário mediado pelos próprios operadores, o capítulo 5, último capítulo desta pesquisa, se debruçará sobre as organizações da sociedade civil que atentem migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas tentando compreender melhor as complexidades e dificuldades da operação por meio do olhar de quem já trabalha gênero, corpo sexual e sexualidade há mais tempo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

CAPÍTULO 5 – Operação Acolhida e população LGBTI+: sociedade civil especializada e rastros performativos

1. Abertura

No capítulo 3, a visita de campo a Roraima em 2019 tinha deixado claro que a atuação das organizações da sociedade civil e a articulação em rede são pilares fundamentais para que o acolhimento humanitário das migrantes e refugiadas venezuelanas feito pela Operação Acolhida alcance integração e debate qualificado sobre o contexto. Como vimos também no capítulo 4, o trabalho de proteção de base comunitária tem uma interface grande com atores que não necessariamente fazem parte da operação, mas que são importantes para o fechamento dos ciclos de encaminhamentos que surgem das demandas das pessoas em território brasileiro. Se pensarmos o caso de venezuelanas LGBTI+, no Brasil, temos organizações que, desde muito e em diferentes lugares, trabalham a pauta de gênero, sexo e sexualidade, bem como a agenda das migrações. Algumas poucas, inclusive, trabalham a exata intersecção que surge a partir das vivências de migrantes e refugiadas LGBTI+ como citamos por meio da organização não-governamental LGBT+Movimento.

Nesse sentido, para entender mais a fundo a Operação Acolhida, é importante o encontro com as organizações especializadas da sociedade civil que estão em diálogo com a estrutura montada em Roraima e em Manaus e vivem as questões que surgem desse acolhimento humanitário. É como se esse trabalho de assistência e integração continuasse em outras camadas institucionais, já que o próprio acolhimento humanitário é um exercício de hospitalidade condicionado por entes públicos e privados que não tem fim como coloca Derrida (2003). Mesmo sendo impossível mapear por completo essa extensa rede que troca com a Operação Acolhida, aqui, conversei com algumas organizações não-governamentais e ativistas que trabalham nessa resposta de acolhimento em diferentes frentes e em diferentes regiões do país. Vendo a operação como uma política do Estado brasileiro e como manejo de uma lógica humanitária internacionalmente repetida, o intuito do capítulo é colher impressões sobre aquela estrutura em específico e sua atuação para com pessoas LGBTI+ mesmo que o trabalho da sociedade civil em si também seja passível de investigações.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

E a sociedade civil especializada, por estar espalhada por diversas regiões do país, têm visões sobre o acolhimento humanitário em questão porque continuam atendendo a população LGBTI+ migrante e refugiada venezuelana. Por essa dinâmica, avançamos para fora (mesmo que não totalmente) dos muros da Operação Acolhida de maneira a marcar a importância da sociedade civil nesse acolhimento humanitário sem destino final e capturar rastros sobre essa logística por quem continua fazendo parte da rede atuante na resposta ao fluxo venezuelano. Para este capítulo, realizei sete entrevistas com oito pessoas. As entrevistadas falam por sete instituições diferentes que fazem acolhimento, atendimento, integração ou algum tipo de trabalho com venezuelanas LGBTI+ no Brasil. Somente cinco delas serão citadas aqui, já que duas entrevistas foram realizadas guardando confidencialidade de nome, cargo e instituição. As organizações são: LGBT+Movimento do Rio de Janeiro, Casa Miga[126] de Manaus e, de Roraima, Associação de Travestis e Transexuais do Estado de Roraima (ATTERR)[127], Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES)[128] e Grupo Sabá[129]. Na próxima seção, discorremos sobre o trabalho de cada uma delas. Fica marcado, apenas, que são seis instituições da sociedade civil e uma governamental se contarmos a SETRABES, que é estadual. Esse fato se dá porque a participante trabalha na secretaria atualmente, mas é referência de ativismo e *advocacy* com a população LGBTI+ em Roraima.

Grande parte das entrevistadas para este capítulo, inclusive, foram citadas pelas participantes do Grupo 1, as quais compartilharam contatos para que as entrevistas pudessem ser realizadas. Além disso, meu trabalho na LGBT+Movimento ampliou meu campo de visão sobre atores que compõem uma rede pequena de organizações que atuam pensando a migração e refúgio LGBTI+ no país. Mesmo não tendo conseguido contato com todas as instituições identificadas, o que chama atenção nesta amostra é a sua composição por pessoas atuantes com a pauta LGBTI+ para além da Operação Acolhida ou há mais tempo que ela, o que pode implicar em percepções diferentes das expressas pelo Grupo 1. Por fim, e reforçando, mais uma vez, o compromisso ético da pesquisa com relação

[126] Ver mais em: https://www.instagram.com/casamigalgbt/. Acesso em 03 de novembro de 2022.
[127] Ver mais em: https://www.instagram.com/trans.de.roraima/. Acesso em 03 de novembro de 2022.
[128] Ver mais em: http://www.setrabes.rr.gov.br/. Acesso em 03 de novembro de 2022.
[129] Ver mais em: https://gruposaba.org.br/. Acesso em 03 de novembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

à sensibilidade das informações e cuidado com as participantes, as duas entrevistadas anônimas serão identificadas por letras correspondentes à ordem de realização da conversa como, por exemplo, “Participante A”.

O capitulo 5 se dividirá em mais cinco seções temáticas além desta, que, como no capítulo 4, se entrecruzam de diferentes formas e estão separadas aqui apenas para fins analíticos. A segunda seção deste capítulo abordará a atuação das instituições da sociedade civil citadas e representadas por cada participante, pensando os serviços e encaminhamentos disponíveis, bem como o perfil de população venezuelana LGBTI+ atendida. A terceira seção abordará o trabalho de articulação da Operação Acolhida com a sociedade civil por meio de percepções sobre a logística humanitária montada pelo Estado brasileiro e participações em projetos, formações e atividades. A quarta seção discorrerá sobre o acolhimento e o abrigamento feitos pela operação e a quinta seção explorará interiorização, empregabilidade e renda. A última seção, de forma a esboçar algumas reflexões finais, se aterá às marcas do trabalho de acolhimento humanitário como reiterações de (im)possibilidade para refugiadas e migrantes LGBTI+.

2. Atuação das Instituições da Sociedade Civil

2.1. Perfis das Instituições

Antes de tratar das percepções das organizações da sociedade civil sobre o acolhimento humanitário e as intersecções delas com esse trabalho, é importante discorrer sobre o perfil de cada instituição entrevistada para a pesquisa. A primeira instituição do Grupo 2 é a Casa Miga, pela qual conversamos com a gestora de projetos Karen Arruda. A Casa Miga é uma casa de acolhimento de Manaus no estado do Amazonas, que funciona como um abrigo para pessoas LGBTI+ na cidade. A casa atua tanto com população brasileira, quanto com população migrante e refugiada, a qual nem sempre é venezuelana, já que fica em uma região próxima com outros países da América Latina onde também há fluxos migratórios distintos. Ainda assim, a Casa Miga trabalha com o ACNUR e, por isso, recebe venezuelanas LGBTI+ encaminhadas, diretamente, da Operação Acolhida em Roraima. A modalidade de interiorização institucional pela sua vertente abrigo a abrigo é, nesse caso, a forma pela qual essas pessoas acessam a casa, uma vez que é o próprio ACNUR que coordena essa parte da operação como vimos no capítulo 4. No momento da entrevista, havia duas mulheres travestis venezuelanas abrigadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Karen Arruda (Casa Miga)** – A Casa Miga é uma casa de acolhimento para pessoas LGBTQIAPNB+, pessoas em vulnerabilidade social. Ela existe há quase 4 anos (desde 2018). Em agosto, a Casa completa 4 anos. E, desde o início e pela necessidade - porque aqui (Manaus) faz parte da Operação Acolhida - há um fluxo migratório. Tinha a necessidade de acolher também, na época, venezuelanos que estavam entrando no país com status de refugiado. Então, a gente teve a ajuda do ACNUR desde o princípio, assim como da Cáritas e do Instituto Mana. A Casa abriu na verdade com sete refugiados venezuelanos e um brasileiro. E com o tempo veio se desenvolvendo. Hoje, a gente tem três pessoas aqui na Casa: duas travestis venezuelanas e um homem cis (gay) colombiano.

A segunda instituição do Grupo 2 é a já citada LGBT+Movimento. Como citamos na introdução, a LGBT+Movimento é, até o presente momento de escrita desta tese, a única organização que atende migrantes e refugiadas LGBTI+ com exclusividade no Brasil. A organização surge em 2017 por meio do trabalho de duas mulheres lésbicas que já atuavam com migração e refúgio em outras instituições no Rio de Janeiro. Em entrevista, Marina Siqueira, diretora da organização, discorre sobre o tema da migração e do refúgio LGBTI+ como um "não-lugar". Bem como apresentamos no capítulo 1, a intersecção entre migração, refúgio, gênero, sexo e sexualidade é invisibilizada no dia-a-dia de quem trabalha com migração e refúgio, assim como por quem costuma trabalhar questões LGBTI+ (ANDRADE, 2016). Desse modo, em um primeiro momento, a LGBT+Movimento, entendendo essa lacuna, começa a atuar na construção de redes de afeto para migrantes e refugiadas pensando que os imbróglios burocráticos desse cotidiano no país já eram cobertos pelas instituições que trabalham a agenda das migrações no Brasil historicamente.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M:** A gente estava atuando no meio da migração e do refúgio no lugar de voluntárias em uma outra organização e a gente foi percebendo, frequentando esses espaços dessa organização, frequentando os espaços de discussão política sobre recepção de migrantes e refugiados no Brasil, como a questão de população LGBTI+ era um "não tema". Era um não tema porque não se pensava nisso, não se concebia a possibilidade de pessoas migrantes e refugiadas serem LGBTI+. Focava-se muito só no fato de nacionalidade, de estarem em um país estrangeiro e também por uma dificuldade mesmo dos funcionários de lidar, isso a gente foi percebendo. (...) A gente se cria, em 2017, em um primeiro momento muito pensando em lidar com a parte de sociabilidade e formação política. A ideia era entender que já tinham organizações no Rio e no Brasil que dão conta das burocracias. As burocracias são essenciais porque, quando se fala de burocracia, a gente está falando do emprego, do documento, da casa e do concreto, mas fica faltando para essas pessoas a parte da sociabilidade. Elas estão encontrando as redes de afeto LGBTI+ que existem aqui no Rio? Porque não são redes formais, porque não são redes fáceis de achar.

Mas justamente por conta desse não-lugar da migração e do refúgio LGBTI+, a LGBT+Movimento foi repensada para operar a partir das demandas e das vivências específicas de pessoas LGBTI+ indo além das redes de afeto. Nesse

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

contexto da migração venezuelana e de atendimentos feitos com pessoas encaminhadas pela Operação Acolhida, a superlotação das instituições tradicionais de acolhimento e a falta de tato para com as questões relacionadas a gênero, corpo e sexualidade fizeram com que a LGBT+Movimento se reinventasse por meio da escuta ativa das pessoas que acessavam a instituição. A organização atua em três áreas diferentes: Sociojurídico (com produção de dados, regularização migratória, documentação e encaminhamentos gerais), Empregabilidade (com confecção de currículos, prospecção de vagas de trabalho e encaminhamentos específicos) e Saúde (com atendimentos psicológicos, informações sobre saúde e encaminhamentos específicos). De toda maneira, como afirmado pela diretora Nathália Antonucci, há sempre um espaço criativo para acomodar as diferentes necessidades que surgem no encontro com as beneficiárias.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M:** Até que a gente recebeu a primeira leva que foi na interiorização da Operação Acolhida. Primeira leva de mulheres trans que veio para o Rio de Janeiro, eram quatro mulheres trans. A gente foi acionada porque Nathália já tinha ido para Roraima e a galera da UNFPA já conhecia ela e entrou em contato com a gente para as meninas conhecerem a gente antes de estarem aqui. A partir do acompanhamento dessas quatro mulheres trans, a gente entendeu que o buraco é muito mais embaixo por dois motivos eu acho (...). O buraco é muito mais embaixo porque na verdade a burocracia não está dando conta, as organizações estão super lotadas, as organizações têm recursos muito limitados e as organizações não compreendem a complexidade do que é ser LGBTI+ e como isso impacta em acessar essas burocracias de fato. (...) Hoje, o que a gente faz depois de cinco anos, a gente chegou muito a partir das demandas das pessoas e a gente chegou nesse lugar de somos uma organização que lida com apoio direto, incidência e redes de afeto para pessoas migrantes e refugiadas LGBTTQIA+ a partir de três eixos sociais principais. Eixos de atenção de pessoas, que a gente chama, que é o Sociojurídico, a Empregabilidade e a Saúde. A gente entendeu que esses eram os maiores *gaps* e era onde a gente podia atuar.
> **N:** Mas a partir do nosso trabalho também entender que nada disso é engessado. Entender que tudo isso é uma grande criatividade diária de demandas que são de pessoas. E acho que as pessoas não veem a gente como, principalmente as que já conhecem a gente a bastante tempo, não veem a gente como uma burocracia engessada e chegam com outras demandas para além das que poderiam ser encaixadas em três áreas.

A terceira instituição do Grupo 2 é a ATTERR. Baseada em Roraima, a organização atua com população LGBTI+ desde 2006 no estado, sendo referência naquele território. Como introduz Rebecka Marinho, diretora financeira atual e primeira presidente da instituição, a ATTERR tinha foco em pessoas travestis e transexuais, mas ampliou seu estatuto para abarcar a diversidade de gêneros, sexualidades, raças e nacionalidades pensando pessoas LGBTI+, em especial, pessoas trans. A instituição, inclusive, sempre trabalhou com a população venezuelana porque esse público sempre esteve em Roraima buscando direitos e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

serviços. A Participante B apresenta uma história parecida ao falar sobre a Instituição B também baseada em Roraima e quarta organização do Grupo 2 da pesquisa. Considerando a atuação desta última com tratamento, testagem e acolhimento de pessoas HIV positivo mais o trabalho de referência do Brasil nesse caso como mencionado no capítulo anterior, temos uma migração que aumenta com a intensificação dos fluxos de pessoas de uns anos para cá, mas que sempre foi corriqueira, principalmente, quando falamos de população LGBTI+, sua saúde sexual e experiências de vida.

> **Rebecka Marinho (ATTERR)** - Eu faço parte dessa instituição desde a sua fundação que foi no dia 26 de agosto de 2006 aqui mesmo na cidade de Boa Vista. (...) A instituição tem 15 anos já de existência e nossa trajetória de vida foi trabalhar em prol da visibilidade das pessoas travestis e transexuais. De quatro anos para cá, a instituição mudou seu estatuto, ampliando para a população LGBTTQIA+ com foco na população de pessoas travestis, transexuais e homens trans. Agora, nós ampliamos o leque para trabalhar com pessoas em suas diversidades e vulnerabilidades porque a instituição preza pela diversidade humana. Pessoas indígenas, negras e brancas também são foco da instituição, valorizando a diversidade humana. (...) A gente sempre trabalhou com população venezuelana porque estamos em um estado de fronteira com a Venezuela e com a Guiana inglesa. Agora, de quatro anos para cá, essa população aumentou muito devido à questão migratória, devido às condições econômicas da Venezuela. Então, essa população de migrantes e refugiados estão vindo para cá, Boa Vista principalmente, e a gente tem trabalhado bastante com relação ao acolhimento dessas pessoas.
>
> **Participante B** - Para sintetizar um pouco sobre o que é a (Instituição B). A (Instituição B) parte do pressuposto de ser uma ONG que cuida de pessoas que vivem com o HIV. Eles iniciaram em Roraima como uma das primeiras organizações na região Norte e, por terem tido essa resposta das pessoas com HIV e do público vulnerável para essa infecção, eles se transformaram em uma casa de passagem logo que começou o fluxo de refugiados venezuelanos para as cidades de Roraima. A organização funcionou como uma casa de passagem para pessoas com HIV vindas da Venezuela. Esse fluxo já era comum de acontecer por conta do SUS. Essas pessoas já faziam essa migração até antes de se tornar um processo mais comum para poder receber e fazer um tratamento de qualidade. O Brasil é referência em tratamento de qualidade, tratamento de ponta, para as pessoas que vivem com HIV. Então, pensando nisso, essas pessoas vinham fazer essa migração e, por conta da crise na Venezuela, a (Instituição B) se tornou uma referência para isso (tratamento, testagem e acolhimento).

Na sequência, a quinta instituição do Grupo 2 é o Grupo Sabá, que tinha um escopo de atuação parecido com o da Instituição B ao trabalhar com pessoas com HIV e AIDS em Roraima. Como traz Sandra dos Santos, membra fundadora da instituição e atual presidente, o crescimento da migração venezuelana e os problemas trazidos pela pandemia de COVID-19, porém, impulsionam uma mudança no trabalho da organização, já que a insegurança alimentar desponta como questão grave e generalizada. Assim como a ATTERR, o contexto dos últimos anos trouxe a necessidade de adaptação trazendo as demandas da população migrante e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

refugiada venezuelana LGBTI+ junto às demandas de brasileiras LGBTI+, as quais se aproximam nas dificuldades de inserção no mercado de trabalho e nas situações de violência e discriminação por conta de gênero, sexo e sexualidade, mas se diferem quando consideramos as barreiras culturais, linguísticas e a criação de redes. É como se a repetição performativa da LGBTI+fobia na vida de migrantes e refugiadas LGBTI+ como prática da norma do gênero-sexo-desejo tivesse ecos ainda mais multidimensionais aprofundados pelo deslocamento.

> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá)** - O nosso público alvo são pessoas em situação de vulnerabilidade com recortes para pessoas com HIV e AIDS, mas com a situação da crise econômica na Venezuela e o *boom* da migração aqui no Brasil, a gente passou por uma demanda muito grande de migrantes em situação muito delicada. Então, a gente passou a atender e também a mudar a nossa forma de trabalho. Com a pandemia, aí que mudou mesmo. Hoje, a gente tem uma situação muito grande, que não é mais a questão da camisinha, do preservativo. Não é mais a prioridade trabalhar prevenção. Não é que deixou de ser trabalhado, mas é que a demanda maior, a relevância maior é a fome das pessoas. Então, a gente tem se focado muito nisso. O nível de desemprego está muito alto. As pessoas procuram trabalho, as pessoas estão precisando comprar o gás, as pessoas estão precisando comer. E isso tem sido nossa maior demanda. Tanto de venezuelanos, quanto de brasileiros. (...) eu também dou apoio pra ATTERR, eu estou continuamente também lá na ATTERR, a gente trabalha junto e esse aí é um perfil.

O trabalho de ativismo de Silvia Reis dentro da SETRABES (sexta instituição), secretaria especializada do governo do estado de Roraima, por sua vez, suplementa a mitigação das dificuldades materiais enfrentadas por pessoas em vulnerabilidade social quando tenta trazer a empregabilidade como ponto de partida para a resolução de problemas mais básicos. E, nessa dinâmica, refugiadas e migrantes venezuelanas LGBTI+ têm sido apoiadas em paralelo com outros grupos focais diversos, o que enfatiza, de certo modo, as lacunas que a migração e o refúgio LGBTI+ enfrentam como agenda social e política forte doméstica e internacionalmente. Não à toa, a Instituição A (sétima organização) em sua filial em Boa Vista, mesmo com uma equipe consideravelmente maior que a das outras instituições citadas, também atua com migração em um enfoque mais global mesmo acolhendo população LGBTI+ em seus projetos como veremos na próxima subseção.

> **Silvia Reis (SETRABES)** - Então, aqui na SETRABES, eu sou a chefe da Divisão de Qualificação Social e Profissional. Trabalhamos com concursos, qualificação, estágio, agora jovem aprendiz, e tudo mais. E com as parcerias que a gente consegue fazer, a gente tenta encaminhar um maior número de pessoas. Nós temos um projeto chamado Projeto de Inclusão de Pessoas em Vulnerabilidade Social no Mercado de Trabalho. E aí, são as LGBTI+, migrantes, negros, indígenas e pessoas com deficiência. A partir das vagas, a gente tem um banco de dados, fazemos seleção e chamamos as pessoas para uma entrevista, propondo a eles uma espécie de oficina de como se apresentar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> em uma entrevista de emprego. E aí, encaminhamos eles para a concorrência, da qual não temos domínio. A concorrência da empresa, né? É a empresa que seleciona. Por outro lado, nesse projeto, há uma ação bem próxima da empresa que é promover a inclusão das pessoas trans no emprego. Aí sim, a gente faz uma abrangência maior, uma conversa mais forte com a empresa. A gente consegue umas vagas. A gente encaminha a elas (trans), tendo experiência ou não, mas na condição de que se respeite o nome social, se respeite o gênero delas e tudo mais. (...) A gente faz esse trabalho incluindo a população migrante venezuelana. O difícil com elas, eu diria para você, é sensibilizá-las dessa importância do mercado de trabalho, essa importância da qualificação profissional. Porque elas vêm de um país, de um olhar, discriminador e massacrante.
>
> **Participante A** – (...) eu coordenava uma equipe de dez pessoas, que era a equipe de proteção, que era uma equipe com assistente social, psicólogo, assistente jurídico, assistente de projeto e gestor de casos.

Apesar de não ser foco desta tese, algo que chama atenção no perfil das instituições citadas, é o fato de que, em entrevistas e de forma espontânea, ser LGBTI+ foi trazido por seis das oito entrevistadas. Marina Siqueira e Nathália Antonucci da LGBT+Movimento são mulheres cis lésbicas, Rebecka Marinho da ATTERR é mulher travesti, Sandra dos Santos (Grupo Sabá) e Silvia Reis (SETRABES) também são mulheres trans conhecidas no estado de Roraima. Já a Participante A sinaliza sua condição enquanto LGBTI+ porque conta sobre a eminência de viver preconceito dessa natureza. Essas informações trazem luz à ideia de que questões LGBTI+ são pensadas, nesse contexto, por pessoas que também são LGBTI+ e que sabem que existem dificuldades e desafios intrínsecos a essa condição, por vezes, invisível ou secundária no rol de vulnerabilidades do contexto migratório, o qual tem nacionalidade, idioma e cultura como enquadramentos mais óbvios, por exemplo.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
>
> **M**: A gente se formou em 2017 muito porque a gente, enquanto duas mulheres lésbicas, namorava na época.
>
> **Rebecka Marinho (ATTERR)** - Eu sou Rebecka Marinho, travesti, e faço parte da Associação de Travestis e Transexuais do Estado de Roraima (ATTERR).
>
> **Silvia Reis (SETRABES)** - Eu falo para elas que elas (mulheres trans e travestis) vão ficar mais velhas, vão ficar sem dinheiro porque os homens não querem bicha velha. Eu começo a falar na nossa linguagem. Mas elas continuam achando que estão bem e que estão ganhando.
>
> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá)** - Por que eu recebo população LGBTI+? Porque sou muito conhecida como uma das fundadoras (...) do movimento LGBTQIA+ do estado de Roraima.
>
> **Participante A** - Mas eu na minha vivência pessoal nunca passei por uma situação de homofobia, então, não consigo fazer essa análise porque não tenho essa percepção também.

2.2. Acolhimento da Sociedade Civil e Serviços Disponíveis

O acolhimento feito pelas organizações da sociedade civil aqui citadas difere em escopo de atuação, serviços e público alvo. A LGBT+Movimento, por

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

exemplo, atende, específica e exclusivamente, migrantes e refugiadas LGBTI+ até o momento de finalização deste texto. O trabalho da ONG, nesse sentido, se inicia com um primeiro atendimento pelo qual se mapeia o perfil socioeconômico da migrante e, pela escuta ativa, se entende as demandas que a levam até ali. Todo tipo de encaminhamento é feito pensando as áreas citadas na subseção passada e outros assuntos diversos. A documentação, contudo, é sempre um ponto a ser pensado em atendimento, já que os processos são burocráticos, tortuosos e, muitas vezes, caros. Ademais, os problemas de documentação são responsáveis por adensar as dificuldades de migrantes e refugiadas no Brasil no acesso a direitos básicos como educação, saúde, empregabilidade e assistência social. Como Marina Siqueira e Nathália Antonucci colocam em entrevista, as demandas vão surgindo no encontro com as beneficiárias mesmo que haja uma preocupação geral com condições mínimas para uma vida digna.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: Tem encaminhamentos com outras organizações que a gente tem parceria e estamos em mesas de diálogos com todas organizações que lidam com migração e refúgio aqui no Rio e com outras espalhadas pelo Brasil. Isso também acontece, acontece de organizações lá de Roraima, que já sabem que a gente existe, falam se alguém vai ser interiorizado. Assim, as pessoas chegam. Quando chegam, elas fazem um primeiro atendimento, que, em geral, é feito ou por nós duas ou por voluntários da área do Sociojurídico e, esse primeiro atendimento, é um pouco ouvir porque a pessoa está aqui, mas é um pouco conhecer a história dela, conhecer o perfil socioeconômico, entender como é que ela transita pela cidade, onde que ela transita pela cidade... Tudo para a gente entender a melhor forma de apoiar. E, como esse atendimento segue, vai muito do que pessoa traz. A gente tem essas coisas formais do currículo, do documento, do encaminhamento para a Polícia Federal. Isso tudo a gente faz e tem uma busca ativa para isso. (,,,) Mas vai muito do que a pessoa vai trazer para ver como que a gente vai encaminhar. Se a gente tem um projeto aberto, a pessoa pode entrar nesse projeto, se não tem, ela fica mais nos atendimentos individuais e a gente tenta sempre conectar as pessoas. Muita gente vem com essa demanda também. Às vezes, não é uma demanda explicita, mas por não conhecer ninguém, a gente precisa fazer rede. A gente busca conectar as pessoas.

A ATTERR, por sua vez, é uma organização de base civil que atua com brasileiros e migrantes em um leque extenso de encaminhamentos pensando o acesso a serviços de saúde e direitos básicos. A instituição também desenvolve projetos em que serviços mais especializados são oferecidos, principalmente, relacionados a cursos profissionalizantes e formações. A ATTERR trabalha em parceria com outras organizações de Roraima e internacionais com frequência, uma vez que há dezesseis anos atende a população LGBTI+ que habita o estado sendo ela migrante ou não. Já o acolhimento da Casa Miga é bastante diferente da LGBT+Movimento e da ATTERR porque a instituição é um abrigo que atende

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

brasileiros e migrantes LGBTI+. Pensando nas especificidades da população migrante, a casa também observa a questão da documentação, bem como fortalece a chances de empregabilidade dessas pessoas encaminhando para cursos profissionalizantes e de português. A intensidade do fluxo venezuelano na região e a presença da Operação Acolhida em Manaus, no caso da Casa Miga, estreita laços mais diretos com o acolhimento humanitário como resposta de Estado, pois a casa é uma espécie de destino final de interiorização.

> **Rebecka Marinho (ATTERR)** - A instituição oferece vários serviços, vários serviços mesmo. (...) Nós oferecemos serviços psicológicos, serviços de assessoria jurídica, encaminhamento da população que vive com HIV e AIDS para as unidades básicas de saúde, para hospitais, sejam as pessoas brasileiras ou não. As pessoas que estão com problemas de saúde mental encaminhamos para os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial). E fazemos encaminhamentos para a área de trabalho, emprego e renda também. A instituição também oferece cursos de qualificação profissional, oferece cursos de saúde, oferece cursos de empregabilidade, de empreendedorismo e artesanato. A instituição só oferece esses serviços mais específicos para a população regioneira e para a população migrante quando temos projetos aprovados pela instituição. Mas a instituição segue voltada para as questões de direitos humanos e saúde. Inclusive, ano passado em outubro, novembro e dezembro, a ATTERR, juntamente com a OIT (Organização Internacional do Trabalho)[130], o ACNUR e o Sesc Roraima[131], realizou alguns cursos de qualificação profissional com a população migrante com português básico, hidratação de cabelos e maquiagem se eu não me engano.
>
> **Karen Arruda (Casa Miga)** - São casos diferentes (brasileiros e migrantes). A gente tenta fazer igual, mas são encaminhamentos diferentes de qualquer forma. Por exemplo, aqui a gente, primeiramente, vê a questão de documentação que precisa ser feita. Na Operação Acolhida já tem muitos encaminhamentos e a gente fecha os ciclos com eles (migrantes). E na questão de cursos sempre é muito importante português e qualquer outro curso que eles consigam uma vaga. Infelizmente, aqui, o que acontece muito é a questão do trabalho escravo. A mão de obra venezuelana é mais barata e eles acabam aceitando essas vagas de subempregos para conseguir alguma coisa.

E se considerarmos as necessidades de migrantes no Brasil em comparação com a população brasileira, vemos diferenças de encaminhamento sendo feitas. A documentação sempre é um ponto importante, pois os documentos de migrantes e refugiadas são diferentes dos documentos dos brasileiros. A Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) e o Protocolo de Refúgio são feitos pela Polícia Federal no país seguindo requerimento e agendamento de visita. A ATTERR, nesse contexto, mantinha encaminhamentos para migrantes e refugiadas que são comuns a brasileiros, mas entendia as diferenças constitutivas que marcam um cuidado com a migração venezuelana respaldado pela própria Operação Acolhida como resposta.

[130] Ver mais em: https://www.ilo.org/brasilia/lang--es/index.htm. Acesso em 05 de novembro de 2022.
[131] Ver mais em: https://www.sescrr.com.br/. Acesso em 05 de novembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

As organizações internacionais são marca importante disso, já que se estabelecem como parceiras de uma política de Estado. A Casa Miga, por conta do apoio do ACNUR, conseguia estruturar um plano de saída do abrigo que ajudava migrantes e refugiadas na sua autonomia, que não era possível para brasileiros. Nesse contexto, a Operação Acolhida, além de (re)criar realidades para migrantes e refugiadas LGBTI+, também (re)marca distinções entre brasileiros e venezuelanos em um país que a população LGBTI+ local está em uma situação de vulnerabilidade, muitas vezes, próxima da do seu vizinho.

> **Karen Arruda (Casa Miga)** - Aqui, tem muita ajuda também temporária. Tem a estratégia de saída juntamente com o ACNUR de dar um impulso para a saída das pessoas do abrigo com um auxílio de três meses. Isso já dá uma ajuda para a pessoa conseguir. Eu diria que essa estratégia de saída é a principal diferença entre os refugiados e os brasileiros. Os brasileiros não têm certa essa estratégia de saída. A gente está estruturando agora na Casa Miga para ter uma saída mais branda.
>
> **Rebecka Marinho (ATTERR)** - São os mesmos encaminhamentos da população brasileira. Até porque em questão de direitos em nosso país, é tudo igual. (...) Nós tratamos todos dentro das leis brasileiras, o que é de capacidade das leis brasileiras. Nós fazemos encaminhamentos para a Polícia Federal e para as organizações internacionais específicas para trabalhar com essa população. Quando essa população chega conosco, com a ATTERR, que ela não passa pelo processo da Operação Acolhida, ela busca instituições diversas em Roraima. (...) É claro que precisamos de parceiros que fortaleçam com a gente essa questão, ou seja, a Defensoria Pública, o Ministério Público, a Secretaria de Saúde, de Educação, órgãos de trabalho e renda, ou outras organizações LGBTI+, ou de HIV e AIDS também. A finalidade é dizer que as migrantes têm direito à segurança pública, direito à saúde, direito a um sistema de qualidade com equidade dentro das diretrizes e normas do SUS, por exemplo. Nós temos parceria com a SETRABES, inclusive Silvia (Reis) é uma das organizadoras lá dentro da secretaria da pauta de empregabilidade para pessoas trans. Realizamos esses encaminhamentos para a SETRABES com o apoio da Silvia para que se possa realizar um melhor acolhimento para pessoas migrantes.

O acolhimento do Grupo Sabá com migrantes ia em sentido parecido com o das instituições supracitadas. Como vimos, o agravamento das vulnerabilidades de migrantes e brasileiros na pandemia levou a organização para além da saúde sexual como único escopo de atuação. As demandas e as necessidades de migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+, desse modo, conduziam o Grupo Sabá a trabalhar uma perspectiva mais ampla de direitos, bem como a contar com encaminhamentos para a Operação Acolhida e vice e versa. Essa troca estabelecida no território de Roraima reforçava a Operação Acolhida como referência para lidar com esse fluxo migratório específico, mas também apontava para a importância de apoios que suplementassem a gestão dos casos de gênero, corpo sexual e sexualidade pensando pessoas LGBTI+. As questões que surgem dessas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

articulações com o Grupo Sabá e com as outras instituições serão tratadas na próxima seção.

> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá)** - Normalmente, assim, porque a legislação da Venezuela é uma. Quando chegam aqui, a gente fala da importância do nome social, que pode ser colocado no documento. Elas podem ser chamadas pelos nomes sociais e o Estado tem a obrigação de tratá-las pelo seu nome social. A gente vai esclarecendo os direitos e, também, os deveres. Tem que tirar o cartão do SUS porque precisa tomar as vacinas... A gente acaba fazendo um papel orientador. E surgindo demanda, a gente tenta como ajudar como, por exemplo, na questão de cobertor... Ou, então, pede para o ACNUR, encaminha para o ACNUR, encaminha para as agências da ONU, esse tipo de apoio. Dessas que não estão no refúgio (abrigo). Acontece, também, que eles (Op. Acolhida) às vezes referenciam quando tem uma situação especifica que eles não dão conta ou quando eles estão procurando alguma instituição LGBTI+. Eles acabam encaminhando para nós.

Por outro lado, mesmo com o aumento do fluxo de pessoas da Venezuela, a Instituição B manteve seu foco na população vivendo com HIV e AIDS em Roraima seja de brasileiros ou migrantes, mas se adaptou para dar conta do acolhimento de venezuelanas que chegavam ou acessavam os serviços da organização em muito maior número como vimos. Dessa maneira, a Participante B coloca que, no caso de migrantes e refugiadas, o encaminhamento principal quando a testagem para o HIV dava positivo era integrar essas pessoas à rede pública de saúde pelo SUS para que iniciassem o tratamento e o acompanhamento o quanto antes. Ademais, a partir de articulações com outras organizações locais nesse fortalecimento de redes, a Instituição B acabava oferecendo um apoio mais generalizado para além da saúde pensando as dificuldades cotidianas que migrantes e refugiadas em situação de vulnerabilidade pudessem enfrentar ali com segurança alimentar, formações diversas, e assistência social, por exemplo.

> **Participante B** - Eu fui para (Instituição B) em 2020 coordenar o projeto de testagem via fluido oral para o público em geral. Era para todas as pessoas que a gente pudesse imaginar e a gente realizava testagem em locais públicos, realizava testagem nos abrigos, realizava testagem nos Postos de Triagem e todas essas coisas. Daí, chegando lá, eu me deparei com um número bem extenso de refugiados venezuelanos e esse projeto atendia tanto brasileiros, quanto venezuelanos, mas a discrepância em porcentagem era muito maior: para cada dez venezuelanos, a gente atendia um brasileiro. O público, de fato, era de maioria venezuelana. (...) A equipe fazia testagem e a gente seguia o seguinte protocolo: se tinha um diagnóstico positivo, eu chamava a pessoa e conversava com ela e dali, daquele espaço independente do dia e do horário, eu já iniciava uma ligação para essa pessoa estar vinculada ao SUS. (...) Então, era comum que a gente testasse alguém e no mesmo dia ela já desse início ao tratamento de antirretrovirais no Brasil, que, em tese, todas as pessoas têm que iniciar.
>
> **Participante B** - Para além das atividades de testagem com fluido oral, as atividades de campo mesmo, a gente realizava dentro da instituição diversas atividades com grupos de adesão junto com a psicóloga, que é responsável pela instituição. Nós fazíamos atividades com o meio social, atividades de integração na comunidade com os refugiados. Fazíamos atividades com a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> SETRABES para essas pessoas terem acesso ao cartão alimentação, estarem com o acesso ao NIS (Número de Identificação Social). A gente fazia todo esse trabalho de orientação para as pessoas. A (Instituição B), além de ser um espaço para as pessoas que vivem e convivem com HIV, também era um espaço de formação, de orientação. Todo mundo que estava lá dentro e que precisasse desse apoio, a instituição estava disponível para poder apoiar.

Algo que devemos notar aqui é que nem a Instituição A e nem a Instituição B trabalham exclusivamente com população LGBTI+, assim como a própria a SETRABES, que é uma secretaria do governo estadual. No caso da Instituição B, contudo, a proximidade com pessoas LGBTI+ é grande, já que essas são público vulnerável para o HIV e a AIDS, assim como para a integração no país quando consideramos a LGBTI+fobia estrutural que atravessa o dia-a-dia das instituições públicas e privadas, bem com o próprio acolhimento humanitário realizado ali como política de Estado. Nesse universo, a Participante B frisa o trabalho desenvolvido pela organização que pensava não só protocolos para atender e trabalhar com população LGBTI+, mas formações internas que dessem conta das lacunas de uma educação sobre gênero, corpos e sexualidade de forma a compreender as especificidades e desafios que migrantes e refugiadas LGBTI+ carregam consigo na vivência de suas realidades em um país de acolhida como o Brasil.

> **Participante B** – (...) A gente tentava, fora do ambiente dos campos, elaborar cursos e capacitações entre as equipes para que saibam abordar as pessoas LGBTI+, para que saibam respeitar suas liberdades sexuais, suas questões de gênero. Era muito importante capacitar essas pessoas. (...) Quando eu cheguei, o meu intuito era trazer, de fato, para essa atividade, essas capacitações, esse novo entendimento e essa compreensão sobre as identidades de gênero, sobre as orientações sexuais e as especificidades de cada um e de cada pessoa que a gente atendia. Além dos protocolos de segurança com as atendidas, a gente também fazia as capacitações internas. A gente fez diversas sobre educação sexual, direitos de migrantes dentro do SUS, direitos das pessoas que vivem e convivem com HIV, atividades de redução de danos.

Por fim, a Instituição A atua com migrantes e refugiadas exclusivamente, abarcando também pessoas LGBTI+. O trabalho de acolhimento da organização se desdobrava em duas frentes: uma primeira frente com atendimentos individuais e uma segunda frente com a execução de projetos com desenhos, objetivos e públicos particulares. Essa é uma atuação que se aproxima da LGBT+Movimento, que também oferece atendimentos como vimos nesta seção e opera projetos paralelos como vimos no capítulo 4. Na sua sede em Roraima, a Instituição A entendia as demandas que eram colocadas pelas pessoas que chegavam ali e encaminhava para outros serviços e instituições que fossem públicas ou relacionadas à Operação Acolhida no reforço de suas atribuições. Em articulação com os seus parceiros, a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

organização fazia projetos com enfoques diversos, inclusive, com população LGBTI+ venezuelana de dentro ou de fora dos abrigos da operação.

> **Participante A** - Então, na (Instituição A), a gente tinha dois tipos de trabalho. No período da manhã, a gente fazia atendimento com a população. Como tem um escritório físico, as pessoas vinham até o escritório, a gente fazia uma triagem de quem a gente ia atender no dia e a gente fazia o atendimento. Então, as pessoas chegavam até a gente, ou eram encaminhadas por outros serviços seja da sociedade civil, seja do ACNUR, seja do CRAS, que encaminhavam para a gente também. E, no período da tarde, a gente executava alguns projetos. Um desses projetos o foco era trabalhar com população LGBTI+. A gente tinha as pessoas, que ao longo do ano, chegavam até a gente pelo atendimento normal e desse projeto que a gente realmente fez uma chamada e divulgou com todos os parceiros dizendo que íamos fazer essas atividades focadas em população LGBTI+. O projeto chama Transformando Vidas e foi executado pelo segundo ano. No primeiro ano, ele foi focado em mulheres trabalhadoras do sexo. Havia mulheres cis e trans. Havia dois grupos porque era uma disputa a questão do ponto de prostituição, foi daí que iniciou esse trabalho. Eu não estava aqui no primeiro ano, mas eu sei dos relatos que as colegas me passaram. E daí no segundo ano a gente fez um projeto mais aberto voltado para toda a população LGBTI+.

O Projeto Transformando Vidas é um exemplo de iniciativa trazida em entrevista pela Participante A. Destinado à população LGBTI+ em sua segunda edição, o projeto tinha como objetivos trabalhar a violência baseada em gênero, a coexistência pacífica e o fortalecimento comunitário a partir de articulações locais com diferentes atores. O projeto da Instituição A, provavelmente, foi o único com o recorte de migrantes e refugiadas LGBTI+ em Roraima no ano de 2021 e um dos únicos do Brasil, quando ocorria em paralelo o Projeto Trans Vivas y Migrantes com mulheres trans e travestis venezuelanas pela LGBT+Movimento no Rio de Janeiro como citamos no capítulo 4. Como o intuito de integrar população LGBTI+ migrante com a população LGBTI+ brasileira, o Transformando Vidas se deu em vários espaços fomentando o diálogo entre as pessoas e a criação de redes que pudessem fortalecer os diferentes grupos que habitam a cidade de Boa Vista.

> **Participante A** - O projeto que nós tínhamos, o Transformando Vidas, tinha três eixos que eram: prevenção à violência baseada em gênero, integração entre as comunidades, que a gente chama de "coexistência pacífica", e fortalecimento comunitário. Perpassava essas três frentes. E aí, até onde eu entendo e até do que ouvi dos parceiros, a gente convidou todas as organizações da sociedade civil, o ACNUR e o Médicos Sem Fronteiras[132] para participarem. Pelo que esses colegas falaram, era o único projeto que era especificamente voltado para população LGBTI+ ano passado (2021).
>
> **Participante A** - O pessoal veio encaminhado e a gente organizou um transporte que pudesse passar e trazer as pessoas para participar do projeto. A cada semana, ele acontecia em um espaço diferente: uma semana na Instituição A, outra semana na Cáritas, outra semana foi em uma organização LGBTI+ daqui de Boa Vista... Porque a ideia era, inclusive, fazer essa troca em que brasileiros e venezuelanos ou migrantes de outros países participassem para construir um fortalecimento enquanto população LGBTI+.

[132] Ver mais em: https://www.msf.org.br/. Acesso em 07 de novembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

E pelas iniciativas que incidem diretamente na vida de pessoas LGBTI+ migrantes e refugiadas, ficam claras as dificuldades que essa população pode enfrentar no Brasil, uma vez que as suas demandas e os seus problemas cobrem um universo multidimensional de questões porque esbarram na LGBTI+fobia estrutural como efeito da norma do gênero-sexo-desejo e no desafio de ser uma migrante internacional. A hormonização de pessoas trans e travestis, que já apareceu no relato da Participante 4 no capítulo anterior, é um aspecto trazido pela Participante A como adversidade vivida pelo projeto Transformando Vidas no contexto de Roraima, em que não há profissionais especializados para atuar na área. Tal ausência costuma empurrar pessoas trans e travestis em vulnerabilidade (sendo elas migrantes ou não) para tratamentos caseiros sem garantias de saúde e acompanhamento médico. O entrave para alcançar meios em que pessoas LGBTI+ possam ser reconhecidas da forma correta acaba somando precariedades quando esse corpo invisível também está fora do registro da língua, da cultura e do local como é o caso de venezuelanas LGBTI+ no país.

> **Participante A** – (...) Teve essa discussão no início de a gente fazer essa formação com a polícia. Foi até um pedido um pedido da Silvia (Reis) da SETRABES. Ela é mulher trans e realmente é uma grande mobilizadora. Aí, depois, quando a gente começou a se aproximar mais da ATTERR, a gente tentou um primeiro contato para fazer uma oficina sobre hormonização, mas a gente não conseguiu encontrar nenhum profissional em Boa Vista que tivesse experiência e quisesse falar sobre o tema. Até o UNFPA me encaminhou alguns contatos, mas as pessoas falavam que não tinham experiência suficiente para dar orientações. E aí, é complexo porque as mulheres trans traziam isso de fazer por conta própria. A gente sabe que é o padrão, mas nem por isso é o desejável. Deveriam acessar orientações sobre o que fazer. Aí, mais para o final do projeto, a demanda acabou se tornando fazer treinamentos sobre entrevistas de emprego. E aí, a gente tinha um colega que era muito bom nisso porque ele já trabalhava com isso há muito tempo na operação. A gente acabou fazendo a nossa formação mais focada no mercado de trabalho. As demandas tanto da polícia, como da hormonização tinham vindo da população atendida.

2.3. Perfis da População Venezuelana LGBTI+ Atendida

Sobre as características de população LGBTI+ venezuelana atendida pelas organizações da sociedade civil citadas nesta pesquisa, temos a repetição de alguns perfis socioeconômicos com relação a gênero e sexualidade citados no capítulo 4 pelos operadores humanitários. De novo, mulheres trans e travestis e homens cis gays são os que mais aparecem nos relatos das entrevistadas. E, mais uma vez, é marcada uma invisibilidade de mulheres lésbicas e de homens trans ligada ao fato de que a socialização feminina, em geral, é constituída por proibições e conflitos na vivência de sexualidades e gêneros fora do alinhamento sexo-gênero-desejo. O machismo patriarcal ocidental e a LGBTI+fobia que incidem tanto na cultura

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

venezuelana, quanto na cultura brasileira, são fatores importantes quando consideramos o não-aparecimento dos corpos e identificações em questão fazendo eco ao que traz Keenan (2014) sobre mulheres LGBTI+ (e homens trans) no contexto da migração e do refúgio.

> **Karen Arruda (Casa Miga)** - Olha, a maioria eram mulheres travestis e homens cis gays. É a maioria. Eu não consigo te dar certeza se teve alguma mulher cis lésbica. Se teve, foi um número bem pequeno. Eu não sei te dizer o porquê. Eu tenho minha percepção pessoal. A Venezuela é um país muito machista. (...) Essa é a razão que a gente, dificilmente, vê uma mulher cis lésbica dentro da Casa, ou mesmo um menino trans. Mesmo que sejam, dificilmente, vão expressar pela opressão de onde vieram, pela criação que tiveram.
>
> **Participante A** - Participavam no nosso projeto mulheres trans e travestis e homens gays e bissexuais. A gente não tinha, por exemplo, ninguém que se autoidentificasse como mulheres lésbicas ou bissexuais.
>
> **Silvia Reis (SETRABES)** - Não. Aqui a maioria são trans e gays. Eu encontrei pouquíssimas lésbicas. Um número bem pequeno mesmo. Eu acho que elas têm mais dificuldade em se assumir. Eu acho que é pela cultura venezuelana ser muito machista.
>
> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá)** - Temos uma população trans que demanda bastante serviço da instituição de orientação, especialmente de comida e gays cis também.

Ainda assim, os perfis são diversos e estão permeados por especificidades da Venezuela que intersectam raça, faixa etária, situação econômica e outros marcadores sociais. Em entrevista, as diretoras da LGBT+Movimento citam mulheres trans e travestis e mulheres lésbicas como perfis de população atendida continuamente. Talvez porque as próprias fundadoras da instituição são lésbicas, migrantes e refugiadas lésbicas consigam se sentir mais seguras para partilhar suas identificações de sexualidade e tragam consigo demandas dessa realidade. De todo modo, e como traz a Participante B, as venezuelanas LGBTI+ que migram para Roraima, em grande parte das vezes, preferem omitir suas identificações de gênero, sexo e sexualidade mesmo quando essas identificações parecem visíveis. A Participante 1 traz a mesma percepção no capítulo anterior, reforçando a ideia de que a patologização, a discriminação, o estigma e a pressão social contribuem para a manutenção de segredos em torno da condição enquanto LGBTI+ como também foi tratado no capítulo 1 com Lafuente (2014).

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
>
> **N**: Eu acho que o perfil mais acessado por aqui de forma contínua, mais acessado continuamente em todas as áreas, é de mulheres trans e mulheres lésbicas. Quase cem por cento das pessoas que a gente atende aqui estão no perfil do que é considerado "situação de vulnerabilidade social". Em questões de raça (...) tem toda uma questão racial venezuelana, que é diferente do Brasil. As pessoas se autoidentificam como pardas, morenas, algumas negras, latinas, mestiças, mas que dentro do espectro brasileiro, são compreendidas como pessoas negras. Tem uma racialização importante também fazendo pressão junto com gênero e sexualidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **M**: Majoritariamente jovens entre dezoito e vinte e nove anos. Mais a partir de vinte e três até vinte nove é o grosso do que a gente atende.
> **Participante B** - Bom, é importante saber um pouco como se dá a performance de orientação das pessoas. Muitas vinham nesse primeiro momento não abrindo a sua orientação sexual ou condição de gênero apesar de serem perceptíveis as questões de gênero, por exemplo. Era bem comum que mulheres trans estarem lá (Roraima) utilizando o seu primeiro nome. Eu dizia que não era aquele nome porque eu estava vendo uma mulher ali e precisava saber o nome da pessoa.

As maneiras pelas quais as migrantes e refugiadas acessam os serviços das organizações aqui citadas também variam. No caso das instituições de Roraima e da Casa Miga em Manaus, muitas acabam chegando pelo próprio encaminhamento da Operação Acolhida seja por conta da interiorização, seja por conta das demandas trazidas pelas beneficiárias dentro da própria estrutura humanitária de acolhimento. Algumas pessoas, porém, acessavam as organizações citadas sem a influência da operação, uma vez que essas instituições já têm um trabalho com população LGBTI+ estabelecido para além da resposta ao fluxo migratório venezuelano. Já no caso da LGBT+Movimento, que está mais distante territorialmente da Operação Acolhida no Rio de Janeiro, a recomendação de pessoas que já foram atendidas na instituição é a forma mais comum de encontro com novas migrantes e refugiadas LGBTI+ mesmo que as redes sociais, ou o próprio referenciamento de organizações parceiras também aconteçam.

> **Karen Arruda (Casa Miga)** - Olha, normalmente essas pessoas chegam já pela Operação Acolhida. Algumas pessoas, por exemplo, não passam pela Casa e acabam integradas pela sociedade local, mas depois de um tempo chegam até a Casa. Aí, já temos uma grande diferença: a pessoa que já tem uma experiência no Brasil e na cidade e a pessoa que já não tem experiência com nada. A pessoa que chega com nenhuma experiência já são casos muito mais complexos porque eu terei que explicar muita coisa de como funciona o país, nossas leis, nossas regras e o funcionamento da Casa. (...) Quem já vem dessa integração e já entende, é muito mais fácil. A Casa é mais como um trampolim para seguir a vida e conseguir sua independência. Então são dois trabalhos bem diferentes.
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: A maior parte das pessoas que a gente atende chegam no "boca a boca". Não à toa, acho que a maior parte do nosso atendimento é de pessoas vindo da Venezuela muito pelo contexto Brasil, mas também porque as primeiras pessoas que a gente atendeu vinham da Venezuela, então o "boca a boca" funciona assim. A maior parte das pessoas chega aqui, a grande maioria, veio por alguém que já foi atendida aqui. Tem gente que chega porque catou no Google, achou na internet. A gente já foi procurada por gente de outros estados assim, por gente que está fora do Brasil assim. Tacou, achou e vem tirar dúvidas ou vem dizer que está chegando no Rio ou coisas assim. Mas o "boca a boca" ainda é o principal.

Mas as pessoas têm vindo em uma situação de vulnerabilidade muito aguda como também aparece nos relatos das participantes da pesquisa do Grupo 1. Com o passar dos anos, a crise na Venezuela se alonga, contribuindo para a piora das

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

condições materiais, físicas e psíquicas das migrantes e refugiadas que cruzam a fronteira em busca de uma vida melhor. E nessa busca por mudanças, se encontrar em um país totalmente diferente de seu local de origem, com burocracias e funcionamento distintos, cria uma camada a mais de complicações para essa população em necessidade, a qual acaba chegando bastante perdida como coloca Nathália Antonucci da LGBT+Movimento. Nesse contexto, não é incomum que sentimentos de frustração, raiva e desespero apareçam, já que migrar não parece resolver muitos dos problemas experienciados no dia-a-dia nem mesmo quando a interiorização como horizonte de possibilidade para além de Roraima ocorre como veremos na seção 5 deste capítulo.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: (...) Roraima virou, na verdade, o último lugar da Venezuela, virou quase uma extensão da Venezuela. Como se a fronteira ela entrasse dentro do território e realmente a migração fosse começar após a saída de Roraima. As pessoas vêm muito com essa ideia, mas aqui elas chegam e é totalmente diferente do que elas imaginaram. Ultimamente, isso tem sido mais difícil ainda porque tem chegado um perfil de pessoas que realmente é mais empobrecido, teve mais impactos com a questão da instabilidade venezuelana. São pessoas que não conseguiram nem terminar o fundamental e aqui já têm dificuldades com o português, têm uma dificuldade instrumental também com a tecnologia e isso tudo impacta muito. Como que a pessoa consegue mesmo lidar com esse território, com essa coisa totalmente nova, totalmente diferente de Roraima. (...) Muitas diferenças e eu acho que isso a gente tem visto das pessoas que têm chegado recentemente, têm chegado muito assustadas, muito frustradas. "Eu não sei por onde começar e o que fazer". Sabe? Isso tem sido um perfil mesmo.

Em termos da procura de venezuelanas LGBTI+, algo que chama atenção é a plasticidade das demandas que costumam aparecer. Isso porque o entendimento sobre os seus direitos no Brasil e sobre os serviços oferecidos por cada organização encontrada são fundamentais para que diferentes questões – relacionadas ou não a gênero, sexo e sexualidade – possam surgir no contexto de atendimento e procura de apoio. As diretoras da LGBT+Movimento trazem apontamentos que sinalizam para a dinâmica narrada acima a partir da grande gama de questões em cima das quais essa e outras instituições atuam. Nome social – um direito do qual venezuelanas LGBTI+ muito comumente não sabem da existência como também vimos no capítulo 4 – segurança alimentar, habitabilidade, empregabilidade e documentação são exemplos que apareceram em entrevista e marcam rastros de um contexto geral.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: Em relação às demandas, eu acho que essa coisa das demandas é uma coisa obscura dentro de organizações que lidam com migrantes e refugiadas porque a pessoa quer saber o que você pode oferecer para ela saber o que ela pode

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> demandar. Faz todo sentido, a gente faz isso. “Mas o que é que você faz para eu entender o que é que eu posso pedir?” (...) Mas eu diria que aqui as pessoas chegam com muitas demandas em relação ao documento que fizeram lá, que fizeram em Roraima, que deram entrada em Roraima ou em Manaus. Aqui, chegam com esse documento não nas mãos porque você ainda vai fazer uma transferência. E demandas, principalmente, relacionadas à fome, ajudas financeiras para conseguir pagar aluguel, para conseguir pagar comida, para conseguir pagar gás, para tornar aquele ambiente habitável.
> **M**: Emprego pensando mais em longo prazo também.
> (...)
> **M**: Inclusão de nome social também, documentos já feitos. A maior parte das pessoas trans que chegam aqui não têm nome social já incluso no documento.
> **N**: Mas que nem sempre vem como uma demanda direta.
> **M**: Às vezes, nem sabe que é um direito.
> **N**: Parte da gente dizer "Oh, você tem esse direito também".
> **M**: Isso da fome cresceu muito com a pandemia. Não era uma demanda tão recorrente a comida. Era uma demanda o dinheiro para o aluguel, era uma demanda o dinheiro da passagem para uma entrevista de emprego, mas a comida passou a ser uma demanda a partir da pandemia e não deixou de ser até agora.

Outrossim, as demandas das migrantes e refugiadas LGBTI+ também costumam variar conforme a identificação de gênero, sexo e sexualidade. Segundo a Participante A, homens gays traziam a questão da empregabilidade como principal necessidade, principalmente, aqueles que performavam feminilidade de um modo mais direto, já que esse fator acaba sendo um empecilho comum para uma vaga no mercado de trabalho assim como vimos no capítulo anterior. Com mulheres trans e travestis, além da empregabilidade que também é um entrave comum na vida de brasileiras e migrantes, apareciam demandas relacionadas à discriminação que se institucionaliza pela ação truculenta de entidades que públicas, as quais costumam reproduzir a LGBTI+fobia como efeito da norma do gênero-sexo-desejo por meio de uma cultura coadunada por práticas muito enraizadas nos cotidianos de atuação. E, aqui, apesar das polícias como instituições de segurança serem citadas, podemos pensar nos organismos estatais de assistência social, saúde e educação.

> **Participante A** - Então, eu vejo que as demandas são muito diferentes entre homens gays e pessoas trans. O que é algo que a gente sabe, a partir do movimento LGBTI+, que é muito distinto. Algumas pessoas pediram para a gente falar sobre empregabilidade principalmente os homens que performavam mais feminilidade. Eles falavam o quanto era difícil de as pessoas chegarem em um lugar procurando emprego. Eles sempre relatam em comparação à Venezuela e, em comparação, eles relatam que é muito mais de boa, muito mais tranquilo. (...) Mas as mulheres trans e travestis traziam muito a questão da empregabilidade também porque a maior parte delas estava trabalhando com a prostituição, né? E aí, tem essa discussão de se utilizar o termo "profissionais do sexo" e aqui, no contexto humanitário, a gente usa "sexo por sobrevivência" por entender que a pessoa está empurrada para essa situação. Elas falavam muito sobre a discriminação com a polícia. Um dos pedidos que tinha chegado até nós é que a gente fizesse um treinamento com a polícia sobre como abordar as pessoas, contribuir para a proteção delas. Porque as mulheres trans diziam que sofriam muita LGBTI+fobia e muitas ameaças de morte mesmo até dos próprios venezuelanos (...).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Finalizando o panorama – sempre parcial – dos perfis de população migrante e refugiada venezuelana LGBTI+, a integração entre brasileiras e venezuelanas é um ponto de relevância. Nesse universo, xenofobia e LGBTI+fobia se entrecruzam e se sobrepõem de modo a tornar impossível que essas variáveis sejam isoladas ao se pensar os problemas que surgem no encontro entre pares. Se considerarmos que o trabalho de algumas das organizações trabalhadas neste capítulo envolve população brasileira, migrante e refugiada, em um formato misto, temos uma xenofobia nutrida pelo ressentimento que brasileiras têm ao enxergarem certos privilégios de venezuelanas sobre elas principalmente por conta da estrutura de acolhimento humanitário montada com a Operação Acolhida. Essa visão aborrecida de brasileiros sobre a resposta humanitária do Estado em Roraima apareceu, inclusive, nos relatos de algumas participantes do Grupo 1 indiretamente. Ainda, também temos uma LGBTI+fobia que pode ser reproduzida pela própria população LGBTI+ venezuelana, a qual, por vezes, é mal vista pela população LGBTI+ brasileira como coloca Karen Arruda da Casa Miga com as suas experiências de mediação de conflitos.

> **Participante B** - Fazer essa integração entre brasileiros e refugiados venezuelanos é muito tensa, é muito difícil porque, de fato, existe esse ressentimento. É comum que o roraimense utilize termos pejorativos como "veneca" e afins. Isso atrapalhava muito essa integração. Existia aquela mágoa de que os venezuelanos chegaram para acabar com o estado, que era um estado muito tranquilo em comparação com outros estados do Brasil. Boa Vista é uma cidade pequena.
> **Participante A** - Os homens gays falavam muito disso, sobre a dificuldade de se procurar trabalho. A xenofobia também em Boa Vista é, assim, absurda. É tipo outro nível. Esses dias eu entrei na OLX para procurar um pedreiro e estava escrito assim: "pedreiro brasileiro", "pedreiro venezuelano"... As pessoas se anunciam assim. Então, realmente, a questão da nacionalidade está muito presente. E aí, para alugar casa aqui também as pessoas colocam: "não alugamos para venezuelanos". É bem drástico, sabe?
> **Karen Arruda (Casa Miga)** - Aqui, eu sempre digo que o que chega antes da xenofobia é a LGBTI+fobia porque eles acabam reproduzindo a opressão que sofreram e as brasileiras não aceitam. Aí, começa a briga. A mediação de conflito começa aí. Antes mesmo de xenofobia. É bem complicada essa questão na Casa. Tanto que a gente teve que mudar a abordagem dentro da Casa porque (as migrantes) precisam entender que aqui, mesmo com todas as suas dificuldades, é um país muito mais livre do que a Venezuela em termos da nossa comunidade. Então, a primeira conversa é mostrar que a LGBTI+fobia é crime e que isso pode causar muitos problemas aqui dentro do país, não só dentro da Casa, mas também fora na integração com a sociedade.

3. Articulação com Operação Acolhida

3.1. Percepções sobre a Operação Acolhida

A articulação entre atores da Operação Acolhida e organizações da sociedade civil aparece nos capítulos 3 e 4 desta pesquisa. Ela é de fundamental

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

importância porque é facilitadora de um acolhimento que vai para além do viés humanitário na construção de iniciativas de desenvolvimento ou de uma integração mais duradoura. Se as percepções sobre essa articulação, segundo os operadores humanitários, mudaram de 2019 (capítulo 3), em que o contato com organizações civis era insipiente, para 2022 (capítulo 4), em que esse contato é mais estruturado, elas deverão ser mais ricas em informações e iniciativas entre ambas as partes dessa relação. Dessa maneira, explorar o trabalho da Operação Acolhida por entre a vasta gama de atuação das instituições aqui citadas é adicionar uma outra camada aos rastros performativos apreendidos neste texto sobre o acolhimento de migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+ no Brasil.

Em entrevista, grande parte do material coletado com o Grupo 2 sobre percepções da Operação Acolhida se referia a queixas acerca da interação entre as instituições e a estrutura humanitária montada em Roraima e Manaus como política de Estado. Mas outros pontos também merecem destaque. A Participante B cita, por exemplo, o fechamento das fronteiras como medida de violação de direitos humanos, já que precarizou a situação de migrantes e refugiadas no Brasil, assim como dificultou os trajetos rumo ao país de pessoas em vulnerabilidade. Além do mais, e como trazem as diretoras da LGBT+Movimento, a Operação Acolhida tem práticas que tentam dar conta das especificidades de população migrante e refugiadas LGBTI+, mas acaba reforçando estereótipos superficiais sem, de fato, adentrar nas questões que surgem quando gêneros, corpos sexuais, sexualidades, migração e refúgio estão imbricadas na vida das pessoas e da comunidade ao redor.

> **Participante B -** É um contexto mais delicado porque a operação hoje é coordenada por setores do Exército e isso cria um ponto de tensão, mas eu confesso que eu pensei que seria pior quando eu cheguei lá (Roraima). (...) As dificuldades eram muito mais protocolares de entrada e saída dos abrigos do que de qualquer outra coisa. Todo apoio era dado e não havia resistência. Isso para o público LGBTI+. Agora, as atividades de fechamento de fronteira, que para mim era a maior violação de direitos, é uma violência que precisa ser lembrada. A fronteira fechada e a dificuldade de acessar o país é uma violência totalmente considerável.
>
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
>
> **M**: Olha, minha percepção da Operação Acolhida foi muito mais formada por idas a Roraima, que eu fiz por um outro trabalho. (...) A minha percepção foi de que há um discurso pré-preparado de todas as organizações de que, sim, acolhemos e é incrível. Tem muito essa coisa da felicidade. Os projetos que eu vi rolarem lá na Operação Acolhida relacionados com a população LGBTI+ era de desfile, era show de talentos dentro do abrigo e que incrível que o militar foi juiz do show de talentos. (...) A minha impressão era de que, pelo menos as ações publicizadas, giravam em torno disso, mas, quando se sentava de fato para conversar com as pessoas, elas não faziam ideia do porque era necessário olhar especificamente para a população LGBTI+.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Até porque existe uma demanda represada de pessoas LGBTI+ que não sentem à vontade ou não conseguem ter seus pedidos atendidos e direitos respeitados como veremos com os casos de hormonização e documentação. Há um desconhecimento que gera todo um desconforto com essa população migrante e refugiada, que parece não se enquadrar nas preocupações conhecidas pela literatura ou pelas instituições que, tradicionalmente, lidam com temáticas dos deslocamentos humanos. A invisibilidade de vivências adensadas por violências múltiplas somada a uma desarticulação geral da Operação Acolhida com atores especializados que estão fora do eixo Roraima-Manaus, nesse caso, acaba prejudicando o exercício de hospitalidade ao acolher e integrar pessoas LGBTI+ e reforçando o alinhamento de gênero-sexo-desejo como norma e a LGBTI+fobia que surge daí. E, do outro lado, essa LGBT+fobia também é responsável por rechaçar temas e corpos LGBTI+ e serve como cultura para que a reiteração performativa de um "não-lugar" se dê em torno do assunto com as lacunas protocolares primeiramente. É como se (re)criassem ciclos constitutivos de reforços negativos sem haver uma intenção consciente, mas movimentos que se atravessam e se sobrepõem em concomitância.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: Nessa época, já deu para perceber como existe uma demanda ativa para organizações que tivessem foco, com uma população de público alvo mesmo, de lidar com essa gestão ou socialização ou qualquer coisa que fosse focado em pessoas LGBTI+. Dava para ver conversando com os agentes mesmo da ONU que existia essa demanda clara e que ninguém estava cumprindo aquela demanda. Quando eu falava da LGBT+Movimento, a galera brilhava os olhos. Brilhava os olhos mesmo vendo algo que poderia trabalhar com aquela população. Porque realmente parecia que pessoas LGBTI+ estavam em uma vivência completamente fora do que eles estavam preparados para oferecer de disponibilidade.
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: Mas acho que ainda hoje existe uma grande demanda, mas acaba que a gente fica muito apartada aqui. Acho que a Operação Acolhida que chega para nós aqui no Rio de Janeiro é desarticulada. A gente é desarticulada da Operação Acolhida. Até para a gente fica difícil a percepção se a gente participa da Operação Acolhida.

Além da forte presença militar e dos entraves para um entendimento aberto e propositivo sobre gênero, sexo e sexualidade que já têm sido citados aqui, há ainda a forte presença das organizações religiosas, que têm trabalhado a pauta das migrações no Brasil historicamente como temos mencionado. Ainda que muitas tenham uma atuação bastante séria e tentem se desvincular da religião para atender essa população em necessidade, os princípios e filosofias que norteiam esse trabalho resvalam em ideais que têm como padrão uma vivência cis-heterossexual, pela qual pessoas LGBTI+ se tornam um grupo distante, uma minoria com desafios

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

muito únicos e que têm pouco eco dentro das condições de possibilidade dessas organizações. E, mais uma vez, um trabalho sensível e que respeite as particularidades do público LGBTI+ fica a cargo de funcionários que, por sua própria experiência, têm alguma afinidade com questões de gênero, corpo sexual e sexualidade porque a arquitetura dos atores da Operação Acolhida não favorece essa lida mais próxima com o tema.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: (...) E tem um desafio que a gente não comentou porque parece óbvio, mas é bom frisar, que está na interiorização, mas também está em tudo, que é a forte presença das organizações religiosas. E que aí esse conceito de família que a Nathália comentou, ainda que seja uma organização religiosa que está de fato aberta e não é regida pela religião, ou pela pregação, está ali nas entrelinhas. Está em como é pensado o acolhimento da organização. É pensado dentro de um modelo cis-heteronormativo e essas pessoas sobram. Sobram e sobram como desconforto. Você desconhece tanto e aquilo é tão outro mundo e aquilo tão não conversa com aquilo que você está acostumado a dialogar, que é um desconforto mesmo. (...) Caraca, esse caso eu não quero porque eu não vou dar conta e é muita coisa. Eu entendo, entendo a vulnerabilidade, eu me solidarizo, mas é outra linguagem, é outro mundo. Está muito à margem e a pessoa não sabe nem por onde começar. (...) Quem é que, de fato, está operacionalizando na ponta a Op. Acolhida? É uma junção de militares no poder e organizações religiosas na ponta. É complexo.

O desconhecimento sobre as particularidades de migrantes e refugiados LGBTI+, geralmente, também é acompanhado de uma estereotipação das identificações de gênero, sexo e sexualidade, das necessidades das pessoas e de suas experiências de vida. No capítulo 1, mostramos que estereótipos são usados para legitimar uma solicitação de refúgio levando a situações absurdas como perguntas vexatórias ou fora de contexto (ANDRADE, 2015; FRANÇA, 2017; GORISCH, 2017), expectativas de comportamento e narrativas prontas (KEENAN, 2014; JORDAN, 2009), bem como até exames invasivos como a já citada falometria (NASCIMENTO, 2018; PRATA FILHO, 2020). Ademais, vimos no capítulo anterior que as vagas de emprego que costumam aparecer para venezuelanas LGBTI+ são vagas no setor de estética, beleza e vestuário como se essa população tivesse uma "aptidão natural" para trabalhar nesses setores ao se desconsiderar outros tipos de trabalho.

Em entrevista, as diretoras da LGBT+Movimento citam um episódio, em visita a instalações da Operação Acolhida, em que um operador humanitário relaciona ser LGBTI+ com ser HIV positivo, reforçando um estigma que extrapola o universo da migração e do refúgio. Nesse sentido, e como Nathália Antonucci afirma, a migrante e refugiada LGBTI+ surge como mais uma figura de proteção (inter)nacional que deve ser estabilizada para ser acionada (FRANÇA, 2017),

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

gerando fixações que, por vezes, recriam e reforçam a LGBTI+fobia. A criação de manuais, cartilhas e protocolos é bem-vinda quando pensamos a mitigação desses problemas, mas deveria estar suplementada pelo esforço de circular conhecimento e informação para toda a estrutura humanitária montada em Roraima e Manaus para que operadores humanitários tenham, de fato, algum embasamento teórico que seja formativo e instrutivo.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: Essa foi um pouco minha impressão de lá. Muito despreparo, na verdade, para lidar e um viés muito estereotipador do lidar com população LGBTI+. (...) E tem um esforço de construir manuais, construir protocolos, mas que eu sinto que eles não chegam na ponta ou chegam como mais um dos zilhões de manuais que a pessoa tem que ler e que a pessoa não tem tempo de ler.
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: (...) Mas um colega que estava comigo que era a pessoa que encabeçava a pesquisa, era o coordenador, perguntou (sobre população LGBTI+) por mim porque me viu constrangida. A resposta da gestão era assim: "Você sabia que eles têm HIV?". Acho que é muito dessa visão estereotipada, mas, nesse sentido, juntando com a questão HIV e AIDS em uma fala completamente desconexa, extremamente preconceituosa e totalmente fora de qualquer coisa.
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: (...) Eu acho que é muito o que a Isadora Lins França fala de que refugiados LGBTI+. Migrantes LGBTI+ surgem como uma categoria de estabilização, tem uma estabilização tem uma estereotipação, tem tudo isso. Mas também tem ali uma coisa de colocar seu lugar de exigir proteção, de exigir direitos, que torna essa coisa toda muito ambígua. Tem essa dupla dimensão de surgir essa coisa da população LGBTI+, das pessoas LGBTI+ que precisam de uma necessidade específica (...).

Outrossim, Sandra dos Santos do Grupo Sabá falou sobre o apartamento da população LGBTI+ dentro dos domínios da Operação Acolhida. A ideia de que se precisa separar pessoas com gêneros, sexos e sexualidades não cis-heterossexuais das outras pessoas é repetida em várias iniciativas direcionadas para a proteção baseada no próprio gênero. O "banheiro LGBTIQ+" é exemplo dessas medidas que segregam para mitigar conflitos, mas acabam reforçando uma separação que encontra na LGBTI+fobia meios de sustentação como vimos no capítulo 4. Até porque, como traz a participante da pesquisa, essa separação não ataca o preconceito como principal causa de problemas. Ela reitera a lógica de um humanitário que pensa a curto prazo e não se faz suficiente no caso do fluxo venezuelano no país. E são necessárias medidas diferenciadas para dar conta das violências e discriminações que pessoas LGBTI+ sofrem, mas essas devem estar alinhadas com os princípios de igualdade e isonomia dispostos nas legislações internacionais e brasileiras para que não sejam contraproducentes nesse processo de acolhimento e integração.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) –** (...) Houve um tempo que eles (Op. Acolhida) tentaram colocar um espaço específico para a população LGBTI+ para evitar violência. Esse daí não é o caminho. O caminho é sensibilizar todos que estão aí para convivência e o respeito à diferença. Porque tendo tolerância você não está acabando com o preconceito. (...) o preconceito em si não está sendo combatido, ele está sendo isolado por um determinado espaço. Aí, acaba que você não estava exercendo seu direito de cidadania, que é o direito de ir e vir em todos os espaços.

Nessa continuidade, outro ponto levantado é que não há sensibilização e formação a longo prazo, o que resvala, de novo, na perspectiva de um humanitário orientado para dar conta da crise. Se pensarmos em corpos vulneráveis como o de pessoas trans e travestis, é necessário fazer um trabalho que contemple um "empoderamento social e político" com todas as beneficiárias diferentemente do que ocorre com os projetos paralelos em que só uma parcela pequena dessa população é contemplada. Somente assim é que os problemas enfrentados com a proteção e integração de pessoas LGBTI+ poderão ser contornados dando vazão às políticas de abrigamento e interiorização sem deixar ninguém para trás. Sabendo que o trabalho desse humanitário nem sempre está preparado para desenvolver respostas a longo prazo, a articulação forte com a sociedade civil que já tem essa atuação deveria ser abraçada de forma a possibilitar novas saídas e um acolhimento que estivesse alinhado com a pluralidade singular de cada grupo que compõe o fluxo populacional que chega ao Brasil.

> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) –** Eu acredito que faz se necessário um trabalho de sensibilização de todos que atuam para o respeito às diferenças. Fazer o trabalho de sensibilização mesmo, porque as pessoas só vão mudar quando a gente estiver ali constantemente fazendo o trabalho de que todos temos direitos, todos temos deveres, todos somos pessoas humanas e todos merecemos respeito.
>
> **Silvia Reis (SETRABES) -** Mas faltam empoderamentos político e social. Estão chegando muitas meninas jovens, que estão no mercado da prostituição e estão sendo levadas para outros estados. As que estão sobrevivendo, não estão dando acompanhamento ao tratamento e acabam morrendo e, para nós, é um ponto negativo.

Na esteira das reproduções de vulnerabilidades, o trabalho com migrantes e refugiadas LGBTI+ reflete exclusões que vemos também com população LGBTI+ brasileira. Silvia Reis da SETRABES chama atenção, por exemplo, para a ausência de pessoas trans e travestis nas iniciativas que envolvem trabalho e renda mesmo que dentro da própria operação. E os desacordos em formar e sensibilizar beneficiárias e operadores seguem, em primeiro lugar, porque as próprias organizações da sociedade civil têm dificuldades de fazer esse trabalho por meio de articulação local com os atores envolvidos. Há um certo desinteresse identificado pela participante da pesquisa, que, para ela, está marcado como condição

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

replicadora da ordem estabelecida ali por entre as instituições que já fazem parte da Operação Acolhida. Como se o humanitário ajudasse a constituir, dentro da repetição performativa de suas práticas, protocolos e discursos, uma realidade que não contemplasse o desenvolvimento a longo prazo de uma população que, de forma geral, migra por conta da crise econômica generalizada em seu país.

> **Silvia Reis (SETRABES) -** Por exemplo, eles fizeram um seminário para algumas pessoas. E para o curso deles, eles contrataram uma logística para ver quem era o contador, quem ia atender, quem ia isso e quem ia aquilo. E naquele grupo de pessoas que abarcava ali umas setenta, não havia uma pessoa trans. (...) E eu discutia com eles sobre a importância de dar visibilidade, mas nas profissões das trans. E aí, o discurso era que elas não querem e eu até acredito que algumas vezes é isso. Mas se você não empoderar, elas não vão querer nunca. Como é que a lésbica apareceu lá? Como é que o gay apareceu lá? Alguém chamou. Alguém conquistou. Porque eu não vi uma chamada pública.
> **Silvia Reis (SETRABES) -** Eu acho que além das quatro alimentações e do abrigo, tem que dar empoderamento. E aí, o movimento social como eu tem dificuldades de falar com eles (Op. Acolhida). Eles são muito fechados para abrir para a gente empoderar elas. Eu encontro com elas nas oficinas que eles me permitem participar ou nos pontos de prostituição. Mas sentar em uma sala aqui e empoderar elas... Dizer o que elas devem falar, não é muito fácil não. Eu vou estar dando voz para o meu público alvo e vou acabar perdendo o dinheiro do meu projeto. A gente sente falta desse empoderamento.

Entre percepções de reforço de estereótipos e uma atuação generalista, as demandas que se referem a direitos LGBTI+ conquistados no Brasil na busca por garantias de uma vida digna, reconhecimento social e acesso a serviços podem não ser endereçadas pela Operação Acolhida. A hormonização, como parte do processo transexualizador citado no capítulo 3, é um direito sensível nesse contexto. Se as migrantes e refugiadas trans e travestis não têm essa informação disponível, essa demanda não aparecerá como possibilidade, reiterando a ausência de profissionais e acompanhamento adequados do território de Roraima em torno da questão como temos apresentado. É fundamental que os operadores humanitários que trabalham próximos de pessoas LGBTI+ estejam cientes dos processos e dos desafios de hormonização para que esse papel como facilitadores de direitos contemple as especificidades de cada beneficiária atendida e os direitos assegurados no país.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: (...) Mas de conversar com uma agente de proteção do abrigo, que era uma dessas organizações que fazem gestão do abrigo, parceiro implementador do ACNUR e perguntar sobre demanda de hormonização. E era uma agente que as maiores demandas que ela lidava enquanto agente de proteção eram relacionadas à saúde. E quando eu perguntei de demanda de hormonização, ela não sabia o que era hormonização. Você está lidando especificamente com população LGBTI+ enquanto agente de proteção, mas você não está entendendo quais são as demandas, do porquê proteger especificamente essa população e a partir de que olhares. A pessoa acabou de entrar, ela não sabe se o Brasil tem ou não hormonização, ela não sabe nem como é que fala isso em português. Se essa agente não está preparada para entender isso como uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> demanda, essa demanda não vai surgir. Vai parecer que não há demandas especificas, mas é porque, se a pessoa não sabe que existe hormonização no SUS, como é que ela vai demandar uma hormonização no SUS?

De forma parecida, o direito ao nome social também citado no capítulo 3 é outra demanda importante. Como Karen Arruda da Casa Miga afirma, a documentação é um dos primeiros encaminhamentos feitos pela Operação Acolhida na resposta ao fluxo migratório venezuelano. Ainda que a inclusão de nome social seja um direito de pessoas migrantes e refugiadas acompanhando a requalificação social de brasileiras, muitas pessoas trans, travestis e não-binárias chegavam sem os nomes corretos nos documentos mesmo tendo passado pela operação. A participante da pesquisa citada questiona o motivo disso acontecer, mas frisa que esse descompasso entre apresentação de gênero e documentação cria uma série de dificuldades de empregabilidade e educação, uma vez que causa constrangimentos, desconfianças e violências que as brasileiras também costumam viver. A inclusão de nome social é um direito e uma possibilidade de reconhecimento social que deve ser apesentada mesmo para aquelas que decidem por manter seus nomes de registro. Se o ato de nomear constrói sentidos e faz coisas no mundo, respeitar o nome social da população LGBTI+ é construir, performativamente, condições de possibilidade de reconhecimento civil, bem como possibilidades de uma vida melhor no alcance de direitos e realizações básicas como é a empregabilidade.

> **Karen Arruda (Casa Miga) -** O meu questionamento é que esse trabalho e essa operação estão lá na ponta (Roraima). Eu nunca fui lá, mas eu acredito que no processo a primeira questão seria a documentação. O primeiro órgão que eles (migrantes) vão falar é a Polícia Federal e a PF já tem há um bom tempo o seu sistema para a inclusão de nome social. E não há inclusão. As pessoas chegam aqui com seus nomes de registro, entendeu? As mulheres trans e travestis. Já questionei o ACNUR sobre isso. Já questionei outras instituições sobre isso. Por que isso não está sendo usado lá na frente? Isso está sendo dito para as pessoas e elas não estão querendo usar? Qual que é o motivo? (...) Aí, depois aqui a gente precisa lidar com a situação toda de ter o nome de registro no documento, mas o nome social é outro e isso atrapalha tudo. Atrapalha emprego, atrapalha curso.

3.2. Articulações Locais com a Sociedade Civil

No contexto das articulações em si, as queixas com a Operação Acolhida seguem sendo muitas, principalmente, quando pensamos questões LGBTI+. Mas articulações em sinergia com o trabalho de acolhimento humanitário e a atuação das entidades da sociedade civil também acontecem. A Participante B chama atenção para uma boa troca com a Instituição B, que atende pessoas com HIV e AIDS e desenvolve um trabalho de acolhimento e integração de migrantes e refugiadas venezuelanas em Roraima. A Casa Miga de Manaus é outro exemplo de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

articulação que tem funcionado bem, já que a organização tem todo o apoio das instituições internacionais parceiras, e como funciona como abrigo, possui uma interface com o trabalho de interiorização da Operação Acolhida pelo qual a população LGBTI+ pode se mudar de estado por meio da modalidade institucional abrigo a abrigo como já mencionamos.

> **Participante B -** A (Instituição B) em específico não tinha dificuldade de acessar os ambientes que os agentes da Operação Acolhida estavam coordenando. A gente não tinha essa dificuldade. Pelo contrário, era bem receptivo justamente pelo trabalho que a instituição fazia. Então, eu acho que isso é um diferencial porque já tem um trabalho lá. Mas, de fato, é um contexto sensível e acho que outras pessoas podem falar mais sobre. (...) Existe uma reciprocidade super perceptível. Não houve nenhuma dificuldade para implementar o projeto, realizar a testagem e nem de acessar os espaços. (...) Pode ser que com outros colegas humanitários existam outros relatos.
> **Karen Arruda (Casa Miga) -** Para a gente aqui eu sinto que funciona. Tudo que a gente precisa das organizações, a gente consegue. Para mim está tudo ok. Tudo certo. Não sei se é questão de comunicação (pelo fato de Manaus ter Op. Acolhida também). As organizações que atuam dentro da Operação Acolhida têm reuniões mensais onde todo mundo participa. Então, essa interação é importante para saber até que ponto eu posso utilizar, eu posso pedir a ajuda deles. E tem essa troca com a Casa Miga também, então, eu acredito que funciona.

Os problemas dessa articulação com a sociedade civil começam quando interpretamos e organizamos os outros relatos das participantes do Grupo 2. No caso da LGBT+Movimento, a distância da Operação Acolhida enquanto estrutura humanitária montada no Norte do país e o perfil da instituição que não envolve abrigamento podem influenciar nessa relação segundo as entrevistadas. Apesar da organização já ter recebido pessoas interiorizadas de Roraima e lidar com essa população no dia-a-dia de seu funcionamento, não há um canal de comunicação entre a LGBT+Movimento e a Operação Acolhida como também não deve haver uma troca com outras instituições de mesmo perfil pelo país se consideramos os relatos de algumas participantes do Grupo 1. Mesmo que a organização faça parte da R4V como rede que conecta as diferentes iniciativas de resposta ao fluxo venezuelano pela América Latina, essa interação mais prática e operacional não acontecia com a única organização, exclusivamente, voltada para o atendimento de pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+ no país.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: Não existe, na verdade, articulação nenhuma em nível de Operação Acolhida com a gente aqui. Falando de LGBT+Movimento. Porque até acho que com a Cáritas, que é um parceiro implementador do ACNUR, aí é outra parada. Acho que elas participam muito até porque tem o quesito do abrigamento, que é uma extensão. Tanto a Cáritas, quanto a Aldeias (Infantis)[133], por receberem pessoas, estão muito mais articuladas nesse sentido

[133] Ver mais em: https://www.aldeiasinfantis.org.br/. Acesso em 08 de novembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> de entender o que está acontecendo na interiorização ou não. Mas a gente aqui que não participa diretamente recebendo as pessoas em nível de abrigamento e fica completamente deslocada. Porque se a gente tem, já aconteceu várias vezes, casos de pessoas na fronteira querendo vir, para a gente é muito difícil articular porque a gente não sabe com quem a gente fala. Para quem que a gente manda mensagem? A gente tenta, assim, de forma muito pouco estruturada, institucional, contatos que a gente conhece, mas isso não acontece de uma forma mais fluida e organizada. Acontece de uma forma desorganizada. A gente tem esses conhecimentos. A pessoa tem que ir no PTRIG, porque a gente já esteve lá ou ouviu falar, já leu, mas isso nunca chegou para a gente como uma instrução.
> **M**: E nem tem um canal de comunicação estabelecido e isso vai impactar nas pessoas. A gente fala um pouco disso de como lá em Roraima tudo gira muito em torno do que está acontecendo e é fácil você palpabilizar o que é a Operação Acolhida.

As diretoras da LGBT+Movimento, inclusive, falam em entrevista sobre os problemas na articulação com a R4V. A rede coordenada por ACNUR e OIM requer das organizações afiliadas o preenchimento de muitos formulários e a transferência de informações sobre os trabalhos sem contrapartidas factíveis. As trocas, dessa forma, ficam muito restritas a um acompanhamento burocrático, dificultando a participação de instituições de porte pequeno, que não costumam ter pessoal disponível para suprir as demandas da rede. As participantes colocam que as promessas de financiamento e aproximação operacional que a R4V prometia no começo de sua constituição não se deram e se resumem a articulações muito mais políticas do que práticas sobre a migração venezuelana. Não que a troca política não fomente aprendizados e articulações úteis, mas tem deixado o desenvolvimento de um trabalho conjunto em termos de práxis e capacidade técnica em segundo plano.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: É muito difícil porque a R4V é muito complexa a participação de tudo, estar lá.
> **M**: Tem muitas demandas para o tamanho que a gente tem. E falta um pouco desse entendimento de que nem todo mundo tem pessoas só para burocracias.
> **N**: E que é muito centrado no contexto de Roraima e Manaus. São muito poucos os agentes que conseguem acompanhar, que estão aqui. Faz parte da agenda deles ou é uma organização com uma estrutura que é completamente diferente da nossa. (...) É isso. A R4V acaba que, para organizações menores, sempre foi uma grande fantasia. A R4V quando ela surgiu tinha essa coisa de criar um grande projeto de financiamento, como um grande organizador da grande quantidade de organizações. "Ah, vamos todos colocar nossas demandas aqui". E isso nunca chegou para a gente. Então, essa questão do financiamento sempre ficou... Eles exigem que a gente participe, que a gente esteja lá, que a gente articule com eles e que a gente forneça dados sobre o trabalho, mas que não tem um retorno. Não tem uma preocupação com a sustentabilidade financeira da organização. Não tem uma preocupação sobre como está estruturado o nosso trabalho.
> **M**: Não tem um canal de encaminhamento de casos dos dois lados. E fica um pouco solto. Acaba que não é prioridade porque é mais política do que prática, apesar da prática ser estudada na área de política, mas...

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

E continuam os ecos de uma estereotipação baseada em experiências negativas passadas. A população LGBTI+, nos espaços de troca mais direta com a Operação Acolhida, segundo participantes da pesquisa, acaba marcada pelas dificuldades práticas que já inspiraram, o que mina um trabalho especializado que esteja, de fato, atento aos direitos de venezuelanas que transgridem o alinhamento de gênero-sexo-desejo como norma social. É como se o caráter operacional-humanitário da estrutura montada no Brasil como resposta ao fluxo migratório venezuelano não fosse arquitetado a partir de uma atuação atenta aos diferentes grupos e desafios intrínsecos de vivências diversas como a de mulheres trans e travestis. E o acolhimento e a integração dessas pessoas é um trabalho sem fim porque vão gerar entraves, questões e dilemas que não cessam nas soluções temporárias. Nessa dinâmica, as lógicas de Estado como "dono da casa" e do humanitário como discurso da "crise" parecem ditar uma atuação que se engessa com questões pontuais e repete protocolos e atos com pouco espaço para uma acomodação criativa, atenta e local.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: E quando a gente está em espaços formais da Operação Acolhida e se discute esse tema LGBTI+, não é raro que se volte para exemplos de acontecimentos muito antigos taxativos. Por exemplo, essa leva de quatro mulheres trans deu alguns conflitos aqui no Rio de Janeiro, e se fala até hoje em reuniões quando se vai falar de mulheres trans. Ficam fixados em uma ideia de um conflito que aconteceu. Então, todas as outras serão assim e todas as decisões são tomadas com base nesse conflito que aconteceu em 2018. Mas, poxa, já estamos em 2022 e quantas outras... Tem esse lugar estereotipado mesmo.

Com as organizações LGBTI+ do estado de Roraima, algumas questões reaparecem. Rebecka Marinho da ATTERR fala sobre a dificuldade da instituição em trabalhar com a Operação Acolhida. Algumas organizações internacionais são mais sensíveis do que outras quando se trata de população LGBTI+, mas, de modo geral, são muito fechadas em si mesmas com seus protocolos internos. Já com relação aos atores ligados ao Estado, o Ministério da Cidadania era uma incógnita para a entrevistada e o Exército também reproduzia alguns entraves pensando uma militarização do acolhimento humanitário em questão. Algo que, de modo geral, diz sobre os atores envolvidos na operação é a rotatividade de cargos e pessoas escaladas para esses cargos, uma vez que o contingente do Exército muda de meses em meses obrigatoriamente, bem como os gestores das organizações envolvidas. Esse tempo acelerado para a renovação de *staff* também aparece no capítulo 4 como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

impossibilidade de formar e sensibilizar acerca de gênero, sexo e sexualidade as pessoas que estão trabalhando em campo.

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** É muito difícil trabalhar com a operação porque eles têm um processo militar muito rigoroso. E também algumas organizações internacionais são muito difíceis de trabalhar. Tem algumas que são mais sensíveis e tem algumas que são muito rigorosas. (...) Conversar com Exército é muito complicado porque, é igual com os gestores, eles mudam muito. Eles têm uma rotatividade muito grande. Hoje é um, daqui há cinco meses é outro, daqui quatro meses é outro... Eles têm uma rotatividade muito grande. E o trabalho de sensibilizar é um trabalho de toda a vida. Sensibiliza, sensibiliza de novo e de novo. Só voltando um assunto, conseguimos fazer trabalhos sim. Mas com o Ministério da Cidadania nunca fizemos esses trabalhos. Não sei nem quem é, nunca nem nos falaram nem nesses quatro anos. Com a Op. Acolhida já conseguimos, com as organizações internacionais já conseguimos também.

E as dificuldades seguem, principalmente, quando nos referimos à população LGBTI+ abrigada. Os problemas na articulação de um trabalho dentro das estruturas dos abrigos refletiam um acolhimento humanitário fechado em si mesmo, que impedia uma atuação de fora do contexto interagências acontecer com regularidade. Parece haver um receio, um desinteresse e/ou um impedimento para que esses encontros se dessem de forma forte e em contato com as beneficiárias para o desenvolvimento de sensibilizações e formações que as aproximassem de figuras que já fazem esse trabalho há anos naquele território. E as instituições da sociedade civil só conseguiam, por meio de uma busca ativa, trabalhar nas brechas que encontravam com projetos, datas comemorativas e eventos como veremos nas próximas páginas.

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** Na verdade, nós temos algumas queixas com a Operação Acolhida. Nós temos uma imensa queixa também com algumas organizações internacionais. (...) Elas têm uma convivência com a ATTERR de que a gente não faz muitas parcerias. Elas têm um trabalho muito fechado que, às vezes, impede que nós externamente como uma organização local nos envolvamos. De forma geral, mas não sempre, em umas 80% das vezes, nós não conseguimos realizar nosso trabalho dentro dos abrigos. (...) E, inclusive, nós denunciamos a Op. Acolhida para o Ministério Público. Isso enquanto ATTERR. Porque pensando nos direitos humanos e nesse acolhimento, somos um todo e não é só a Op. Acolhida que tem essa atuação. Sabemos que precisa ter organização sim, sabemos que precisa ter todo o apoio, mas essas pessoas não ficam só na área interna dos abrigos. Nas áreas externas, ao redor da sociedade, é onde entram os nossos trabalhos.
>
> **Silvia Reis (SETRABES) -** A gente tem acesso a eles através dos projetos com o UNAIDS[134] (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS). São projetos financiados e, devido uma situação política com o Ministério da Cidadania e com o MRE (Ministério das Relações Exteriores), foi permitido fazer ações dentro dos abrigos. Mas, assim, você visitar os abrigos e empoderar, a gente não pode. Mas quando tem um projeto, que tem uma ação, aí é permitido. Tudo isso depois de muita briga mesmo porque eles não queriam, entendeu?

[134] Ver mais: https://unaids.org.br/.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Ademais, Rebecka Marinho da ATTERR também coloca que os atores da Operação Acolhida deveriam apoiar as organizações da sociedade civil com recursos materiais e humanos, uma vez que são essas as instituições que acolhem a população migrante e refugiada que não necessariamente está sendo atendida pelo acolhimento humanitário em questão, ou porque não se adequa às exigências, ou porque não está dentro dos critérios da ordem do dia. Essa massa de pessoas que está no Brasil por conta própria ainda precisa dos mais variados tipos de assistência porque continuam enfrentando os mesmos desafios para acessarem direitos e serviços básicos. E como o acolhimento humanitário da Operação Acolhida, até mesmo em seus intramuros, funciona em rede a partir dos mais diversos atores envolvidos, parece contraditório não incluir as organizações que já estão em território fazendo um trabalho junto à população migrante e refugiada ainda mais quando essas têm como foco um grupo tão vulnerável e invisível como o de pessoas LGBTI+.

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** Eu (...) acho que é necessário que essas organizações internacionais apoiem a sociedade civil local com recursos físicos, financeiros ou pessoal para que possamos trabalhar melhor com essa população que não é acolhida pela Operação Acolhida, que não é acolhida pelas organizações internacionais, que não é acolhida pelo Min. da Cidadania e que não é acolhida nem pelo estado, nem pelo município e vai ser acolhida só pela população da sociedade civil. Eu acho que essas OIs deveriam voltar o olhar para as instituições que já trabalham em seus territórios e que trabalham no extramuros. Nós enfrentamos muitos preconceitos das organizações internacionais a partir desse lugar de sociedade civil local, sejam elas a OIM, o UNFPA, seja UNICEF e por aí vai. (...) E nós não vemos muitas dessas organizações acessarem o trabalho que a sociedade local faz com pouco recurso, com pouco pessoal e com pouco tudo. (...) Se recebem mil kits de higiene, por que não doar cinquenta para a nossa organização? Ou 50 para outra organização que trabalha com isso? Não há esse diálogo.

De modo geral, pelas entrevistas aqui relatadas, as articulações com as organizações da sociedade civil LGBTI+ seguem marginais e entrincheiradas por uma série de impossibilidades. Excetuando a Casa Miga que funciona como abrigo e acaba sendo focal para a interiorização, todas as organizações que cuidam especificamente de população LGBTI+ se queixaram dessa relação ser pontual e permeada por desencontros. Sandra dos Santos cita que são outras instituições, parceiros implementadores, que têm chamado a sociedade civil LGBTI+ para o diálogo. Mesmo assim, esse trabalho precisaria ter uma frequência contínua para que fossem combatidas as violências e endereçadas as lacunas que se repetem pela LGBTI+fobia como efeito garantidor da preponderância de uma norma social que exclui as várias de possibilidades de gêneros, corpos sexuais e sexualidades.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) -** Eu acho que tem sido mais o inverso, a gente que procura mais eles (Op. Acolhida) para tentar acessar os abrigos. Assim, eu tenho a impressão de que é "vocês fazem seu trabalho aí nós fazemos nosso cá" (risadas). Não tem muita interação. Tem uma conversinha aqui, outra acolá, mas uma coisa muito tímida. Não existe uma parceria, por assim dizer, que a gente possa fazer esse trabalho em conjunto. (...) Eu sinto que existe uma barreira, mas eu não sei de onde vem. Se é o protocolo mesmo do Exército que tem dificultado trabalhar essas temáticas, se existe um grupo mais restrito dentro, interno. (...) No início, nos permitiram um trabalho dentro dos abrigos. Depois, esse trabalho foi cortado e aí a gente continua com essa dificuldade de desenvolver um trabalho dentro dos abrigos de sensibilização, de carência, essas coisas. Agora volta e meia quando tem uma demanda lá gritante, eles chegam me convidam, convidam a Rebecka (Marinho), convidam as lideranças para desenvolver um trabalho. Por um outro lado, acho que é a Associação Jesuíta (SJMR) que tem convidado as instituições a desenvolver o trabalho. Mas é um trabalho pontual não é um trabalho continuo e o preconceito é diário.

3.3. Contribuições em Formações, Atividades e Projetos

As contribuições das organizações da sociedade civil acabam girando em torno de eventos em datas específicas, pelos quais se discute o trabalho de acolhimento humanitário por uma perspectiva mais protocolar. Karen Arruda e a Participante B citam iniciativas dessa natureza em entrevista. Uma delas, na data de comemoração do Dia da Pessoa Refugiada (20 de junho), discutiu o trabalho da Operação Acolhida de uma forma geral a partir de tópicos de relevância como, inclusive, questões LGBTI+. Desse evento se esperam algumas mudanças em torno de melhorias na atuação com população migrante e refugiada venezuelana. Outra iniciativa são os seminários de final de ano, em que também se discute questões LGBTI+ pensando a sensibilização com relação ao tema e a divulgação de dados. Pelos relatos, as articulações parecem ficar mais nichadas em grandes eventos de troca de experiências mesmo que algumas instituições desempenhem projetos que tenham alguma interface com a operação como a própria Instituição A com o Transformando Vidas, por exemplo.

> **Karen Arruda (Casa Miga) -** Olha, esse último mês teve o dia do refugiado. A gente teve participação, não somente a gente, mas todos os órgãos que trabalham dentro da Operação Acolhida e foi muito importante. Todos esses anos nunca teve algo do tipo e foi muito importante a gente estar presente sim. Foi mandado um convite para todas as instituições que de alguma forma participam nesse processo com população refugiada. E a gente se dividiu em eixos e foi muito organizado. Conseguimos falar sobre todos os eixos. A gente conseguiu colocar algumas soluções e estratégias e agora é esperar todo o processo para ver se vai funcionar. Mas foi muito importante porque teve participação de refugiados. Então, foi muito importante ouvir e ter o depoimento deles. Eu tenho noção daqui de dentro do recorte LGBTI+, mas ouvir o restante foi muito importante. A gente pontuou bastante, fervorosamente, a questão LGBTI+. Foi muito boa a participação.
>
> **Participante B -** Sim. Tivemos capacitações internas. A (Instituição B) coordenou as atividades de final de ano em dezembro. Tivemos um grande evento, um seminário. Ele foi bem grande e vários atores foram convidados a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> participar. Outras instituições que fazem atendimento para o público LGBTI+. A atividade foi bastante grande e considerável apesar dos protocolos sanitários necessários na época. (...) Mas o evento de final de ano, que envolve diversos setores, é um evento que merece uma consideração especial porque de fato foi um evento bem grande envolvendo várias pessoas e, dentro desse seminário, além de mostrar os resultados, tinham promoções das questões sobre o público LGBTI+ com informações para essas pessoas.

Rebecka Marinho da ATTERR, afora as dificuldades com a Operação Acolhida mencionadas anteriormente, também cita eventos em datas comemorativas e ações pontuais por meio da insistência da organização em desempenhar algum tipo de trabalho nos abrigos. A título de exemplo, a ATTERR fez, no Dia Internacional contra a LGBTI+fobia (17 de maio), evento de sensibilização tanto em Boa Vista, quanto em Pacaraima dentro dos abrigos indígenas, não-indígenas e em espaços públicos das cidades. Ademais, Sandra dos Santos do Grupo Sabá coloca que, para além das articulações específicas, quando há casos dentro da operação que inspiram alguma excepcionalidade ou que necessitam de alguma atuação especializada, as instituições da sociedade civil também são chamadas para prestar apoio.

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** É um processo de sensibilização quando fazemos algum trabalho dentro dos abrigos. Mas são muito difíceis. Mesmo assim, a ATTERR tem conseguido realizar eventos dentro dos abrigos. Inclusive, o último que nós realizamos foi o do Dia Internacional contra a LGBTI+fobia (17 de maio). Realizamos tanto na cidade de Boa Vista, quanto no município de Pacaraima na fronteira com a Venezuela. Em Pacaraima, nós realizamos em abrigos que tinham pessoas LGBTI+ e também fizemos no abrigo de pessoas indígenas (Janokoida). E, no dia 17, abrimos em um espaço aberto da prefeitura municipal de Pacaraima onde foram todas as organizações internacionais, a sociedade civil organizada e o poder público e privado.
>
> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) -** É, eles fazem, volta e meia, uma campanha uma vez por ano, duas vezes por ano. A gente acaba participando. Em datas comemorativas. Volta e meia quando surge uma situação eles também chamam a gente, porque às vezes eles têm dificuldades de saber como lidar. Então, fica no "vamos chamar elas lá que elas sabem como lidar melhor com a população".

Além disso, as trocas com atores específicos da Operação Acolhida como o próprio ACNUR e outras agências da ONU é o que aproxima algumas instituições da sociedade civil da estrutura humanitária montada como resposta de Estado. Apesar de não ser diretamente relacionada com a operação, a formação que a LGBT+Movimento forneceu com o apoio do ACNUR para parceiros implementadores pode ajudar a levar o tema da migração e do refúgio LGBTI+ para esse contexto, pois o fluxo venezuelano segue tendo maior protagonismo em termo de números de pessoas e projetos de acolhimento no Brasil. O que fica marcado aqui é que a temática LGBTI+ acaba sendo trazida por atores individuais que já trabalhavam gênero, sexo e sexualidade como temas focais, mas que, na Operação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Acolhida em si, o assunto aparece mais difuso e ainda menos engajado com as instituições de fora do Norte do país.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: A partir da Operação Acolhida, enquanto Operação Acolhida, ou a partir da R4V, enquanto R4V, não muito. Mas a gente teve uma boa articulação com o ACNUR, pensando essas grandes agências humanitárias da Operação Acolhida. É com quem a gente mais tem articulação. E não acho que é à toa. A articulação vem a partir de uma outra mulher sapatona, e apesar de ser oficialmente quem cuida das pautas LGBTI+, não acho que é à toa que está tão aberta essa articulação, contribuindo também. Tem muito isso de não só sugar, mas contribuir. A gente teve uma experiência recente de fazer uma consultoria para o ACNUR, que era de proteção a pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+ aqui no Brasil. Foram quatro formações, que totalizaram 150, 130 pessoas.
> **N**: Foram em oito estados: região Sudeste, região Sul e Bahia.
> **M**: Com essas organizações que são ou parceiras implementadoras, ou são as organizações que mais atendem nesses estados. Foi uma formação específica em migração e refúgio LGBTI+.
> **N**: E eu acho que não é à toa que foram esses estados e não foram outros porque o contexto aparta a gente. Parece que a gente nunca conseguiu fazer muitas coisas em diálogo com organizações do Norte. Porque parece mesmo que o contexto muda tanto, que aqui (Sudeste) as pessoas realmente chegam com outras experiências em comparação com o território de Roraima. A gente mesmo fica separado porque a gente tem poucas vivências das experiências atualizadas das pessoas ali próximo à fronteira.

E algumas boas práticas em articulação com a sociedade civil continuam não sendo incorporadas nos protocolos da operação como iniciativas regulares de mitigação da LGBTI+fobia. Pensando que o tema da empregabilidade de pessoas LGBTI+ é complexo e permeado por problemas estruturais, iniciativas como a citada por Silvia Reis da SETRABES de inclusão desse público no mercado de trabalho são essenciais. Ainda que essa parceria com a secretaria do governo de Roraima gere resultados positivos na resolução das exclusões relacionadas a gênero, sexo e sexualidade, essa articulação não foi continuada ou pensada como um trabalho de interface que poderia ser incorporado às políticas de interiorização, por exemplo, tão atravancadas pela realidade de violências e discriminações da população migrante e refugiada LGBTI+. No caso, a reiteração performativa da Operação Acolhida por instrumento dos protocolos, práticas e atos que a constituem como fruto de uma lógica humanitária e de Estado, ao reforçar as lacunas e silenciamentos citados ao longo desta tese que já incidem sobre corpos LGBTI+, pode acabar (re)criando impossibilidades, uma vez que a LGBTI+fobia já é uma realidade geral no país para migrantes e brasileiros.

> **Silvia Reis (SETRABES) -** Tem. Tem uma linda. Em 2021, o estado fez o dia D, que foi o dia da inclusão das pessoas LGBTI+ no mercado de trabalho no dia 21 de maio. E foi uma ação voltada para eles, para os migrantes. Eu tinha um auditório com mais de 150 pessoas. A operação os trouxe de lá em ônibus e vans e a gente colocou as pessoas lá. A gente conseguiu muitos no mercado de trabalho. Ações como essas em parceria com o estado, em parceria com as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> entidades de Roraima, dão resultado positivo. Mas só ficou naquela do ano passado e não houve esse ano (2022). Não demostraram interesse. Fizeram a gente criar um banco de dados lá, um banco de ofertas de emprego, mas não firmaram a parceria que eu acho que seria o ideal.

4. Acolhimento e Abrigamento da Operação Acolhida

4.1. Percepções sobre Acolhimento

Antes de adentrar questões sobre o acolhimento feito pela Operação Acolhida, é importante destacar o trabalho de acolhimento que já era feito pelas organizações da sociedade civil antes mesmo da estrutura humanitária ser montada em Roraima. A Participante A chama a atenção para um fluxo migratório venezuelano que acontecia com certa intensidade desde 2015, mas que era mais indígena. Além disso, a participante também cita o trabalho de instituições que não têm qualquer relação com a Operação Acolhida, mas desempenham um trabalho fundamental no apoio a migrantes e refugiadas no interior do estado de Roraima, o qual é muito desassistido em termos de Estado e da atuação humanitária que vem sendo empreendida. Fora Pacaraima, que é a última cidade brasileira antes da Venezuela, os atores da operação pouco acessavam os municípios menores, onde também havia população migrante em vulnerabilidade necessitando dos mesmos serviços oferecidos na capital e na fronteira.

Os limites desse acolhimento humanitário da Operação Acolhida parecem borrados pela atuação de organizações que não necessariamente fazem parte dessa resposta oficial do Estado, mas que estão interconectadas por meio de desafios comuns e serviços que se complementam. Nessa dinâmica, dizer o que é ou não é Operação Acolhida, o que está dento ou fora, acaba sendo mais difícil, já que o contexto de migração venezuelana e as demandas que chegam misturam essas definições estanques como veremos mais à frente também com o relato das diretoras da LGBT+Movimento. Mas as repetições performativas de protocolos, práticas e discursos como as que estabelecem atores específicos com organizações internacionais e seus parceiros implementadores ocorrem com intuito de firmar um *modus operandi* padrão que, como temos visto, guarda questões da lógica humanitária, de uma lógica de Estado e de seus consequentes (des)encontros com população LGBTI+ em geral.

> **Participante A** - Um ponto que eu aprendi muito com as colegas roraimenses é que a gente costuma a falar da operação desde 2018, mas desde 2015 o fluxo para Boa Vista já era muito alto. Então, eu vejo que muitas vezes a gente usa 2018 como marco, mas as colegas de Roraima pontuam muito que, na verdade, é desde 2015. Mas quem estava aqui sustentando, dando essa resposta, eram as organizações da sociedade civil em 2015, 2016 e 2017. E que o primeiro

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> fluxo era mais indígena. Então, infelizmente, até por serem indígenas, é um fluxo mais invisibilizado por todas as questões da América Latina com seus povos indígenas.
> **Participante A -** Eu acho que tem algo importante de você pensar, que é sempre uma discussão. O que a gente está considerando quando a gente está falando de Op. Acolhida, né? Porque as pessoas tendem a pensar muito primeiramente em Exército Brasileiro e, de fato, ele exerce um papel muito importante na operação. E as pessoas tendem a pensar muito em organismos internacionais e, muitas vezes, limitando a esses dois grandes protagonistas e esquecendo (...) de todas as organizações da sociedade civil, né? Alguns são parceiros implementadores, mas nem todo mundo é parceiro implementador do ACNUR ou da OIM que, teoricamente, são as organizações que coordenam. Por exemplo, o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM)[135] não é parceiro implementador de ninguém. E aí, por mais que tenham várias sensibilidades na questão de religião etc, a SPM tem um alcance enorme. A SPM está no interior de todas as cidades de Roraima. A SPM é quem se mobiliza para que o pessoal lá de Amajari consiga fazer documentação. A SPM que se mobiliza para quem mora em Bonfim ter algum tipo de atendimento. O ACNUR não está em Bonfim. A OIM até tem um carro de transporte que vai para o interior de vez em quando. (...) A Op. Acolhida queria deixar a gente de fora. E aí, muitas disputas de poder envolvidas. E falo isso porque, até onde eu entendo, cada organização tem autonomia para criar seus critérios de vulnerabilidade.

As lacunas desse acolhimento humanitário para com pessoas LGBTI+, ora generalista, ora apegado a figuras de proteção estáveis, por sua vez, são também performativamente constitutivas de uma realidade social. No caso de protocolos específicos para essa população, as percepções de organizações especializadas da sociedade civil era de que não havia encaminhamentos garantidores de direitos e respeitadores das particularidades desse público, ou que, se havia, eles pouco funcionavam. E como vimos no capítulo 4, as ações e práticas que envolviam população LGBTI+ ficavam muito centradas no bom senso de pessoas que já tinham alguma afinidade com o tema para além da operação. Apesar da atuação importante do UNFPA relacionada à violência baseada em gênero, chave pela qual gênero, sexualidade e corpo sexual eram englobados, a Operação Acolhida nas suas frentes de acolhimento, abrigamento e interiorização tem uma abrangência de atores e serviços que torna impossível que apenas uma instituição dê conta de todo um universo de questões.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: Então, eu acho que esses protocolos não acontecem e, quando eles existem, ainda são muito distantes da prática. Eles existem no evento de lançamento, mas não tem nenhum funcionário de fato na ponta preparado para lidar com aquilo. Quando tem, é em uma organização gigantesca que concentra tudo e que faz, na minha percepção, muito mais por um ímpeto interno do que necessariamente isso ser o seu papel. As experiências que a gente tem de boas práticas e bons momentos de troca é porque tem uma pessoa bem intencionada ali dentro. Não é porque tem uma política organizacional, não é porque a pessoa foi treinada lá dentro para fazer isso. Acontece porque a pessoa já tem

[135] Ver mais em: https://spmnacional.org.br/. Acesso em 08 de novembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> uma trajetória no mundo LGBTI+, da militância LGBTI+, e ela sabe e sabe a quem procurar.
> **N**: Eu acho que os protocolos podem existir ali no papel, mas na prática eles não acontecem, ou acontecem de formas não esperadas por N motivos (...).

Nesse sentido, e acompanhando a invisibilidade de debate e políticas públicas sobre gêneros, sexualidades e corpos que tensionam a norma do gênero-sexo-desejo no Brasil, a Participante A destaca algo que trabalhamos no capítulo anterior sobre a chave de "violência baseada em gênero" usada na Operação Acolhida como mote para questões LGBTI+. Se a LGBTI+fobia é um efeito estrutural de uma norma que se sustenta por entre uma certa cultura brasileira, quando vemos o enrijecimento de protocolos humanitários ou uma atuação generalista, é possível que ambos os elementos se reforcem no apagamento de questões e desafios LGBTI+. Como a entrevistada menciona, geralmente, a temática de gênero fica muito nichada na figura de mulheres cis heterossexuais, que apesar de poderem compartilhar problemas com população LGBTI+, não enfrentam as questões da LGBTI+fobia.

> **Participante A** - Uma coisa que eu vejo que acontece muito agora que você comentou sobre a formação com os colegas que trabalham na Op. Acolhida, é que, quando as pessoas pensam em prevenção à violência baseada em gênero, as pessoas não pensam que prevenção à violência baseada em gênero envolve trabalhar com homens, envolve trabalhar com a população LGBTI+. O que eu vejo é que gênero fica muito limitado às mulheres (cis heterossexuais). O que é recorrente em vários espaços.

É importante, inclusive, aproximar as experiências de migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+ das experiências de brasileiras LGBTI+, já que a LGBTI+fobia parece vir antes mesmo da xenofobia no acesso a direitos e serviços no país. Mesmo com a estrutura humanitária montada em Roraima, uma atuação por vezes generalista ou que reverbera um desconhecimento sobre as particularidades de pessoas LGBTI+ necessitaria de uma troca mais forte com as organizações da sociedade civil que já trabalham o assunto no Brasil muito antes da Operação Acolhida ser pensada. De novo, porém, os protocolos e boas práticas já desenvolvidos em outros contextos, e que poderiam ser úteis na operação, continuam não tendo eco suficientemente potente para contornar os problemas que aparecem no encontro com essa população e no ensaio de soluções criativas. O hermetismo da lógica humanitária somado a uma lógica de Estado que tem sido contrária ao diálogo com a sociedade civil em temas de direitos humanos coadunam um acolhimento que pode falhar com pessoas LGBTI+ em situação de migração duplamente marcadas por violências e discriminação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: A inefetividade dos protocolos fica visível. Quando eles existem, não há um monitoramento de como ele está sendo aplicado de fato na ponta. (...). E isso eu acho que também esbarra em uma coisa que a gente bate muito na tecla que é: as pessoas LGBTI+ brasileiras também passam por coisas similares. (,,,) Parece-me que não há diálogo da Op. Acolhida quando se pensa protocolos de encaminhamento com as organizações, com o estabelecido do contexto LGBTI+ no Brasil. Isso acaba se perdendo muito porque você vai esbarrar em outros atores que também não estão preparados. É anterior à xenofobia. Já tem um problema ali. E isso vai só se acumulando. E essa desconexão, já que o mundo humanitário me parece muito fechado em si mesmo, muito apartado das organizações da sociedade civil no Brasil que é bem ativa, está ali há anos e é referência em muitas questões como HIV, leva para esses lugares de novo. Às vezes, estão criando protocolos bacanas, mas que não têm nenhuma aplicabilidade. Não terá. Você olha o protocolo e sabe que não terá enquanto não for estrutural. Tem uma coisa posta estruturalmente no Brasil que não é levada em consideração quando vai se pensar especificamente em migrantes e refugiados.

Outrossim, em termos de acolhimento, a fronteira fechada durante a pandemia apareceu no relato de algumas participantes da pesquisa. Essa situação restringiu oficialmente a entrada de migrantes no Brasil, além de suspender alguns serviços como já vimos. Como a situação relacionada ao fluxo venezuelano expressa gravidade, mesmo com as proibições, as pessoas continuaram a chegar ao Brasil por meio de caminhos alternativos. Ao desconsiderar o contexto humanitário venezuelano, a decisão do Estado brasileiro, por consequência, causou um influxo de pessoas nas ruas ou em instalações provisórias como a rodoviária de Boa Vista citada pela Participante B. Pensando na vulnerabilidade de pessoas LGBTI+, principalmente pessoas trans e travestis, ficar nas ruas como única opção deixava essa população mais propensa a violências. Silvia Reis da SETRABES coloca que, apesar da Operação Acolhida atender os pedidos da sociedade civil ao identificar perfis de proteção, é necessário estar sempre pautando o tema para que a invisibilidade desses corpos em um país LGBTI+fóbico não fale mais alto.

> **Silvia Reis (SETRABES) -** Bom, a gente já teve uma conversa com eles (Op. Acolhida) e agora está mais tranquilo. Mas há seis meses atrás, eu chamei a atenção deles porque a fronteira fechou e abriu. E eu chamei a atenção deles nessa reabertura de fronteira e desde quando estava fechado porque as trans que estavam vindo de lá, as pessoas LGBTI+, estavam ficando na via pública, nas margens das ruas da cidade de Pacaraima. Eu disse a eles que tinha que ter um olhar específico para essa população porque só tinha um olhar para mulher com criança. E eu cheguei a conversar com os taxistas, que me disseram que eles davam proteção para as trans. Eles ficavam tipo em um ponto ali porque eles sabiam da vulnerabilidade e das agressões. (...) Mas isso é de responsabilidade do estado e da Operação Acolhida porque tem recurso para isso. Aí, eles disseram que iam mandar uma equipe para lá para verificar. (...) Parece que eles foram lá realmente e colocaram elas no grupo de vulnerabilidade. Mas se a gente não ficar pautando toda hora, não acontece.
> **Participante B** - Um episódio bem tenso que eu participei foi que, durante a pandemia com a fronteira fechada, muitas pessoas ficaram abrigadas na rodoviária de Boa Vista em barracas e em condições insalubres. Eu acho que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> precisava melhorar essa infraestrutura para tornar esse espaço mais acolhedor. E destaco que o trabalho das instituições humanitárias é, de fato, um trabalho de excelência que preza a qualidade, as questões humanitárias e todos os protocolos necessários. Mas, de fato, a Op. Acolhida deveria ter melhores condições para poder receber apesar das falas que colocam o Brasil como referência. Mas para ser referência a gente precisava melhorar muito mais e tem condições de melhorar.

Outra questão que aparece com mais força, também pensando direitos de pessoas trans, travestis e não-binárias, é a do nome social. Karen Arruda da Casa Miga continua marcando os problemas de encaminhamentos para nome social desde a operação em Roraima, já que as pessoas que chegam no abrigo em Manaus quase nunca tinham essa demanda organizada. As diretoras da LGBT+Movimento citam problemas dessa mesma ordem no Rio de Janeiro. Além das pessoas não terem nome social incluído nos documentos, a burocracia para garantir esse direito era marcada por desconhecimento e atendimentos truncados. É comum que os próprios agentes da Polícia Federal, instituição responsável pela documentação de migrantes no Brasil, não saibam que existem normativas e protocolos para que essa inclusão seja feita nos documentos. Nessa dinâmica, migrantes e refugiadas trans, travestis e não-binárias, mesmo sendo encaminhadas pelas organizações da sociedade civil que trabalham com o tema, costumam continuar vivendo dificuldades dentro de um processo burocrático pouco claro. Ainda que o direito ao nome social para migrantes e refugiadas seja garantido via portaria citada no capítulo 3, as violações e apagamentos continuam a acontecer porque não há uma preocupação de formar agentes que estejam preparados para atender pessoas LGBTI+ nas suas demandas específicas.

> **Karen Arruda (Casa Miga) -** Olha, como eu te falei, a nossa grande dificuldade é a questão do nome. Acho que é o único problema que a gente tem de verdade. E que seria resolvido muito facilmente lá na ponta (Roraima).
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: A gente teve experiência de fazer mutirão de inclusão de nome social aqui no Rio, de conversar com algumas organizações que já trabalhavam com isso e todo mundo afirmar que isso era simples. E, na verdade, quando a gente foi contatar as pessoas, ninguém tinha conseguido incluir nome social aqui no Rio. E quando a gente contata a Polícia Federal, o próprio agente da PF não sabe que existe uma portaria da PF que autoriza o nome social. E aí, vai entender que existe e aí vai entender internamente porque isso não acontece... E aí, é o design da carteira que não está atualizado...
> **N**: (...) E acaba que você lida com a desistência, ou a incompreensão das pessoas. Porque é isso, né? Trazendo para o nosso cenário aqui. Se uma pessoa trans foi encaminhada pela gente de forma correta com tudo que ela precisa para conseguir o nome social incluso, a PF tem que ter feito as coisas certas... Tem que dar tudo certo para a pessoa sair de lá com o nome social, com o objetivo completo daquele encaminhamento. Mas se uma coisa nesse caminho der errado, a pessoa tem que entender o que deu errado. O que não é necessariamente algo que a pessoa entenda. A pessoa depois que entender o erro, ela tem que explicar o que deu errado. E explicar não é algo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> necessariamente fácil e direto quando você não entende o que você está vendo na sua frente. (...) Aí, quando você fala com a gente... "Ah, vocês que atendem pessoas trans, vocês fazem encaminhamento de nome social?". Sim, encaminhamos. "Ah, e as pessoas conseguem o seu direito?" Depende. Aí, que é a questão. Talvez aí a gente venha a ter conhecimento que não teve a inclusão tempos depois, quando ela vier até aqui por outra demanda e pegar por acaso o documento e ver que não veio o nome social.

E esse ponto é ainda mais complexo se consideramos que a identificação enquanto pessoa trans, travesti ou não-binária pode acontecer somente no Brasil como já vimos com os casos *sur place*, ou seja, quando a pessoa só se entende como LGBTI+ ao migrar (ACNUR, 2012; JANSEN; SPIJKERBOER, 2011). Esse processo de entendimento de si, geralmente, vem acompanhado pela conscientização de que o nome social é um direito e precisa ser garantido e respeitado. Algo parecido também acontece com questões raciais, que apesar de não serem o foco desta tese, também se modificam com a migração, já que muitas compreensões são diferentes entre Brasil e Venezuela como traz a Participante A. As categorias são rastros das constituições performativas, inclusive, que relegam a população LGBTI+ a certos espaços e lugares simbólicos na vasta gama de identificações sociais. Enquanto uma pessoa branca vive privilégios ligados a uma realidade racista, pessoas trans e travestis vivem dificuldades impostas pelo não reconhecimento de seus gêneros, ocasionando impossibilidades de vida. Nesse sentido, a sensibilização dos atores da Operação Acolhida em torno do nome social que Rebecka Marinho da ATTERR menciona precisa reconhecer essas nuances para que os direitos não só existam, mas sejam aplicados na prática, uma vez que a questão do nome e do reconhecimento de gênero incide diretamente em outros campos da vida cotidiana como acesso à saúde, educação e empregabilidade, por exemplo.

> **Participante A** - Por exemplo, para as mulheres trans, é fundamental que a sociedade civil esteja sensibilizada para fazer o pedido de documentação de acordo com o nome social delas. Eu acompanhei poucos casos. Eu acompanhei só dois casos, mas eu vejo que esse é um grande impeditivo das mulheres trans para entrar no mercado de trabalho porque elas, geralmente, não têm o documento com o nome social delas. Eu vejo muitos colegas, eu não passei por nenhum processo em que as pessoas falaram abertamente sobre isso, mas ouço que, quando as pessoas chegam no Brasil, elas também passam por um processo de se identificar enquanto pessoas trans. Justamente porque na Venezuela não tem nenhuma legislação. Não que a legislação tem que obrigar as pessoas a existirem, mas legitima de certa forma. Então, vejo muitos colegas falando que tem esse processo tanto para as pessoas trans, quanto não-brancas. Na Venezuela, o censo venezuelano só difere entre indígenas e não-indígenas, os *criollos*. Então, não tem uma autodeclaração de pessoas negras. E nos espaços de mulheres eu já as ouvi compartilhando que se perceberam enquanto mulheres negras uma vez aqui no Brasil etc.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** Nós temos vários questionamentos, várias reclamações de pessoas LGBTI+ relacionadas à essa questão de documentos principalmente da população de travestis, transexuais e homens trans. Muitas reclamações. (...) Inclusive, algumas questões já se modificaram como, por exemplo, a questão do nome social, o nome social na carteira de identidade brasileira e em alguns outros documentos para as pessoas trans que estão entrando no Brasil. Nessa questão, eles se sensibilizaram bastante. Toda pessoa travesti, transexual ou homem trans que queira ter seu nome social pode colocar seu nome sem problema algum. Até porque nós temos uma lei estadual para nome social.

E a necessidade de sensibilização não aparece só relacionada aos agentes públicos e atores da Operação Acolhida, mas também às próprias migrantes e refugiadas LGBTI+ para a construção de pessoas autônomas e sabedoras de seus direitos. Até porque o acolhimento humanitário em seu modelo de assistência a curto prazo não resolve os desafios a médio e longo prazos dessas pessoas no Brasil. Como traz Silvia Reis da SETRABES, há uma certa perda de autonomia das beneficiárias nessa lógica humanitária tal como a Participante 4 se refere no capítulo anterior. Além de ser assistida de perto, a população LGBTI+ precisa também de formações que as permitam ter condições de conseguir um emprego formal, acessar direitos e ter uma vida digna. Um acolhimento multidimensional parece estar de acordo com a vulnerabilidade de venezuelanas LGBTI+ no país pela construção de possibilidades de desenvolvimento que possam ir com e além do humanitário como vimos com os projetos paralelos do capítulo anterior pelo nexo humanitarismo-desenvolvimento.

> **Silvia Reis (SETRABES) -** Mas, no meu olhar, é assim: se tenho abrigo, tenho quatro refeições, tenho onde dormir, eu tenho que procurar emprego, procurar qualificação. Eu não tenho que dormir o dia inteiro para a noite estar na rua. Precisa ter essa observação, esse empoderamento que eu estou cobrando deles (Op. Acolhida), mas não tem esse olhar. Elas continuam nos pontos de prostituição e, dessa cadeia que você deve conhecer bem, elas esperam só uma ponte para ir para outro estado e dar continuidade com a prostituição.
>
> **Silvia Reis (SETRABES) -** E, quando elas chegaram aqui, viram muitos benefícios estaduais, muitos benefícios federais por conta do Cadastro Único com seus valores. Tem a Operação Acolhida que dá quatro alimentação para elas e dá acolhimento e tudo mais.

4.2. Percepções sobre Abrigamento

Ainda que o abrigamento não encerre o acolhimento de migrantes e refugiadas venezuelanas no Brasil como temos visto, essa área é uma importante frente da Operação Acolhida enquanto estrutura humanitária e de Estado. Com relação à população LGBTI+, continua faltando algum atendimento especializado que encare as situações, problemas ou demandas que essas pessoas trazem dentro dos abrigos como coloca Nathália Antonucci da LGBT+Movimento. Os protocolos, podem até representar práticas humanitárias internacionalmente utilizadas, mas são

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

pensados de forma generalista e não traduzem a multiplicidade de questões que surgem no contexto da migração a partir de diferentes corpos, vivências e condições sociais. Essa lacuna tem ficado clara quando olhamos para a população LGBTI+ muito presente no fluxo venezuelano, mas muito à parte das oportunidades da população não-LGBTI+ por conta de uma LGBTI+fobia que parece não poder ser contornada ou mitigada.

E seguindo esse tempo apressado do humanitário como norma, no abrigamento da Operação Acolhida, percebemos esse duplo movimento para com LGBTI+s, ora tratando-as como pessoas que não precisam de nenhum olhar especializado dentro desse universo, ora apartando-as com medidas unilaterais. O fechamento dos abrigos com perfis de proteção LGBTI+ foram determinações que apostavam em uma abordagem mais geral, mas o "banheiro LGBTIQ+" tratado no capítulo anterior apresenta uma perspectiva de segregação e marcada diferenciação, a qual vai na direção contrária. Esse jogo de extremos como efeito reflete as dificuldades de se lidar com uma população em vulnerabilidade que não está devidamente representada nos códigos e padrões que sustentam a operação, bem como evidencia as ausências de uma compreensão mais aprofundada sobre o assunto por parte das instituições que compõem a operação com exceção apenas de alguns poucos atores.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: Há a percepção real dessa grande questão de violência estrutural gigantesca. Pessoas LGBTI+ demoram mais para conseguir o emprego, demoram mais a efetivamente sair daquela situação de abrigo... Tem essa percepção real também que se soma a esses estigmas e torna tudo mais complexo. E, fora isso, do que a gente tem das pessoas, é que realmente há uma dificuldade de percepção e de conseguir mediar certas situações, problemas, ou demandas que as pessoas trazem. Realmente, não há um olhar atento. A gente já ouviu a clássica frase do tipo "somos todas pessoas". "Aqui, a gente lida com pessoas, a gente trabalha com pessoas". Como se tivesse esse de que todo mundo é igual. Como se não houvesse diferenciação nenhuma. O que é ambíguo porque se existe LGBTI+, se a gente está pensando uma política para uma população que é marginalizada há séculos, a gente está pensando que essa população tem uma série de questões.
> **Participante B -** A gente acabou deixando a desejar em melhorar questões humanitárias, principalmente, pensando estrutura e as condições nos abrigos. Apesar de ter muitos entes lá em campo, criando protocolos de atuação muito mais humanitários, eu acho que a estrutura deveria ser melhorada. (...) Os protocolos institucionais eu considero que são bons. São ótimos, mas ainda faltam adequações para o público LGBTI+ como falta também para o resto do Brasil. O Brasil precisa estar mais preparado para atender a população LGBTI+. Potencializado pelas questões de xenofobia, falta ainda mais atenção para o público LGBTI+ venezuelano.

Até porque, e como temos visto também, os desafios em termos da LGBTI+fobia vivida por migrantes e refugiadas no Brasil se aproximam dos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

desafios já vividos pela população brasileira como dificuldades de empregabilidade e discriminações, por exemplo. Se ser migrante venezuelana no país significa, na maior parte dos casos, viver barreiras linguísticas, culturais e desconhecer o funcionamento das burocracias brasileiras, os problemas de venezuelanas migrantes e refugiadas LGBTI+ são constituídos por uma sobrecarga de marcações de vulnerabilidade social. E aí, as ausências históricas do Estado brasileiro ficam igualmente evidentes no trato com pessoas LGBTI+ quando vemos na Operação Acolhida uma política de estancamento da migração, que está muito próxima de um viés de gerenciamento do fluxo de pessoas para exercício de uma soberania que não contempla gêneros, corpos sexuais e sexualidades.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: E acho também que tem uma coisa que bate com isso que a Nathália está falando que são as regras desse abrigamento. E quando digo regras não digo nem só as regras de convivência que a gente já citou aqui como a possibilidade de não se encaixar. Esse tempo, por exemplo. O tempo do mundo humanitário é muito veloz. Então, são três meses abrigamento, são três meses de auxílio... E são muito engessados. Eu acho que isso não funciona para ninguém: população cis heterossexual e população LGBTI+. Mas quando você vai pensar em um Brasil em que 4% das pessoas trans estão no mercado formal de trabalho, em três meses essa pessoa não vai conseguir nada. Se uma pessoa brasileira, que já está aqui, já sabe a língua, já tem o documento, não alcança em três meses, então, essas regras que são muito parametrizadas e muito padronizadas não comportam ninguém. Mas elas comportam menos ainda população LGBTI+ em situação de vulnerabilidade com o fato de ser migrante, com o fato de estar chegando em um país novo.

E, realmente, pensar medidas especializadas para com população LGBTI+ no reconhecimento isonômico de suas diferenças não necessariamente passa pela segregação como prática, uma vez que esse caminho cria, performativamente, outros entraves. No capítulo 4, vimos que as mensagens reforçadas com a instituição do "banheiro LGBTIQ+" nem sempre eram positivas ou inspiravam a proteção que essa medida como prática da operação queria oferecer. Sandra dos Santos do Grupo Sabá e Rebecka Marinho da ATTERR reforçam, em relatos distintos, a necessidade de operar mudança, inclusive, na mentalidade das próprias migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas para que a LGBTI+fobia que as encaminham para as margens seja trabalhada e novos rumos possam ser traçados no reconhecimento desses corpos em sociedade e no acesso aos direitos básicos que fundamentam uma vida digna. Somente o exercício sem fim de formação das pessoas, operadores e migrantes sobre gênero, sexo e sexualidade é que pode elucidar melhores caminhos.

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** Sobre abrigamento a gente tem muitos, muitos mesmos, questionamentos sobre o tema. Inclusive, nós não achamos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> legal essa questão de isolamento das pessoas trans em abrigo X ou abrigo Y. Acho que tem que abrigar todo mundo onde cada uma se sentir confortável, claro. Precisamos que se minimize o preconceito e a discriminação e, inclusive, o estigma contra essa população. Eu não acho legal, mas é o meio que eles (Op. Acolhida) acham mais evidente para se fazer, que é isolar essas pessoas em um abrigo X ou abrigo Y. Eu sou contra, mas, de fato, é mais pertinente colocar as pessoas em um abrigo do que deixá-las em vão em qualquer lugar.
> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) -** O abrigamento tem sido mais assim, um canto reservado para a população LGBTI+. Você não quebra preconceito isolando a população. (...) Eu tenho me surpreendido porque, às vezes, elas mesmas demandam banheiro específico para elas porque eu acredito que elas têm uma outra visão, entendeu? E aí, a gente precisa explicar para elas que o isolamento da gente não é saudável. (...) Ontem, eu estava conversando com uma trans brasileira. E eu notava que volta e meia ela dizia "Não, mas a gente tem que sofrer mesmo". Eu falei não, quem disse que a gente tem que sofrer? Entendeu? Isso eu percebo muito forte nas entrelinhas na população LGBTI+ venezuelana. São poucas as que não são assim. Porque eu acho que a violência ela é diária, cotidiana, que acaba sendo naturalizada, e isso é perigosíssimo. Isso é grave.

De novo, o "banheiro LGBTIQ+" aparece no relato das participantes da pesquisa como um ponto de discordâncias e problemas. Algumas participantes do Grupo 2 criticaram essa medida, pois não acreditam ser a melhor saída no enfrentamento das situações de violência vividas dentro dos abrigos. Na direção da resolução de conflitos, a abordagem de encaminhamento da questão deveria estar mais relacionada à conscientização e ao diálogo do que à separação. Marina Siqueira da LGBT+Movimento faz uma analogia interessante pensando a questão de raça como mote ao invés de gênero, sexo e sexualidade. Parodiar a ideia do "banheiro LGBTIQ+" parece deixar ainda mais evidente o quão perigosa pode ser essa prática se consideramos a replicação de vulnerabilidades e o reforço de uma fronteira muito própria da LGBTI+fobia. E os exemplos de segregação de longo prazo que abundam a história da humanidade costumam nos contar sobre períodos de violação de direitos, insatisfação e violências.

Na repetição performativa dessas práticas, atos e protocolos do humanitário e da lógica de Estado na constituição da Operação Acolhida, acaba-se (re)produzindo, mesmo que não intencionalmente, a norma do gênero-sexo-desejo pela LGBTI+fobia como efeito dessa norma, que, por consequência, leva a impossibilidades de vida diversas. E isso não quer dizer que não são (re)produzidas situações novas, que subvertem um certo estado das coisas. Nos capítulos anteriores, vimos que a população LGBTI+ venezuelana acreditava ser privilegiada no Brasil e usava esse discurso como forma de conseguir mais benefícios ou de, pelo menos, se fortalecer dentro dos abrigos. Aqui, Nathália Antonucci da LGBT+Movimento cita o uso do "banheiro LGBTIQ+" para a prostituição como

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

forma de utilizar esse banheiro exclusivo e separado como plataforma para fazer o que queriam ou precisavam sem cumprir as regras daquele espaço obrigatoriamente. Esses efeitos contingentes por entre o suposto controle que os intramuros dos abrigos gerariam evidenciam a necessidade de uma atenção maior e mais especializada para com população LGBTI+ e suas vulnerabilidades.

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** Sobre o banheiro LGBTI+, é um lugar de segregação. Inclusive, faz um isolamento daquela população. Eu acho que os banheiros precisam ser pensados, apesar de não ter nenhuma lei específica só a da discriminação mesmo, a partir da questão de conscientização. O banheiro foi feito para todos, é só uma questão de organização. E as meninas (trans) se organizam como mulheres, mulher trans, mulher travesti e ponto final. Não precisa se fazer outros banheiros. É o que eu bato na tecla e digo, se o gênero é feminino e se a mulher luta pelo reconhecimento desse gênero feminino, então deve haver inclusão.
>
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
>
> **M**: E eu acho também que tem uma coisa na mediação desses possíveis conflitos que me parece que a primeira solução é separar. Já ouvi de experiência de Roraima que tinha um banheiro separado para pessoas LGBTI+. E você pode vender isso como uma ideia muito boa. Na verdade, estamos criando um terceiro banheiro específico porque essa população é tão especial e necessita tanto de proteção, que a gente cria um banheiro específico. Mas tem gente refletindo de fato o que isso significa. Se fosse um conflito entre brancos e pretos, a gente ia aceitar que tivesse um banheiro específico para brancos e um banheiro específico para pretos? Será que a gente não está simplificando demais quando a gente acha que a solução é separar? E por que separar? E a população LGBTI+ entre si tem conflitos e também tem suas especificidades de onde vão se dar melhor, de onde estão os afetos, de onde estão... Então, eu acho que até as soluções que parecem boas práticas e são vendidas como boas práticas, elas estão tão na superfície porque a gente está tão no começo do problema, que elas acabam sendo facas de dois gumes. Você diz que está fazendo por um lado, mas está criando um outro lado. E aí, vai criando entre as pessoas também essa ideia de que precisa, de fato, separar. Por que separar? Será que a gente não tem capacidade de usar o mesmo banheiro?
>
> **N**: Eu acho maravilhoso, porque na época que eu fui, elas usavam o banheiro para fazer programa. Então, era muito maravilhoso porque o banheiro era separado e elas davam o jeito ali.

Somando a isso, as diretoras da LGBT+Movimento citam desencontros entre os critérios e perfis utilizados para organizar abrigamento dentro da operação e a interiorização abrigo a abrigo de migrantes e refugiadas venezuelanas. A família aparece, mais uma vez, como ponto de impasse, já que, além de poder ser o agente de perseguição nesses casos como vimos, parece dificilmente plausível que pessoas LGBTI+ constituam suas próprias famílias fora do arranjo consanguíneo com parceiros, filhos biológicos e/ou adotivos e amigos. Esse pensamento comum reflete a LGBTI+fobia da norma do gênero-sexo-desejo, que torna concebível apenas a união amorosa e sexual de duas pessoas de sexos (gêneros) opostos na possibilidade de reprodução cis-heterossexual. Nesses desarranjos, pessoas LGBTI+ podem enfrentar dificuldades para se provarem enquanto família e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

viverem separações. Outro ponto importante é a sensibilidade sobre a realidade das pessoas LGBTI+, suas demandas e questões. A prostituição tem sido citada como cotidiano da maior parte de pessoas trans e travestis no Brasil e, por isso, deve ser encarada com receptibilidade por parte da operação. Sobre esse tópico, Silvia Reis da SETRABES traz uma informação diferente mesmo que ainda preocupada com as lacunas da operação para com pessoas LGBTI+.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: E o que vem primeiro nesses perfis? Você tem o abrigo para a família e o abrigo para LGBTI+. E o LGBTI+ que tem família? E a sapatão que está com a companheira? Onde é que ela entra? Ela pode escolher ou ser LGBTI+ vai falar antes? Ou não se concebe que LGBTI+s podem aparecer com outros arranjos? A gente ainda está muito na superfície.
> (...)
> **N**: A questão de trabalhar com a prostituição e todas as questões que a prostituição tem, muitas vezes, junto com o tráfico, com o crime...
> **M**: Que não cabem nas regras dos abrigos. Essa coisa da noite, por exemplo, tem a experiência aqui no Rio de um abrigo LGBTI+ que eles entendem que boa parte da população trans está atuando na prostituição porque não tem outras possibilidades. Eles liberam quem trabalha na prostituição para não estar lá a noite. Na Operação Acolhida, isso é completamente engessado.
> **Silvia Reis (SETRABES) -** Nós temos um programa aqui chamando Ronda Humanizada, que é uma parceria com a PM e que vai nos pontos de prostituição. Conversam com elas, entregam preservativo, veem se tem alguma agressão. E tem muita venezuelana aqui no ponto. E elas estão no abrigo e estão no ponto. O abrigo permite que elas saiam para trabalhar.

Outra questão que também surgiu nos relatos das participantes do Grupo 2 foi a presença das milícias venezuelanas e do intenso tráfico de drogas nos abrigos. Um problema que excede a questão da migração e da Operação Acolhida, mas que acaba se cruzando com a estrutura de acolhimento humanitário. Esses grupos coagem diretamente pessoas trans e travestis com ameaças e multas, chegando, às vezes, a impedi-las de se vestir e portar conforme o gênero correto dentro e fora dos abrigos. Não era incomum também que essas pessoas fossem impedidas de circularem em certos lugares ou que não conseguissem sair sozinhas. E mesmo que ações mais firmes por parte das autoridades ocorressem de vez em quando, é necessária uma atuação atenta não só à movimentação dessas milícias em si, mas à violação de direitos que esses grupos costumam causar à população LGBTI+. De maneira a evitar que as suas vulnerabilidades sejam aumentadas, essa atuação humanitária deve estar ciente sobre os desafios específicos intrínsecos à realidade de pessoas LGBTI+, que, nesse caso, esboçam as interconexões entre prostituição e grupos de poder paralelo.

> **Silvia Reis (SETRABES) -** Porque o que acontece, existe uma milícia que veio de lá (Venezuela). Então, a milícia as obrigava (trans) a se forçarem para ir trabalhar e se vestir na rua. Não podia andar com roupas femininas dentro

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> do abrigo. Elas eram ameaçadas de morte. Esses venezuelanos iam nos pontos delas e as multavam. A gente fez uma reunião com a Polícia Militar novamente e aí elas comentaram isso. A PM começou a fazer rondas nos pontos delas para dar essa segurança entre aspas. Caso aparecesse a milícia, elas chamavam e falavam que estavam sendo assaltadas. Nesse tom. Mas aí como é retaliação, elas começaram a ser ameaçadas nos abrigos. E aí, a gente chamou a Polícia Federal porque é a PF que tem liberdade de entrar nos abrigos. Nossa, e aí descobriram droga, prenderam um, dois, três... (...) A gente está nessa vigilância constante e, claro, de acordo com os relatos delas (trans). Porque tem algumas delas que participam disso também. Não são todas santas.
>
> **Participante A -** Elas falavam muito que não podiam andar em certas regiões da cidade ou que estavam andando sempre em grupo. E aí, eu não sei se isso envolve outras questões. Realmente essa parte são só prospecções se envolve outras questões também com relação ao tráfico de drogas aqui em Roraima, que é muito forte. O pessoal fala que perpassa também muito os espaços dos abrigos. Eu não tenho maior conhecimento disso porque eu não trabalhei nos abrigos. Mas a gente sempre escuta os colegas comentarem.

A pandemia também afetou o abrigamento de modo mais direto como temos visto. A diminuição do fluxo de pessoas na Operação Acolhida por meio das restrições de fronteira fazia parecer que havia a necessidade de repensar o mapa dos abrigos em Boa Vista. Nessa revisão visando um melhor aproveitamento dos espaços e seguindo o tempo veloz do humanitário, muitos abrigos que tinham perfis de proteção LGBTI+ foram fechados sem haver alguma outra medida de encaminhamento como no caso do abrigo Latife Salomão citado no capítulo 4. Mas as pessoas, como sabemos pelos relatos das participantes do Grupo 1 e do Grupo 2, continuavam chegando à Roraima e se instalando como podiam pelas cidades. A rodoviária se tornou espaço que abarcava múltiplas fragilidades e populações em vulnerabilidade, como também já vimos, de maneira a diminuir a presença de pessoas em situação de rua, perambulando sem conseguir pensar sobre o próximo passo depois de migrar por uma *trocha*.

> **Participante A -** Muitas pessoas na época vinham da rodoviária. Eu não sei se alguém já te falou da rodoviária. Eles tinham um regime que eles (Op. Acolhida) chamavam de "comer e caminhar" só com a pernoite. Com a pandemia, eles permitiram que as pessoas ficassem para que elas não ficassem andando pela cidade porque meio que não podia. Então, tinha essa dicotomia. Mas a situação da rodoviária realmente era a mais precária de Boa Vista. As pessoas falavam que tinha sequestro de pessoas lá para venda de órgãos. Era o lugar mais crítico durante esse período de 2021. Muitas pessoas foram encaminhadas da rodoviária. Acho que tinham muitas mulheres trans e travestis que estavam ficando na rodoviária. Algumas vieram encaminhadas de lá e outras vieram encaminhadas (para participar do projeto) dos abrigos. Inclusive porque tinham um ou dois abrigos que tinham um perfil para a população LGBTI+. Digamos, então, que as pessoas estavam mais concentradas nesses dois abrigos.
>
> **Participante B -** Existe um hiato aqui do que foi a pandemia e do que foi o pós-pandemia. Antes da pandemia existia, de fato, essa preocupação para que houvesse um espaço para que pessoas LGBTI+ ficassem. Sem separar, mas proporcionando uma identificação comunitária melhor e uma melhor segurança dentro desses espaços. Com a pandemia, muitos abrigos foram

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> fechados porque o fluxo estava diminuindo. Mas o fluxo só estava diminuindo porque a fronteira estava fechada.

Nesse contexto, a Participante A traz uma informação sobre o abrigo Ka'ubanoko, o primeiro abrigo visitado na visita de campo do capítulo 3. As mudanças puxadas pela pandemia em termos de abrigamento também levaram ao fim do abrigo autogerido, que era o maior abrigo dessa natureza em Roraima, com o despejo de todos os moradores daquele espaço[136]. O governo federal, por meio da Operação Acolhida, decidiu que todas as ocupações espontâneas deveriam ser desfeitas e que todas as migrantes e refugiadas indígenas deveriam ser abrigadas, não deixando espaço de escolha para essa população que já vivia ali há alguns anos. A lógica de Estado coadunada pelo humanitário, nesse caso, em seu ímpeto de controlar e gerir populações, preferiu ter todas as indígenas abrigadas na intenção de se evitar as livres reivindicações de povos que têm, historicamente, uma relação bastante complexa com o Brasil.

> **Participante A -** Ela era a maior ocupação que já existiu. Ela se tornou uma ocupação mista (indígenas e não-indígenas), mas foi desocupada em janeiro de 2021. Eu não estava aqui em janeiro de 2021, mas o que os colegas falaram é que houve uma decisão de que não era para ter nenhuma ocupação indígena. Todos os indígenas teriam que ser abrigados, o que é uma questão bem polêmica.

E como já mencionamos no começo desta subseção e temos visto ao longo deste texto, a Operação Acolhida não se resume aos abrigos apenas. A maior parte das migrantes e refugiadas venezuelanas, sendo elas LGBTI+ ou não, estão vivendo pelas cidades brasileiras a partir de seus funcionamentos, dificuldades e diferenças. O acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia, regularização migratória, documentação e empregabilidade costuma ser permeado por barreiras, desconhecimento e desconexão de redes de apoio, os quais se sobrepõem no cotidiano das pessoas. Nesse sentido, é fundamental que o acolhimento humanitário da operação como Estado e da sociedade civil, como esforço inesgotável e contínuo, esteja atento às situações de violação de direitos na esteira dos serviços e políticas oferecidas a esse público no país. Por isso, na próxima seção, discorremos melhor sobre a política de interiorização e a renda de população LGBTI+.

> **Participante A -** E é por isso que eu insisto em não usar a Op. Acolhida como sinônimo de abrigos. Todos os abrigos têm, aproximadamente, 8 mil, 13 mil pessoas, por aí. Fora, se a cidade dobrou de 200 mil pessoas para 400 mil pessoas, ainda que parte dessas pessoas sejam atores humanitários que venham de outras partes do Brasil, com certeza a maior parte dessa população é venezuelana. Com certeza, tem muito mais população venezuelana fora do

[136] Ver mais em: https://amazoniareal.com.br/forcas-armadas-desalojam-indigenas-venezuelanos-de-comunidade-kaubanoko/. Acesso em 09 de novembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> abrigo do que dentro do abrigo. E não quer dizer que por essas pessoas terem uma condição econômica mais favorável, elas não precisem de uma resposta pensando em outros termos. A questão de pensar o acesso à documentação, pensar a discriminação no ambiente de trabalho, assédio laboral vinculado à xenofobia muitas vezes ou vinculado à população LGBTI+. Enfim, não tem fim.

5. Interiorização na Operação Acolhida, Empregabilidade e Renda

5.1. Percepções sobre Interiorização

Como vimos nos capítulos 3 e 4, a interiorização é uma importante frente da Operação Acolhida e vem sendo implementada como política de resposta máxima ao fluxo populacional venezuelano no Brasil. As organizações LGBTI+ da sociedade civil têm percepções distintas sobre esse processo. Em entrevista, as diretoras da LGBT+Movimento e Silvia Reis da SETRABES chamam a atenção para elementos que já aparecem no capítulo anterior como a ideia de que as migrantes e refugiadas estão sendo distribuídas pelo Brasil sem haver uma preocupação com a integração local nas cidades de destino ou como o apego da operação aos números de pessoas interiorizadas sem desagregar dados que informem situações de empregabilidade, renda ou vulnerabilidade social, por exemplo. A lógica de Estado coadunada pela rapidez do humanitário parece se distanciar de um trabalho que tenha um horizonte de atuação de longo prazo como se o Estado pudesse se omitir, por conta da replicação da ideia de emergência, de prestar um auxílio duradouro que reflita as necessidades de pessoas migrantes, refugiadas e/ou LGBTI+. Ainda assim, Rebecka Marinho da ATTERR menciona a inevitabilidade de medidas que redistribuam as migrantes venezuelanas represadas no Norte do país, uma vez que falta estrutura e capital de giro no estado de Roraima para dar conta das demandas de acesso a direitos e inserção no mercado de trabalho que se multiplicam.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: A grande estratégia da Operação Acolhida ao meu ver é a interiorização, mas é a deus dará. Mete em um avião e aí, meu irmão, cada um por si (...).
> **N**: Eu acho que a Op. Acolhida em si pensa esse desafogamento de Roraima, né? É como se você passasse o problema para outra pessoa.
> **M**: Mas aos pouquinhos. Passar diluindo. (...) E, de fato, você olha Roraima, você circula em Roraima, e isso é muito vivo. Eu lembro de quando eu fui para Roraima e vi placas em espanhol, você ouve espanhol no mercado, entre as pessoas... Você vê os logos das organizações que acompanham a Op. Acolhida a todo momento, em todos os lugares. Você chega aqui no Rio de Janeiro, isso não é assunto. (...) Aí, você vai tentar explicar, as pessoas não fazem a mínima ideia ou nunca ouviram falar.
> **Silvia Reis (SETRABES) -** E, para eles, o que eu percebo que é importante dizer é: "Ah, eu interiorizei 50". E aí? Dos cinquenta, quantos estão empregados? Quantos estão penosos na rua? Eu tenho amigas de São Paulo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> que dizem que a rua está cheia de trans migrantes. A Op. Acolhida não diz isso para elas, né? Ou para nós.
>
> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** Na verdade, como você conheceu Roraima, a questão de emprego é quase zero. Nós não temos indústrias, não temos grandes mercados, não temos grande capital. (...) E aí, a questão da interiorização precisa acontecer e as pessoas precisam se capacitar antes de irem para outros mercados, ou para as grandes capitais para que não fiquem perdidas quando chegarem. Eu percebi que a questão de interiorização está acontecendo bem, mas para a população LGBTI+ é mais difícil, apesar de muitas pessoas serem interiorizadas em um geral. Conheço pessoas LGBTI+ que foram interiorizadas e estão muito bem. É claro que temos queixas de pessoas que foram interiorizadas e não se adequaram ao trabalho. Você sabe que a pessoa que é interiorizada tem que se virar depois.

Mas mesmo com a necessidade de dar vazão ao fluxo de pessoas chegando em Roraima, algumas participantes da pesquisa enxergam um impacto muito grande na vida de venezuelanas causado pela interiorização da Operação Acolhida. Dois fatores dificultam o sucesso dessa prática e o assentamento definitivo das migrantes: a ausência de políticas de integração em outros lugares que não Roraima e Manaus e a dimensão continental do Brasil. Primeiro, as lacunas na articulação com a sociedade civil especializada como temos trabalhado e o despreparo do restante do país para acolher migrantes refugiadas – ainda mais se forem LGBTI+ – tornam a interiorização um cálculo arriscado, pois não há garantias de sucesso ou respeito mínimo de direitos mesmo quando a modalidade por vaga de emprego sinalizada é acionada. Segundo, ao se deslocarem para outros estados do país, as migrantes e refugiadas venezuelanas se distanciam do país de origem e da fronteira que possibilita ainda algum tipo de troca com a Venezuela, ou até o próprio movimento de migração circular na região como já vimos. As passagens até Roraima costumam ser caras, impossibilitando um retorno fácil ou um deslocamento breve quando essa parece a única alternativa para reestabelecer uma certa qualidade mínima de vida.

> **Karen Arruda (Casa Miga) -** Olha, eu não sei onde que está o problema, mas a gente tenta conversar muito com as pessoas porque, em todo e qualquer outro estado que a pessoa vá, não vai ser como é aqui (Manaus). Porque aqui o refugiado tem muito lugar para recorrer e pedir ajuda. Em outros lugares não tem. Porque a Operação Acolhida está presente aqui. A gente tenta orientar que talvez seria melhor se integrar na sociedade aqui mesmo. Mas, quando a pessoa realmente quer ir, não tem muito o que fazer. Então, já tivemos a situação da pessoa querer voltar porque não conseguiu nada lá, ficou em uma situação ruim. (...) Para conseguir uma passagem, a gente sabe que a passagem para cá é muito cara. A probabilidade de se conseguir isso é bem difícil. Para se interiorizar para Manaus, a Op. Acolhida conta com os parceiros. Então sim. Seria muito mais fácil ser interiorizada aqui na sociedade manauara mesmo.
>
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
>
> **N**: Eu acho que, no contexto Brasil, isso tudo tem um impacto muito mais aterrorizador porque, se a pessoa vai para a Colômbia, se ela quiser sair da Colômbia, para cruzar a Colômbia, ela vai demorar 24h, mas ela vai cruzar a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> Colômbia. O Brasil é outra coisa. As pessoas não têm nem dimensão do quão distante são os lugares (...).
> **M**: E isso é um desafio também que a gente tem visto mais agora que é o desejo de retorno. (...) Porque as pessoas querem voltar e não têm dinheiro para voltar. Para pegar um ônibus daqui para Roraima não é simples. Nem sei se tem ônibus direto Rio-Roraima. Essas outras soluções mais informais de ônibus não têm direto Rio-Roraima e você vai ter que cair em mil cidades que você nunca ouviu falar, que você não sabe onde você está, que a LGBTI+fobia talvez seja muito mais agressiva e, talvez, tenha muito menos rede para lidar com isso. Isso é também é um desafio da interiorização. Você vai voluntariamente, mas, se você quiser voltar, é por sua conta e risco.

E os problemas da interiorização por vaga de trabalho sinalizada continuam reproduzindo discriminações e violências diversas, já que as medidas para mitigar essas duras dinâmicas são quase inexistentes e os projetos paralelos nesse sentido são pouco numerosos. A LGBTI+fobia estrutural, que é efeito da norma do gênero-sexo-desejo, é exemplo de mazela que cria uma realidade determinada para pessoas LGBTI+ de pouca empregabilidade e de vulnerabilidade econômica e laboral como viemos afirmando. Isso também acontece quando um recorte mais amplo de gênero é abordado como traz a Participante B. Homens costumam se inserir no mercado de trabalho mais facilmente porque as vagas de trabalhos braçais aparecem mais e reproduzem os estereótipos de que mulheres não são pessoas adequadas para desempenhar esse tipo de função.

> **Participante B -** Eu acho que, além das questões LGBTI+, também tem questões de gênero porque a gente compreende que a interiorização, quando acontece por vaga de emprego sinalizada, acaba priorizando os homens porque são trabalhos mais braçais. Isso reafirma aquela questão de gênero, porém, das capacidades masculinas. Eu acho que esse é um ponto muito importante apesar de serem feitas atividades que combatam um pouco essas desigualdades. Os homens são os mais selecionados para os trabalhos braçais e aí a gente já consegue compreender que mulheres, mulheres trans, por exemplo, não são selecionadas porque enfrentam, além das suas questões de regularização documental, questões estéticas que são muito importantes. Então, a interiorização por vaga de emprego sinalizada enfrenta esse desafio de gênero e acaba que os homens têm mais oportunidades.

A próxima subseção abordará os desafios de empregabilidade e renda mais especificamente pensando a população LGBTI+. Aqui, é importante reafirmar, porém, que as dificuldades de pessoas trans acabam sendo maiores quando mencionamos trabalho formal. A busca por colocações profissionais na interiorização de pessoas trans e travestis, com ou sem vaga de emprego sinalizada pela Operação Acolhida, é sempre atravessada pelos problemas de reconhecimento social dos corpos trans seja com o não respeito ao gênero vivido e ao nome correto, seja com os entraves relacionados à documentação. Não é incomum, como traz Silvia Reis da SETRABES, que pessoas trans e travestis sejam demitidas pelas empresas que as contrataram via operação e que elas não consigam outras

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

oportunidades para se sustentarem financeiramente depois. Nesse contexto, pensando a população venezuelana LGBTI+, homens cis gays conseguem se empregar e se adequar a nova rotina com muito mais facilidade.

> **Karen Arruda (Casa Miga) -** É complicado de ouvir esses relatos de novo. Mas para pessoas cis é mais fácil. A gente não ouve tanto relato ruim. Seria mais para pessoas trans e travestis mesmo. É mais complicado.
> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) -** Então, de um modo geral, há critérios lá que priorizam pessoas. E nesse critério de priorização e também de demanda do mercado de trabalho, a população de homens cis sai na frente. E as mulheres acabam ficando para trás. Quem fica mais para trás ainda são as trans. Elas ficam lá no final da fileira.
> **Silvia Reis (SETRABES) -** Eu acho que eles precisam, quando negociar a vaga de interiorização para elas, explicar o que é uma travesti para a empresa que está contratando. Porque, às vezes, eles mandam só os documentos pessoais dela, que vão com os nomes civis. (...) A gente sabe de meninas que passaram dificuldade lá com a questão do respeito à identidade feminina dela. Mas, é claro, sempre tem aquela menina que é mais empoderada e aí ela fica lá. (...) Mas esse emprego é três, quatro meses e aí fora. O que vai fazer um ser humano desses sendo imigrante, sem um tostão no bolso? Fica jogado numa cidade grande onde a passagem mais barata para cá é 800 reais. Como vai fazer para voltar para a fronteira? É gritante.

Na modalidade de interiorização abrigo a abrigo, as dificuldades para população LGBTI+ também aparecem segundo relatos das participantes do Grupo 2 da pesquisa. As diretoras da LGBT+Movimento colocam que a definição estreita de perfis de população atendida nos abrigos é um empecilho para pessoas com gêneros, sexualidades e corpos divergentes, pois elas ficam apartadas como grupo social muito específico que não se encaixa nos espaços parceiros da operação. A ideia de família, por exemplo, expõe esses desencontros quando dificilmente parece plausível que pessoas LGBTI+ possam constituir suas próprias unidades familiares fora dos registros nucleares de pai, mãe e filhos. Essa concepção equivocada se repete, inclusive, em vários contextos diferentes como temos visto e não é exclusiva da realidade de migrantes e refugiadas, já que brasileiras vivem desafios parecidos. Ademais, as experiências negativas com população LGBTI+ em abrigos também parece ditar barreiras aos parceiros, os quais, pelo menos no Rio de Janeiro como é colocado abaixo, têm se recusado a receber esses perfis.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: Eu acho que essas primeiras interiorizações de pessoas LGBTI+, que foram as mesmas pessoas pelas quais a gente construiu o trabalho aqui, geraram muitos conflitos na época. Esses conflitos ecoam até hoje. Até hoje, existe uma resistência (...) do recebimento de pessoas LGBTI+ por meio do abrigo a abrigo. Então, o Rio ficou como um lugar ruim de receber pessoas LGBTI+. Porque a gente sabe que os próprios perfis são escolhidos pelas próprias organizações que estão aqui. Então, as organizações podem determinar esses perfis. "Ah, a gente vai receber só famílias de homem, mulher e crianças". Ou "a gente vai receber só mulheres solteiras". (...) A gente já ouviu de pessoas: "ah, a gente não vai receber mais LGBTI+ aqui por conta de conflitos que já

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> aconteceram". Então, eu acho que tem um estigma que ficou a partir desses primeiros casos.
> (...)
> **N**: Eu acho que um dos grandes desafios está nessa concepção de família porque muito está organizado nessa concepção de família, tanto dos abrigamentos, quanto de interiorização. Aqui, o abrigo do Aldeias (Infantis) recebe famílias nucleares. (...) Tem toda essa pressuposição de que as pessoas são famílias cis heterossexuais. Tem uma pressão forte dessa coisa da família. Isso organiza muitas coisas. Isso organiza as assistências, as ajudas. É sempre em torno de quem é família. (...) E nem sempre é concebido como família, mesmo sendo amigo ou outros laços que não são a parentalidade consanguínea. Essa ideia é um grande desafio, mas também não é um desafio que está só na migração e refúgio. É um desafio em todas as políticas.

Além disso, as modalidades de interiorização que envolvem reunião familiar e reunião social também têm precarizações importantes quando relacionamos a questões de gênero, sexo e sexualidade. Pessoas LGBTI+, como vimos ao longo de quase todos os capítulos desta tese, muitas vezes, têm a família como perpetradora de violências e, por isso, costumam ser expulsas de casa ou se afastarem do núcleo familiar (JANSEN; SPIJKERBOER, 2011; LAFUENTE, 2014). Essa realidade exclui mais uma possibilidade para essa população, a qual acaba não possuindo laços estáveis com pais, mães e/ou responsáveis e não conseguem se interiorizar por essa via. A reunião social, por sua vez, é também marcada por extensas e complicadas burocracias, o que impossibilita o acesso fácil a um amigo ou parente mais distante em outro lugar do país. A falta de conhecimento sobre como lidar com documentos e como proceder com o processo acabam ditando dificuldades que, quando encontram o desamparo vivido em cidades que não possuem redes de assistência ou que essas redes não são conhecidas, ficam muito grandes.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: E, nessa interiorização, acaba que as pessoas LGBTI+ fazem, por não conseguirem fazer a questão do abrigo a abrigo, outras formas de interiorização. Ou autonomamente, ou por reunião social ou reunião familiar. Geralmente, reunião social porque não é considerado reunião familiar. Enfim, tem um monte de precarizações nas outras formas de interiorização. Não que a abrigo a abrigo não seja precária, ou que as pessoas não atravessem precariedades ali também. Mas é uma forma mais estruturada ali de conseguir fazer a interiorização.
> (...)
> **M**: A gente já foi procurada muitas vezes porque a pessoa queria receber uma amiga, ou uma irmã e que recebeu um monte de papel que não sabia o que era o que, o que tinha de assinar, que não tinha como imprimir, tira foto do celular e não é suficiente... Então, também esbarra nessas precariedades que, se tivesse uma articulação maior, isso poderia ser contornado.
> **Participante B -** A interiorização via reunião familiar acaba reproduzindo mais outra questão de gênero. A gente sabe que pessoas LGBTI+ são as que mais estão afastadas das suas famílias porque são renegadas. Então, se a gente tem um encontro de reunificação de laços familiares, um público está ficando de fora porque, se não há família desde lá de antes, não vai ser aqui que vai haver esse encontro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Algumas outras variáveis de relevância apareceram nos relatos das participantes entrevistadas. A falta de acompanhamento das migrantes e refugiadas após serem interiorizadas é um fator que dificulta a integração de modo geral, uma vez que não há uma preocupação com relação às experiências que as pessoas estão tendo em outros estados como menciona Nathália Antonucci da LGBT+Movimento. No capítulo 4, vimos que a interiorização abrigo a abrigo (institucional) é a única que proporciona algum tipo de assistência contínua mínima. Outrossim, além das modalidades de interiorização apresentadas e analisadas ao longo dos últimos capítulos, a população LGBTI+ também tem se interiorizado autonomamente na tentativa de driblar os problemas que impedem que a mesma se desloque para outras cidades do Brasil em menor tempo. Nesse sentido, cria-se uma zona de invisibilidade sobre parte dos dados de interiorização, os quais não são computados pela Operação Acolhida e seus atores e acabam não refletindo os problemas dessa política para com LGBTI+s, que costumam viver uma realidade de impossibilidades nesse campo. Esse duplo apagamento torna menos prováveis leituras que considerem os entraves vividos por diferentes grupos de pessoas em prol de melhorias operacionais.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: Não estão preocupados verdadeiramente com a qualidade da experiência das pessoas e que as pessoas têm experiências muito diversas. São perfis diversos, são experiências muito diversas... E a gente não vê as organizações, a Operação Acolhida em um todo preocupada com essa experiência da pessoa depois da interiorização.
> **Participante B -** E outra questão também é a interiorização que as pessoas fazem de forma voluntária. Acabam pegando um ônibus por conta própria. Essa é uma interiorização que acaba não entrando na estatística, mas é uma interiorização que precisa ser considerada. Acaba que pessoas LGBTI+ se interiorizam de forma menos regular, sem tantas oportunidades, sem tanto rastreamento para onde estão indo. Acabam indo de forma voluntária para outros estados e acaba que a operação, os governos federal e estaduais não conseguem ter tanto controle desse público. E aí, a gente cria uma invisibilidade muito grande para essas pessoas justamente porque elas estão migrando e fazendo essa interiorização de forma voluntária. (...) Elas acabam fazendo isso de forma solitária. E não vão conseguir o emprego. E sabemos para onde elas irão: para a rua. Elas vão voltar para todo aquele espaço e local de vulnerabilidade e perigo que essas pessoas enfrentam.

E se não é possível um acompanhamento mais próximo da Operação Acolhida no pós-interiorização, as organizações da sociedade civil especializadas poderiam ser acionadas para dar continuidade a esse trabalho de integração de migrantes e refugiadas LGBTI+. A articulação de uma rede de proteção a partir das instituições que já fazem esse trabalho no restante do país seria uma forma de mitigar a LGBTI+fobia que incide no pós-interiorização em lugares em que a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Operação Acolhida não está presente. Mas essa não é a realidade narrada pelas participantes da pesquisa, as quais acabam contando com a articulação individual de operadores humanitários em campo, que conhecem alguns dos atores que podem acolher as pessoas depois da interiorização. E propostas para construção dessa rede não faltam como é citado por Silvia Reis da SETRABES e pela Participante A. Inclusive, a própria LGBT+Movimento organizou, em parceria com o ACNUR em 2022, o Mapa de Redes Comunitárias e de Serviços para Pessoas Migrantes e Refugiadas LGBTI+[137] sobre oito estados: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Se a própria Operação Acolhida se ausenta, muitas vezes, da pauta LGBTI+ e das necessidades específicas dessas pessoas reafirmando um humanitário apressado e uma lógica de Estado de gestão de crise, interiorizar pessoas LGBTI+ pelo país deve inspirar cuidado, visto que o Brasil tem uma proteção frágil pensando direitos LGBTI+ como já vimos com a judicialização da agenda de gênero, sexo e sexualidade na prevenção à violência e no acesso a serviços. Medidas de articulação em rede deveriam ser implementadas não só para pessoas LGBTI+, mas para os distintos grupos de proteção que enfrentam desafios particulares como as mães solo, pessoas com deficiências e pessoas indígenas como tem sido citado pelas entrevistas ao logo desta tese, já que a intersecção com a condição de migrante e refugiada pode ser um catalisador para situações de extrema vulnerabilidade e desconhecimento dos meios de assistência públicos.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: Eu acho que tem uma outra coisa também, que bate nas perguntas que você fez, que é essa desconexão do que que é. A nossa logo está lá no site como participante da Op. Acolhida, mas em nenhum momento - talvez os parceiros implementadores do ACNUR sejam acionados quando tem interiorização - a gente é oficialmente acionado quando tem. Isso poderia facilitar para a gente enquanto instituição. E aí, nem estou só falando dos desafios que as pessoas enfrentam, estou falando dos desafios da gente enquanto instituição de chegar nessas pessoas mais rapidamente se, de fato, tivesse uma identificação de que as pessoas estão vindo para cá, ou se tivesse uma informação para as pessoas que estão vindo. (...) Ou seja, uma possibilidade de a pessoa chegar na cidade de interiorização já, de alguma forma, pré-acolhida.
> **N**: E aí, a gente depende sempre da boa vontade, ou de agentes que estão ali e, por acaso, entram em contato conosco. Muitas vezes, já aconteceu de uma pessoa lá em Roraima ter uma relação específica com a gente conhecendo nosso trabalho. Aí, fala "olha, quando você chegar lá, procura elas". Ou daqui já. Mas, geralmente, as pessoas entram em contato com a gente quando já está tendo um conflito.

[137] Ver mais em: https://www.acnur.org/portugues/2022/05/23/acnur-e-lgbtmovimento-lancam-mapas-de-redes-comunitarias-e-de-servicos-para-pessoas-refugiadas-e-migrantes-lgbtqi/. Acesso em 11 de novembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Silvia Reis (SETRABES) -** Nós propomos, enquanto Conselho LGBT, para as ONGs, por exemplo, fazer uma parceria com instituições nacionais LGBTI+. Por exemplo, a menina vai para São Paulo, vamos dar os grupos e as referências LGBTI+ em São Paulo caso ela chegue lá e tenha algum problema. A menina tem HIV, vamos dar referência do movimento de HIV e de AIDS para ter referências. Para não acontecer como acontece, joga lá e pá. (...) Vamos pensar no estado, nas ONGs LGBTI+ do estado para dar referência para elas.
> **Participante A -** As pessoas vão para algum lugar e não têm uma rede de apoio quando chegam. E essa era também uma vontade, muitos sonhos para um projeto pequeno inclusive, de a gente poder colocar as pessoas em contato com organizações LGBTI+ em outras cidades para poderem ser interiorizadas e ter alguém para pedir um apoio. (...) No interior do Brasil, quem está mais presente é a sociedade civil. Então, é muito importante que tenha esse diálogo entre as organizações que trabalham com migração e as organizações que trabalham com população LGBTI+.

Até porque as cidades pelo Brasil, de modo geral, não estão preparadas para a interiorização. As poucas informações circulando no restante do Brasil sobre a Operação Acolhida e o fluxo venezuelano que vem chegando continuamente reforçam o desconhecimento sobre a agenda de migrações, o qual acaba incidindo com força em grupos de proteção como é o caso da população LGBTI+. Nesse contexto, regiões mais distantes da estrutura humanitária montada em Roraima e em Manaus não contam com protocolos e encaminhamentos específicos para o público em questão, que se mantem apartado das políticas e serviços básicos necessários para uma vida digna. Se em Roraima não há estrutura para abarcar todas as pessoas que chegam da Venezuela e suas demandas, no resto do país, além da superlotação, o despreparo e o desconhecimento chegam antes, pois é comum não serem reconhecidos os documentos específicos de migrantes e refugiadas e nem a situação de vulnerabilidade dessas pessoas, por exemplo.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: E eu acho que, assim, enquanto cidade mesmo aqui no Rio, a gente tem experiência de conversar com pessoas, com parlamentares que estão aqui no Rio e abertos a essas pautas, e as pessoas não fazem a menor ideia do que é a Operação Acolhida, do que é interiorização, do que é o mundo humanitário, o que faz o ACNUR, o que os militares tem a ver com essa história toda... Então, eu acho que isso dificulta porque, enquanto cidade, o Rio de Janeiro não está sendo preparado pela Operação Acolhida para receber essas pessoas.
> **N**: E aí, acaba que as pessoas só circulam entre as organizações que de alguma forma trabalham com migração e refúgio, mas não circulam em outras. O que é uma grande ilusão institucional porque elas vão ter que circular pelas outras também. Então, elas vão ter que ser expostas a outros agentes e atores que, não necessariamente, vão saber sobre o que elas estão vivendo. (...) A pessoa não vai ter tato nenhum para falar mais devagar porque é em espanhol, ou ela não vai ter tato nenhum de saber que a pessoa gastou a última passagem, ou que nem ela pagou e foi a organização que pagou...

As dificuldades de acesso a direitos se acumulam quando múltiplas variáveis de invisibilidade se somam no contexto de pós-interiorização. Marina Siqueira da LGBT+Movimento cita alguns casos de pessoas LGBTI+ que, ao se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

interiorizarem de forma autônoma para o Rio de Janeiro, vivem problemas com documentação e, consequentemente, enfrentam barreiras no acesso a serviços básicos porque não há informações ou protocolos sobre como atender a população migrante e refugiada venezuelana que vem chegando na cidade. Além de se interiorizarem por conta própria de maneira improvisada, essa população continua a viver as precariedades da condição de pobreza por conta do desconhecimento acerca da realidade de migrantes e pela xenofobia e LGBTI+fobia que vivem no país. Como a Participante 2 menciona em entrevista relatada no capítulo anterior, a interiorização em sua diversidade de modalidades não garante direitos a médio ou longo prazos. No caso da interiorização autônoma, podemos ver que a garantia de direitos é ainda mais frágil se pensamos os problemas que já ocorrem corriqueiramente.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: E aí, a gente teve experiências, por exemplo, de acompanhar pessoas que vieram autonomamente e não pela interiorização formal e que caem em um abrigo LGBTI+ municipal daqui do Rio e estão há 6 meses sem documento porque a assistente social do abrigo é preparada para fazer RG. Ela não é preparada para fazer protocolo de refúgio. Então, há essa desconexão. E eu acho que a Op. Acolhida precisa se abrir para entender que essas pessoas estão enfrentando problemas específicos, mas também estão enfrentando muitos problemas ligados à pobreza brasileira e que vão ter que acessar o CRAS, vão ter que acessar o CRESS (Conselhos Regionais de Serviço Social), o Auxílio Brasil... E nenhum dos lados está preparado. Nem a pessoa que está vindo está preparada para entender o que são essas coisas, onde acessa, como é que eu me movimento. Nem as pessoas que trabalham nessas políticas estão preparadas para entender que essas pessoas têm esse direito, que o documento é diferente, mas que serve para a mesma coisa...

Nesse complexo universo de questões, o imaginário sobre uma nova vida constituída a partir da migração vai se mostrando cheio de percalços como se fosse uma realidade inventada, pela qual imperam sentimentos de frustração e desamparo na verdade. Como vimos no capítulo 1 com Raboin (2017), esses paraísos imaginados construídos pelas mídias, pela cultura e pelo mercado e que separam um Norte acolhedor de um Sul atrasado, ou nesse caso, um Brasil LGBTI+-*friendly* e uma Venezuela preconceituosa, ou ainda, grandes centros com mais oportunidades e entendimento frente a pequenos centros mais conservadores, são estabelecidos por detrás de ideais colonialistas, racistas e capitalistas, os quais mascaram as dificuldades reais da integração de pessoas LGBTI+ nas diferentes sociedades, principalmente, quando nos referimos a pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+. Vai ficando claro, então, que a situação econômica e política do Brasil,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

apesar de mais estável que a da Venezuela, não significa garantia de uma vida melhor ou mais fácil nesse contexto.

> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá)** - Eu digo que é do ser humano, não tem aquela fantasia de que quando eu for para os Estados Unidos, eu vou ganhar dinheiro e vou ficar rica? Então, muitas têm essa ilusão. Eu vou para o Rio de Janeiro e vou bombar; eu vou para São Paulo e vou bombar. O *boom* dos venezuelanos é Santa Catarina. Santa Catarina é o paraíso do Brasil. Eu digo: "Ah, eu não sei de onde que vocês tiraram que Santa Catarina é o paraíso. Eu não tenho essa visão".
> **Silvia Reis (SETRABES) -** Vai ter uma interiorização para o Sul, para a Bahia... Elas adoram fotos. Elas adoram *stories* (Instagram). Elas ficam iludidas com isso. Eu fico dizendo: "Não caiam nessa aí porque a passagem de volta é cara e vocês vão ter só a de ida. Aqui que é o foco e eu posso ajudar vocês aqui". Porque eu acho que só devem tirar uma trans daqui, se elas tiverem alto poder de sustentabilidade lá fora.
> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: E aí, é muito caro. A gente vê que elas realmente não estavam preparadas para viver isso. Não era isso que elas imaginaram como sendo a interiorização. Muitas, às vezes, estão desiludidas com aquilo tudo. É muito mais difícil do que elas imaginaram.

5.2. Empregabilidade e Renda de Refugiadas e Migrantes LGBTI+

A empregabilidade de migrantes e refugiadas LGBTI+ é repleta de complicadores sociais e materiais, que acompanham as vidas dessas pessoas ao saírem dos seus países de origem. Inicialmente, o aprendizado da língua e a formação profissional são questões fundamentais que aparecem como primeiras necessidades para a inserção no mercado de trabalho. No caso de venezuelanas LGBTI+ no Brasil, aprender a se comunicar em português e buscar cursos que possam dar alguma preparação profissionalizante é importante. Ainda assim, há muitas dificuldades quando pensamos a inserção de pessoas LGBTI+ no mercado formal de trabalho como temos trabalhado neste texto. A empregabilidade já é difícil para população LGBTI+ brasileira e se agrava quando a condição de migrante e refugiada acompanha as experiências de vida das pessoas no Brasil, que, comumente, acabam aceitando qualquer tipo de trabalho – e até mesmo caindo em golpes – para driblar a vulnerabilidade financeira e conseguir acesso a bens e serviços básicos como colocam Rebecka Marinho da ATTERR e Sandra dos Santos do Grupo Sabá. Karen Arruda da Casa Miga afirma também, que quando as vagas de emprego não são destinadas especificamente para as beneficiárias do abrigo, os encaminhamentos são mais gerais e dependem, assim como no processo de interiorização, da vontade dos empregadores.

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** Geralmente, essas pessoas, quando vão, vão para as grandes empresas. (...) Elas precisam mesmo estar capacitadas para

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> trabalhar. Primeiro, falar a língua, pelo menos, o básico. Depois, se qualificar dentro daquilo em que ela vai se propor a trabalhar. É muito complicado quando você não qualifica as pessoas LGBTI+ e tenta inserir essas pessoas no mercado diretamente. O mercado, cada dia mais, está mais competitivo tanto para as brasileiras, quanto para as migrantes. E aí, a pessoa que está passando por um momento de vulnerabilidade para ter um emprego e uma renda vai acabar aceitando qualquer coisa para comer, vestir, pagar contas, ter maquiagem, cabelo, tudo.
>
> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá)** - Um outro ponto que eu acredito que está precisando muito, que a gente precisa olhar, é a exploração de trabalho do migrante, que tem muito em Roraima. A exploração de trabalho é grande. Muitos trabalham, passam dias trabalhando, e no final eles não recebem nada. Eles levam um golpe.
>
> **Karen Arruda (Casa Miga) -** Eu acho que a questão é difícil para todos aqui. Tanto venezuelanas, quanto brasileiras, para travestis conseguirem alguma oportunidade é bem complicado. Para venezuelanas pesa um pouco mais pela questão da língua, quando não falam muito bem o português. Diferenciando, essa seria a principal dificuldade. Quando vem diretamente da Casa, são vagas já sinalizadas para população LGBTI+. A gente conta com parceiros que já conhecem o trabalho da Casa e destinam vagas para cá. E quando fazem processo de seleção, a gente coloca todo mundo que não está trabalhando no processo de seleção. Já aconteceu de virem vagas só para pessoas trans e também funciona da mesma forma. (...) Quando chega de fora, a gente acaba encaminhando, mas é mais genérico, já que não foi a gente que foi atrás.

Para migrantes e refugiadas trans e travestis, a empregabilidade formal é um problema ainda mais agudo, já que se estima que 90% das pessoas trans e travestis brasileiras estão inseridas no mercado informal de trabalho no país como colocado no capítulo 4 segundo dados da ANTRA (2021). Se a interiorização por vaga de emprego sinalizada não funciona para esse público, as outras modalidades de interiorização também não garantirão empregos em outros lugares do país sem o devido auxílio e acompanhamento. Para Silvia Reis da SETRABES e Sandra dos Santos do Grupo Sabá, pessoas trans e travestis carecem de formações técnicas, políticas e sociais que as coloquem em condição de disputar vagas de trabalho com outras pessoas por enfrentarem discriminações sistêmicas graves em comparação, inclusive, com outros grupos de pessoas LGBTI+. De novo, como temos percebido pelos relatos das participantes da pesquisa do Grupo 1 e 2, pessoas cisgênero e, mais especificamente, homens gays têm mais chances de sucesso na busca por trabalho. Nessa dinâmica, a LGBTI+fobia como efeito da norma do gênero-sexo-desejo acaba incidindo com mais força sobre os corpos de pessoas trans e travestis que se veem dentro de um ciclo de repetição da dura realidade que é (re)criada pelas normas de gênero que estruturam nossa sociedade.

> **Silvia Reis (SETRABES) -** E tem essa proposta de viajar para outro estado, que dá essa passagem gratuita. Isso, no meu olhar, foi positivo até certo ponto, mas foi negativo no contexto do empoderamento delas enquanto pessoas. Porque eu, por exemplo, conheço meninas que foram para o Sul, algumas morreram, outras voltaram para Roraima porque conseguiram dinheiro, outras

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> estão lá penando porque não estão conseguindo nada. Eu acho que para mandar o ser humano trans para outro estado nessa condição de migrante precisa de um empoderamento político, do trabalho social, de uma qualificação profissional. Porque essas pessoas vivem em um país onde elas não são reconhecidas. (...) Então, para os gays, é muito mais fácil chegarem lá e permanecerem lá. Mas para as travestis, as trans, elas estão caindo na prostituição. E elas se identificam com isso, mas não é o nosso horizonte para elas. Elas já vêm desse mundo massacradas. A gente deveria dar uma oportunidade porque senão a gente só está dando uma continuidade à vida delas. Não muda muita coisa. Vai cair na cafetinagem e vai ser explorada mais ainda.
>
> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) -** Especificamente, quando faz um recorte para a população LGBTI+, a gente percebe que, por exemplo, principalmente, as trans têm mais dificuldade de permanecer no instituto de educação, na educação em si. Se qualificar, se preparar melhor para o mercado de trabalho. São poucas trans que enfrentam todos os preconceitos, todas as barreiras que existem para você poder se preparar e se qualificar para o mercado de trabalho. Tem muita porrada que a gente leva na escola, em todos os espaços educativos.

Levando em conta as experiências de vida de pessoas trans e travestis venezuelanas no seu país de origem onde não são reconhecidas, Silvia Reis da SETRABES continua frisando a necessidade urgente de se pensar um trabalho de sensibilização política sobre a importância de um emprego formal de maneira a criar uma consciência social de que há – ou pelo menos deveria haver – outros caminhos para a sustentação financeira e a autonomia de migrantes e refugiadas trans e travestis no Brasil. Esse movimento de construir horizontes de possibilidade a partir do diálogo próximo com as beneficiárias, que tanto falta na Operação Acolhida, deveria caminhar em paralelo com a assistência humanitária que tem sido feita para que essa última não acabe se tornando apenas uma estratégia de gerenciamento de crise e controle de uma população em necessidade, mas também reflita e ajude a contornar o reforço performativo de certas condições de (im)possibilidade que sempre aplacarão qualquer tipo de acolhimento generalista para com população LGBTI+ migrante.

> **Silvia Reis (SETRABES) -** Não tem esse horizonte de empregabilidade. Essa sensibilização da importância de ter uma carteira assinada, da importância de receber um salário, de ter um local para retornar todo dia. Não tem essa sensibilização porque elas nunca tiveram nesse lugar. Então, se você não tiver uma boa conversa, não vai ter. E aí, a gente viu que algumas conseguiram emprego de carteira assinada, mas não foi tão fácil para elas. Mas isso está para todo mundo. A dificuldade de empregabilidade está para todos. Enquanto a Operação Acolhida tiver dando alimentação para elas, dando onde dormir e a passagem, elas estão encantadas com esse momento, sabe?

Além dos problemas da interiorização da Operação Acolhida, a prostituição é símbolo da exclusão das pessoas trans e travestis do mercado de trabalho e continua sendo a principal fonte de renda dessa população como também mencionamos no capítulo 4. E, no contexto de Roraima, a prostituição é uma das

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

únicas saídas para venezuelanas que costumam ser conhecidas como "Ochentas" por cobrarem oitenta reais por programa em uma rua de Boa Vista em que se direcionam em busca de clientes[138]. Essa situação expõe muito claramente dois pontos aqui tratados anteriormente: a falta de vagas de trabalho que consigam abarcar todas as migrantes que chegam ao estado mais ao norte do país e, principalmente, o reforço performativo de condições (im)possibilidade na repetição de uma realidade repleta de vulnerabilidades sociais, riscos de infecções sexualmente transmissíveis e violências físicas e simbólicas, uma vez que o acolhimento humanitário tão somente não dá conta de mitigar o padrão constitutivo da situação de migrantes e refugiadas trans e travestis no Brasil.

> **Silvia Reis (SETRABES) -** Mas aí as entidades do estado, a SETRABES, secretaria em que eu trabalho, têm um trabalho muito voltado para elas. O que acontece é o que eu disse para você, depende de elas quererem sair desse mundo também. Porque a prostituição é um mundo que encanta a gente. Eu tiro minha roupa ali, me vendo e ganho meu dinheiro. Aí, amanhã, tem o almoço da Operação Acolhida, tem o café da operação. De noite, eu saio e ainda ganho (dinheiro).
> **Participante B -** A prostituição é muito comum. Uma das áreas de trabalho que a gente atendia, que é muito conhecida em Roraima, é a rua das "Ochentas". Lá é uma rua de prostituição e, quando a gente realizava ações ali, a gente tentava escolher locais em que o consumo de álcool e drogas era mais comum, ou que a prostituição era mais comum como primeiro protocolo porque a gente sabe que é um público totalmente vulnerável.
> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) -** E a maioria vai para o campo sexual mesmo, não tem jeito.

As iniciativas que tentam mitigar os problemas que apresentamos aqui ao longo dos dois últimos capítulos são limitadas como temos visto e, dificilmente, têm um olhar especificamente voltado para a população LGBTI+. É preciso que mais projetos que visem o desenvolvimento social e econômico de migrantes e refugiadas LGBTI+ sejam pensados como complemento da atuação da Operação Acolhida para que seu trabalho de assistência seja um trampolim para possibilidades múltiplas e realmente diversas. Porque, assim como temos visto, mesmo quando aparecem oportunidades para esse público, vemos um reforço de estereótipos que colocam LGBTI+s no mercado de trabalho como um nicho específico, pelo qual não aparecem atividades que redesenhem as suas possibilidades de vida e explorem os potenciais de cada uma. Se a acolhida de migrantes e refugiadas é um esforço que não tem fim, é necessário sim acolher,

[138] Ver mais em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2018/03/31/las-ochenta-venezuelanas-recorrem-a-prostituicao-nas-ruas-do-brasil.htm. Acesso em 13 de novembro de 2022.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

abrigar, e, até mesmo, interiorizar sem esquecer, contudo, dos problemas estruturais brasileiros que condicionam de antemão pessoas com gêneros, corpos sexuais e sexualidades divergentes aos mesmos caminhos de exclusão e pobreza.

> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) -** Vou te falar de um modo geral. Agora, assim, se eu te falar pelo Empoderando (Refugiadas), a Yana (Lima) é uma pessoa maravilhosa. Pelo Emponderando, eu não consegui perceber diferença entre as mulheres cis e as mulheres trans. As oportunidades de trabalho são praticamente as mesmas. Agora, quando você traz isso para o geral, você sabe que a sociedade tem umas caixinhas específicas para nós: cabelereira, doméstica... Aí, a gente vai se restringindo a um papel dito doméstico, feminino. Então, essas atividades estão mais relacionadas com as mulheres.

6. Condições de (Im)Possibilidade

Nos encontros e desencontros da Operação Acolhida com população LGBTI+, o acolhimento humanitário em Roraima e Manaus pode se converter em possibilidades e impossibilidades de vida como temos visto. Na visão de Karen Arruda da Casa Miga, apesar de Roraima e Manaus não serem destinos almejados por quem migra e, particularmente, Roraima sofrer com problemas de estrutura de serviços públicos, esses lugares acabam se tornando espaços mais hospitaleiros para a população migrante e refugiada que chega da Venezuela porque o assunto tem sido pensado por meio do trabalho dos inúmeros atores envolvidos na primeira empreitada humanitária brasileira em seu território. Acolhimento de fronteira e abrigamento são pilares fundamentais dessa atuação e, por isso, dão possibilidades para as migrantes e refugiadas se reorganizarem e entenderem melhor a realidade do país em que se encontram na busca por autonomia e sustentação financeira.

Mas a interiorização como terceira e mais importante frente da Operação Acolhida pode se transformar em desacolhimento, como discorremos na seção passada, uma vez que os outros estados do Brasil não estão preparados para receber as migrantes e refugiadas da Venezuela, ainda mais quando as particularidades de ser LGBTI+ são consideradas. Segundo Karen Arruda da Casa Miga e a Participante B, o impacto da interiorização pode ser bastante negativo se não há um acompanhamento específico dessa população como acontece nos espaços em que a Operação Acolhida atua diretamente. Nesse sentido, se não há uma articulação de rede que continue a integração das migrantes em outros estados da federação, a interiorização como encaminhamento final do acolhimento humanitário brasileiro pode (re)criar condições de impossibilidade específicas para o público LGBTI+, que já vive as consequências da LGBTI+fobia como efeito da norma do gênero-sexo-desejo mesmo antes de se mudar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> **Karen Arruda (Casa Miga) -** Olha, como eu te falei, a diferença é gritante onde tem Operação Acolhida e onde não tem. Dependendo da cidade para onde você for, você não tem apoio nenhum. Não vai ter um lugar para buscar uma cesta básica, por exemplo. Para a população brasileira, isso já é difícil, né? Imagina para quem está vindo de fora. E, sim, em outras cidades a questão da xenofobia também está presente. Onde tem Operação Acolhida, a cidade se torna mais acolhedora para o refugiado. Acredito que essa é a importância. E se eu pudesse pontuar também sobre a interiorização, eu acho que lugares onde não tem esse suporte, o mínimo que seja, um escritório da Operação Acolhida que seja, é a mesma coisa que jogar a pessoa ao leu, no mato, para os tubarões comerem. Então eu acho que acaba não se tornando eficaz quando as pessoas são levadas para cidades sem estrutura de acolhimento.
>
> **Participante B –** (...) E se o público LGBTI+, por enfrentar essas dificuldades como na interiorização voluntária onde não há estrutura para recebê-los dentro de outros estados, não consegue tanto acolhimento, ou se o acolhimento é difícil, se há dificuldade para se adaptar a uma realidade local porque esse local não preza pelas suas especificidades, a sua diversidade, o impacto é muito grande. A gente consegue perceber que o público que está indo para a rua e que está sendo vítima de alguma violência são pessoas que, de fato, não foram assistidas e isso impactou diretamente nas ações que elas estão tomando. Esse impacto é muito perceptível para o público LGBTI+ porque se liga a todas as questões. Ah, tudo bem que a operação não faz diferenciação entre as pessoas, mas quando tem vagas de emprego ou de interiorização, as questões de diversidade sexual e de gênero não são consideradas. (...) Tem-se que levar em consideração todas as questões que envolvem olhar para diversidade e gênero das pessoas porque é um fator impactante da vida delas.

Dessa forma, o acolhimento humanitário da Operação Acolhida continua fora de Roraima e Manaus mesmo que por suas ausências. E essas lacunas são constitutivas da realidade de migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas no Brasil, pois continuam a verter efeitos para além do trabalho que é claramente discernível como operação. O que vai aparecendo nesta investigação, e como Nathália Antonucci da LGBT+Movimento coloca, é que as fronteiras e limites da Operação Acolhida são pouco claros para as beneficiárias e até para as organizações da sociedade civil, já que os problemas dessa atuação continuam a se desenrolar mesmo quando o trabalho parece ter atingido seu ápice e chegado a um fim burocrático. Como vemos com Derrida (2003), no entanto, o exercício da hospitalidade não cessa com medidas específicas, ele continua pela vida no encontro com a leis de Estado e, nesse caso particular, com as diretrizes, normativas e políticas públicas que são pensadas (ou não) para que migrantes e refugiadas possam experienciar o país sem distinção, superando as barreiras que condicionam as exclusões de ser "estrangeiro".

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **N**: Não dá para se conceber a Op. Acolhida como um término. (...) A Op. Acolhida continua e, até por isso, é difícil de a gente se ver dentro da operação. Eu acredito que a gente esteja dentro também. A gente faz parte desse grupo de organizações que, de alguma forma, estão ali, diretamente, gestando e gerindo essas pessoas. (...) É muito difícil saber o que está por detrás da Op. Acolhida, onde ela começa e onde ela termina. Não há essas fronteiras

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

> delimitadas. Acho que as pessoas continuam vivendo essa Op. Acolhida aqui. Então, de certa forma, tem total impacto. Vêm aí no meio de um monte de organizações e eu acho que as próprias pessoas não têm isso claro do que é a Op. Acolhida. (...) Do mesmo jeito que as pessoas chegam aqui e acham que a gente é o ACNUR, e acham que a gente... É muito complicado. Por vezes, na cabeça do imaginário das pessoas, a Op. Acolhida é aquilo que está lá (Roraima e Manaus), é aquilo o que os militares fazem. E aqui como não tem militar, não é mais aquilo. É outra coisa.

Mas mesmo em Roraima e Manaus, o acolhimento humanitário como horizonte constitutivo de possibilidades é somente para alguns. Há uma grande massa de pessoas fora dos abrigos, que não são contempladas nos critérios de vulnerabilidade e nas políticas de interiorização da Operação Acolhida. Rebecka Marinho da ATTERR chama atenção para a multiplicidade de protocolos e de categorizações dessa lógica humanitária coadunada pelo Estado, a qual não necessariamente está ali para pensar as necessidades específicas daquele fluxo migratório ou daquele contexto específico. Ela é expressão da gestão da vida e das populações a partir de diretrizes muito estritas de grandes organizações que atuam na dianteira de boas práticas, mas também de práticas, que no caso de população venezuelana LGBTI+ no Brasil, têm sido generalistas em termos de políticas e muito focadas em um pequeno grupo de atores. Um duplo movimento entre apartar e congregar o público LGBTI+, que trabalhamos ao longo deste e do último capítulo.

> **Rebecka Marinho (ATTERR) -** A questão da Operação Acolhida é muito complicada de se falar em um geral. Ela pode influenciar tanto positivamente, quanto negativamente. Até porque tem pessoas que não passam pela Operação Acolhida. Elas não são acolhidas. Há todo um critério de acolhimento nessas operações. Há pessoas que nem passam por elas. (...) Eu não vejo as pessoas LGBTI+ não sendo acolhidas. Eu as vejo sendo acolhidas sim dentro daquelas que são entendidas pelos critérios propostos. (...) Mas quando você tem um acolhimento que não é eficaz, que segrega, que tem seus critérios com crianças de um lado, mulheres com crianças, pessoas grávidas de outro, a gente acaba segregando um pouco outras populações que precisam ser atendidas. A população X precisa ser atendida, mas as outras são atendidas quando? Quando acabarem os abrigos, acabarem as vagas? Quando acabar tudo? Por isso, eu digo que muitos podem ser bem atendidos e outros não podem.

E a Operação Acolhida deve ser encarada como resposta de Estado que se suplementa da lógica humanitária, refletindo ausências históricas com diferentes grupos de proteção, inclusive, população LGBTI+ com vimos com a própria judicialização de direitos no capítulo 3 e as lacunas nos protocolos operacionais no capítulo 4. A estrutura humanitária montada em Roraima e em Manaus é detentora do discurso de como essa população tem chegado ao país e de como essa população tem sido acolhida pelo governo. Nesse imbróglio, a Operação Acolhida se torna uma política, ou pelo menos tem sido pensada assim, que deve atender a uma certa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

narrativa e atuar de forma a alcançar certos objetivos, que se traduzem em certas omissões também. A narrativa salvacionista brasileira em torno dos males do comunismo com Bolsonaro dá conta desse acolhimento inicial por meio de um aparato logístico inédito, mas falha na integração local e em uma atenção às necessidades de população LGBTI+ de fato.

> **Marina Siqueira e Nathália Antonucci (LGBT+Movimento)**
> **M**: E isso é uma estratégia também. Eu acho que tem também duas coisas que eu acredito que sim impactam e deixam marcas. Um é o discurso narrativo. A Op. Acolhida é a porta voz de como a migração venezuelana atua e vai atuar no Brasil. Então, eles também constroem o discurso do que está circulando, do que está acontecendo, do que o Brasil está fazendo, porque é prioridade do Brasil pensar nisso ou não, de como é que a gente encara isso... Se é segurança, se é fraternidade entre nações, se é uma fuga do comunismo... Esse discurso narrativo é produzido de alguma forma. O discurso validado é o da Op. Acolhida porque é através dessa operação que o governo brasileiro lida com a migração venezuelana. E dois as ausências, né? Tudo que a Op. Acolhida poderia fazer e não faz também deixa essas marcas em como vão ser essas trajetórias. Não só o que eles fazem lá, mas o que eles deixam de fazer depois da migração interna. E também acho que isso serve a alguém a Op. Acolhida ser tudo e não ser nada, sabe? Nem a gente tem claro se a gente é, ou se a gente não é Op. Acolhida. Isso serve a alguém e isso funciona para alguma parte dessa estratégia. Então, marca sim com certeza.

Ainda assim, a Operação Acolhida é futuro por vir sem um destino final ou fim determinado porque diferentes atores continuam a pensar esse acolhimento humanitário como Sandra dos Santos do Grupo Sabá propõe ao imaginar um centro de acolhimento e qualificação LGBTI+. As mudanças de governo em 2023, inclusive, podem impor transformações consideráveis com novas prioridades e disputas de agenda. Fica claro, contudo, que trabalhar para com a população migrante e refugiada venezuelana LGBTI+ requer olhar para especificidades sem segregar, sem reforçar a carga da LGBTI+fobia como efeito da norma do gênero-sexo-desejo tão presente na Venezuela e no Brasil. O ponto aqui é atuar por entre a diferença, entendendo as particularidades que tornam os desafios de pessoas LGBTI+ únicos, mas ainda direitos básicos como o de qualquer outra população. Esses direitos devem gerar abertura para o debate e, principalmente, para a construção de uma rede de assistência mais abrangente e educada sobre os (des)caminhos de gênero, sexo e sexualidade e os (des)caminhos que se dão na migração.

> **Sandra dos Santos (Grupo Sabá) –** Aí, você me fez uma pergunta bem difícil porque eu não consigo ver esse trabalho a longo prazo com ninguém, menos ainda com travestis e transexuais. Para mim, é tudo muito imediato, quero me livrar desse "abacaxi", vai-te embora, sai fora ligeiro. (...) Na minha opinião, eu acredito que precisa de mais ferramentas para que eu possa de alguma maneira qualificar melhor todos os grupos. Pensando nas demandas desses grupos e trazendo eles para a realidade brasileira. (...) Eu penso, eu sei que é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

muito difícil a gente colocar isso, mas eu acredito que um centro de acolhimento e de qualificação da população LGBTI+ seria bem interessante. Não como forma de segregação e sim como forma de trabalhar as especificidades do público. No contexto da Operação Acolhida em parceria com as organizações da sociedade civil aqui em Roraima. Eu acho que nesse centro, por exemplo, a gente poderia trabalhar inúmeras pautas. Curso de qualificação, o português, a questão de prevenção em vários aspectos, a questão da hormonização, da terapia hormonal, da política do SUS, que aqui em Roraima ainda é insipiente, ainda não está funcionando. (...) Então, a gente precisa realmente construir, digamos assim, essa política para que elas possam se sentir de fato acolhidas e de fato preparadas para enfrentar uma outra realidade que é diferente da Venezuela.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Apontamentos Finais

Se nos capítulos 1 e 2 foram apresentadas alguns entendimentos analíticos e a literatura que contorna este texto, nos capítulos 3, 4 e 5, foram apresentados espectros do acolhimento humanitário da Operação Acolhida para com migrantes e refugiadas LGBTI+ a partir de uma visita de campo e uma série de entrevistas com dois grupos de atores distintos. Nestas páginas finais, tentaremos amarrar algumas ideias já apresentadas de modo a sumarizar a interpretação tecida sobre os rastros performativos relidos aqui. Ainda assim, seria impossível dizer que estas páginas funcionam como uma conclusão. Não são uma conclusão porque seria igualmente impossível pôr um ponto final ao assunto, não apenas porque que os fatos narrados aqui podem ser revistos e reorganizados de formas diferentes, mas porque o trabalho de acolhimento humanitário, dos projetos de desenvolvimento e da integração de migrantes e refugiadas LGBTI+ não tem fim como já viemos mencionando. Não tem fim porque há uma constante readaptação e reiteração de protocolos, discursos, práticas e aparatos jurídico-legais que vão se atualizando na repetição constante de suas formas de encarar a questão.

A Operação Acolhida em si continua mudando e direcionando seus esforços, atores e objetivos até o presente momento de escrita desta tese. O futuro por vir da resposta brasileira ao fluxo venezuelano amparada pelos parâmetros de um humanitário internacionalmente reconhecido ainda precisa ser discutido e pensado à luz dos problemas que foram tratados nesta e em outras reflexões sobre esse fazer. Até porque as normas que operam em conjunto no caso da Operação Acolhida e do trabalho para como a população venezuelana LGBTI+ expressam as condicionais de uma realidade social específica em que humanitarismo, Estado e o alinhamento do gênero-sexo-desejo se reforçam e garantem sua repetição, bem como deixam abertas as fronteiras para uma possível reconstrução. É a condição de todo performativo, segundo Derrida (1988) e Butler (1997; 2003), ser repetível a partir do exercício de uma diferença em gerúndio, que está acontecendo e reapresentando uma polissemia no alcance de novos formatos e direções.

A lógica de Estado como norma repetida performativamente é reconstituída pela Operação Acolhida como política do Brasil para ordenar fronteiras, receber, controlar e governar a população migrante e refugiada venezuelana LGBTI+ (e cis-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

heterossexual) que vem chegando ao país. Ao longo dos três últimos capítulos, vimos a lógica de Estado ser conformada por inúmeras práticas, atos, discursos e aparatos legais. Primeiramente, ela usa a linguagem jurídica e a força das leis, das portarias e dos decretos para se reafirmar nas constantes reiterações que a produzem. Ao se utilizar da dicotomia que divide cidadão e migrante a partir de documentos próprios, processos de regularização migratória e a regulação da população venezuelana em território nacional por meio de uma operação interagências, o Estado brasileiro como autoridade política e social fundamenta sua existência e a validade de suas medidas por meio de um incessante recobrar de sua soberania e das políticas que derivam dela com acolhimento, abrigamento e interiorização, por exemplo.

Os movimentos performativos de reconstituição da lógica de Estado, nesse contexto, acolhem a população refugiada e migrante LGBTI+ por entre omissões e lacunas ao mesmo tempo que gere, principalmente, o território de Roraima já sobrecarregado na oferta de serviços públicos, com pouco capital giro e apartado do resto do Brasil de modo a se evitar uma crise mais aguda e garantir a integridade daquele espaço enquanto domínio soberano. Tanto que o governo federal acionou o Exército para que fosse sustentáculo importante da Operação Acolhida, militarizando o tema e o fluxo de pessoas no país desde a fronteira até integração das migrantes e refugiadas em outros estados. Além disso, a Operação Acolhida como política do governo de Bolsonaro, trabalhou para delimitar uma diferença muito clara entre Brasil e Venezuela com o manejo de um humanitarismo estratégico, o qual foi responsável em parte por dar força ao discurso de um Brasil próspero que acolhe as "vítimas do comunismo" e que fundamenta um nacionalismo recente.

A lógica humanitária como norma, por sua vez, é repetida por intermédio dos protocolos internacionalmente delimitados e das normativas adaptadas em campo, que costumam contemplar um modelo de gestão do sofrimento humano na crise, na emergência e na assistência direta. A reiteração performativa desse humanitarismo que até pouco tempo atrás não trabalhava questões de gênero, sexo e sexualidade pensando em população LGBTI+ somada a uma cultura que produz pressa como *modus operandi* é importante na replicação de (im)possibilidades para migrantes e refugiadas. Na Operação Acolhida, a lógica do trabalho humanitário

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

praticável em situações como a instalada em Roraima e em Manaus fica clara nas repetidas ausências de medidas que deem conta de respeitar os padrões dispostos e ao mesmo tempo endereçar as demandas trazidas e os desafios vividos por pessoas LGBTI+. O fato de o UNFPA ser o único ponto focal para toda uma população vulnerável que acaba acessando as mais diversas frentes da operação é emblemático nesse sentido, já que faltam informações e capacitações que debatam gênero, sexo e sexualidade como uma preocupação de toda a logística humanitária ali presente e não apenas de um ator específico.

As lógicas de Estado e do humanitarismo no caso da Operação Acolhida agem em concomitância pela repetição de atos, práticas, protocolos, discursos e regulações narrados nos capítulos 3, 4 e 5. Nesse enlace, o humanitarismo internacionalmente referenciado opera por meio da vontade de Estado, que, por consequência, é central para que os ciclos de encaminhamentos da população migrante e refugiada LGBTI+ sejam fechados com o trabalho dos operadores. Estado e humanitário se reforçam performativamente no acúmulo de força que ambas as lógicas têm na realidade social. É por aí que a Operação Acolhida vai se criando e se repetindo ao desenvolver um acolhimento humanitário como resposta do Brasil ao fluxo venezuelano. Essas lógicas funcionam como normas que condicionam esse trabalho a seus ditames e geram efeitos múltiplos, inesgotáveis e não previsíveis. A ambiguidade apresentada nas políticas de acolhimento da população LGBTI+ migrante e refugiada vista aqui é sintoma dessa confluência de forças e da radicalidade performativa das reiterações ao marcar compaixão e/ou repressão, proteção e/ou segregação, humanitarismo e/ou segurança, autonomia e/ou assistência, dentro e/ou fora.

Transversalmente, a norma que alinha gênero-sexo-desejo de Butler (2003) faz coisas no mundo e relega pessoas LGBTI+ a um lugar de anormalidade, de desacordo, de desordenamento. A repetição performativa dessa norma gera como efeito exclusão, repressão e violências, as quais são típicas da LGBTI+fobia experenciada pelas populações brasileira e migrante LGBTI+. A LGBTI+fobia como efeito da norma do gênero-sexo-desejo perpassa a Operação Acolhida porque é condição de uma cultura local (e ocidental) discriminadora com corpos e identificações que ultrapassam os limites da cis-heterossexualidade. Dessa forma, ela está não apenas incrustada no dia-a-dia dos operadores humanitários e nas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

vivências das beneficiárias, mas também está sobreposta nas políticas de acolhimento humanitário como resposta de Estado porque, historicamente, essa tem sido a abordagem administrada. Se internacionalmente pessoas LGBTI+ carecem de discursos que as coloquem como figuras de proteção bem delimitadas, domesticamente, a omissão do Brasil com seus próprios cidadãos é central se considerarmos os números que colocam o país em primeiro lugar de mortes no mundo e judicializam direitos.

E o que essas relações significam em termos de performatividade? As normas aqui identificadas em interação a partir de seus atos, práticas, discursos e protocolos constituem a Operação Acolhida como ela é guardando especificidades locais, do tempo histórico e dos diferentes atores em conjunto. A operação se difere enquanto tal ao passo que repete algumas conformações típicas das lógicas de Estado e do humanitarismo, as quais também são atravessadas pelo alinhamento do gênero-sexo-desejo. Se considerarmos o acolhimento para com população LGBTI+, essas intersecções com as regulações de gênero, corpo sexual e sexualidade e as ausências constitutivas já listadas podem (re)criar condições de (im)possibilidade sem necessariamente haver uma intenção clara sobre o assunto. Ainda que o performativo tenha como condição a perspectiva de criação de algo novo na repetição, criando novos horizontes de futuro mesmo quando a LGBTI+fobia – nas suas agressões e seus silêncios – parece ser um destino constantemente reafirmado, devem haver oportunidades para mitigar omissões e problemas diretamente.

O "banheiro LGBTIQ" é um rastro importante quando compreendemos que a lógica de Estado e do humanitário podem reafirmar e reforçar o alinhamento do gênero-sexo-desejo a partir de um dos seus mais nefastos efeitos – a LGBTI+fobia. O banheiro específico como demanda da população migrante e refugiada LGBTI+ e como estratégia improvisada para evitar situações de discriminação é uma medida que serve proteção em um primeiro momento, mas acaba recriando espaços não-intencionais de desentendimento que reafirmam segregações. O banheiro é uma tentativa de estabilizar uma "identidade", uma linha de atuação para uma população heterogênea e singular como a LGBTI+, mas acaba reforçando a dicotomia igualdade/diferença a partir de um aparato artificial e violento. Até porque a chave igualdade/diferença aqui deve ser encarada não como um binário de oposições, mas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

como forças que devem se constituir simultaneamente como viemos trabalhando. Migrantes e refugiadas LGBTI+ precisam de encaminhamentos e diretrizes diferentes para que a igualdade de tratamento e oportunidades seja alcançada sem que fronteiras essencialistas sejam recolocadas.

No cotidiano da Operação Acolhida vimos que o "banheiro LGBTIQ" é uma marca gerada pela repetição de normas sociais que inspiram pressa e controle naquele contexto, que, por sua vez, ao ser iterável, gera condições de (im)possibilidade contingentes pela vasta cadeia de interpretações possíveis daquele significado. No capítulo 3, vimos com as imagens do "banheiro LGBTIQ" um espaço que protege segregando e/ou segrega para proteger. Ele age como mensagem citável e repetível sem o referente claro e constitui realidades simbólicas e materiais no mundo, nos intramuros dos abrigos, rotulando igualdade e diferença visualmente. O banheiro faz eco à lógica de Estado que regula dentro/fora, cidadão/migrante em um movimento de refazer a si própria. No capítulo 4, vimos com as entrevistas do Grupo 1 que uma das mensagens que ficava para a população venezuelana é a de que pessoas LGBTI+, de fato, precisavam de um banheiro diferente porque carregariam consigo doenças, desvios e corpos à parte das referências sociais que dividem os banheiros masculinos e femininos, para homens e para mulheres.

O caminho da conscientização de que o uso dos banheiros destinados à população cis-heterossexual já é suficiente para abarcar a população LGBTI+ é árduo e requer um trabalho que não vai de encontro com a lógica humanitária da emergência e a lógica do Estado de soberania e política-tampão. Ao passo que o espaço em questão é performativamente lido no sentido de reforçar LGBTI+fobia, ele também gera desentendimentos dentro da própria população LGBTI+. No capítulo 4, também vimos que migrantes e refugiadas LGBTI+, por vezes, não entendiam bem a separação imposta pelo "banheiro LGBTIQ" e acreditavam que, no Brasil, a população LGBTI+ era tratada de forma diferenciada como se os direitos garantidos no país as dessem privilégios e prioridades. No capítulo 5, inclusive, vimos com as entrevistas do Grupo 2, que algumas das migrantes utilizavam o espaço do banheiro para se prostituírem. O "banheiro LGBTIQ" como mensagem iterável – repetível e citável – é fruto das normas que interagem no caso da Operação Acolhida ao mesmo tempo que como performativo reforça essas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

próprias normas pretensamente verdadeiras. Nesse caso, até pelo que temos entendido do fluxo venezuelano para o Brasil, são necessárias medidas que extrapolem o controle e a assistência emergencial e toquem em pautas de desenvolvimento e formação social.

Vimos também que o fluxo de pessoas LGBTI+ da Venezuela para o Brasil tem sido muito motivado pela situação de grave e generalizada violação de direitos humanos e pela crise econômica do que por questões de gênero, corpo sexual e sexualidade tão somente. A empregabilidade, nesse sentido, aparece como um horizonte de uma vida melhor para uma população que, em geral, chega muito empobrecida até a Operação Acolhida. Mas pessoas LGBTI+ vivem desafios específicos, pois sofrem com a LGBTI+fobia brasileira por meio das dificuldades para encontrar emprego formal ou para extrapolar certos nichos empregatícios e do preconceito no ambiente de trabalho. As dificuldades de empregabilidade da população LGBTI+ no Brasil se adensam na migração. Pessoas migrantes e refugiadas LGBTI+ também vivem desafios com a cultura, a língua e a necessidade de conhecimentos profissionalizantes porque esses fatores representam um universo que as colocam em uma posição de Outro entre as tentativas de compreender as burocracias e o funcionamento cotidiano da vida no Brasil.

O cenário narrado extrapola a Operação Acolhida, mas a referencia a todo momento. Como resposta humanitária de Estado, esse trabalho de acolhimento e integração da população migrante e refugiada LGBTI+ venezuelana deveria considerar os fatores que fazem essas pessoas ocuparem os últimos lugares na fila dos empregos. O que acaba ocorrendo, porém, é uma reiteração não-intencional da força da norma que produz LGBTI+fobia como efeito a partir da reiteração das próprias normas que a constituem a operação enquanto tal – a lógica de Estado e a lógica humanitária. E falar de empregabilidade é considerar que Roraima, com uma economia local que não consegue contemplar todas as migrantes, aparece como um complicador também fundamental. A interiorização, desse modo, é uma política da Operação Acolhida que tenta suprir essas necessidades e gerenciar os fluxos de pessoas se estabelecendo no país enquanto outras já vêm chegando. Essa política, contudo, tem se mostrado bastante alheia às questões de gênero, corpo sexual e sexualidade como vimos nos capítulos 4 e 5 principalmente. São quase inexistentes as iniciativas que tentam mitigar os efeitos da LGBTI+fobia se pensarmos sobre a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

modalidade de vaga de emprego sinalizada. O projeto Empoderando Refugiadas é o único empreendimento com interface direta dentro da Operação Acolhida que trabalha com essa população, ainda que de modo tangencial, que aparece nesta pesquisa.

Se a interiorização é um dos destaques da resposta de Estado, ela deve estar ciente que integrar igualmente a população LGBTI+ é pensar em estratégias singulares que coloquem essas pessoas em condição semelhante a uma pessoa cis-heterossexual. E continuar migrando para dentro do país começa a fazer parte de um horizonte para uma vida melhor agora suplementado por uma estrutura logística-humanitária, pois a própria reiteração da política de interiorização como saída possível cria, performativamente, necessidade e desejo por um novo deslocamento. Pensando nisso e considerando as mazelas que a população LGBTI+ brasileira também vive, a integração de migrantes e refugiadas venezuelanas LGBTI+ precisa caminhar junto com políticas de mitigação de danos que contemplem a discriminação e com a sociedade civil que já faz esse trabalho. Tudo isso para que a LGBTI+fobia não se replique a partir das lacunas e do desconhecimento sobre gênero, sexo e sexualidade que a lógica de Estado e a lógica do humanitário repetem na ânsia por regular e na pressa por servir.

E nas estatísticas que colocam o país no topo das mortes causadas por LGBTI+fobia começam a aparecer os nomes de migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas como mencionado em entrevistas apresentadas no capítulo 5. No momento de escrita destas páginas, em março de 2023, Maria Fernanda Hilton[139], mulher trans venezuelana que vivia há cinco anos no Brasil, é assassinada em São Paulo enquanto fazia um programa. Mortes como essas deixam evidentes que os riscos e a pouca oportunidade continuam pesando mais para umas do que para outras, pois as dicotomias normalizantes que apartam alguns corpos e vivências como mais aceitáveis perseveram no cotidiano no Brasil. Como vimos nos capítulos 4 e 5, pessoas com apresentações de gênero mais passáveis dentro do espectro da norma do gênero-sexo-desejo são aquelas que conseguem mais autonomia e estabilidade, enquanto pessoas trans, travestis, não-binárias, homens afeminados e

[139] Ver mais em: https://www.instagram.com/p/CqDkMAiD_xA/ . Acesso em 22 de março de 2023.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

mulheres com performances mais masculinas vivem dificuldades graves exponenciadas por preconceitos e desconhecimento.

O ponto aqui não é tecer um argumento tautológico que usa a performatividade como arcabouço teórico, mas oferecer um enquadramento singular e interpretar alguns rastros que mostram a infinitesimal trama de normas que operam e constituem a Operação Acolhida de forma sobreposta, plural, concomitante e contingente em um jogo de forças e em uma cadeia de significações que extrapolam a mera causalidade. É imprescindível, então, que marquemos a urgência de se pensar em práticas, políticas e protocolos de acolhimento e integração que tenham a LGBTI+fobia como variável para que a repetição constitutiva da Operação Acolhida possa oferecer isonomia na sua ação. Isso quer dizer repensar as contradições que, às vezes, recaem em medidas muito específicas como as do "banheiro LGBTIQ", que segrega, e, às vezes, recaem em medidas muito gerais como a interiorização, os encaminhamentos de empregabilidade e os protocolos humanitários, que pouco miram para a realidade de pessoas LGBTI+.

É que o trabalho da Operação Acolhida para com refugiadas e migrantes venezuelanas LGBTI+ também se dá junto com o acolhimento da população migrante e refugiada cis-heterossexual e se constitui em um conjunto de relações que se intersectam e estão sempre abertas à alteridade. Vimos nos capítulos 3, 4 e 5 que uma dinâmica de dualidades tem sido comum para tratar de gênero, sexo e sexualidade. Por ora, a população LGBTI+ é estabilizada como uma figura específica na tentativa de encontrar encaminhamentos que sanem suas necessidades, mas que costumam isolar, separar e destacar dissidências. Por ora, a população LGBTI+ passa desapercebida no rol de vulnerabilidades que se adensam com uma população em geral muito empobrecida e vulnerável. Entre caminhos contraditórios e concomitantes, a Operação Acolhida tem reconhecido as particularidades desse público a partir da atuação do UNFPA, por exemplo, ao passo que segue aplicando protocolos e políticas generalistas na tentativa de estabelecer igualdade de tratamento.

Mas no caso de populações que têm vulnerabilidades aumentadas como é a LGBTI+, alcançar isonomia requer trabalhar a diferença por entre as demandas e as vivências dessas pessoas escapando fundações deterministas. É entender que a família consanguínea pode ser a perpetradora de violências como foi apresentado

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

no capítulo 1 e abordado nos capítulos 3, 4 e 5. É compreender que mulheres bissexuais, lésbicas e homens trans são mais invisíveis dentro da população LGBTI+ porque vivem barreiras agravadas pela misoginia e pelo machismo para se assumirem enquanto tais. É se atentar para a religião como um gatilho para experiências traumatizantes em um universo em que as organizações religiosas têm muito espaço de atuação. É considerar que as formas e categorias de identificação podem variar com o tempo, o espaço e a cultura e podem só vir a ocorrer durante a migração ou depois do estabelecimento no país de acolhida por meio do acesso à informação. É saber que processos de estabilização das identificações LGBTI+ baseados em estereótipos podem contribuir no reforço de violações dos corpos e direitos. Esses desencontros, inclusive, fornecem ideias sobre como o acolhimento humanitário da operação como resposta de Estado poderia melhorar se considerarmos alguns dos rastros que aparecem na pesquisa e o trabalho de hospitalidade como um exercício que não tem fim.

A questão do nome social é central nessa dinâmica. Ela é um rastro na reiteração de condições de (im)possibilidade para migrantes e refugiadas trans, travestis e não-binárias. Reconhecer o nome social dessas pessoas é dar aval para o ato de renomeação que reconstitui esses corpos em jornadas de gênero diversas e nunca finais. Por isso, é fundamental que seja garantida a inclusão do nome social nos documentos migratórios e brasileiros para que essa população possa exercer direitos civis e conquistar autonomia por meio do acesso ao trabalho, à educação, ou à saúde, por exemplo. No capítulo 4, ouvimos sobre episódios em que o nome social não era respeitado pelos próprios operadores humanitários, enquanto, no capítulo 5, ouvimos sobre o grande número de pessoas LGBTI+ que precisavam, inicialmente, ter seus nomes sociais reconhecidos pela Operação Acolhida a partir de seus protocolos de documentação e regularização e acabavam sendo interiorizadas sem a inclusão do nome correto nos documentos. A hormonização como direito no Brasil também cria condições (im)possibilidade parecidas, atravancando processos de reconhecimento social e de si, que são importantes para que pessoas trans, travestis e não-binárias sejam respeitadas na singularidade de suas decisões e formas de se colocarem no mundo.

A Operação Acolhida entrega um acolhimento humanitário respaldado pela emergência e, por isso, acaba se omitindo em algumas situações, principalmente,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

quando a LGBTI+fobia se mostra como realidade material e discursiva requerendo medidas mais duradouras e comprometidas com o acesso a direitos. Como política de Estado, a Operação Acolhida se mantém falha com a população LGBTI+, uma vez que reflete as ausências históricas sobre um debate qualificado acerca de gênero, corpo sexual e sexualidade, que constituem o Brasil como o país que mais mata a população LGBTI+ no mundo, carece de dados e pesquisas sobre esse recorte e sustenta uma cultura excludente e direitos fracos. Ademais, a temática da migração segue sendo uma pauta de pouca atenção dos entes públicos e da sociedade civil ainda que o fluxo venezuelano e a Operação Acolhida tenham dado mais destaque para a agenda. Pela intersecção gênero, sexo, sexualidade, refúgio e migração, vemos uma dupla invisibilidade de questões que se sobrepõem e expõem problemáticas do contexto brasileiro de modo muito agudo.

Aqui, endereçamos a estrutura LGBTI+fóbica brasileira como efeito da norma do gênero-sexo-desejo a qual assenta, perfomativamente, uma cultura que de antemão é violenta e cria impossibilidades para pessoas não cis-heterossexuais. A Operação Acolhida deixa evidente, em seu universo, que essa estrutura LGBTI+fóbica é suficientemente forte para se apegar às normas que delimitam o acolhimento humanitário de venezuelanas no Brasil a partir das lógicas de Estado e do humanitarismo. Dessa maneira, a Operação Acolhida tem recriado muitas impossibilidades, ou melhor, possibilidades estreitas e condicionadas à "anormalidade" dos corpos e identificações LGBTI+ porque tem se desviado de um fazer que reconhece a diferença ao pensar integração, apartando, fixando categorias, espaços específicos, ou mesmo diluindo questões em um conjunto muito complexo de variáveis, histórias e demandas com uma atuação generalista. Ainda que guardem lastros históricos em que a invisibilidade de pessoas LGBTI+ é normalizada, as lógicas de Estado e do humanitário não podem ser veículos de reafirmação da LGBTI+fobia porque acabam dando mais força para uma realidade discriminatória e violenta e dificultando, mesmo que não intencionalmente, a vida de migrantes e refugiadas que tentam se reerguer no Brasil.

A Operação Acolhida é uma herança ambígua do governo de Bolsonaro porque, ao mesmo tempo em que se faz como a primeira operação humanitária internacional no Brasil e traz uma preocupação com a migração e o refúgio, também deixa evidente alguns problemas estruturais que constituem o acolhimento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

proporcionado ali por aquela logística. Falta integração da rede nacional de serviços públicos na garantia do acesso a direitos. A Operação Acolhida ao fomentar como objetivo a integração de venezuelanas no país, esbarra na ausência de comunicação dos sistemas de saúde, renda, educação, assistência social, documentação e regularização migratória pelas mais diversas cidades brasileiras e em uma lógica de regulação e soberania, que está disposta a adiar desafios para manter a integridade de Roraima enquanto território funcional. Em um cenário em que uma práxis humanitária internacional baseada na crise é utilizada como abordagem principal e o Estado falta na proteção até de sua própria população LGBTI+, há um descompasso que acaba influenciando diretamente na LGBTI+fobia como efeito do alinhamento compulsório de gênero-sexo-desejo no Ocidente, na América Latina.

Esta tese ao recuperar e interpretar rastros performativos do acolhimento humanitário de migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas se volta para o funcionamento de algumas normas sociais em relação radicalmente exposta à alteridade e a uma contingência de fatores. Aqui, Estado, humanitarismo e gênero-sexo-desejo se suplementam de forma não intencional e, sobretudo, impactante para migrantes e refugiadas LGBTI+ no país. Ao acolher, abrigar e interiorizar migrantes e refugiadas LGBTI+, a Operação Acolhida (re)cria condições de (im)possibilidade específicas para essa população. E condições de possiblidade e impossibilidade que estão muito condicionadas, nesse caso, à LGBTI+fobia que permeia os corpos e as vidas daquelas que se deslocam até o Brasil e o cotidiano burocrático, a cultura e as experiências brasileiras. Nesse sentido, para que os impactos sejam mais positivos, devem haver protocolos mais atentos às especificidades LGBTI+, discussões mais robustas sobre gênero, sexo e sexualidade entre os diversos atores da operação, encaminhamentos melhor delineados pensando em serviços públicos e direitos e, principalmente, projetos de integração que tenham um horizonte duradouro de trabalho e diálogo com a sociedade civil.

O retrato das (im)possibilidades aqui apresentadas nos capítulos 3, 4 e 5 e constituídas por uma série de repetições performativas, entretanto, deve ser encarado pela incompletude das definições apresentadas, já que todo performativo está constantemente diferindo ao acontecer em alteridade e todo enquadramento captura apenas um universo parcial de questões. Esta pesquisa nunca satisfará por completo apontamentos sobre o acolhimento humanitário de migrantes e refugiadas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

LGBTI+ porque esse tema é infindável como questão e está sempre se reatualizando como desafio atravessado por situações diversas, fluxos migratórios específicos e normas sociais que constroem o mundo aí. Nessa dinâmica, a Operação Acolhida é um microcosmos que diz sobre a realidade social de forma ampliada, uma vez que Estado, humanitarismo e gênero-sexo-desejo também estão fazendo e criando formas de ser, viver e atuar para além dos intramuros da operação em outros infinitos contextos.

O lugar da crítica aqui desenvolvida é não se desvaler do acolhimento de migrantes e refugiadas LGBTI+ nos moldes do humanitarismo, nem muito menos dizer que a Operação Acolhida como resposta de Estado é equivocada, mas sim caminhar por entre algumas construções performativas desse trabalho pensando as repetições que conformam um fazer singular e acionam normas muito bem estabelecidas por acúmulos históricos, discursivos, jurídicos, sociais e práticos. Assim, o movimento desta tese é o de tecer na crítica espaço para uma abertura mais plural e atenta com os corpos e identificações de gênero, sexo e sexualidade, pensando as demandas, os desafios e as questões do Brasil no acolhimento da população LGBTI+ que migra em busca de uma vida melhor. E, por isso, há algo do indizível neste texto e que nunca poderá ser capturado como esforço analítico, ainda que as leituras apresentadas sirvam como passaporte para uma prática informada e, acima de tudo, atenta às forças sociais que nos cercam e à necessidade de readaptação, mudança e refinamento das políticas, leis e protocolos utilizados.

Retomando Derrida (2003), a hospitalidade é um desafio do por vir, uma vez que como Lei é incondicional e ilimitada, mas confere as leis sempre condicionadas ao direito dos tratados, convenções e procedimentos do Estado. E a Lei da hospitalidade traz o político para o campo da alteridade em uma manifestação subversiva e contingente de acolhimento total de todo o Outro, de tudo aquilo que está fora de qualquer contrato. A hospitalidade incondicional é uma direção importante para as leis da hospitalidade, convidando-as para a reinvenção da linguagem do direito no abraço do incalculável, do desconforto, da crítica. A hospitalidade como abertura para a desestabilização do lar é um ultrapassar da lógica da tolerância rumo a uma politização constante das leis que cercam esse acolhimento da refugiada e migrante LGBTI+. A Lei da hospitalidade é futuro, não no sentido linear, mas um futuro que promete uma singularidade plural infinita.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Sendo essa infinitude da ordem do impossível, recairemos nas leis como forma espectral atenta às imperfeições dos procedimentos do Estado ou dos tratados internacionais em um fazer que nunca pode cessar (DERRIDA, 2003; PEREIRA, 2013). A Participante 4 coloca algo em entrevista que vai nesse sentido.

> **Participante 4** - Então, da nossa parte, a gente tem trabalhado um pouco nessas questões de fortalecimento capacidades das locais, que vão desde a recepção desses espaços com os profissionais da recepção até as profissionais que fazem a atenção especializada em saúde ou assistência social, para ver se a gente consegue trabalhar, no trabalho de formiguinha, desmistificando essas barreiras que passam pela barreira linguística, pelas barreiras relacionadas a gênero e sexualidade e tentar impactar minimamente aí na possibilidade de um melhor acolhimento para essas pessoas. Mas é um trabalho que não tem começo, meio e fim. É um processo de educação continuada porque essas barreiras relacionadas a gênero e sexualidade na rede municipal e estadual são anteriores à questão da migração.

E por que a hospitalidade – o acolhimento – continua sendo um exercício tão complexo? Para Derrida (2003), as migrantes têm em comum a nostalgia de sua língua. A língua dita materna é a marca da pátria e, portanto, é uma apropriação de algo que já é de um outro, uma lei que é mais paterna que materna simbolicamente. A língua aparece a partir de mim, mas não acaba em mim. Ela é ponto de partida e também de separação. A língua é marca de um lar que migra conosco e que resiste aos deslocamentos. Mas a própria língua é motivo de impasse. Derrida (2003) na página 115 se pergunta "Em qual língua o estrangeiro pode endereçar sua questão?". Porque falar uma língua não significa apenas saber operar uma língua, também significa compartilhar valores, normas e significações que constroem um universo em singular (DERRIDA, 2003). A acolhida, o refúgio e os processos de regularização migratória passam pela língua do outro e para um outro e, portanto, já são hospitalidade condicionada confinada a uma economia específica. A hospitalidade condicionada é essa que opera a partir da língua daquele que hospeda. Na reiteração performativa do controle, da soberania absoluta, da presença fundadora que mascara a língua como rastro, são reconstituídos o Direito do Estado-nação e os procedimentos do humanitarismo.

Mas a Lei da hospitalidade não está acima, como que em um binário hierárquico, mas sim em uma relação suplementar com as leis. Em uma hospitalidade sem condições, o hospedeiro se torna um refém de seu hóspede. Aquele que recebe se vê detido e responsável pelos atos e discursos de seu hóspede. Enquanto pelas leis da hospitalidade, o hospedeiro não abre mão de sua soberania e fica refém de sua própria subjetividade. Ele aguarda o hóspede para se libertar,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

mesmo que apenas do estado de espera, com sua chegada arrebatadora. Um hóspede e um hospedeiro são simultaneamente tomados e acolhidos um pelo outro ao mesmo tempo no ensejo de "duas hipóteses incompatíveis". A hospitalidade é essa operação do incalculável em que a aritmética do "ou isso" ou "aquilo" não funciona como definição e que o tempo de sua prática está sempre em atraso, em contínua diferenciação e (re)construção (DERRIDA, 2003). O "banheiro LGBTIQ" é um exemplo dentro da Operação Acolhida que ilustra bem essa dinâmica. Essa diretriz serve como e produz proteção e/ou segregação ao mesmo tempo por uma contradição em termos.

A hospitalidade incondicional é reiterada pela hospitalidade condicional e vice-versa de modo a estabelecerem uma tensão que propõe "dentros" e "foras" em cada diferente contexto. A hospitalidade hiperbólica e a hospitalidade do jurídico-político conversam de modo a provocarem e acionarem fantasias e desejos, imaginação e memória. Por isso, a pluralidade de idiomas, opiniões, vivências e subjetividades não é lida como ameaça de ordem externa, mas como possibilidade de abertura radical para a singularidade plural das coisas e do mundo. O modelo consensual da lógica do Estado como unidade elementar e do humanitarismo que se desdobra daí é retrabalhado a partir da ideia de hospitalidade incondicional dando vazão a novas possibilidades de se fazer acolhidas. A hospitalidade incondicional é a possibilidade do performativo de ser abertura ilimitada para várias (re)fundações. É oferecer acolhimento e lar àqueles radicalmente diferentes de mim sem pedir nada em troca ou esperar um retorno (DERRIDA, 2003; PEREIRA, 2013).

No acolhimento das identificações e corpos de gênero, sexo e sexualidade, no abraçar das dissidências e transgressões e na hospitalidade para com a diferença radical, minha pesquisa se insere na intersecção de refúgio, migração, gênero, sexo e sexualidade com objetivo de adensar a produção acerca de um tema tão pouco explorado na área de estudos migratórios, na área dos estudos de gênero e sexualidade e nas Relações Internacionais. Este texto segue sendo um ensaio aberto para reinterpretações e para futuras outras pesquisas de modo a criar espaços para debate e repetição dessa pauta como parte integrante de um amplo leque de questões de direitos, dignidade, da importância das vidas atravessadas pelos deslocamentos humanos e dos corpos e identificações LGBTI+. A reiteração performativa deste texto como trabalho independente de seus autores porque não mais precisa deles

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

para traçar seus apontamentos analíticos continuará repetindo suas interpretações locais, contextuais e temporais, bem como possíveis reinterpretações no encontro com outros leitores.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Referências Bibliográficas

ACNUR. **Guidelines on Claims to Refugee Status based on Sexual Orientation and/or Gender Identity**. 2012.

ACNUR. **O processo de refúgio no Brasil: proteção e integração local**. Apresentação PowerPoint, 25 slides, abril de 2022.

ACNUR. **Perfil das Solicitações de Refúgio Relacionadas à Orientação Sexual e à Identidade de Gênero (*OSIG*)**. 2018. Disponível em: < https://www.acnur.org/portugues/refugiolgbti/?fbclid=IwAR37QRs430dZn5_MQHJdJnsVscCg38_uML3QCpGWZdu7j3uVr3w8weFCnTU>. Acesso em: 04 jan 2019.

ACNUR. *UNHCR* **Emergency Handbook**. 4ª edição, 2022. Disponível em: https://emergency.unhcr.org. Acesso em: 4 de novembro de 2022.

ACNUR. *UNHCR* **Policy on Age, Gender and Diversity**. 2018.

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+ et al. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**. Florianópolis, 2022.

ALMEIDA, Alessandra Jungs de; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt. O "espírito de Cartagena" e a política brasileira de refugiados. **Revista Perspectiva**, vol. 8, n. 15, 2015.

ANDRADE, Vítor Lopes. Desafios no atendimento, acolhida e integração local de imigrantes e refugiados/as LGBTI. **Cadernos OBMigra**, vol. 2, n. 2, 2016.

ANDRADE, Vítor Lopes. Migrações internas e internacionais motivadas por orientação sexual e identidade de gênero. **TRAVESSIA – Revista do Migrante**, n. 77, 2015.

ANDRADE, Vitor Lopes. **Refúgio por motivos de orientação sexual: um estudo antropológico na cidade de São Paulo**. Editora UFSC, Florianópolis, 2019.

ASIA PACIFIC FORUM; UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Promoting and Protecting Human Rights in relation to Sexual Orientation, Gender Identity and Sex Characteristics: a manual for national human rights institutions**. 2016.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando Dizer é Fazer: Palavras e Ação**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1990.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras**

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

em 2020. Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), São Paulo, 2021.

BEZERRA, Paulo Victor. **Avessos do excesso: a assexualidade**. Tese de Doutorado em Psicologia – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 143 p., 2015.

BOELLSTORFF, Tom et al. **Ethnography and Virtual Worlds: a handbook of method**. Princeton University Press, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 13.445 de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Presidência da República, Brasília, 2017.

BRITTO JÚNIOR, Álvaro Francisco; FERES JÚNIOR, Nazir. A utilização da técnica da entrevista na pesquisa científica. **Evidência**, v. 7, n. 7, 2011.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"**. Paidós, Buenos Aires, 2002.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: a politics of the performative**. Routledge, Nova Iorque, 1997.

BUTLER, Judith. Introduction. In: DERRIDA, Jacques. **Of Grammatology**. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. Routledge, New York, 2004.

BUTLER, Judith. **Vida Precaria: el poder del duelo y la violencia**. Paidós, Buenos Aires, 2006.

CAMMINGA, B. **Transgender Refugees and the Imagined South Africa: Bodies over Borders and Borders over Bodies**. Palgrave Macmillan, Suíça, 2019.

CANTÚ JR, Lionel; LUIBHÉID, Eithne; STERN, Alexandra Minna. Well-Founded Fear: Political Asylum and the Boundaries of Sexual Identity in the U.S.-Mexico Borderlands. In: CANTÚ JR, Lionel; LUIBHÉID, Eithne. **Queer Migrations: Sexuality, U.S. Citizenship, and Border Crossings**. University Minnesota Press, Minneapolis, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna: para uma teoria da subalternidade e do luto cultural. In: ALMEIDA, Júlia; MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia; GOMES, Heloisa Toller (orgs.). **Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2013.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

CHIMNI, B. S. The Geopolitics of Refugee Studies: A View from the South. **Journal of Refugee Studies**, vol. 11, n. 4, 1998.

CHOULIARAKI, Lilie. **The Ironic Spectator: Solidarity in the Age of Post-Humanitarianism**. Polity Press, Cambridge, 2013.

CICV. **Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949**. Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Genebra, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução n. 466**. 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html>. Acessado em: 07 de novembro de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). **Resolução n. 510**. 07 de abril de 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acessado em: 27 de novembro de 2020.

COSTA, Iara **Bemquerer. Linguüística III**. IESDE Brasil S.A., Curitiba, 2009.

DAVIES, Margaret. **Law Unlimited: Materialism, Pluralism and Legal Theory**. Routledge, Nova Iorque, 2017.

DAWSON, Jasmine; GERBER, Paula. Assessing the Refugee Claims of LGBTI People: Is the DSSH Model Useful for Determining Claims by Women for Asylum Based on Sexual Orientation?. **International Journal of Refugee Law**, vol. 00, n. 99, 2017.

DEMBOUR, Marie-Bénédicte; KELLY, Tobias. Introduction. In: DEMBOUR, Marie-Bénédicte; KELLY, Tobias. (eds). **Are Human Rights for Migrants?: Critical Reflections on the Status of Irregular Migrants in Europe and the United States**. Routledge, Nova Iorque, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx:* **O Estado da Dívida, o Trabalho do Luto e a Nova Internacional**. Tradução de Anamaria Skinner. Dumará Distribuidora de Publicações e Ltda, Rio de Janeiro, 1994.

DERRIDA, Jacques. **Força de Lei**. WMF Martins Fontes, São Paulo, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Northwestern University Press, Evanston, 1988.

DERRIDA, Jacques. **Monolingualism of the Other; or, The prosthesis of origin**. Stanford University Press, 1998.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

DIVINAS DIVAS. Direção: Leandra Leal, Produção: Carol Benjamin, Leandra Leal, Natara Ney e Rita Toledo. Brasil, **Vitrine Filmes**, 2016.

DONNELLY, Jack; WHELAN, Daniel J. **International Human Rights**. Routledge, Londres e Nova Iorque, 2017.

DOUZINAS, Costas. **Human Rights and Empire: the political philosophy of cosmopolitanism**. Routledge-Cavendish, 2007.

DOUZINAS, Costas. Os Paradoxos dos Direitos Humanos. Tradução de Caius Brandão. **Pensar os Direitos Humanos: desafios à educação nas sociedades democráticas**. Vol., 1, n. 1, 2011.

DUARTE, André de Macedo. Reler Foucault à luz de Butler: repensar a biopolítica e o dispositivo da sexualidade. **Dois Pontos**, vol. 14, n. 1, 2017.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, n. 24, Curitiba, 2004.

DUFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

EXÉRCITO BRASILEIRO. XXV **Ciclo de Estudos Estratégicos: Operação Acolhida – perspectivas e desafios, Escola de Comando e Estado-maior do Exército (ECEME)**, Rio de Janeiro, 4 e 5 de abril de 2022.

FACUNDO, Ángela. **Êxodos, Refúgios e Exílios: Colombianos no Sul e Sudeste do Brasil**. Papéis Selvagens, Rio de Janeiro, 2017.

FASSIN, Didier. Compassion and Repression: The Moral Economy of Immigration Policies in France. **Cultural Anthropology**, vol. 20, n. 3, 2005.

FASSIN, Didier. **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present**. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 2012.

FAUSTO-STERLING, Fausto. **Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality**. Basic Books, New York, 2000.

FELMAN, Shoshana. **The Scandal of the Speaking Body: Don Juan with J. L. Austin, or Seduction in Two Languages**. Stanford University Press, Stanford, 2003.

FERNANDES, Manoela Silvestre. A Concessão de Refúgio a Indivíduos LGBTI. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, vol. 19, 2016.

FERREIRA NETO, João Leite. A analítica da subjetivação em Michel Foucault. **Rev. Polis e Psique**, vol. 7, n. 3, 2017.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

FILOSOFIA POP. Judith Butler com Carla Rodrigues. Entrevistadores: Murilo Ferraz e Marcos Carvalho Lopes, 30 jul 2019. **Podcast**. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/4BIePAOF3JmdVJRD6WD7Gg?si=eMreJvoXQ0yyn8aVlbkCrg. Acesso em 5 de fevereiro de 2022.

FONSECA, Nathália Antonucci. **Entrecruzamentos entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, p. 150, Rio de Janeiro, 2020.

FÓRUM EMPRESAS COM REFUGIADOS; FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBTI+. **Nota sobre Empregabilidade de Pessoas Refugiadas LGBTIQ+**. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Discipline and Punish: the birth of the prison**. Vintage, Nova Iorque, 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber, Vol I**. Graal, Rio de Janeiro, 1999.

FRANÇA, Isadora Lins. Refugiados LGBTI: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **Cadernos Pagu**, vol. 50, 2017.

FRANÇA, Isadora Lins; OLIVEIRA, Maria Paula. “Refugiados LGBTI”: gênero e sexualidade na articulação com refúgio no contexto internacional de direitos. **TRAVESSIA – Revista do Migrante**, n. 79, 2016.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Pandéia**, vol. 14, n. 28, 2004.

FURLAN, Reinaldo; SOUZA, Pedro Fernandez de. A questão do sujeito em Foucault. **Psicologia USP**, vol. 29, n. 3, 2018.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga et al. **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil**. Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 1ª edição, Florianópolis, 2021.

GIAMETTA, Calogero. **The Sexual Politics of Asylum: Sexual Orientation and Gender Identity in the UK Asylum System**. Routledge, Nova Iorque, 2017.

GORISCH, Patrícia. Direitos humanos e proteção dos refugiados LGBTI. **RIDH**, vol. 5, n.1, 2017.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

GROSS, Aeyal. Post/Colonial Queer Globalization and International Human Rights: Images of LGBT Rights. **Jindal Global Law Review**, Vol. 4, nov., 2013.

GÜLLER, Arzu. Refugee Status Determination Process for LGBTI Asylum Seekers: (In)Consistencies of States' Implementations with UNHCR's Authoritative Guidance. In: GÜLLER, Arzu; SHEVTSOVA, Maryna; VENTURI, Denise (eds). *LGBTI* **Asylum Seekers and Refugees from a Legal and Political Perspective**. Springer Netherlands, 2019.

HADDAD, Emma. **The Refugee in International Society: Between Sovereigns**. Cambridge University Press, Nova Iorque, 2008.

HATHAWAY, James C. Refugees and asylum. In: OPESKIN, Brian; PERRUCHOUD, Richard; REDPATH-CROSS, Jillyanne. **Foundations of International Migration Law**. Cambridge University Press, Nova Iorque, 2012.

HOLLYWOOD, Amy. Performativity, Citationality, Ritualization. **History of Religions**, vol. 42, n. 2, p. 93-115, 2002.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, vol. 39, n. 3, 2016.

JANSEN, Sabine; SPIJKERBOER, Thomas. **Fleeing Homophobia: Asylum Claims Related to Sexual Orientation and Gender Identity**. COC Nederland e Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdã, 2011.

JARDIM, Camila Amorim. Understanding the concept of Global South: an initial framework. *Revista* **Mundorama**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=16587>. Acesso em: 06 jan 2018.

JORDAN, Sharalyn R. Um/Convention(al) Refugees: Contextualizing the Accounts of Refugees Facing Homophobic or Transphobic Persecution. **Refuge**, vol. 26, n. 2, 2009.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Orçamento Jurídico Brasileiro**. Editora Método, São Paulo, 2007.

JUNGER, Gustavo et al. **Refúgio em Números – 7 ª Edição**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública, Brasília, 2022.

KARSENTI, Bruno. Poder, assujeitamento, subjetivação. **Mnemosine**, vol. 16, n. 1, 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

KEENAN, Sarah. **Subversive property: Law and the Production of Spaces of Belonging**. Routledge, 2014.

LAFUENTE, José Díaz. **Refugio y asilo por motivos de orientación sexual y/o identidad de género en el ordenamento constitucional español**. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de Valência, 554p. Valência, 2014.

LAVIOLETTE, Nicole. **Sexual Orientation, Gender Identity and the Refugee Determination Process in Canada**. Immigration and Refugee Board, Refugee Appeal Division, Canadá, 2015.

LAVIOLETTE, Nicole. The UNHCR'S Guidance Note on refugee Claims Relating to Sexual Orientation and Gender Identity: A Critical Commentary. **International Journal of Refugee Law**, 2010.

LOIZIDOU, Elena. Butler and life: law, sovereignty, power. In: CARVER, Terrell; CHAMBERS, Samuel A. **Judith Butler's Precarious Politics: Critical Encounters**. Routledge, Nova Iorque, 2008.

LOIZIDOU, Elena. **Judith Butler: Ethics, Law, Politics**. Routledge, Nova Iorque, 2007.

LPM. **Vida e Obra: Oscar Wilde**. s/d. Disponível em: <https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=40>. Acesso em: 10 jan 2019.

LUIBHÉID, Eithne. Queer/Migration: An Unruly Body of Scholarship. **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**, vol. 14, n. 2-3, 2008.

MALMVIG, Helle. **State Sovereignty and Intervention: a discourse analysis of interventionary and non-interventionary practices in Kosovo and Algeria**. Routledge, New York, 2006.

MARINHO, Cristiane Maria. **Processos de subjetivação, governamentalidade neoliberal e resistência: uma leitura a partir de Michel Foucault e Judith Butler**. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 252p. Goiânia, 2020.

MILLER, J. Hillis. **For Derrida**. Fordham University Press, Nova Iorque, 2009.

MOREIRA, Julia Bertino. Redemocratização e direitos humanos: a política para refugiados no Brasil. **Rev. Bras. Polit. Int**. Vol. 53, n. 1, 2010.

MURRAY, David A. B. **Real Queer? Sexual Orientation and Gender Identity Refugees in the Canadian Refugee Apparatus**. Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951.

NASCIMENTO, Daniel Braga. **Refúgio LGBTI: panorama nacional e internacional**. Editora Fi, Porto Alegre, 2018.

NYERS, Peter. **Rethinking Refugees: beyond states of emergency**. Routledge, 2006.

O'DWYER, Paul. A Well-Founded Fear of Having My Sexual Orientation Asylum Claim Heard in the Wrong Court. **Law Review**, vol. 52, 2007.

OLIVA, Thiago Dias. Minorias sexuais enquanto "grupo social" e o reconhecimento do status de refugiado no Brasil. **ACNUR Brasil**, Brasília, 2012.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de. **A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional**. Tese de Doutorado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 465, Rio de Janeiro, 2012.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: rules and rule in social theory and international relations**. University of South Carolina Press, Columbia, 1989.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração de Cartagena**. 1984.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, ano 20, n. 42, 2014.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. Da tolerância à hospitalidade na democracia por vir. Um ensaio a partir do pensamento de Jacques Derrida. **Sapere Aude**, vol. 4, n. 7, 2013.

PINTO, Joana Plaza. Conexões teóricas entre Performatividade, Corpo e Identidades. **D.E.L.T.A.**, vol. 1, n. 23, p. 1-26, 2007.

PINTO, Joana Plaza. O Corpo de uma Teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos Pagu**, n. 33, p. 117-138, 2009.

PINTO, Joana Plaza. Performatividade Radical: Ato de Fala ou Ato de Corpo?. **Revista Gênero**, vol. 3, n.1, p. 101-110, 2002.

PRATA FILHO, Ricardo. **As sobreposições internacionais de gênero, sexualidade e direitos humanos: sujeitos contemporâneos e o resgate do político**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 125p. Rio de Janeiro, 2018.

PRATA FILHO, Ricardo. Technologies of Truth and the LGBTI+ Asylum Reality. **E-IR**, 2020. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2020/12/08/technologies-of-truth-and-the-lgbti-asylum-reality/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. 2007.

RABOIN, Thibaut. **Discourses on LGBT Asylum in the UK: Constructing a Queer Haven**. Manchester University Press, Manchester, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. Editora 34, São Paulo, 1996.

REVISTA AMBIVALÊNCIAS. Dossiê "Migrações: corpo, gênero e sexualidade". **Revista Ambivalências**, vol. 10, n. 19, 2022.

REVISTA EQUATORIAL. Dossiê "Gênero, deslocamentos e fronteiras no/do mundo contemporâneo". **Revista Equatorial**, vol. 7, n. 12, 2020.

REVISTA PERIÓDICUS. Dossiê 12 "Migrações territoriais, sexuais, e de gênero: dissidências interseccionais". **Revista Periódicus**, vol. 1, n. 12, 2019.

REVISTA REHMU. Dossiê "Pessoas migrantes e refugiadas LGBTI". **Revista REHMU**, vol. 28, n. 58, 2020.

REVISTA TRAVESSIA. Dossiê "Migração: Sexualidade e Identidade de Gênero". **Revista Travessia**, n. 77, 2015.

RODRIGUES, Carla. Para pensar a *différance* como um operador não metodológico na filosofia de Jacques Derrida. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de; GRANDA, Sebastián et al. (orgs). **Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos Vol I**. Editora PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, 2012.

RODRIGUES, Carla. Três Tempos da Performatividade em Butler. In: OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; VIANA, Igor Campos (orgs). **Conferências**, Conhecimento Livraria e Distribuidora, Belo Horizonte, 2019.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

RODRIGUES, José Noronha. Asilo, Refúgio e Outras Formas de Proteção Internacional: Relacionamento e Diferenças Conceituais. **INTER – Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ.** Vol. 4, n. 1, 2021.

ROULSTON, Kathryn. Considering quality in qualitative interviewing. **Qualitative Research**, vol. 2, n. 10, 2010.

SANTOS, Mariana Fernandes Braga. **O que há num nome? Uma análise sobre a política de categorização e o fluxo venezuelano para o Brasil**. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 163 p. Rio de Janeiro, 2020.

SCHUSTER, Heather. Reproduction and the state: between bodily performance and legal performativity. **Angelaki: Journal of the Theoretical Humanities**, vol. 1, n. 4, 1999.

SEARLE, John R. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge University Press, Cambridge, 2011.

SHAKHSARI, Sima. The queer time of death: temporality, geopolitics, and refugee rights. **Sexualities**, vol. 17, n. 8, 2014.

SPITZNER, Marcelo. Judith Butler e Michel Foucault: considerações em torno da performatividade, do discurso e da constituição do sujeito. **Web Revista Discursividade**, n. 19, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SULLIVAN, Nikki. **A Critical Introduction to Queer Theory**. Edinburgh University Press, Edinburgh, 2003.

SWINARSKI, Christopher. **Introdução ao Direito Internacional Humanitário**. Comitê Internacional da Cruz Vermelha – Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Brasília, 1996.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE (TVT). **Trans Murder Monitoring (TMT)**, Trangender Europe (TGEU), 2020. Disponível em: https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/. Acessado em: 26 de dezembro de 2022.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE (TVT). **Trans Murder Monitoring (TMT)**, Trangender Europe (TGEU), 2021. Disponível em: https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2020/. Acessado em: 26 de dezembro de 2022.

TUHKANEN, Mikko. Performativity and Becoming. **Cultural Critique**, n. 72, p. 1-35, 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

UNFPA. **A Construção de uma Sociedade Não-Violenta: Uma Questão de Gênero**. 2021.

UNFPA. **Estándares Mínimos Interagenciales: para la Programación sobre Violencia de Género en Emergencias**. Gender-Based Violence Area of Responsability. 2019.

UNFPA. **Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo no contexto migratório**. 2020.

UNFPA. **Para Construir uma Vida Melhor**. Brasília, 2021.

UNFPA. **Saúde Sexual e Infecções Sexualmente Transmissíveis**. 2021.

WEBER, Cynthia. **Queer International Relations**. Oxford, Nova Iorque, 2016.

WEWIRE. **Eyeing a more secure future for refugees**. 2019. Disponível em: <https://www.webwire.com/ViewPressRel.asp?aId=240653>. Acessado em: 17 de maio de 2019.

YOUNG, Stephen. Judith Bulter: performativity. **Critical Legal Thinking**, 2016. Disponível em: https://criticallegalthinking.com/2016/11/14/judith-butlers-performativity/. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

ZAMORA, Maria Helena. Apurando a Escuta: uma Introdução à Técnica de Entrevistas. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de; LACERDA, Ana Carolina Costa (orgs). **Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos Vol III**. Editora PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2021.

ZIVI, Karen. Rights and the Politics of Performativity. In: CARVER, Terrell; CHAMBERS, Samuel A. **Judith Butler's Precarious Politics: Critical Encounters**. Routledge, Nova Iorque, 2008.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Apêndice I

Questionário Semiestruturado

GRUPO 1

- Qual é o seu trabalho na Operação Acolhida?
- Quais os perfis da população LGBTI+ venezuelana acolhida? O que essas pessoas buscavam em geral?
- Como é feita a acolhida das migrantes e refugadas venezuelanas de modo geral?
- Como é feita a acolhida das migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas? Há diferenças de encaminhamento? Se sim, quais?
- Algum documento específico é utilizado como guia para lidar com refugiadas e migrantes como motivação de gênero e sexualidade? Se sim, quais?
- Como funcionam os critérios de vulnerabilidade da Operação Acolhida? E no que interferem no cotidiano da operação?
- Como a população LGBTI+ tem sido vista a partir desses critérios?
- Como é feita a alocação da população LGBTI+ em abrigos? Existem abrigos específicos?
- Há algum tipo de trabalho contínuo de conscientização sobre questões de gênero e sexualidade nos abrigos?
- Há algum tipo de formação dos funcionários nesse sentido também?
- São feitas atividades nas quais os temas gênero e sexualidade aparecem?
- Pensando no processo de interiorização, quais são os desafios enfrentados pela população LGBTI+? O que a Operação Acolhida tem feito para contornar possíveis dificuldades?
- Qual a fonte de renda das migrantes e refugiadas LGBTI+ assistidas pela Operação Acolhida? Quais as vagas de trabalho aparecem para essa população?
- Algo que gostaria de acrescentar? O que achou das perguntas?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Questionário Semiestruturado

GRUPO 2

Instituição

- Qual é o trabalho desempenhado pela sua instituição?
- Quais os perfis da população LGBTI+ venezuelana acolhida? O que essas pessoas buscam em geral?
- Como é feita a acolhida local das migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas? Existem encaminhamentos específicos? Se sim, quais?

Operação Acolhida

- Pensando na Operação Acolhida e sua gama de atores, como você percebe e encara o trabalho desempenhado para com a população LGBTI+ venezuelana?
- Como você enxerga a articulação da Operação Acolhida com atores locais que trabalham com refugiadas e migrantes LGBTI+?
- Pensando na pergunta anterior, a instituição participa ou contribui com formação de pessoal, eventos ou outras iniciativas que mereçam destaque? Se não, você sabe de alguma ação desse tipo?
- Sobre o acolhimento humanitário da Operação Acolhida, como você enxerga a estrutura, protocolos e encaminhamentos empregados?
- Sobre o abrigamento e a proteção da população LGBTI+ pela Operação Acolhida, quais suas ponderações?
- Sobre o processo de interiorização da Operação Acolhida, quais são os desafios enfrentados pela população LGBTI+? Quais as questões identificadas pela instituição?
- Qual a fonte de renda das migrantes e refugiadas LGBTI+ assistidas pela instituição? Quais as vagas de trabalho aparecem para essa população?
- Você acredita que a atuação da Operação Acolhida influencia na vida da população LGBTI+ venezuelana migrante e refugiada para além do acolhimento imediato em Roraima? Como?
- Algo que gostaria de acrescentar? O que achou das perguntas?

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

Apêndice II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (GRUPOS 1 e 2)
Com base nas resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da PUC-Rio.

Cara participante,

Solicito sua autorização para participar, voluntariamente, da pesquisa intitulada *Rastros performativos do acolhimento humanitário: migração e refúgio de venezuelanas LGBTI+ na Operação Acolhida* que está sendo desenvolvida por mim, Ricardo Prata Filho, para obtenção do título de doutora em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) sob orientação do professor do Instituto de Relações Internacionais Roberto Vilchez Yamato.

O objetivo desse estudo é investigar as questões que surgem da intersecção de normas no caso do refúgio e da migração LGBTI+ venezuelana no país visto que o tema ainda é pouco discutido e precisa ser trabalhado de forma mais especializada. Para isso, entrevistas serão utilizadas como procedimento metodológico de forma a engajar dados e narrativas a partir de experiências práticas da Operação Acolhida. A pesquisa visa ajudar a alcançar um tratamento focado nos desafios de migrantes e refugiadas LGBTI+ venezuelanas no país de modo a identificar algumas questões de acolhimento ao tecer debate entre sociedade civil, organizações humanitárias e órgãos estatais.

As entrevistas serão feitas pela via online e acontecerão na plataforma Zoom via link que será disponibilizado por mim e deverão ter a duração máxima de 1h.

Se assim for de seu desejo, para que você não se sinta exposta, sua identidade, seu cargo e sua instituição poderão ser preservadas e omitidas. Como pesquisadora, também garanto o sigilo e a confidencialidade dos dados que eventualmente possam ser compartilhados. Você tem toda a liberdade para interromper sua participação sem penalização ou constrangimento. Você também pode se abster de responder qualquer pergunta.

Os dados de entrevista serão armazenados por mim e deverão estar disponíveis durante o período de cinco anos conforme previsto na Resolução CNS nº. 466, de 12 de dezembro de 2012 e na Resolução 510, de 7 de abril de 2016. O texto final da pesquisa ficará no banco de teses e dissertações da PUC-Rio para livre acesso em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br.

Esse documento deverá ser enviado por e-mail já com a minha assinatura e deverá ser devolvido assinado também por e-mail antes ou no momento da nossa conversa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido garante que sejam salvaguardados todos os cuidados éticos da pesquisa e da sua participação. Você também deve autorizar ou não a gravação de áudio da nossa entrevista, marcando um X em:
( ) autorizo a gravação ou ( ) não autorizo a gravação.

Em caso de dúvidas ou reclamações deixo aqui o meu contato, pesquisadora responsável pela pesquisa: Ricardo Prata Filho, e-mail por ricoprata@gmail.com, telefone XXXXXXX. Também deixo aqui o contato do orientador dessa pesquisa, professor Roberto Vilchez Yamato (IRI PUC-Rio): e-mail por roberto.v.yamato@gmail.com, telefone XXXXXXX. Por fim, registro o contato da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio: Rua Marquês de São Vicente, 225 – Edifício Kennedy, 2º andar. Gávea, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22453-900. Telefone (21) 3527-1618.

_____

Ricardo Prata Filho (pesquisadora)

Eu, _____, documento de Identidade_____, estou de acordo com o que foi colocado acima.

_____

Participante

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812447/CA